

univates.br/dialogos
facebook.com/dialogosunivates

ISBN 978-85-8167-135-2

ANAIS DO IV SIMPÓSIO
INTERNACIONAL
DIÁLOGOS
NA CONTEMPORANEIDADE
Tecnociência, Humanismo e Sociedade

EDITORA
UNIVATES

CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS

 **UNIVATES**

Apoio:


CAPES


FAPERGS

De 14 a 18/09/2015

Fernanda Pinheiro Brod
Margarita Rosa Gaviria Mejía
Tania Micheline Miorando
(Orgs.)

Anais do IV Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: tecnociência, humanismo e sociedade

1ª edição

 EDITORA
UNIVATES

Lajeado, 2015



Centro Universitário UNIVATES

Reitor: Prof. Me. Ney José Lazzari

Vice-reitor e Presidente da Fuvates: Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Profa. Ma. Maria Madalena Dullius

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ma. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Profa. Dra. Júlia Elisabete Barden

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Me. Oto Roberto Moerschbaecher



Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Capa: AECOM - Agência Experimental de Comunicação da Univates

Conselho Editorial da Editora Univates

Titulares

Augusto Alves

João Miguel Back

Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar

Fernanda Rocha da Trindade

Suplentes

Ieda Maria Giongo

Beatris Francisca Chemin

Ari Künzel

Fernanda Scherer Adami

Avelino Tallini, 171 – Bairro Universitário – Lajeado – RS, Brasil

Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

S612 Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade (4.: 2015 : Lajeado, RS)

Anais do IV Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: tecnociência, humanismo e sociedade, 14 a 18 de setembro de 2015, Lajeado, RS / Fernanda Pinheiro Brod, Margarita Rosa Gaviria Mejía, Tania Micheline Miorando (Org.) - Lajeado: Editora da Univates, 2015.

379 p.:

ISBN: 978-85-8167-135-2

1. Cibercultura 2. Internet 3. Anais

CDU: 316.77

Catálogo na publicação – Biblioteca da Univates

**AS OPINIÕES E OS CONCEITOS EMITIDOS, BEM COMO A EXATIDÃO,
ADEQUAÇÃO E PROCEDÊNCIA DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS, SÃO DE
EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.**

IV SIMPÓSIO
INTERNACIONAL

DIÁLOGOS

NA CONTEMPORANEIDADE

Tecnociência,
Humanismo e Sociedade

De 14 a 18/09/2015

univates.br/dialogos
facebook.com/dialogosunivates

COORDENADORAS DO EVENTO:

Fernanda Pinheiro Brod
Margarita Rosa Gaviria Mejía

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Flávio Roberto Meurer
Leonel Jose de Oliveira
Rodrigo de Azambuja Brod
Rosiene Almeida Souza Haetinger
Tania Micheline Miorando

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Cristiano Bedin da Costa
Daniel Granada da Silva Ferreira
Fernanda Pinheiro Brod
Jane Márcia Mazzarino
Luciana Turatti
Margarita Rosa Gaviria Mejía
Maria Elisabete Bersch
Silvane Fensterseifer Isse
Tania Micheline Miorando

ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO:

Karla Patrícia Bilhar
Sabrina Valgoi
Douglas Henrique Flach
Karine Bárbara Specht Christmann
Lucas George Wendt
Elisa Schmidt Saatkamp
Kamila Tavares Beloni
Vanessa Maria Hendges
Raquel Cristina Michel

APRESENTAÇÃO

O Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade é um evento que ocorre a cada dois anos, promovido pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Univates, e que se propõe como desafio repensar a realidade contemporânea nas suas interlocuções com diversas áreas do conhecimento, em especial com as ciências humanas e sociais.

Em um mundo que experimenta constantes (r)evoluções tecno-científicas, onde as perspectivas, os cenários e as possibilidades mudam constantemente, surge o desafio de resgatar o humano, na busca de sentido e na procura por uma ética que dê conta da complexidade e dos diversos paradoxos existentes. O IV Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade, ocorrido no período de 14 a 18 de setembro de 2015, se propôs a pensar de forma disruptiva, pensar além das especificidades, promover espaços de troca, de manifestações artísticas, de construção coletiva do saber.

Através de temáticas específicas, que nas edições anteriores trataram de questões relacionadas ao tempo, à liquidez dos espaços, às virtualidades, o evento é hoje um espaço consolidado de encontro e de troca entre estudantes e docentes dos cursos de licenciatura em Educação Física, Letras, Pedagogia, História e também dos cursos de Direito, Design, Design de Moda, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Fotografia, além da área de conhecimento de Humanidades, que fazem parte do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Univates, recebendo painelistas e pesquisadores que têm contribuído significativamente sobre o tema geral do evento.

Nesta edição, nos debruçamos sobre as inter-relações entre a tecnociência, o humanismo e a sociedade, e é em torno destas interfaces que gravitaram os diálogos, as produções acadêmicas, os grupos de trabalho, as manifestações artísticas. Ora desacomodando, ora se contrapondo e muitas vezes problematizando, os diferentes olhares que se debruçaram sobre as temáticas propostas nos mostram que não existem soluções acabadas, tampouco um único modo de ver a realidade que nos obriga a ser “sempre acelerados, conectados, insones, com eterna sensação de dívida”, como lembrou Paula Sibilia (UFF).

Por acreditarmos que a tecnologia é um meio e não um fim em si mesma e que, por mais avançada que seja, só faz sentido se for pensada para as pessoas, para a valorização do humano e da vida em sociedade, seus participantes foram desafiados a pensar de forma disruptiva, a desacomodar-se, a ultrapassar os limites da ciência e da técnica e a descobrir novas possibilidades além das linhas fronteiriças das áreas de conhecimento. Os trabalhos que fazem parte destes anais parecem confirmar que este objetivo foi alcançado.

Estes anais, portanto, são resultado das inquietações provocadas dentro e fora do evento e, em especial, das discussões realizadas junto aos Grupos de Trabalho, organizados a partir das seguintes temáticas: Sustentabilidades Contemporâneas; Tecnologia, Educação e Comunicação; Arte, corpo, escritura; Direitos Humanos e Migrações Contemporâneas. Foram aprovados 70 trabalhos, dos quais 42 na forma de artigos completos, todos eles a seguir publicados.

Este é um evento construído a muitas mãos. Fica o agradecimento a todos que se envolveram em sua organização, especialmente aos professores da comissão organizadora, à equipe de funcionários-técnico administrativos do Centro de Ciências Humanas e Sociais e do Setor de Eventos, aos pesquisadores que contribuíram na condição de coordenadores de grupos de trabalho, aos órgãos de fomento (FAPERGS e CAPES) e aos artistas que participaram de vários momentos do simpósio e que fizeram da arte uma personagem presente em diferentes espaços, confirmando o que a professora Lúcia Santaella, no diálogo de abertura, já apregoou: “Em tempos de mutação, temos que estar muito próximos dos artistas, eles têm a cifra do presente”. Boa leitura a todos!

Fernanda Pinheiro Brod
*Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais
Centro Universitário UNIVATES*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
-------------------	---

SUSTENTABILIDADES CONTEMPORÂNEAS

RESUMOS

CAPITAL COMUNICACIONAL SOCIOAMBIENTAL, EDUCOMUNICAÇÃO E A MUDIATIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	11
DA CULTURA MATERIAL AO REVÉS AMBIENTAL - MANEJO DE PLANTAS NOS TEMPOS ANTIGOS.....	12
A EMERGÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO VALE DO TAQUARI.....	13
ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO AO TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE.....	14

SUSTENTABILIDADES CONTEMPORÂNEAS

ARTIGOS COMPLETOS

DA PERCEÇÃO À PRÁTICA: A TRANSFORMAÇÃO DOS SIGNIFICADOS EM PRÁTICAS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS.....	16
TERRA INDÍGENA POR FI GÂ: A RELAÇÃO KAINGANG COM A NATUREZA EM ESPAÇO URBANO DO VALE DO RIO DO SINOS/SÃO LEOPOLDO.....	25
EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ III: PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA.....	33
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	41
ARTISTA/PROFESSOR: ANALISANDO A PROPOSTA DE FORMAÇÃO E O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UERGS.....	51
A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS ANIMAIS ENQUANTO DEMANDA SOCIAL E POLÍTICA.....	59
PRÁTICAS ESCOLARES CONTEMPORÂNEAS PARA A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA COLOMBIANA.....	66
IMAGINAÇÃO, DERIVA E O SABER DISCREPANTE.....	71
EDUCAÇÃO NO DIÁLOGO LÚDICO E AMOROSO: UM SABER (RE)INTEGRADOR NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	76
OS IMPACTOS DA SOCIEDADE DE CONSUMO NO MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A COLETA SELETIVA E A RECICLAGEM COMO INSTRUMENTOS PROMOTORES DE SUSTENTABILIDADE.....	84

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

RESUMOS

REPRESENTAÇÕES SOBRE MIGRAÇÃO HAITIANA NA MÍDIA DO VALE DO TAQUARI: UMA ANÁLISE DE DISCURSO.....	92
HAITIANOS NO VALE DO TAQUARI: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS DA SOCIEDADE LOCAL.....	93

**MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS
ARTIGOS COMPLETOS**

ELEMENTOS CULTURAIS DE DESCENDENTES ITALIANOS NAS FESTIVIDADES DA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI.....	95
MIGRANTES NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES NA CIDADE DE BENTO GONÇALVES.....	102
A PROTEÇÃO DE REFUGIADOS LGBTI NO DIREITO INTERNACIONAL.....	110
AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, EM ÁREAS DESTINADAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES, NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI-RS.....	116
OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DOS HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES: UM DESAFIO GLOBAL NA SOCIEDADE DE RISCO.....	121
MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ETNOGRAFIA SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DE HAITIANOS(AS) NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS.....	130
AS REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE OS IMIGRANTES HAITIANOS.....	138
FATORES DE VULNERABILIDADE E MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL SUBJACENTES À MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL.....	144
PAPEL DAS MULHERES MIGRANTES NOS PROJETOS FAMILIARES QUE MOBILIZAM A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL.....	154
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: A PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO - COMIGRAR E A (RELATIVIZAÇÃO) DO DIREITO FUNDAMENTAL À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?.....	160
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO EM UMA SITUAÇÃO DE CONFLITO PROLONGADO: TRAJETÓRIAS DE REFUGIADOS COLOMBIANOS REASSENTADOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	172

**TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
RESUMOS**

INTERFACE ENTRE ESCOLA CONTEMPORÂNEA E TICS: CRISE INSTITUCIONAL OU DESENCAIXE DE SUBJETIVIDADES?.....	182
MULTICONECTADOS: A INTERAÇÃO GERANDO NOVAS SITUAÇÕES DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR.....	183
IMPACTO DE JOGOS DIGITAIS NO DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO LEITORA EM ALUNOS DE 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	184
AS TDICS NAS ORIENTAÇÕES EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM OLHAR DOS PROFESSORES ORIENTADORES.....	185
O USO DE REDES SOCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL: SELFIES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	186
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: NOVAS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM.....	187
TICS: ENSINO E APRENDIZAGENS.....	188
CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA E CIENTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	189

PACTO E TDICS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO..... 190

TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO **ARTIGOS COMPLETOS**

CINEMA E ENSINO: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “CINEMAS E TEMAS” PARA AS RELAÇÕES ENTRE A SÉTIMA ARTE, A LITERATURA E A HISTÓRIA EM PONTA GROSSA E REGIÃO (2009 – 2015).....	192
EFEITO DE REAL E AS REDES SOCIAIS: O CASO GUARUJÁ	202
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES TECNOLÓGICAS NA GESTÃO E COMUNICAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL ATRAVÉS DO USO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM POR MEIO INFORMATIZADO.....	208
PROPOSTAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO.....	215
PROPOSTAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO EXTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO.....	224
UMA VIAGEM AO NADA: APONTAMENTOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	234

ARTE, CORPO E ESCRITURA **RESUMOS**

CURRÍCULO, CORPO E ARTE.....	243
O QUE SE PODE ESTRANHAR QUANDO O ASSUNTO É APRENDER?	244
ENSAIOS CARTOGRÁFICOS.....	245
SOBRE O INTRATÁVEL: O AMOR, SUAS NUANCES E OUTROS DELÍRIOS.....	246
ANDARILHAR: UMA MANEIRA DE SE MOVIMENTAR E CRIAR DESLOCAMENTOS EM UM TERRITÓRIO DE PESQUISA	247
PRODUÇÃO DE DISCURSOS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	248
DISCIPLINAMENTO E CONTROLE: UMA PRODUÇÃO DE SUJEITOS MALEÁVEIS	249
OFICINAS LITERÁRIAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR	250
DESCRIÇÕES/REFLEXÕES SOB O SIGNO DA RELAÇÃO HOMEM-MÁQUINA	251

ARTE, CORPO E ESCRITURA **ARTIGOS COMPLETOS**

A CAPOEIRA APROPRIADA PELOS EUROPEUS, NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DA PRÁTICA “AFRO-BRASILEIRA”.....	253
O ENIGMA DO TEMPO NAS FOTOGRAFIAS DE VIVIAN MAIER	261
O CORPO FEMININO NA IMAGEM DA MODA: UM CONCEITO DE BELEZA	270

**DIREITOS HUMANOS
RESUMOS**

PERSPECTIVAS HUMANIZADORAS PARA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-MODERNIDADE.....	279
GERMINAL E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO DO TRABALHO: O DIREITO ATRAVÉS DA LITERATURA DE ÉMILE ZOLA.....	280
CONFLITOS INTERNACIONAIS OCASIONADOS PELA ESCASSEZ DE ÁGUA: UMA ANÁLISE CONTINENTAL.....	281

**DIREITOS HUMANOS
ARTIGOS COMPLETOS**

O DIREITO INDÍGENA A TERRA: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO A ALDEIA KAINGANG JAMÃ TỸ TÃNH LOCALIZADA EM TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS.....	283
O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO E O RECONHECIMENTO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS.....	291
A IGUALDADE DOS AMERICANOS E DOS BRASILEIROS: UMA COMPARAÇÃO A PARTIR DE PRINCÍPIOS CULTURAIS ESTRUTURANTES.....	300
APONTAMENTOS ACERCA DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA INSTITUIÇÃO DO DIVÓRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL.....	311
MULHERES ADULTAS E SUAS EXPECTATIVAS AO INGRESSAREM NOS CURSOS TÉCNICO/PRONATEC: SOB A ABORDAGEM DA CATEGORIA DE GÊNERO E HISTÓRIAS DE VIDA.....	321
DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XIX: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO JORNAL O TAQUARYENSE DE TAQUARI/RS ENTRE 1887 E 1888.....	327
RECURSOS HÍDRICOS NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS: DIÁLOGOS DO GLOBAL AO LOCAL.....	333
O PAPEL DAS REVISTAS FEMININAS NA ATUALIDADE: (RE)PRODUÇÃO DA CULTURA DE COISIFICAÇÃO.....	342
DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: A INCLUSÃO DAS MULHERES NO MUNDO PÓS-MODERNO.....	352
DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E RENDA DIGNA: UMA ANÁLISE DAS PROBLEMÁTICAS ENFRENTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE IJUÍ/RS.....	359
ILICITUDE/LICITUDE DA UTILIZAÇÃO DO E-MAIL CORPORATIVO COMO MEIO DE PROVA.....	367
FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA.....	374



**SUSTENTABILIDADES
CONTEMPORÂNEAS**
RESUMOS

CAPITAL COMUNICACIONAL SOCIOAMBIENTAL, EDUCOMUNICAÇÃO E A MUDIATIZAÇÃO EM OR- GANIZAÇÕES SOCIAIS

Jane M. Mazzarino¹

Resumo: O objetivo do artigo é aprofundar o conceito de capital comunicacional socioambiental, decorrente das reflexões feitas pela autora a partir de conceitos de comunicação pública e capital comunicacional, para refletir sobre os modos como organizações governamentais e da sociedade civil organizada abordam o tema da água em seus espaços midiáticos na *web*, e discutir se estas organizações atuam como educadoras socioambientais. O método é quantitativo de base bibliográfica e documental. A amostra inclui oito dos 25 comitês de bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, quatro organizações não governamentais e três organizações nacionais que tratam especificamente sobre a água. Teoricamente validam-se os pressupostos que entendem o que o campo midiático tem a força de fazer surgir relações de confiança baseadas na cooperação; na partilha de normas e valores; na percepção da interdependência e inter-reconhecimento entre as pessoas; no sentimento de pertencimento e solidariedade. Além disso, pode estimular o engajamento e a criação de vínculos sociais; melhorar a interação e ampliar os fluxos de informação que faz os grupos perceberem objetivos comuns, o que determina a coesão social e a percepção de compromissos coletivos. Todos estes são elementos do conceito de capital social preconizado por diversos autores. O capital social está relacionado tanto com as interações nas redes sociais, como com as práticas comunicativas face a face ou naquelas que se dão pela mediação dos meios massivos. A interrelação entre comunicação e capital social aponta para o conceito de capital comunicacional, definido como “[...] o potencial intersubjetivo de intercompreensão e negociação recíproca de entendimentos e pontos de vista diante de uma situação que exija a ação coordenada para a solução de impasses e problemas” (MATOS, 2009, 28). A partir desses pressupostos, propomos que o capital comunicacional quando voltado para problemas socioambientais determina um tipo especial de capital comunicacional, o socioambiental, decorrente da formação da opinião pública sobre os temas socioambientais e suas consequências na construção da cidadania, elementos intrinsecamente relacionados com a dimensão da educomunicação socioambiental que se refere ao aspecto educativo dos meios de comunicação. Neste item nosso estudo avança e propõe uma dimensão que inclua os meios de comunicação de organizações da sociedade civil organizada e também governamentais como locus privilegiado de processos de educomunicação socioambiental, não se restringido esta aos meios de massa. Deste modo, elas potencializam a construção do capital comunicacional socioambiental dos grupos sociais.

Palavras-chave: Capital comunicacional socioambiental. Educomunicação. Organizações sociais. Mudiatização.

REFERÊNCIAS:

MATOS, Heloisa. **Capital social e comunicação:** interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

¹ Centro Universitário UNIVATES, PPG Ambiente e Desenvolvimento e Centro de Ciências Humanas e Sociais, Cursos de Comunicação Social. Esta pesquisa tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. E-mail janemazzarino@gmail.com

DA CULTURA MATERIAL AO REVÉS AMBIENTAL - MANEJO DE PLANTAS NOS TEMPOS ANTIGOS

Neli Galarce Machado¹

Luis Fernando Laroque²

André Jasper³

Sérgio Nunes Lopes⁴

Resumo: Ao longo da história das sociedades as plantas tem sido utilizadas para alimentação das pessoas e dos rebanhos, como medicamentos, para a manufatura de todos os tipos de artefatos, para a construção de casas, meios de transporte ou para obtenção de energia por meio da combustão. Sendo assim, as plantas tem sido um recurso importante para o desenvolvimento da espécie humana. Para o uso das plantas das florestas e bosques, as sociedades usam das mais diversas formas de aproveitamento e de diferentes técnicas de manejo a cada tempo, passando desde a coleta até a intervenção mais direta nos ciclos produtivos das plantas, como exemplo a agricultura e manejo artificial. O principal objetivo desse estudo é discutir aspectos vinculados as pesquisas arqueobotânicas e de história ambiental para as investigações em sítios arqueológicos brasileiros. No Brasil, os estudos das plantas em contexto arqueológico ainda são recentes e poucos. Isso se deve a invisibilidade da temática e aos métodos de recuperação. Consequentemente, os conhecimentos sobre a importância das plantas na pré-história são minimizados. Os principais eixos dessa análise são os tipos de plantas até hoje identificados em sítios e as estratégias econômicas das sociedades antigas. Como suporte utilizaremos estudos recentes sobre dois sítios arqueológicos da região do Vale do Taquari, onde se verificou a partir da arqueobotânica alguns resultados importantes para um rápido entendimento de como as sociedades antigas usufruíam de sua paisagem. Podemos também verificar situações sobre as dinâmicas tecnológicas e sócio-ambientais dessas populações observando seus micro e macro restos. Acredita-se que com a recuperação correta de evidências arqueobotânicas, o amadurecimento das discussões teóricas da história ambiental e com metodologias adequadas e socializadas no meio acadêmico poderemos no futuro detalhar contextos sobre como as populações manejavam seus ambientes, não apenas com dados sobre suas dietas alimentares, mas sim como empreenderam as relações de trabalho, gênero e tecnológicas. Para esse estudo inicial, apresentaremos alguns dados etnográficos, etnobotânicos e arqueológicos além de conexões com sítios arqueológicos brasileiros.

Palavras-chave: Arqueobotânica. Sítios arqueológicos. Metodologia. Dinâmicas culturais.

1 Univates, História e PPGAD, CAPES, CNPq e Propex, ngalarce@univates.br

2 Univates, História e PPGAD, CAPES, CNPq e Propex, lflaroque@univates.br

3 Univates, Biologia e PPGAD, CAPES, CNPq e Propex, ajasper@univates.br

4 Univates, História, CAPES, CNPq e Propex, sergionl77@univates.br

A EMERGÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO VALE DO TAQUARI

Lauren Waiss da Rosa¹

Resumo: Esta pesquisa tem, por objetivo inicial, problematizar sobre a emergência atual de inserir o patrimônio arqueológico do Vale do Taquari, como paisagem a ser preservada. Os sítios arqueológicos encontram-se desde 1937 resguardados como patrimônio a ser preservado (TURAZZI, 2009), porém percebe-se que esta tarefa de salvaguarda está na maioria das vezes atrelada a materialização da cultura humana, que ocorre por meio dos objetos evidenciados durante as escavações. No entanto, o espaço apropriado, ressignificado e alvo de intensos processos de interação entre o homem pretérito e o meio, formadores do que conhecemos como paisagem cultural geralmente acaba por ficar em último plano. Para Eagleton (2011), não podemos esquecer que cultura engloba a intensa dialética entre o natural e o artificial. Sendo assim, podemos definir que os sítios arqueológicos são fruto desta dialética entre o que fazemos ao mundo e o que ele nos faz. Para o Iphan, órgão fiscalizador do patrimônio, a paisagem cultural deve ser entendida como qualquer porção do território que preserve características únicas das relações entre grupos sociais e a natureza. Estas relações podem ser observadas fisicamente sob a forma de marcas ou valores socialmente atribuídos. Atualmente a análise dos sítios arqueológicos como paisagem/patrimônio desperta o desejo de reconstituir identidade e enraizamento local, em defesa aos valores naturais e ecológicos, com o intuito de chamar atenção sobre patrimônio e lugares excepcionais (DOMINGUES 2001). Contrariamente, observa-se o fenômeno do desinteresse em cuidar ou manter um sítio arqueológico. Para Milheira (2015), os interesses econômicos envolvidos são os maiores fatores para que não ocorra a proteção e preservação do patrimônio arqueológico. Para tanto, pretende-se com esta investigação discutir as potencialidades para conceber a paisagem arqueológica como um patrimônio a ser preservado. Os resultados iniciais indicam que as metodologias utilizadas, geoarqueologia e arqueologia da paisagem, possibilitam refletir sobre a incorporação e abrangência do patrimônio para diversas escalas, partindo-se da micro até a macro escala. As problemáticas evidenciadas nesta pesquisa são objetos de análise da dissertação de mestrado desenvolvida pela acadêmica no mestrado em História da Unisinos, com o intuito de inferir sobre a preservação e patrimonialização da paisagem arqueológica no Vale do Taquari. A pesquisa é desenvolvida em parceria com setor de Arqueologia da Univates.

Palavras-chave: Arqueologia. Patrimônio. Preservação. Ambiente.

¹ UNISINOS, Mestrado em História, CNPq, laurensda@hotmail.com

ANÁLISE DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO AO TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE

Derli Juliano Neuenfeldt¹

Jane Márcia Mazzarino²

Resumo: A preocupação com a crise ambiental fez com que o meio ambiente, no contexto escolar brasileiro, se tornasse tema transversal a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). O seu ensino tornou-se responsabilidade de todas as áreas de conhecimento. Historicamente, a formação de professores de Educação Física (E.F.) privilegiou conhecimentos médico-militares e técnico-esportivos. Assim, esta pesquisa qualitativa se propôs a investigar a formação inicial de professores de E.F., no período de 1991 a 2011, em relação à abordagem da temática meio ambiente e a sua relação com a Educação Física Escolar (E.F.E.). Participaram do estudo cinco professores de E.F. que atuam como coordenadores ou supervisores nos subprojetos de E.F. do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência desenvolvidos no Centro Universitário UNIVATES. A escolha desses professores deve-se ao fato deles serem participantes de uma pesquisa de doutorado que tem discutido a relação entre a E.F. e a Educação Ambiental. As informações foram coletadas através de entrevistas semiestruturadas realizadas em 2015. Os cinco professores se formaram em três diferentes instituições do RS/BRA e em diferentes períodos: 1991 (professor um), 1996 (professor dois), 1997 (professor três), 2001 (professor quatro) e 2011 (professor cinco). Os professores um e dois tiveram uma formação técnico-esportiva e a temática meio ambiente não foi abordada na graduação. Para os professores três e quatro o assunto não foi desenvolvido com profundidade. A formação não deu suporte didático-metodológico e teórico, ficando por iniciativa própria o estabelecimento de relações entre a E.F. e o meio ambiente. Contudo, a valorização do uso da natureza em escolas de zona rural e preocupações com o lixo foram abordados durante o curso. Além disso, o professor quatro mencionou que competições de esportes de aventura começaram a ter maior visibilidade no país. O professor cinco teve um curso de extensão e uma disciplina que tratou de esportes de aventura. A natureza não foi o ponto principal. Portanto, percebe-se que, no final da década de 90 começa a aparecer um “discurso” na E.F. que menciona os esportes de aventura na natureza, porém a natureza é tratada apenas como espaço onde práticas podem ser realizadas. Mais próximo aos nossos dias, os esportes de aventura são incorporados na formação, mas não há uma mudança de concepção. Conclui-se que a formação de professores de E.F. necessita aproximar-se das compreensões da Educação Ambiental que consideram a natureza uma educadora, possibilitando um melhor desenvolvimento do tema meio ambiente na escola.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Escola. Meio Ambiente. Formação de Professores.

1 Centro Universitário UNIVATES. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, e-mail: derlijul@univates.br.

2 Centro Universitário UNIVATES, Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS) e prof. ^a do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, e-mail: janemazzarino@gmail.com



**SUSTENTABILIDADES
CONTEMPORÂNEAS**
ARTIGOS COMPLETOS

DA PERCEPÇÃO À PRÁTICA: A TRANSFORMAÇÃO DOS SIGNIFICADOS EM PRÁTICAS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

Marlon Dalmoro¹

Andreza Balerini²

Resumo: Os alimentos orgânicos se destacam pela produção livre de fertilizantes sintéticos e pesticidas e a utilização de conhecimento técnico na busca de alimentos mais social, econômica e ambientalmente sustentáveis (IFST, 2015). Enquanto os estudos acerca dos orgânicos têm se centrado principalmente na identificação dos ganhos proporcionados e os aspectos tecnológicos da sua produção e consumo, observa-se a necessidade de ir além de uma análise utilitária ou econômica, dados os aspectos culturais que envolvem a produção e consumo deste tipo de alimento (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1978; PRESS *et al.*, 2014). A cultura envolve uma teia de experiências, significados e ações (GEERTZ, 1983) e, é no seu interior que os indivíduos criam significados para os bens (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1978). Além disso, as assimilações e contestações presentes nas práticas culturais são impactadas pela forma como os significados são construídos e na forma como são transferidos para as imagens, textos e objetos produzidos comercialmente (GEIGER *et al.*, 2012). Diante desta contextualização, neste estudo a produção de uva orgânica é tomada como objeto de análise para a compreensão do processo que envolve a construção de significados culturais e o modo como estes significados são assimilados ou rejeitados na adoção da agricultura orgânica enquanto prática de produção. Para isso, um estudo qualitativo foi conduzido junto a oito produtores de uva orgânica da Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul). Os resultados indicam que os significados atribuídos aos orgânicos servem como gatilhos na superação das barreiras que envolvem a produção de alimentos orgânicos. Especificamente, os produtores reconhecem, nos orgânicos, saúde e ganhos econômicos. As barreiras superadas pelos produtores na adoção de práticas de produção orgânicas envolvem rompimento de aspectos ideológicos, da percepção de risco, da influência externa e disposição para alterar práticas consolidadas. Por fim, a adoção de práticas de produção orgânica somente se torna efetiva com o domínio tecnológico e disponibilidade de uma rede de mercado para a comercialização dos produtos. Os resultados indicam que, tanto a compreensão quanto uma ação efetiva de transformação da agricultura orgânica como uma alternativa viável frente a agricultura convencional, passam por uma construção de significados positivos capazes de romper com barreiras culturais e sociais e uma efetiva estrutura de mercado que garanta a adoção e manutenção de práticas de produção orgânicas.

Palavras-chave: Orgânicos. Produção de Alimentos. Significados. Práticas Culturais

1. INTRODUÇÃO

A produção de alimentos orgânicos se distingue da produção convencional por não envolver fertilizantes sintéticos e pesticidas, bem como por utilizar conhecimento técnico na busca de alimentos mais social, econômica e ambientalmente sustentáveis (IFST, 2015). Contudo, a emergência dos orgânicos como uma alternativa frente à agricultura convencional confere a estes produtos distinções simbólicas que vão além de aspectos utilitários e econômicos, envolvendo aspectos culturais distintos (PRESS *et al.*, 2014). Reconhecendo a cultura como uma teia de significados, experiências e ações (GEERTZ, 1983) na qual os indivíduos criam significados para os bens (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1978), o caso da agricultura orgânica tem sido significado como uma alternativa frente à expansão do agronegócio (PRESS *et al.*, 2014).

Enquanto a produção de alimentos convencional tem adotado uma lógica produtivista, valorizando aspectos como maximização dos ganhos, ampla utilização de insumos químicos, monocultura, desenvolvimento tecnológico e mecanização (WILSON, 2001; BURTON, 2004), a produção de alimentos orgânicos emerge como uma resposta social e ambientalmente orientada aos problemas gerados pela produção convencional

1 Univates, Curso de Administração, Pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), marlon.dalmoro@univates.br

2 Univates, Curso de Administração, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, dezabale@hotmail.com.

(KALTOFT, 1999). A incorporação destes significados no universo cultural dos produtores resulta na construção de argumentos ideológicos que legitimam suas práticas e reforçam seus dogmas (PRESS *et al.*, 2014).

Assim, os significados culturais atrelados aos produtos orgânicos competem com os significados atrelados ao agronegócio convencional na construção das práticas culturais predominantes na produção agrícola. Apesar de a agricultura convencional ser hegemônica no volume de alimento produzido no Brasil, a agricultura orgânica tem se destacado como o modo alternativo com maior crescimento, movimentando 750 milhões de reais em 2012 (BLANC e KLEDAL, 2012). Contudo, esse crescimento traz à tona a necessidade de reflexão acerca da efetividade da produção orgânica como uma alternativa distinta à agricultura convencional, orientada por padrões industriais em detrimento da sustentabilidade social e ambiental.

Ao analisar a construção do mercado de alimentos orgânicos nos Estados Unidos, Thompson e Coskuner-Balli (2007) detectaram que a incorporação dos orgânicos numa lógica de mercado resulta em forças ideológicas que assimilam símbolos e práticas dominantes, alterando o caráter alternativo dos orgânicos. Esse processo, denominado de cooptação, está relacionado com a convencionalização da produção de orgânicos (LOCKIE e HALPIN, 2005). A tese acerca da convencionalização é respaldada pela incorporação da estrutura e ideologia dos modos de produção convencionais na produção orgânica, mesmo que o resultado desta produção seja disseminado como um modo alternativo em relação à convencional.

As transformações resultantes das práticas contemporâneas de produção de orgânicos podem sofrer variações em relação aos significados originais, uma vez que compreensão deste modo de produção exige a adoção de perspectivas capazes de relacionarem os significados com as práticas culturais desenvolvidas por produtores agroecológicos. Dessa forma, este estudo busca compreender o processo que envolve a construção de significados culturais e a forma como estes são assimilados ou rejeitados na adoção da agricultura orgânica enquanto prática de produção. Ao enfatizar os processos que envolvem a transformação de significados em práticas culturais, espera-se contribuir com a avaliação da capacidade de pequenos agricultores construírem e manterem modos de produção alternativos à agricultura industrial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS CULTURAIS ACERCA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Para Hall (2003), os significados possuem um caráter habitual e universal em uma determinada cultura, tornando-se elementos naturais e que orientam a ação dentro de um determinado grupo social. Os significados culturais são utilizados para codificar, organizar e regular a conduta dos indivíduos dentro do grupo, fornecendo “um lugar”, uma fonte de identificação (HALL, 1997). Ao reconhecer que os objetos estão inseridos no universo dos sistemas simbólicos culturalmente constituídos, a produção de um determinado bem não se limita à busca de eficiência material e econômica, mas também reflete a significação cultural dada pelos seus produtores aos bens (DOUGLAS e ISHERWOOD, 1978; MACCRACKEN, 1986).

Dessa forma, a produção primária consiste num campo fértil para a compreensão da produção de significados em uma determinada cultura, visto que este tipo de produção dá forma aos bens, embutindo-os de significados, não de forma autônoma, mas dentro de uma ordem cultural. No caso da produção agrícola em particular, a literatura oriunda, especialmente da sociologia rural, tem apontado uma alteração nos significados originais atrelados à produção de alimentos em virtude da mecanização e desenvolvimento dos mecanismos de mercado que configuram a produção de alimentos numa lógica industrial (PRESS e ARNOULD, 2011). A produção agrícola passa a ser vista numa lógica produtivista (BURTON, 2004), orientada por um entendimento de que a terra deve ser utilizada no seu potencial máximo (EGOZ *et al.*, 2001).

Neste cenário, os alimentos orgânicos passaram a ser reconhecidos como um modo de produção alternativo, que explicitamente contrasta com as tendências de industrialização da agricultura (GUTHMAN, 1998). Contudo, recentemente, os produtos orgânicos têm sido tomados como símbolo *fashion* e incorporado pelos canais de distribuição tradicionais, cooptados principalmente pelo interesse econômico (THOMPSON e COSKUNER-BALLI, 2007; GUTHMAN, 1998). Assim, a cooptação representa um desafio para a ordem simbólica, visto que os códigos culturais compartilhados por um determinado grupo são desestabilizados e alterados (THOMPSON e COSKUNER-BALLI, 2007). No caso dos orgânicos, a significação é incorporada pela ordem

produtivista do agronegócio, que passa a evocar a imagem de pequenas famílias e ideal de sustentabilidade em ofertas globais promovidas por grandes corporações (THOMPSON e COSKUNER-BALLI, 2007).

2.2 PRÁTICAS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS CONVENCIONAIS E ORGÂNICOS

A literatura de ciências sociais tem destacado a importância de incorporar uma apreciação do fenômeno cultural a partir da ação dos indivíduos, entendendo quais são as bases para a existência de práticas (RECKWITZ, 2002). O pressuposto básico é de que a construção de significados culturais ocorre no engajamento em determinadas práticas (WARD, 2005). No âmbito da produção agrícola, a orientação cultural de que bom fazendeiro é aquele que obtém o máximo de produtividade tem sido apontada como um condutor da agricultura expansionista e a busca constante pelo aumento da produção (WILSON, 2001; EGOZ *et al.*, 2001). Os ideais de 'bom fazendeiro' repercutem nas práticas culturais deste grupo social, conferindo status e inclusão social àquele grupo que adere aos princípios do agronegócio. A escolha por participar em modos de produção alternativos – com a agroecologia – exige do produtor o rompimento das influências dos ideais de 'bom fazendeiro' (SUTHERLAND e DARNHOFER, 2012).

No entanto, o crescimento do mercado de orgânicos tem proporcionado condições para o seu desenvolvimento (NIEDERLE e RAULET, 2014), estimulando a adoção de modos de produção alternativos a partir de uma visão pragmática e economicamente orientada (SUTHERLAND e DARNHOFER, 2012). Com isso, a alteração nas práticas de produção não seria reflexo da incorporação dos ideais ideológicos inicialmente atribuídos à agroecologia, mas uma fragmentação do ideal de bom fazendeiro. Zagata (2009) identifica que a fragmentação da razão prática resulta em três perspectivas distintas: (1) produção orgânica como um modo de vida; (2) como uma ocupação, e; (3) como um modo de produção alternativo. Para o autor, a simples conversão de modos de produção convencionais para um modo orgânico não significa uma ruptura, mas a adoção da agroecologia como uma ocupação, na qual os produtores preservam práticas oriundas da agricultura convencional.

Ao aproximar da produção orgânica as práticas compartilhadas na cultura do agronegócio, a literatura tem chamado a atenção para uma trajetória de 'convencionalização' das práticas culturais da agroecologia. Fenômeno este identificado tanto no Brasil (NIEDERLE e RAULET, 2014), como em outros países (STASSART e JAMAR, 2012, LOCKIE e HALPIN, 2005). A convencionalização consiste no processo de alteração dos valores e práticas agroecológicas, aproximando os valores reconhecidos na agroecologia com aqueles encontrados na agricultura convencional, como escala de produção, monocultura e desenvolvimento de capacidade técnica para dar conta das exigências produtivistas (LOCKIE e HALPIN, 2005). Considerando que as práticas de um determinado grupo contribuem na construção cultural, as referenciais da agricultura convencional tendem a ser um desafio na construção e manutenção de práticas alternativas.

3. MÉTODO

Na operacionalização empírica deste estudo, buscou-se compreender os significados e práticas desempenhadas pelos produtores de alimentos orgânicos por meio de uma abordagem qualitativa de caráter interpretativista. Esta abordagem se demonstrou adequada diante da intenção de capturar e enfatizar experiências e percepções pessoais de forma subjetiva, permitindo, assim, captar os significados culturais com maior profundidade (DENZIN e LINCOLN, 2006). Para a operacionalização do estudo, a unidade de análise adotada foi a agricultura agroecológica, mais especificamente a produção de uva orgânica. A opção por esta unidade de análise específica ocorreu devido às suas características diferenciadas, incluindo atividades de transformação em vez de comercialização *in natura*, que amplificam a rede de significados.

Neste estudo, os sujeitos da pesquisa forma produtores rurais que adotam a agroecologia (produção orgânica) no cultivo de uvas na serra gaúcha – RS – Brasil, pioneira neste tipo de produção. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, previamente agendadas e realizadas nas residências dos produtores. Para conduzir as entrevistas foi utilizado um roteiro aberto, envolvendo alguns tópicos que desejavam serem abordados, como: características da produção, motivações, percepções acerca da produção de alimentos, vantagens e dificuldades. No total, foram conduzidas oito entrevistas, sendo que em algumas delas filhos ou esposas participaram ativamente na entrevista. O quadro 1 apresenta a descrição dos produtores entrevistados:

Quadro 1 – Descrição dos Entrevistados

Nome	Cidade	Tempo na Agroecologia	Quantidade Produzida
Jorge e filhos	Bento Gonçalves/RS	15 anos	180.000 Kg
Rafael e esposa	Bento Gonçalves/RS	17 anos	50.000 Kg
Maurício	Guaporé/RS	4 anos	15.000 Kg
Valmor	Dois Lajeados/RS	4 anos	10.000 Kg
Jorge Luis	Garibaldi/RS	17 anos	-
Fabiano	Monte Belo/RS	5 anos	25.000 Kg
Élison	Bento Gonçalves/RS	5 anos	150.000 Kg
Antônio e esposa	Farroupilha/RS	14 anos	45.000 Kg

Fonte: Autor da Pesquisa

A análise e interpretação dos dados seguiram as orientações de Lofland e Lofland (1995) que sugere a organização dos dados em categorias. Com o auxílio do software MaxQDA foi possível identificar oito categorias que serviram de base para a organização e apresentação dos resultados da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS**4.1 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AOS ALIMENTOS PRODUZIDOS**

A compreensão dos significados construídos em torno dos alimentos orgânicos tem sido buscada primeiramente do ponto de vista do consumidor. Estes atrelam aos orgânicos um significado de saúde ou saudabilidade (HUGHNER *et al.*, 2007; DALMORO, 2015). O uso de intensivo de pesticidas na produção de alimentos convencionais tem sido associado com riscos e problemas de saúde ao longo prazo (HUGNER, 2007). Dessa forma, o fato de os orgânicos não utilizarem pesticidas serve como parâmetro na construção de uma percepção de saúde também pelos produtores. O fato de “sair do veneno”, conforme as palavras do entrevistado Valmor, é primeira significação dada à agroecologia. Assim, a percepção de uma relação entre utilização de pesticidas e danos à saúde é utilizada de forma dialética na significação dos orgânicos. Como o entrevistado Fabiano coloca: “o mais importante é que tu não vai ter o contato com o agrotóxico, por incrível que pareça o pessoal não tem noção dos malefícios disso”. Pelo fato de a agroecologia não exigir contato com pesticidas, os entrevistados apontam o ‘ganho de saúde’ como o principal significado positivo em relação a este tipo de produção:

Tem várias formas de ganho. Primeiro é o ganho da saúde, porque tu não tá exposto no veneno e tu pode ir embaixo do parreiral a qualquer hora, tu não tá em contato com o veneno. É outra história (Jorge).

De forma complementar ao ganho de saúde, outro aspecto que emergiu durante as entrevistas foi o fato de associar ganhos de saúde com ganhos econômicos, como o entrevistado Rafael coloca: “O primeiro lugar é saúde, né, e ainda estou conseguindo trabalhar, economicamente está sendo viável”. Atualmente, a uva orgânica é comercializada a um valor superior que a convencional, ampliando a rentabilidade do produtor, mesmo com a redução na quantidade produzida:

Apesar de uma pequena diminuição de produção, os ganhos econômicos foram maiores. Ele se torna uma nova fonte de renda sem que haja grandes modificações na cultura em que se deseja implantar esse sistema. Você implanta esse sistema no mesmo vinhedo sem muitos custos. E só tem a ganhar com isso, já chegou a 100% em relação ao preço da convencional (Rafael).

A percepção acerca da adoção de técnicas de produção orgânica como um ganho econômico também está relacionada com o fato de não precisar adquirir pesticidas, como destaca o entrevistado Jorge Luis:

80% do resultado da produção orgânica é manejo de solo. Depois disso aí você entra com essas caldas, então você reduz o custo de manutenção. O custo de insumo hoje, se você usa um sistema convencional é de R\$ 200,00 o litro, um litro de melado para o sistema orgânico custa R\$ 3,00 (Jorge Luis).

A significação da produção de orgânicos carrega especialmente uma percepção de ganhos de saúde e econômicos em comparação à produção convencional. Estes significados se distanciam da sustentabilidade ambiental e ganhos sociais, destacados como ideais primários na adoção da agricultura orgânica (KALTOFT,

1999). Por sua vez, os produtores entrevistados vieram da agricultura convencional e acabam trazendo esse passado na orientação das suas atividades (ZAGATA, 2009), enfatizando ganhos individuais na significação dos alimentos orgânicos. Identificam-se, assim, aspectos de cooptação (THOMPSON e COSKUNER-BALLI, 2007), que trazem parâmetros da agricultura industrial na significação da produção orgânica, utilizando um ponto de vista individual ao invés daqueles coletivos. Apesar disto, os ganhos individuais podem servir como gatilhos motivadores para a adoção de práticas de produção orgânica.

4.2 ASSIMILAÇÕES E CONTESTAÇÕES NA ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS

4.2.1 ASSIMILAÇÕES DOS SIGNIFICADOS NAS PRÁTICAS

Ao questionar os produtores acerca do que envolve tornar-se um produtor de orgânicos, o primeiro aspecto que emergiu foi a necessidade de romper com aspectos ideológicos que envolvem a produção de alimentos de forma convencional. A utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos consiste numa prática convencionalizada pelos produtores, e produzir alimentos sem a utilização destes produtos exige alterações nas concepções ideológicas (PRESS *et al.*, 2014). Neste sentido, os entrevistados relatam a necessidade de rompimento dos padrões disseminados dentro da comunidade de produtores, se sujeitando inclusive a desconfiar por parte de outros produtores. Ao descrever sua história, Rafael aponta o fato de que suas práticas não convencionais eram motivos de deboche por parte dos vizinhos: “Na época me chamavam de louco mesmo e daí pra cima, maluco, cientista, e aí principalmente quando foi perdida grande parte da produção, o pessoal vinha ver e debochava, tinha que ter muita paciência pra aguentar”.

O entrevistado complementa que técnicos de empresas também desdenhavam da iniciativa de produzir orgânicos: “Isso não existe! Isso não funciona! Uva é tudo Uva! Sem veneno não tem! É impossível” (Jorge Luis). Este fato está alinhado com Burton *et al.* (2008), que destacam que agroecologia não confere capital social, o que inibiria a assimilação destas práticas. Contudo, os entrevistados destacam que o sucesso obtido na produção de orgânicos tem contribuído para a assimilação desse modo de produção e superação das barreiras ideológicas.

Nesta mesma linha, a assimilação dos alimentos orgânicos como uma prática cotidiana exige alteração de práticas consolidadas. Conforme os entrevistados, o modo de cultivo orgânico se diferencia significativamente em relação ao convencional, exigindo a construção de um novo conceito do que é agricultura.

Diferencia muita coisa. Tu tem que criar um novo conceito, por exemplo, o manejo do solo, principalmente das plantas que tão ai né, muitas vezes elas são daninhas, mas tu tem que começar a conviver com elas. No convencional tu passas duas vezes herbicida num ano e mantém a terra ‘pelada’. É diferente (Rafael).

Alguns entrevistados reforçam que a assimilação da produção orgânica envolve um ‘processo de desaprendizagem’, principalmente em relação à utilização de agrotóxico. Como o entrevistado Jorge explica: “tem que desaprender a usar agrotóxico. Uma vez, estava acostumado com o veneno, que passa uma vez, duas vezes por semana e tchau”. O fato de não poder utilizar pesticidas exige dos produtores maiores cuidados na prevenção. Isto intensifica a utilização de mão de obra em relação à produção convencional.

A mudança na forma de produção - mais próxima da natureza, segundo os entrevistados - altera sua relação com o meio ambiente. O entrevistado Elison ressalta essa mudança na relação com a natureza: “é um jeito diferente de se produzir alimento, é uma nova maneira de se enxergar a produção integrada ao ambiente, de fazer com que ele te ajude, de valorizar a biodiversidade”. Dessa forma, a adequação das técnicas de produção às normativas da regulamentação orgânica exige que os produtores convivam de forma mais próxima à natureza. Este reaprendizado na forma de produzir impacta também na visão de mundo dos produtores. Mesmo que a significação inicial dos orgânicos seja orientada por benefícios individuais, a assimilação de novas práticas também impacta na relação dos produtores com o meio no qual eles vivem.

O rompimento das barreiras ideológicas e a mudança de procedimentos exigem dos produtores uma maior tolerância ao risco, visto que a uva orgânica é mais sensível às alterações climáticas, tornando-se mais expostas a pragas e, conseqüentemente, à perda de produção. Os entrevistados destacam que o primeiro ano de conversão é o mais crítico e susceptível a perdas:

Às vezes dá vontade de desistir porque tu não tens cuidados. Tu vêes no primeiro ano bastante abandono,

tu tem que reeducar a própria parreira, tu não pode passar nada de veneno, então tu vê que ela sofre bastante nesse primeiro ano, depois ela se acostuma no novo ambiente (Fabiano).

A queda na produção impacta diretamente na rentabilidade do negócio. Com isso, os entrevistados destacam que não são todos os produtores que estão dispostos ou possuem condições financeiras de suportar essa perda: “Na verdade é o risco financeiro. A gente perdeu produção, por isso também é difícil de convencer o produtor que só depende dessa produção” (Elison). Contudo, os produtores relatam que, com o ganho de experiência, a percepção de risco é minimizada, passando a assimilar o risco como algo recorrente à produção agrícola orgânica.

4.2.2 CONTESTAÇÕES NA ADOÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

O domínio tecnológico, ou mesmo a necessidade de negar as tecnologias existentes, emergiu como uma categoria chave na compreensão das contestações acerca da adoção da agricultura orgânica. Apesar de não utilizar insumos químicos, como pesticidas e adubos sintéticos, os entrevistados se sentem presos a um leque restrito de produtos: “ainda é um pouco limitado, você fica estreito daquilo que se tem pra trabalhar, sais de cobre, enxofre, você fica em cima disso ali” (Rafael).

Neste sentido, os entrevistados clamam por novos insumos, mencionando, por exemplo, adubos foliares, que, enquadrados nos padrões de produção orgânica, permitiriam aumentar a produtividade. Além disso, a busca por novas tecnologias de manejo que aumentem a produção são relatadas pelos entrevistados. Para eles, aprender a utilizar os produtos liberados no momento adequado é uma questão chave para garantir a produtividade, contestando, assim, as limitações da produção orgânica com base na perspectiva produtivista de que sempre é possível ampliar a quantidade produzida.

Uma segunda categoria que descreve os conflitos na alteração das práticas culturais diz respeito à comercialização dos produtos. A disponibilidade de uma rede de mercado para a comercialização dos produtos de forma diferenciada consiste numa condição fundamental para compensar a conversão da produção de convencional para orgânica. Para os produtores, o preço superior recebido pela produção em comparação à uva convencional e a demanda das vinícolas por esse tipo de produto demonstra um cenário favorável. Isso também é evidente no reconhecimento dos alimentos orgânicos como uma tendência de mercado, refletindo uma orientação mercadológica nas suas práticas, ao invés de uma orientação alternativa sustentável (KALTOFT, 1999).

A emergência de redes de mercado alternativas à agricultura industrial tem incentivado os agricultores a alterar os seus modos de produção, se adequando a novos padrões sociotécnicos de organização e escala de produção (NIEDERLE e RAULE, 2014), visando aproveitar os benefícios obtidos nestes mercados alternativos. Observa-se assim que, ao analisar as práticas dos produtores entrevistados, estas carregam aspectos apontados como convencionalização da agricultura orgânica com base em aspectos da agricultura convencional, orientada para o lucro e domínio tecnológico para ampliar a produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, lançou-se um olhar integrado acerca da produção orgânica buscando compreender não só a percepção dos produtores acerca da agricultura orgânica, mas também como significam este tipo de produção e a assimilação ou rejeição destes significados nas suas práticas. Com isso, obteve-se um diagnóstico ampliado da agricultura orgânica como um fenômeno cultural a partir do estudo em profundidade de um grupo de produtores de uva orgânica.

De forma geral, os resultados indicam que, tanto a compreensão quanto uma ação efetiva de transformação da agricultura orgânica como uma alternativa viável frente a agricultura convencional, passam por uma construção de significados positivos capazes de romper com barreiras culturais e sociais. Para isso, a agricultura orgânica é avaliada à luz de benefícios individuais, capazes de justificar socialmente a alteração nos padrões de produção. Com base nos significados positivos, os produtores reorientam suas práticas, reconstruindo percepções ideológicas distintas àquelas predominantes na agricultura convencional, reorganizando seus modos de produção e se encorajando a enfrentar os riscos da conversão. Assim, apesar de reconhecer na agroecologia um modelo de produção alternativo, a percepção culturalmente construída

acerca da agricultura e imposições do sistema atual faz com que o produtor oriente suas práticas com base em critérios de produção e rentabilidade.

A ampliação do mercado de uva orgânica estimula a incorporação de novos produtores. Contudo, carrega consigo uma tendência à aproximação deste tipo de agricultura com a agricultura convencional. Pelo fato de os produtores de uva serem majoritariamente pequenos produtores, os resultados contribuem na compreensão dos processos de cooptação e convencionalização da produção orgânica. Assim como a agricultura industrial tem se apropriado da agricultura orgânica (GUTHMAN, 2007), agricultores agroecológicos também incorporam nas suas práticas aspectos ligados à agricultura convencional, como a busca pela maximização do lucro e da produção.

Ao dar luz ao caso dos produtores de uva orgânica da Serra Gaúcha, deve-se reconhecer que este é um produto específico que não representa a produção orgânica brasileira como um todo. Desta forma, os resultados devem ser tomados como um plano de reflexão teórica e não como uma descrição do setor. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros envolvam produtores que comercializam seus produtos *in natura* em feiras de produtor, visto que possuem dinâmicas de comercialização próprias, mais próximas do consumidor final, podendo assim apresentar significados e práticas distintas. Com isso, espera-se ampliar a compreensão dos aspectos culturais que envolvem a busca por modos alternativos de produção agrícola.

REFERÊNCIAS:

- BLANC, J.; KLEDAL, P. The Organic Sector of Brazil: Prospects and Constraints of Facilitating Smallholders' inclusion. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 142-154, 2012.
- BURTON, R. Seeing through the 'good farmer's' eyes: towards developing an understanding of the social symbolic value of 'productivist' behaviour. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 2, p. 195-215, 2004.
- DALMORO, M. Construção de significados culturais: uma análise do mercado de suco de uva orgânico. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 14, n. 1, p. 97-109, 2015.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **The world of goods: towards an anthropology of consumption**. London: Allen Lane, 1978.
- EGOZ, S.; BOWRING, J.; PERKINS, H. Tastes in tension: form, function, and meaning in New Zealand's farmed landscapes. **Landscape and Urban Planning**, v. 57, n. 3, p. 177-196, 2001.
- GEERTZ, C. **Local knowledge: further essays in interpretative anthropology**. New York: Basic Books, 1983.
- GEIGER, S.; KJELLBERG, H.; SPENCER, R. Shaping exchanges, building markets. **Consumption Markets & Culture**, v. 15, n. 2, p. 133-147, 2012.
- GUTHMAN, J. Regulating meaning, appropriating nature: the codification of California organic agriculture. **Antipode**, v. 30, n. 2, p. 135-154, 1998.
- GUTHMAN, J. The polanyian way? Voluntary food labels as neoliberal governance. **Antipode**, v. 39, n. 3, p. 456-478, 2007.
- HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.
- HUGHNER, R.S.; MCDONAGH, P.; PROTHERO, A.; SHULTZ II. C.; STANTON, J. Who are organic food consumers? A compilation and review of why people purchase organic food. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 6, n. 2-3, p. 94-110, 2007.
- INSTITUTE OF FOOD SCIENCE AND TECHNOLOGY. Organic food. Disponível em www.ifst.org/document.aspx?id=386. Acesso em 13 maio de 2015.
- KALTOFT, P. Values about Nature in Organic Farming Practice and Knowledge. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n. 1, p. 29-53, 1999.
- LOCKIE, S.; HALPIN, A. The 'Conventionalisation' Thesis Reconsidered: Structural and Ideological Transformation of Australian Organic Agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 45, n. 4, p. 284-307, 2005.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Analyzing social settings**: a guide to qualitative observation and analysis. Belmont, CA: Wadsworth, 1995.

MCCRACKEN, G. Culture and consumption: a theoretical account of the structure and movement of cultural meaning of consumer goods. **Journal of Consumer Research**, v. 13, n. 1, p. 71-84, 1986.

NIEDERLE, P. A.; RAULET, M. Agricultura familiar e mercados para produtos orgânicos: o desafio de integrar novos circuitos de comércio. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, v. 52, **Anais...**, Goiana: Sober, 2014.

PRESS, M.; ARNOULD, E. Legitimizing community supported agriculture through American pastoralist ideology. **Journal of Consumer Culture**, v. 11, n. 2, p.168-194, 2011.

PRESS, M.; ARNOULD, A.; MURRAY, J.B.; STRAND, K. Ideological challenges to changing strategic orientation in commodity agriculture. **Journal of Marketing**, v. 78, n. 6, p. 103-119, 2014.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**. v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

STASSART, P.; JAMAL, D. Agriculture biologique et verrouillage des systèmes de connaissances. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 25, p. 117-131, 2012.

SUTHERLAND, L. A.; DARNHOFER, I. Of organic farmers and 'good farmers': Changing habitus in rural England. **Journal of Rural Studies**, v. 28, s.n., p. 232-240, 2012.

THOMPSON, C.J.; COSKUNER-BALLI, G. Countervailing market responses to corporate co-optation and the ideological recruitment of consumption communities. **Journal of Consumer Research**, v. 34, n. August, p. 135-152, 2007.

WARDE, Alan. Consumption and theories of practice. **Journal of Consumer Culture**. v. 5, n. 2, p. 131-153, 2005.

WILSON, G. From productivism to post-productivism...and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. **Transactions of the institute of British Geographers**, v. 26, n. 1, p. 77-102, 2001.

ZAGATA, L. How organic farmers view their own practice: results from the Czech Republic. **Agriculture Human Values**, v. 27, s.n., p. 277-290, 2010.

IV SIMPÓSIO
INTERNACIONAL

DIÁLOGOS

NA CONTEMPORANEIDADE

Tecnociência,
Humanismo e Sociedade

ISBN 978-85-8167-135-2

De 14 a 18/09/2015



TERRA INDÍGENA POR FI GÂ: A RELAÇÃO KAIN- GANG COM A NATUREZA EM ESPAÇO URBANO DO VALE DO RIO DO SINOS/SÃO LEOPOLDO¹

Emeli Lappe²

Luís Fernando da Silva Laroque³

Resumo: Os Kaingang fazem parte das Sociedades Jê e atualmente constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional, somando aproximadamente trinta mil indivíduos, os quais ocupam territórios do oeste paulista; norte, centro e oeste paranaense; oeste catarinense e região centro-norte do Rio Grande do Sul. O trabalho se vincula à continuidade de uma pesquisa que está sendo desenvolvida para a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais. O objetivo do trabalho é compreender aspectos relacionados à reciprocidade entre Kaingang e natureza, da Terra Indígena *Por Fi Gâ* localizada na cidade de São Leopoldo. A metodologia é qualitativa com análise de conteúdo. Os procedimentos metodológicos consistiram em levantamento bibliográfico, visitas a Terra Indígena *Por Fi Gâ* e diálogo com lideranças Kaingang. De acordo com as pesquisas realizadas, tomando como base teórica para análise de dados autores que estudam sobre natureza, espaço e território, percebe-se que a Terra Indígena *Por Fi Gâ*, que significa na língua Kaingang o território do pássaro fêmea *Por Fi*, localiza-se na área urbana do município de São Leopoldo, sendo todo o território considerado tradicional para os Kaingang. As famílias indígenas que estão no Vale do rio do Sinos são provenientes da Terra Indígena Nonoai, Ligerio, Votouro e Guarita. De acordo com as concepções cosmológicas Kaingang, a natureza com todas as suas possibilidades é indispensável para a vida dos indígenas, pois oferece a eles os elementos necessários para sua sustentabilidade, plantas para fazerem seus medicamentos, madeira para as habitações e taquara e cipó para a confecção do artesanato. Os Kaingang quando estão no mato, nos rios, caçando e pescando, ou até mesmo fazendo os seus rituais, reatam os laços entre humanos, natural e sobrenatural. O próprio etnônimo Kaingang significa *povo do mato*, sendo uma autoidentificação como parte da natureza, isto é, como gente do mato, remete a noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade. De acordo com os sistemas de representações Kaingang, compreende-se que a exploração das matas, dos rios e dos recursos que necessitam para a sua subsistência, siga uma lógica própria, determinada pela cultura Kaingang. Portanto, estudar aspectos dos indígenas Kaingang e sua relação com a natureza, seja em espaços urbanos ou não é relevante para conhecermos o jeito de ser Kaingang, bem como tornar suas memórias e ensinamentos compreensíveis e respeitados.

Palavras-Chave: Indígenas Kaingang. Natureza. Área Urbana. São Leopoldo.

1 INTRODUÇÃO

Os indígenas Kaingang pertencem à família linguística Jê, a qual está inserida no tronco linguístico Macro-Jê, e são considerados descendentes dos antigos Guayaná. No Rio Grande do Sul, quando iniciou a conquista, os Kaingang estavam localizados entre o rio Piratini e as cabeceiras do rio Pelotas, mas o grande território Kaingang estendia-se também pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo até atingir a região das Misiones, na Argentina (LAROQUE, 2002).

No decorrer dos séculos XIX e XX, os indígenas Kaingang tiveram seus territórios invadidos pelos imigrantes alemães, italianos e seus descendentes, instigados pelo projeto colonizador do Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os Kaingang, conforme Becker (1995), organizam-se em aldeias distribuídas em um amplo espaço que cobre várias áreas do Planalto Meridional, de territórios ao sul do rio Tietê, estendendo-se até as terras banhadas pelas bacias dos rios Jacuí, Taquari, Caí e do Sinos, na região em

1 O trabalho conta com auxílio financeiro da FAPERGS, CNPq e UNIVATES.

2 Centro Universitário UNIVATES, Graduação em História, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, bolsista FAPERGS, e-mail emilappe@hotmail.com

3 Centro Universitário UNIVATES, Doutorado em História, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Licenciatura em História. E-mail lflaroque@terra.com.br

que o Planalto Meridional limita com a Depressão Central, no atual Estado do Rio Grande do Sul. Estudos mais recentes como Freitas (2005), Laroque (2007), Tommasino (2004) tem apontado que os povos indígenas produziram seus territórios de acordo com uma concepção própria de tempo e espaço.

No século XIX houve a tentativa de confiná-los em aldeamentos e no século XX em toldos e reservas indígenas com a pretensão de reduzir seus territórios. À medida que houve a expropriação dos territórios Kaingang, cidades, fazendas e colônias foram estabelecidas sobre os mesmos, comprometendo seu espaço natural e social, mas com o passar dos anos viagens de volta e movimentações Kaingang para seus tradicionais territórios passam a ocorrer.

Segundo Freitas (2005) a ocupação Kaingang está concentrada atualmente em uma série de Terras Indígenas demarcadas pelo estado brasileiro, mas tem aumentado o número de acampamentos provisórios (*Wãre*) e aldeias fixas (*êmã*) formadas em territórios que extrapolam os limites das reservas oficiais. Este é o caso, por exemplo, do retorno dos Kaingang a territórios das regiões das bacias hidrográficas do Lago Guaíba, rio do Sinos e Taquari-Antas.

Na atualidade os Kaingang representam a maior população indígena do Brasil Meridional, somando aproximadamente trinta e sete mil indivíduos (IBGE, 2012). No Rio Grande do Sul encontramos atualmente oito áreas Kaingang em espaço urbano: três delas estão em Porto Alegre, que são as terras indígenas Morro do Osso, Morro Santana e Lomba do Pinheiro; uma na Serra Gaúcha: Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, na cidade de Farroupilha; uma no Vale do Sinos: Terra Indígena *Por Fi Gã*, na cidade de São Leopoldo; e três localizadas no Vale do Taquari, que são as terras indígenas *Jamã Pó Mág*, em Tabai, a *Jamã Tÿ Tãnh*, em Estrela, e a *Foxá*, em Lajeado. Outros pequenos grupos são itinerantes e ficam em acampamentos temporários chamados de *wãre*, localizados próximos a rodovias, viadutos, margens de rios, florestas etc. com a finalidade de garantir a sustentabilidade econômica e comercializar o artesanato.

Este trabalho, tomando como delimitação temporal uma Terra Indígena urbana no Vale do Sinos, tem como objetivo compreender aspectos relacionados à reciprocidade entre Kaingang e a natureza da Terra Indígena *Por Fi Gã* localizada na cidade de São Leopoldo.

O artigo desenvolvido é parte da pesquisa que realizamos para o trabalho monográfico de conclusão do Curso de Licenciatura em História na Univates/Lajeado e igualmente se vincula a uma pesquisa que está sendo desenvolvida para a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

Como base teórica para análise de aspectos relativos à temática de pesquisa nos embasamos em autores que estudam sobre cultura, natureza, espaço e território relacionado às populações indígenas como Seeger e Castro (1979), Little (1994), Tommasino (2000) e Laroque (2007). Salientamos que os referidos trabalhos constituem-se de estudos que abordam populações Kaingang, bem como de outras etnias indígenas americanas contemplando principalmente as relações entre indígenas e natureza.

A metodologia enquadra-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo, no qual pesquisamos e analisamos aspectos socioculturais e históricos dos Kaingang que residem no Vale do Sinos. A metodologia baseou-se em levantamentos bibliográficos e visitas à Terra Indígena *Por Fi Gã*. Para isso, utilizamos o método da História Oral baseado em Brand (2000) para o registro de diálogos com lideranças Kaingang e moradores da Terra Indígena. Valemo-nos de um roteiro com questões semiestruturadas que serviram como base para os delineamentos das conversas com os Kaingang, que foram registradas e posteriormente degravadas com a opção de se respeitar, no texto, as expressões originais contidas nas falas dos indígenas.

2 SÃO LEOPOLDO: PASSADO E PRESENTE KAINGANG

A Terra Indígena *Por Fi Gã*, que significa na língua Kaingang o território do pássaro fêmea *Por Fi*, localiza-se na área urbana do município de São Leopoldo, sendo todo o território considerado tradicional para os Kaingang. As famílias Kaingang que estão no Vale do rio do Sinos são provenientes da Terra Indígena Nonoai, Ligerio, Votouro e Guarita e iniciaram as suas movimentações para o território do Vale do Rio do Sinos por volta da década de 1990.

Foi no ano de 1989, até onde temos conhecimento, que os Kaingang recorrendo a deslocamentos mais sistemáticos retornaram para a cidade São Leopoldo. O interesse dos indígenas estava voltado à venda do

artesanato, logo, semelhante ao tempo dos antigos, passaram a circular entre São Leopoldo e Nonoai, onde até então estavam vivendo.

A escolha da cidade não foi por acaso, mas apresenta um caráter simbólico em decorrência de representar o tradicional território Kaingang e por ser um local adequado para comercializarem o seu artesanato. Quando perguntado por que a cidade de São Leopoldo foi justamente um dos lugares que os Kaingang desejaram se deslocar, esse Kaingang narra:

Isso por causa que, dos negócios também artesanais né. Uma família vem de um lugar, de uma aldeia, outros de outra aldeia, e daí se juntaram umas cinco, seis famílias e aí fizeram o acampamento, e daí acabaram morando em São Leopoldo um poquinho ali, um poquinho lá muitas 'vez' as entidades governamentais atropelando de volta pros seus lugares, e eles sabendo que dos direitos deles de cidadão, direito de ir e vir e aquela história que os ancestrais moravam aqui. Então, tão vindo de volta ocupa, mora no território dos seus antepassados. Isso tudo tá em memória. Porque pra eles não existe fronteira, é um mundo aberto, territórios abertos, acostumados a andá. Então eles entendem que a terra que Deus deu é de toda humanidade, não tem dono. Eles entendem assim por isso que eles moram no lugar que eles gostam. Então eles foram se apossando, morando e diante de não bem acolhidos eles foram teimando. E até que um tempo eu cheguei nessa comunidade trabalha, e eu representava o conselho dos povos indígenas dentro do Estado e daí eu tinha autonomia de negócios e projetos e aí comunidade ali me pediu, tinha quinze famílias na época quando eu cheguei (ED, 16/06/2012, p.1).

Inicialmente os Kaingang não tinham moradia neste centro urbano e ficaram estabelecidos na antiga rodoviária, permanecendo neste local por quinze dias (LAZZARI, 2010). O novo local destinado aos Kaingang localizado próximo à estação rodoviária da cidade era considerado um terreno insalubre, pois se tratava de um aterro sanitário. Além disso, oferecia riscos devido ao intenso fluxo de veículos e pela vizinhança não indígena apresentar um histórico de drogas, assaltos, tráfico, furtos, etc. (GARLET, 2010). Segundo Lazzari (2010), neste local não permaneceram por muito tempo retornando para Nonoai.

Foi somente em 1996 que algumas famílias Kaingang vieram definitivamente para São Leopoldo. Neste mesmo ano montaram seu aldeamento provisório (*wãre*) no terreno próximo aos Diques do Rio do Sinos, mas tiveram que se afastar desse local por localizar-se próximo ao centro e tornava-se perigoso para as crianças. Posteriormente após a permissão da FUNAI para se fixarem na cidade de São Leopoldo iniciaram a mudança de local de suas moradias, passando para a Avenida Caxias do Sul (LAZZARI, 2010).

Em 1997, foram transferidos para uma área próxima ao ginásio municipal de São Leopoldo, em zona central da cidade e, depois foram deslocados pela prefeitura para a Vila dos Tocos. Ficaram morando lá por um ano, de 1998 a 1999. Conforme Lazzari (2010), o grupo permaneceu embaixo da ponte da BR 116, até o ano de 2000. Neste ano, precisamente no mês de julho, devido às fortes chuvas, o rio transbordou, fator que obrigou os indígenas Kaingang a se deslocarem novamente. Os Kaingang foram levados para a região acima do rio do Sinos, junto ao viaduto da BR 116, acesso à entrada e saída de São Leopoldo.

No processo de discussões e negociações com os não indígenas, foi proposta a construção de casas, mas seria preciso deslocarem-se para as margens da BR 116, na região central da cidade, numa área de quatro hectares. Este espaço de terra localizava-se na rua São Domingos, e no terreno os indígenas começaram a construir suas casas no ano 2000. Neste momento os Kaingang decidiram ter um cacique, sendo eleito a liderança Darci Fortes (LAZZARI, 2010).

No ano de 2005 novas famílias começaram a chegar, dentre elas importantes lideranças atuais como: José Vergueiro, Dorvalino Cardoso *Refej*, Rosalina Aires dos Santos e Alécio *Garféj* de Oliveira. Aos poucos a comunidade começou a se organizar. Quando Dorvalino Cardoso *Refej* chegou na Comunidade Kaingang em São Leopoldo, ele começou a lutar junto com demais lideranças para melhorias da instalação dos indígenas na área urbana. A partir disso fizeram reuniões, procuraram por terrenos e encontraram o atual local.

Daí pediram pra eu fazer um projeto de casas e outros mas ali onde eles estavam morando ali perto do, do Charrua perto do curtume ali, próximo da BR 116, perto da rodoviária, eram um lugar assim que não era adequado. Tinha banhado, jogavam restos de lixo hospitalar, chovia, muito mosquito, cheiro ruim, e não tinha espaço pra fazer um projeto pra construir né nem pra uma horta comunitária. Daí eu falei pra eles que o lugarzinho não era adequado e daí nós vamos negociá. Daí eu fui conhece o prefeito, fiz amizade com ele e já marquei uma audiência com ele né. Daí outro dia ele chama o grupo pra reunião, eu e mais um cinco seis, aí eu coloquei pra ele a situação né, disse que ele tinha um grande problema pra acertar com a comunidade indígena e o problema também era da comunidade. Então tinha que se junta prefeitura

e os indígenas pra resolve o problema, que o problema era dos dois lados. E ele disse que ia resolve esse problema até o final da gestão dele. Dito e feito: levo nós em vários lugares pra nós vê as terra né, pra morá e aí fomos eu e uns quantos em vários terreno de prefeitura né e acabamo gostando aqui! Vai fazer cinco anos que tamo aqui, já estruturamo uma boa parte, falta ainda, posto de saúde, daí fica mais estruturado e tamo lutando por mais pedaço de terra pra produzi (ED, 16/06/2012, p.2).

Segundo Lazzari (2010), neste mesmo ano iniciaram-se longos debates com as lideranças indígenas, FUNAI, Ministério Público Federal, Órgãos do Estado e Poder Público Municipal a fim de ser encontrada outra área com melhores condições de moradias aos indígenas Kaingang. Em 2007, segundo Lazzari (2010), a prefeitura de São Leopoldo realizou o processo de desapropriação de terra para a efetiva moradia dos indígenas Kaingang. Nesse processo negociou com as lideranças a escolha do local, pois acreditaram que o terreno no bairro Feitoria era adequado as suas necessidades.

No ano de 2008, foi definitivamente destinado um local aos Kaingang (LAZZARI, 2010). Segundo Marinez Garlet (2010) quando os Kaingang foram transferidos das margens da BR 116, no trevo de acesso a São Leopoldo, para o bairro Feitoria Seller, a comunidade Kaingang resolveu nomear a Terra Indígena de *Por Fi*. Segundo Lappe; Laroque (2013), em 2011, a TI teve um acréscimo ao nome, passou a se chamar Terra Indígena *Por Fi Gâ*, acrescentando *Gâ* (território) em sua nomenclatura. A partir disso, o nome da Comunidade ficou *Por Fi Gâ*, que significa território do pássaro fêmea *Por Fi*.

Atualmente os Kaingang residentes em São Leopoldo vivem em uma área de 10,04 hectares, cedida pela Prefeitura Municipal na estrada do quilombo, bairro Feitoria Seller. A comunidade é composta por cerca de quarenta e quatro famílias, somando aproximadamente 160 pessoas, bem como as lideranças José Vergueiro, atual cacique, Josiel de Oliveira, vice-cacique, bem como uma agente indígena de saúde e professores bilíngues (DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2014). Na Terra Indígena, além da venda do artesanato que é uma das formas de sustentabilidade econômica do grupo, os indígenas Kaingang também trabalham em indústrias locais e possuem hortas individuais e coletivas.

A Terra Indígena *Por Fi Gâ* possui uma escola indígena e professor bilíngue. As crianças até a 4ª série do Ensino Fundamental estudam dentro da TI, após são matriculadas na rede de ensino regular em uma escola estadual nas imediações da comunidade indígena. A escola além de um registro mitológico comum, também compartilham crenças e práticas acerca de suas experiências rituais.

A cidade de São Leopoldo é compreendida pelos Kaingang como um *ëmã mág*, ou seja, uma cidade grande que lhes apresenta possibilidades de comercialização devido à circulação tradicional onde seus pais e avós circulavam por todo o Vale dos Sinos.

3 SINTONIA HARMONIOSA NA POR FI GÂ: A RECIPROCIDADE DA MÃE NATUREZA COM OS INDÍGENAS KAINGANG

Na cosmologia Kaingang, o universo natural, social e sobrenatural interage mutuamente. Na visão de mundo das sociedades indígenas, o cosmos inclui tanto a sociedade como a natureza que interagem continuamente. Natureza e sociedade representam uma oposição que se interrelaciona através de um processo de reciprocidade através de símbolos, mitos e cerimoniais (GIANINI, 1994). Nesse sentido, homens, animais, vegetais e espíritos estão unidos simbolicamente nos mitos e ritos e nas ações do cotidiano das comunidades indígenas. Todas as sociedades, sendo elas indígenas ou não-indígenas têm sua concepção de universo e surgimento da sociedade. Sobre isso Giannini salienta:

Todos os povos desenvolvem teorias para entender o mundo. A cosmologia de cada sociedade representa a ordenação do universo, ordem esta que está vinculada a todos os aspectos da vida societária. Por outro lado, Lévi-Strauss (1962) coloca que o conhecimento do mundo da natureza repousa no desejo universal que têm todos os povos de conhecer e classificar seu meio ambiente, seja simplesmente pelo saber em si, seja pela satisfação de impor um padrão ou de ordenar o "caos" (GIANINI, 1994, p.150).

O território e a natureza para o povo Kaingang são categorias imbricadas que sobrepõem-se e estão compostos pela mata, campo, serra, capoeira, planície, morro, rio, nascente de rio, cachoeira, etc. São nesses espaços que os Kaingang exercem atividades de caça, pesca, coleta e cultivo de produtos (TOMMASINO, 2004). Assim, é possível observar que o espaço territorial Kaingang é conhecido e classificado nas suas especificidades, e a utilização dos elementos da natureza implica relações de respeito e harmonia dos humanos para com eles.

De acordo com as concepções cosmológicas Kaingang, a natureza com todas as suas possibilidades é indispensável para a vida dos indígenas, pois oferece a eles elementos necessários para sua sustentabilidade, plantas para fazerem seus remédios, madeira para as habitações e taquara e cipó para o trançado do artesanato.

Além disso, para os Kaingang a mãe natureza e seus elementos são possuidores de espíritos e é possível que o indígena se comunique com estes espíritos. Sobre isso uma liderança argumenta:

A própria mata, a própria árvore ela é, tá, todo o movimento da terra, a mata as árvores elas sabem.[...] as árvores elas falam. As árvores elas conversam da meia noite a uma hora da manhã. Naquele intervalo elas conversam, elas dormem, a água dorme também. Porque a água dorme? Porque as vezes você tem um riachozinho que tem bastante pedra né, as vezes antes de você chegar ali tu vê o barulho da água, dá aquele barulho, tipo uma cachoeira, a cachoeira dorme chego naquela hora eles tão dormindo. Quando vai pro lado da madrugada duas horas pra frente daí eles acordam tudo. Daí tu vê, as árvore falando. Qual é a fala delas? Elas começam ringir, por mais que não tenha árvore perto que elas se enrosquem um galho em outro pra fazê aquele ringido, entendeu? Aquele som, por exemplo, a árvore quando uma começa, todas elas conversam. Mas da meia noite a uma hora elas tão quieta. Das duas em diante elas conversam o que elas querem. A cachoeira a mesma coisa tu vê a cachoeira fazendo barulho caindo a água daí da meia noite a uma hora tu vai lá e não vê barulho nenhum. E das duas em diante elas largam o barulho, ela vem com força. Então é todo o movimento que a natureza faz, e nesse intervalo, então diziam os antigo que é uma hora em que todos os espírito mal eles estão andando, aqueles espírito que, pagão, aqueles que não se salvam como dizem os padre, aqueles tão andando eles tão nas terra. É o momento que eles estão andando. Daí todo aquele movimento da terra que a natureza acompanha [...] (EC, 15/05/2012, p.9).

O próprio etnônimo Kaingang significa *povo do mato*, sendo uma autoidentificação como parte da natureza, isto é, como gente do mato, remete a noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade (TOMMASINO, 2005). De acordo com os sistemas de representações Kaingang, bem como suas conexões e implicações, é que torna compreensível a exploração das matas, dos rios e dos recursos que necessitam para a sua subsistência, siga uma lógica própria, determinada pela cultura Kaingang.

Através de estudos e vista na Terra Indígena *Por Fi Gâ*, percebe-se que os Kaingang estão atrelados com a natureza, pois faz parte da sua cultura ter uma relação harmoniosa e de reciprocidade com a natureza. Em depoimento, um Kaingang ressalta a importância da mata para os indígenas e de sua preservação. O entrevistado C evidencia:

[...] o índio o meio ambiente, a natureza ela é tão importante pra nós, que pra nós ela é a nossa vida né, porque nós índio nós temo certa prática, certo conhecimento da natureza [...] Então quanto o meio ambiente, por exemplo, quando parte da mata anssim, por exemplo, da natureza, a água, a árvore ervas medicinais desde minério né? E outros a gente já tem certo conhecimento também porque aonde existe hoje, por exemplo, uma mata nativa intocada desde os dias de hoje né você vê coisas que muitas pessoas não viu porque ela é uma mata nativa mesmo um a mata virge que se diz ela nunca foi tocada ali tá toda a vida de uma pessoa ta dentro dessas mata que nunca foi tocada. Ela é muito rica! Então eu digo rica porque ela ainda ela ta ainda intacta que ela não foi explorada e tudo né o que se for pensa tem dentro dela tem em termos de água, fauna, flora né? E minério também, reservas que tem né? Inclusive uma época lá em Nonoai onde eu nasci a gente descobriu uma fonte de água mineral aonde eu peguei e levei lá pra Chapecó pra faze uma análise na água e aonde foi comprovado que era água mineral como tem outros também. Então existe hoje as reserva dentro do nosso estado já digo assim de preservação permanente. Até meus parente lá outro índio Kaingang que nem eu da minha família mesmo eles tem assim por responsabilidade de cuida né? Aquela reserva né? Muito rica com araucárias, muita araucária! Naquela terra tem muito pinhão né e aonde traz alimentação para a comunidade né? Dali já sai o pinhão pra venda, dali do pinhão já é feita uma farinha que é consumida com carne né? ela é muito rica em proteína, tem o coquinho jirivá que ele é muito rica em vitamina em proteína[...] (EC, 15/05/2012, p.1).

Ainda relacionado ao respeito para com a natureza, o Kaingang A enfatiza:

Ah... Esses dias dali de São Leopoldo eu tive que *i* perto de praia pra lá pra pode busca nosso material, daí agente vai vendo. Cada chegada desses mato agente vê a diferença por isso que eu digo que agente tem que pensar diferente do branco né. O nosso pensa mesmo é de olha pro mato, pra natureza né, olha pra esses material que nós trabalhemos né, mas quando agente chega nesse mato, mato em redor fica muito pequeno, porque o olhar do branco, o pensamento do branco é o dinheiro né, o pensar do branco é enriquecer é acaba com o mato é construí condomínio, construí prédio, é aluga, é... esse é o olhar do branco né e nós é diferente de preserva o mato, de preserva nossos materiais né, preservar nossos peixes que existe nas água nos rio, preserva as fonte né (EA, 15/12/2011, p.4).

A partir desses depoimentos percebe-se a importância que a natureza exerce sobre a vida dos Kaingang. Eles têm respeito pelas matas e por todos os seus elementos. Em uma entrevista realizada com um Kaingang, perguntamos a ele sobre essa relação com a natureza e a importância que ela exercia para a comunidade. Durante a conversa ele salienta:

É importante. A nossa crença é que nós respeita eles. Porque essa natureza tem uma força né que se você se aproxima dele essa força, com essa força ele te ajuda né, tipo o chá. O interessante é o chá. Se você conversa com ele, ele te cura de qualquer tipo de doença. Só que tem que acredita né (ED, 16/06/2012, p.4).

Os indígenas Kaingang devem estar sempre em sintonia com a natureza, pois os animais, as plantas, as florestas, e os espíritos também fazem parte de sua vida e de sua cultura. A natureza com todas as suas possibilidades continua indispensável para a vida dos Kaingang. A mata oferece as coletividades indígenas a sua sustentabilidade, além de estar relacionada aos diversos significados que norteiam a sociedade Kaingang.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações abordadas neste artigo referente as concepções Kaingang sobre a mãe natureza, é possível compreender que um espaço territorial para os Kaingang precisa ser composto por áreas de serras, campos e floresta, no qual estes indígenas possam recordar as atividades de caça, pesca, coleta e cultivo de alimentos praticadas pelos antepassados.

Mesmo inseridos em área urbana, a reciprocidade dos indígenas Kaingang com a natureza segue a lógica própria de sua cultura, visto que é na natureza que se encontram prescritos os códigos identitários, culturais do modo de Ser Kaingang. Portanto, estudar aspectos dos indígenas Kaingang e sua relação com a natureza, seja em espaços urbanos ou não é relevante para conhecermos o jeito de ser Kaingang, bem como tornar suas memórias e ensinamentos compreensíveis e respeitados.

REFERÊNCIAS:

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, [1976] 1995.

BRAND, Antônio. História Oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos. **História Unisinos**. vol.4. n.2, 2000. p.195-227.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

DIÁRIO DE CAMPO de 27/11/2014. Visita a Terra Indígena *Por Fi Gã*. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Lajeado e Estrela**. Lajeado: Univates. 27 nov 2014. 2 p.

EA – **Entrevistado A**: depoimento [15 dez. 2011]. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2011. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Emeli Lappe.

EC – **Entrevistado C**: depoimento [15 mai. 2012]. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2012. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Emeli Lappe.

ED – **Entrevistado D**: depoimento [16 jun. 2012]. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2012. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Emeli Lappe.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Mrur-Jykre – a cultura do cipó**: territorialidades Kaingang na margem leste do lago Guaíba, Porto Alegre, RS. 2005. 464f. Tese (Doutorado) – Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARLET, Marinez. **Entre cestos e colares, faróis e parabrissas**: crianças Kaingang em meio urbano. 2010. 266 f. dissertação (mestrado) – Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

GIANINI, I. V. Os índios e suas relações com a natureza. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p. 145-152, 1994.

LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Um Estudo sobre Indígenas Kaingang em Áreas Urbanas no Rio Grande do Sul**. *História e-História*. Campinas. v. 00, n. 00 set. 2013. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=246>> Acesso em: 27 set. 2013.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico-Arqueológico do Rio Grande do Sul**. Canoas, La Salle: 2002.

_____. Fronteiras geográficas, étnicas e cultural envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil – (1889-1930). Instituto Anchieta de Pesquisas. **Pesquisa - Antropologia, n. 64**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LAZZARI, Marília Dupont. **Comunidade Kaingang Por Fi**: indígenas no espaço urbano e o olhar da imprensa (São Leopoldo, RS, 1996 – 2009). 2010. 80f. Monografia (Graduação) – Curso de Especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2010.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de história. **Revista de Pós-Graduação em História da UNB**. Brasília. v. 2, n. 4, p. 5-25.1994.

SEEGGER, Antony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros. **Terras e Territórios Indígenas no Brasil**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1979. p. 101-109.

TOMMASINO, Kimiye. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; TOMMASINO Kimiye (orgs). **Uri e Wãxi** – Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Ed. UEL, 2000. p. 191-226.

_____. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio; NOELLI, Francisco (org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004. p.355-413.

_____. Considerações etnológicas a partir de dois conceitos Kaingang: GA e KRI. **VI reunião de antropologia Del mercosur**. Montevideo, Uruguay – 16 al 18 de novembro de 2005. p.1-17.

IV SIMPÓSIO
INTERNACIONAL

DIÁLOGOS

NA CONTEMPORANEIDADE

Tecnociência,
Humanismo e Sociedade

ISBN 978-85-8167-135-2

De 14 a 18/09/2015

 UNIVATES

EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA BA- CIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ III: PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA

Luzia Klunk¹

Jane M. Mazzarino²

Resumo: A educomunicação socioambiental visa fortalecer as vias de reflexão e ação social, estimulando a discussão crítica, formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável. Trata-se de uma educação cidadã emancipatória, caracterizada pela democratização da comunicação, transversalidade, educação em rede e interatividade, agregando saberes. Entende-se que a discussão crítica pode ser alcançada com a utilização de metodologias participativas. Assim, investiga-se no Programa Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, realizado na Bacia Hidrográfica Paraná III, como as metodologias participativas possibilitam processos de educomunicação socioambiental em recursos hídricos. Este programa abarca governos municipal, estadual e federal, cooperativas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores. Os projetos que compõem o Cultivando Água Boa são interconectados de forma sistêmica e holística e foram criados à luz de documentos planetários como a Carta da Terra, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio. A intenção do programa é promover uma tessitura em rede, agregando experiências, cuidados socioambientais e saberes existentes nas bacias hidrográficas, valorizando o conhecimento local. Para isso utiliza-se de uma metodologia de ação que inicia com a seleção da microbacia, sensibilização das comunidades e criação do Comitê Gestor da bacia, seguindo com Oficinas de Futuro, assinatura de convênios, ajustes de parcerias e, por fim, realização do Futuro no Presente. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a educomunicação socioambiental, a fim de discutir o programa em suas articulações com esta área de conhecimento. Esta é uma etapa da tese de doutorado que vai fazer um estudo de caso do Programa Cultivando Água Boa.

Palavras-chave: Educomunicação socioambiental. Metodologias participativas. Programa Cultivando Água Boa.

1 INTRODUÇÃO

A educomunicação socioambiental atua numa intervenção social, com uma intencionalidade educativa. O termo socioambiental ressalta a indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais e a dimensão pedagógica refere-se à educação participativa, baseada no diálogo. Para a gestão da comunicação nos espaços educativos, mostra-se necessário trabalhar com metodologias participativas e problematizadoras. Nesse contexto, o Programa Cultivando Água Boa, por utilizar-se dessas metodologias em um projeto sistêmico e global, permite avançar nas reflexões sobre estas metodologias na área da educomunicação socioambiental.

Trata-se de um programa da Hidrelétrica Itaipu Binacional e parceiros que estabelece uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná III, localizada no oeste do Paraná. Este programa abarca governos municipal, estadual e federal, cooperativas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores.

O Cultivando Água Boa se utiliza da educomunicação socioambiental visando à construção de uma sociedade mais sustentável, com ênfase na atuação coletiva e participativa. O programa foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a melhor gestão de recursos hídricos do mundo. Concorrendo com quarenta iniciativas de todos os continentes, o programa conquistou o primeiro lugar na categoria “Melhores práticas em gestão da água” da 5ª edição do Prêmio Água para a Vida 2015³. A entrega do prêmio ocorreu no dia 30 de março de 2015 em Nova Iorque.

1 Univates, Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, CAPES, luziaklunk@yahoo.com.br.

2 Univates, Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, CNPq e FUVATES, janemazzarino@univates.br.

3 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/noticias/itaipu-vence-premio-da-onu-com-programa-cultivando-agua-boa>

Assim, neste artigo se faz uma revisão bibliográfica sobre a educomunicação socioambiental, a fim de discutir o Programa Cultivando Água Boa em suas articulações com esta área de conhecimento. Trata-se de uma etapa da tese de doutorado que fará um estudo de caso do Programa.

2 A EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, realizada em 1992, para debater sobre a educação ambiental e a comunicação socioambiental, diversos eventos, fóruns e conferências foram realizados. Este, porém, foi um marco, pois naquela ocasião foi redigida e aprovada a Agenda 21 Internacional, que procura sintetizar um plano de ação global para as questões em meio ambiente. A partir disso a educação é pensada como uma forma de promover a conscientização pública para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2008).

A educomunicação, por sua vez, iniciou como um movimento popular, em que o comunicador popular denunciava os meios de comunicação política e ideologicamente. Mais tarde, passou a ser vista como um campo de intervenção social, com uma intencionalidade educativa. A produção da comunicação educativa tem como foco proporcionar ao destinatário a tomada de consciência da realidade, a reflexão, e gerar discussão, num processo de transformação (BRASIL, 2008).

Educomunicação socioambiental, então, é conceituada como o “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (BRASIL, 2008). O foco é na geração de saberes enquanto produção cultural, interação social e com a natureza, baseada em princípios democráticos e de estímulo à autonomia.

A educomunicação socioambiental está integrada às diretrizes da política ambiental brasileira, a qual prevê transversalidade, transparência, controle social e participação. A Lei 9.795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) refere que a educação ambiental ocorre por meio de

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999)

No seu Art. 3. a PNEA incorpora a importância dos meios de comunicação para “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”. O artigo se refere aos meios de comunicação de massa, mas pode-se entender que outras formas de comunicação também podem introduzir a dimensão socioambiental como parte dos seus conteúdos, já que a PNEA cita que a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e também não formal.

Tanto em processos formais quanto informais, os princípios que norteiam a educomunicação socioambiental são: a) o diálogo permanente e continuado; b) a interatividade e produção participativa de conteúdos; c) a transversalidade; d) o encontro/diálogo de saberes; e) a proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; f) a democratização da comunicação e a acessibilidade à informação socioambiental; g) o direito à comunicação; e h) a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana. Portanto, deve-se priorizar o diálogo, a participação, a transversalidade e a integração (BRASIL, 2008).

Soares (1999) sistematizou a educomunicação ambiental e cinco subáreas: expressão comunicativa (uso da arte), educação para a comunicação (consciência crítica), mediação tecnológica nos espaços educativos (uso da tecnologia), gestão da comunicação nos espaços educativos e reflexão epistemológica (compreensão das relações entre comunicação e educação). A gestão da comunicação nos espaços educativos é aquela que se aplica para o objetivo deste artigo. Ela é caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, buscando um planejamento e uma implementação organizada dos recursos da informação com o objetivo de tornar eficaz a construção dos ecossistemas comunicativos. Esta subárea é a que garante coordenação e eficiência às demais áreas, permitindo que se obtenha visibilidade para as ações educacionais.

Para Káplun (1998), a cada tipo de educação corresponde uma determinada prática de comunicação. No caso da educação com ênfase nos processos, o autor destaca a importância do processo de transformação das pessoas e das comunidades, preocupando-se com a interação dialética entre as pessoas e a realidade e com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e da consciência social.

Para Freire (2002) este modelo tem como pressuposto central a educação para a democracia e com instrumento para a transformação da sociedade. Ele baseia-se na participação ativa do sujeito no processo educativo e tem a perspectiva de formar para a participação social. Trata-se do paradigma crítico-emancipatório, o qual está vastamente reconhecido na área da educação e que permeia o campo emergente da educomunicação. Para Loureiro, que se situa no paradigma crítico-emancipatório, a educação pode contribuir para o

[...] processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma nova ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne (LOUREIRO, 2006, p. 90).

Para ele, uma educação ambiental emancipatória é construída em contextos coletivos de aprendizagem baseados na dialogia, no exercício da cidadania, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade⁴, o que depende dos modos de interatividade entre os sujeitos e da transversalidade entre as diversas áreas. Portanto, aí se insere a natureza comunicacional da prática educativa: refere-se à comunicação entre sujeitos e entre áreas, o que está sempre contextualizado culturalmente. Ou seja, o contexto cultural é um elemento que influencia e medeia o processo educacional socioambiental.

“A produção de conhecimento, então, está em movimento, em consonância com os contextos de aprendizagem, como os encontros, em função de sua mobilidade e das diferentes formas em que vem acontecendo a transversalização da educação ambiental (...)” (TRISTÃO e FASSARELLA, 2007, p. 88). Dessa forma, a educação ambiental se inter-relaciona com outros espaços e tempos educacionais, ocasionando uma transversalidade que pode ser associada à produção do conhecimento em rede. Portanto,

[...] a educação ambiental é um processo educativo que busca não apenas compreender ou transformar conhecimentos, mas sim superar a visão fragmentada da realidade através da construção e reconstrução de conhecimento sobre ela, num processo de ação e reflexão, de modo dialógico (BRACAGIOLI, 2007, p. 230).

Ou seja, é preciso uma visão complexa do ambiente, “sendo este compreendido como um espaço relacional em que o homem é um agente que pertence à teia de relações sociais, naturais e culturais e interage com ela” (BRACAGIOLI, 2007, p. 230). Estes movimentos, encontros, atravessamentos, interações, visão holística, posicionamento ético-político e a matriz crítica-emancipatória que caracterizam a educação ambiental para Kaplún, Freire, Loureiro, Bracagioli, Tristão e Fassarella também permeiam os processos educacionais.

Em síntese, podemos assim concluir que a educomunicação socioambiental deve trabalhar metodologias participativas e problematizadoras, alimentar processos de comunicação mais diversos e dialógicos possíveis, criando e animando ecossistemas comunicacionais de modo a fortalecer as vias de reflexão e ação social, estimulando a discussão crítica, organização e pacto social, formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável (MARTIRANI, 2009, p. 13).

Para proporcionar uma educação democrática, interativa e baseada no diálogo é necessário uma metodologia que tenha a marca da participação. Os componentes das metodologias participativas devem “prever o contexto de aplicação, a natureza do projeto, o acesso e controle dos recursos naturais e econômicos do projeto e a trajetória do grupo social em questão” (BRACAGIOLI, 2007, p. 231). O Programa Cultivando Água Boa, por utilizar-se dessas metodologias em um projeto sistêmico e global voltado para educação ambiental em ecossistemas comunicativos, se constitui em um objeto de estudo para ampliar as reflexões no campo da educomunicação socioambiental. Para Friedrich (2014, p. 200), idealizador do Programa Cultivando Água Boa,

[...] a Educação Ambiental (aliás, toda educação precisa ser também ambiental) será digna de marcar a história se contribuir decididamente para gerar o engajamento da sociedade, a compreensão da gravidade do problema e o real conhecimento de suas causas e motivar para a ação.

4 Para Morin (1997), um contexto que funciona como um sistema é uma interação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global. Assim, “os contextos são microinstâncias da cultura mais ampla onde estão localizados” (TRISTÃO e FASSARELLA, 2007, p. 87).

Carvalho (2008) refere que a Educação Ambiental deve auxiliar-nos em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições e conflitos que tecem as relações humanas e sua interação com elementos naturais.

3 O PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA

Os processos de participação devem ser criativos e abertos à complexidade do social e do ambiental através do diálogo de saberes e das ações que serão desenvolvidas ao longo do tempo. Atento a estes pressupostos, os envolvidos na organização do Programa Cultivando Água Boa utilizam-se de metodologias participativas. É um programa criado em 2003 a partir da inclusão de conceitos de responsabilidade socioambiental na missão da Hidrelétrica Itaipu Binacional (ITAIPU BINACIONAL, 2014). Este programa de Itaipu Binacional e parceiros⁵ estabelece uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná III, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguçu.

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 é uma extensa região localizada no oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. (...) Esta área compreende cerca de 8 mil km² de afluentes que lançam suas águas diretamente no Rio Paraná, onde está situado o Lago de Itaipu, na confluência com o Rio Iguçu. No seu entorno estão localizados 29 municípios que somam cerca de 1 milhão de habitantes⁶.

O lócus de ação do programa, dessa forma, é a bacia hidrográfica, suas sub-bacias e microbacias, envolvendo vinte e nove municípios que juntos somam aproximadamente um milhão de habitantes. Em virtude dessa complexidade e diversidade intrínsecas ao programa foram escolhidas metodologias e ferramentas sistêmicas inovadoras e participativas, possibilitando uma gestão eficaz (SENRA *et al*, sd, p. 32).

Os programas e projetos que compõem o Cultivando Água Boa são interconectados de forma sistêmica e holística, e foram criados à luz de documentos planetários como a Carta da Terra, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio.

Atualmente, são desenvolvidos 20 programas e 65 ações fundamentadas nos principais documentos planetários, emanados dos mais importantes fóruns de debates a respeito da problemática socioambiental. As ações vão desde a recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente⁷.

Friedrich (2014, p. 200) refere que o “arco de participantes protagoniza uma inovadora gestão socioambiental, com abordagem sistêmica, não linear, multidimensional, inclusiva e de democracia direta”. Assim, aborda a responsabilidade compartilhada que vai além da gestão ambiental por governos.

O programa atua num processo continuado de formação de educadores ambientais através da Pesquisa-ação participante (PAP) – pessoas que aprendem participando. PAP1 são os idealizadores nacionais da proposta (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação), PAP2 são instituições com atuação regional na área socioambiental, PAP3 são indivíduos que conseguem retratar o tecido social regional e PAP4 são os grupos sociais presentes dos municípios que se organizam em comunidades de aprendizagem. Assim, há um efeito de multiplicação de saberes e valorização dos saberes regionais (VITORASSI, 2014).

Cultivando Água Boa tem como um dos seus eixos de atuação a mobilização social, procurando despertar o sentimento de corresponsabilidade, motivando as pessoas a participar do programa e envolver-se direta ou indiretamente nas ações.

Trata-se de uma experiência bastante consolidada de recuperação ambiental em microbacias hidrográficas, pela integração entre a gestão de águas, do meio ambiente e o manejo sustentável dos

5 Parceiros: Governos federal, estadual e municipais (ministérios, secretarias, prefeituras); associações e entidades de classe; instituições de ensino e pesquisa (escolas, universidades, fundações etc); organizações não-governamentais (cooperativas, empresas, associações etc); comunidade da área de influência da Itaipu, composta por 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3; Conselho de Museus; zoológicos (intercâmbio de animais silvestres); parques nacionais (Brasil, Paraguai e Argentina); ONU – Unesco e Instituto Brasil PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente); CIC – Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata; pessoas físicas voluntárias que atuam na recuperação das microbacias; e produtores rurais (<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/parceiros>).

6 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/cenario-local-a-bacia-do-parana-3>

7 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa>

recursos naturais. Envolve também comunidades e atores locais com atuação nos campos político, econômico, ambiental, social e até religioso, destacando o papel dos municípios na gestão dos recursos hídricos (SENRA *et al*, sd, p. 03).

A intenção do programa é promover uma tessitura em rede, agregando experiências, cuidados socioambientais e saberes existentes nas bacias hidrográficas, valorizando o conhecimento local. O desrespeito aos ecossistemas locais degrada a terra, desagrega a organização social, gera pobreza, desencanto e violência. Assim, os quatro eixos fundantes que alicerçam o programa são:

[...] envolvimento dos atores locais para atuação em seu microespaço, influenciando e sendo influenciados pelo macroterritório; o empoderamento das comunidades como protagonistas das mudanças desejadas; a aprendizagem que se dá por meio de pessoas que aprendem participando e o fomento de um novo jeito de ser/sentir, produzir e consumir (SENRA *et al*, sd, p. 03).

Portanto, o Cultivando Água Boa reconhece o território da bacia hidrográfica como unidade de gestão e as pessoas que ali estão como protagonistas do processo de construção de uma sociedade sustentável. Trata-se de um grande movimento que envolve diversos segmentos como agricultores, estudantes, políticos, cientistas, lideranças populares, para diagnosticar os problemas e buscar soluções. Busca fomentar nos atores sociais a compreensão da relação existente entre a problemática global e as atitudes locais, a relação entre as atitudes cotidianas e as mudanças ambientais globais. Evidencia, ainda, a corresponsabilidade de todos e a importância das ações coletivas para um desenvolvimento sustentável (SENRA *et al*, sd).

O programa possui seis eixos estruturantes. O primeiro deles é a gestão por programas, que se constitui de uma gestão descentralizada que se torna possível com o desenvolvimento de novas competências, tornando os objetivos e aspirações dos projetos próprios do público-alvo. O segundo é a gestão participativa, que significa a gestão circular, que interpreta necessidades e demandas dos atores sociais, gerenciando conflitos, estabelecendo parcerias e fomentando o surgimento de lideranças. O terceiro refere-se à gestão por bacia hidrográfica, que decorre da ampliação do território de abrangência de Itaipu, ampliando sua interface com municípios não lindeiros. O quarto eixo estruturante é a gestão de sistemas de produção mais sustentáveis que exigiu o desenvolvimento de novos conhecimentos técnicos, da capacidade de interlocução com o segmento da agricultura familiar, de conhecimento das políticas públicas federal, estadual e municipais para o setor, além de competência para coordenar e controlar tais processos. O quinto é a gestão para a sustentabilidade de segmentos vulneráveis, que busca estabelecer o diálogo ouvindo, interpretando e respeitando os modos de ser e viver de populações em situação de risco ou excluídos socialmente. O último eixo, por sua vez, trata das articulações institucionais para difusão, intercâmbio técnico e replicabilidade das ações e metodologias. Trata-se de uma interpretação sistêmica que abarca as diversas realidades, fomentando uma habilidade de interlocução com diferentes níveis sociais. Dessa forma, busca contemplar todos os partícipes do programa, desde seus gestores até seu público-alvo (SENRA *et al*, sd).

Portanto, visa empoderar lideranças, administrar expectativas, estabelecer parcerias e estimular protagonismos. A partir desses eixos estruturantes, foi desenvolvida uma metodologia que obedece às seguintes etapas: seleção da microbacia a partir do diálogo com a comunidade; sensibilização das comunidades para tomada de consciência das questões ambientais, principalmente locais; criação do Comitê Gestor da Bacia, formado por representantes de Itaipu, dos governos municipal, estadual e federal, de cooperativas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores; realização da Oficina do Futuro, planejamento participativo para identificar problemas socioambientais baseado na metodologia desenvolvida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania; assinatura de convênio em que são estabelecidas as condições para viabilizar a execução das ações; ajuste de parcerias; realização do Futuro no Presente, ação de sensibilização. São desenvolvidas ações coletivas e individuais e elabora-se, a partir dos dados levantados, Planos de Controle Ambiental para as propriedades rurais, bem como, posteriormente, um Plano de Desenvolvimento Sustentável e a elaboração dos instrumentos legais para a execução das atividades (SENRA *et al*, sd, p. 03).

A Oficina do Futuro é um “processo de autodiagnóstico, planejamento da comunidade e pactuação de compromissos para a sustentabilidade. Tem como etapas o Muro das Lamentações, a Árvore da Esperança, o Caminho Adiante e o Pacto das Águas” (ITAIPU BINACIONAL, [2010], p. 09).

No Muro das Lamentações os atores locais expõem suas frustrações, críticas, medos e problemas ambientais. Após, realiza-se a Árvore da Esperança, na qual os participantes explicitam o que sonham para

o lugar em que vivem. Na terceira etapa, o Caminho Adiante, são definidas as metas para as ações corretivas, e, finalmente, é realizado o Pacto das Águas, no qual a comunidade, as lideranças e o poder público se comprometem com as medidas adotadas (ITAIPU BINACIONAL, [2010]).

Através dessas metodologias a comunidade é estimulada a pensar sobre sua condição, imaginar o futuro que deseja e pôr em prática soluções para os problemas apresentados.

Como resultado das Oficinas do Futuro surge a Agenda 21 do Pedaco. A Agenda 21 do Pedaco é um “método de trabalho iniciado pelo Instituto Ecoar, ONG brasileira, como forma de aplicação da Agenda 21 Global⁸” (ITAIPU BINACIONAL, sd, p. 18). Sua construção contempla diversas etapas, como o diagnóstico local, e o cadastro de propriedades e bacias, sensibilização e informação para as pessoas da comunidade, articulação de atores locais em comitês, celebração de convênios e acordos de cooperação, monitoramento das ações em desenvolvimento e revisão do processo.

O Futuro no Presente, por sua vez, é o nome dado às oficinas que dão continuidade ao Pacto das Águas, cuja ênfase é o compromisso da comunidade em cuidar dos benefícios recebidos e aprofundar seus conhecimentos (ITAIPU BINACIONAL, sd).

Em cada um dos vinte e nove municípios que participam do Programa Cultivando Água Boa foi formado um Comitê Gestor, criado por lei municipal e com a função de congregar interesses da comunidade, fiscalizar e acompanhar a execução de obras e serviços programados, aprovar o plano de bacia hidrográfica e os programas anuais e plurianuais de investimento, entre outros (SENRA *et al*, sd, p. 36).

Dessa forma, o Cultivando Água Boa utiliza-se de metodologias que estimulam o despertar do sentido de pertencimento das comunidades locais. É um programa complexo que atua com base no planejamento, na discussão e na ação. Para possibilitar a participação dos atores sociais locais utiliza-se de metodologias que despertam a reflexão, o debate e a atuação coletiva. Ainda, envolve governos, universidades, sindicatos, cooperativas e organizações não-governamentais. A intenção do programa é promover uma tessitura em rede, agregando experiências, cuidados socioambientais e saberes existentes nas bacias hidrográficas, valorizando o conhecimento local.

4 TESSITURAS ENTRE ELEMENTOS TEÓRICOS E APROXIMAÇÕES AO EMPÍRICO

Loureiro, Káplun e Freire, em uma visão crítico-emancipatória, afirmam que a educação ambiental deve basear-se na comunicação entre os sujeitos e entre as áreas de conhecimento. Na mesma linha, Bracagioli, Tristão e Fassarella referem que a superação da forma fragmentada de aplicar a educação ambiental é fundamental para proporcionar a reflexão e a compreensão holística do meio ambiente. Martirani sustenta que a discussão crítica é necessária para uma educação democrática. Estas características da educação ambiental permeiam os processos educacionais socioambientais, nos quais busca-se a autorreflexão, a educação em rede e a interatividade, agregando saberes para que os atores sejam protagonistas do processo de construção de uma sociedade sustentável.

Assim, o objetivo primordial da educação socioambiental é o engajamento da sociedade na construção de uma sociedade sustentável por meio de uma educação criativa e aberta, que proporcionem a comunicação dos sujeitos consigo, com os outros e com o meio em que vivem, o que requer que se explorem processos pedagógicos participativos.

Percebeu-se por meio dos documentos norteadores do Programa Cultivando Água Boa que são desenvolvidas ações integrativas envolvendo as comunidades da Bacia do Paraná III, buscando proporcionar uma discussão crítica sobre a sustentabilidade do território que habitam, para que os atores locais assumam o comprometimento e o protagonismo da defesa do ambiente em que vivem, exercendo sua cidadania.

Esses documentos elaborados e divulgados por Itaipu Binacional referem que o Cultivando Água Boa reconhece o território da bacia hidrográfica como unidade de gestão. Além disso, busca fomentar nos atores sociais a compreensão da relação existente entre a problemática global e as atitudes locais.

8 “A Agenda 21 Nacional é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente” (ITAIPU BINACIONAL, sd).

Itaipu Binacional, baseada em uma das linhas de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), do Ministério do Meio Ambiente, entende que a educomunicação diz respeito à produção e disseminação de conhecimento pela sociedade através de meios interativos e democráticos. Refere no seu site que “no caso do Cultivando Água Boa, esse processo se dá por meio da produção de materiais impressos e documentos comunicativos elaborados a partir das atividades realizadas”⁹. No entanto, entendemos que a educomunicação socioambiental no programa vai além da elaboração e divulgação de materiais, estando presente também nas Oficinas do Futuro, Agenda 21 do Pedaco, Futuro no Presente, formação de Comitês Gestores e ações de sensibilização. Todas estas são atividades de encontro físico dos participantes, sem que necessariamente sejam utilizados instrumentos midiáticos na mediação de processos comunicativos. Portanto, tendo como base as cartilhas, jornais e o site da organização, entende-se, nesta etapa exploratória da pesquisa, que os pressupostos da educomunicação socioambiental estão presentes nessas atividades, especialmente porque são movidos pela valorização e expressão de saberes locais.

Assim, a proposta do artigo foi refletir sobre o processo educutivo por meio de revisão bibliográfica, a fim de discutir o programa em suas articulações com esta área de conhecimento. Trata-se de uma etapa da tese de doutorado que vai fazer um estudo de caso do Programa Cultivando Água Boa *in loco*, com a realização de observações e entrevistas. Dessa forma, se pretende contribuir com as reflexões no campo da educomunicação socioambiental.

REFERÊNCIAS:

BRACAGIOLI, Alberto. Metodologias participativas: encontros e desencontros entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BRASIL. DA COSTA, Francisco de Assis Morais (Org.). **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FIEDRICH, Nelton. Gestão Participativa. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

ITAIPU BINACIONAL. **Cartilha do Cultivando Água Boa**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, [2010].

_____. **Cartilha Futuro no Presente**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, sd.

_____. **Informativo do Cultivando Água Boa**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2014. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/sites/default/files/iniciativa/IT3_0004_13K_POR_Informativo_bx.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajéorias e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTIRANI, Laura Alves. Educomunicação Socioambiental: reflexões metodológicas acerca de uma experiência em desenvolvimento. In: INTERCOM 2009 – GP Comunicação e Educação, 2009. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Comunicação, educação e cultura na era digital**, 2009.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa – América, 1997.

SENRA, João Bosco; FRIEDRICH, Nelton Miguel; DUALIBI, Miriam (Org.). **Ciranda das águas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Itaipu Binacional, Instituto Ecoar para a Cidadania, sd.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. In: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – nº 2. Brasília: UnB, 1999.

9 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/acao/nivel-3/educucomunicacao>

TRISTÃO, Martha; FASSARELLA, Roberta C. Contextos de aprendizagem: encontros e eventos. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

VITORASSI, Silvana. Programa de Educação Ambiental de ITAIPU. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

João Francisco Fernandes Pouey¹

Luís Fernando da Silva Laroque²

Resumo: Este estudo insere-se na pesquisa de doutoramento que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) do Centro Universitário UNIVATES em Lajeado/RS, que aborda o PRONATEC no contexto da educação profissional e técnica no Brasil. O objetivo proposto para este trabalho é visualizar como a educação profissional está se desenvolvendo em alguns países e em particular no Brasil. A metodologia é qualitativa com análise de conteúdo e os procedimentos metodológicos consistem em uma revisão bibliográfica de estudos sobre educação profissional. Os resultados tomando como base de análise alguns teóricos preocupados com a educação desenvolvida atualmente, a qual foi chamada de “educação do século XXI”, seja ela profissional, técnica ou ambiental e também preocupados com a sustentabilidade, nos possibilitou observar que, em nações como a Alemanha, Áustria, Suíça, por exemplo, com organizações sindicais fortes e órgãos cooperativistas, a educação profissional e técnica teve sucesso na indústria de transformação e no setor de serviços num processo de educação chamado de “sistema dual”, na qual os alunos têm conhecimentos teóricos em salas de aula e práticos, os quais são desenvolvidos através de estágios nas fábricas. Em países como Hong Kong e Singapura, que despontam como as economias mais modernas do planeta, o estado investiu vigorosamente na educação técnica e profissional, junto com a formação pessoal e política dos estudantes, considerando a formação técnica, a formação pessoal e os valores nacionais. Antigas nações industrializadas, tais como EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá cuja aprendizagem profissional apresentou-se dependente do poder sindical e sem a integração ao sistema escolar acabaram por reduzir o número de aprendizes e atualmente sentem a falta de mão de obra qualificada nas camadas intermediárias. No Brasil a educação profissional e técnica tem sido tratada com paliativos por meio de projetos, planos ou programas, que em muito tem servido de promessas de palanque eleitoral ou de transferência de dinheiro público para entidades privadas, para estatais e públicas. Salieta-se, por fim ser válido observar experiências de outros países, mas o Brasil carece de um sistema de formação profissional efetivo que busque além da qualificação profissional a elevação da escolaridade e a formação social do trabalhador.

Palavras-chave: Educação técnica. Capacitação profissional. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Na campanha política para as eleições presidenciais brasileiras em 2010, os dois principais candidatos (Dilma Rousseff e José Serra) tinham como uma das bases de suas plataformas a educação técnica, enquanto Dilma em sua proposta apresentava a criação de escolas técnicas nos municípios com mais de 50 mil habitantes e em polos regionais além de adaptar o modelo do Programa Universidade para Todos (ProUni)³ ao ensino médio, o candidato Serra acenava com o Programa de Apoio ao Ensino Técnico (PROTEC), com o objetivo criar 1 milhão de matrículas na educação profissional até o final de 2014, abrangendo a formação inicial e continuada, os cursos técnicos e os tecnológicos e também a expansão do ProUni para o ensino técnico com bolsas para os alunos que pretendiam uma qualificação profissional.

Após as eleições, com a vitória da candidata Dilma, no dia 29 de março de 2011 o poder executivo apresenta o Projeto de Lei (PL) nº 1.209, cujo texto desse projeto, trazia em sua ementa a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Portanto, trata-se de uma simbiose das

1 Centro Universitário UNIVATES, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, bolsista taxa PROSUP/CAPES, Graduação em Engenharia Civil, Mestre em Educação Ambiental (PPGEA/FURG), Professor do IF Sul-Rio-Grandense, câmpus Pelotas. E-mail: jfpouey@gmail.com

2 Centro Universitário UNIVATES, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Licenciatura em História. E-mail: lflaroque@terra.com.br

3 Programa do Governo Federal instituído em 2004 pelo PL 3.582/2004 e transformado na Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de conceder bolsas de graduação e sequenciais em instituições privadas de ensino superior.

plataformas de campanha dos dois candidatos, pois agrega junto com a proposta de campanha de Dilma de reestruturação das escolas técnicas, as ideias do Protec de Serra com o objetivo de incentivar as matrículas na educação profissional e também a proposta do ProUni para o ensino técnico. No dia 26 de outubro de 2011 o PL é transformado na Lei Ordinária 12.513 de 2011.

O Pronatec, junto com a continuidade das políticas públicas sociais do governo Lula⁴ passaram a ter uma especial atenção durante o governo de Dilma. Posterior ao final dos quatro anos da primeira gestão da presidente Dilma, possibilita-nos fazer uma avaliação de como essa política pública voltada para o acesso ao ensino técnico e ao emprego, está situada dentro do contexto da “educação do século XXI”. O objetivo do estudo é visualizar como a educação profissional está se desenvolvendo em alguns países e em particular no Brasil. A metodologia é qualitativa com análise de conteúdo e os procedimentos metodológicos consistem em uma revisão bibliográfica de estudos sobre educação profissional.

Como base teórica para análise no embasamos nos trabalhos Bosch e Charest (2006), Christophe (2005), Frigotto (2003, 2009, 2012), Gentili (1996) e Morin (2000, 2005), bem como a legislação brasileira no que diz respeito a educação profissional e educação ambiental.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com Christophe (2005, p. 2), educação profissional é um termo genérico e “abrange vasta gama de processos educativos, de formação e de treinamento em instituições e modalidades variadas”. Sobre a utilização dos termos relacionados a educação profissional também temos:

Os termos educação profissional, ensino técnico, ensino profissionalizante, formação profissional, capacitação profissional e qualificação profissional costumam ser utilizados indistintamente na literatura e na prática. Referem-se tanto ao ensino ministrado nas instituições públicas e escolas regulares quanto quaisquer processos de capacitação da força de trabalho, de jovens e adultos, ministrados por uma ampla variedade de cursos técnicos, de formação ou de treinamento, com natureza, duração e objetivos diferenciados. Estes cursos são oferecidos pelas instituições mais diversas, desde as organizações patronais que compõem o sistema S, até instituições privadas ou públicas que atuam em áreas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, instituições comunitárias ou sindicais, departamentos de recursos humanos de empresas, organizações não governamentais etc. (CHRISTOPHE, 2005, p.2).

Conforme Silva e Cunha (2002), estudos da UNESCO do ano de 1999, estabeleceram os quatro pilares para a educação para o século XXI com enfoque em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Ao analisar cada um destes pilares as referidas autoras destacam.

Aprender a viver junto é considerado uns dos pilares mais importantes do processo educativo desses novos tempos. Ressalta a interdependência do mundo moderno e a importância das relações. Tudo está interligado e tudo que acontece afetará a todos de uma forma ou de outra. O que o mundo precisa mais é de compreensão mútua, intercâmbios pacíficos e harmonia. “Trata-se de aprender a viver conjuntamente, desenvolvendo o conhecimento dos outros, de sua história, de suas tradições e de sua espiritualidade...”

Aprender a conhecer é um pilar que tem como pano de fundo o prazer de compreender, de conhecer e de descobrir. Aprender para conhecer supõe aprender para aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. Uma das tarefas mais importantes no processo educacional, hoje, é ensinar como chegar à informação...

Aprender a fazer significa que a educação não pode aceitar a imposição de opção entre a teoria e a técnica, o saber e o fazer. A educação para o novo século tem a obrigação de associar a técnica com a aplicação de conhecimentos teóricos.

Aprender a ser é um pilar que foi preconizado pelo Relatório Edgard Faure, preparado para a Unesco, na década de 70. O mundo atual exige de cada pessoa uma grande capacidade de autonomia e uma postura ética. Considera-se que os atos e as responsabilidades pessoais interferem no destino coletivo. Refere-se ao desenvolvimento dos talentos do ser humano: memória, raciocínio, imaginação, capacidades físicas, sentido estético, facilidade de comunicação com os outros, carisma natural etc. Confirma a necessidade

4 Período da história política brasileira (1º/01/2003 à 31/12/2010) que teve como presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, o 35º presidente brasileiro.

de “cada um se conhecer e se compreender melhor” (SILVA; CUNHA, 2002, p. 78).

Corroborando com estas considerações o estudo de Morin (2000) quando analisa a educação do futuro e salienta que a educação deve ensinar a viver, a ser, a dividir e comunicar dentro de uma consciência antropológica, ecológica, cívica terrena e consciência espiritual. O filósofo também coloca a ética na educação, a complexa ética em que o ser humano deve juntar numa única às três partes do todo, o individual, o social e a espécie. Esta tríade Morin (2000) denomina de “antropoética”.

Dessa maneira Silva e Cunha (2002), definem que a educação deve além do intelectual, se preocupar com princípios éticos, de compreensão e de solidariedade. Ou seja, “[...] educação visará a prepará-los para lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, equipando-os com qualidades como iniciativa, atitude e adaptabilidade” (SILVA; CUNHA, 2002, p. 80).

Para Morin (2005, p. 24, 25) “[...] o desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar os saberes torna-se um imperativo da educação”. A partir daí essa aptidão vai ampliar o pensamento para o que Morin (2005, p. 25) chama de “ecolizante”, já que esse pensamento “[...] situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação da inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural”. Essa interligação recíproca “todo/partes” é o complexo pensamento de como um acontecimento local repercute no todo, ao mesmo tempo em que uma alteração no todo repercute no local.

Dessa maneira entendemos que a educação profissional atual deve ser antes de tudo uma formação, englobando além da técnica, uma formação científica e política de maneira a formar um cidadão com posicionamento dentro de princípios éticos, sociais e ecológicos, nessa chamada educação do futuro, educação do século XXI.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNDO

A mudança que se processou a partir de meados do século XVIII e durante o século XIX, primeiramente na Inglaterra, alterando o método de produção, de artesanal para o uso de máquinas, com variações energéticas, evolução da química e dos métodos de produção resultou no início da revolução industrial (HOBBSAWM, 1986). Isto trouxe um crescimento nos rendimentos, e uma modificação no modo de vida da época, de maneira a impulsionar o crescimento econômico e as economias capitalistas.

Na transcorrer do século XIX e início do XX, segundo Assumpção-Rodrigues (2013), a continuidade das evoluções na área de energia, da química, dos transportes, das comunicações e de outros inventos. Nesse momento, despontam como potências industriais, além da Inglaterra, outros países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América (EUA).

Este contexto é caracterizado por uma grande necessidade de mão de obra acarretando um aumento significativo de migrações da população mais pobre que vivia em áreas rurais para áreas urbanas de melhores condições de vida. Primeiramente, a necessidade de mão de obra era de trabalhadores braçais, sem necessidade de conhecimentos ou qualificações específicas, mas a evolução das tecnologias que de um lado aceleravam o crescimento econômico e evolução do consumo e do capitalismo, por outro lado começava a exigir capacitações técnicas, profissionalização para o trabalhador.

Conforme Bosch e Charest (2006), gradativamente as nações industrializadas foram investindo na capacitação cada vez maior de sua mão de obra e oferecendo empregos com salários atrativos para os profissionais mais capacitados, o que atraía os trabalhadores e lhes permitia além dos bons salários, também destaque social.

No início da década de 1950, apenas uma minoria dos jovens dos países industrializados foi para a universidade. A grande maioria adquiriu uma educação básica na escola e, em seguida, continuou, em números que variaram de país para país, para obter qualificações profissionais, seja nos sistemas de aprendizagem ou escolas de formação profissional de um tipo ou outro. [...] muitos jovens de classe trabalhadora tivessem ocupações relativamente bem pagas, com elevado prestígio social (BOSCH; CHAREST, 2006, p. 1).

Entretanto, somente “[...] países com sindicatos fortes e uma tradição de cooperação corporativista (Alemanha, Áustria, Suíça e, em alguns aspectos, a Dinamarca e Noruega) foram sucesso novos programas de

aprendizagem na indústria de transformação, bem como no setor de serviços”, conforme Bosch e Charest (2006, p. 2). Em outros países, os referidos autores afirmam que a formação profissional diminuiu de importância, para a qual são apresentados cinco fatores.

Em primeiro lugar, a sem precedente expansão do ensino superior nas últimas décadas, muitos trabalhos estão agora reservados para os graduados. Em segundo lugar, a oferta de mão de obra bem qualificada tem aumentado a tal ponto que muitas empresas acham não vale a pena proporcionar formação profissional para si mesmo. Em terceiro lugar, as ligações entre os sistemas de educação e formação profissional em geral têm sido inadequada. [...] oferecendo poucas oportunidades para um estudo mais aprofundado. Como resultado perderam muito de sua atratividade para os jovens. Em quarto lugar, a provisão da formação profissional não manteve o ritmo com a mudança estrutural; permaneceu limitada às indústrias tradicionais e não ganhou uma posição no setor de serviços em expansão. Em quinto lugar, sistemas de aprendizagem foram muito dependentes do poder sindical, particularmente em países com uma longa tradição de sindicalismo estabelecida. Eles eram vistos como bastiões do poder sindical e, como tal, despertou hostilidade entre os empregadores e governos conservadores. [...] (por exemplo, no Reino Unido, EUA, Austrália e Canadá)(BOSCH; CHAREST, 2006, p. 2).

Tikly (2013) salienta em seu trabalho para a UNESCO (2013), que a educação/formação técnica profissional deve ter uma abordagem do capital humano e de justiça social para a compreensão do desenvolvimento sustentável. A partir de todas as considerações acima, podemos fazer um breve entendimento sobre a formação profissional em alguns países, como por exemplo:

Singapura – A Educação Técnica e Profissional (ETP) fica a cargo do Estado e é desenvolvida em Institutos Técnicos e Universidade. Como a Coreia do Sul, são economias modernas e fortes que se preocupam além da formação técnica com a formação pessoal e política de seus estudantes. – “[...] valores nacionais são tão importantes quanto o capital humano ou a formação em habilidades técnicas” (AFRICAN UNION, 2007, p. 30, 31).

Alemanha e Dinamarca – Ambos países com o sistema dual de formação profissional, cursos de três ou quatro anos, onde com um contrato com uma empresa, os alunos passam algum tempo na escola profissional, desenvolvendo a parte teórica (um ou dois dias por semana) e os demais como estagiário na empresa. Esse atualizado sistema dual tem por base o trabalho em equipe, que formam as habilidades sociais e de projetos. Os cursos, que são desenvolvidos no conjunto de empregadores e sindicatos, com apoio do governo, possibilitam uma continuidade na formação profissional (BOSCH; CHAREST, 2006).

China – Segundo (YAO et al, 2013) a ETP é tida como uma importante estratégia de educação do país, com três anos de escolaridade, o chamado secundário profissional superior tem tido um investimento massivo. Segundo os autores, a National Bureau of Statistics (2012) apresentava em 2000, cinco milhões de estudantes matriculados ao custo para o governo de 300 dólares por alunos, passando em 2011 para 7,3 milhões de alunos ao custo de mais de 850 dólares, representado por todas as despesas necessárias e ainda ajuda financeira para os mais pobres e reduções na taxa de matrícula.

EUA e Canadá – Com sistemas desenvolvidos pelos sindicatos e empregadores em negociação coletiva, na década de 50, a aprendizagem nunca foi formalmente integrada ao sistema escolar e o estado desempenhava apenas um papel auxiliar, isso se traduziu com a queda no número de aprendizes em virtude da falta de federações sindicais nacionais ou organizações empregadoras capazes de lidar com a formação profissional. Mesmo com a intervenção do Estado que ajudou a dar nova vida a um sistema antigo, e com a criação pelo Congresso de um modelo baseado no sistema dual alemão, que não se consolidou, observa-se a escassez de mão de obra qualificada em camadas intermediárias (BOSCH; CHAREST, 2006).

Países africanos como: Gana, Senegal e Nigéria fica a cargo do Estado praticamente só a educação básica. A educação profissional é desenvolvida junto com o currículo da educação secundária e fica em mais de 90% a cargo do setor informal (AFRICAN UNION, 2007).

Coreia do Sul – uma economia que em 50 anos saiu de uma sociedade agrária para uma das economias mais modernas do mundo, apresenta um sistema de educação de três anos de ensino médio optando por educação geral ou profissional (técnico, comercial, agricultura). A FP fica por conta das indústrias, ao passo que o Estado fica com a educação e a formação política.

Após o entendimento de que as economias que investiram na FTP articulada com a educação e a formação política, ou seja, num investimento do homem como um ser social, político e com compreensão do desenvolvimento sustentável além de um trabalhador, podemos visualizar que foram as que conseguiram realmente o desenvolvimento. Outras economias mais antigas como Alemanha e Dinamarca, com sindicatos fortes e um governo atuante, mantêm o sistema dual que num trabalho em equipe formam as habilidades sociais e de projetos que possibilitam a continuidade na formação profissional.

Tratando-se do Brasil a FP básica é feita com base em programas de formação (exemplo do Pronatec) com cursos muitas vezes desarticulados da formação humana, situação que está sendo averiguada neste estudo.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A educação profissional é um conceito de ensino ditado pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ou LDB/96), em seu capítulo III primeiramente definia como a “condução ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Atualmente temos uma alteração na redação, complementando que a educação profissional “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, Lei nº 11.741/2008).

Segundo os estudiosos mencionados anteriormente a educação do século XXI seja desenvolvida de maneira a proporcionar o crescimento humano, articulando a educação profissional com as demais formas de educação, a fim do desenvolvimento completo do sujeito, de forma que conquiste a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, vestimenta, moradia, entre outras, junto com as outras necessidades que complementam o ser humano, como as sociais, culturais, afetivas. Frigotto (2009, p.78) salienta ser “[...] fundamental desenvolver todas as dimensões e possibilidades do ser humano, e que a ciência e a técnica devem servir ao desenvolvimento humano onde as pessoas vêm em primeiro lugar e não a produção”.

De acordo com Edgar Morin, é necessário que a educação tenha:

[...] um modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humanos. Um pensamento capaz de não se fechar no local e no particular, mas de conceber os conjuntos, estaria apto a favorecer o senso da responsabilidade e o da cidadania (MORIN, 2005, p. 97).

Apesar de todos esses entendimentos de como a educação deve ser, nos países periféricos como Gana, Senegal, Nigéria e o próprio Brasil, a educação continua definida pelas classes dirigentes, satisfazendo a lógica do capital que determina a produção como base do sistema, não sendo dessa maneira tratada como condição fundamental para o crescimento humano.

Com o desenvolvimento tecnológico, a necessidade do trabalhador se manter qualificado para o uso dessas novas tecnologias, o transforma num constante aprendiz, na medida em que o avanço da tecnologia é tão rápido que em pouco tempo existe a obsolescência de uma tecnologia e com ela vem uma nova que traz a necessidade de uma nova qualificação do trabalhador (FRIGOTTO, 2003).

Nozaki (2003) complementa o entendimento de Frigotto sobre a qualificação de trabalhadores no contexto da informatização de máquinas para o trabalho, concluindo que: “Pode-se afirmar, levando-se em conta a elevação de exército de reserva que este modelo proporciona, que o capital demanda de um duplo movimento no campo da formação humana: formar para o novo padrão produtivo e formar para a exclusão” (NOZAKI, 2003, p. 16).

Com todos os entendimentos propostos podemos observar os problemas que a educação no Brasil enfrenta principalmente no que diz respeito a ser a nossa educação ditada pelo capital como salienta Frigotto:

O projeto que está em andamento mediante programas, projetos, portarias, etc., no conteúdo, método e forma, vem sendo orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujas forças que o comanda são as organizações do capital e do mercado que tornam refém o estado e o governo e, ao contrário do que indica seu *slogam* – todos pela educação – social e politicamente de fato é: todos pela educação que serve ao capital e ao mercado. [...]O outro projeto é o do Plano Nacional de Educação, debatido por instituições científicas, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais de educação, sindicatos, partidos políticos etc. A síntese deste projeto deu-se através de uma Conferência Nacional. É este projeto que as forças do capital, ligadas ao PDE, mediante seus representantes no Congresso Nacional, no poder judiciário e na burocracia do Estado, vêm esterilizando. Inúmeras emendas e destaques efetivam

o mesmo processo que aconteceu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação anulando as pautas mais amplas da sociedade (FRIGOTTO, 2012, p. 17).

Com base nessa visão da educação contemporânea no nosso país, cabe trazer para agregar as nossas ideias a compreensão de Pablo Gentili sobre o tema:

Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade. Nunca a sentença gramsciana teve tanta vigência. Nosso pessimismo da inteligência deve permitir-nos considerar criticamente a magnitude da ofensiva neoliberal contra a educação das maiorias. Nosso otimismo da vontade deve manter-nos ativos na luta contra um sistema de exclusão social que quebra as bases de sustentação democrática do direito à educação com o pré-requisito básico para a conquista da cidadania, uma cidadania plena que só pode ser concretizada numa sociedade radicalmente igualitária (GENTILI, 1996).

Todas as considerações dos estudiosos nos remetem a conclusão de que a educação, através da articulação da educação profissional com as demais formas de educação, deve proporcionar o crescimento humano e o desenvolvimento total do sujeito, de maneira que esteja apto a conquistar a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, vestimenta, moradia, junto com as outras necessidades que complementam o ser humano, como as sociais, culturais, afetivas. No entanto, no Brasil, como em outros países periféricos a educação profissional não visa a proporcionar o desenvolvimento total do sujeito, mas sim, é feita de maneira a satisfazer o capital e o mercado, e também servindo como plataforma política.

O PRONATEC

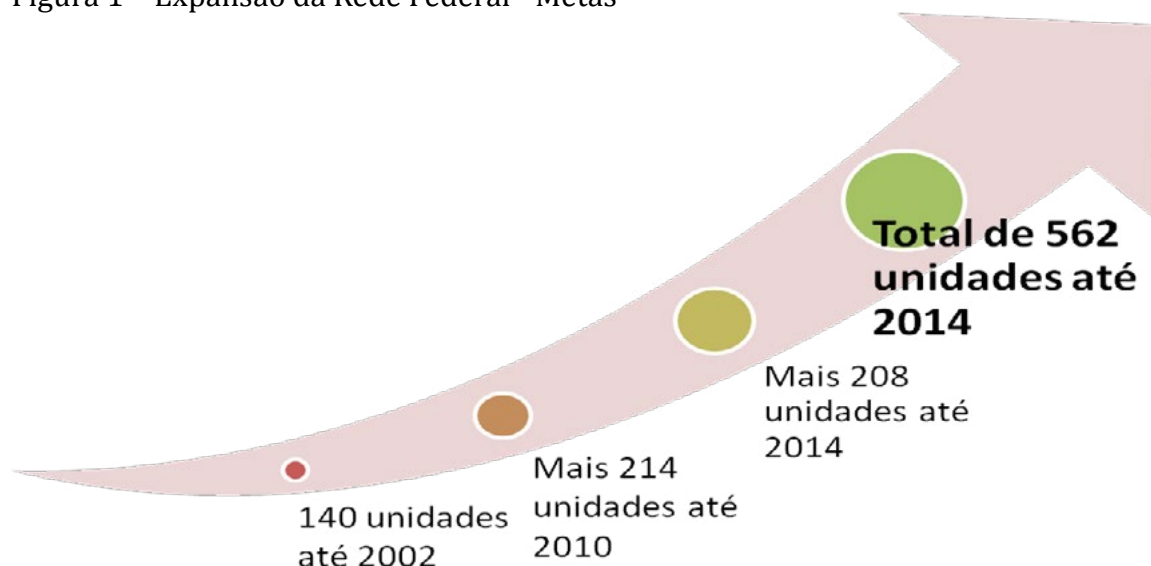
O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC), traz no texto de sua lei, seus objetivos de: expandir; interiorizar e democratizar cursos para:

Educação profissional técnica de nível médio;

Formação inicial continuada (FIC) ou qualificação profissional.

Através da expansão da rede federal de ensino com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e do aumento de matrículas, chegando ao final dos quatro anos (2011/2014) após um acréscimo de mais de 200 unidades a um total de 562 câmpus (Figura 1).

Figura 1 – Expansão da Rede Federal - Metas



Fonte: Apresentação PRONATEC - Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2013).

As metas referentes às matrículas (2011/2014) previam um incremento anual de modo que o ano de 2014 encerre com oito milhões de alunos tendo concluído ou ainda cursando qualquer das duas modalidades de cursos, educação técnica de nível médio ou FIC, entre os diversos ofertantes (IFs, Sistema S, escolas técnicas estaduais e municipais e escolas particulares), conforme o quadro (Quadro 1), priorizando o atendimento para:

Estudantes do nível médio da rede pública;

Trabalhadores; (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores);
Beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
Reincidentes no uso do seguro desemprego.

Quadro 1 – Pronatec – Metas

CURSOS TÉCNICOS	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Bolsa Formação Estudante	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
Brasil Profissionalizado	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
E-TEC Brasil	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
Acordo Gratuidade Sistema S	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
Rede Federal de EPCT	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
Total	245.126	495.391	724.539	897.643	2.362.699

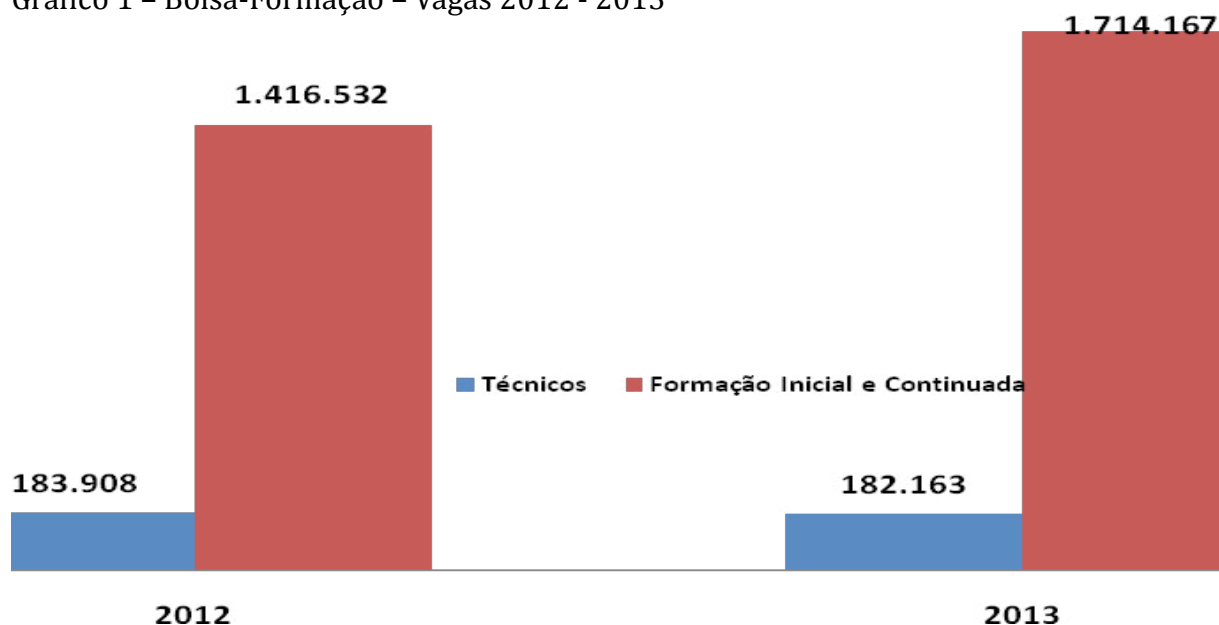
CURSOS FIC	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Bolsa Formação Trabalhador	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
Acordo Gratuidade Sistema S	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
Total	648.144	1.160.957	1.565.682	2.207.293	5.582.076

TOTAL	893.270	1.656.348	2.290.221	3.104.936	7.944.775
-------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Apresentação PRONATEC - Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2013).

Dentro do cumprimento dessa meta, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), apresentou um gráfico com as matrículas de 2012 e 2013, divididas entre as duas modalidades de cursos, Técnicos de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada (FIC), (gráfico 1).

Gráfico 1 – Bolsa-Formação – Vagas 2012 - 2013



Fonte: Apresentação PRONATEC - Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2013).

As informações do MEC dão conta de que o objetivo de oito milhões de matrículas foi praticamente alcançado, no entanto, os números apresentados tanto nas metas, (quadro 1), quanto nas matrículas efetivadas (gráfico 1), nos dão uma visão da proporção de alunos nos cursos técnicos e de formação inicial e continuada, essa diferença de percentual contribuiu na opção do trabalho se desenvolver nos cursos FIC. Além da análise dos objetivos, tanto na expansão da rede federal de educação tecnológica (IFs), quanto da quantidade de matrículas, para a definição desse trabalho, também levamos em conta que o próprio guia Pronatec de cursos FIC, ao apresentar o eixo tecnológico de infraestrutura indica: são características comuns deste eixo a gestão da qualidade, ética, segurança, viabilidade técnico-econômica e sustentabilidade, e que a organização curricular destes cursos contempla dentre diversos aspectos, a educação ambiental. De outro lado, a lei nº 9.795/99 que

institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) pontua que a Educação Ambiental é essencial e deve estar presente em todos os níveis do processo educativo.

Segundo Dias (1993) a Educação Ambiental consiste basicamente em forjar cidadãos capazes de compreenderem o mundo, e com suas ações tecerem as mudanças desejadas, engendrando assim uma educação permanente, alicerçada do processo de ação e reflexão.

A estrutura de parceria do Pronatec, composta pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que respectivamente administram e custeiam o Pronatec, dos demandantes, onde estão incluídos os ministérios, os estados e o Distrito Federal, através de suas secretarias de educação, que na medida da necessidade verificada junto ao setor produtivo da região, solicitam os cursos do programa e por último os ofertantes, que são as entidades educativas responsáveis pela oferta e execução dos cursos solicitados. Podemos visualizar essa estrutura no Quadro2.

Quadro 2 – Composição de parceria do Pronatec

Bolsa-Formação – Parceiros demandantes e ofertantes

PARCEIROS	2011	2012 (NOVOS)	2013 (NOVOS)
DEMANDANTES	Secretarias Estaduais e Distrital de Educação	MDS - MTE - MTUR MDA - SDH - MD	MC – MDIC- MJ MPS - MINC - MPA
OFERTANTES	Rede Federal SENAI SENAC	Redes Estaduais de Educação (AC, AP, PA, PI, MG, BA, GO, MS, MT) SENAR SENAT	Redes estaduais e distrital de Educação (AL, ES, DF, PR, SC, TO, SP) Fundação Municipal (Indaiatuba / SP) Instituições privadas de ensino superior e de ensino técnico

Fonte: Apresentação PRONATEC - Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2013).

A partir desse contexto apresentado, conforme já mencionamos anteriormente, a diferença na quantidade de matrículas entre as duas modalidades de cursos, foi o motivo para que nosso trabalho tivesse um desenvolvimento sobre os cursos FIC. Da mesma maneira, na escolha de quais ofertantes seriam estudados, a importância dos IFs e do Sistema S, fez com que a escolha recaísse sobre eles, na medida em que são os maiores ofertantes. Quanto ao eixo tecnológico, a opção pelo eixo de infraestrutura se deu em virtude da minha formação acadêmica (engenharia civil) e de minha atividade atual (professor do Curso Técnico de Edificações).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão que realizamos em alguns estudos sobre a problemática educacional no Brasil e alguns países nos mostram que há países como Coréia do Sul e Singapura que realmente levando a educação a sério conseguiram desenvolver-se não apenas como mão de obra braçal, mas também tecnologicamente sobretudo incluindo na educação do seu povo a formação política, valores nacionais e humanos visando transformarem-se em economias modernas e desenvolvidas. Também foi possível observar que os países que tem a educação subordinada ao processo capitalista, como é o caso do Brasil, formam uma mão de obra muito mais braçal que técnica de maneira que mesmo em desenvolvimento continuam sempre sendo países de periferia. Dessa maneira que vimos à contribuição do estudo que estamos desenvolvendo, a fim de analisar mais esse programa de política educacional, que em sua definição propõe a formação técnica e cidadã dos alunos, se na prática

realmente está fazendo essa formação, ou se como em outros programas, se preocupando somente com a formação de mão de obra.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO-RODRIGUES, M. M. *Skill formation, governanc and democracy in Brazil: The state of the arte os a public policy*. International Journal of Education and Research Vol. 1, Nº. 2, February 2013.

BOSCH, G.; CHAREST, J. *Vocational training systems in ten countrie and the influence of the social partners*. Artigo apresentado ao IIRA 14º Congresso Mundial, Lima, Peru, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.iaq.uni-due.de/aktuell/veroeff/2006/bosch07.pdf>>. Acesso em 12.07.2014.

BRASIL. *Lei N.º 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. *Lei N.º 12.513, de 26 de outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

_____. *Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. *Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. *Ministério de Educação e Cultura. Apresentação do Pronatec*. 2013. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=124221&tp=1>. Acesso em 13/07/14.

CHRISTOPHE, M. *A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira*, 2005.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1993.

FRIGOTTO, G. *A Produtividade da escola improdutiva*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009.

_____. *Educação e trabalho em tempos de insegurança*. 2012 .

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. in: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. *Escola S. A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A cabeça bem-feita: reformar a reforma, reformar o pensamento*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NOZAKI, H. T. *Formação Profissional ou formação humana?: Mediações do mundo do trabalho*. Texto do XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, em Curitiba, em agosto de 2003.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.

TIKLY, L. Reconceptualizing TVET and development: a human capability and social justice approach. *Revisiting global trends in TVET: Reflections on theory and practice*, 2013. Disponível em: <http://unevoc.unesco.org/fileadmin/up/2013_epub_revisiting_global_trends_in_tvete_book.pdf#page=11>. Acesso em 12.07.2014.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. DELORS, J. (Org.). 4.ed. SP: Cortez, 2000.

UNION, African. *Strategy to revitalize technical and vocational education and training (TVET) in Africa*. In: Meeting of the Bureau of the Conference of Ministers of Education of the African Union (COMEDAF II+). 2007. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/243614/TVET%20Strategy%20in%20Africa.pdf>>. Acesso em 12.07.2014.

YAO, J; YI, H; ZHANG, L; WANG, H; YANG, C; SHI, Y; CHU, J; LOYALKA, P; ROZELLE, S. **Exploring dropout rates and causes of dropout in upper-secondary vocational schools**. Workingpaper 261, reapchina.org, april 2013. disponível em: <http://iis-db.stanford.edu/pubs/24112/Exploring_Dropout_Rates_and_Causes_of_Dropout_in__Upper-Secondary_Vocational_Schools_in_China.pdf>. Acesso em: 12.07.2014.

ARTISTA/PROFESSOR: ANALISANDO A PROPOSTA DE FORMAÇÃO E O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UERGS

Ranielly Boff Scheffer¹

Prof^a Dr^a Cristina Rolim Wolffenbüttel²

Resumo: Esta é uma pesquisa resultante de um Trabalho de Conclusão de Curso e tem como foco o curso de licenciatura em música da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Nesta instituição, o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Música: Licenciatura (CGML) objetiva a formação do artista/professor, rompendo com as barreiras existentes entre a licenciatura e o bacharelado. Considerando-se a existência de outros cursos de licenciatura em música no Brasil, e a atual legislação educacional, esta pesquisa objetivou investigar as características de um artista/professor expressas no projeto pedagógico do curso da UERGS. A metodologia desta investigação incluiu a abordagem qualitativa, a pesquisa documental e a coleta de documentos, tendo como objeto de estudo o Projeto Pedagógico do curso em questão. A análise de conteúdo fundamentou a análise dos dados. A partir dos dados coletados e analisados concluiu-se que o projeto pedagógico do CGML da UERGS apresenta-se, em diversos aspectos, bastante avançado, atendendo grande parte da demanda necessária à educação musical na contemporaneidade, pois ainda hoje existe uma grande dicotomização entre o músico licenciado e o músico bacharel. Vigora, ainda, a concepção de que o licenciado seria o profissional que “somente” ensinaria, e o bacharel alguém “virtuoso” em um instrumento. Todavia, sabe-se que, atualmente, os egressos destes cursos de graduação são levados a trabalhar em diversos ambientes desenvolvendo, muitas vezes, o papel de artista e professor concomitantemente. Porém, foram observadas incongruências relacionadas à regulamentação do ensino superior no Brasil, além de dificuldades para o alcance do objetivo da formação do artista/professor, expresso no projeto. Entende-se, portanto, a necessidade de uma revisão nesta proposta curricular e no projeto pedagógico do CGML da UERGS, o que já havia iniciado ao final desta investigação. Com a finalização desta pesquisa, já foi possível observar a contribuição da mesma para a reformulação do curso. Entende-se que, além desta contribuição direta, a presente pesquisa possa contribuir para a área da educação musical.

Palavras-chave: Educação Musical. Projeto Pedagógico de Curso. Ensino Superior. Currículo em Música. Artista/Professor.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, pesquisas relacionadas à educação, arte e educação musical, vêm sendo intensamente desenvolvidas no Brasil (WOLFFENBÜTTEL; HOPPE, 2014; ALMEIDA, 2010; BORN; LOPONTE, 2012; CANSI; REQUIÃO, 2014; DEL BEN, 2003; GALIZIA; AZEVEDO, HENTSHKE, 2008; HENTSHKE; AZEVEDO, ARAÚJO, 2006; MATEIRO, 2009; PENNA, 2007; SANTOS, 2005; TOURINHO, 2006).

A partir da leitura destas investigações e, focando o Curso de Graduação em Música: Licenciatura (CGML), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – que possui uma proposta diferenciada de formação e na qual os autores estão inseridos como estudantes ou professores – começaram a se apresentar alguns questionamentos que originaram a presente pesquisa, destacando-se: Quais são as características de um artista/professor? Qual o conceito de artista/professor presente na proposta do CGML da UERGS? Quais os espaços de atuação profissional para um artista/professor? Como o projeto pedagógico do CGML da UERGS prevê a formação profissional? Esta proposta de formação profissional encontra-se em sintonia com as normas que regulamentam o ensino superior no país? Considerando-se estes questionamentos, o objetivo desta pesquisa foi investigar as características de um artista/professor expressas no projeto pedagógico do CGML da UERGS.

1 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Música: Licenciatura, raniellyscheffer@gmail.com.

2 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Música: Licenciatura, cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br.

Partindo do fato de que o conceito de artista/professor foi um dos focos desta investigação, inicialmente tratar-se-á da sala de aula e do fazer artístico. Posteriormente, o foco será a formação do educador musical no Brasil.

Para Tunes, Tacca e Júnior (2005), toda a construção de conhecimento ocorre no momento em que o indivíduo entra em contato com o meio social. Assim, o sujeito estabelece discussões, conexões e constrói conceitos. A sala de aula torna-se um ambiente potente para isso, posto que neste espaço encontram-se sujeitos oriundos de diferentes espaços e contextos sociais, o que amplia as possibilidades de construção de conhecimentos. A este respeito Tunes, Tacca e Júnior (2005) argumentam:

Um grupo de alunos e seu professor estão mergulhados em diferentes possibilidades interativas. A despeito de desempenharem funções inerentes a papéis que lhes são reservados, e tidos como esperados, na instituição escolar estão em processo contínuo de criação intersubjetiva de significados que, por sua vez, podem gerar novas possibilidades de relação. (TUNES; TACCA; JÚNIOR, 2005, p.690).

Andrade (2013), por sua vez, conceitua artista, destacando funções e possibilidades de atuação. Para Andrade (2013), a condição do artista

não é apenas a de produtor ou criador de obras de arte, mas também é responsável pela manutenção de uma tradição – que é a própria arte. Ao mesmo tempo em que mantém o meio em que a obra circula, é agente na construção e legitimação do campo artístico (ANDRADE, 2013, p. 585).

Cansi e Requião (2014) explicam que a obra de arte é um objeto em comum, tanto para os professores de artes, quanto para os artistas; é o “objeto estético”. Dependendo da formação de cada um, quer seja como licenciado, ou como bacharel, a relação com este objeto estético diferencia-se. De acordo com as autoras, o “artista é um tipo de sujeito responsável pelo seu ‘fazer poético’, processo no qual constrói e produz sua arte, sem submissão ao mercado, mas tendo consciência dele” (p.447).

Em se tratando do professor, de acordo com as autoras, ele “é o sujeito que media conhecimentos em/ sobre arte em seu ‘fazer docente’”. Desse modo, ao professor “caberia oportunizar em sua prática pedagógica, possibilidades de associação entre questões do campo da arte e da vida, oferecendo ao aluno autonomia em suas reflexões e percepção das coisas do mundo, através dos objetos produzidos pela Arte” (CANSI; REQUIÃO, 2014).

Cansi e Requião (2014) explicam que o papel do artista-professor fundamenta-se em formar um espectador que, frente à obra contemporânea, não fique imerso ao estranhamento e incomunicável ao trabalho do artista. Portanto, para as autoras, o

artista-professor, duplamente reassumido como sujeito (o artista e o professor, mas desta vez o artista sobredeterminando ao professor) liberaria o estudante para entrar em contato, livremente, com os objetos de arte, entrar em contato criando, experimentando e refletindo criticamente sobre essa aproximação, e sobre seu mundo e o mundo ao redor (CANSI; REQUIÃO, 2014, p. 450).

Outros dados relevantes para esta pesquisa encontram-se no trabalho de Mateiro (2009), que investigou os cursos de licenciatura em música no Brasil. A autora investigou quinze projetos pedagógicos de formação docente em educação musical no Brasil, tendo como objetivo compreender o processo educativo, contribuir para a área dos estudos curriculares em educação musical e para o desenvolvimento da qualidade educativa.

Dentre os dados coletados por Mateiro (2009) destaca-se que, dos quinze cursos investigados pela autora, apenas dois não exigiam conhecimentos prévios sobre música para o ingresso. A maioria dos projetos destes cursos apontou como objetivo a formação de professores de música com vistas à atuação em escolas de Ensino Fundamental e Médio. Na sua maioria, os projetos não revelavam uma definição de perfil para os ingressantes no curso (MATEIRO, 2009).

Considerando-se a revisão da literatura apresentada anteriormente e, tendo em vista o objetivo de investigar as características de um artista/professor expressas no projeto pedagógico do CGML da UERGS, elaborou-se o desenho metodológico para a realização deste trabalho, o qual é apresentado a seguir.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu na abordagem qualitativa, na pesquisa documental como método, e na coleta de documentos – Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Música: Licenciatura (PPCGML), da UERGS – como técnica para a coleta dos dados. A análise de conteúdo fundamentou a análise dos dados.

Bogdan e Biklen (1994) explicam que, na abordagem qualitativa, os dados recolhidos apresentam-se “sob a forma de palavras ou imagens e não de números” (p.48).

Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. [...] Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível a forma em que estes foram registrados ou transcritos (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método Pesquisa Documental. Segundo Godoy (1995) a pesquisa documental baseia-se no “exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares” (p. 24).

Em combinação com o método Pesquisa Documental a técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa foi a Coleta de Documentos. Como técnica de análise de dados foi escolhida a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1977), a

análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

A análise de conteúdo tem como objetivo a manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo, quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a mesma da mensagem. Em termos de aplicação, a análise de conteúdo permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros (BARDIN, 1977).

Os conceitos que permearam a construção do referencial teórico baseiam-se em discussões e reflexões acerca das características e possibilidades de atuação do artista/professor e seu inverso, professor/artista, sendo estas utilizadas para realizar a análise dos dados. Além disso, foram utilizados documentos oficiais que normatizam o ensino superior no Brasil oportunizando uma avaliação do projeto pedagógico de curso dentro da lei.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os conceitos utilizados no referencial teórico incluem características e possibilidades de atuação do artista/professor e seu inverso, professor/artista, sendo estas utilizadas para realizar a análise dos dados. Foram utilizados, também, documentos oficiais que normatizam o ensino superior no Brasil, oportunizando uma avaliação do projeto pedagógico de curso em relação à legislação.

O referencial teórico constituiu-se de conceitos propostos por Forte (2013). Sua pesquisa discute a possibilidade da construção de uma docência-artística, a partir de entrelaçamentos artísticos e docentes durante o percurso na formação inicial em Artes Visuais. Apesar de sua investigação não ser oriunda da educação musical, este referencial constituiu-se importante para a análise de dados, pois as questões apontadas pelo autor relacionam-se a todas as áreas das Artes. Além disso, considera-se relevante a reflexão que o autor faz a respeito do fazer artístico e do docente. Para Forte (2013), existe uma dicotomização entre ambos fazeres. Todavia, essa dicotomização

não é um julgamento errado, é apenas um mau julgamento, uma forma reduzida de ver essas duas

instâncias. São características que não se resumem a elas mesmas, pois cada ser humano possui características diferentes que independem da profissão que escolhem. São identidades em construção permanente (FORTE, 2013, p. 46).

A concepção de que licenciatura e bacharelado são cursos totalmente distintos se perde na contemporaneidade, visto estarmos imersos em uma sociedade na qual temos que exercer diversos papéis e funções como docentes. Para Forte (2013), este é o sujeito que utiliza técnicas artísticas e seu conhecimento de Artes para propor atividades que lhe possibilitem se aproximar dos alunos, permitindo-o inventar e reinventar, a partir de proposições já esvaziadas. O ato de ser professor-artista “trata-se de tomar a poética que prioritariamente está para as artes e lançar-lhe para a docência, tramando conectando, intersectando uma instância a outra” (FORTE, 2013, p. 37).

A respeito do professor/artista, Forte (2013) explica:

Pode ser aquele que encara duas profissões, a de artista e a de professor, mas também pode ser aquele que produz subjetividades no envolvimento com práticas artísticas sem que necessariamente elas recebam o nome de arte, que de alguma forma contaminem outros espaços desse professor-artista, espaços da sala de aula, que se incorporem aos seus planejamentos e às suas atividades enquanto professores (FORTE, 2013, p. 40).

Quanto à análise do PPCGML da UERGS, segundo a legislação vigente no Brasil, os principais documentos que nortearam esta pesquisa foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996 (LDB 9.394/96), que disciplina a educação escolar em todos os níveis de ensino, e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design, de 5 de agosto de 2003, que definem as orientações gerais quanto ao perfil de formando desejado. As Diretrizes definem, também, as competências e habilidades do egresso, estando “atento às tecnologias de produção e reprodução musical, de novas demandas de mercado e de sua contextualização marcada pela competição e pela excelência nas diferentes modalidades de formação profissional” (BRASIL, 2003, p.4). Complementarmente, utilizou-se a Resolução nº 2, de 2004, que aponta diversos itens a serem organizados nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em música do país.

Considerando-se o referencial teórico explicitado anteriormente, passa-se à apresentação dos resultados e da análise desta pesquisa.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, vale salientar que a maioria dos cursos ofertados no Brasil ainda se apresenta com estruturas tradicionais e dicotomizantes de formação, em contraste com a realidade, mais ampla e requerente de outras capacidades dos profissionais. O próprio desenvolvimento das artes e da educação mostra que as concepções mais contemporâneas de ensino das artes propõem uma qualificada integração artista/professor. A este respeito, utiliza-se a reflexão de Forte (2013), que explica:

A carga de significados que as expressões professor e artista possuem, constrói um imaginário. Muitas vezes esse imaginário é o professor como aquele que é responsável por ensinar, fazer-se entender e fazer com que os alunos entendam o conteúdo a ser passado, e o artista aquele que é livre para se expressar, que pode viajar em pensamentos e produzir subjetivamente aquilo que compreende da vida (FORTE, 2013, p. 46).

No bojo destas questões apresenta-se a importância de um planejamento curricular que busque a integração da teoria com a prática, de forma a fazer interagir conhecimentos relativos à formação, à realidade do trabalho e à cultura brasileira. É relevante a preocupação expressa no PPCGML da UERGS em formar profissionais que atuem, tanto como educadores, quanto como artistas, e que estejam atentos às diversas aplicações no mundo do trabalho relacionadas à área das artes e que fogem às tradicionais opções de ensino ou participação em grupos artísticos (UERGS, 2006, p. 5).

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Música, Dança, Teatro e Design, segundo o Parecer CNE/CES 0195/2003 indicam:

Criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a

integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflipam a heterogeneidade das demandas (BRASIL, 2003, p. 2).

Construindo a superação proposta, a reflexão, a pesquisa e a prática na educação e na arte formal e informal tornará possível formar um profissional que esteja livre dos estereótipos de professor ou de artista, sendo eles respectivamente o profissional que apenas ensina, e o profissional que produz arte, pois estes estarão tão interligados que não será possível definir o sujeito em questão como sendo somente um deles. Além de um professor que atue, também, como artista, o PPCGML da UERGS prevê, ainda, a formação de um sujeito que possa desenvolver pesquisa nas múltiplas perspectivas da área.

A prática em pesquisa em educação e artes constitui elemento fundamental na base curricular; inicia com a sistematização e o reconhecimento do quadro conceitual e prático da pesquisa e transita dentro dos componentes curriculares em distintas abordagens até finalizar no Trabalho de Conclusão de Curso (UERGS, 2006, p. 9).

Outra característica importante pretendida para o egresso do CGML é a perspectiva da vivência da interdisciplinaridade. Diferentemente de outros cursos de Artes, o CGML da UERGS desenvolve suas atividades em conjunto com outras áreas das Artes, tendo em vista que outros três cursos – Artes Visuais, Dança e Teatro – são compartilhados no mesmo prédio, e os alunos têm a oportunidade de participar de aulas coletivas, quando as disciplinas são comuns aos outros cursos.

Segundo o PPCGML da UERGS, este curso encontra-se em sintonia

com a proposta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, este Curso se propõe a contribuir com o desenvolvimento local e regional do Estado, formando profissionais na área da Música que atuarão tanto como artistas, quanto como professores no ensino fundamental e médio, por meio da reflexão crítica e criativa, sobre as relações entre ser humano, arte, sociedade, ciência, trabalho, cultura, ambiente, educação e desenvolvimento, numa perspectiva de inclusão social, visão sócio-histórica e de pesquisa, como trabalho inerente à atividade artística e da docência (UERGS, 2006, p. 2-3).

Destaca-se, portanto, que a oferta desta graduação está em sintonia com a proposta da UERGS; isto ocorre pelo fato de que o CGML situa-se no interior do Rio Grande do Sul, na Fundação Municipal de Artes, na cidade de Montenegro, considerada uma cidade que há muitos anos desenvolve atividades artísticas, sendo conhecida como “Cidade das Artes”. Esta é uma das importantes marcas da UERGS, considerando-se o desenvolvimento regional.

Quanto aos locais de atuação, observa-se que o egresso do curso será preparado para atuar na Educação Básica como educador no Ensino Fundamental e Médio. É importante alertar que o PPCGML pesquisado não inclui a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial como possibilidades de atuação profissional para seus egressos. Tampouco, na grade curricular, encontram-se componentes curriculares que capacitam o estudante para esta atuação. Isto ocorre apesar de o Art. 62 da LDB Nº 9.394/96 postular que os profissionais que atuarão nestes locais serão formados em nível superior em curso de licenciatura. Encontra-se, neste caso, um descompasso entre a legislação e o PPCGML da UERGS.

Analisando o PPCGML da UERGS segundo a legislação dos cursos de graduação e cursos de nível superior de formação superior, podem ser apontadas algumas ausências na construção deste documento. Inicialmente, pelo fato de este não ser nomeado como projeto pedagógico de curso, mas sim como projeto político pedagógico, este é um aspecto que se encontra em contradição com a Resolução Nº2/2004, necessitando revisão.

Outro item que necessita ser revisto refere-se às Atividades Complementares. Uma única menção quanto a este item no documento é que as atividades devem somar um total de 200 horas, não detalhando o que se configura como uma atividade complementar válida para a formação do estudante, conforme previsto no Parecer de 05/8/2003 do Conselho de Ensino Superior. Ainda, sob este aspecto, podem se apresentar os projetos de extensão, que constam no texto do documento, mas não se encontram planejados na formação do profissional em questão.

Há, ainda, um item presente no PPCGML que está em desacordo com a lei, denominado *Forma de Ingresso*. Este item prevê uma prova de habilitação específica, caracterizada como um teste prático instrumental para o ingresso do estudante. Todavia, segundo a LDB 9.394/96, este tipo de teste não poderia ser aplicado. De acordo com o Art. 51 da LDB 9.394/96:

As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

Apesar de a prova de habilitação específica ainda constar no PPCGML, a mesma não está mais vigente, pois houve modificações na forma de ingresso. Desde o ano de 2014 os estudantes ingressam somente através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), não mais existindo este teste.

Em relação ao artista/professor, o texto do PPCGML da UERGS nomeia-o como professor de música/musicista. O documento especifica o perfil e a atuação do egresso deste curso:

O Professor de Música/musicista egresso deste curso será capaz de entender a arte como agente que desempenha um papel vital na Educação e na vida em geral; expressar conceitos em educação musical, dominando princípios da música, de forma a atuar tanto como musicista quanto como professor; apresentar trânsito transdisciplinar, de modo a dialogar com especialistas de outras áreas para atuação em projetos artísticos, educacionais e/ou de pesquisa; valorizar as relações de autonomia como capacidade pessoal, de forma a abrir a perspectiva de uma nova relação com o conhecimento e as artes (UERGS, 2006, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que foi tratado anteriormente, são apresentadas as conclusões desta pesquisa, respondendo aos questionamentos apontados anteriormente, quais sejam: Quais as características de um artista/professor? Qual o conceito de artista/professor proposto pela UERGS? Quais os espaços de atuação profissional de um artista/professor? Como o projeto pedagógico de curso da UERGS prevê a formação deste profissional? Esta proposta de formação está de acordo com as leis que regem o Ensino Superior no país?

De acordo com os dados obtidos no projeto pedagógico de curso da UERGS, e a análise realizada, o artista/professor caracteriza-se como aquele profissional que transita entre o fazer artístico e docente em ambientes que a arte é motivo de transformação social. Este sujeito inserir-se-á nos variados espaços educacionais e artísticos, entendendo a educação e a arte como um direito a todo ser humano comprometendo-se com os princípios da Educação Popular. Deste modo, sem dicotomizar uma atividade da outra, durante as atividades artísticas realizadas por ele, os conhecimentos adquiridos durante sua relação com os estudantes e a construção de conhecimento em Arte estarão potencializando suas habilidades como musicista. Da mesma forma, isto ocorre nas atividades docentes realizadas por este profissional, entendendo que a Arte desempenha papel essencial na educação, estará desempenhando seu papel como educador musical de forma que suas atividades educacionais também se caracterizem como artísticas.

Segundo o Projeto Pedagógico, o curso de Graduação em Música: Licenciatura da UERGS prevê a formação do artista/professor em uma organização curricular dividida em eixos temáticos: verticais, caracterizado pela música; horizontais, formados pelos estudos pedagógicos e as teorias e práticas artísticas das diferentes linguagens, bem como, os estudos do português e da língua estrangeira. Por fim, há os eixos temáticos transversais apresentados como trabalhos interdisciplinares e trabalhos de pesquisa. O curso de Graduação em Música: Licenciatura assegura, em sua proposta de ensino, uma formação integral, na qual não exista indissociabilidade entre ensino, pesquisa e desenvolvimento, ou seja, uma instrução profissional na qual o ensino e a pesquisa estejam entrelaçados visando ao desenvolvimento mútuo em ambas contribuindo assim para a atuação profissional. Finalmente, a teoria e a prática ao longo da formação acadêmica estarão conectadas e, assim, romperão com a dicotomia entre o saber e o fazer.

Sendo o artista/professor um profissional completo e desvinculado das práticas exclusivas como professor ou musicista, o mercado de trabalho disponível para este profissional é muito abrangente. Quando tratamos mais especificamente de seu lado artista podemos apontar como possibilidade de emprego em orquestras, espaços promotores de arte e grupos musicais que estão presentes em nosso estado, especialmente no interior, visto que este curso foi criado em consonância com a proposta de UERGS, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento local e regional do estado.

Especificamente em se tratando do professor, é relevante apontar a Educação Básica como uma destas possibilidades, entendendo-se que o ensino da música é previsto pela Lei 11.769/2008. É importante lembrar

que o Projeto Pedagógico de curso de Graduação em Música: Licenciatura da UERGS, como dito anteriormente, não prevê atividades docentes na Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, precisando ter este ponto revisto. Outros locais para a atuação são os ambientes de educação não formal, como as atividades extracurriculares, atividades de ensino desenvolvidas por grupos/movimentos sociais organizados, ONGs, associações, dentre outros, como as escolas especializadas em música.

Segundo a análise apresentada observa-se que existem algumas lacunas no projeto pedagógico do curso de Graduação em Música: licenciatura da UERGS, em relação à legislação vigente. Dentre estas cita-se a nomenclatura do documento, que deve ser alterada para Projeto Pedagógico. Recomenda-se que seja retirada a prova específica como uma das formas de ingresso, pois a mesma já não existe.

Dois itens precisam ser abordados de um modo mais adequado no Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Música: Licenciatura, quais sejam, as atividades complementares – requisito necessário para obtenção de título de licenciado em música – e as atividades de extensão previstas durante a formação do professor musicista. Este item não apresenta de forma clara como se configura esse tipo de atividade. E, em relação às atividades de extensão, que podem ser previstas também como atividades complementares, sendo estas atividades desenvolvidas com as experiências cotidianas da comunidade, estando assim coerente com o disposto no Art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, que dentre outras finalidades possui a de propiciar a comunidade o estabelecimento de reciprocidade com as Instituições de Ensino.

Ao finalizar este texto, cabe salientar que, através desta pesquisa, buscou-se discutir sobre o perfil de egresso do curso de Graduação em Música: Licenciatura da UERGS, apresentado em seu projeto pedagógico como artista professor, ou professor musicista. Tratou-se, também, da construção deste documento, avaliando-o conforme a legislação vigente e apontando algumas lacunas presentes nele. Entende-se, que esta pesquisa possa contribuir com a reformulação curricular do curso de Graduação em Música: Licenciatura da UERGS e, conseqüentemente, com a evolução de sua proposta e perfil de egresso.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Cristiane M. G de. Diversidades e formação de professores de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 45-53, jul./dez. 2010.

ANDRADE, Marina P. de M. de. Ser artista: anacronismos, incoerências, estratégias e permanências. In: Encontro Nacional da ANPAP, XXII, 2013, Belém. *Anais*. Belém/PR: ANPAP/PPGARTES/ICA/UFPA, 2013, p. 583-598.

BARDIN, Laurence. *L'Analyse de contenu*. 1. ed. Paris, França: Editora Presses Universitaires de France, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 1. ed. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994.

BORN, Patriciane T.; LOPONTE, Luciana G. Professores artistas: reflexões sobre o fazer artístico e prática docente. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul da ANPED, IX, 2012, Caxias do Sul. *Anais*. Caxias do Sul, RS: Editora Autores Associados Ltda., 2012, p. 1-16.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho de Ensino Superior. Parecer nº195 de 5 de agosto de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de fevereiro de 2004, Seção 1, p. 14.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho de Ensino Superior. Resolução nº2, de 8 de março de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de março de 2004, Seção 1, p. 10.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Seção 1, p. 27833.

CANSI, Lislaine S.; REQUIÃO, Renata A. A presença de um artista-professor na sala de aula: considerações iniciais. In: Seminário de Arte e Educação, XXIV, 2014, Montenegro. *Anais*. Montenegro, RS: Editora da FUNDARTE, 2014, p. 444-451.

DEL BEN, Luciana. Situação dos cursos superiores de música no Rio Grande do Sul: relato de experiência. *Revista da FUNDARTE*, Montenegro, v. 3, n. 5, p. 21-23, jan./jun. 2003.

FORTE, Marcelo. *Atravessando territórios: fazendo-se docente-artista no processo de formação*. Goiânia, 2013, 155 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Arte Cultura Visual, Goiás, 2013.

GALIZIA, Fernando S.; AZEVEDO, Maria C. de C. C. de; HENTSHKE, L. Os professores universitários de música: um estudo sobre seus saberes docentes. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 16, n. 19, p. 27-35, jan./jun. 2008.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração Empresaria*, São Paulo, vol. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HENTSHKE, Liane; AZEVEDO, Maria C. de C. C. de; ARAÚJO, R. C. de. Os saberes docentes na formação do professor: perspectivas teóricas para a educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n. 15, p. 49-58, jul./dez. 2006.

MATEIRO, Teresa. Uma análise de projetos pedagógicos de licenciatura em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 17, n.22, p.57-66, jul./dez. 2009.

PENNA, Maura. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 16, jan./jun. 2007, p. 49-56.

SANTOS, Regina M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 13, n. 12, jan./jun. 2005, p.49-56.

TOURINHO, Cristina. Espaços e ações profissionais para possíveis educações musicais. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 14, n.15, p.7-10, jul./dez. 2006.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria C. V. R.; BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos S. O professor e o ato de ensinar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, V. 35, N. 126, p. 689-698, set. 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL-UERGS. *Plano de curso*. Curso de Graduação em Música: Licenciatura. UERGS, Montenegro, 2006.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina R.; HOPPE, Martha W. *A iniciação a docência na Uergs: educação, arte e interdisciplinaridade*. 1. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014.

A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS ANIMAIS EN- QUANTO DEMANDA SOCIAL E POLÍTICA

Eliane Carmanim Lima¹

Resumo: O presente trabalho fala sobre as mudanças culturais relacionadas à defesa dos animais e o crescente interesse na busca de direitos animais. Parte-se de uma breve arqueologia sobre os paradigmas relacionados aos animais até o lugar que esta temática ocupa no cenário político mundial atual. Para isto, parte-se da história das ideias sobre o papel dos animais na sociedade desde as primeiras concepções filosóficas ocidentais até a versão abolicionista que advoga direitos aos animais e a forma como este tema se articula atualmente nas ciências sociais e sua materialização no universo jurídico com destaque na construção dos atuais partidos políticos mundiais com este enfoque. Neste estudo arqueológico e genealógico discute-se a inserção do tema no cenário político e os atuais partidos animalistas numa discussão interdisciplinar envolvendo Sociologia, Ciência Política e História. A partir deste contexto o trabalho relaciona as diferentes concepções filosóficas sobre os animais, o reflexo destas ideias na sociedade, culminando com a construção de partidos políticos dedicados à defesa dos animais. A partir deste enfoque interdisciplinar analisa-se a emergência do tema nas ciências sociais enquanto demanda social e o paradigma cultural desenvolvido pelos atores sociais dedicados a esta reivindicação analisando como esta questão se traduz no espaço político.

Palavras-chave: Direitos animais. Revolução Cultural. Mudança Social. partidos Animalistas.

BREVE ARQUEOLOGIA SOBRE AS IDEIAS SOBRE OS ANIMAIS

O debate sobre os animais e a forma como devem ser tratados não é novo e existe desde remotos tempos. Na história ocidental este tema é abordado principalmente no campo da filosofia desde os pré-socráticos e pensadores consagrados como Platão, Aristóteles, Pitágoras e outros têm abordado o tema. Em discussões da filosofia política o tema é apresentado por Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Rousseau e Voltaire e outros filósofos. Em outros campos o tema é discutido, mesmo que periféricamente, e pensadores discutem a forma como devemos tratar os animais, seu lugar na natureza e mesmo na sociedade ou nossa relação e tratamento para com eles. Kant, Nietzsche, Darwin ou John Raws, e muitos outros, apresentam o tema conforme os paradigmas de seu tempo e sua esfera de estudo. Nesta breve introdução não pretendemos esgotar os pensadores dos mais diversos campos do saber que trataram, em diferentes abordagens, a temática animal. Cabe apenas mencionar que desde os filósofos pré-socráticos cria-se uma noção de hierarquia entre seres com a supremacia humana e uma ideia de uma inteligência e racionalidade como marca distintiva humana que justificariam os diferentes usos das várias espécies que têm acompanhado a história de diferentes povos no ocidente e no oriente. Cabe mencionar que num primeiro momento a ideia de superioridade humana não excluía os humanos de sua animalidade, de forma que este “animal político”, mesmo considerado hierarquicamente superior aos demais animais era percebido também como animal, mesmo que “racional”. O cristianismo teve grande influência na cultura europeia e foi por sua vez fortemente influenciado pela cultura grega. Os romanos assimilaram a cultura grega e foram grande difusores do conhecimento que dali adveio. Da fusão destas ideias com a ideologia cristã cria-se a ideia de “uma Igreja de caráter universal”, católica, a partir da ideia do universalismo romano. Já no século IV a religião cristã representava uma força socioeconômica e política importante no vasto Império Romano. Aos poucos a Igreja tornou-se uma poderosa instituição com um patrimônio econômico que se ampliava com uma sólida organização e sua influência acentua-se e se espalha, desde os primórdios de sua institucionalização. Esta influência se fez sentir nas ideias e princípios jurídicos, políticos e morais. É importante lembrar que aos poucos a Igreja passa a ser a instituição a quem cabe o monopólio do saber e controle do conhecimento (AQUINO, 1980). Na Idade Média a Igreja reveste-se de grande poder simbólico e de fato e ela passa a influenciar de forma dominante e hegemônica vários campos sociais. Desta forma a Igreja interfere no plano político, educacional e econômico e reproduz o pensamento que advoga esta superioridade humana. Com o cristianismo católico, e as ideias que já existiam de valorização do humano, a dicotomia entre humano e animal é exacerbada e as características animais relegadas a maior

¹ Bacharel em Psicologia, Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS, com especialização em Projetos Sociais e Culturais pela UFRGS e mestrado em Sociologia pela UFRGS.

inferioridade. Com os gregos havia a ideia da animalidade no humano com supervalorização da razão humana, mas com o cristianismo da Idade Média, o lado animal é rechaçado e desprezado. A polarização entre humano e animal ganha outras conotações, assim a razão é valorizada em detrimento das paixões que passam a ser associadas à animalidade. Poderíamos dizer que neste período a espécie humana deixou de ser animal, já que suas características animais foram não somente desvalorizadas passando mesmo a serem recalçadas e proibidas e consideradas “pecado” conforme a tradição católica (LIMA, 2012).

Com a Renascença há um declínio deste pensamento religioso cristão com a valorização de princípios humanistas e o antropocentrismo reforça-se, porque há uma grande valorização do homem/humano. A ciência toma o lugar ocupado pela Igreja, principalmente no nível simbólico deste poder, e começa a dominar o pensamento ocidental revestindo-se de grande poder e capital simbólico.

Apesar do marco histórico do uso dos animais na ciência a partir da filosofia cartesiana, que passa a considerá-los como autômatos, incapazes de sentir, começam a surgir pensadores que defendem animais, por entenderem que eles sofrem e propõem formas de tratamento não cruéis para com os animais. Estas propostas apontam um marco histórico que é o surgimento de princípios de consideração para com os animais pelo sofrimento que poderiam vivenciar. A partir deste momento começam a existir alguns movimentos de defesa dos animais e propostas de controle ou proibição para que a crueldade fosse proibida ou coibida. A maioria destas primeiras iniciativas ocorreu na Inglaterra (THOMAS, 2010), mas a ideia de direitos para os animais é mais recente. A primeira vez que aparece a palavra “direito” no contexto de proteção animal foi no século XVII com Matthew Hale em 1662 numa frase que sugere que os humanos deveriam ser justos com os animais. Peter Singer aponta que o progresso intelectual do século XVIII trouxe algumas melhorias nas condições dos animais no século XIX quando começaram a surgir algumas leis e instituições buscando defender os animais da crueldade (SINGER, 2004).

No plano intelectual a partir do século XVIII começam a aparecer várias obras condenando a crueldade com animais num movimento ainda embrionário de defesa dos direitos animais (LOURENÇO, 2008). Segundo Keith Thomas (2010) já no século XVIII e na virada do século XIX começa um movimento de inclusão dos animais no universo moral e observam-se a partir daí vários protestos contra as práticas envolvendo a crueldade com os animais. Na Inglaterra, mesmo o abate de gado passou a ser legislado e abatedouros passaram a funcionar mediante licença e começaram os debates sobre abate humanitário.

Outro grande marco histórico na história de nossa relação com os demais² animais vem da obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, publicada em 1859. Nesta obra o autor expõe que o homem descendia de outros animais, apontando evidências científicas destes fatos. Esta obra permitiu que se compreendesse que os humanos eram igualmente animais e que as diferenças entre os humanos e os demais animais não eram tão grandes (SINGER, 2004, p. 232).

Não podemos deixar de mencionar o vegetarianismo enquanto movimento social. Segundo Thomas (2010) desde 1790 desenvolveu-se um movimento vegetariano na Inglaterra e em 1847 foi fundada a Sociedade Vegetariana da Grã-Bretanha. Em sua vertente mais radical, o veganismo, cria-se em 1944 a expressão “vegan” por Donald Watson propondo a não exploração de nenhuma espécie animal para nenhum fim. Com estes princípios funda-se em 1944 a “Vegan Society” na Inglaterra (LIMA, 2102).

Os DIREITOS ANIMAIS ENQUANTO DEMANDA SOCIAL E POLÍTICA

Segundo Garner (2004) desde os anos 1960 tem havido uma mudança radical neste debate e o tema tem ganhado novas abordagens e na filosofia chegou a tornar-se um campo independente dentro do ramo da ética e a Ética Animal ganhou novos autores que se destacam como Peter Singer que dentro de uma abordagem utilitarista ganha notoriedade ao escrever e debater o tema. Depois da apresentação de sua obra “Libertação Animal”, livro marco sobre o tema, outros autores têm se consagrado ao advogarem a defesa de animais. Peter Singer argumenta que os humanos devem ter como base de consideração moral não a inteligência, mas a capacidade de experimentar a dor dos animais. Excluir os animais desta capacidade de vivenciar a dor é

2 O uso da expressão “(demais) animais”, ao invés do termo “animais” será frequente neste texto, uma vez que estamos trabalhando a construção de conceitos sociais. Com isso, se quer evitar cair no senso comum oriundo de condicionamentos sociais que aqui queremos analisar. Pela mesma razão, utilizaremos muitas vezes a expressão “espécie humana”, comum às ciências biológicas.

considerado especismo³, por isto sua posição é considerada bem-estarista animal. (NACONECY, 2006). Outro filósofo de relevância na questão dos direitos animais é o filósofo e ativista Tom Reagan que publica em 1983 o livro “The case for Animal Rights” e depois “Jaulas Vazias”. Sua tese parte da noção de direitos para os animais. Para ele os animais deveriam ter direitos morais semelhantes aos humanos. Animais considerados como “sujeitos-de-uma-vida” têm um valor intrínseco como indivíduos, e não podem ser tratados exclusivamente como meios para um fim (NACONECY, 2006; LOURENÇO, 2008). Numa terceira posição mais radical encontramos Gary L. Francione, filósofo e advogado americano, considerado um pioneiro da teoria abolicionista de direitos animais. Ele argumenta que as medidas e regras bem-estaristas acabam servindo para prolongar a condição de exploração e sofrimento dos animais e argumenta que os animais não deveriam ser considerados propriedade, tendo como base moral o veganismo e a rejeição de todo e qualquer uso de animais para consumo humano. (LOURENÇO, 2008).

Atualmente há várias obras tanto na filosofia como no direito defendendo direitos dos animais tanto de autores que se consagram com estas ideias como dissertações e teses discorrendo sobre estes direitos. Destes autores cabe mencionar Cass Sunstein que propõe uma discussão mais democrática sobre o assunto. Sunstein reconhece que a legislação americana apresenta lapsos quanto à crueldade para com os animais, principalmente em comparação a alguns países da Europa como Suécia, Suíça e Inglaterra e a União Europeia que já em 2007 apresentavam ideias contrárias à crueldade com animais (SUNSTEIN, 2004). Da mesma forma Martha Nussbaum propõe um alargamento das “fronteiras da justiça” para além dos humanos onde o pacto social deveria incluir também os direitos dos animais (NUSSBAUM, 2006). Ainda relacionado às teorias da justiça cabe mencionar Rowlands que entende que não é somente o gênero, a idade, a raça (etnia), classe que estariam escondidos sob o véu da ignorância, mas também a espécie deveria ser incluída (GARNER, 2004). O filósofo Derrida, também inclui a espécie em sua noção de *différance*, ao abordar o processo de universalização que se impõe a estes diferentes, mesmo de espécie (DERRIDA, 2004).

Fora do universo acadêmico as evidências de uma grande mudança cultural podem ser vistas nas mudanças na legislação apontando uma incontestável mudança de paradigmas sobre a forma como os animais são considerados em várias culturas. Não podemos deixar de mencionar Durkheim (2005a, 2010a), que já observava que a lei é fruto da norma social que se cristaliza na legislação a partir do que a sociedade considera desvio, conflito, desequilíbrio ou simplesmente diferente. A atitude dos humanos frente os (demais) animais segue a mesma direção, e desta forma criam-se normas para regular a conduta humana em relação aos animais e mesmo à natureza. As leis são fruto da dinâmica social e como expressa este autor, “normalmente, os costumes não se opõem ao Direito, mas, ao contrário, são sua base” (DURKHEIM, 1983, p. 32).

Bourdieu contribui para nossa reflexão, pois possibilita uma visão sobre o Estado e a forma como se organiza no meio social. Bourdieu retoma a noção de Weber na qual a realidade social é um conjunto de relações de sentido, dotada de uma dimensão simbólica, e fala em **poder simbólico**, um poder invisível que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2005-b, p. 7). Nesta legislação que visa regular as condutas para com os animais há um campo de lutas em que predominam certas ideias em detrimento de outras. No caso do valor dados aos animais os campos científico, jurídico e filosófico são as regiões do espaço social por onde circulam e se reproduzem “verdades” sobre o assunto. Essas estruturas cognitivas são historicamente construídas, ou seja, são arbitrárias, e é o Estado que contribui de forma determinante na “produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social” (BOURDIEU, 2005-b, p. 116).

Os exemplos aqui apresentados apontam mudanças na lógica social quanto às considerações morais para com os animais e atores sociais posicionam-se para defender outra lógica e outras formas de tratamento, na busca de romper o discurso dominante que tem sustentado o sofrimento de animais em várias práticas sociais. Pode ser dizer que se cria um novo campo social, o campo dos direitos animais, que tenta ganhar espaço e poder no universo social.

Lisa Johnson examina a “verdade” sobre os animais desde uma análise foucaultiana, apesar de Foucault não ter propriamente examinado esta temática. Nosso conhecimento ou saber sobre os animais e ações sobre eles são produzidas pelo poder/saber associado aos animais (JOHNSON, 2012, p.16) e no discurso dominante

3 O termo especismo foi criado pelo psicólogo Richard Ryder, um dos pioneiros na defesa dos animais no século XX. O neologismo foi utilizado para falar na injustiça ao oferecer tratamento diferenciado a outras espécies, numa analogia ao racismo e sexismo.

de certos campos sociais os animais são objetos. Esta autora nos convida a refletir sobre qual regime de verdade sustentaria estas ideias sobre os animais e humanos e aqui convidamos a refletir sobre o discurso emergente que se materializa em novas práticas sociais apontando uma nova lógica social em nossa relação com os (demais) animais.

Um historiador dedicado à história da relação entre animais e humanos, Éric Baratay, também parte de um estudo arqueológico de como os humanos tratam os animais entre o século XIX e XX, separando esta história em três fases. Na primeira fase existia uma proteção relativa de alguns animais, num viés utilitarista econômico, já que os animais deveriam ser bem tratados, pois assim produziriam mais. Num segundo período, mais denunciatório e repressivo, começa-se a abordar o sofrimento animal e as situações de abandono, vivissecação e maus tratos. Numa terceira fase, correspondente aos tempos atuais, começa-se a abordar o ponto de vista dos animais diante das situações em que são sujeitados e aqui já surge a ideia de um valor intrínseco dos animais num caráter mais abrangente do que apenas dos animais domésticos, abarcando tantos os animais domésticos quanto selvagens. Nos textos mais recentes deste autor (BARATAY, 2011), o enfoque parte do interesse dos próprios animais e a forma como isto é articulado pelos humanos, assim na primeira fase isto é ignorado, e somente na terceira fase, aparecem ideias que dão conta do interesse dos animais frente as situações que acarretariam sofrimento.

A partir destas considerações teóricas apontamos um crescente movimento de defesa de animais com sua materialização em leis protetivas ou mesmo libertadoras de experiências de sofrimento e opressão de animais em várias situações. Um marco de grande relevância envolve o conceito de animal enquanto “sujeitos de direito”⁴. Tal defesa advoga que o animal possa ser defendido como sujeito e não mero objeto em processo judicial. A legislação espanhola garantiu aos primatas este lugar de “sujeitos de direito” e há outros países com casos isolados onde ativistas/juristas tentam libertar primatas com alegações jurídicas semelhantes ao pedirem *habeas corpus*⁵ para animais aprisionados com exemplos bem-sucedidos em alguns países⁶. Também é preciso dar o exemplo nas constituições da Bolívia e Equador onde a natureza e animais ganham este lugar de “sujeitos de direitos”. Estes exemplos apontam uma grande virada cultural, pois se advoga que animais deixem de serem propriedade e passem a ter direitos de liberdade e fala-se mesmo em direito à dignidade (inclusiva) em países como a Alemanha (LIMA, 2012).

Ainda sobre novos conceitos e as ideias que eles carregam cabe mencionar o conceito de senciência⁷ que se populariza difundindo a ideia de que animais possam deixar de serem objetos e passem a ser vistos como “pessoas”, no sentido jurídico do termo. Este conceito carrega um novo paradigma para além da longa história antropocêntrica que partiu de sistemas hierárquicos entre humanos e animais. Nos sistemas jurídicos de vários países esta noção tem levado a mudanças no tratamento jurídico dado aos animais a partir de sua capacidade de sofrerem. A expressão não é a mesma nos diferentes países em que já são incluídos em novas considerações éticas no sistema jurídico, mas sejam eles sejam considerados seres sencientes, sensíveis⁸,

4 “Titular do direito. Cada uma das pessoas ligadas entre si numa relação judicial” (Náufel, 2008, p.687).

5 “Histórico: Un Juzgado Otorga El Hábeas Corpus a Dos Chimpancés.” Igualdad Animal. April 21, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.igualdadanimal.org/noticias/7250/historico-un-juzgado-otorga-el-habeas-corpus-dos-chimpances>.

6 “Associação De Advogados Conquista Outra Decisão Histórica Em Defesa Dos Animais Não-humanos.” ANDA. July 13, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.anda.jor.br/13/07/2015/associacao-advogados-conquista-decisao-historica-defesa-animais-nao-humanos>.

7 “O termo senciência vem do latim e significa ‘que sente, que tem sensações’”. Esta expressão era usada em inglês, segundo o dicionário Oxford, desde o século XVII como *sentient*: “Definition of sentient, adjective :able to perceive or feel things: Origin: early 17th century; from Latin *sentient-* ‘feeling’, from the verb *sentire*”.

8 “França Altera Status De Animais Para “seres Sensíveis” Em Código Civil.” ANDA. November 13, 2014. Accessed September 15, 2015. <http://www.anda.jor.br/13/11/2014/franca-altera-status-animais-seres-sensiveis-codigo-civil>.

vítimas⁹ ou mesmo pessoas¹⁰ estes fatos apontam uma transformação cultural¹¹. Mesmo no Brasil há uma proposta de alteração para que os animais não mais sejam considerados coisa no Código Civil¹².

Também há vários exemplos demonstrando um maior interesse da sociedade em promover direitos aos animais na esfera política. Atualmente há vários partidos políticos criados para promover a defesa animal em vários países e outros estão em fase de organização. Atualmente estes partidos existem nos seguintes países¹³: Alemanha (1993), Holanda (2002), Espanha (2003), Canadá (2005), Reino Unido (2006), Itália (2006), Partido Animalista Europeu-Itália (2006), Inglaterra (2008), Portugal (2009), Humane Party-EUA (2009), Austrália (2010), Dinamarca (2010), e Animal Rights Party-EUA (2011), Party EcoAnimalista-Itália (2012), Suécia (2014), Chipre (2014), Turquia e há um partido europeu (2014), Euro Animal 7, composto de sete países¹⁴, buscando assento na Comunidade Europeia¹⁵ e o mais recente partido está situado na Finlândia fundado este ano de 2015. No Brasil há uma Frente Parlamentar de Defesa dos Animais criada em 2011 e em alguns estados começam a serem criadas outras comissões políticas com o mesmo fim. Há projetos de promotorias de defesa animal, delegacias e em várias cidades constituem-se secretarias de defesa de direitos animais.

Estas mudanças também produzem efeitos na economia para atender as necessidades destes atores sociais que não mais toleram o sofrimento e mesmo a exploração de animais, assim há uma crescente demanda de produtos que não sejam fruto da crueldade para com animais e chegam mesmo a criarem-se preceitos jurídicos atendendo a demanda destes atores sociais na esfera legal. Neste contexto movimentos sociais e economia entrelaçam-se e ativistas militam pelo fim da crueldade animal, novos produtos e serviços surgem, hospitais veterinários populares são construídos com grande aceitação, sem deixar de mencionar que na esfera política candidatos defendendo a defesa de animais se multiplicam chegando a influenciar resultados em pleitos recentes no poder executivo¹⁷ e legislativo. A maior prova desta influência na esfera política está na criação de novos partidos políticos voltados a defender animais, atualmente em número de 15 espalhados em vários países e com a promessa de outros novos partidos em outros países, além de parlamentares eleitos em diversos pleitos com projetos sendo votados, aprovados e mesmo sancionados na defesa de melhores condições para os animais.

O sociólogo político Inglehart fala em uma substituição dos valores de sobrevivência por valores de autoexpressão e novas reivindicações têm espaço. Sua teoria da mudança de valores aponta a construção de novos valores sociais e consequentes mudanças nas atitudes em relação ao meio ambiente e ecologia e novas formas de participação política (INGLEHART e WELZEL, 2005).

Outro efeito destas mudanças começa a ser percebido no universo acadêmico e o tema extravasa o antigo espaço de discussão saindo do direito e filosofia, espaços onde o tema usualmente costumava ser debatido, em posições mais normativas, mesmo que nos últimos trinta anos o volume de obras advogando melhores tratamentos ou mesmo a libertação animal tenham se multiplicado muito mais. Atualmente começam a surgir obras na Antropologia e História, e mesmo na Geografia, apontando mais uma vez a mudança cultural a respeito de nossa relação com os demais animais. Na História surge um campo que trata de nossa relação com os (demais) animais, a história das relações entre o homem e os animais, e isto chega a avançar de forma semelhante aos estudos culturais que propõe versões diversas daquelas dos dominantes. O historiador Eric

9 "Animais Poderão Ser Considerados Vítimas Do Ponto De Vista Jurídico Nos EUA." ANDA. September 9, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.anda.jor.br/13/09/2015/animais-poderao-considerados-vitimas-ponto-vista-juridico-eua>.

10 Advogado Americano Argumenta Que Chimpanzés Também São Pessoas." OLHAR ANIMAL. April 2, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.olharanimal.org/ciencia-e-ambiente/5068-advogado-americano-argumenta-que-chimpanzes-tambem-sao-pessoas>.

11 Irlanda Pode Ser O Próximo País a Considerar Animais Como Pessoas Não Humanas." ANDA. January 17, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.anda.jor.br/17/01/2015/irlanda-proximo-pais-considerar-animais-nao-humanas>.

12 Projeto De Lei Muda Status De Animais No Código Civil." ANDA. August 3, 2015. Accessed September 15, 2015. <http://www.anda.jor.br/03/08/2015/projeto-lei-muda-status-animais-codigo-civil>.

13 Em ordem cronológica.

14 Alemanha, Espanha, Reino Unido, Portugal, Suécia, Holanda e Chipre.

15 Ao total são quinze países e um partido na Comunidade Europeia formalmente instituídos.

16 Há também informações de partido político animalista na Suíça, sem confirmação de sua oficialização.

17 Nas últimas eleições presidenciais, o candidato Eduardo Jorge, fez bastante sucesso entre o eleitorado Veg, por declarar-se vegetariano.

Baratay propõe uma nova versão da história, em que os animais sejam levados em conta e da mesma forma Derrida, inclui a espécie como uma “diferença” a ser incluída entre as demais exclusões sociais.

A Antropologia tem produzido obras e pensadores que começam a se consagrar ao estudarem nossa relação com os (demais) animais como Tim Ingold (SORDI, 2011) e surgem mesmo obras antropológicas que incluem outras espécies além dos humanos¹⁸.

Na Sociologia começam a surgir teses e dissertações sobre a alimentação onde o hábito de comer animais é objetivado, conforme cabe ao saber e práticas sociológicas e da mesma forma o tema da alimentação relacionado aos animais surge na História. Mesmo que um dos objetivos da sociologia seja descortinar condicionamentos sociais, operando nas práticas sociais, há neste campo ainda uma tradição sociológica que não inclui este tema nos debates e pesquisas, mas apenas de forma periférica como nos estudos de movimentos sociais ou muito incipientemente nas pesquisas envolvendo veg(etari)anismo. Sobre este tema na sociologia cabe citar Bourdieu: “a tradição profissional não os reconhece como dignos de serem levados em consideração, (...) e, inversamente, existem questões que eles se obrigam a formular porque as mesmas ocupam uma posição elevada na hierarquia consagrada dos temas de pesquisa” (BOURDIEU, 2005c, p. 41). Mesmo assim o tema avança e mesmo na Geografia cria-se um novo campo, a Geografia Animal, que explora as diversas maneiras em que os animais moldam a formação da identidade humana. Neste novo campo estuda-se como animais e humanos se entrelaçam nas sociedades, em relação aos lugares, os espaços e o tempo nesta relação.

Conforme pesquisa anterior (LIMA, 2012), estamos vivendo uma grande transformação cultural no que diz respeito ao nosso relacionamento com os (demais) animais e os impactos desta mudança já se fazem sentir na economia, no direito e mesmo no universo político com a construção de vários partidos políticos em pequeno espaço de tempo. O pensamento dominante reflete uma longa história de antropocentrismo, dominação e violência para com os animais, mas vários atores sociais têm se mobilizado para mudar esta história na busca de uma desnaturalização de uma percepção assimétrica entre os humanos e os demais animais. O tema começa a extravasar para o universo acadêmico, mesmo que alguns campos ofereçam resistência. Gostaríamos de concluir que o tema deveria ser mais amplamente estudado, pesquisado e revisto na Educação, tanto no ensino fundamental, como na formação de professores, em todas as áreas do saber, porque é ali que são reproduzidas as desigualdades e perpetuadas relações de dominação ou tradições escolares que reproduzem a lógica dominante, muitas vezes num discurso universalizante pleno de violência simbólica. Se os animais não podem falar, como já podem ser ouvidas tantas minorias historicamente silenciadas, há os atores sociais que defendem uma nova lógica nas relações entre os humanos, animais e mesmo a natureza e são também legítimas suas reivindicações de mudança social para serem enunciadas e ouvidas no espaço social em suas propostas de uma nova interação, simetria e relação para com estes outros animais.

REFERÊNCIAS:

AQUINO et al. *História das Sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1980.

BARATAY, Eric. La souffrance animale face masquée de la protection au XIXe-XXe siècle. *Revue québécoise de droit international*, 2011.

BOURDIEU, Pierre (2004a). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. (2005a). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. (2005b). *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 2005-b.

DERRIDA, Jacques. *De que Amanhã*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DURKHEIM, Émile (2005a). *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. (2010a). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

18 BEVILÁQUEA, Cimea Babato. Chimpanzés em juízo: Pessoas, coisas e diferenças. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 17, n.35.p.65-102, jan/jun.2011.

- _____ (2010b). *Educação e Sociologia*. São Paulo: Editora Hedra, 2010.
- _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GARNER, Robert. *Animals, Politics and Morality*. Manchester University Press, 2004. Manchester and New York.
- _____. *The Political Theory of Animal Rights*. Manchester University Press, 2008.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- LIMA, Eliane Carmanim. *A Era dos Direitos animais*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Monografia de Graduação em Ciências sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- JOHNSON, Lisa. *Power, knowledge, animals*. Palgrave Macmillan, 2012.
- LOURENÇO, Braga. *Direito dos animais*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2008.
- NACONECY, Carlos. *Ética & Animais. Um Guia de Argumentação Filosófica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- NÁUFEL, José. *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.
- NUSSBAUM, M.C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species*, Oxford USA Trade, 2006.
- REGAN, Tom. *Jaulas vazias*. Porto Alegre: Lugano; 2006.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. Lugano Editora, Porto Alegre, 2004.
- SORDI, Caetano. *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais*. Cadernos IHU Ideias (UNISINOS), v. 145, p. 3-28, 2011.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.
- SUNSTEIN, C; NUSSBAUM, M. *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. (Oxford University Press, USA, 2004).

PRÁTICAS ESCOLARES CONTEMPORÂNEAS PARA A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA COLOMBIANA

José Alberto Romaña Diaz¹

Resumo: O presente artigo pretende expor, como um dos desafios da contemporaneidade, a educação da sociedade acerca das mudanças climáticas. Pretende-se compreender como se constituem essas novas configurações de economia ambiental, em meio à noção de biopolítica de Michel Foucault. A partir de uma breve contextualização do tema, busca-se aproximações com a experiência de uma escola colombiana, que inseriu, dentro de suas práticas pedagógicas, alguns princípios de economia sustentável através de projetos realizados em parceria com a comunidade educativa e a outros agentes externos. A discussão final gira em torno de questionamentos sobre a relação do discurso biopolítico e o projeto de economia ambiental do referido espaço educativo. O espaço educativo colombiano integra a pesquisa realizada pelo Grupo Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates). As estratégias e ferramentas metodológicas para realização de tal investigação na escola foram entrevistas, visitas e análises de documentos.

Palavras-Chave: Educação. Biopolítica. Escola. Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A educação, em meio aos desafios da contemporaneidade, tem cumprido um papel relevante como estratégia conjunta aos acordos para a redução de gases estufa e do aquecimento global, como se tem manifestado tanto em convenções mundiais passadas, quanto nas que ainda estão por vir. Cabe destacar as convenções iniciadas no Brasil Rio-92 e o clima Rio+5, o protocolo de Kyoto, Rio+10, Relatório de Stern, Rio+20, as conferências COP (Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) até a COP 21, a ser realizada em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015. No entanto, a preocupação pela educação destas novas gerações também envolve um conjunto de técnicas e procedimentos de regularização de hábitos corporais e, em geral, da vida, sujeita às demandas do mercado. Tais práticas estão permeadas pelo que Foucault (1997, p. 89) chama de “biopolítica”. Trata-se de estabelecer mecanismos capazes de estimular a natalidade, prolongar a vida, prevenir epidemias, regularizar hábitos corporais, diminuir a extensão e intensidade das doenças (SIBILA, 2009). Estes mecanismos também são percebidos em práticas alternativas dos recursos ambientais, como no caso da economia-ambiental que seria uma nova *oikos*, produto de um discurso biopolítico e práticas educativas inovadoras para contrapor aos modelos inoperantes de consumo. Algumas escolas pelo mundo têm inserido em seus currículos o componente ambiental, como é o caso da EPE (*Escuela Pedagógica Experimental/ Colômbia*). A escola faz parte do grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ensino – do Centro Universitário UNIVATES, que tem por objetivo investigar as especificidades curriculares em espaços escolares e não escolares e suas relações e cruzamentos com os movimentos escolarizados e não escolarizados. O campo empírico da pesquisa é composto por mais outros quatro espaços de investigação: uma ONG, uma Fundação de Arte, uma Escola da Rede Pública de Educação, todas na região sul, e um Museu de arte localizado no Sudeste do Brasil. A EPE aposta em introduzir, em suas práticas educativas, os princípios da economia azul de Gunter Pauli. Estes princípios envolvem conceitos de bio-educação, quer dizer, educação para a responsabilidade global. Sendo assim, por meio da análise de artigos, informações em sites e entrevistas realizadas com integrantes da referida escola, esta escrita se propõe a articular uma aproximação entre a implementação do projeto ambiental da *economia azul*, e o espaço educativo “formal” da EPE, a partir do olhar da biopolítica. Para tal fim se apresenta o seguinte roteiro: primeiramente, um breve percurso desde as primeiras convenções ambientais até a COP 21, evento que será realizado em Paris, ainda em 2015; em seguida, uma breve reflexão sobre a noção de biopolítica e, por último, se apresenta a escola colombiana e o projeto de economia azul, finalizando com alguns questionamentos.

1 Bolsista de Iniciação Científica UNIVATES/ Psicólogo pela UNIMINUTO Colômbia. josealbertoromanadiaz@gmail.com

BREVE PERCURSO: DAS PRIMEIRAS CONVENÇÕES AMBIENTAIS ATÉ A COP 21/PARIS 2015

Alguns autores parecem concordar em utilizar como ponto de partida a “Cúpula da Terra”, que aconteceu no Rio de Janeiro (Rio-92), embora já tivesse acontecido em Estocolmo a “Cúpula sobre meio ambiente humano” (BRASIL, 2005), realizada pelas Nações Unidas, que deu início à denominada Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, criada na Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP/ Rio 92). Em tal conferência, foram destacados os avanços no sentido de reconhecer que os recursos naturais são compartilhados, não apenas pelas gerações atuais, como também pelas futuras. Da mesma forma, as ações antrópicas que estão associadas ao desenvolvimento econômico, produzem consequências e repercutem no clima, por exemplo, o efeito que geram os Gases de Efeito Estufa (GEE). Cinco anos depois de acontecer Rio-92, a Organização das Nações Unidas realizou uma convenção extraordinária para avaliar os resultados, tendo como principal motivo, encontrar as causas do insucesso nesse intento de remediar os acordos iniciais, criando um ambiente propício para a criação do protocolo de Kyoto, no marco da terceira COP. A terceira COP, realizada em Kyoto, no Japão, deixou como fruto o estabelecimento de metas claras para a redução de emissões de GEE. No entanto, alguns países não se comprometeram com os acordos obrigatórios de redução que entraram em vigência em 2005, entre eles os Estados Unidos da América. Porém, uma década depois da Rio-92, se realizou a Rio+10, em Johannesburgo, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. A cúpula confirmou a dificuldade para implementar as recomendações estabelecidas na Rio-92, assim como revelou a “estreita relação entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 43). De volta ao Brasil, a Rio+20, no Rio de Janeiro, foi responsável pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Para destacar, foi nesta convenção que tivemos como fruto a aprovação do documento que aponta para o Futuro que queremos, no qual se especificam alguns pontos para fazer nos próximos anos de acordo, junto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os objetivos, pode-se destacar o de atingir o ensino básico universal, a partir da universalização do ensino básico de meninos e meninas (Pereira *et al*, 2011), mencionado como uma das ações mais urgente e ambiciosa, de acordo com os princípios e disposições da UNFCCC.

A COP 21 será realizada em Paris, sendo que os países-membros já se reuniram 20 vezes para organizá-la, sendo a última em 2014, em Lima/Peru. A mesma ocorrerá de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015 e tem pela frente o desafio de um novo acordo que substitua o protocolo de Kyoto, cuja intenção é reduzir a emissão de GEE para limitar que a temperatura global aumente em 2°C. Antes da realização da COP, existem algumas atividades preparatórias a serem realizadas, chamando a atenção o nome de uma que está relacionada com a academia e que se realizou na Hiest (*L'institut des hautes études pour la science et la technologie*), em Paris, chamada “Empresas em caso de Mudança Climática, Educar Agir Governar” (*lessocietes a l'epreuve de changement climatique eduquer • agir • gouverner*²). Entre as ementas de tais atividades, destaca-se: “rever coletivamente as questões transversais de educação, o debate público, normas, relação controversa entre ciência e política...” (HIEST, 2015). Parece haver aí uma preocupação pela educação destas novas gerações, mas como fazer isso? Será por meio de “Educar, Agir e Governar” (HIEST, 2015)? O que está em jogo não seria um conjunto de técnicas e procedimentos de regularização de hábitos corporais, e em geral da vida sujeita às demandas do mercado?

BIOPOLÍTICA

Com a intenção de situar brevemente a biopolítica, destaca-se que em determinado período da história, chamado Idade Média, o que imperava era o feudalismo, que tinha como instrumento de poder as terras e os terratenentes como condutores da economia e da política (PELBART, 2013). O que prevalecia nessa época era o controle territorial, controle esse que depois se deslocou para a necessidade de manipular e modificar mecanismos da natureza, dando lugar ao que Foucault (1997, p. 89) chama de biopolítica, que é “a maneira como se tentou, desde o século XVIII racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças”. O objetivo da biopolítica era dominar o inefável, casualidade que afeta a toda a população de seres vivos; em definitivo, estabelecer mecanismos capazes de estimular a natalidade, prolongar a vida, prevenir epidemias, regularizar hábitos corporais, diminuir a extensão e intensidade das doenças (SIBILA, 2009). No mesmo sentido, podemos nos referir ao biopoder como um tipo de poder que aponta diretamente à vida e é

2 <http://www.ihest.fr/les-actualites/la-lettre-d-information/la-lettre-de-l-ihest/universite-europeenne-d-ete-2015>

fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens (SIBILA, 2009; PELBART, 2013). Para dirigir a conduta dos homens, era necessário criar um dispositivo de controle que apontasse a vida para extrair seu máximo valor per-capita. “As empresas assumem certas funções de importância vital que dantes eram responsabilidade exclusiva das instâncias públicas, interpelam corpos e subjetividades com a linguagem flexível - ainda que muito efetivo - do mercado e contribuem produzi-los” (SIBILA, 2009, p. 159). Assim, os tentáculos do biopoder se ampliam e transpassam as instituições e áreas, antes específicas, para se estender por todos os espaços, todos os tempos, todas as vidas, durante toda a vida. Se antes o governo e suas ramificações (as instituições com quais exerce (cia) controle sobre indivíduos e coletividades), se efetuavam por analogia, agora ao domínio das biopolíticas, precisaríamos de um novo dispositivo para canalizar o controle disperso e total numa instituição onipresente como “o mercado” (SIBILA, 2009), convertendo-se assim no dispositivo contemporâneo, com seu elemento fictício, a normalização. É possível ver como na atualidade o mercado abarca não só variáveis meramente econômicas, mas também inclui em seu discurso, elementos como a moda e a cultura, entre outros; elementos que permitem às empresas organizar e normalizar, à sua vontade, territórios, populações, indivíduos e como menciona Sibilia (2009), corpos e subjetividades. Isso se fortalece quando o objetivo do biopoder consiste em produzir forças e fazê-las crescer, ordená-las e canalizá-las, em vez de obstruí-las ou destruí-las, em especial porque “não cabe ao poder fazer morrer, mas, sobretudo fazer viver, isto é, cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos, otimizar a vida. Gerir a vida, mais do que exigir a morte” (PELBART, 2013, p.25). Então uma das estratégias de aperfeiçoar a vida é garantir a sustentabilidade dos recursos. Desse modo, uma dessas estratégias que se estende para além do econômico, é a educação da nova *oikos* do ambiente, quer dizer uma economia ambiental que por apresentar um valor quantificável à vida como critério ético (e não utilitarista, como na maioria dos casos) e político, ou seja, engendrados por um discurso biopolítico e práticas educativas inovadoras, propõe alternativas aos modelos inoperantes de consumo. Algumas escolas pelo mundo tem inserido em seus currículos o componente ambiental, o que concorda com as estratégias apresentadas por países que participarão no evento de Paris, como por exemplo, a Colômbia, a China e outros países. Tais países visam a apresentar estratégias para diminuir os efeitos da mudança climática, por meio da educação. No caso específico da Colômbia, o seguinte objetivo foi traçado: Promover a educação em mudanças climáticas para gerar mudanças comportamentais e Fortalecer a estratégia de formação e educação dos diferentes públicos sobre as mudanças climáticas, tendo como foco os diferentes atores da sociedade colombiana (COLÔMBIA, 2015).

EPE: PROJETO ECONOMIA AZUL

A EPE integra um dos espaços de investigação do Grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates). A aproximação com a referida escola ocorreu por meio da análise de artigos, informações em sites e entrevistas realizadas com integrantes da referida escola e visitas. Dessa forma, esse capítulo se propõe a articular uma aproximação com a implementação do projeto ambiental da “economia azul” e o espaço educativo.

A Escuela Pedagógica Experimental (EPE), fundada em 1977, na cidade de Bogotá, nasce com a iniciativa de alguns professores que estavam inconformados com a formação de seus filhos em alguns modelos de educação tradicionais e decidiram se aventurar em um novo projeto experimental de educação, com vistas a romper com o modelo da escola moderna, os modos estratificados de relação com o conhecimento, o espaço e o tempo e a captura da subjetividade. Desta forma a “Escola não é o resultado de planos prévios, senão a concreção de transformações nas quais a emoção e o conhecimento têm dinamizado os processos” (SEGURA *et al*, 1999, p. 43). Como não se tem planos prévios, a escola se sustenta nas práticas de pesquisa, como podemos ver nos fragmentos abaixo:

[...] obviamente a EPE é uma escola que investiga, que lê e que todo o tempo está revisando o que há de novo na educação, o que há de novo na pedagogia, quais são os novos autores que existem e a gente percebe que existem outras correntes e outras formas de pensar” (Entrevistado B – Entrevista 2).

[...] Na escola cada vez se acham coisas diferentes, neste momento a Escola fala de Economia Azul, porque em algum momento se encontra um texto de Gunter Pauli, que se identificava com as procuras da Escola. Isto faz muitos anos. Então se decidiu que isso poderia articular

ao projeto EPE. Então estamos no projeto de economia azul, entretanto quando a gente olha a economia azul, é algo que não se ajusta a uma escola, certo? Não é uma proposta para uma escola, porém nós temos na EPE o autor Gunter Pauli. Ele não é usado em nenhuma escola, os loucos somos nós que o estamos usando na Escola (Entrevistado A - Entrevista 2)

A economia azul é uma proposta do GunterPauli³ para contrapor ao modelo de consumo atual que nasce com sua tentativa de “Zero emissões” e um projeto empresarial inovador, já que a economia verde ou, pelo menos, alguns de seus princípios se tornaram inviável economicamente (PAULI, 2012). É por isso que o inovador do modelo proposto pelo economista belga radicaliza na eficiência dos mercados tendo como ponto de partida a reinjeção de capital nos mercados locais, como destaca Pauli (2012, s.p.) “a economia azul se aplica a qualquer sector empresarial e para além da reinjeção de dinheiro na economia local, é o uso de recursos disponíveis localmente é dedicado a eliminar tudo o que não é necessário”. Em outras palavras, a proposta azul consiste em tornar mais eficiente os sistemas de produção baseado no próprio modelo da natureza que tem altos níveis de eficiência, no mesmo sentido o empreendedor azul destaca:

A economia azul não é adaptado às grandes corporações, que têm um modelo de negócio estabelecido que vai ser difícil de mudar. A economia azul em vez inspira os jovens e as mentes empreendedoras e oferece uma ampla plataforma de ideias inovadoras que têm sido implementadas em algum lugar do mundo para demonstrar que o futuro é brilhante, desde que ir além do conhecido e do óbvio (PAULI, 2012, s.p.).

O projeto experimental da EPE, em um primeiro momento, parece encaixar-se no que propõe Pauli, mas ficam as seguintes interrogações: A EPE tem um modelo de negócio flexível? A EPE é uma organização empresarial? Como uma escola que nasce com o intuito de romper com o modelo tradicional de escola pode implementar um modelo de eficiência econômica dentro de seus programas?

Antes de seguir adiante, é importante dizer que muitas escolas ao redor do mundo inseriram nos seus modelos educativos o componente ambiental, impelidos pelos ODM, proposto pelas Nações Unidas. Na EPE eles apostaram por uma proposta ética que “além de ser um tema que está na moda nos currículos das escolas impostas pela ‘cultura dominante’ e as necessidades globais; é uma necessidade nos nossos territórios para contrabalançar os processos de globalização e de homogeneização biológica e cultural” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 3). Esta aposta, aliada ao potencial pesquisador da escola, fez com que os princípios da economia azul de Gunter Pauli se enquadrassem de maneira adequada nos projetos investigativos que estão sendo construídos na escola, abrindo espaço para vários outros projetos que “pretendem transformar as atitudes em ações, frente ao conceito de resíduo, pois o que é resíduo para uns é matéria-prima para outros. Realmente, o problema está em desperdiçarmos os resíduos que geramos e fazermos economicamente insustentável este sistema” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 3). Inicialmente estes projetos foram pensados e construídos com a comunidade educativa. Porém, alguns destes projetos ampliaram as parcerias com a comunidade local, com instituições governamentais e não governamentais e deram espaço a outros saberes não especializados que integram os projetos e que na escola são chamados de *experts* (pessoas que tem conhecimento na área e não precisa ser conhecimento acadêmico, pois o que se valoriza é a experiência). Inicialmente a escola implementou, em 2012, dois projetos: Gestão de Resíduos e Lanches Saudáveis. No ano seguinte implementaram mais nove projetos: “Plantas ornamentais e medicinais; Aproveitamento de água da chuva; Recuperação de árvores; Cultivo de minhocas; Tratamento de resíduos sólidos; Geleia; Tecidos e Teares; Construção de brinquedos e Recuperação do riacho *Puente Piedra*” (SEGURA; GARCIA, 2014, p. 5).

Nesse último projeto houve um maior envolvimento e uma vivência do mesmo na cotidianidade da escola. A participação em um dos encontros me possibilitou experienciar algumas das questões expostas nos livros e nas falas dos integrantes da escola. O percurso pelo riacho foi feito com três estudantes que participaram do projeto e contaram que uma das primeiras ações dentro deste projeto foi a aproximação com outras experiências de recuperação de riachos e que foi necessário primeiro escutar essas vivências, para depois entender um pouco das problemáticas acerca da poluição do riacho *Puente Piedra*. Para isto foi importante o fato de que diferentes atores estiveram envolvidos no primeiro processo de despoluição da fonte hídrica. Eles destacaram como o conhecimento e saberes de pessoas do local contribuíram para reconstruir a história e fazer a cartografia social do local. Nesse processo estiveram acompanhados pelo *experts* e pela

3 Podem ser conferidos os sites www.gunterpauli.com e www.zeri.org

professora. Este tipo de projeto, inserido dentro da estratégia da economia azul, “toma forma nos projetos que têm um significado preciso e que combina conhecimento útil para a realização coletiva: enquanto nos permitirmos usar o que sabemos, também exigiremos respostas e perguntas surgem no processo e nos forçar a aprofundar a nossa compreensão do que fazemos” (ESCUELA PEDAGÓGICA EXPERIMENTAL, 2013, p. 3). É interessante ver como uma escola, a partir de um modelo econômico e rígido, baseado em regras e leis do capital, consegue flexibilizar tal lógica, ultrapassando os “limites” da escola e acionando diversos atores.

CONCLUSÕES

Chegando neste ponto, antes de finalizar, vale a pena propor alguns questionamentos: De que modo podemos pensar a nova configuração do conceito de economia/verde/Ambiental? Seriam os discursos de redução de GEE uma nova ferramenta de biopoder e de marketing dos estados, os quais preferem pagar a mudar seus modelos de produção? Em outro sentido: Temos de produzir pessoas em meio a uma educação em mudanças climáticas para gerar mudanças comportamentais e ter uma economia sã? É possível uma economia sustentável? E ser for possível, a qual custo?

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Cadernos NAE: Mudança do Clima Volume I**. Nº3. Brasília, DF, 2005.
- PEREIRA, Adriana C.; SILVA, Gibson Z.; CARBONARI, Maria E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- COLÔMBIA. **Contribución Prevista Determinada a Nivel Nacional**: Conferencia de las Partes dela Convención. Marco de Naciones Unidas sobre Cambio Climático (CMNUCC). Bogotá, DC, 2015. Disponível em: <<http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Colombia/1/INDC%20Colombia.pdf>>. Acesso em 10 sep. 2015.
- ESCUELA PEDAGÓGICA EXPERIMENTAL. **Economía Azul**. Bogotá, DC: CorporaciónEscuela Pedagógica Experimental, 2013. Disponível em: <http://www.epe.edu.co/uploads/4/8/4/2/48423709/economia_azul_junio_2013.pdf>. Acesso em 19 jun. 2015
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica, em Resumo dos cursos do College de France (1970-1982)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.
- KATZENBACH, John. **Juegos de ingenio**. Barcelona: Ediciones B. (2008)
- PAULI, Gunter. **The Blue Economy**.Gunter Pauli, 2012. Disponível em: <http://www.gunterpauli.com/The_Blue_Economy.html>. Acesso 10 sep. 2015
- PELBART, Peter Pal. **O avesso do niilismo, Cartografias do**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- SEGURA, Dino et al (orgs). **La construcción de La confianza: unaexperienciaem proyectos de aula**. Corporación Escuela Pedagógica Experimental: Bogotá, 1999.
- SEGURA, Dino; GARCÍA, Mónica. **Hacia una Escuela para la Sociedad**: una perspectiva ambiental desde la Economía Azul. Escuela Pedagógica Experimental, febrero, 2014. Disponível em: <http://www.epe.edu.co/IMG/pdf/proyectos_de_economia_azul_en_la_escuela.pdf>.
- SIBILIA, Paula. **El Hombre postorgánico: Cuerpo, Subjetividad y tecnologías digitales**. México: FCE. 2009.

IMAGINAÇÃO, DERIVA E O SABER DISCREPANTE

Rodrigo de Azambuja Brod¹

Resumo: Devidamente referenciado em teoria e apoiado na cientificidade de um método, o saber se apresenta vestido em erudição e certeza. De recorte em recorte, adquire formas designadas por aqueles que o disciplinam, aparando arestas e cantos até que cada pedaço atinja a abstração necessária para se desassociar completamente dos seus pares. O saber, assim, torna-se o recorte, a cola e a organização do que lhe cabe a disciplina a qual se relaciona. Ainda que recortes sejam necessários para viabilizar a constituição de um texto monográfico estruturado em sua linearidade, o arcabouço designado para a construção deste saber impõe limites às possibilidades do conhecimento transversal, que se articula nas entrelinhas, nos espaços e nas sobras. A partir desta problematização, o presente ensaio apresenta uma discussão apoiada nos conceitos de Villém Flusser (2017) de pensamento-em-linha e pensamento-em-superfície, na prática da deriva situacionista e nos textos da obra “Atlas ou Gaia Ciência Inquieta”, de Georges Didi-Huberman (2013), buscando refletir sobre como a desobediência e o desajuste parecem necessários para tensionar e irromper os limites da ciência e da técnica (arte), em um movimento de constituição do sensível como valor científico e da imaginação como motor de novas possibilidades e relações que transcendem os limites das áreas do conhecimento. Ao abrir-se em processo inesgotável de associações e analogias, a ciência abre espaço ao saber discrepante, que hoje encontra seu *locus* em outros territórios que não o acadêmico, como o ateliê do artista, a oficina criativa, a escola disruptiva e todos os ambientes autônomos de aprendizagem criados pelo crescente compartilhamento do conhecimento em rede. A deriva, o atlas e outras abordagens afetivas/conotativas de construção do conhecimento são, em certo aspecto, um reduto e um alento ao pesquisador inquieto e indisciplinado, como âncoras procedimentais que viabilizam o desenvolvimento do conhecimento sensível.

Palavras-chave: Método. Sensibilidade. Imaginação. Deriva. Saber discrepante.

RECORTE, ORGANIZAÇÃO E COLAGEM

Da esquerda para a direita, enquadrado em margem, linha e parágrafo, devidamente referenciado em teoria e apoiado na cientificidade de um método, o *saber* se apresenta vestido em erudição e certeza. Fala aos seus, disciplinar, linear e hierarquicamente, nos espaços aos quais devem caber. De recorte em recorte, o *saber* adquire formas designadas por aqueles que o disciplinam, aparando arestas e cantos até que cada pedaço atinja a abstração necessária para se desassociar completamente dos seus pares. A analogia não é a de quem picota uma folha de papel, com o intuito de destruir suas informações, gerando tantos pedaços embaralhados que se torna praticamente impossível recompor o original. Aqui estamos mais próximos do capricho de um estudante que recorta um livro de figuras, detalhada e meticulosamente, separando as imagens do contexto original da página em recortes perfeitos, ditados pela ordem contida na tarefa que lhe foi designada, com o objetivo de constituir um quadro, montado com papel e cola, no atendimento do dever que lhe conferiu o professor. Nas sobras, páginas com buracos disformes que não mais servem de encaixe às figuras que continham, e restos de papel picado, resíduo do zeloso e disciplinado procedimento de recorte. A mesma mão que opera a tesoura, recolhe as sobras e as amassa, unidas em sua desimportância e com o destino único do descarte. O *saber*, assim, torna-se o recorte, a cola e a organização do que lhe cabe a disciplina a qual se relaciona, verdade contida no quadro com margens de dois centímetros e pauta delineada a lápis, para também conter o texto que complementa a tarefa, caligrafado e normatizado. A quem melhor atender os desígnios da tarefa, melhor o conceito na avaliação do professor (a busca por conceitos findos e determinantes inicia cedo). Aos discrepantes, o insuficiente (outra forma de descarte, similar ao destino das sobras).

Ainda que caricata, esta interpretação do saber científico é indubitavelmente verossímil, ainda mais se levamos em conta o remontar dos processos e procedimentos de ensino que apoiaram/apoiam a infância e adolescência de nossa formação disciplinar e restritiva, que nos acompanha e perpassa a vida adulta e o processo de escolha por carreiras e linhas. Considerar o que está fora da linha é um desafio, porque pressupõe um rompimento com o modelo mental construído para organizar a cientificidade, seus procedimentos e métodos. Ainda que recortes sejam necessários para viabilizar a constituição de um texto monográfico estruturado

¹ Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Professor no Centro Universitário UNIVATES.

em sua linearidade, o arcabouço designado para a construção deste saber impõe limites às possibilidades do conhecimento transversal, que se articula nas entrelinhas, nos espaços e nas sobras.

Ao apenas preencher os espaços reservados entre as margens, o *saber* é privado de derivas e deambulações e assim se encarcera em si mesmo, em uma espécie de foco que borra aquilo que não se enquadra ou um limitador de visão que não permite qualquer olhar lateral. Ao derivar, o *saber* se “perde” em imagens e superfícies, construindo novas analogias muito além dos resultados de um pensamento linear. A desobediência e o desajuste parecem necessários para tensionar e irromper os limites da ciência e da técnica (arte), em um movimento de constituição do *sensível como valor científico* e da *imaginação como motor de novas possibilidades e relações* que transcendem os limites das áreas do conhecimento.

IMAGINAÇÃO, DERIVA E MONTAGEM

Vilém Flusser (2007), ao tratar os signos através dos quais apreendemos a cultura, nos apresenta dois tipos de códigos, que por sua vez se associam a dois modelos de pensamento: *códigos imagéticos*, que dependem de pontos de vista e, portanto, são subjetivos; e *códigos conceituais*, que independem de um ponto de vista, ou seja, são objetivos. Enquanto um código imagético – *pensamento-em-superfície* – está baseado em convenções que não precisam ser aprendidas conscientemente (são inconscientes), um código conceitual – *pensamento-em-linha* – é um código consciente. Ao escrever este texto, por exemplo, tornamos possível sua leitura devido à compreensão do nosso alfabeto. Ainda que suscite alguma ou outra interpretação dissonante, sabemos quais palavras se originam da composição de quais caracteres, o que possibilita a leitura em linha. Já ao observar uma obra de arte ou assistir a um filme, o leitor deve construir sua interpretação a partir dos textos e intertextos, verbais e não verbais, presentes na obra e seu código imagético.

Por sua capacidade de tornar objetivos e conscientes os fatos, o pensamento-em-linha passou a ser interpretado como superior ao pensamento imagético/imaginativo e tal interpretação dominou nossa sociedade a partir da era moderna até recentemente, se é que não continua dominando, possivelmente pela nitidez apresentada pelo pensamento conceitual/linear. Nos acostumamos com a ideia de *ver melhor* associada à ideia de nitidez e foco, e assim o que está *fora de foco*, borrado, logo deve ser enquadrado, tornado nítido, para permitir sua leitura. No entanto, este *saber ver* específico se restringe tão somente ao espaço conceitual e linear, o que é – também nitidamente – um recorte.

Conforme a perspectiva teórica construída por Flusser (2007, p. 115), os fatos “são representados pelo pensamento imagético de maneira mais completa, e são representados pelo pensamento conceitual de maneira mais clara. As mensagens da mídia imagética são mais ricas e as mensagens da mídia conceitual são mais nítidas”. O que convencionamos colocar no espaço da ciência, da erudição e da verdade, como os livros e publicações científicas, fazem parte do que o autor chama de *ficção linear* (ou mídia linear), contidos na nitidez própria da disciplina, dispostos em prateleiras e catalogados linearmente nas chamadas áreas do conhecimento. Enquanto filmes, imagens e ilustrações constituem a *ficção-em-superfície* (ou mídia imagética):

O primeiro tipo de mídia pode fazer a interface entre nós e os fatos de maneira clara, objetiva, consciente, isto é, conceitual, apesar de ser relativamente restrito em sua mensagem. O segundo tipo pode fazer essa mediação de maneira ambivalente, subjetiva, inconsciente, ou seja, imagética, mas é relativamente rico na sua mensagem. Podemos participar dos dois tipos de mídia, mas o segundo requer, para isso, que primeiramente aprendamos a usar suas técnicas (FLUSSER, 2007, p. 115).

Ou seja, enquanto a leitura de um livro se torna possível a partir da operação de códigos de linguagem, alfabeto, ortografia e gramática, *claros e objetivos*, a leitura imagética pressupõe *técnicas* que permitem livres interpretações, *difusas e subjetivas*, ainda que aqui talvez seja mais coerente considerar outro derivado do grego *téchne* no lugar de técnica: *arte*.

Se retomarmos o estudante do início deste texto e o imaginarmos menos obediente, operando os recortes não mais no quadro pré-determinado pela disciplina da tarefa que lhe foi designada, mas agora em uma montagem transversal e imaginativa, o tiramos da linearidade da mídia conceitual (*ficção-em-linha*) e o inserimos no contexto da leitura imagética (*ficção-em-superfície*). Esta desobediência que acrescentamos à exemplificação é tomada emprestada de outro exemplo, construído por Georges Didi-Huberman (2013a, p. 14), ao falar de uma “criança tão pouco obediente com as suas próprias imagens”, que “não lê para aprender o sentido de uma coisa específica, mas para relacionar imaginativamente essas coisas, desde logo, com muitas

outras”. E aqui é aberto espaço não apenas ao recorte, mas ao que *sobra* deste recorte. A leitura imagética não descarta, porque pressupõe *artes* de imaginação e leituras difusas e subjetivas no espaço do sensível:

Há aqui, portanto, dois sentidos, dois usos da leitura: um sentido denotativo em busca de *mensagens*, e um sentido imaginativo e conotativo em busca de *montagens*. O dicionário começa por nos oferecer uma ferramenta preciosa para a primeira dessas buscas; o atlas oferece-nos, certamente, um aparelho inesperado para a segunda (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 14, grifo do autor).

Didi-Huberman (2013a, p. 11–12) introduz aqui a figura do *atlas*, como uma “*forma visual do saber*, uma forma sábia do ver”, algo que subverte as formas canônicas do conhecimento, algo que perturba os limites da inteligibilidade e introduz uma “impureza fundamental – mas também uma exuberância, uma notável fecundidade”. “Contra toda a pureza epistêmica, o atlas introduz no saber a dimensão sensível, o diverso, o caráter lacunar de cada imagem. Contra toda a pureza estética, introduz o múltiplo, o diverso, a hibridez de toda a montagem” (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 12). De certa forma, é como enxergar além da linha ao mesmo tempo em que não se descarta a própria linha – e as entrelinhas – em uma leitura imagética/sensível do saber, despido de erudição e verdade, indisciplinado, desobediente e discrepante, capaz de reaproximar *téchne* (arte) e *epistème* (ciência), capaz de permitir a leitura do que nunca foi escrito:

Assim, o atlas faz explodir, logo à partida, os limites. Quebra as certezas autoproclamadas da ciência convicta das suas verdades, como da arte convicta dos seus critérios. Inventa, entre tudo isto, zonas intersticiais de exploração, intervalos heurísticos. Ignora deliberadamente os axiomas definitivos. Corresponde a uma teoria do conhecimento exposta ao perigo do sensível e a uma estética exposta ao perigo da disparidade. Desconstrói, pela sua própria exuberância, os ideais de unicidade, de especificidade, de pureza, de conhecimento integral. É uma ferramenta, não do esgotamento lógico das possibilidades dadas, mas da inesgotável abertura às possibilidades não dadas ainda (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 13).

Ao contrário de um quadro, que se encerra em si próprio, o atlas constitui-se em um processo, a “leitura antes de tudo” com a “leitura depois de tudo” (p. 18), no qual o motor é a imaginação que, “graças ao seu poder intrínseco de montagem” (p. 13), concede-nos conhecimento transversal para descobrir “vínculos que a observação direta é incapaz de discernir” (p. 13). Nesse contexto, a imaginação não deve ser entendida como uma fantasia ou como um sinônimo de sensibilidade – ainda que o ser imaginativo também seja um ser sensível –, mas como uma “faculdade quase divina que antes de mais apreende, para além dos métodos filosóficos, as relações íntimas e secretas entre as coisas, as correspondências e as analogias” (C. BAUDELAIRE *apud* DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 13). O que nos interessa aqui, especialmente, é a valorização do pensamento imaginativo como algo que permite descobrir relações entre as coisas, como conhecimento transversal, não aplicado diretamente, não objetivado, não-linear. Ao operar um atlas, não estamos constituindo um quadro de imagens dispostas sob um sentido pré-estabelecido. Por isso, no lugar de um quadro, o atlas é montado sobre uma mesa ou prancha, para que seja possível ser “continuamente retomado, modificado, senão mesmo recommençado” (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 18). “Muito para além de qualquer *processo [procédé]*, a montagem é um *procedimento [procédure]* capaz de por em movimento novos ‘espaços de pensamento’” (p. 251).

E nestes novos espaços de pensamento parece ser possível constituir o lugar em que novos conhecimentos irrompem limites e se constituem como fruto do processo imaginativo do atlas, porque este se articula com a arte – e a arte pressupõe rompimento, ou *rasgadura*, para usar as palavras de Didi-Huberman (2013b, p. 188) na obra “Diante da Imagem”:

Seria presunçoso afirmar o caráter estritamente *racional* das imagens, como seria incompleto afirmar seu simples caráter *empírico*. Em realidade, é a oposição mesma do empírico e do racional que não funciona aqui, que fracassa em “se aplicar” às imagens da arte. O que isso quer dizer? Que tudo nos escapa? De modo nenhum. Mesmo uma chuva de estrelas tem sua estrutura. Mas a estrutura que falamos é aberta, não no sentido em que Umberto Eco empregava o termo abertura [...], mas no sentido em que a estrutura seria rasgada, atingida, arruinada tanto no seu centro quanto no ponto mais essencial do seu desdobramento. O “mundo” das imagens não rejeita o mundo da lógica, muito pelo contrário. Mas *joga* com ele, isto é, entre outras coisas, cria lugares dentro dele.

Entre a linearidade da mensagem (denotação, código conceitual) e a construção aberta da montagem (conotação, código imagético) – em apropriação livre dos conceitos de Flusser (2007) e Didi-Huberman (2013) –, o atlas é esta estrutura, que se abre ao *rasgamento*, permite a associação empírica e também racional das imagens que se dispõem em sua montagem. “O atlas de imagens seria, mais exactamente, o compêndio visual de uma memória inquieta *transformada em saber*” (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 263). E transformar inquietude em saber é algo bastante diferente da ideia de um saber formal, erudito e dotado de *verdade*, porque configura o próprio *saber* como uma montagem, continuamente retomado e também inquieto, em movimento. “Mesmo no domínio estético, a montagem caracteriza-se pela sua natureza transversal, paradigmática ou *transdisciplinar*” (p. 251). Se aqui aplicado à imagem, o processo do atlas também serve como analogia e contraponto a todo conhecimento racional, a toda ciência, onde coisas precisam encontrar suas razões e/ou suas causas, gerando como resultado quadros recortados da leitura de um problema, em vez de atingir uma leitura complexa e imaginativa. Seja na esfera acadêmica ou profissional, a falta de imaginação e sensibilidade também resultam em diminuição do bem senso e na geração de resultados em que nada contribuem em termos de relevância e propósito. Quando pressupomos que o conjunto transversal e transdisciplinar de associações não se reserva unicamente ao *mundo das imagens visuais*, é possível aplicar a analogia a todos os *textos*, ou a tudo que pode ser lido:

Ler o mundo é algo demasiado fundamental para ser apenas confinado aos livros, ou a eles confinado: porque ler o mundo é também ligar as coisas do mundo segundo as suas “relações íntimas e secretas, as suas “correspondências” e as suas “analogias”. Não apenas as imagens se oferecem à vista como cristais de “legibilidade” histórica, mas toda a leitura – mesmo a leitura de um texto – deve contar com os poderes da semelhança: “O sentido tecido pelas palavras ou pelas frases constitui o suporte necessário para que apareça, com a rapidez de um relâmpago, a semelhança” entre as coisas (DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 15).

Didi-Huberman (2013a) se refere ao atlas como uma forma de *ciência inquieta*, imaginativa, associativa e não-linear, como fonte inesgotável de aceitação do múltiplo, sempre suscetível a uma montagem inédita a partir de novas relações e analogias, o que o aproxima de outra prática, a *deriva*, que não se trata necessariamente de uma metodologia, mas sim um “modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas” (JACQUES, 2003, p. 22). Parte das práticas desenvolvidas pela Internacional Situacionista, a deriva é apresentada como uma técnica aplicada à *psicogeografia*, onde o *psicogeógrafo* seria o responsável por manifestar a ação direta do meio geográfico sobre a afetividade, através de deambulações no espaço público urbano e da tentativa de mapear os comportamentos afetivos encontrados na ação básica de caminhar pela cidade (JACQUES, 2003).

Os praticantes da deriva se sujeitavam, por um determinado período, a abandonar os motivos comuns e racionais que os movimentam no cotidiano, para adotar um comportamento lúdico-constructivo no qual ficam à mercê das “solicitações do terreno e das pessoas que nele venham encontrar” (DEBORD, 2003, p. 89). A experiência se assemelha à proposta do atlas de Didi-Huberman (2013a) por também constituir uma montagem, sempre em movimento e sempre aberta, da experimentação de uma vivência urbana. A aproximação é maior se considerarmos ainda que algumas dessas derivas eram fotografadas e geravam colagens, vistas como mapas, como *The Naked City*, mapa afetivo desenvolvido pelo fundador do movimento situacionista, Guy-Ernest Debord, para a cidade de Paris (JACQUES, 2003). A figura, composta por recortes do mapa da cidade em preto e branco, mostra partes da cidade dispostas de forma aparentemente aleatória, com setas vermelhas apontando possíveis relações entre as unidades. Desassociados de sua localização geográfica real, os recortes “demonstram uma organização afetiva desses espaços ditados pela experiência da deriva” (JACQUES, 2003, p. 23) e, aqui acrescentamos, pela imaginação.

Este resultado imagético da prática da deriva, tanto se aproxima da ideia do atlas apresentada por Didi-Huberman (2013) como da compreensão do pensamento imagético conceituado por Villém Flusser (2007), formas de *ler o que nunca foi escrito* e construir conhecimento pela *imaginação*, esta que se encontra no “cruzamento exacto do sensível e do inteligível” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 45) e possibilita considerar em uma mesma instância o cognitivo e o afetivo, assim viabilizando o emergir de um saber inquieto e desobediente, que poderíamos chamar de um *saber discrepante*, nascido da desordem, deambulações, percursos e derivas, montado e remontado de formas inesgotáveis e imaginativas, dotado sempre da potencialidade de gerar outros novos saberes e novas analogias. “A desordem só é desrazão para quem se negue a pensar, a respeitar, a acompanhar de certo modo a fragmentação do mundo” (p. 49).

Sem essa inquietude fundamental do atlas – isto é, o seu movimento perpétuo, a sua oscilação, a sua visão trágica da cultura – não compreenderíamos que a memória humana é um imenso *campo de conflitos* onde se sucedem ambivalências e “crises decisivas”, latências psíquicas e explosões sintomais, silêncios do corpo e eloquências gestuais, imagens oníricas e atos políticos (WARBURG, *Aby apud* DIDI-HUBERMAN, 2013a, p. 259).

Nesse sentido, a mente humana parece muito mais apta a constituir um pensamento imaginativo, não-linear, imagético, do que se articular nas linhas do pensamento científico *racional*. Se a ciência se constitui na busca pela inteligibilidade dos fenômenos, que a imaginação nos permita devolver o sensível ao campo científico.

INQUIETUDE, INDISCIPLINA E DISCREPÂNCIA

Imaginar, derivar e montar são ações notadamente diferentes de *recortar, colar e organizar*, utilizadas no início deste ensaio como artifício para construir uma oposição crítica à forma estandardizada do conhecimento racional. Enquanto um conjunto de ações parece abrir possibilidades, o outro as encerra em quadros estáticos e imutáveis, onde coisas buscam suas razões, explicações e causas.

Talvez a ciência se constitua muito mais em quadros do que em montagens, organizada em áreas de conhecimento que podem se *interdisciplinarizar*, mas raramente se *indisciplinam* e, talvez por isso, se afasta do código imagético e se abriga no código linear do conhecimento científico. Nesse sentido, Villém Flusser (2007, p. 116) aponta que nossa sociedade se divide “em uma cultura de massa (aqueles que participam quase exclusivamente da ficção-em-superfície) e uma cultura de elite (os que participam quase exclusivamente da ficção linear)”, afastamento que se percebe, por exemplo, na necessidade da academia dedicar-se a articular atividades extensionistas, nas quais o pensamento em linha se esforça para sensibilizar o (ou sensibilizar-se pelo) pensamento imagético.

Mas se a ciência é algo que se move pela inquietude, pela curiosidade e pela imaginação, deveríamos tratá-la de uma forma mais *indisciplinada*, o que é algo bastante diferente da falácia interdisciplinar. Ao abrir-se em processo inesgotável de associações e analogias, a ciência abre espaço ao *saber discrepante*, que hoje encontra seu *locus* em outros territórios que não o acadêmico, como o ateliê do artista, a oficina criativa, a escola disruptiva e todos os ambientes autônomos de aprendizagem criados pelo crescente compartilhamento do conhecimento em rede.

A deriva, o atlas e outras abordagens afetivas/conotativas de construção do conhecimento são, em certo aspecto, um reduto e um alento ao pesquisador inquieto e indisciplinado, como âncoras procedimentais que viabilizam o desenvolvimento do conhecimento sensível.

REFERÊNCIAS:

DEBORD, Guy Ernest. Teoria da Deriva. In: JACQUES, Paola Bernstein (org). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 87–91.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou Gaia Ciência Inquieta*. Tradução de Renata Correia Botelho e Rui Pires Cabral. Lisboa: KKYM+EAUM, 2013a.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013b.

FLUSSER, Villém; CARDOSO, Rafael (org). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

JACQUES, Paola Bernstein (org). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

EDUCAÇÃO NO DIÁLOGO LÚDICO E AMOROSO: UM SABER (RE)INTEGRADOR NA FORMAÇÃO DOCENTE

Adalberto Dutra Rossatto¹

Elvio de Carvalho²

Valdo Barcelos³

Resumo: Toma-se como horizonte balizador um (re)pensar a docência numa perspectiva do diálogo lúdico e amoroso perante o *déficit* cultural legado à educação no mundo contemporâneo. O fazer/viver educação na experiência sensível e palpável na historicidade não pode negar a existência do outro na sua “pessoidade”. As epistemologias entram em dissolvimento frente as diversas possibilidades de alternativas democratizadoras dos saberes. A medida em que o humano funda um educar na amorosidade e na ludicidade amplia a capacidade de libertação das fórmulas educativas opressoras. Em Paulo Freire a “Pedagogia da comunicação” ocupa lugar no partejamento de qualidades (re)integradoras de temas e conteúdos contextualizados e indissociados da experiência cultural entrelaçada na convivência comunitária. As ideias de Humberto Maturana são tomadas em proximidade com a perspectiva de Freire, particularmente quando Maturana percebe que não existe dicotomia entre “o social e o biológico e o cultural”. Nossas emoções são dinâmicas corporais que dão origem as nossas ações. Nenhum conhecimento pode acontecer separado da emoção. É no fluir do viver e do se emocionar que as coisas começam a acontecer na linguagem entre os humanos⁴. Em Freire a realidade concreta é engajamento dialético, é linguagem/ação/percepção/retotalização. A escola deixa de ser reconhecida como o único local (res) significador da docência. O humano mesmo sofrendo influência dos sistemas que o alienam, pode encontrar condições sustentáveis a partir do seu organismo para viver. Freire e Maturana servem de referenciais na (re) descoberta da sensibilidade lúdica e amorosa por apresentarem alternativas, indispensáveis à formação.

Palavras-Chave: (Re)integrador. Entrelaçamento. Saber. Educação. Sensibilidade. Formação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A “Pedagogia da comunicação” de Paulo Freire, evidencia um pensar filosófico no fazer pedagógico, a partir da experiência cultural brasileira. Freire toma como ponto de partida a convivência comunitária, a amorosidade e a ludicidade na “situação história”. Sua perspectiva de educação, se faz indispensável, para que se (re)pense o contexto da atualidade. Humberto Maturana por um caminho um pouco diferente, alicerça sua perspectiva na “biologia do conhecimento”. Tem como premissa norteadora um pensamento inovador no que tange as relações sociais/culturais; “o social e o biológico e o cultural” são inseparáveis. A partir de Freire e de Maturana, pode-se dizer que todas as realidades negadas fazem parte das realidades excluídas. Por isso, torna-se fundamental, (re)pensarmos, a relevância da educação na (re)descoberta da formação docente como campo mobilizador da sensibilidade educadora, no complexo intercultural. É claro que tudo deve acontecer numa troca dialógica, onde a emoção na condição do amor incondicional é materialidade irrefutável. O amor se torna a condição sustentável para que aconteça a aceitação do outro como verdadeiro outro numa convivência fraterna e de tolerância. O que será que tem levado a mentalidade técnica a acreditar que pode ter o controle sobre a natureza emocional? Que mito foi consumado por detrás de tal afirmação? Será que a educação não tem ensinado a excluir a emoção do nosso fazer?

1 Doutorando em Educação, Centro de Educação, PPGE-CE, UFSM e integrante do grupo de pesquisa – Catástrofes, Traumas e Resistências: Experiência Estética na Formação de Professores GPFORMA e KITANDA. E-mail: contatocomoautor@gmail.com.

2 Doutorando em Educação, Centro de Educação, PPGE-CE, UFSM e integrante do grupo de pesquisa KITANDA. helviodecarvalho@gmail.com.

3 Pós-Doutor em Educação, radicado no Centro de Educação, PPGE-CE, UFSM e Orientador desta pesquisa. Mentor e coordenador do grupo de pesquisa KITANDA. vbarcelos@terra.com.br.

4 O termo linguajar é utilizado por Maturana no sentido de reconstituir a noção de linguagem dentro do caráter de atividade e de comportamento diferente da faculdade própria da espécie, como tradicionalmente se faz.

Diante destas duas questões, entendemos que as alterações educativas são dependentes do olhar diferenciado que cada um tem sobre a realidade cultural. Faz-se imprescindível compreender, o que tem levado a ação educadora a sucumbir na barbárie veiculada na sociedade brasileira. Barcelos (2013, p. 33) propõe com a “educação nos trópicos” opções “a partir da relação de *interação devorativa* daquilo que nos chega por meio das demais culturas com as quais nos encontramos”. Em outras palavras, nessas interações precisamos ser atravessados por esses processos culturais que se misturam. Valendo-se de Freire, Barcelos assinala: é necessário a rejeição a qualquer tipo de opressão do colonizador, fazendo-se, ao mesmo instante, a negação de qualquer tipo de submissão cultural. A intersecção desses saberes nos liberta da prisão ao acabar com a lacuna existente entre a classe oprimida e a classe opressora.

O docente como organizador do processo de democratização do saber escolar, pode revisar alguns dos seus conceitos e recontextualizá-los. Em algumas passagens da obra de Maturana, ele esclarece que cada pessoa dá importância aquilo que quiser dar importância. Dessa maneira, se o docente se envolver na sua historicidade e achar que deverá dar importância à liberdade no seu fazer, modificará as relações com o mundo e com todas as cercanias. Consciente ou inconscientemente, torna-se parte indissociável da engrenagem como sistema pessoal/social e ou como portador ideológico em algumas circunstâncias. Segundo Freire (1991, p. 19) não existe neutralidade, a educação é uma “Prática política, misturada à tarefa educativa” e a sociedade se modifica na medida em que novas valorações acontecem em educação. O saber das pessoas ao ser organizado e sistematizado vem à tona na *práxis* da linguagem. Através dela, materializamos os sonhos, as esperanças, na busca de um mundo melhor. A postura estrutural do nosso corpo serve de testemunha cabal ao revelar o nosso próprio fazer na linguagem. Herdamos do passado cultural as “marcas” que trazemos no corpo. Essa constituição aparece no nosso fazer. Maturana diz que as emoções são “dinâmicas corporais” do nosso modo de vida na convivência: é a partir das ações emocionais que todas as relações são estabelecidas entre os animais viventes. Desde os nossos ancestrais, “o bípede”, o humano, já vivia a condição do emocionar a partir das ações/operações e dos princípios miscigenadores ocorridas no “linguajar” relacional com os outros humanos. Nosso cérebro é uma rede de relações e a nossa mente evolui imersa na vida concreta. Por isso, tudo é pensado em conjunto, não de forma isolada. Quando os *humanóides* passaram a viver e conviver em famílias de no máximo em torno de dez (10) a doze (12) indivíduos, nesses pequenos clãs/comunidades, a linguagem humana passou a fluir, espontaneamente, entre todos. As pessoas independentes da existência de qualquer tipo de escola, aprendiam – no emocionar do viver conhecer. Reentendendo esse contexto, Freire se refere a genialidade do livro/texto de Guimarães Rosa, “Grande Sertão e Vereda”, por re-traduzir a oralidade e o espírito do tempo, do sertanejo.

1. REDESCOBERTA DA EMOÇÃO EDUCADORA

No campo da educação quase sempre a emoção foi desprezada e relegada a um plano secundário no mundo escolar. Uma ênfase exacerbada foi sustentada na transferência do conhecimento, desde o mundo grego. Os frutos dessa acepção tradicional renderam muitos estudos e seus defensores são como aqueles que ainda defendem a volta do regime militar. A título de ilustração, Francisco Larroyo (1970, p. 150) expressa que não estamos muito distantes das heranças do biotipo da educação dos espartanos (750-600 a.C). Licurgo, no século IX, diz que a característica dessa formação era um homem bravo, vigoroso e extremamente submisso. Plutarco de Querónia (50-120 a.C) relata: Esparta recebia uma instrução educativa sobre o que era necessário. Nada além de “torná-los sujeitos ao comando, suportar os trabalhos, lutar e conquistar”. Essa breve noção da educação espartana reflete nas práticas nazifascistas hoje. A formação para – as habilidades e competências parece ser o retrato do modelo espartano. Os “soldados” (aprendizes) modernos dão respostas eficazes e eficientes no mundo do trabalho. Depois dos primórdios da Escola Nova, no Brasil, uma forma de ensino descentrado da autoridade opressora libertou os(as) professores(as) da tirania escolástica. Mesmo com todos os avanços o escolanovismo seguiu os moldes liberais. Por detrás dessa “democratização”, imperava os ditames da elite. Evidenciou-se o livre fazer sem vínculo com o cognitivo, com a razão, com o intelecto, com a racionalidade e com a memória na aprendizagem. O subproduto daí foi a insensibilidade estética, as guerras, as devastações e as catástrofes atuais. Essa educação tinha a intenção de deixar o aprendiz fazer o que desse na “telha”. Essa conduta propiciou a liberdade, perante o sistema autoritário da época. No dizer de Louis Porcher (1982), a falta da incorporação das Artes nos currículos, reflete no atrofiamento da sensibilidade e no estreitamento da consciência. Paulo Freire (2002, p. 40-41) de acordo com o seu ensino problematizador, sempre procurou

ampliar a consciência ou provocar a conscientização. Assim, o “ato comunicante” compartilhado tornava-se “corporeificação testemunhal”, deixando de ser natureza *a priori* da História. O que será que levou a racionalidade ocidental a tratar a emoção e a razão de forma bifurcada? Qual interesse foi veiculado durante séculos, para que esta crença continuasse inviolável?

Diante de tal *déficit* cultural, o chileno Humberto Maturana (2002) expõe em sua teoria, a unidade entre “o biológico e o social e o cultural”, desqualificando a visão ocidental cujo sustentáculo é a soberania da razão. Maturana sustenta a origem “matrísca” amparado-se na arqueologia como fuga ao patriarcado e ao matriarcado. Essas duas vias são autoritárias e unilaterais. Carlos Alberto Torres (1979, p. 30) no livro, “Diálogo Com Paulo Freire”, expõe: a perspectiva freireana é “dialética e fenomenológica”. Ela impossibilita qualquer dicotomização na relação da pessoa com o mundo ou de entendimentos bifurcados. Uma “educação para a liberdade, para a libertação”, requer que se comece por uma “espécie de arqueologia do conhecimento ou conscientização”. É necessário o entendimento da origem estruturadora da educação que temos. Freire vai direto ao ponto quando diz: a educação não pode ser algo vazio no ser humano, mas deve estar orientada para o mundo existente. A *práxis* (transformação) também não poderá estar dissociada do trabalho, por haver algo de mítico, nesta relação. A “cultura do silêncio” introjetou a ideia do colonizador. O mito da colonização é a crença de que algumas pessoas já nasceram talhadas para dominar, enquanto outras, aceitam à dominação. Freire tece suas críticas ao ideário colonizador e a forma de cultura disseminada pelo capitalismo. Maturana idêntico ao que diz Freire, demarca que o estrangeirismo impõe um modelo autoritário e de controle. Em sua tese afirma que os seres humanos são “sistemas fechados” em suas operações, “autopoiéticas” e “estruturalmente determinados” (não pré-determinados). Isto inviabiliza qualquer dualidade entre indivíduo e sociedade, natureza e cultura, razão e emoção, objetivo e subjetivo, enfim, ideias transcendentais divisionistas, impedem a aceitação mútua.

2. O SOCIAL E O ANTISSOCIAL NAS RELAÇÕES

Para Maturana o social é igual ao cultural e as emoções não são os sentimentos. As emoções são fenômenos inseparáveis do reino animal e que nós como “animais humanos” também nos encontramos no entrelaçamento do racional com o emocional – na “*práxis da linguagem*”. Suas ideias fazem desmoronar o império da razão: todas as práticas autoritárias baseadas na obediência, na coerção, na exclusão, na negação e no preconceito em relação ao outro, não podem ser consideradas relações sociais.⁵ Maturana (2002, p. 26) trata dessas práticas como antissociais por negarem a nossa condição biológica de seres dependentes do “amor”. Não existe competição entre os animais não humanos. Na nossa evolução as relações têm como princípio o amor. É nessa experiência do amor que o outro passa a ter “aceitação do outro como um legítimo outro na convivência”. Todas as relações que nos fazem adoecer e nos impedem de ser nós mesmos, de buscar a felicidade, são consideradas práticas opressivas. Instituições e práticas educativas fundadas nesse princípio argumentativo da racionalidade, precisam ser questionadas, elas contribuem para a barbárie, não para o educar.

Maturana qualifica as emoções como dispositivos constituídos no corpo, capazes de explicar tais “domínios de ação”. O amor é a condição de aceitação do outro na convivência social. Uma biologia amorosa se torna a base do cultural na cooperação. A “razão transcendental” foi a responsável pela separação do ser biológico e pela banalização da cultura. O humano se funda no vínculo do emocional com o racional, valendo também o seu oposto. Todas as premissas *a priori* ou preexistentes são interações anticulturais e as distinções entre as disciplinas perdem a validade por serem constituídas independentes dos lugares sociais e por induzirem à competição. Qualquer imposição que se origina fora do conflito e do entrelaçamento do conviver na linguagem – entre os humanos, desde os primórdios da humanidade é uma atitude colonizadora. Depois de Maturana (2002, p. 8) definir os seres vivos como seres estruturalmente determinados e fechados, diz: “Viver e conhecer são mecanismos vitais. Conhecemos porque somos seres vivos e isto é parte desta condição. Conhecer é condição de vida na manutenção da interação ou acoplamentos interativos com os outros indivíduos

⁵ Humberto Maturana considera as nossas emoções como fenômenos próprios do reino animal e que nós como humanos também nos encontramos no entrelaçamento do racional com o emocional, no linguajar. O argumento da razão ou da racionalidade tem origem na capturação do real. No entanto, este argumento cai por terra por se tornar uma competição de argumentos justificadores de um suposto acesso privilegiado à realidade. Ao definir os seres vivos como seres determinados e fechados incapacitou o funcionamento do argumento da realidade, tornando-o dependente do observador que busca amparo sempre nas obediências teóricas.

e com o meio”. Afirmar que o que caracteriza o humano é a razão ou a racionalidade, é a mesma coisa que estar com um *atolho* (tapa-olho, viseira). Isto gera a cegueira diante da emoção que fica desvalorizada como algo animal. Ao nos declararmos seres racionais passamos a viver uma cultura que despreza as emoções, sem perceber os vínculos cotidianos entre razão e emoção, pois todo o sistema emocional tem um fundamento racional. “As emoções são as disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação” em que nos movemos. Quando mudamos de emoção, mudamos de domínio de ação. Na verdade, todos nós sabemos disso na *práxis* do *linguajar* da vida cotidiana, mas o negamos porque insistimos que o que define as nossas condutas como humanos é elas serem racionais. Ao mesmo tempo todos nós sabemos que quando estamos sobre determinadas emoções existem coisas que podemos fazer e outras que não podemos fazer, e que aceitamos como válidos certos argumentos que não aceitaríamos sobre outra emoção. As relações sociais existem se forem relações humanas fora da luta competitiva. A educação para a competição é interessante para animais como “os cavalos” que, se preparam, o tempo inteiro, para disputar corridas, entre “os cavalos”.

3. SITUAÇÃO CULTURAL SOLIDÁRIA COM O OUTRO

Clodovis Boff na “Apresentação” do livro escrito por Paulo Freire e Adriano Nogueira, intitulado “Que Fazer”, diz que Freire ao tratar da educação libertadora, faz uma “redescoberta” da própria “tradição pedagógica”. Assume uma postura feita de humanidade, de diálogo, de escuta, de solidariedade, de interrogação, de crítica, de envolvimento transformador, de respeito e confiança mútua na relação com o outro. Trata-se de uma educação como “ato amoroso”, como engajamento. ‘Ato’ no sentido de “ação, prática, libertação, e ‘amoroso’ bem-querer, confiança reciprocidade”. O conteúdo educativo deixa de ser individualista, emerge do social/cultural com um caráter político, sem neutralidade. Freire contrariou o obscurantismo autoritário, partindo da realidade marginalizada e reprimida, numa atitude de respeito pela liberdade do outro, na solidariedade e na comunhão fraternal, na palavra e na ação: o conhecer (epistemologia) se dá pela via do corpo, no aperfeiçoamento daquilo “que se está fazendo”. Não a partir “da “distinta cultura de livros”, mas na leitura para um “pensar além do autor”. Freire propõe uma ‘escola viva’, construtora do espaço de alternativas e problematizações de pensamentos (re)pensados como prática de transformação social/cultural e política. No “Prefácio” elaborado por Carlos Rodrigues Brandão (1991, p. 3-8), Freire tem como ponto de arranque os movimentos sociais em conflito, numa estreita relação com a realidade. O saber, o conhecer e a luta pela sobrevivência, é parte daquilo que as pessoas sabem e dominam. Quando elas se organizam, conquistam a mudança tão desejada. Na verdade, Freire denomina isso, como “cultura em situações”. Todos os problemas observados estão inseridos, “dentro de um sistema de saber que é o deles”. É assim que vão denominando suas percepções inseridos nessas relações de mundo, “quando o corpo vira corpo percebido”. Enquanto escola os movimentos sociais se fazem no engajamento, o discurso teórico se faz no discurso do cotidiano e o espírito comunitário combate qualquer tipo de competição..

Walter Benjamin (1987, p. 115) filósofo crítico da Escola de Frankfurt, diz que as crianças, hoje adultos, há alguns anos, iam à escola levados “num bonde puxado por cavalos”. Essa geração se encontra numa paisagem completamente obliterada. O patrimônio cultural legado à humanidade foi transformado num mundo assustador. Algo foi feito para que se chegasse a tal brutalidade. Benjamin denomina a acepção de educação industrial do tipo “técnico utilitarista” como a originadora da catástrofe. Alvin Toffler (1972, p. 80-81) argumenta que o dissolvimento das coisas é chocante com “a tecnologia mutante”. Além dela, a duração dos relacionamentos variam de cultura para cultura e de pessoa para pessoa. Tais modificações entram em choque com a tradição burocrática em obsolescência. A pessoa passa a desconfiar das organizações, tornando-se um “intruso” dentro do sistema. O próprio termo “profissão” está assumindo um significado diferenciado.

Enquanto Benjamin critica a destruição massiva do patrimônio cultural e a barbárie propagada no percurso da civilização, particularmente, a catástrofe provocada pela incorporação das ciências de técnicas sofisticadas para a devastação em massa do Planeta (as duas bombas atômicas), e a exploração humana, não deixa de estar certo do que o dominador é capaz de fazer com o outro, se ele não ceder aos seus caprichos. A destruição da humanidade é como um “joguinho” de vídeo-game. Toffler como defensor e profeta do progresso, salienta por um lado, que se a destruição é maléfica, por outro, tem o seu lado benéfico.

No passado a cultura, emergia sem qualquer premeditação. Hoje, pela primeira vez, podemos instaurar o processo ao nível consciente. Aplicando a política consciente tecnológica – juntamente com outras medidas correlatas – podemos modelar a cultura do futuro (TOFFLER, 1973, p. 361).

Para Tofflin, hoje em dia podemos utilizar critérios bem refinados para fazer opções entre o universo das realidades tecnológicas. Há uma descrença a respeito do futuro e uma cegueira a respeito do passado. Neste sentido, muitos dos docentes precisarão repensar os seus modelos fixos de ensinamentos. Citando Marcuse diz: as massas já podem saber o que é melhor para elas! Os objetivos de uma sociedade sempre tendem a ser formulados por uma elite. Os pensadores dessa elite precisam deixar de ser “asnos” e, decidirem pelo menos, por um futuro melhor e mais democrático. Os burocratas não querem entender que perderam o poder sobre as pessoas. Uma crítica mais apropriada visa o atraso contido nas sociedades industriais e pós-industriais, o lixo é posto em qualquer lugar, sem nenhum controle, a grama é exterminada das calçadas e o Planeta Verde é fumaça de combustível.

Entra em conflito também, nas palavras de Louis Porcher (1982, p. 14), “uma pedagogia do racional, da aprendizagem, do trabalho”, em oposição, à inspiração, à sensibilidade imediata e espontânea. A ideia de “progresso” vem descartando qualquer tipo de sensibilidade criativa, mesmo que o contato com o mundo faça surgir uma inovada noção de estética. O fazer das Artes possibilita a ampliação da percepção sensível do humano. O artístico, o filosófico, o pedagógico, são inferiorizados no mundo instrumental como disciplinas escolares. Em outras palavras, queremos dizer, que a liberdade é fundamental para acabar com esse “monte” de gente irada. Para que isto aconteça, é necessário que o docente seja uma forma de “estopim” itinerante, assim os sistemas tendem a se abrir cada vez mais.

4. AS FORNALHAS E A BRUTALIDADE CULTURAL

A impercepção do artista em face às implicações da ortodoxia científica, entre os séculos XII e XIX, endeuou à ciência. Alair Gomes (1995, p. 31-33) descreve que os artistas plásticos também compactuaram com esse mito científico. Kant deu evasão a um ser humano diferente, tentou repudiá-la, mas não foi ouvido. Descartes teve preponderância com o seu racionalismo. A ciência considerava os sentidos e as emoções como fugazes, ilusórios e ineficazes; eram meros epifenômenos. Os artistas não perceberam, ou não quiseram ver, que a ciência era “objetiva” e repudiava “o sensorial”. Estava mais próxima, do ascetismo puritano da reforma protestante. Durante esse período, apenas dois artistas foram indomáveis: Goethe (1749-1832) que teorizou sobre o conflito e se opôs a tal ortodoxia. O outro combatente foi William Blake (1757-1827) que, diferente de Goethe desacreditava do processo racional. Herético, lunático, visionário de aguçada sensibilidade, nunca se intimidou em acusar Newton ou Laplace de estarem identificados com satanás. No fim século XVIII, o Romantismo literário fez oposição ao império da razão. Não deixavam evidente contra o que protestavam, mas tardiamente, os pintores simbolistas do romantismo são diretos “contra as distorções da racionalidade científica e da concepção mecanicista de mundo”.

Adorno(1986) em “Educação pós-Auschwitz” pergunta: O que tem levado o mundo a cultivar tamanha brutalidade? Questiona a racionalidade que levou as “inteligências” alemãs, a criarem os campos de concentrações nazistas para que as pessoas fossem cremadas. Os nazistas queimavam os judeus vivos em suas fornalhas por serem diferentes da sua raça. Tudo indica nos escritos de Adorno que não foram os analfabetos que inventaram esses “aparelhos tecnológicos” para a destruição em massa. A insensibilidade dos nazistas abala o Planeta Terra até hoje. O protesto de Adorno é para que a barbárie de Auschwitz não se repita. João Francisco Duarte Júnior no livro “Por Que Arte-Educação?, o Artista e o Espectador”, assinala que o ato criativo acontece muito mais a nível do “sentir” do que do “simbolizar”. O “sentir” é muito mais criação de sentimentos, de intuições, de fruções emocionais, do que de operações lógicas. O ato de rebeldia se constitui na atitude criadora. É impossível que a beleza da arte incite a guerra e a competição desvairada. Ao negar o estabelecido vem à tona o novo, cuja intenção é alterar e modificar o existente. A sensibilidade do artista está na dimensão de captar e abstrair os meandros dos sentimentos da comunidade humana, exprimindo esses sentimentos numa linguagem simbólica.

Adorno(1986) em “Educação pós-Auschwitz” pergunta: O que tem levado o mundo a cultivar tamanha brutalidade? Questiona a racionalidade que levou as “inteligências” alemãs, a criarem os campos de concentrações nazistas para que as pessoas fossem cremadas. Os nazistas queimavam os judeus vivos em suas fornalhas por serem diferentes da sua raça. Tudo indica nos escritos de Adorno que não foram os analfabetos que inventaram esses “aparelhos tecnológicos” para a destruição em massa. A insensibilidade dos nazistas abala o Planeta Terra até hoje. O protesto de Adorno é para que a barbárie de Auschwitz não se repita. João Francisco Duarte Júnior no livro “Por Que Arte-Educação?, o Artista e o Espectador”, assinala que o ato criativo acontece muito mais a nível do “sentir” do que do “simbolizar”. O “sentir” é muito mais criação de sentimentos, de intuições, de fruções emocionais, do que de operações lógicas. O ato de rebeldia se constitui na atitude criadora. É impossível que a beleza da arte incite a guerra e a competição desvairada. Ao negar o estabelecido vem à tona o novo, cuja intenção é alterar e modificar o existente. A sensibilidade do artista está na dimensão de captar e abstrair os meandros dos sentimentos da comunidade humana, exprimindo esses sentimentos numa linguagem simbólica.

Júnior (1991) argumenta que fazer a afirmação de que o artista exprime apenas os seus sentimentos em suas obras é empobrecer a sua *práxis* criadora. O objetivo do trabalho artístico é tornar objetivo, as manifestações subjetivas das pessoas numa dada época e cultura, mesmo que cada artista encontre uma forma de expressão.

Primeiramente, “a experiência estética é da beleza”. O belo não está nos objetos nem na consciência do sujeito, nasce do “encontro dos dois”. Eis a beleza que estava no belo a partir do entrelaçamento. É na experiência estética entrelaçada que os acontecimentos são apreendidos, desvencilhando-se dos laços condicionantes da conceitualização linguística. O mundo vai se tornando a totalidade do humano na experiência estética. É nela que suspendemos nossa percepção analítica, racional, para sentir em profundidade o objeto, na fluidez da emoção e dos sentimentos. Na experiência estética abandonamos por instantes o cotidiano. Por exemplo, no cinema ao olharmos um filme, esquecemos o nosso aluguel ou outras coisas importantes, mas não esquecemos que somos apenas um espectador sentado na cadeira do cinema.

Depois do filme, voltamos a enfrentar a realidade existente. A beleza fala dos sentimentos sem intermediações, mesmo que seja a beleza do feio. A beleza na arte é a “boniteza da elite”, exceto para Francis Bacon, artista inglês. Ele revolucionou a arte ao introjetar um afazer inovador na representação plástica. Deu evasão a estética do “feio” como manifestação. Dono de um forte expressionismo, apresenta figuras humanas, como se fossem animais abertos e espedaçados aos espectadores – para chocá-los. Nem por isso, Bacon deixou de originar uma beleza inovadora a partir da feiura. Nestor Garcia Cancline (1979, p. 20 e 23), diz que os “Herdeiros de Marcel Duchamp e Berthold Brecht”, procuram distanciar os espectadores dos fenômenos em que se encontram imersos. Forjaram situações irreais e utópicas como possibilidade de combate aos modelos impostos. A arte sociológica liberta o artista dos enquadramentos profissionais. O artista/professor tem agora um novo afazer, ser o proliferador de pontos de vista. Talvez, uma educação que prime pela beleza seja interessante ao educador e a educadora da contemporaneidade. A ideia é socializá-la:

Fugir à clausura e contribuir para que outras pessoas o consigam implica modificar constantemente a própria posição, diversificar repentinamente os enfoques. Até onde é possível romper o autoritarismo da imprensa, democratizar instituições abrir as estruturas repressivas [...]. A preocupação redominante no sentido de não reproduzir estereótipos ideológicos (CANCLINE, 1979, p. 34).

A conversa do(a) educador(a) com o(a) educando(a) deixa de ser um diálogo mudo, de dependência, de opressão. É relevante se pensar à educação num horizonte democratizador, onde seja propiciada a leveza e a redescoberta da vida lúdica e amorosa do ser humano. Se houver alguma modificação no modo de se produzir cultura – a partir das bases e dos movimentos sociais, isto possibilita alternativas para um mundo congregado com os pequenos guetos, com as pequenas vilas e com as pessoas desprezadas das favelas. Essas ditas subculturas também são subprodutos oriundos dos afazeres docentes. Ou será que o mundo está do jeito que dizem estar, por não termos nada a ver com tudo isto?

5. EDUCAÇÃO E SABERES ENTELAÇADOS

A questão ressurgente no instante de concretude da educação, é o distanciamento de estilos e tendências. No entanto, nota-se que é de capital importância que o campo teórico e crítico da educação não seja desprezado, pelo menos, para os principiantes na área educativa. Corre-se o risco de se reinventar o inventado, na História da Educação. Hoje, dois horizontes educativos são defendidos: um racionalizante e o outro pela via do desracionalizado, sem que estes dois campos sejam fusionados. Via de regra, tais linearidades reduzem o entendimento de uma *práxis* edificada na linguagem da “*práxis dialética*” de Freire e na “*práxis do linguajar*” de Maturana. O pensamento de Freire é demarcado pela ruptura a tradição canônica da educação. Esse essencialismo descentrava os homens, as mulheres e as crianças do reino da terra, elevando-os a um reino prometido. Isto levou Freire, a dar uma atenção específica “para o oprimido como sujeito de sua libertação” – voltando-se para a conquista desse reino na terra. Freire rebate “a elite” por ocupa-se com a opressão. Faz uma crítica contundente à escola por ser um veículo de “organização do poder burguês” – e por “transferir” esse conhecimento às populações menos favorecidas, como se essa educação estivesse embricada nessa cultura. “A Educação Popular ou Movimento Social” pode ser compreendida como o esforço mobilizador que as classes populares em organização e capacitação técnico-científica mobilizam como poder para poder transformar essas forças repressoras. É neste sentido e não em outro, que Freire se reporta a ideia de que “a educação é uma prática social. O cotidiano do(a) professor(a) na sala de aula e fora dela exige um ambiente saudável na ruptura com tudo o que coage o educando(a) e o educador(a)”. A amorosidade, a ludicidade, é uma condição, mas isto não quer dizer que o docente deixe de lado o espírito investigativo de curiosidade e rigorosidade metódica no desenvolvimento de seus propósitos de ensino.

Um ambiente favorável ao conhecimento é retomar o espírito de alegria, no ato educativo – “sem abrir mão do sonho”, para combater a educação impositora da tortura e do medo. Existe uma “malvadez neoliberal” – cínica e irônica – cuja proposta é acabar com todo o sonho e esperança daquele que ensina e daquele que se educa. Parece que nas sociedades pós-industriais não existem mais “esfarrapados no mundo”. Uma ala da sociologia resolveu argumentar que a diferença entre as classes sociais não é o mais importante. Freire vai dizer que o oprimido vive na condição de exclusão social. Seu ponto de vista é a partir dos excluídos, dos “condenados da terra”. Além disso, afirma que todo docente tem uma “responsabilidade ética” – não essa ética restrita ao mundo econômico e “obediente” aos senhores do capital. Uma ética que condena todo esse cinismo neoliberal – da promessa enganadora e do não cumprimento do que promete.

O docente deve ter em mente a problematização crítica e reflexiva, diante desses condicionamentos que precisam ser superados. Essa ética não poderá estar separada da “prática educativa” no combate à discriminação social num constante desafio com quem o educador(a) se comunica. Conhecer não é adivinhar, nem se satisfazer com as intuições, “mas submetê-las à análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica”. No “Capítulo 2”, Freire (2002, p. 51 e 52) vai dizer que “Ensinar não é transferir conhecimento”, mas abrir possibilidades para que o sujeito construa o seu saber. O ser humano é inacabado, está sempre numa “inconclusão”, mesmo assim ninguém pode acabar com o nosso ser histórico ou a história individual de cada pessoa. Com o passar dos anos vamos nos tornando mais conscientizados dos problemas que afetam a humanidade. Amorosidade e afeto é possível entre os animais humanos que se sabem condicionados pelas circunstâncias, mas que podem alterá-las, continuamente. Um ambiente propício a edificação do conhecimento, é aquele que possibilita o oprimido a ser mais gente. É aquele que emancipa e liberta o oprimido do medo, da angústia e da redoma de uma escola torturadora. Os criadores das regras e das normas nas instituições são os educadores(as) e esse “querer bem os educandos” é o fomentador do aguçamento da criatividade e do encorajamento, como saída da marginalização social. A escola se autogesta todos os dias e é por isso, que a escola jamais está pronta.

6. RESSIGNIFICAÇÃO DO QUERER SER MAIS DOCENTE/DISSENTE

Os(as) educadores(as) e os (as) educandos(as) não poderão estar fadados a seguir a correnteza do rio estático de Parmênides. Em os Pré-Socráticos (1996, p. 103) precisamos entrar na correnteza do rio como anunciou Heráclito – “embebendo-se nas águas” – “Tudo flui (*panta rei cai eidemenei*) e nada persiste nem permanece o mesmo”! É impossível que se entre “duas vezes na mesma corrente. O rio corre e tocá-se outra água”. Nem mesmo no rio pode-se entrar pois, “imediatamente se transforma; o que é, ao mesmo tempo, já, novamente não é”. Precisamos querer ser mais, diante do abismo desqualificador e da pobreza que a educação vem nos propiciando – nos últimos anos. Os saberes pragmáticos e burocratizados estão engessando os(as) educadores(as) em atividades desumanas. O(a) educador(a) ansioso por um mundo melhor, precisará se convencer de que o que ele faz é exclusivo, e indistintamente único em sua historicização. Querer ser mais docente/discente é preciso, no sentido de ultrapassar todas as barreiras da impossibilitação dicotômica da vontade do querer ser mais sem destruir outrem. Esse jogo os tiranos não entendem: a não identificação é se tornar diferente deles. Ao total, o que o docente faz no seu ato de ensinar/apreender é uma formação educativa quase sempre divergente da educação mercadológica.

Se os(as) pedagogos(as) conseguirem resgatar uma pedagogia da consciência crítica, o educando terá condições de exercer o seu pensar e entender reflexivamente quais são os planos do opressor. É nesse contexto que iremos nos situar num complexo de crítica contínua e de reconhecimento. Torres (1979, p. 8 e 67) ajuda a compreender o ser mais: é no devir “entre o ser e o ser mais” que surge “a esperança, só os oprimidos podem libertar-se a si mesmos e libertar seus opressores”. É preciso, para Freire, que o docente se desalinhe de si mesmo – pois imbuído desse “espírito” poderá fazer educação. “A práxis não é ação em si, sem intencionalidade nem finalidade. É ação e reflexão” – na transformação do mundo, na apreensão da realidade. Essa *práxis* retoma o sujeito fundido em dois sentidos inseparáveis: um sujeito com aparatos teóricos para manejar o conhecimento da realidade, e um outro que reconheça a necessidade de ser redimensionada essa realidade depois de comprovar os resultados de sua aplicação. É neste sentido que definimos a ressignificação. Ressignificar a experiência histórica é ponto fundante, a partir do emocionar humano e do amor incondicional no conviver com o outro. De acordo com o que pensamos: Sem emoção não há solução para nada, nem amor e nem ânimo para mover o perfazer e refazer o mundo todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação acontece na *práxis* educadora como linguagem formadora. O viver e conviver dialógico sem fronteiras e imposições atravessa as relações humanas se tornando relação social não competitiva. Ninguém pode viver isolado, somos seres emocionais necessários um ao outro no entrelaçamento fraterno, humano, amoroso, tolerante, amigo, cooperativo e comprometido. A sensibilidade formadora é possível se for despedaçada a barreira entre o “transferir” conhecimentos e o redescobrir saberes. É na respeitabilidade e na escuta das vozes não ouvidas que os déspotas perdem a força. O corpo torna-se o testemunho palpável da liberdade a partir da experiência prazerosa vivenciada no próprio conteúdo cultural, que é saber inviolável na convivência cooperativa com o outro.

A escola tem promovido a barbárie ao praticar relações desumanas e competitivas o que tem originado uma forma mecânica de (re)produzir pensamentos homogeneizados. Ao aniquilar às tradições abre caminho para o surgimento do desmemoriado. Lembrando de Benjamin e Freire, a elite opressora tem sido indiferente aos vencidos. As escrituras historiográficas se postam na defesa do vencedor. O “vencido” foi esquecido! O intelectual da educação para Benjamin, tem o poder de reverter as faces estilhaçadas da memória. Ao se desfazer da empatia com o vencedor origina a contracultura. Para que o formador não se identifique com ideias da elite (brasileira) dominadora, pode invocar uma emoção animadora e que faz florescer as “cerejeiras”. Quem pode mudar o estado catastrófico da escola? Nos círculos de convivência na base do amor, da ludicidade, da criatividade e da não competição, o sol pode voltar a brilhar em nosso meio.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor W. **Educação pós-Auschwitz**. In: Conh, G. (Org.). São Paulo: Ática, 1986.
- BARCELOS, Valdo. **Uma educação nos trópicos**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANCLINE, N. García. **A Produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte**. Civilização Brasileira, 1979.
- FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22ª edição, 2002.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 20ª ed. 1991.
- _____. **Pedagogia do oprimindo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Uma educação para a liberdade**. Porto: Textos Marginais, 1974.
- GOMES, Alair. **Reviravoltas na arte do século XX**. Niterói: RJ, EDUFF, 1995.
- JÚNIOR, D. J. Francisco. **Por quê arte-educação**. (Coleção Àgere). São Paulo: Papyrus, 6ª ed., 1991.
- LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- PRÉ-SOCRÁTICOS. **Os pensadores. Vida e obra**. São Paulo: Cortez, 1996.
- TOFFLER, Alvin. **O choque do futuro**. São Paulo: Artenova, 1973.
- TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo com Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979.

OS IMPACTOS DA SOCIEDADE DE CONSUMO NO MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A COLETA SELETIVA E A RECICLAGEM COMO INSTRU- MENTOS PROMOTORES DE SUSTENTABILIDADE

Carolina Menegon¹

Daniel Rubens Cenci²

Daniela da Rosa Molinari³

Marcele Scapin⁴

Resumo: Todo processo produtivo causa impacto no meio ambiente, principalmente ao ser utilizado de forma desmedida pelo homem para atender o desejo insaciável de consumir. Dentre os diversos impactos negativos causados pela sociedade de consumo no meio ambiente, um dos maiores problemas que se enfrenta atualmente é a excessiva geração de resíduos sólidos e a disposição inadequada dos mesmos. A ausência de tratamento adequado desencadeia vários efeitos na dimensão ambiental, social e econômica, razão pela qual um dos maiores desafios da sociedade contemporânea gira em torno do melhoramento na gestão destes resíduos. A produção excessiva e diversificada de resíduos da sociedade de consumo e seus impactos negativos tornam a gestão sustentável dos resíduos uma questão que requer reflexões, políticas públicas e ações em vários níveis. Para tanto, o incentivo à educação ambiental, à coleta seletiva e à reciclagem são medidas imprescindíveis. A coleta seletiva e, posteriormente, a reciclagem do lixo tem papel fundamental na preservação do meio ambiente, pois diminuem a extração de recursos naturais; devolvem para a terra uma parte de seus produtos e reduzem o acúmulo de resíduos nas áreas urbanas a partir do reaproveitamento de vidro, papel, papelão, plástico, entre outros; conseqüentemente, beneficiando a sociedade, a economia e o meio ambiente. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir questões relativas à necessidade de conscientização das pessoas quanto ao consumo excessivo de produtos descartáveis; em havendo o descarte, o que se fazer com os resíduos produzidos, apresentando-se a educação ambiental, à coleta seletiva e a reciclagem como a melhor alternativa para um mundo sustentável. A natureza da pesquisa a ser desenvolvida é teórica, através da abordagem qualitativa, cujo método a ser utilizado é o compreensivo, com vistas à apresentação do tema abordado, a partir das consultas bibliográficas.

Palavras-chave: Consumo. Educação ambiental. Reciclagem. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A problemática da sustentabilidade assumiu na contemporaneidade um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que os impactos dos humanos sobre o meio ambiente estão se tornando cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Nesse sentido, a proposta do presente trabalho é levar à discussão o tema dos resíduos sólidos e a sua gestão, tendo em conta que numa sociedade de consumo, como a nossa, o descarte tornou-se algo inevitável. Para Bauman (2008) é uma sociedade da descartabilidade, uma conseqüência da vida agorista das pessoas,

1 Bolsista de Extensão no País do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível C. Mestranda do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Graduada em Direito na mesma instituição. E-mail: carolina.menegon@bol.com.br;

2 Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Email: danielr@unijui.edu.br;

3 Graduada em Direito pela UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUI. Bolsista UNIJUI. Ijuí-RS, Brasil. E-mail: danielarmolinari@hotmail.com;

4 Graduada em Direito pela UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. Especialista em Educação Ambiental pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. E-mail: cele_scapin@yahoo.com.br

que tende ser apressada, num ciclo produzir - consumir-descartar, onde a cada dia mais se produz resíduos que na sua maioria são destinados inadequadamente.

Para o estudo a respeito da sociedade globalizada e os desafios da gestão dos resíduos sólidos voltados à sustentabilidade, a abordagem está estruturada em três momentos, quais sejam: o primeiro versa a respeito de produzir, consumir e como descartar. O segundo diz respeito do que fazer com os restos do consumo. E, por último, a busca de novos caminhos para se promover um desenvolvimento sustentável.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

PRODUZIR, CONSUMIR E DESCARTAR

O cenário mundial globalizado é marcado por grandes mudanças que atingem todos os aspectos da vida cotidiana. Muitas são positivas, mas outras nem tanto, o que significa dizer que para alguns a globalização é sinônimo de felicidade e outros, infelicidade. Para Santos (2008) vivemos uma globalização hegemônica, marcada pelo domínio de um capital destrutivo e pela exclusão social, o que torna imprescindível uma globalização contra hegemônica, através do conjunto vasto de iniciativas, organizações e movimentos que lutem contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica num sentimento de solidariedade e de união face aos problemas globais, entre os quais incluem-se os problemas ambientais.

Ligado à globalização, está o processo de industrialização, que para Beck (2006, p.69) “expõe os indivíduos às inúmeras modalidades de riscos e de contaminação nunca observados anteriormente, constituindo em ameaças para as pessoas e para o meio ambiente”. Para Sachs (1986) o homem, em muitos momentos, é o mestre arrogante da natureza e, em outros, o prisioneiro de um sistema de escala planetária, onde produções e poluições se agregam para esmagá-lo.

Dentre as principais consequências produzidas pela globalização, temos a formação de uma sociedade consumista, que por consequência, leva ao surgimento de uma das maiores preocupações do planeta: os restos do consumo (resíduos). Constitui-se num grave problema ambiental que afeta principalmente as cidades.

Os produtos são criados com a intenção de gerar e satisfazer as necessidades do consumidor. Há uma necessidade incessante de consumir cada vez mais. Dessa forma, o consumidor é o alvo do mercado, pois sem ele não existe. O resultado esperado do consumo é o encontro com sua felicidade, pois cada vontade adquirida, implica a criação de uma nova. Na sociedade do consumo, inaugura-se uma “sociedade do desejo”, onde o progresso e a felicidade são cada vez mais associados à melhoria das condições de vida e à aquisição de objetos de consumo (LIPOVETSKY, 2007, p. 35).

Quanto a descartabilidade, Bauman (2008) argumenta que na vida “agorista” dos cidadãos consumidores o motivo da pressa é, em parte, o impulso de adquirir e juntar, mas o que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de descartar e substituir. Nesta mesma linha, Baudrillard (1995, p.15) descreve que “vivemos o tempo dos objetos (...).Chegamos ao ponto que o consumo invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal de satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total”.

De acordo com Bauman (2008, p. 37), o consumo é algo banal, até mesmo trivial, pois é uma atividade que fazemos todos os dias, por vezes de maneira festiva, ao organizar um encontro com os amigos, comemorar um evento importante ou para nos recompensar por uma realização particularmente importante – mas a maioria das vezes é de modo prosaico, rotineiro, sem muito planejamento antecipado. Para o autor:

Por toda a história humana, as atividades de consumo ou correlatas (produção, armazenamento, distribuição e remoção de objetos de consumo) têm oferecido um suprimento constante de “matéria-prima” a partir da qual a variedade de formas de vida e padrões de relações inter-humanas pôde ser moldada, e de fato o foi, com a ajuda da inventividade cultural conduzida pela imaginação. De maneira mais crucial, como um espaço expansível que se abre entre o ato da produção e o do consumo, cada um dos quais adquiriu autonomia em relação ao outro – de modo que puderam ser regulados, padronizados e operados por conjuntos de instituições mutuamente independentes. Seguindo-se à “revolução paleolítica” que pôs fim ao modo de existência precário dos povos coletores e inaugurou a era dos excedentes e da estocagem, a história poderia ser escrita com base nas maneiras como esse espaço foi colonizado e administrado (BAUMAN, 2008, p. 38).

Segundo Bauman (2008, p. 38), foi a partir de um ponto de ruptura de enormes consequências por ele denominado de “revolução consumista” que houve uma mudança do paradigma do consumo para o do consumismo, quando aquele tornou-se central para a vida da maioria das pessoas, o verdadeiro propósito da existência. Foi, segundo o autor, “[...] quando nossa capacidade de ‘querer’, ‘desejar’, ‘ansiar por’ e particularmente de experimentar tais emoções repetidas vezes, de fato, passou a sustentar a economia do convívio humano”.

Diferentemente do *consumo*, que é basicamente uma característica e ocupação dos seres humanos como indivíduos, o *consumismo* é um atributo da *sociedade*. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser destacada (“alienada”) dos indivíduos e reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano (BAUMAN, 2008).

Ocorre que todo processo produtivo causa impacto no meio ambiente, ao ser intensamente utilizado pelo homem para atender a gama de metas de produção em alta escala e de consumo, como sendo um particular estilo de vida da sociedade hodierna, que precisa ser revista. Ao mesmo tempo, este espaço tem sido utilizado como um receptor dos resíduos oriundos do processo de produção e de consumo da sociedade, que embora dividida em classes sociais, produz qualidades e quantidades de descartáveis peculiares, mas que na soma de tudo isso, potencializam o impacto ambiental com repercussões, muitas vezes imensuráveis para toda a sociedade.

3.2 OS RESTOS DO CONSUMO

O problema dos resíduos sólidos só começou a ganhar destaque no contexto ambiental em meados do século XIX, em decorrência de padrões de vida criados pela nova ordem mundial, trazidas pela revolução industrial. Este problema vem se agravando na maioria dos países e em determinadas regiões, dado o aumento da população e o acelerado crescimento urbano.

Inevitavelmente, todo consumo reflete externalidades, impactos e reflexos ambientais negativos. Algumas correntes do pensamento pós-moderno, com fundamento filosófico, relatam a visão da sociedade contemporânea como uma coexistência errática de impulsos e desejos. (CANCLINI, 2006) Em relação a esses efeitos, Boff (2003, p. 43) relata sua observação a respeito da sociedade e dos rumos dos atos inconsequentes por ela praticados:

[...] fizemo-nos reféns de um modelo civilizatório depredador e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao nosso. [...] Evidentemente isso é impossível, o que comprova a falta completa de sustentabilidade de nosso modo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Não são poucos os analistas do estado da Terra que advertem: ou mudamos de padrão de relacionamento com a Terra ou vamos ao encontro do pior.

Deste modo, para sustentar toda essa produção em massa, abastecida com matéria-prima, o que gera resíduos, o planeta já começou a dar sinais de insuficiência de condições de absorção de todos esses rejeitos, bem como de fornecimento de recursos para a manutenção da produção. Não somente no aspecto ambiental, mas no social se aviltam consequências sérias vinculadas ao consumo exagerado, visto que nem todas as pessoas têm acesso aos produtos em disposição no mercado, gerando grupos excluídos na sociedade (PEREIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2009).

Tais fatores somado à evolução dos costumes, melhoria do nível de vida, a mudança de hábitos, ao desenvolvimento tecnológico, científico e industrial, entre outros, tem influenciado diretamente na quantidade e qualidade dos resíduos sólidos produzidos particularmente nas cidades.

Segundo Philippi (1999) a história dos resíduos sólidos parece se confundir com a própria história do homem, pois a partir do momento em que os homens começaram a se fixar em determinados locais, abandonando o estilo nômade, novos hábitos em relação aos resíduos sólidos foram criados pela atividade humana, como alteração introduzida pelo novo modo de vida.

Se na metade do século, composição do descartável compreendia matérias orgânicas, restos de comida, pele, com o avanço tecnológico outros tipos de resíduos passaram a se fazer presente no nosso cotidiano. São os plásticos, pilhas, isopores, baterias de celular, lâmpadas, dentre outros. Como exemplos clássicos do surgimento dos novos resíduos, há cinquenta anos, utilizavam nos bebês as fraldas de tecidos que não eram

descartadas com frequência, a alimentação consistia em sopinhas feitas em casa, com o leite acondicionado em garrafas reutilizáveis. Hoje, o curioso é a vida de um bebê moderno, a começar pelo uso de fraldas descartáveis, dos potinhos de sopa, do leite embalado em *tetrapark*, sem contar os produtos de higiene utilizados. Essa mudança de hábito e de consumo prova o quanto aumentou a produção do descartável no nosso dia a dia, à medida que estes novos produtos foram lançados no mercado.

Sendo assim, os resíduos sólidos descartáveis é um dos grandes problemas socioambientais da nossa atualidade. Pode-se dizer socioambiental, por que além de afetar as questões ambientais também interfere nas questões sociais. Pode ser percebido nas grandes enchentes que ocorrem nas cidades, onde as chuvas torrenciais têm seu escoamento pelos bueiros prejudicado pelo entupimento causado pelo descartável disposto de forma inadequada, fazendo com que seus moradores percam seus familiares, bens e se coloquem em uma situação de risco à saúde, com o aumento das possibilidades de doenças como a leptospirose e a dengue.

A incorreta disposição final do lixo urbano, além de provocar poluição do solo, colabora para a poluição das águas e do ar. A poluição das águas acontece por meio de fenômenos naturais como a lixiviação, percolação, arrastamento, solução, etc. Na poluição do ar, constatam-se efluentes gasosos e particulados emitidos para a atmosfera, provenientes das diversas atividades do homem, que podem ser considerados como lixo.

Dessa forma, é possível afirmar que os problemas do descartável não se restringem apenas a poluição visual e do ar, contaminação das águas e do solo, pois seja qual for a poluição, há uma influência direta e negativa na qualidade da vida humana, comprometendo a efetivação do direito fundamental previsto no art. 225 da CF/88 que estabelece que “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

3.3 A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por muito tempo o homem manteve a ilusão de que a natureza fosse capaz de regenerar-se, independente das agressões sofridas por sua intervenção, ou que o desenvolvimento das ciências pudessem resolver os problemas ambientais causados pelo progresso sem limites. Outrossim, a sociedade sustentável se traduz no desenvolvimento duradouro. Para Boff (1999) sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres do ecossistema, que extrai da natureza somente o que ela pode repor e que desencadeia um sentido de solidariedade geracional, ao preservar os recursos naturais com vista nas necessidades das futuras gerações.

Guiddens (2005) ao tratar dos problemas ambientais causados pelo consumo, destaca que grande parte dos debates em torno do meio ambiente e do desenvolvimento econômico, devem ser compreendidos considerando a relação direta desses com os padrões de consumo que a sociedade contemporânea apresenta, uma vez que o consumo resulta na utilização por parte das pessoas e da sociedade, de produtos, serviços ambientais, energia e recursos naturais.

Com base nessa compreensão, Leff (2004, p. 352) menciona que “os impactos sociais e ecológicos, evidenciados pela desigualdade social, pelo aumento da pobreza e pela degradação dos recursos naturais, resultantes dos dominantes padrões de produção e consumo, deflagram uma crise ambiental planetária”.

O Brasil é o terceiro maior produtor de descartável do mundo, só perde para os Estados Unidos e a China (EM DISCUSSÃO, 2014). A instituição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos regulamentada pela Lei nº 12.305/2010, representa um marco importante na gestão ambiental no Brasil, fundamentada em princípios como a sustentabilidade, a responsabilidade compartilhada quanto a questão ambiental, a qual incumbe à sociedade como um todo, cidadãos, governos, setor privado, sociedade civil, a responsabilidade pela gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Para atingir os objetivos desta Política, a população precisa se conscientizar que a gestão dos resíduos sólidos é de responsabilidade de todos os geradores, cabendo ao Poder Público investir na melhoria de técnicas de tratamento e disposição dos resíduos, visando minimizar e corrigir os impactos gerados pelo lixo. Somente com a criação de novos hábitos poderemos contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente, mais civilizada, mais atenta, mais comprometida e mais limpa, afinal a qualidade de vida do ser humano está intimamente ligada a estes hábitos.

Nesse sentido, a educação ambiental assume a sua parte no enfrentamento dessa crise assumindo o compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos. Uma educação que se propõe a desenvolver processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente (SORRENTINO e TRAJBER, 2007).

A educação ambiental foi instituída, legalmente, por meio da aprovação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e do seu regulamento, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, o qual estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), trazendo esperança, especialmente para os educadores, ambientalistas e professores, pois a educação ambiental já era feita, independente de haver ou não um marco legal (BRASIL, 1999).

A definição da educação ambiental consta no artigo 1º da Lei nº 9.795/99, como sendo os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A educação ambiental pode incorporar critérios sócio-ambientais, ecológicos e éticos nos objetivos didáticos da educação com a possibilidade de construção de novas formas de pensar, incluindo a compreensão da complexidade e das emergentes inter-relações entre os diversos subsistemas que compõe a realidade (LEFF, 2001).

Como alicerce desta discussão é necessário o desenvolvimento de uma pedagogia dirigida à compreensão da vida, promovendo-se uma aprendizagem vinculada ao mundo real, capaz de colaborar na superação da alienação do homem em relação à natureza, despertando o senso participativo e construindo ensinamentos capazes de sensibilizar e formar cidadãos à luz dos princípios mais elementares de sustentabilidade (CAPRA, 2006).

Daí a fundamentabilidade da educação ambiental na formação de valores voltados ao consumo sustentável, pois envolve os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art. 1º da Lei 9.795/1999).

Sendo assim, o grande desafio da educação ambiental é estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem permitem que as responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza sejam respeitadas.

Por meio da educação ambiental é possível que hábitos, antes considerados comuns, porém destrutivos e causadores de danos ao meio ambiente natural, sejam alterados e colaborem para a manutenção de um ambiente mais cuidado e com possibilidade de um desenvolvimento sustentável e de acordo com as normas ambientais. Ou mudamos a forma como exploramos os recursos naturais, e passamos a viver a sustentabilidade ou pereceremos de modo violento e encoberto pelos nossos próprios descartes.

4 CONCLUSÃO

Apesar de o homem, hoje, ter consciência da finitude da natureza, o processo de destruição ambiental continua mais acelerado; o desperdício, o consumo exagerado demonstram o egoísmo e o imediatismo do ser humano. Na atual conjuntura é evidente que essa atitude irresponsável tornou-se insustentável e que, somente uma mudança efetiva nos valores morais do indivíduo é que gerará uma postura ecologicamente correta.

Atualmente, o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade.

Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. O caminho a ser desenhado passa necessariamente por uma mudança no acesso à

informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão. Existe um desafio essencial a ser enfrentado e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável, a partir de premissas centradas no exercício de uma cidadania ativa e na mudança de valores individuais e coletivos.

Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos através de práticas centradas na educação ambiental, que possam garantir os meios de criar novos estilos de vida, desenvolver uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais.

A redução do descartável, a coleta seletiva, a reciclagem, o consumo sustentável, a responsabilidade compartilhada, a destinação correta é atualmente mais do que necessidade, é um desafio que deve ser pensado agora, mas com olhar para o futuro. Afinal, tanto as presentes como as futuras têm o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado como condição essencial à qualidade de vida. Para isso todos devem dar a sua parcela de contribuição, pois como se trata de um direito coletivo, a ação local contribui para o regional e o global. O momento atual é de parar e refletir. Levar regulação dos recursos naturais, qualidade de vida, saneamento básico, desenvolvimento sustentável, gestão dos resíduos sólidos é propagar a globalização ambiental, mediante a gestão compartilhada entre o Poder Público e as coletividades e o desenvolvimento da educação ambiental em os níveis de ensino.

5 REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995a.

BAUMAN, Zygmunt, **Vida para consumo**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK Ulbrich, **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Tradução: Navarro J, Jiménez D e Borrás Rosa M^a. 1^a ed. Barcelona (Espanha): Paidós Ibérica, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do humano: compaixão pela Terra**. Petrópolis: 16^aed, Ed. Vozes, 1999.

_____. **Ecologia e Espiritualidade**. In: Meio Ambiente do Século 21. TRIGUEIRO, André (Org.). Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm> Acesso em: 14 set. 2015.

_____. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica**. São Paulo: Cultrix, 2006.

EM DISCUSSÃO, Revista do Senado. Brasília, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **As Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação dos saberes ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe; PEREIRA, Mariana Mioranza Koppe.

Hiperconsumo e a Ética Ambiental. In: Relações de Consumo: meio ambiente. PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Orgs.). Caxias do Sul, RS: EducS, p. 11-26, 2009.

PHILIPPI JR, Arlindo. Agenda 21 e resíduos sólidos. São Paulo, SP. In: **Anais do RESID'99 – Seminário sobre Resíduos Sólidos**; ABGE, 1999.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir. Terra dos Homens.** 1ª ed. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 16. ed.; Rio de Janeiro: Record, 2008.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. **Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor.** Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola/Coordenação: [Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. p. 13-22. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.



**MIGRAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**
RESUMOS

REPRESENTAÇÕES SOBRE MIGRAÇÃO HAITIANA NA MÍDIA DO VALE DO TAQUARI: UMA ANÁLISE DE DISCURSO

Fabiane Baumann¹

Resumo: Este estudo pretende realizar uma análise do discurso midiático sobre a migração haitiana no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul, através de matérias veiculadas na mídia regional. A pesquisa está, em uma primeira fase, focada no acervo dos jornais O Informativo e a Hora a partir de 2012, ano em que teve início esse processo migratório para a região. Este trabalho está vinculado à pesquisa *Imigração de haitianos para o Brasil: análises de um processo em construção a partir de um estudo de caso*, desenvolvida na Área de Humanidades do Centro Universitário UNIVATES, RS. A investigação no acervo dos jornais que se destacam na região, possibilita um mapeamento das visões sobre imigração. Buscar a visibilidade do tema a partir da frequência e do espaço que ocupa na pauta jornalística é um dos focos dessa pesquisa. A escolha metodológica pela análise de discurso nos permite refletir sobre as representações de migração e, especialmente, a população haitiana, presentes na mídia bem como o papel desempenhado por esta população na veiculação de informação. O enfoque é analisar o uso das técnicas da informação para visibilizar e/ou potencializar discursos sobre o processo migratório na região, visto que este fenômeno, por ser um dos principais desafios da sociedade contemporânea, está ocupando os espaços midiáticos da atualidade. A partir desse estudo pretende-se investigar as representações de outros grupos sociais e como estes se articulam na construção dos discursos sobre imigração haitiana no Vale do Taquari.

Palavras-chave: Mídia. Análise de Discurso. Representações. Imigração Haitiana.

¹ Centro Universitário UNIVATES, Área de Humanidades, fabianebaumann@hotmail.com

HAITIANOS NO VALE DO TAQUARI: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS DA SOCIEDADE LOCAL

Silvana Rossetti Faleiro¹

Rodrigo Müller Marques²

Deisi Ritter³

Maurício Klein Rocha⁴

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo identificar os diferentes atores que integram o circuito migratório do Haiti em direção ao Vale do Taquari-RS, iniciado enquanto movimento em 2010 e ainda em curso. O recorte espacial inclui os municípios de Poço das Antas, Teutônia, Westfália e Fazenda Vila Nova. O propósito é mapear as redes de relações sociais e experiências destes novos imigrantes, a partir da leitura da sociedade local em relação aos mesmos e sua integração as comunidades receptoras. Dessa maneira, averiguar como se constroem os processos de identidade na relação dos haitianos com membros da sociedade no local de assentamento, analisando a construção ou desconstrução de identidades em termos de raça, etnia e nação. Destaca-se que os haitianos optam por atravessarem fronteiras internacionais, migrando para países da América do Sul, sendo o Brasil um dos destinos preferencialmente eleito, consideradas as possibilidades de empregabilidade e a possível estabilidade financeira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como norte metodológico a História Oral e a Análise Textual Discursiva. Enquanto resultados, projeta-se a elaboração de documentários a partir das entrevistas e dos materiais disponibilizados pela população estudada, sendo que estes serão utilizados como possíveis recursos pedagógicos a fim de serem socializados em ambientes educacionais formais ou não formais. Nesse sentido, busca-se inserir nas comunidades conteúdos comunicativos que considerem experiências culturais heterogêneas, utilizando-se de tecnologias da informação e da comunicação, conforme (Soares 2000). Como aporte teórico, o estudo ancora-se em Bosi (1987), Freire (1996), Geertz (2008), Haesbaert (2006), Lesser (2001), Padrós (2004), Thompson (1992) e Vieira et al (2009).

Palavras-chave: Vale do Taquari. Haitianos. Migração.

1 Centro Universitário UNIVATES. Contato: sfaleiro@univates.br.

2 Centro Universitário UNIVATES. Contato: deisi.ritter@certelnet.com.br.

3 Centro Universitário UNIVATES. Contato: rodrigomarques93@gmail.com.

4 Centro Universitário UNIVATES. Contato: peecky@gmail.com.



**MIGRAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**
ARTIGOS COMPLETOS

ELEMENTOS CULTURAIS DE DESCENDENTES ITALIANOS NAS FESTIVIDADES DA MICRORRE- GIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI

Janaine Trombini¹

Luís Fernando da Silva Laroque²

Júlia Elisabete Barden³

Resumo: Os imigrantes italianos que chegaram a partir das últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul bem como no Vale do Taquari passam a ocupar áreas da porção norte do território, situadas na encosta superior do planalto, precisamente entre os vales dos rios Caí e Antas. No processo de exploração e valorização de imensas regiões até então abandonadas, coube o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, atividades que marcadas pelo trabalho e bagagem cultural italiana contribuíram decisivamente para o crescimento e diversificação socioeconômica regional. O Vale do Taquari, segundo o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT), é uma região formada por seis Microrregiões, sendo que para este estudo que se insere no trabalho de mestrado desenvolvido na linha de pesquisa espaços e problemas socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Univates, toma como recorte espacial a Microrregião Oeste. O estudo tem como objetivo a análise de elementos culturais de descendentes de italianos presentes em festividades nos municípios da microrregião oeste do Vale do Taquari. Os imigrantes italianos e seus descendentes tanto no Rio Grande do Sul como no Vale do Taquari são conhecidos pela expansividade, gosto pela boa comida e bebida e também pela prática do esporte e recreação. Tomando como base de análise a pesquisa bibliográfica sobre a imigração italiana, entrevistas e diários de campo com famílias de descendentes italianos residentes nos municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Marques de Souza e Progresso que compõem a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, identifica-se nas festividades continuidades de elementos culturais da tradição italiana, principalmente relacionados à religião católica que estiveram presente na vida dos antepassados. Nos municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Marques de Souza e Progresso encontram-se grutas expressando devoção a Nossa Senhora de Lurdes e festas ao padroeiro Santo Antônio, bem como a presença de santos em capitéis, a festa do vinho, a festa do frango e encontros anuais das famílias de descendentes de italianos. Nessas festividades sejam elas de cunho religioso ou não, prevalece traços da identidade italiana, tais como a religião católica, pratos típicos da gastronomia italianas e elementos da cultura como esportes e recreação. Concluindo é importante salientar que na contemporaneidade elementos da cultura e da identidade italiana continuam presentes em festividades dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Palavras-chave: Festividades Religiosas. Descendentes de Italianos. Vale do Taquari.

1 INTRODUÇÃO

A maioria dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final o século XIX são provenientes do norte da Itália, região mais atingida pela crise econômica no momento da Unificação. Dentre os fatores para imigração italiana aponta-se: o difícil acesso à terra, os conflitos internos como a depressão econômica, desdobramentos da Revolução Industrial, processo de unificação do Estado Nacional italiano e os altos impostos cobrados aos camponeses (GIRON; HERÉDIA, 2007).

A colonização italiana foi obra do governo imperial em um dos períodos críticos marcada pela crise do escravismo e pelas leis abolicionistas. A propaganda feita na Itália a respeito do Brasil foi de suma importância para atrair milhares de pessoas a cruzassem o oceano em direção à América e conseqüentemente ao Brasil. Prometia-se aos colonos italianos uma terra de sonhos, riquezas e fartura, onde em pouco tempo eles enriqueceriam (GOMES; LAROQUE, 2010).

A imigração europeia no Brasil, visando atender às exigências históricas do capitalismo, remeteram os italianos para duas direções diferentes: uma para São Paulo e outra para o Rio Grande do Sul. A Província

1 Centro Universitário UNIVATES, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Bolsista PROSUP/ CAPES. E-mail janainet@universo.univates.br

2 Centro Universitário UNIVATES, Doutorado em História. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Licenciatura em História. E-mail lflaroque@terra.com.br

3 Centro Universitário UNIVATES, Doutorado em Economia. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. E-mail jbarden@univates.br

do Sul promoveu a colonização com objetivos claros de criar núcleos coloniais voltados para a produção agrícola diversificada, em regime da propriedade privada e mão de obra familiar. Já a Província de São Paulo acreditava que a colonização resolveria o problema da substituição da mão de obra escrava que ameaçava o café (HERÉDIA, 2003).

Nestes espaços brasileiros, os imigrantes italianos reconstruíram seu mundo cultural ao que tange a língua, costumes, trajes, comidas, religiosidade, tudo que correspondia e caracterizava seu modo de vida. Na nova terra os colonos estavam sendo enviados para uma região de mata virgem, onde cada colônia era dividida em léguas, linhas ou travessões, chamados de lotes (BONI; COSTA, 1982, p. 84).

Este estudo insere-se no trabalho de mestrado desenvolvido na linha de pesquisa espaços e problemas socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) e da participação do projeto de Pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural da Região do Vale do Taquari: determinantes, dinâmicas e implicações”, do Centro Universitário Univates. O presente trabalho tem como objetivo a análise de elementos culturais de descendentes de italianos presentes em festividades nos municípios da microrregião oeste do Vale do Taquari.

O método de pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo no que se refere aos dados coletados na revisão bibliográfica, nos diários de campo e nas entrevistas orais com produtores rurais. Os procedimentos metodológicos consistem em visitas a proprietários rurais de descendência italiana, localizados na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, composta pelos municípios de Marques de Souza, Progresso, Pouso Novo e Travesseiro, os quais atuam com agropecuária. A amostra constitui-se de oito produtores rurais descendentes de italianos, dois de cada município, que foram visitados e a partir das observações e conversas com a realização de diários de campo e utilização de uma entrevista.

As conversas com os produtores versaram sobre a história familiar, técnicas agrícolas, relações com o meio ambiente e aspectos culturais e a partir destas foram elaborados os diários de campo. Tratando-se da entrevista, com base em Marconi e Lakatos (2003), utilizou-se de um roteiro semiestruturado de questões com um descendente de italiano da microrregião Oeste do Vale do Taquari.

2 A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E VALE DO TAQUARI

Quando os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul, boa parte da encosta do planalto já estava ocupada pelos imigrantes alemães, que chegaram a partir de 1824. Aos italianos caberia a zona das matas, extensas áreas de terras devolutas que haviam sido deixadas de lado pelos portugueses, mais interessados na criação do gado. A região colonial que foi destinada aos italianos estava precisamente situada na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí, do rio das Antas e as colônias alemãs localizadas no que se chamava na época de Baixo Taquari (FERRI, 1996).

As primeiras colônias instaladas na Província do Rio grande do Sul foram Conde d’Eu (1875), Dona Isabel (1875), Caxias (1875) e Silveira Martins (1877), que segundo Manfroi (2001), são considerados os quatro centros principais da colonização italiana do atual estado do Rio Grande do Sul. A partir disso, iniciou-se o processo de desenvolvimento econômico e sociocultural em regiões na encosta superior do planalto, área caracterizada por relevo montanhoso, coberta por uma densa floresta virgem, a qual passou a ser ocupada pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Sobre esse aspecto, Manfroi (2001, p. 61) destaca: “As colônias italianas do Rio Grande do Sul foram estabelecidas na Encosta da Serra, ao norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado”.

Na segunda metade do século XIX, é que teve início a colonização italiana no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, completando o processo de formação étnico-cultural da região. O território tradicionalmente estava ocupado por povos indígena, no século XVIII passou a ser colonizado por portugueses que trouxeram os negros, e posteriormente seguiram-se os açorianos, os alemães e os italianos.

Do ponto de vista político-administrativo, o Vale do Taquari situa-se na região centro-leste do Rio Grande do Sul e é formada por 36 municípios, que totalizam uma área de 4.821,1 Km², dividido em seis microrregiões. Em 2013, conforme a população estimada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Região contava com 334,438 habitantes (3,08% da população gaúcha), sendo a grande maioria de origem alemã, italiana ou açoriana (FEE/texto digital).

Os descendentes de imigrantes italianos foram colocados em pequenas propriedades, um ao lado do outro, puderam desenvolver-se mantendo um relacionamento de vizinhança e amizade, bem como conservando as características culturais (GOMES, LAROQUE, 2010). As seis microrregiões do Vale do Taquari apresentam especificidades econômicas e socioculturais, existindo desde propriedades rurais voltadas ao setor primário até áreas urbanizadas e industrializadas. A maioria das propriedades rurais do Vale do Taquari são pequenas e voltadas para a produção da agricultura e pecuária.

A pluralidade cultural e étnica do Vale do Taquari, pode ser pensada a partir dos pressupostos de Barth (1998), ao salientar que a etnicidade se define nas fronteiras. Ou seja, quando há o contato entre grupos distintos, as fronteiras tendem a emergir por meio das diferenças. Salienta ainda que dentro de um grupo étnico o conteúdo, os traços culturais, podem se modificar, todavia os indicativos de pertencimento continuam os mesmos, sendo percebida através dos sinais diacríticos das fronteiras, situação que podemos aplicar aos italianos em relação aos demais grupos étnicos do Vale do Taquari.

No Vale do Taquari, os italianos ocuparam suas terras através de compra por companhias colonizadoras localizadas na porção mais ao norte do território, principalmente nas encostas e “região alta”. Portanto é em parte deste espaço que se localiza a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, composta dos atuais municípios de Travesseiro, Pouso Novo, Progresso e Marques de Souza, os quais são constituem o recorte espacial de estudo deste trabalho.

3 ELEMENTOS CULTURAIS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI

Os elementos culturais dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari referem-se à continuidade da cultura de seus antepassados, com suas práticas e costumes manifestados pela alimentação, vestuário, religiosidade, sistemas de ajuda aos vizinhos e práticas de lazer.

Segundo Santos (2005, p. 8) “Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam.” Neste passo, faz com que os descendentes de italianos produzem seus elementos culturais dentro das localidades e sociedades que vivem.

A seguir são apresentadas e analisadas algumas informações sobre os elementos culturais presentes nas festividades de descendentes de italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Tendo em vista que a cultura, segundo Laraia (2004) expressa costumes e crenças de um determinado grupo, nos grupos pesquisados é possível constatar evidências culturais relacionadas a prática da religiosidade entre os descendentes de italianos, em suas festas anuais, como a fé a santos padroeiros e festas tradicionais de cunho familiar ou da comunidade.

3.1 AS FESTIVIDADES COMO EXPRESSÃO DE ELEMENTOS CULTURAIS DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS

Nas matas virgens do Rio Grande do Sul permitiu-se aos imigrantes reencontrar a própria identidade cultural, superando assim suas dificuldades e a saudade da terra natal. Sob este contexto, a Religião Católica é representada com suas igrejas, capelas, ritos e festas. Neste sentido é possível recorrer a Geertz (1978, p. 9), pois salienta que “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles”.

A religião católica foi um fator de integração social e fez com que muitos imigrantes refortalecessem seus laços culturais através da fé. Segundo Manfroi (2001, p. 122):

[...] nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, a religião, longe de ser um ‘ópio do povo’, foi um fator de integração e uma força dinâmica que permitiu ao colono italiano fugir da desintegração social, oferecendo-lhe um quadro no qual ele se reconhecia e se expandia.

Nas festividades e manifestações religiosas dos descendentes de italianos é possível observar a continuidade de costumes, tradições e dialetos dos imigrantes italianos. Os italianos que chegaram ao Brasil eram predominantemente católicos e tinham necessidade de manter vivo os ensinamentos e as práticas

relacionadas a religiosidade. Sendo assim, Geertz (1978, p. 67), destaca também a religião como uma simbologia e característica da identidade cultural:

Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida.

É nesse viés que a religião católica representa laços da cultura italiana. A fé dos imigrantes e seus descendentes fizeram surgir capitéis, igrejas, cemitérios, monumentos, grutas e desencadeou a participação comunitária. Como elo de união e de unidade a fé cristã foi desencadeadora de uma organização social (BATTISTEL, 1981).

A capela e a igreja foram os locais em que os imigrantes italianos se inseriram na sociedade e promoveram a fé. Toda comunidade italiana possuía uma capela, onde realizam-se as celebrações, rezavam o terço, participavam de festas, cantavam e reuniam-se para tratar dos assuntos da sociedade. Os moradores instalaram-se e constituíram as comunidades em torno da igreja. Segundo Manfroi (2001), a igreja representa um símbolo da cultura italiana e de seus descendentes, situação que continua a ocorrer no que tange aos produtores pesquisados da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Corroborando com isto Boni e Costa (1982, p.121), destacam que uma forma de expressar culturalmente seus hábitos em seus lotes coloniais foi a religião católica.

Abandonados no meio da floresta, os imigrantes corriam o risco do acobocamento – que atingiu, aliás, outros grupos, em outras regiões do Brasil. Neste momento, o fator que lhes permitiu a reconstrução de seu mundo cultural, devidamente adaptada, foi a religião. O caminho para esta reorganização do universo cultural havia, porém, de ser longo e complexo.

A construção de uma capela dedicada ao santo padroeiro da aldeia natal, conforme referido, foi a primeira preocupação das comunidades espontâneas. Através de reuniões e discussões entre os colonos chegavam a se destacar santos padroeiros de seu lugar de origem e junto com toda sociedade a construção das capelas. A igreja era a base da organização social e também o início da reconstrução cultural em seus vilarejos. Durante a semana trabalhava-se muito e nos sábados, bem como em domingos reuniam-se na capela para conversarem e rezarem (MANFROI, 2001).

Além das capelas também sempre existiram os capitéis, construídos por alguma família para pagar uma promessa, para agradecer uma graça alcançada ou para pedir alguma proteção. Sobre isto, Boni e Costa (1982, p. 147), informam:

Os capitéis, ou pequenas capelas, dedicadas aos santos da devoção de um grupo, ou de algum indivíduo, surgiram simultaneamente às capelas, mas em maior número. Em muitos casos foram anteriores às capelas, por serem de mais fácil arquitetura e por não exigirem avultados gastos.

Os capitéis são pequenas casas feitas de madeira, normalmente construídos em terras dos próprios descendentes de italianos que fizeram promessas em prol de doenças para um santo de devoção ou em beiras das estradas. Sobre isto, os descendentes italianos dos municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Marques de Souza e Progresso, Microrregião Oeste do Vale do Taquari, destacam sua devoção e fé a santos padroeiros presentes nos capitéis, como Nossa Senhora de Lurdes, São Roque e Santa Lúcia (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

A religião dos imigrantes e seus descendentes era repleta de ritos, sendo o conteúdo principal a prática da fé, a realização e participação das liturgias. Segundo Giron e Herédia (2007), a religiosidade é um dos elementos que caracteriza a identidade cultural. Portanto, as manifestações religiosas contando com a presença dos italianos e dos seus descendentes nos rituais passam a ter função de sociabilidade.

Também são de suma importância a oração em família e a participação em cultos e festas. Para Manfroi (2001), o rosário era a prática mais utilizada entre os imigrantes italianos, a oração de todas as circunstâncias. No tempo de catequese, as orações eram no dialeto italiano e todas as noites antes de dormir rezava-se o terço ajoelhado. Nos dias atuais, conforme informações obtidas com produtores rurais do município de Progresso,

muitas famílias têm o costume de rezar o terço, principalmente quando recebem a capelinha (DIÁRIO DE CAMPO de 13/06/15).

Como forma da continuidade cultural no que se refere a práticas da religião católica, constata-se que os produtores rurais pesquisados, descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, possuem na comunidade em que vivem uma capela e um santo padroeiro. Essa forma de identificação cultural é salientada por Manfroi (2001), pois segundo este autor a igreja era considerada como o elemento essencial do progresso do lugar, a base de toda organização social.

As festas religiosas constituíram-se em uma importante prática social e religiosa. Sobre isto Beneduzi (2008, p. 65) informa que “as festas reuniam todos os colonos e mantendo o espírito fraterno, em que pesem as inúmeras brigas que ocorreriam nestas festividades, após fortes bebedeiras”. De acordo com o referido autor todas as famílias costumavam participavam das festividades religiosas e raramente envolviam-se em brigas, pois era considerado pecado.

Os produtores rurais descendentes de italianos do município de Pouso Novo relataram sobre a importância das festas anuais, em comemoração aos santos padroeiros de suas comunidades, como Santo Antônio, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora de Lurdes, São Judas Tadeu, São José, entre outros (DIÁRIO DE CAMPO de 23/03/15).

Outra forma de expressão católica e de grande participação de fiéis em celebrações ocorrem na Gruta Nossa Senhora de Lurdes, na localidade de Forqueta, que acontece há muitos anos e sempre no segundo domingo de fevereiro. Além da missa que é celebrada no próprio local da gruta, também é servido almoço com churrasco e diversos tipos de saladas e logo após temos a música com vista à integração (DIÁRIO DE CAMPO de 15/06/15).

Afora as festas religiosas, tem-se no município de Travesseiro, no mês de julho, a realização da Festa do Colono. Trata-se de uma festa típica da tradição italiana, a qual tem o objetivo de potencializar sua produção agropecuária, e que também é acompanhada de missa sendo a igreja toda decorada com produtos coloniais, é servido almoço e durante a tarde temos as danças de integração (DIÁRIO DE CAMPO de 26/06/15).

Esta festa do Colono é comemorada anualmente por toda a comunidade como forma de preservar a cultura italiana e a fé. Essa festa também comemorada no município de Marques de Souza, mencionada na entrevista com E7, (2013, p. 4):

M – Anos atrás, foi na festa do colono, em Picada Serra, acho que foi também que o padre rezou uma missa em italiano. É, talvez uns 10, 12 anos atrás.

J – Não, mas a cultura assim é mantida ainda. Aqui tem... tem em Picada Serra, que é uma localidade do lado aqui, que eles tem uma festa, ela é tratada da festa do colono italiano, todo ano. No último domingo do mês de julho, e aí assim, ele mantém ainda alguma coisa. Agora, ultimamente, já, tinha um senhor, mas eles tinham assim o jogo da mora, que era um jogo dos italianos, né, e nessa festa sempre era feita uma demonstração, ali tinha uns três ou quatro senhores, os mais idosos. Agora a turma já diminuiu, esses já não... ele faleceram, né.

M – Esses senhores faleceram.

J – Mas deu pra ver assim, eles mantém alguma coisa assim, que nem o corte da lenha como era antigamente, com o serrote, né, eles ainda demonstram, né, nessa festa...

M – (fala algo em italiano, referindo-se ao corte da lenha).

D – Tem um concurso, na verdade. Na verdade é uma competição de quem serra mais rápido.

Nas festividades religiosas são recorrentes as procissões com estátuas, arcos coloridos, foguetes, cavaleiros e bandas de música como manifestações da fé que se fortalece. Nas festas dos santos padroeiros da capela, o caráter e espetáculo se tornava mais festivo. Assim como acontece atualmente, pela parte da manhã tem-se a missa presidida com o padre e muitos cantos, durante o almoço o churrasco e após com jogos e o baile. Primeiramente nas colônias italianas o baile era estritamente proibido e considerado como um divertimento pecaminoso (MANFROI, 2001).

Os dados históricos apontam fazer parte da tradição as pessoas iam às festas de capelas para rezar e para se encontrar com os amigos. De início as festas eram todas gratuitas, sempre bem organizadas e contavam com a doação de alimentos e colaboração de todos. Sobre estes costumes, Battistel (1981, p. 45) elenca que:

[...] para a festa preparava-se a igreja com o maior esmero possível. Enfeitava-se com flores naturais colocavam-se toalhas e velas novas, tudo ficava bonito. A liturgia era mais solene, em seus ritos e símbolos. A imagem do santo era enfeitada e colocada no andor para ser levada em procissão com toda honra e pompa.

Atualmente as festas que ocorrem nos quatro municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari seguem a tradição, ou seja, estão acompanhadas da missa, almoço e uma reunião dançante de integração na parte da tarde. Nos relatos dos descendentes de imigrantes italianos do município de Pouso Novo foram citados os jogos, sendo os mais típicos em festas os de cartas e o de bochas (DIÁRIO DE CAMPO de 23/03/15).

Também outras festividades são praticadas no município de Progresso, em que os descendentes de imigrantes italianos comemoram os resultados de sua produção. Estas festas são a do vinho e a do frango, onde têm-se missa, almoço, um concurso para produtores descendentes de italianos que recebem premiações de produtividade, e após, a reunião dançante de integração. A festa do vinho é comemorada no primeiro domingo de fevereiro e, os produtores que possuem videira, costumam levar seus derivados, como pratos típicos, vinho e cachos de uva para o concurso. Já a festa do frango é celebrada em abril, sendo relacionado à produção aviária anual. Ambos refletem sobre as produções e a continuidade da cultura italiana (DIÁRIO DE CAMPO de 30/04/15).

Além das festas religiosas comunitárias, as famílias de descendentes de italianos participam de festas de cunho familiar como forma de preservar a união entre elas. Essa festa ou reunião familiar existe há vários anos, onde os parentes se reúnem para conversar, conhecer-se, matar a saudade, festejar com pratos típicos, praticar jogos, como o futebol e carta (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

Com base nos relatos obtidos nas visitas aos produtores descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, percebe-se que todos são católicos e costumam ser sócios da comunidade onde moram. Muitos participam das festas religiosas e muitas vezes fazem parte da diretoria de clubes da comunidade ou compõem a equipe religiosa, responsável pela organização dos ritos da igreja (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015). Na maioria das visitas realizadas aos produtores descendentes de italianos na microrregião oeste foi possível visualizar em suas casas várias imagens de santos católicos padroeiros ou também a presença da capelinha.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo percebe-se que os aspectos culturais relacionados as festividades dos descendentes de imigrantes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, foram atualizados, mas grosso modo continuam sendo mantidos. Isto porque, conforme Laraia (2004), a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, mas que também possibilita e estimula a ação criativa do indivíduo.

Com base nos relatos dos descendentes de imigrantes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, é possível constatar que as festividades são predominantemente marcadas pela influência religiosa, semelhante ao que ocorria com os seus antepassados. Todas as comunidades possuem capela e santo padroeiro, onde são realizadas muitas vezes procissões em honra a estes, bem como igrejas e capelas são enfeitadas. A religiosidade é muito presente e faz-se frequente nas sociabilidades das comunidades. Além da adoração aos santos católicos, têm-se capitéis e são veneradas grutas como forma de gratidão por graças alcançadas. Outras festas como a do colono, vinho e frango, são comemoradas nas comunidades como forma de agradecimento as colheitas.

Nas festividades dos descendentes de imigrantes italianos analisada, sejam elas de cunho religioso ou não, percebem-se traços significativos da identidade italiana, onde o ritual da comensalidade é algo característico e repleto de significados entre os descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS:

- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 187-227.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana**: religião e costumes. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BONI, Luis de; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1982.
- DIÁRIO DE CAMPO de 23 de março de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Forqueta, Pouso Novo**. Lajeado: Univates. 3 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 30 de abril de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Interior de Progresso**. Lajeado: Univates. 3 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 19 de maio de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Alto Tamanduá – Marques de Souza**. Lajeado: Univates. 4 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 26 de maio de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Três Salto Médio - Travesseiro**. Lajeado: Univates. 3 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 02 de junho de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Bela Vista do Fão – Marques de Souza**. Lajeado: Univates. 3 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 13 de junho de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Linha Santo Antônio – Progresso**. Lajeado: Univates. 4 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 15 de junho de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Forqueta – Pouso Novo**. Lajeado: Univates. 3 p.
- DIÁRIO DE CAMPO de 26 de junho de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Três Saltos Alto - Travesseiro**. Lajeado: Univates. 3 p.
- E7 - Entrevistado 7: depoimento [27 set. 2013]. Entrevistador: Nicolas D. M. da Silva e Evanilson de Moraes. Vale do Taquari /RS: s. e., 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes e Nicolas D. M. da Silva. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Lajeado. Univates.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.
- GOMES, Vanderlisa Ferreira; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume dos filós em localidades do Vale do Taquari/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado. a. 2. n. 2. p. 99-43, 2010.
- HERÉDIA, Vânia B. Merlotti; PAVIANI, Neires M. S. **Língua, cultura e valores**: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.
- FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul – RS. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/corede=Vale+do+Taquari>> Acesso em 01 de julho de 2015.
- FERRI, Gino. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado/RS: Grafen, 1996.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. p. 174-213, São Paulo: Atlas, 2003.
- SANTOS, Rafael J. dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005

MIGRANTES NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES NA CIDADE DE BENTO GONÇALVES

Ana Gelsemina Galafassi¹

Ancilla Dall' Onder Zat²

Nédio Antonio Andreolli³

Vinícius Triches⁴

Resumo: A mobilidade humana é um fato histórico, mas ainda atual na realidade de nossos países. As transformações na economia e na sociedade e o desenvolvimento dos meios de comunicação, entre outros fatores, foram determinantes nesse processo. As pessoas isoladamente ou em grupos emigram, como é o caso dos colonizadores alemães e italianos no sul do Brasil, em processo realizado no século XIX. Nos dias atuais, o fenômeno migratório ocorre principalmente no Brasil entre os estados e, mais especificamente, entre os municípios de um mesmo estado. São consideradas migrações todos os movimentos de população de um lugar ou região para outra, por diferentes motivos, mas notadamente o econômico, processo este que inclui normalmente a busca por trabalho e educação como fatores preponderantes. É o caso do município de Bento Gonçalves, situado na encosta superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), que exerce a combinação de fatores de atração, especificamente a busca de oportunidades de trabalho e estudo em diversos níveis, fato este que determinaria uma melhor qualidade de vida para estes grupos. Buscou-se descobrir, então, através de uma entrevista semiestruturada, o perfil de uma amostra de estudantes-trabalhadores que realizaram a migração para o município e que estudam em uma faculdade do mesmo município, bem como se o processo de migrar atendeu as suas expectativas e necessidades, podendo ser classificada em uma experiência satisfatória. Foi verificado que os entrevistados têm em média 29 anos de idade, são oriundos principalmente de outros municípios do RS e já atuam em áreas específicas ao seu curso de formação. Tendo vindo buscar “trabalho e estudos” e “estudos” fundamentalmente, consideram o processo de migrar como válido e consideram-se “satisfeitos” e “muito satisfeitos”, com elevada percepção de que a migração atendeu as suas reais expectativas.

Palavras-chave: Migrantes. Trabalhadores. Estudantes. Satisfação.

1. INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno antigo, mas que ainda tem grande relevância na sociedade atual. O ato de buscar novos territórios, por parte dos indivíduos isoladamente ou em grupos sociais, sempre tem uma relação direta com o propósito de alcance de algum tipo de necessidade que não estão sendo atendidas no seu local de origem ou procedência tanto no passado como nos atualmente. É neste sentido que este tema se apresenta de caráter importante para o entendimento de questões complexas sobre os desafios de nossa sociedade moderna, tanto a brasileira como a gaúcha.

Dentre os principais fatores que fizeram o ser humano emigrar ao longo da história, pode-se citar as fugas de territórios em momentos de guerra, as perseguições religiosas, os conflitos políticos e, mais diretamente relacionado as questões materiais e intelectuais, a busca de novas oportunidades de trabalho e estudo e uma melhor possibilidade de estruturação da organização familiar.

O objetivo do presente trabalho é desta forma investigar, através de entrevista semiestruturada, o perfil dos trabalhadores-estudantes de uma faculdade da Serra Gaúcha do município de Bento Gonçalves que

1 Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha (FTSG), Curso de Design de Interiores, e-mail: ana.galafassi@ftsg.edu.br

2 Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha (FTSG), Cursos de Design de Interiores, Gestão da Qualidade e Gestão Financeira, e-mail: ancilla.zat@ftsg.edu.br

3 Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha (FTSG), Cursos de Gestão Financeira e Gestão da Qualidade, e-mail: nedio.andreolli@ftsg.edu.br

4 Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha (FTSG), Curso de Gestão financeira, e-mail: vinicius.triches@ftsg.edu.br

realizaram o processo de migração para a cidade citada, bem como descobrir se a emigração realizada atendeu as suas expectativas e necessidades, constituindo-se em uma experiência satisfatória ou não.

Na busca de seus objetivos fundamentais, o trabalho é dividido em cinco partes. A segunda destaca o referencial teórico, sendo abordada a questão da mobilidade humana e as abordagens teóricas sobre o processo migratório, bem como o processo de migração no Rio Grande do Sul em uma breve perspectiva histórica e atual e também um panorama econômico, social, histórico e cultural sobre o município de Bento Gonçalves. A terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos empregados. Já na quarta parte são apresentados os resultados e a análise das entrevistas, sendo este item subdividido no perfil dos entrevistados e na apresentação das questões pertinentes a experiência migratória realizada. A quinta e última parte destaca as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MOBILIDADE HUMANA E ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO

Sobre o conceito de migração, o Dicionário Houaiss (2001) apresenta esta como todo o tipo de movimentação de entrada (imigração) ou saída (migração) de indivíduo ou grupo de indivíduos que ocorre geralmente em busca de melhores condições de vida, movimentação esta que pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país. Já Palermo (2015) destaca o conceito de migração estabelecido no VI Manual das Nações Unidas (ONU), sendo este todo o:

tipo de movilidad que implica una estadía continua o permanente en el lugar de destino. Este es el tipo de movilidad a que se refiere el concepto de migración. La característica esencial de la migración es, pues, el hecho que implica un cambio de lugar de residencia, o de lugar de residencia "habitual", es decir, ir a vivir en un lugar nuevo o distinto (NACIONES UNIDAS, 1972 *apud* PALERMO, 2015, p. 10).

A mobilidade humana é relatada ainda nos escritos bíblicos onde, em Gênesis, encontramos "Ora, o Senhor disse a Abrão: sai da tua terra, da tua parentela, e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei". Essa ordem no sentido de ir buscar um outro lugar ou terra traz consigo a noção de mudança.

Considerando o fenômeno social das migrações, compreende-se que assim fizeram os desbravadores no período dos grandes descobrimentos (século XVI) ao buscarem conquistar terras para as coroas portuguesa e espanhola. No século XIX, os imigrantes alemães e italianos fizeram o mesmo quando uma Europa estagnada economicamente encontrou solução deixando o seu povo ir. Encontraram dificuldades, abriram estradas, sentiram fome e, com muita labuta, fixaram-se em um novo lugar para viver.

Hosbawm (2000) descreve o maior processo da migração ocorrida na metade do século XIX ao mostrar que o movimento humano e a industrialização aconteceram de forma conjunta com o desenvolvimento econômico moderno. Assim, um grande número de pessoas se deslocou em diversos países para trabalhar nas diferentes cidades com o desejo de melhorar de vida e enfrentando muitas dificuldades. De acordo com o autor:

O século XIX foi uma gigantesca máquina de desenraizar os homens do campo. A maioria deles foi para as cidades, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudesse encontrar em mundos estranhos, assustadores, mas, sobretudo, promissores, onde se dizia que o pavimento das cidades era de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que um pouco de cobre (HOBSBAWM, 2000, p. 274).

O mesmo autor destaca, mas em obra do ano de 2009, ao refletir sobre as mudanças na sociedade, geradas pela globalização, que o século XX aumentou a possibilidade de mobilidade social e profissional, e que no século XXI este processo foi intensificado, o que se comprova hoje, nas manchetes das mídias que trazem o mesmo tema: as constantes migrações de pessoas que se deslocam no mundo buscando uma vida melhor. Seja no exemplo recente dos que cruzaram e cruzaram os mares da Europa arriscando a própria vida, ou no caso dos haitianos que chegam ao Brasil, a mobilidade humana é um tema contemporâneo e as migrações destacam-se no cenário mundial.

Mesmo assim, deve-se lembrar que a história da humanidade sempre conviveu com a migração, sendo este um processo social que engloba muitos campos do conhecimento. Santos (2010) destaca que o fenômeno

migratório é complexo, apresentando muitas facetas, sendo necessário combinar várias abordagens teóricas para uma análise eficiente deste processo. Caberia ao fenômeno demográfico uma investigação de forma interdisciplinar, conforme esclarece Jansen (1969):

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN, 1969, p. 60 *apud* PEIXOTO, 2004).

Considerado o primeiro teórico da migração, o estudo de Ravenstein (1885) sobre as migrações na Inglaterra, através dos Censos de 1871 e 1881, ainda é referenciado na literatura deste tema. Ravenstein desenvolveu as “Leis da Migração”, onde reconheceu ser a vontade de melhoria econômica o maior motivo porque as pessoas migram. Propôs que a mobilidade humana tinha uma orientação de “*push-pull*” (atração/repulsão), onde as condições favoráveis atrairiam o migrante enquanto que condições desfavoráveis o afastariam.

Na teoria histórico-estruturalista, a proposta é de que é necessário contextualizar historicamente as mudanças estruturais da sociedade. Singer (2002) concebe as migrações como um processo social em que ocorre o deslocamento de grupos sociais no espaço geográfico em função de mudanças sociais e econômicas. Pautado na teoria do desenvolvimento econômico, a industrialização seria um dos fatores que influenciam no fluxo migratório.

Sob a perspectiva da Sociologia - ciência que possibilita ampliar a visão do agir humano influenciado pelos fatos históricos e processos sociais -, o processo migratório influencia na relação do migrante com este novo lugar de acolhimento.

Já Brito (2002 e 2007) apresenta uma síntese das teorias econômicas e sociológicas da migração, ao afirmar que este processo é positivo e necessário para o desenvolvimento da economia capitalista e a modernização da sociedade. Entretanto, novas teorias são necessárias para explicar a migração após 1980, oferecendo outras possibilidades, como a reemigração, o retorno e a migração de curto prazo para os que têm menos condições de sobreviver na região de origem. Considerando que a mobilidade espacial é um direito do indivíduo, acaba por destacar um novo paradigma: a dimensão política das migrações internas no plano do Direito e da justiça social.

Compreendendo novos cenários para a questão da migração, Koucher (2014) argumenta que levar em conta apenas as dicotomias entre o rural-urbano e o centro-periferia são insuficientes para explicar a mobilidades do espaço contemporâneo. Sugere então “os recortes espaciais como um complexo mosaico de interações, do ponto de vista das dinâmicas econômica e populacional, que estão em constante transformação” (KOUCHER, 2014, p. 195).

2.2 AS MIGRAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL: BREVE HISTÓRIA E ATUALIDADE

A questão da migração no Brasil é recorrente desde o início da sua colonização em meados do século XVI. As produções acadêmicas sobre a mobilidade espacial da população descrevem normalmente que as razões que levam à migração envolvem basicamente questões econômicas, sociais, políticas e climáticas.

Bandeira (2014) destaca em estudo recente sobre o fluxo migratório do Rio Grande do Sul que o estado teve uma redução no número total de habitantes, destacando a ocorrência do deslocamento da população para outros lugares. Em uma retrospectiva histórica sobre a migração, o estudo apresenta que a explosão demográfica em Porto Alegre aconteceu na década de 1950, enquanto que a partir da década de 1970 outras cidades da região metropolitana também cresceram.

Já nas décadas de 1980 e 1990 houve uma descentralização, onde outras regiões do interior do estado acabaram por formar conglomerados urbanos, dentre os quais a região Nordeste é um exemplo clássico. Nesta região localizam-se os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Ainda de acordo com Bandeira (2014), este destaca que a região Nordeste teve o maior ganho populacional entre os anos de 2005 e 2010. Como justificativa para o fato estaria que a atração migratória ocorre por esta ser uma região industrializada, com foco na indústria automotiva e, ainda, ter a maior renda *per capita* do estado. Assim, a migração continuaria a acontecer através de movimentos humanos das regiões agrícolas para as regiões mais industrializadas.

2.3 BENTO GONÇALVES E AS BUSCA DE OPORTUNIDADES PARA VIVER, ESTUDAR E TRABALHAR

Cidade de economia diversificada, Bento Gonçalves é um polo histórico e ainda atual do processo migratório no Rio Grande do Sul. Com base na apresentação de alguns indicadores socioeconômicos, culturais e históricos da cidade, justifica-se a sua importância dentro da região serrana do estado, conforme pode ser visto a seguir.

A história de Bento Gonçalves tem origem com a imigração italiana no Rio Grande do Sul. A partir do ano de 1875 tem-se a chegada de imigrantes italianos na Encosta Superior do Nordeste, originando as Colônias de Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D` Eu (Garibaldi) e Nova Palmira (Caxias do Sul).

Bento Gonçalves é um importante polo moveleiro, alimentício e vitivinícola conhecido nacional e internacionalmente. No segmento da indústria, o setor moveleiro é a grande força da economia; já na área vitivinícola, é o município historicamente mais representativo no país na produção de vinhos e derivados, apresentando-se como o principal destino enoturístico (turismo do vinho) do país.

Segundo estimativas do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2014, a população do município contaria com 112.318 habitantes. Já o Produto Interno Bruto (PIB per capita), ou seja, o somatório da produção dividido pelo total de habitantes, foi de R\$ 29.353,00.

De acordo com a Prefeitura Municipal, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera as dimensões de longevidade, educação, saúde e renda, colocou a cidade em 2003 na primeira posição do Estado e na sexta colocação no Brasil. Já o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDESE), calculado pela FEE, foi de 0,816 em 2010, sendo o melhor para os municípios com população acima de 100 mil habitantes, e o sétimo colocado no estado. Tal índice abrange indicadores sociais e econômicos, considerando a educação, renda, saneamento e saúde.

Bento Gonçalves também oferece possibilidades de estudo diversas nos mais diferentes níveis de ensino, destacando-se como um centro de atração para os migrantes que aspirem também esta demanda. Na região, considerando as cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi, existem diversas Instituições de Ensino Superior (IES), ofertando os mais diversos cursos, entre graduação (tecnológicos, bacharelados e licenciaturas) e pós-graduação (especialização, MBA, mestrado e doutorado). Somente em Bento Gonçalves existem atualmente sete IES, que atuam nos turnos diurno e noturno, possibilitando que o aluno consiga também trabalhar. Duas delas são públicas (uma estadual e uma federal) e cinco privadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso pelo fato do objeto de pesquisa estar restrito ao grupo de trabalhadores-estudantes de uma instituição de Ensino Superior situada em Bento Gonçalves. Os participantes desta pesquisa, que responderam a uma entrevista semiestruturada, foram em número de 24 (vinte e quatro), ou seja, 20% (vinte por cento) dos acadêmicos matriculados no semestre corrente (2015/2) nos cursos tecnológicos mantidos pela instituição.

A análise das respostas fechadas foi realizada de forma quantitativa e as questões abertas de forma qualitativa, possibilitando identificar a origem ou procedência, os motivos, as expectativas, a satisfação com a experiência da migração e as recomendações aos que pretendem migrar, revelando os principais fatores inerentes ao processo migratório do grupo entrevistado.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A primeira parte da entrevista buscou a identificação dos respondentes, destacando aspectos como o curso que os mesmos estão vinculados, a modalidade de Ensino Médio de formação realizada e a atividade profissional atual, bem como o seu município de origem, de procedência e o de sua residência atual. A amostra foi de 24 (vinte e quatro) respondentes.

Verificou-se que 50% dos entrevistados cursam Design de Interiores (12 respostas), vindo a seguir 21% que estudam Gestão da Qualidade (05 respostas), aproximadamente 13% (03 respostas) fazem Segurança da Informação, 8% estudam (02 acadêmicos) e 4% cursam Gestão Financeira ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas (01 resposta cada). O estado civil predominante é o solteiro, com 62,5% das respostas, ou seja, 15 respondentes; os demais, casados.

A idade dos acadêmicos consultados variou entre os 17 (dezessete) e 41 (quarenta e um) anos, sendo que a maior concentração destes se encontra entre os 21 (vinte e um) e 29 (vinte e nove) anos. Percebeu-se que a média etária dos entrevistados foi de aproximadamente 29 anos, tendo formação predominantemente de Ensino Médio Regular (46% ou 11 respostas), Educação de Jovens e Adultos (EJA) (33% ou 08) e Ensino Técnico (21% ou 05).

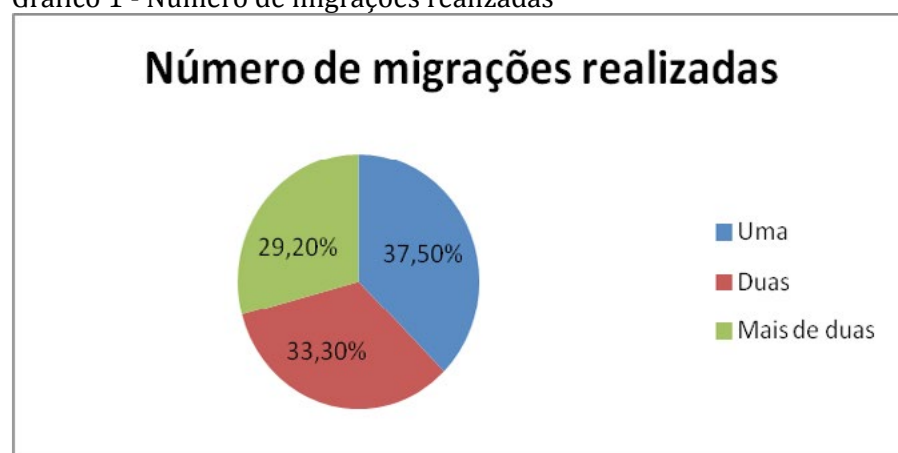
Os acadêmicos já atuam em áreas específicas ao seu curso de formação, evidenciando a preocupação em relacionar a atividade profissional com o curso superior. Entretanto, se observou exceções, como, por exemplo, dois acadêmicos que atuam em áreas diferentes (do lar e garçom) e outros dois que não declararam.

Observou-se que os acadêmicos oriundos do estado do Rio Grande do Sul equivalem a 75% (18 respostas), enquanto os demais 25% são originários do Paraná, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso e Pará. Percebeu-se a predominância dos municípios gaúchos fronteiriços com a Argentina, Uruguai e o estado de Santa Catarina.

4.2 DESVENDANDO AS MIGRAÇÕES: A BUSCA POR TRABALHO, ESTUDO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA EM BENTO GONÇALVES

A primeira questão buscava conhecer o número de migrações realizadas pelos acadêmicos até o momento, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Número de migrações realizadas



Fonte: dados da pesquisa.

Observou-se que a maioria dos entrevistados realizou somente uma migração até o presente momento (09 respostas); enquanto os que realizaram duas ou mais de duas, foram, respectivamente, 08 e 07 respondentes.

A segunda questão era referente aos motivos que levaram a migração para Bento Gonçalves. O motivo "trabalho e estudos" foi apontado por 42% dos respondentes (10 citaram), aparecendo na sequência "estudos" com 30% (07 respostas), "outros motivos" (16% ou 04 respostas) e "trabalho", com 03 respostas (12%). Entre os "outros motivos", destacaram-se o casamento ou o acompanhamento ao pai e mãe em um novo lar.

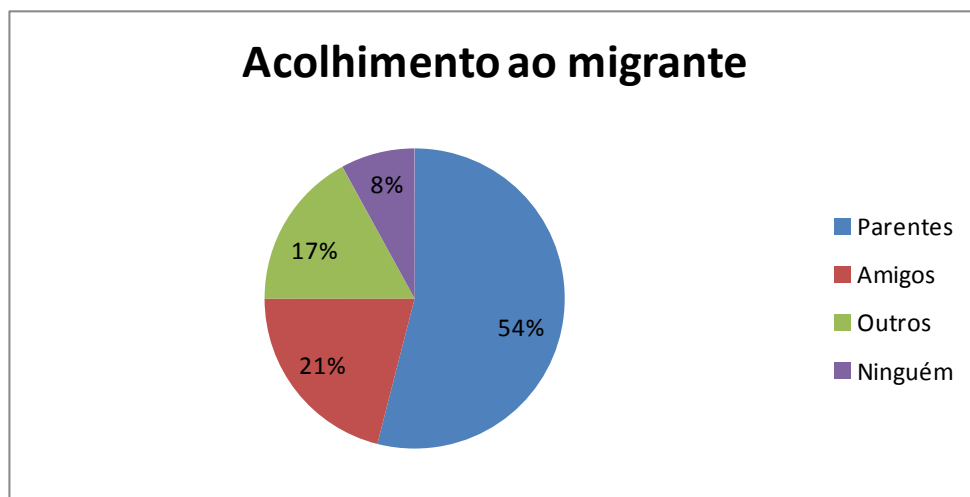
Também foi perguntando sobre a validade do processo de migração por parte do respondente. Do total de 24 respostas, 23 assinalaram que a migração foi válida. Observou-se que, tentando perceber a satisfação com este processo de migrar, 37% dos entrevistados (09 respostas) consideraram-se “muito satisfeitos”, enquanto 59% (14 respostas) afirmam estarem “satisfeitos” com a experiência migratória. Consta-se que há uma simetria entre as respostas das questões anteriores, que questionavam sobre os temas validade e satisfação com a migração realizada.

A quinta questão questionava sobre o fato de a experiência em migrar ter ou não atendido as reais expectativas do respondente. Percebeu-se que 87,5%, ou seja, 21 respostas, declararam terem sido atendidas as suas reais expectativas, visto que conseguiram trabalhar e estudar (07 respostas), ter acesso a oportunidades de trabalho e crescimento profissional (06), concluir o estudo (05), alcançar seus objetivos e ter um melhor padrão de vida (04). Apenas 03 declaram não ter atingido as suas expectativas em migrar para Bento Gonçalves.

Os entrevistados também responderam sobre o seu desejo de voltar ao seu local de origem ou de procedência. Verificou-se que 67% (16 respostas) não tem o desejo em retornar, visto que, por ordem de importância, estão alcançando os seus objetivos em Bento Gonçalves, alegaram gostar da cidade, porque sua cidade de origem “parou no tempo”, por estarem estabelecidos e adaptados ao município. Já os demais 33% (08 respostas) que desejariam retornar ao seu local de origem ou procedência disseram que, por ordem de relevância, tem saudades da família, querem rever os amigos ou então por ocasião de sua aposentadoria.

A sétima pergunta questionava relativamente ao acolhimento recebido na cidade de Bento Gonçalves, com respostas no gráfico ao seguir:

Gráfico 02 Acolhimento ao migrante em Bento Gonçalves



Fonte: dados da pesquisa.

Os entrevistados salientaram a acolhida feita por parentes já estabelecidos na cidade (13 respostas), amigos (05 respostas), ninguém (02) e outros (04). Chama a atenção o fato de 8% dos respondentes não terem recebido nenhum tipo de acolhimento.

Perguntados sobre o tipo de conselho ou recomendação que dariam a alguém que desejasse migrar a Bento Gonçalves, 33% (08 respostas) destacaram que “a cidade é linda e tem emprego e cultura”, 16,5% (04 respostas) aconselham “pensar muito e se é o que quer, deve tentar”, 16,5% (04) dizem que é “necessário ter paciência para a adaptação” e outros 16,5% (04) afirmam que “a cidade é boa para morar”. Entretanto, 12,5% (03 respostas) destacaram que “o custo de vida é elevado” e 4% (01 resposta) afirmou que é “necessário ter calma porque o nível de stress é elevado”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade humana é um assunto que sempre demandou muito interesse nas sociedades e foi objeto de estudo por diferentes pesquisadores ao longo dos tempos. O tema já era evidenciado em passagens bíblicas que, desde aqueles primórdios e nos séculos posteriores, sempre buscaram compreender os principais motivos ou fatores que levaram e levam o ser humano a buscar novos locais para habitar, normalmente ancorados em

alcançar melhores condições de vida para os seus grupos sociais. De acordo com as perspectivas teóricas tradicionais, normalmente fatores econômicos ou sociológicos estão por trás da decisão de migrar.

Com base nesta perspectiva, o estado do Rio Grande do Sul é um caso interessante para entender as formas de migração que ocorreram ao longo de seu processo de colonização que durou cerca de trezentos e cinquenta anos.

Já a cidade de Bento Gonçalves, cidade serrana do estado, de origem italiana e de história recente quanto ao seu processo de colonização (os primeiros imigrantes italianos chegaram em 1875), oferece um campo fértil para a investigação do processo de migração, visto que sua economia pujante nas áreas agrícola, industrial e de comércio/serviços tem atraído historicamente migrantes de outros municípios gaúchos e também de outros estados brasileiros, bem como recentemente, tem recebido trabalhadores de origem haitiana.

Foi neste sentido então que o objetivo do trabalho foi investigar, através de entrevista semiestruturada, o perfil dos trabalhadores-estudantes de uma faculdade da Serra Gaúcha localizada no município de Bento Gonçalves que realizaram o processo de migração para a cidade citada e descobrir se a mesma havia atendido as suas expectativas e necessidades quando da decisão de planejar a sua vinda, constituindo-se em uma experiência satisfatória ou não, de acordo com alguns critérios.

Percebeu-se que os migrantes entrevistados têm idade entre 17 e 41 anos de idade, com média etária de 29 anos, se formaram principalmente no Ensino Médio Regular (quase a metade deles) ou no EJA (cerca de um terço), já atuam em áreas específicas relacionadas ao seu curso de formação e são oriundos fundamentalmente do estado do Rio Grande (75% dos entrevistados).

Houve um equilíbrio no número de migrações realizadas até o momento, quando questionados se haviam realizado uma, duas ou mais de duas migrações, com leve predomínio da primeira opção. O motivo de migração mais citado foi o “trabalho e estudos” e na sequência apareceu a opção “estudos”. Com exceção de um respondente, a migração foi um processo válido para os mesmos, sendo que estes se consideram, por ordem de importância, “satisfeitos” e “muito satisfeitos” com a sua vinda para Bento Gonçalves. Assim, percebeu-se que as reais expectativas dos respondentes com a migração tinham sido atingidas (21 respostas de um total de 24), bem como estes não tinham desejo de voltar ao seu local de origem ou procedência (67%).

Finalmente, o que se percebe é que os processos de migração realizados foram majoritariamente considerados satisfatórios, com os entrevistados destacando terem atingido os objetivos previamente determinados. Na busca de estudo, trabalho, lazer e outros aspectos, percebeu-se que estes trabalhadores-estudantes adquiriram um melhor padrão de vida com a migração realizada e conseguiram se adaptar a rotina de morar em um município novo, onde novos desafios lhes foram impostos. Sugere-se a realização de novos estudos com o mesmo tema, buscando novas percepções sobre as experiências migratórias realizadas na Serra Gaúcha, visando aprofundar o conhecimento sobre o assunto, bem como buscar subsídios para melhor compreender esta realidade em mais do que um município isoladamente.

REFERÊNCIAS:

BANDEIRA, M. et al. **Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 115-134, 2014.

BRITTO, F. **Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório**. In: CARLEIAL, A. (org.). Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

_____. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. CELADE de Migracion Interna, Brasília, 2007: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. Brasília, 2007.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital – 1848 – 1875**. Tradução Lucino Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**; tradução Claudio Marcondes. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOUCHER, A. B. **Migrações internas no Brasil: novo problema, novos cenários.** Ensaios FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, v.35, n.1, p. 177-200, jun.2014.

PALERMO, G. **Conceitos e Notas Metodológicas – CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE).** Caderno OBMigra – Revista de Migrações Internacionais. v.1, n.2, 2015.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas.** SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. A cidade. Disponível em www.bentogoncalves.rs.gov.br (acesso em 23 ago. de 2015).

SANTOS, M. A. dos. **Migrações: uma revisão da sobre algumas das principais teorias.** – Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2010.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política.** 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

A PROTEÇÃO DE REFUGIADOS LGBTI NO DIREITO INTERNACIONAL

Daniel Braga Nascimento¹

Resumo: O conceito de refugiado é expresso no Art. 1º Inciso I, da Lei 9.474/97 (Estatuto do Estrangeiro), definindo refugiado como todo indivíduo que apresenta fundado temor de perseguição em decorrência de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. A convenção de 1951 não apresenta uma categoria específica para perseguidos em função da orientação sexual ou identidade de gênero. Em diversos países a homossexualidade é punida com prisão, pena de morte (Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Mauritània e Sudão -além de regiões da Nigéria e da Somália), entre outras penas que impedem a cidadania plena, segregam, discriminam e negam direitos a esse grupo. Diante da perseguição que esses indivíduos sofrem em seus países de origem, pergunta-se: estariam gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais incluídas na categoria de grupo social, pois essa é mais flexível? Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus, vêm aceitando pedidos de refúgio por indivíduos que apresentam fundado temor de perseguição em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Na mesma senda, através desse critério, o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) concedeu refúgio para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais que sofrem perseguição em seus países de origem em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. O presente artigo explora o conceito de refugiado e sua expansão no decorrer dos últimos anos, especialmente no critério de concessão baseado em grupo social. Busca-se, então, analisar a categoria do grupo social dentro do conceito de refugiado. Ainda, especificamente, a possibilidade de enquadramento das populações supramencionadas na categoria de grupo social para que possam gozar do estatuto de refugiado.

Palavras-chave: Refugiados. Asilo. Direito dos Refugiados. LGBT.

Buscar uma vida melhor sempre esteve presente no íntimo de todo ser humano. Mais. Ser pleno e poder ter uma identidade são partes dessa busca. BAUMAN, em sua obra *Identidade* refere que

O que todos nós parecemos temer, (...) seja à luz do dia ou assombrados por alucinações noturnas, é o abandono, a exclusão, ser rejeitado, ser banido, ser repudiado, descartado, despido daquilo que se é, não ter permissão de ser o que se deseja ser. Temos medo de nos deixarmos sozinhos, indefesos e infelizes (2005, p. 99)

Globalmente, pessoas LGBTIs são sujeitos à violência, punições, prisões e morte. Esses atos de perseguição frequentemente são perpetuados por oficiais do Estado ou com o conhecimento do Estado, bem como por particulares. Como resultado dessa perseguição, muitos LGBTIs são forçados a deixar seus países e cruzar fronteiras em busca de proteção.

O instituto do refúgio é uma opção disponível para LGBTIs. No entanto, o Direito Internacional dos Refugiados requer umnexo entre o solicitante de refúgio e o risco de ser perseguido em seu Estado natal. Nem a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, tampouco o Protocolo de 1967, referente ao Estatuto dos Refugiados, incluiu explicitamente orientação sexual ou identidade de gênero nos critérios de concessão de refúgio.

Todavia, em um número significativo de Estados, a jurisprudência tem avançado ao reconhecer pessoas LGBTIs como membros de um grupo social particular. Esse critério estabeleceu o nexonecessário e permitiu que LGBTIs pudessem reivindicar com sucesso o pedido de refúgio. Essas mudanças na interpretação da lei de refúgio são uma recente parte de um maior reconhecimento dos direitos LGBTIs no direito internacional e jurisprudência constitucional de diversos Estados. Enquanto o nexo entre orientação sexual e legislação de refúgio está firmado em alguns Estados, surgem dúvidas acerca de qual critério deveria ser aplicado ao deferir um pedido de refúgio baseado em fundado temor de perseguição por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero. Mais ainda, especificamente, como definir um grupo social.

1 UFRGS, assessor jurídico do GAIRE/SAJU (Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados), da faculdade de Direito da UFRGS. Aluno ouvinte da disciplina Direito Internacional Penal e Proteção dos Direitos Humanos, do Mestrado em Direito, danbragan@yahoo.com.br

As notícias de intolerância em relação à população LGBT surgem de praticamente todos os países. Desde aqueles com uma legislação mais opressora (como é o caso dos países com pena de morte, punições corporais e prisão para relações entre pessoas do mesmo sexo) aos países com legislação positiva em relação aos direitos desse grupo social.

Segundo a Organização das Nações Unidas, há no mundo 191 países. Desses 191 países, 88 países possuem em seu corpo legislativo leis contrárias a homossexualidade. Em 72 países, um homossexual pode ser preso pela sua orientação sexual. Por fim, em 7 países a homossexualidade é condenada com pena de morte. Como é viver em um país que condena com a pena de morte o fato do indivíduo ser homossexual? O refúgio surge como um remédio jurídico para aqueles que são discriminados, segregados e veem seus direitos negados por parte do Estado. Sem escolha, indivíduos são obrigados a deixar seus países e buscar proteção em outros Estados. O CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) concedeu refúgio para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais que sofrem perseguição em seus países de origem em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Convém trazer à baila o conceito original de refugiado da Convenção de 1951:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O CONARE decidiu que refugiados LGBT também se enquadrariam no conceito de refugiado, pois deixaram seus países em decorrência de perseguição, criminalização ou exclusão social que sofreram ou possam vir a sofrer em seus países. O Brasil abriga, atualmente, 7.600 refugiados residentes no país, dos quais existe um pequeno número (18), os quais foram reconhecidos por terem sido perseguidos ou por fundado temor de perseguição em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, segundo dados do ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Refugiados). Outras 23 solicitações com base neste critério estão pendentes de análise.

Segundo interpretação feita no Brasil pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais são pessoas que pertencem a um determinado grupo social. Assim, merecem ser reconhecidos como refugiados quando deixam seus países em virtude da perseguição, criminalização ou isolamento social que sofrem ou podem sofrer em virtude desta condição.

No entanto, interpretações divergentes do conceito de grupo social vêm se desenvolvendo pelas cortes de imigração mundo afora. Nos Estados Unidos, por exemplo, a determinação de membro de grupo social tem trazido questões no que se refere na relevância em utilizar a abordagem de “visibilidade social” como forma de definir um grupo social. Dentre as cinco formas de determinar a concessão de refúgio, a participação em determinado grupo social sempre causou maior debate. A visão dominante internacional do conceito de participação em grupo social é da existência de uma característica “imutável”² (MAROUF, 2008, p. 48), em que o indivíduo não pode mudar ou não deveria ser requerido a mudar porque é fundamental para sua identidade de consciência.

Nessa abordagem, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido seguem o princípio de “característica protegida”³ (MAROUF, 2008, p. 48). De outra banda, a Austrália, tem enfatizado as “percepções sociais”, e ainda levando em consideração a característica imutável ou protegida.

Em 2002, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados disponibilizou guias que apresentam a abordagem por “característica imutável” e “percepção social” como caminhos alternativos de se estabelecer

² immutable

³ Protected characteristic

a participação em determinado grupo social. Instruiu-se Estados a determinar, primeiramente, se há uma característica protegida e se, caso não exista essa, determinar se o grupo é reconhecido pela sociedade.

Apesar dessas diretrizes, decisões nos Estados Unidos têm enfatizado ser necessário a visibilidade individual do solicitante de refúgio, e não a visibilidade coletiva do grupo social. Para se determinar o status de refugiado, o solicitante, além de preencher os critérios de participação em determinado grupo social, deve apresentar visibilidade de sua orientação sexual. Utiliza-se um critério subjetivo, ao invés do critério objetivo (grupo social).

Tal critério subjetivo de visibilidade vai de encontro à Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados bem como ao Protocolo Adicional de 1967, pois desconsideram o caráter objetivo de grupo social, focando nas características individuais de cada solicitante. Tal abordagem diverge das decisões das cortes de imigrações internacionais e representa diversos impactos nas decisões de concessão de refúgio por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

No momento em que uma corte adota o critério de “visibilidade social”, essa teoria rejeita a possibilidade de um LGBT discreto, por assim dizer, “invisível” receber o status de refugiado, pois os mesmos não possuem características “visíveis” de que são homossexuais. Ainda, essa teoria desconsidera o fato de alguns países não considerarem homossexuais um grupo social ou a homossexualidade como identidade social.

Na doutrina nacional, Liliana Jubilut refere que

a definição de grupo social não é precisa, e a sua inclusão no elenco de motivos de concessão de refúgios visou exatamente a essa imprecisão: percebeu-se que nenhuma definição taxativa, de quem é, ou não, refugiado abarcaria todos os indivíduos, em todas as épocas, que necessitassem dessa proteção, mas, ao mesmo tempo, verificou-se a indispensabilidade de uma positividade internacional que objetivasse a aplicação homogênea do instituto, sendo, portanto, necessário o estabelecimento de critérios (JUBILUT, 2007, P.132).

Sendo assim, criou-se a filiação a certo grupo social como motivo residual, maleável e, conseqüentemente, garantidor da justiça efetiva aos refugiados. Conforme Jubilut (2007) existem três critérios para definir um grupo social: (1) o critério de coesão do grupo, no fato dele se identificar como grupo social; (2) o critério contextual, por meio do qual analisa-se como a sociedade vê esse grupo social – se essa o considera um grupo social ou não; (3) o critério do agente de perseguição – mais adequado para o reconhecimento do status de refugiado, a partir do qual se deve analisar a postura do agente de perseguição em relação ao grupo, uma vez que, caso ele aja ao perseguir como se estivesse em face de um membro de um grupo de indivíduos, há um grupo social.

A primeira vez que um país reconheceu orientação sexual como sendo fator de perseguição e enquadrou LGBs como grupo social foi em 1981, na Holanda, através do caso *Afdeling rechtspraak van de Raad van State (Judicial Division of the Council of State) 13 August 1981, Rechtspraak Vreemdelingenrecht 1981, 5, Gids Vreemdelingenrecht (oud) D12-51*, conforme o relatório *Fleeing Homophobia*. Ainda segundo o relatório, “Orientações preveem que, dependendo das circunstâncias do país de origem, o conceito de grupo social, na definição de refugiado, pode-se aplicar para um grupo que tenha a mesma característica como sendo a orientação sexual”⁴

Para T. David Parish, a categoria de grupo social “é um catch all e deveria ser interpretado de forma flexível”⁵ (PARISH, 1992, p.926). Nem o protocolo, nem a Convenção explicitam o termo “grupo social” ou dão exemplos desse grupo. As origens do termo grupo social poderiam dar pistas do objetivo de sua alocação no conceito de refugiado. Ainda segundo PARISH, “talvez o termo grupo social foi intencionalmente mantido indefinido para que situações ignoradas ou que surgissem no futuro fossem abarcadas”⁶ (PARISH, 1992, p. 928, tradução nossa).

4 Directive provides that, depending on the circumstances in the country of origin, the concept of particular social group in the refugee definition may apply to a group based on a common characteristic of sexual orientation.

5 is a catch all and should be flexibly interpreted

6 Perhaps the meaning of this term was intended to remain indefinite in order to allow for situations that had been overlooked and to retain flexibility in dealing with future exigencies

Ainda em referência aos Estados Unidos (Henes, 1994, p. 377), relata o caso ocorrido em 1993, quando o Juiz de Imigração de São Francisco Philip Leadbetter deferiu pedido de asilo para um brasileiro, Marcelo Tenorio, com o argumento de homossexuais pertencerem a um grupo social perseguido no Brasil. No relato sobre perseguição que o réu sofreu no Brasil é referido que

O réu testemunhou que é homossexual. Ele pratica a homossexualidade desde os 14 anos. Ele argumentou que está com medo de retornar ao Rio de Janeiro devido ao incidente ocorrido em 1989. O réu explicou o incidente como segue: o réu saiu de uma discoteca, Encontro, e caminhou através de um pequeno parque para a parada de ônibus em frente ao clube. Ele parou sozinho nessa parada de ônibus aproximadamente às três horas da manhã esperando o ônibus para ir para casa. (...) Enquanto o réu estava parado na parada de ônibus, um carro parou próximo dele. Indivíduos do carro gritaram para ele que ele era gay. Eles saíram do carro e gritaram “bicha”, “gay” e nomes similares. (...) Eles começaram a bater nele. Eles falaram que se ele retornasse à discoteca ou fosse encontrado naquela área novamente, eles pegariam ele novamente e da próxima vez seria pior. Um homem saiu do carro, puxou uma faca e esfaqueou o réu. Após ser atacado, o réu desmaiou.⁷

Em análise a decisão do juiz americano, a teoria que suporta a ideia de LGBs pertencerem a um grupo social prosperou. Para Leadbetter (1993)

Lá existe uma associação voluntária entre os membros e uma característica que é fundamental para a identidade deles como membros de um grupo social. Orientação sexual é uma característica imutável, e algo que um solicitante de asilo não deveria ser obrigado a mudar. Assim, homossexuais são considerados membros de um grupo social.⁸

No Guia de Procedimento de Concessão do critério de refugiado das Nações Unidas, é expresso que onde a homossexualidade é considerada ilegal, a imposição de penalidades severas para a conduta homossexual pode gerar perseguição para ele/ela, até quanto ao uso do véu em algumas sociedades. Até nas sociedades em que a homossexualidade não é criminalizada, um solicitante de refúgio ainda poderia estabelecer um pedido válido onde o Estado consente ou tolera práticas discriminatórias ou danos perpetrados contra ele ou ela, ou onde o Estado não está apto para proteger efetivamente o solicitante contra tal dano⁹ (Guia de Procedimento de Concessão do critério de refugiado das Nações Unidas, p. 83).

Ainda segundo o Guia, o conceito de grupo social é como sendo “um grupo de pessoas que compartilham uma característica comum outra além do risco de serem perseguidos, ou que são reconhecidos como um grupo pela sociedade. A característica será frequentemente algo inato, imutável, ou que seja diferente para identificar a identidade, consciência ou exercício de direitos humanos.”¹⁰ (Guia, 2011, p. 85)

O presente plano de trabalho também se respalda no Relatório *Fleeing Homophobia*, de Sabine Jansen e Thomas Spijkerboer (2011), o qual apresenta dados colhidos pelos países europeus pioneiros referentes ao refúgio de LGBTs. Segundo o relatório, os países europeus participantes do programa de recebimento de refugiados recebe, anualmente, 8.450 pedidos de asilo de LGBTs. A grande maioria dos países não coleta dados

7 Respondent testified that he is homosexual. He has been a practicing homosexual since the age of fourteen. He asserted that he is afraid to return to Rio de Janeiro due to an incident that occurred in 1989. Respondent explained this incident as follows: respondent left a gay discotheque, ‘Encontro’, and walked through a small park to the bus stop in front of the club. He stood alone at this bus stop at approximately 3:00 a. m. waiting for the bus to go home. (...). While respondent was standing at the bus stop, a car stopped near him. Individuals in the car yelled at him that he was gay. They got out of the car and called him a “faggot,” “gay” and similar names and swore at him. (...) They began to beat him. They told him that if he returned to the discotheque or was found in that area again that they would get him again and it would be worse the next time. One man got out of the car, pulled out a knife and stabbed respondent in his side. After being attacked, respondent fainted.

8 An immutable characteristic, and one which an asylum applicant should not be compelled to change. Thus, homosexuals are considered to be members of a particular social group.

9 Where homosexuality is illegal in a particular society, the imposition of severe criminal penalties for homosexual conduct could amount to persecution, just as it would for refusing to wear the veil by women in some societies. Even where homosexual practices are not criminalised, a claimant could still establish a valid claim where the State condones or tolerates discriminatory practices or harm perpetrated against him or her, or where the State is unable to protect effectively the claimant against such harm.

10 A particular social group is a group of persons who share a common characteristics other than the risk of being persecuted, or who are perceived as a group by society. The characteristic will often be one which is innate, unchangeable, or which is otherwise fundamental identity, conscience or the exercise of one’s human rights

sobre o número de aplicantes. No entanto, Noruega e Bélgica apresentam interessante quadro de levantamento de dados:

Table 1: LGBTI decisions in Belgium

Year	Total asylum decisions	LGBTI asylum decisions	Percentage of LGBTI asylum decisions
2008	8.964	226	2,52%
2009	8.883	362	4,08%
2010	13.170	522	3,96%
Total 2008-2010	31.017	1.110	3,58%

Source: Commissariat Général aux Réfugiés et aux Apatrides, Annual Reports, www.cgra.be/fr/Publications/2_Rapport_annuel/, last accessed 28 July 2011

Table 2: LGBT decisions in Norway

Year	Total asylum decisions	LGBT asylum decisions			LGBT %
2008	9.700	2 ♂	1 ♀	3	0,03%
2009	15.686	17 ♂	0 ♀	17	0,11%
2010	16.455	19 ♂	7 ♀	26	0,15%
Total 2008-2010	41.841	38 ♂	8 ♀	46	0,11%

Source: Norwegian Directorate of Immigration, www.udi.no/Norwegian-Directorate-of-Immigration/Oversiktsider/Statistikk-/Asylum/Asylum-decisions-in-first-instance-

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) busca ampliar o conhecimento e a sensibilidade dos Estados sobre esta temática, com o lançamento de publicações e guias técnicos que auxiliam a tomada de decisões em relação aos pedidos de refúgio justificados por diversidade sexual e de gênero. Entre eles estão vários documentos disponíveis na internet, como o Guia sobre pedidos de refúgio baseados na orientação sexual e identidade de gênero (de 2008), a Mesa Redonda sobre Proteção Baseada na Orientação Sexual e Identidade de Gênero (de 2010) e o Guia Básico sobre o Trabalho com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexuais no Contexto do Deslocamento Forçado (de 2011). Mais recentemente, a Diretriz nº 9 sobre Proteção Internacional (de 2012) também se refere a esta temática.

A Convenção de 51 não estabelece um órgão responsável pela interpretação dos critérios de concessão de refúgio. Apesar disso, o ACNUR divulga diretrizes a fim de orientar controvérsias advindas da interpretação desses critérios. As diretrizes do ACNUR servem como orientação legal de interpretação para governos, profissionais do Direito, assim como para funcionários do ACNUR ao que tange a determinação do status de refugiado. Uma dessas diretrizes é a diretriz número 09: DIRETRIZES SOBRE PROTEÇÃO INTERNACIONAL N. 09 Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Tal diretriz refere que:

Solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero são comumente enquadradas como parte da razão “pertencimento a um grupo social específico”. No entanto, outras razões podem ser aplicáveis, o que vai depender do contexto político, religioso e cultural da solicitação. Por exemplo, ativistas e defensores de direitos humanos LGBTI (ou pessoas percebidas como ativistas/defensores) podem vir a solicitar refúgio com base na opinião política ou religião se, por exemplo, o ativismo promovido por eles for visto como uma manifestação contrária às visões e/ou práticas políticas e religiosas dominantes.

Ademais, os princípios de Yogyakarta representam importante base de orientação na aplicação de Direitos Humanos voltados para as questões ligadas à orientação sexual e identidade de gênero. Inclusive, no princípio 23, é referido que “Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero”.

Ainda segundo Yogyakarta, A orientação sexual diz respeito à: “capacidade de cada pessoa de sentir uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por pessoas de um gênero diferente do seu, ou do seu mesmo gênero, ou de mais de um gênero, assim como a capacidade de manter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. A identidade de gênero se refere à: “vivência interna e individual do gênero como tal e como cada pessoa sente internamente essa vivência, a qual pode ou não corresponder com o sexo que foi determinado

no momento do nascimento, incluindo uma vivência pessoal do corpo e outras expressões de gênero, como roupas, o modo de falar ou de se portar.

Percebe-se que o refugiado LGBT é aquele que não vê outra possibilidade que não seja deixar o seu país para construir a sua vida. Espera-se que um dia não seja preciso indivíduos LGBT deixarem seus países em decorrência de perseguição por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS:

ACNUR. **Agência da ONU para Refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/perseguidos-por-sua-orientacao-sexual-refugiados-lgbti-conseguem-protecao-no-brasil/> Acesso em: 10-03-2015.

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: < http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1 > Acesso em: 25/06/2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução, Carlos Alberto Medeiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Diretriz nº 09 do ACNUR Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9748.pdf?view=1>> Acesso em: 20/06/2015

Handbook and Guidelines on Procedures and Criteria for determining Refugee Status, 2011. Disponível em: <http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html> Acesso em: 23-05-2015.

HENES, Brian F. **The Origin and Consequences of Recognizing Homosexuals as a “particular social group” for refugee purposes**. Brian F. Henes Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/tclj8&div=18&id=&page=>> Acesso em: 22/06/2015.

JANSEN, Sabine; SPIJKERBOER, Thomas. **Fleeing Homophobia – Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender Identity in Europe**. COC Nederland, 2011.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007, p. 132.

LGBT Asylum. Disponível em: <http://www.lgbt asylum.dk/> Acesso em: 21-05-2015

LGBT Asylum Support Task Force. Disponível em: <http://www.lgbt asylum.org/> Acesso em: 21-05-2015.

MAROUF, Fatma E. **The Emerging Importance of “Social Visibility” in Defining a “Particular Social Group” and Its Potential Impact on Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender** *Yale Law & Policy Review*, Vol. 27, No. 1 (Fall, 2008) Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40239706> > Acesso em: 29/06/2015.

PARISH, T. David. **Membership in a Particular Social Group under the Refugee Act of 1980: Social Identity and the Legal Concept of the Refugee**. Columbia Law Review Association, Volume 92, number 4 (May 1992), p. 923 Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1122973?seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em: 23-05-2015.

PERRYMAN, Benjamin; MORRISH, Deborah; KASSAM, Abbas. **The Nebulous Nexus Between Sexual Orientation and Membership in a Particular Social Group**. Disponível em: http://www.iarjl.org/general/images/stories/Tunis_conference/WPPapers/Human_Rights_Working_Party.pdf Acesso em: 25/06/2015

Princípios de Yogyakarta, art. 23 Disponível em: <http://www.yogyakartaprinciples.org/> Acesso em: 07/06/2015

AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, EM ÁREAS DESTINADAS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES, NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI-RS

Ivandro Carlos Rosa¹

Resumo: Os fenômenos migratórios da população rural para as cidades, somados ao impacto das emancipações de pequenos municípios nos anos 2000 no Vale do Taquari, criou um deslocamento de população entre cidades, chamadas migração interna, junto com fatores geopolíticos e mais recentemente migrações externas, com migrações de países como Haiti, impacta na aglomeração da população urbana e exige alterações no planejamento das cidades. Outro fator interferente é a busca por cursos de graduação não disponíveis em municípios menos populosos. É o caso de Lajeado no Vale do Taquari/RS onde a densidade demográfica passou de 241,17 hab/km² no ano de 2000 para 746,24 hab/km² no ano de 2007 e atualmente 860,19 hab/km² (IBGE 2014). Hoje a cidade de Lajeado é o centro econômico da região geopolítica, representa aproximadamente 20% da população total, da região Vale do Taquari e distribuída nos 36 municípios, mas estes efeitos podem ser percebidos em outros municípios da região, principalmente nos municípios que possuem populações urbanas em maior número em relação a população rural. Tal aglomeração demanda para novas habitações, novos espaços públicos para acolhimento e acomodação desta nova população demandante. E os municípios precisarão planejar sua expansão urbana, em atendimento ao estatuto das cidades, propondo políticas urbanas sustentáveis. Pois o custo das áreas de terra nas regiões centrais das cidades, onde possui emprego, saneamento, transporte coletivo e serviços de saúde, tem se tornado inviável para população de baixa renda, e muitos acabam se alojando em áreas de preservação ambiental e até vulnerabilidade social. Onde há carência de infraestrutura urbana, demandando dos municípios a adequação do plano diretor para esta nova realidade.

Palavras-Chave: Infraestrutura. Planejamento. Migrações. Expansão.

INTRODUÇÃO

A expansão urbana através do crescimento das cidades e aumento das áreas urbanizadas se da principalmente pelo crescimento populacional natural da grande aglomeração de população urbana, e somada com fenômenos migratórios do interior para a cidade e entre regiões, além da diminuição do território em função de diversos fatores entre eles as emancipações, tem alterado o quadro quanto à infraestrutura das cidades. Elevando de forma significativa as taxas de densidade demográfica.

O constante aumento populacional cria uma demanda crescente de novas áreas destinadas a moradias, áreas de lazer, espaços de convivência, infraestrutura urbana esportiva, equipamentos urbanos como praças, e infraestrutura urbana de tratamento de esgoto, separação e destinação do lixo gerado nas cidades. Como consequência imediata temos a redução das áreas antes utilizadas na agricultura, pastagem, para prover insumos e alimentos para esta nova população, e tem como efeito colateral desaparecimento de grandes áreas florestais e substituição por áreas urbanas e áreas de expansão.

O grande desafio dos municípios é buscar o desenvolvimento equilibrado das cidades, convivendo com dificuldades como poluição do ar, dos lençóis freáticos e águas superficiais, poluição e contaminação dos solos, enchentes, regiões com deslizamentos de solo, ocupação de áreas de preservação permanente. O desenvolvimento sustentável buscar equilibrar todas estas demandas e dificuldades, através de um planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, que atendam todos os membros da sociedade e mantenha o equilíbrio do ecossistema, sem comprometer a subsistência das futuras gerações. E o município só vai melhorar suas condições e índices de desenvolvimento humano e responsabilidade com o ambiente, legislando no planejamento da expansão urbana, na conscientização ambiental de sua população, reservando áreas de preservação cultural e ambiental, e buscando um pacto com a população, através da ampliação da participação popular e das demais entidades públicas e privadas. A busca pelo conceito sustentável é um processo dinâmico e de constante transformação.

¹ Docente Centro Universitário UNIVATES, Mestre PPGAD, eng.ivandro@univates.br.

Segundo o Banco de Dados Regional (BDR) – Vale do Taquari 2010, 26,15% de sua população habita a região rural, praticando agricultura de subsistência e a criação de animais. Enquanto que o município de Lajeado (BDR 2010) apresenta 99,63% de população dentro do perímetro urbano, e apenas 0,37% de população considerada rural, o que, para Lanna (1995), caracteriza-se, como sendo a principal causa dos problemas ambientais, relacionados ao desmatamento, tais como poluição hídrica, degradação física do solo e ameaças à fauna.

Segundo a (FAMURS - 2014) a população do estado do Rio Grande do Sul apresenta baixa densidade demográfica 39,77 hab/ Km² e a expansão da população estadual tem sido lenta, pois em no ano 2000 (IBGE) apresentava 36,14 hab/Km². Portanto evidencia que os municípios do Vale do Taquari, em especial Lajeado que tens Densidades Demográficas superiores a 860 hab/Km² caracterizando grande concentração de população e acelerado processo de aglomeração já que no ano de 2000 apresentava 241,17 hab/km². Tais dados nos remetem a uma atenção para populações ribeirinhas e carentes de infraestrutura e intervenção do poder publico.

Somando-se a este quadro de desafio das políticas públicas a serem atendidas pelos municípios, devemos agregar a crescente demanda por habitações populares, para atendimento da população assalariada, dita de baixa renda e que tem renda mensal inferior a 3 (três) salários-mínimos mensais, e portanto com dificuldade de aquisição de um imóvel para residir, e ter sua condição de cidadão plenamente atendida, na qual se terá sua inserção na comunidade formal e nas suas organizações, como associação de moradores, e ter atendida princípio do pertencimento, onde o cidadão se sente incluído e fazendo parte deste espaço urbano. O fato novo a realidade regional é a migração principalmente do Haiti, onde trabalhadores se deslocam nesta longa viagem na busca de oportunidades de trabalho e renda. Chegando ao Vale do Taquari buscam nas fábricas de transformação de alimentos seus principais mercados de oportunidades, e demandando atendimento e atenção quanto a sua moradia e suas necessidades de socialização e inclusão social.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização é evidenciado quando ocorre um maior crescimento na população urbana em relação à rural, ou seja, quando a população urbana ultrapassa a metade da população do município. É um fenômeno de concentração de população urbana e conseqüente crescimento e inchaço das cidades aumentando a pressão populacional e ocupação de áreas preservadas nas cidades. Temos como exemplo a ocupação de morros e encostas e formação de favelas e submoradias nos grandes centros urbanos.

Uma sociedade é considerada urbanizada quando a população urbana ultrapassa 50%, o que é recorrente aqui no Vale do Taquari. Os países industrializados são altamente urbanizados. Já os países em desenvolvimento apresentam grande crescimento populacional nas cidades, devido ao aumento da natalidade e ao êxodo rural, oriundo da migração da população interiorana para os grandes centros urbanos, devido à falta de infraestrutura e oportunidades de trabalho (BAENINGER, 2003).

Conforme o autor supracitado, o processo de urbanização iniciou-se com o surgimento das cidades. Na Antiguidade, as cidades eram pouco povoadas, uma vez que a população concentrava-se nas áreas rurais, vivendo da agricultura, do extrativismo e demais atividades primárias. Já na Idade Média, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, aumentou a concentração urbana e surgiram os primeiros problemas sociais, como a falta de saneamento básico, saúde e moradia.

O processo de industrialização contribuiu para a concentração populacional nas cidades, pois cria condições de empregabilidade, infraestrutura de transporte, demanda de emprego e renda. Porém, este aumento significativo de população transformou as cidades num verdadeiro caos, já que há falta de moradias suficientes e infraestrutura de saneamento básico e higiene, o que causou um aumento desordenado na mortalidade. Ainda, os empregos existentes nas fábricas são insuficientes frente à demanda, aumentando ainda mais os níveis de pobreza e de miséria (SILVA, 2006).

No Brasil as primeiras cidades se formaram com os ciclos econômicos. Primeiramente com o pau-brasil, seguido da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Os aglomerados urbanos que se desenvolveram, predominantemente nas regiões litorâneas, sendo que no interior, o processo só começou com os bandeirantes, na corrida pelo ouro (BAENINGER, 2003).

É muito dinâmico os desafios que recaem sobre os municípios e suas gestões urbanísticas. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2005) aponta como maior desafio o desenvolvimento da infraestrutura, pois em 50 anos partimos de um perfil predominantemente rural a taxas de mais de 84% da população morando em cidades. Acarretando desequilíbrios sociais e inchaço das cidades, e daí desencadeando uma série de novas demandas aos administradores das cidades. O dinamismo do crescimento não foi acompanhado com a expansão da infraestrutura demandada nos novos bairros que surgiram, levado às áreas suburbanas periféricas sem atenção oficial de aparelhos urbanos de saúde e saneamento. Os dados do Ministério das Cidades de 2004 já davam conta que 55 milhões de pessoas viviam em moradias irregulares, com água e esgotamento sanitário de má qualidade ou inexistente, moradias com baixa qualidade estrutural, alto índices de concentração de pessoas em pequenas e inapropriadas áreas. Neste grupo de assentamentos irregulares estão inclusas as favelas, loteamentos clandestino, invasões de áreas inapropriadas para moradias, como encostas, e criação de novas áreas de vulnerabilidade social. E como consequência da baixa qualidade do saneamento destas áreas, proliferação de doenças endêmicas e o uso dos recursos ambientais, além da limitação da capacidade de regeneração natural.

A urbanização pode trazer desenvolvimento e progresso, mas causa grandes impactos irreversíveis, se não for avaliado o planejamento urbano de ocupação de espaços de forma adequada. Pode desencadear fenômenos sociais, com submoradias, êxodo interno de cidades, insuficiência de saneamento básico, água potável, coleta de lixo e destinação correta dos resíduos e efluentes além do desemprego. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana, com surgimento de risco de erosão e áreas de risco e vulnerabilidade social.

Xavier (2005) define como sendo de competência municipal conceber e implementar e gerenciar planos e leis urbanísticas e regular o ordenamento de uso do solo urbano garantindo o uso de espaços públicos ao interesse coletivo. A constituição federal de 1988 estabelece como competência municipal a responsabilidade pelo ordenamento territorial e direitos individuais da propriedade privada. E a abrangência espacial do plano diretor não se restringe ao perímetro urbano, e os municípios deverão planejar e prover um macrozoneamento e regrado a relação entre áreas urbanas de predominância de utilização de pequenos lotes, menores que 3 hectares e as áreas não urbanas, com mais de 3 hectares que tem regramento nas legislações estaduais e federais responsáveis por produção de alimentos para sua subsistência e até mesmo comercialização destes produtos nas áreas urbanas.

Ainda conforme Xavier (2005) cabe aos municípios há formatação do plano diretor, garantir a função social dos espaços urbanos coletivos, regulando a redistribuição dos lucros obtidos através de taxaço e a valorização dos imóveis em função da ação do poder publico na implantação de melhorias na infraestrutura urbana. E, com a ocupação ordenada e planejada dos territórios propiciar o adequado serviço de saneamento, transporte e convívio social e dar condição para que ocorra o desenvolvimento humano em conjunto com o desenvolvimento das cidades.

O Estatuto das cidades por sua vez em seu artigo 2º define:

Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (art. 2º, inciso I).

Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização (art. 2º, inciso X) (BRASIL, 2001, Lei Federal nº 10257)

A diferença básica dos novos planos diretores que foram concebidos após o estatuto das cidades, é que utilizam metodologia de envolvimento dos agentes públicos, comunidade e agentes privados. Eles procuram um pacto de cooperação entre a sociedade e governo numa integração entre desenvolvimento econômico local, uso adequado da terra, habitações seguras e transporte, sem agressão ao ambiente, e atendendo as políticas sociais.

MÉTODOS DE PESQUISA

O estudo inédito e da grande relevância para o futuro das cidades do Vale do Taquari, propõe realizar uma avaliação de forma detalhada da infraestrutura urbana que atualmente é destinada para habitações de

interesse social. Propondo estudar e corroborar para o embasamento do planejamento dos municípios, para nortear e alertar a necessidade e a urgência de previsão de futuros projetos de moradias habitacionais.

Os municípios a serem pesquisados, são aqueles que possuem mais de 20 mil habitantes nos dados do IBGE 2015, e portanto, são obrigados pela lei federal e estatuto das cidades a possuírem um plano diretor participativo e portanto oferecerão a base de dados que necessitamos para a pesquisa.

A avaliação parte do cadastro dos municípios, com verificação dos planos diretores as definições dos zoneamentos e suas áreas de expansão. Com base no cadastro municipal dos municípios e cadastro imobiliário de registro público de imóveis o qual todo cidadão tem direito, faremos a verificação das áreas ocupadas com as áreas específicas de interesse social.

Na coleta de dados será verificada nos dados georeferenciados, as áreas destinadas para uso futuro com a finalidade de interesse social, e também verificar o impacto das áreas de preservação permanentes e áreas de risco para ocupação de populações e implantação de infraestrutura.

Buscaremos com base nas informações levantadas, comparar com programas sociais do Governo Federal, exemplo do “Minha Casa Minha Vida”, para os quais são preconizados a infraestrutura a ser contemplada uma moradia de interesse social. As cidades que já possuem ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, identificar as principais regras adotadas, quanto a recuos urbanísticos, medidas mínimas de lotes, além do aumento das taxas de ocupação e índices de aproveitamento do solo.

DISCUSSÃO

O presente artigo buscar propiciar a discussão de temas ainda não abordados, avaliando a infraestrutura nas áreas destinadas à habitação popular no Vale do Taquari, quanto ao suprimento rede de água, saneamento com tratamento de esgoto, coleta de lixo, transporte público coletivo com acessibilidade e distância a percorrer até o centro das cidades.

Como ponto de partida identificar nos municípios com mais de 20 mil habitantes, e portanto, conforme o Estatuto das Cidades, obrigados a constituir um Plano Diretor Participativo e Inclusivo. Avaliando as áreas atualmente ocupadas por núcleos habitacionais Zeis.

Com mais de 20.000 habitantes na região segundo (IBGE 2015) temos os municípios de Lajeado com 78.486 habitantes, Estrela com 32.748 habitantes, Teutônia com 30.170 habitantes, Encantado com 21.883 habitantes, Arroio do Meio com 20.045 habitantes, entrando na lista no ano de 2015.

No cadastro municipal dos municípios, procurar identificar a existência dos itens definido pelo Ministério das Cidades, como sendo básicos e necessários para infraestrutura.

Identificar no plano diretor áreas planejadas para utilização futuras, com a finalidade de atender a expansão urbana da população de interesse social e em vulnerabilidade social.

CONCLUSÕES

Concluimos que os municípios não utilizam os critérios previstos pelo estatuto da cidade, nos itens de proximidade das regiões centrais, e fácil acesso dos locais para habitações de interesse social.

Prefeitura de Estrela por exemplo, constrói atualmente um núcleo habitacional em uma região remota em relação a cidade, com distância de 7 Km, distante ao centro da cidade, e no local escolhido, não existem outras populações vizinhas, para que ocorra a inclusão social ou relação com a população nativa nesta área. A região escolhida está em uma área totalmente isolada de meios de transportes e infraestrutura implantada, requerendo um investimento expressivo com escolas, creches, ruas, passeios, áreas de lazer, equipamentos públicos de lazer entre outros.

Lajeado constrói edificações prediais PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, em uma região de predominância por casas isoladas, que requer a intervenção de assistentes sociais para a orientação e a inserção da vida neste novo ambiente, diferente da habitação original destas famílias, requerendo um convívio em condomínios verticais e regras de convivências e compartilhamento de áreas de uso comum.

Teutônia, construiu um aglomerado (PMCMV), em uma região com infraestrutura implantada, porém dividindo os lotes para duas casas, o que ocasiona a dificuldade da ampliação futura, em função do crescimento natural das famílias.

Encantado definiu recentemente uma área, próxima a rodovia RS 130, onde será implantado um núcleo habitacional (PMCMV). O mesmo está em fase de implantação e definição de investimentos em infraestrutura.

Arroio do Meio, assinou recentemente (PMCMV- Programa minha casa minha vida) com a Caixa Econômica Federal e o mesmo deverá ser implantado durante 2015 e 2016.

O presente trabalho requer aprofundamento e investigação ponto a ponto das regras previstas pelo Ministério das cidades, para a devida implantação de unidades habitacionais PMCMV.

REFERÊNCIAS:

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP:ANPUR, 2003

BDR – Banco de Dados Regional do Vale do Taquari – disponível em: <http://www.univates.br/handler.php?module=univayes&action=view&active=637> Acesso em 15 de Setembro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 10257 de 2001, art. 2º inciso X**: Acesso em: 01 agosto 2015.

FAMURS Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.famurs.com.rs>. Acesso em 15 de Setembro de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm. Acesso em 15 de setembro de 2015.

LANNA, A. **Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: Aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: 1995. IBAMA.

RAIS – Relação Anual de Informações da Prefeitura Municipal de Lajeado disponível em: <http://www.lajeado-rs.com.br/> Acesso 02 de Agosto 2015.

Rosa, I.C. O Processo de Emancipação Municipal e a Urbanização do Município de Lajeado/RS. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/279/1/IvandroRosa.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

XAVIER, H. N. **Desafios da Nova Política Urbana**. Rio de Janeiro: IBAM, 2005.

OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DOS HAITIANOS E SUAS IMPLICAÇÕES: UM DESAFIO GLOBAL NA SOCIEDADE DE RISCO

Joseane Mariéle Schuck Pinto¹

Resumo: Os movimentos migratórios oriundos do Haiti devem ser compreendidos a partir dos processos de situações estruturais e mudanças conjunturais ocorridas no país. As questões de mobilidade humana no cenário global, objeto de estudo, estão amparadas pelo referencial teórico dos sociólogos Ulrich Beck, Immanuel Wallerstein e Octávio Ianni, que bem retratam o cenário contemporâneo resultante do conjunto de transformações trazidas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico, responsáveis pela criação da sociedade de risco, assim como a análise das noções de sistema-mundo são referências para caracterizar o panorama, no qual o fenômeno das migrações assume novo significado como uma das dimensões das mudanças ambientais globais. O Haiti é resultado desta sociedade na qual a produção social de riquezas é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, vindo ao encontro às catástrofes naturais, como os abalos sísmicos, as inundações, os furacões que tornam o país ainda mais suscetível aos deslocamentos. Este contexto propicia o surgimento de milhares de deslocamentos forçados por desastres naturais e pela progressiva degradação de recursos naturais essenciais que comprometem gravemente a vida e a segurança de pessoas, inviabilizando a sobrevivência nos locais afetados. Nesse sentido, o desvelar do caso dos deslocamentos forçados dos haitianos, a compreensão desse fenômeno e suas implicações numa sociedade global de risco, só será possível por meio da investigação desde a construção histórica do país em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. A origem da migração contemporânea dos haitianos, não está calcada somente na busca de melhorias econômicas, como fazem os migrantes econômicos que se deslocam voluntariamente, mas sim naquela baseada na migração forçada, marcada por ameaças à vida e à subsistência, seja decorrente de causas naturais ou de origem humana. Da mesma forma, averiguar se esses fluxos corroboram e de que forma para o surgimento de uma nova categoria de pessoas: os refugiados ambientais ou deslocados ambientais, se faz necessária. Ao demais, resta importante verificar todos os desdobramentos da escolha pelo Brasil como rota migratória dos haitianos, tendo em vista que a procura pelo país teve elevado aumento, a qual atingiu a marca de 50.000 ao final de 2014.

Palavras-chave: Deslocado ambiental. Globalização. Haiti. Migração. Refugiado ambiental.

O artigo em tela objetiva investigar o fenômeno dos deslocamentos forçados oriundos do Haiti e seus desdobramentos no Brasil, considerando a construção de uma nova categoria: os deslocados ambientais ou refugiados ambientais. Para tanto é fundamental que se proceda a uma análise acerca dos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais, a fim de compreender o percurso histórico do país.

A migração forçada ou deslocamentos forçados é um movimento migratório em que um elemento de coerção existe, incluindo ameaças à vida e à subsistência, seja decorrente de causas naturais ou de origem humana (por exemplo, os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, a fome ou desenvolvimento de projetos)².

Além desse conceito faz-se necessário trazer à tona outros que norteiam a temática a ser abordada no decorrer da presente dissertação, vejamos: migração é o movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado. É um movimento da população, abrangendo qualquer tipo de movimento de pessoas, independentemente da sua duração, composição e causas; que inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos, e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar. Já o migrante documentado é aquele que entrou em um país

1 Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestrado em Ciências Sociais, Fundo de Amparo Padre Milton Valente, joseane.ms@terra.com.br.

2 Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

legalmente e permanece nele. No entanto, o migrante econômico é a pessoa que deixa o seu local de residência habitual, a fim de melhorar a sua qualidade de vida³.

Os deslocados internos, por sua vez, são aquelas pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou a fim de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos, catástrofes naturais ou geradas pelo homem, porém não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida. O asilo político caracteriza-se quando aqueles estrangeiros perseguidos, geralmente, mas não necessariamente, por seu país de origem em razão de discordância política, delitos de opinião, ou por crimes relacionados com a segurança do Estado. Quando ingressam em outro país e passam a requerer o benefício podem ser acolhidos por este, uma vez que se encontram sob a soberania deste país⁴.

O Refugiado é aquela pessoa ou grupo de pessoas que por fundado temo de perseguição por motivos de raça, religião ou de nacionalidade, ou mesmo pela participação em determinado grupo social ou por possuir determinada opinião política, não pode ou em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país⁵.

Os movimentos migratórios oriundos do Haiti devem ser compreendidos a partir dos processos de situações estruturais e mudanças conjunturais ocorridas no país. As questões de mobilidade humana no cenário global, objeto de estudo, estão amparadas pelo referencial teórico dos sociólogos Ulrich Beck, Immanuel Wallerstein e Octávio Ianni, que bem retratam o cenário contemporâneo resultante do conjunto de transformações trazidas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico, responsáveis pela criação da sociedade de risco, assim como a análise das noções de sistema-mundo são referências para caracterizar o panorama, no qual o fenômeno das migrações assume novo significado como uma das dimensões das mudanças ambientais globais.

As crises instauradas no Haiti, iniciadas no período colonial e que se estenderam após a sua independência, foram acentuadas pelo fenômeno da globalização e associadas às alterações ocorridas no cenário internacional e no acúmulo de capital, fato que certamente ocasionou impactos sobre o desenvolvimento do país, sem contar nas relações de dependência da ex-colônia, principalmente com a França até os dias atuais.

A partir da década de 70, Immanuel Wallerstein (2004) introduz a análise de sistemas-mundo⁶, ou seja, apresenta uma nova perspectiva sobre um instrumento crítico capaz de compreender a realidade global contemporânea e coloca em cheque a teoria da modernização e, depois, mais fundamentalmente, toda a estrutura das ciências sociais como havia sido construída no século XIX. O autor refere que o capitalismo foi desde as suas origens um sistema social de economia-mundo, não limitado a nações ou a determinadas regiões, sendo o único sistema-mundo existente até o período moderno (2000, p. 71-105).

No mesmo sentido, é relevante abordar as questões que abrangem a sociedade de risco, expressão utilizada por Ulrich Beck. Para o autor, os riscos foram apropriados para a reprodução do capital, seja por meio de seguros, seja pela produção de artefatos para a prevenção de ações de risco ou de perigo. Ele identifica nesse processo de desenvolvimento “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (BECK, 1999, p. 2-7).

Da mesma forma, se faz importante trazer à tona o termo sociedade global utilizado por Octavio Ianni para abordar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial. De acordo com o

3 IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

4 Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

5 ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

6 Todos os sistemas históricos eram sistemas-mundo (usando a palavra mundo para indicar uma grande região, não necessariamente o mundo todo), e que eram sistemas sociais históricos que eram a unidade básica de análise. Os Estados que os cientistas sociais vinham assumindo como unidade básica de fato existiam, mas como estruturas dentro do moderno sistema-mundo. Entretanto, o novo sistema-mundo não era pensado como uma coleção de estados-estruturas autônomos que ocasionalmente e de maneiras limitadas interagiam uns com os outros. Em vez disso, era um sistema integrado de múltiplos Estados e culturas com uma divisão axial de trabalho, um sistema com vida histórica. Foi criado (e chamo a atenção para analisar o momento e as condições sob o qual foi criado). Tinha estruturas que estavam simultaneamente resistindo e evoluindo. E, em algum ponto, se moveria para longe do equilíbrio e passaria por crises estruturais, até a uma que levaria à sua morte e substituição por outro(s) sistema(s) histórico(s) (Tradução da pesquisadora) (WALLERSTEIN, Immanuel, 2004, p. 6).

autor o processo de globalização⁷ com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais produzem desigualdades, tensões e antagonismos, o que acaba por debilitar o Estado-nação, assim como redefine as condições de sua soberania.

Entender como se produz a globalização, que efeitos ela tem sobre questões a nível mundial, quais são as suas implicações no contexto do Haiti quanto Estado-nação, é fundamental. Trata-se de saber o que há de irreversível na globalização e o que há de passageiro, o que é essencial e o que é acessório, produto de um momento ou de circunstâncias especiais no cenário internacional.

Beck refere sobre o tema que “a irreversibilidade do processo de globalização, deve-se aos seguintes fatores: ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação, exigência universalmente imposta por direitos humanos, política mundial policêntrica, destruição ambiental mundial, pobreza mundial e conflitos transculturais localizados” (1999, p. 30-1 e 46).

O Haiti é resultado desta sociedade na qual a produção social de riquezas é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, vindo ao encontro às catástrofes naturais, como os abalos sísmicos, as inundações, os furacões que tornam o país ainda mais suscetível aos deslocamentos.

Este contexto propicia o surgimento de milhares de deslocamentos forçados por desastres naturais e pela progressiva degradação de recursos naturais essenciais que comprometem gravemente a vida e a segurança de pessoas, inviabilizando a sobrevivência nos locais afetados.

Neste prisma, o desvelar do caso dos deslocamentos forçados dos haitianos, a compreensão desse fenômeno e suas implicações numa sociedade global de risco, só será possível por meio da investigação desde a construção histórica do país em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

O Haiti suportou treze anos de luta até alcançar a sua independência em 1804. No entanto, essa conquista não foi suficiente para romper com a estrutura social da ex-colônia francesa que manteve a centralização do poder nas mãos de uma minoria. Em decorrência da crônica dependência econômica os conflitos sociais se agravaram.

Nos anos de 1915 a 1934 o país foi ocupado pelos EUA, sob o argumento de que o mesmo precisava manter seus interesses geopolíticos no decorrer da Primeira Guerra Mundial. No período da Guerra Fria os EUA apoiaram a ditadura de François Duvalier, mais conhecido como *Papa Doc*, que permaneceu no poder até a sua morte. O seu sucessor Jean-Claude Duvalier, *Baby Doc*, assume o poder, dando continuidade ao regime totalitário e de terror iniciado por seu pai (HAGGERTY, 1991). Muito embora, a ocupação não tenha trazido evoluções junto às estruturas econômicas, acabou por modernizar as estruturas políticas com a implementação das eleições, das câmaras de representantes e da democracia representativa. A defasagem econômica nos anos 50 fez retornar a crise. Duvalier rompe com o sistema de democracia representativa e impõe o regime ditatorial. Com o sistema pós-colonial apresentando seus sinais de esgotamento, os EUA vislumbram na Ilha Caribenha uma possibilidade de expansão, momento em que Washington ocupa o Haiti e o transforma em sua colônia.

A saída de *Baby Doc* do Haiti em 1986, em virtude de protestos e represálias contra seu regime autoritário, não foi à única responsável por desencadear a crise de representatividade política e institucional do regime autoritário na década de 80. A crise de 1986 remete a relevantes aspectos históricos que contribuem para a compreensão global dos processos que resultaram na fragilidade das instituições do país, na herança histórica de segregação social e na dependência econômica. Percebe-se que todo este processo resultou em instabilidade política que obstaculiza o progresso econômico do Haiti. Ainda, o poder despótico aliado ao forte preconceito racial e as desigualdades sociais, fazem do país um local, no qual o conflito tende estar sempre presente.

Em 1991 para amenizar o problema político que ocorria no país caribenho a OEA e a ONU integraram uma missão conjunta de observação eleitoral. O pleito foi vencido por Jean-Bertrand Aristide que assumiu a

7 A problemática global faz com que o sujeito do conhecimento seja desafiado a deslocar seu olhar por muitos lugares e diferentes perspectivas, como se estivesse viajando pelo mapa do mundo. As exigências da reflexão implicam a adoção de um olhar desterritorializado capaz de mover-se do indivíduo à coletividade, caminhando por povos e nações, tribos e nacionalidades, grupos e classes sociais, culturas e civilizações. Um olhar desterritorializado movendo-se através de territórios e fronteiras, atravessando continentes, ilhas e arquipélagos, IANNI, Octávio, 1998, p. 36)

presidência do país, sendo quase imediatamente deposto pelo general Raoul Cedras em outubro do mesmo ano (SEITENFUS, 1994).

Após no ano de 1994, novamente as duas organizações enviaram ao Haiti tropas para a manutenção da paz. A finalidade era a de restabelecer Aristide ao poder, modernizar as forças armadas do país e criar a primeira polícia civil haitiana. Aristide se elege em 2000, porém, diante das suspeitas de fraude eleitorais novos conflitos iniciaram entre o governo e a oposição, levando os militares americanos a retirá-lo à força do país, sendo obrigado, portanto, a renunciar.

O presidente do Supremo Tribunal haitiano assumiu o comando do país no ano de 2004, e solicitou o auxílio da ONU para que paz e a ordem fossem restauradas. Em resposta o Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU estabeleceu a Força Multinacional Interina – MIF e aprovou a resolução de n. 1.542 que criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. A missão comandada pelo Brasil objetivou a garantia da paz e da segurança internacional frente a crise haitiana. Em 2006 o Haiti realizou as eleições, após quatro remarcações, e René Préval, ex-aliado do dirigente deposto, Aristide, vence as eleições presidenciais e permaneceu no poder até a realização da última eleição no país em 2010/2011, ocasião em que elegeu Michael Joseph Martelly.

Com relação à situação social e econômica do país, antes do acometimento do terremoto em 2010, importante estacar que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH aferido pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD demonstram que 78% da população vivia no país em situação de pobreza, com menos de 02 dólares por dia⁸. Na atualidade o Haiti ocupa o 8º lugar no *ranking* de países considerados frágeis⁹, apresentando um alto índice de vulnerabilidades em seus indicadores sociais, econômicos, políticos, militares e ambientais¹⁰, segundo o estudo realizado no ano de 2013 pelo Fundo para a Paz – FFP.

A análise da primeira década do século XIX permite afirmar que o Haiti teve um sério agravamento, principalmente, em relação ao quadro de deslocados ambientais e deslocados internos. Ao longo de um período de cinco anos, o país tem sido palco da elevação destes índices, vindo complementar uma pontuação desigual dos indicadores de desenvolvimento econômico e das pressões demográficas, o que lhe classifica como um país crítico, isto é, extremamente instável e vulnerável a conflitos internos¹¹.

No tocante ao sistema político de governo do Haiti verifica-se que ele se encontra em desordem. Devido a um longo percurso histórico de instabilidade, de conflito e de lutas armadas. No âmbito social a população sofre as mazelas de uma economia falida, cenário que se agravou com o terremoto no ano de 2010. A capacidade do Estado tem sido seriamente afetada. As instituições, a estabilidade e o desenvolvimento foram enfraquecidos. O Palácio Presidencial, o Parlamento, a Suprema Corte e a maioria dos prédios do governo e da administração pública acabaram destruídas. Muitas escolas, hospitais, tribunais, delegacias de polícia e presídios também sofreram graves danos e pesadas baixas. Isso tem afetado a precária situação da administração pública, o sistema judicial, a polícia e as instituições que prestam serviços públicos - saúde, água, saneamento, higiene, segurança alimentar, educação e cultura¹².

O aspecto ambiental é fundamental dentro no processo de compreensão histórica do Haiti. O país está imerso em uma profunda crise ambiental, vindo ao encontro um panorama de catástrofes naturais, como o terremoto que assolou o local em 2010. O evento foi considerado um dos maiores desastres urbanos em 200 anos e gerou mais de 300 mil vítimas fatais, além de aproximadamente um milhão e meio de pessoas desabrigadas, o que intensificou a migração.

Ao longo de sua trajetória histórica socioambiental e econômica, o país tem sido acometido por desastres naturais. Encontra-se localizado na segunda maior ilha do Caribe, situado a 77 km ao sudeste de Cuba

8 PNUD. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

9 Um estado é considerado frágil ou fracassado, quando “está falha apresenta vários atributos. Uma das mais comuns é a perda de controle físico do seu território ou o monopólio do uso legítimo da força. Outros atributos de fracasso do Estado incluem a erosão da autoridade legítima para tomar decisões coletivas, uma incapacidade de fornecer serviços públicos razoáveis, e a incapacidade de interagir com outros estados como membro de pleno direito da comunidade internacional” FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

10 FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

11 FFP. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/indicators>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

12 PNUD. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

e compreende várias ilhas que cercam o território principal. Ocupa o terço ocidental da ilha compartilhada com a República Dominicana com 1.530 km de linha de costa, bem como sua terra é montanhosa entre o Oceano Atlântico no Norte e no Mar do Caribe no Sul. Localiza-se em uma placa Caribenha que o torna um local propício a ocorrência de terremotos. A incidência de falhas geológicas é o fator agravante, pois um simples movimento para cima ou para baixo faz com que os tremores sísmicos possam gerar grande catástrofe¹³.

A Ilha de *Hispaniola*, que abriga o Haiti e a República Dominicana, é um exemplo atual de que a tomada de decisões equivocadas na esfera ambiental e política acabam por ser um dos elementos definidores para o destino da ilha. Ambos os países compartilham da mesma ilha, com as mesmas limitações geográficas e climáticas, porém a complexa relação existente na esfera ambiental, principalmente, no que diz respeito à utilização sem controle dos recursos florestais e o distinto rumo político adotado por cada um destes países acabou por torná-los drasticamente distintos, sendo o Haiti caracterizado como sinônimo de caos e miséria, enquanto a República Dominicana encontra-se na rota turística mundial.

O Haiti resulta de um percurso histórico marcado pela falta de planejamento e preservação de recursos naturais, enquanto a República Dominicana seguiu caminho inverso.

Denota-se que o Haiti fora no passado um país com melhores condições econômicas que seu vizinho, porém em razão de suas escolhas nos mais diversos fatores vislumbrados neste capítulo, tornou-se um país onde seus nacionais precisam buscar postos de trabalho na República Dominicana, principalmente na agricultura. Todavia esta não os recebeu com a mesma acolhida despendida no passado como fez com os imigrantes que chegaram, pelo contrário, aos haitianos são oferecidos aqueles trabalhos rejeitados pelos dominicanos. Sem contar na baixa remuneração paga a eles. Sofrem discriminação por portarem doenças como a AIDS, tuberculose e malária, por falarem outro idioma que não o espanhol, por ter a pele escura, enfim por serem culturalmente diferentes.

No que tange o acometimento de desastres e catástrofes naturais que afetaram Mali, Japão, Moçambique, o tsunami do Oceano Índico de 2004, o terremoto que ocorreu no Paquistão em 2005 e o Ciclone Nargis que atingiu Mianmar em 2008¹⁴, e que foram responsáveis por gerar vítimas de um processo de deslocamentos forçados, ressalta-se que se caracterizaram pela transitoriedade, uma vez que a prestação do auxílio humanitário contribuiu para a reconstrução desses países, cessando assim os fluxos migratórios.

No entanto, o caso do processo de deslocamentos forçados do Haiti é singular, na medida o problema agrava-se pela soma de diferentes fatores. Um deles é o contexto histórico do país, marcado por instabilidade política, econômica, social que gerou guerras, violência, pobreza, entre outras consequências. Outro elemento que contribui fortemente com o problema do país são os desastres e catástrofes naturais. A partir da década de 1980 houve um significativo êxodo de seus nacionais, principalmente, para os EUA e para a República Dominicana, que ocupa uma posição de destaque com mais de 80% dos imigrantes regionais (VONO; MARTÍNEZ, 2005. p.45-49).

Além disso, a origem da migração contemporânea dos haitianos, não está calcada somente na busca de melhorias econômicas, como fazem os migrantes econômicos que se deslocam voluntariamente, mas sim naquela baseada na migração forçada, marcada por ameaças à vida e à subsistência, seja decorrente de causas naturais ou de origem humana. A própria ONU reconhece a sua gravidade e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR afirma que países vítimas de desastres e catástrofes naturais se encontram em franca expansão e necessitam de assistência, visto que a população é obrigada a abandonar seus lares, em decorrência de processos de degradação e desastres ambientais, especialmente em virtude das mudanças climáticas.

Ao analisar o percurso histórico do país é possível verificar que a questão ambiental é um dos entraves que dificulta pensar em uma perspectiva promissora para o local. O mesmo ocorre em relação à redução dos deslocamentos forçados no Haiti. A realidade da migração haitiana não se caracteriza dentro do contexto de refugiados tradicionais, nem tampouco pode ser conceituada como tal, eis que o conceito tradicional de refugiado se limita àquelas pessoas que “temem ser perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade,

13 Embaixada da República do Haiti. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

14 ACNUR. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em Fevereiro de 2015.

grupo social ou opiniões políticas, se encontram fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país¹⁵.

Essa definição não abarca os deslocamentos que decorrem da ilha Caribenha, onde o problema agrava-se pela soma dos variados aspectos elencados no decorrer da presente dissertação que remetem a pensar, dentro do contexto de mobilidade humana, no surgimento de uma nova nomenclatura, qual seja: refugiados ambientais ou deslocados ambientais.

Ressalva-se que o conceito de refugiado ambiental e de deslocado ambiental não possui o reconhecimento junto à comunidade Internacional, nem tampouco pelas Organizações das Nações Unidas.

A mobilidade humana contemporânea traz em sua essência os fluxos migratórios forçados que incluem ameaças à vida e à subsistência, sejam decorrentes de causas naturais ou de origem humana - por exemplo, os movimentos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, a fome ou desenvolvimento de projetos -, como é o caso dos deslocamentos forçados dos haitianos. Ao encontro dessa questão, Beck (2010, p. 100) coloca que a humanidade sofrerá com “êxodo de ecorrefugiados e asilados climáticos”, principalmente para regiões mais ricas, e os países mais pobres, poderão sofrer com guerras por água e alimento.

No mesmo sentido, as causas da migração forçada de acordo com o relatório da Cruz Vermelha¹⁶ são múltiplas e caracterizam-se por:

1. Perseguição, tortura e outras violações dos direitos humanos
2. Conflito armado
3. Instabilidade política, fraca governação e repressão do estado
4. Violência indiscriminada ou criminal
5. Perigos naturais e desastres
6. Crises ambientais provocadas pelo homem
7. Alterações climáticas e ambientais

Os perigos naturais, os conflitos, a insegurança, as instabilidades políticas levam a deslocamentos abruptos, sejam eles deslocamentos internos ou àqueles que atravessam as fronteiras dos Estados, que podem ser definidos como migração ou deslocamentos forçados. Juan Terminiello ensina que: “*Sin embargo, no se puede dejar de mencionar que el desplazamiento forzado se constituye en una de las principales y más complejas consecuencias humanitarias de los desastres naturales y el cambio climático*” (2013, p.126).

Os haitianos não migram somente em busca de melhorias econômicas, como fazem os (i) migrantes econômicos que se deslocam voluntariamente, mas sim migram forçadamente, visto que no seu país há um elevado índice de mortalidade infantil, de analfabetismo, precário acesso à água potável e ao saneamento básico, o surgimento da cólera e outras doenças, sem contar na ocupação do país pelas Nações Unidas, fato que possivelmente contribuiu para a ruína econômica, para o abandono da agricultura tradicional, assim como para o aumento do empobrecimento do povo, dentre outros elementos que inviabiliza a sobrevivência no local.

Esta situação de extrema vulnerabilidade é que deve ser entendida como fator coercitivo que leva os haitianos a tomarem a decisão de migrar, visto que existe uma ameaça à vida e à subsistência destas pessoas, tornando-os, ao mesmo tempo, deslocados ambientais e refugiados ambientais.

A questão do refugiado ambiental é nova, o que se reflete na própria definição sobre o tema. O termo refugiado ambiental possui em sua essência (o clima, o meio ambiente e o sociopolítico, o que certamente resulta na dificuldade de se construir uma definição terminológica própria).

15 ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

16 Cruz Vermelha. Relatório mundial sobre desastres. Enfoque na migração forçada e no deslocamento. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.forumsnlp.org/images/stories/dossiers/2012/wdr2012/sumario_pt.pdf>. Acesso em Março de 2015.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA¹⁷ estabeleceu uma definição própria para refugiado ambiental: “são aquelas pessoas obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona onde tradicionalmente viviam, devido ao visível declínio do ambiente, perturbando a sua existência e ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entrasse em perigo¹⁸.”

Estes acontecimentos ensejaram e continuam a ensejar um significativo aumento de deslocamentos, que por sua vez, geram novos problemas a serem enfrentados na ordem internacional.

A proteção atual existente a nível internacional abrange a categoria tradicional de refugiado pelo temor de perseguição por causas ligadas a raça, a religião, a nacionalidade, a grupo social ou a opiniões políticas.

As novas migrações demandam junto ao cenário internacional uma discussão séria acerca do tratamento ideal a ser utilizado pelo Direito Internacional em relação aos indivíduos e grupos em situações de risco por causas que podem ou não estar relacionadas a situações de conflito ou perseguição, e que podem ou não cruzar as fronteiras de um Estado, sendo que mesmo em não havendo uma uniformidade sobre o conceito de refugiado ambiental ou deslocado ambiental, não se pode negar a existência de um problema social que aumenta significativamente e precisa ser enfrentado.

Por derradeiro, resta importante verificar os desdobramentos da escolha pelo Brasil como rota migratória dos haitianos, tendo em vista que a procura pelo país teve elevado aumento, a qual atingiu a marca de 50.000 ao final de 2014.

A mobilidade haitiana é marcada por um processo individual de deslocamento forçado, e tem por finalidade a reconstrução de uma vida, o desejo de manter a subsistência própria e daqueles que permaneceram no Haiti, que ocorre através do envio de quantias financeiras. Para alguns estar no Brasil tem um significado ainda maior, pois acreditam que ao alcançar uma vida próspera estarão de certa forma, colaborando com a reconstrução do país deixado para trás.

Para autores como Jéssica Fernandes (2010) e Sidney Silva (2013), a inclusão da rota brasileira dentro contexto de deslocamentos pode ter ocorrido por motivos diversos. Desde a inclusão das tropas brasileiras no Haiti, em 2004, que de certa forma disseminou nos haitianos a ideia de um país com oportunidades até a realização, no mesmo ano, do Jogo da Paz no Haiti, onde os jogadores da seleção brasileira foram recebidos pelos haitianos como ídolos, contribuindo a disseminação de uma imagem positiva do Brasil.

O percurso dos haitianos até a chegada ao Brasil, na maioria das vezes envolve uma série de redes ilegais de contrabando de migrantes, que se difere do contexto do tráfico de pessoas. A ocorrência de contrabando de migrantes é intermediada por atravessadores ou “coiotes”. A atuação tem se intensificado e se evidencia por incluir viagens de avião para o Panamá e Equador, a fim do deslocamento até o Peru ou à Bolívia, como meio de chegar aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, respectivamente.

Diante desta questão, o governo brasileiro reconheceu que a Resolução Normativa nº 97 não foi eficaz, visto que os fluxos migratórios ilegais atingiram proporções alarmantes. Perante o problema o CNIg, ao final de 2012, retirou a limitação de 1.200 vistos anuais e a ressalva da concessão de vistos apenas na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Em abril de 2013, o Conselho publicou nova Resolução Normativa n. 102. Novamente, a medida não foi capaz de cessar a procura dos haitianos pelas rotas ilegais de acesso as fronteiras brasileiras, nem tampouco coibiu às redes de contrabando de migrantes, o que acentua a vulnerabilidade destas pessoas expostas diariamente as mais diversas formas de violência e riscos.

Àqueles migrantes que buscam os grandes centros urbanos se deparam com uma dura realidade. O auxílio e a acolhida a esses migrantes vêm das igrejas e da sociedade-civil, conforme demonstra a reportagem do canal Rede Brasil sobre o crescimento de haitianos em São Paulo, a falta de abrigos e de uma estrutura capaz de efetivar o acolhimento são fatores que contribuem para torná-los vulneráveis, e por sua vez vítimas das redes de trabalho análogo a escravo. Os obstáculos a serem superados são muitos, o primeiro deles é o

17 O PNUMA, com sede em Nairóbi, no Quênia, foi estabelecido em 1972 e é o Programa do Sistema ONU responsável por desenvolver, estabelecer e catalisar as ações internacionais para a proteção do meio ambiente, visando atingir, assim, o desenvolvimento sustentável – conceito utilizado, sobretudo, após a ECO/92. Atua, portanto, procurando integrar a proteção e gestão do meio ambiente ao desenvolvimento econômico, contando com o auxílio e apoio da ONU, dos governos dos Estados que compõem a sociedade internacional, do setor privado, da sociedade civil e das ONGs ligadas à temática do meio ambiente.

18 PNUMA. Disponível em: <www.pnuma.org>. Acesso em Junho de 2014.

acesso à documentação, eis que a maior parte deles ingressa no país de forma ilegal e acaba esbarrando na máquina burocrática estatal.

O processo de concessão de visto pelo CNIg é demorado e atrasa o registro junto a Polícia Federal. A espera pela entrega dos documentos é longa. A expedição e a entrega da carteira de trabalho têm durado um período maior do que o normal, em face da intensa demanda. A falta do documento que é essencial na obtenção de emprego causa mais sofrimento aos que chegam e que não mais possuem recursos financeiros para sua manutenção, tudo o que tinham foi deixado no decorrer do percurso até o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da trajetória histórica do país, iniciada no período colonial e estendendo-se após a sua independência, demonstrou a incapacidade do Haiti na construção de um Estado moderno. Este panorama, com origem política, acaba por influenciar negativamente a seara econômica e social do país, o que leva a obstaculização do progresso e do desenvolvimento.

Compreender que a origem dos fluxos migratórios decorrentes do Haiti não está relacionada, simplesmente, com aspectos ambientais e naturais é primordial. Haja vista, que sua origem é fruto de todo um contexto político, econômico e socioambiental que carrega em si implicações preocupantes e que necessitam ser avaliadas pelos governantes e pelos membros da comunidade internacional. Após a ocorrência do terremoto em 2010 a vida e a segurança dos haitianos estão comprometidas e sobreviver nos locais afetados restou quase impossível. Os deslocamentos tomaram proporções alarmantes. Têm-se notícia que cerca de 50.000 haitianos deslocaram-se para o Brasil, sem contar naqueles que procuraram outras nações como destinos.

A realidade no Haiti é outra. A situação do país não se enquadra no fator da transitoriedade, pelo contrário. O início da crise no país se deu muito antes do acometimento do terremoto de 2010, ela vem antes mesmo de sua independência. Os fluxos migratórios de haitianos se caracterizam por ser um deslocamento forçado advindo da soma dos diversos elementos envolvidos, visto que há no país o predomínio de alto índice de vulnerabilidades existentes nos indicadores sociais, econômicos, políticos, militares e ambientais, eis que o desmatamento contínuo no país aliado a pouca quantidade de chuva contribuem para a perda da fertilidade do solo. Além da fragilidade e precariedade do Estado, do declínio econômico acentuado, da institucionalizada perseguição ou discriminação, das fortes pressões demográficas, do elevado índice de mortalidade infantil, do analfabetismo, do precário acesso à água potável e ao saneamento básico, das instabilidades políticas de conflito e de lutas armadas, do aumento do empobrecimento do povo, dentre outras causas que remetem os deslocados e os deslocamentos, ao mesmo tempo, a condição de refugiado ambiental, quando ultrapassa a fronteira do Estado e a de deslocado ambiental, quando se mantém dentro de seu território.

Não obstante, o Brasil não ser o destino preferencial dos deslocamentos forçados dos haitianos, o país acabou por receber, desde a ocorrência do terremoto um intenso fluxo migratório.

Por fim, a origem do fenômeno da migração haitiana, que se caracteriza pelo deslocamento forçado e que remete ao mesmo tempo ao surgimento de refugiados ambientais e deslocados ambientais, agravado pela ocorrência do terremoto em 2010 decorre de todo o contexto político, econômico e socioambiental, de processos e mudanças conjunturais, das transformações trazidas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento tecnocientífico. Ocorre que essa migração contemporânea não está calcada somente na busca de melhorias econômicas, como fazem os migrantes econômicos, mas, sobretudo, naquela baseada na migração forçada, marcada por ameaças à vida e à subsistência. E esses deslocamentos, por sua vez, acarretam implicações e desdobramentos nada animadores para aqueles que buscam sobreviver em um novo local.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em Fevereiro de 2015.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **La sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, 2002.

_____. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **La sociedad del riesgo.** Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

_____. **De la sociedad industrial a la del riesgo:** cuestiones de supervivência, estructura social e ilustración ecológica. Revista Occidente, n. 150, 1993)

_____. **Risck society:** towards a new modernity. Londres: Sage, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Reunião Extraordinária de Janeiro de 2012. X Reunião Ordinária de 2011. Ata, Brasília, 14 de dez. 2011

CRUZ VERMELHA. **Relatório mundial sobre desastres.** Enfoque na migração forçada e no deslocamento. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.forumsnlp.org/images/stories/dossiers/2012/wdr2012/sumario_pt.pdf>. Acesso em março de 2015.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DO HAITI. Disponível em: <<http://www.haiti.org/index.php/economic-xm-affairs-xm/26-the-embassy/content/121-haiti-at-a-glance>>. Acesso em Janeiro de 2015.

FERNANDES, Jéssica. **Operação Haiti:** ação humanitária ou interesse político para o Brasil?. Conjuntura internacional. nº 22. PUC Minas. 2010

FUND FOR PEACE. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/rankings-2013-sortable>>. Acesso em de janeiro de 2015.

HAGGERTY, Richard A (ed). **Dominican Republic and Haiti:** country studies. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.

IANNI, Octavio. **A sociedade global,** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **As ciências sociais na época da globalização.** In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Publicação da Associação Nacional de Pós graduação e pesquisa das ciências sociais – ANPOCS, vol. 13 n. 37, pp 33-41, São Paulo, Junho de 1998, versão impressa ISSN 0102-6909, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200002>, acesso em 14 de janeiro de 2014.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Disponível em: <www.iom.int/>, acesso em fevereiro de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo/>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti:** dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

_____. **Haiti:** a soberania dos ditadores. Porto Alegre: Sólivros, 1994.

TERMINIELLO, Juan Pablo. **Hacia un cambio de paradigma en el abordaje de los desastres naturales y el cambio climático como amenazas a los derechos humanos.** Realidades, enfoques y desafíos. Revista de Derecho Ambiental de la Universidad de Palermo | ISSN 2250-8120 | pp. 99-140 Año II, N° 2 | Noviembre de 2013. Disponível em: <http://www.palermo.edu/derecho/pdf/DA_N3_03.pdf>. Acesso em Março de 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **WORLD-SYSTEMS ANALYSIS,** in *World System History*, [Ed. George Modelski], in *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*, Developed under the Auspices of the UNESCO, Eolss Publishers, Oxford ,UK, [<http://www.eolss.net>], 2004. Disponível em: <http://www.eolss.net/ebooks/sample%20chapters/c04/e6-94-01.pdf>, acesso em Janeiro de 2015.

_____. **O fim do mundo como o concebemos:** ciência social para o século XXI, tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **The rise and demise of the world capitalist system:** concepts for the essential Wallerstein comparative analysis. New York: The New Press, 2000.

VONO, Daniela; MARTÍNEZ, Jorge. **Geografía migratoria intrarregional de América Latina y el Caribe al comienzo del siglo XXI.** Revista de Geografía Norte Grande, 2005. p.45-49.

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UMA ETNO- GRAFIA SOBRE OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DE HAITIANOS(AS) NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS.

Larissa Cykman de Paula¹

Resumo: Este trabalho compreende os processos migratórios de haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, desde 2012 e que moram nas proximidades de uma Vila localizada na Zona Norte da cidade. Como parte do trabalho de campo, acompanho e participo desde 2014 das oficinas desenvolvidas pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados – SAJU – UFRGS, objetivando empoderar os imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos. A partir de uma etnografia e da observação participante do cotidiano destes imigrantes, destaco a relação destes com as redes nas quais estão inseridos (relação entre imigrantes, brasileiros, instituições públicas e filantrópicas). Desta forma, o objetivo deste trabalho é aprofundar o conhecimento e os debates sobre a temática dos processos migratórios, identidade, etnicidade e direitos humanos. Ao compreender como ocorrem os fluxos de vida, problematizando as relações sociais e familiares dos migrantes haitianos (as), se reflete sobre o debate transnacional (JARDIM, 2013) e sobre o conceito de hermenêutica diatópica (SOUSA SANTOS, 2003), em que o diálogo intercultural sobre a dignidade humana se organiza a partir da compreensão de diferentes sentidos. Ressaltam-se, a partir da voz dos imigrantes, questões referentes à trajetória social e a como eles olham para suas experiências. Alguns resultados parciais da pesquisa apontam para a relevância da compreensão da história do Haiti, com a presença de um forte nacionalismo e orgulho da independência do país, apesar dos problemas enfrentados até os dias de hoje, principalmente a partir da questão econômica e da lógica colonial e imperial, onde migrar também pode significar uma forma de resistência e ação. No que se refere à inserção destes imigrantes na sociedade local é possível destacar como principais barreiras aspectos referentes à moradia, ao aprendizado da língua portuguesa, ao acesso a trabalho e saúde, além do enfrentamento da xenofobia e racismo. A partir deste contexto vivenciado pelos imigrantes é possível compreender a importância da comunicação destes com os diversos atores que se aproximam destes em uma rede que envolve o Estado, instituições filantrópicas e pessoas voluntárias, mostrando um caminho possível de apoio e inserção local e para que sejam problematizadas formas de reivindicação e manutenção de direitos e da dignidade humana.

Palavras-chave: Processos migratórios. Identidade. Etnicidade. Haiti. Porto Alegre.

Neste artigo serão abordados os processos migratórios de haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, desde 2012 e que moram nas proximidades da Vila Esperança Cordeiro, localizada na Zona Norte da cidade. A partir do olhar voltado para a experiência destes migrantes, o objetivo é compreender como ocorre a inserção destes na comunidade local, destacando aspectos referentes à moradia, ao aprendizado da língua portuguesa, ao acesso a trabalho e saúde, além do enfrentamento da xenofobia e racismo. Como parte do campo empírico, acompanho e participo desde 2014 das oficinas desenvolvidas pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados – GAIRE/SAJU – UFRGS, que objetiva empoderar os imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos. As oficinas são realizadas em uma escola municipal, localizada próxima à Vila Esperança Cordeiro, em decorrência de contato e apoio estabelecido com o diretor da escola. Com base neste contato inicial com o campo e da etnografia em andamento na Vila Esperança Cordeiro, busco compreender a inserção destes imigrantes no Bairro e a relação destes com as redes nas quais estão inseridos (relação entre migrantes, brasileiros, instituições públicas e filantrópicas). Estas redes são destacadas a partir da compreensão de que o fortalecimento destas pode ser pensado como um apoio para a inserção local e para o questionamento de formas de reivindicação e manutenção de direitos e da dignidade humana.

Nenhuma estatística corresponde ao número exato de haitianos(as) residindo na Vila Esperança Cordeiro e nos seus arredores, porém, em dezembro de 2014 pelo menos 60 haitianos(as) moravam no local e constantemente chegam novos imigrantes à região. Destaca-se também a presença de mais de 50 haitianos(as) alojados(as) temporariamente no Centro Vida, localizado nesta mesma região, desde junho de 2015, após terem viajado de ônibus desde o norte do país. No final de agosto em torno de 30 haitianos(as) ainda estavam

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrandia em Antropologia Social, CNPq, E-mail: larissacykman@gmail.com.

no Centro Vida buscando condições financeiras e sociais para conseguirem se inserir na comunidade local, principalmente através da procura de um emprego cujo salário seja suficiente para arcar com os custos de moradia, alimentação e transporte na região.

Para além do debate sobre os processos migratórios, tem-se o objetivo de contextualizar a experiência migratória haitiana. Para atingir este fim, será abordada a história do Haiti, destacando os problemas enfrentados a partir da questão econômica e da lógica colonial e imperial e o forte nacionalismo e orgulho da revolução e independência haitiana. Desta forma, este artigo tenta compreender, ao pensar nos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil e nos motivos para migrar, para além dos motivos econômicos e sociais que são destacados num primeiro momento. É possível pensar na migração como uma forma de resistência? E como esta resistência pode estar relacionada à luta por direitos humanos tanto na sua inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti?

CONTEXTUALIZANDO OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DE HAITIANOS(AS) PARA O BRASIL

Ao pensar nos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil primeiramente se faz necessário destacar alguns aspectos da história do Haiti. O país teve colonização espanhola ocorrida em 1492, com a dizimação da população nativa e a introdução de escravos africanos e a posterior independência no ano de 1804 com a vitória dos revolucionários haitianos sobre os franceses, que ocupavam o país desde 1697. A revolução haitiana é descrita por Seguy como a “única revolução vitoriosa de uma sociedade escravizada” (2014, p. 51). Este dado histórico tem maior relevância ao ser destacado o forte nacionalismo haitiano, em que o enaltecimento da história do Haiti e da revolução ocorrida desencadeia um forte sentimento em relação ao país e seus símbolos como, por exemplo, a comemoração do dia da bandeira (18 de maio) e do dia da independência (1 de janeiro).

Ainda contextualizando a história haitiana destaca-se a invasão pelos EUA entre 1915 e 1934 e a negação da existência do Haiti até 1860 pela comunidade internacional, data em que o Vaticano assina uma concordata com o governo haitiano referente à educação dos jovens haitianos (SEGUY, 2014, p. 184). A abertura para o Haiti no caso dos EUA só iniciou em 1865, o que leva à problematização de uma tensa relação entre os países até hoje em dia, podendo ser discutida a presença de um embargo econômico não declarado cujo interesse norte-americano, ao longo de contínuas intervenções na política haitiana, seria de relações comerciais e econômicas favoráveis.

Um dos pontos destacados na relação entre o Brasil e o Haiti está ao compreendermos a presença da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti) desde 2004, onde as tropas brasileiras atuam a partir da doutrina de intervenção humanitária. A MINUSTAH foi estabelecida com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU e tinha como principais objetivos “provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para futuras eleições; e monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos” (Centro de Justiça Global e Harvard Law Student Advocates for Human Rights, 2005, p. 1). Porém, segundo fala de Franck Seguy² em conferência na UFRGS em 2014, o “Haiti não precisa de tropas militares, mas de paz e solidariedade (médicos, professores, engenheiros). A ocupação militar na verdade não protege os haitianos e sim interesses imperialistas”. A partir deste comentário é possível problematizar esta dupla visão sobre a presença da MINUSTAH, em que, por um lado, é vista como uma ação humanitária em prol do desenvolvimento e segurança do país, porém, por outro lado, é debatida como uma atitude imperialista que nada tem a acrescentar ao real desenvolvimento do país, mas apenas à economia gerada a partir da exploração do país.

Alguns dados do Haiti apontam para grandes dificuldades financeiras enfrentadas e para a falta de estruturas básicas, provenientes da elevada desigualdade social do país. Um dos elementos sobre o qual é possível pensar nesta desigualdade remete à educação. De acordo com relatos de haitianos(as) há grande diferença entre o ensino público e privado, além de muitas pessoas não frequentarem a escola. Segundo dados divulgados na pesquisa intitulada “A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro” (2015, p. 111) no ano de 2013 dos 14.579 haitianos(as) com vínculo formal de trabalho no Brasil 32,5% possuíam o Ensino Médio Completo, 20,7% o Ensino Fundamental Completo, 15,8% do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental, 11% o Ensino Médio Incompleto, 3,2% eram analfabetos e 1,5% possuíam Educação Superior Completa. Destes dados é relevante analisar o elevado percentual de pessoas analfabetas (3,2%, totalizando

² Fala Frank Seguy, Université d'État d'Haïti, na Conferência: Os 10 anos na Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti): solidariedade ou recolonização? realizada no Ciclo de Debates: O Haiti é ou não é aqui? em 31/10/2014 no ILEA – UFRGS.

464 pessoas) e o baixo percentual de pessoas com o ensino médio completo (32,5%, totalizando 4745 pessoas) e com Educação Superior Completa (1,5%, totalizando 217 pessoas). Apesar dos dados refletirem apenas sobre o caso dos haitianos imigrantes no Brasil, é possível traçar um paralelo com a realidade haitiana, onde mesmo com algumas variações é possível analisar o grande número de pessoas com nenhum ou pouco acesso à educação.

Neste contexto o terremoto ocorrido em janeiro de 2010 afetando principalmente a capital Porto Príncipe, Petionville, Leogane, Petit Goave, Grand Goave e Jacmel (THOMAZ, 2012, p.24) teve grandes consequências não pela sua densidade, mas sim pela condição do país de desigualdade social e falta de estruturas básicas. Em relato disponível online de um grupo de pesquisadores da Unicamp no Haiti quando do terremoto descrevem: “O que presenciamos ontem no Haiti foi muito mais do que um forte terremoto. Foi a destruição do centro de um país sempre renegado pelo mundo. Foi o resultado de intervenções, massacres e ocupações que sempre tentaram calar a primeira república negra do mundo”³. Desta forma, ao analisar as consequências do terremoto e o contexto do país após este evento, é necessário problematizar o contexto socioeconômico do Haiti.

Um dado que aponta para a relevância e presença da migração no Haiti refere-se à importância econômica da diáspora para o país. O Haiti tem dez estados, porém, é comum a diáspora ser tida como o “décimo primeiro estado”. Estima-se que de quatro a cinco milhões de haitianos(as) vivem fora do país, dado que “representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em 10.413.211 em 2013 pelo Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique (IHSI)” (HANDERSON, 2015, P. 52). Ou seja, é uma prática corriqueira a emigração do Haiti, mas mantendo fortes laços com o país. A emigração é, então, motivada por questões econômicas onde o migrante muitas vezes sai do Haiti sem sua família mas com o apoio desta. Segundo Gean⁴, haitiano que em julho de 2014 morava na cidade de Caxias do Sul, “no Haiti não tem ‘saudades’. Os filhos não choram pelo pai que está morando em outro lugar”, o que reflete sobre a significativa presença de familiares morando em outros países. A grande maioria dos(as) imigrantes mantém ao mesmo tempo parte de sua família que está no Brasil e parte de sua família que permanece no Haiti, além da relação com familiares em outros países. Neste contexto, é possível compreender o local central que a diáspora ocupa na sociedade haitiana, a exemplo do seu papel “imprescindível” (THOMAZ, 2012, p. 34) como meio de ajuda à população nos dias seguintes ao terremoto.

Após este contexto inicial sobre alguns aspectos do Haiti se faz pertinente destacar a relação do Haiti com o Brasil, para ser possível pensar sobre os processos migratórios que ocorrem entre estes países. Segundo dado apresentado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil entre 2010 e setembro de 2014. O Brasil passou a ser um país de interesse para imigração haitiana a partir de 2010 por alguns motivos, destacando a presença de tropas brasileiras na MINUSTAH, o que propiciou um contato direto com brasileiros, além da atração pelo futebol brasileiro e do “convite” feito pelo presidente Lula em 2010, onde colocou o Brasil de forma receptiva à imigração haitiana (FERNANDES e CASTRO, 2014). Estes são os motivos mais aparentes desta relação entre os dois países, entre os quais é possível perceber um fluxo migratório cada vez mais intenso.

A todos(as) haitianos(as) que chegam ao Brasil é concedido o visto humanitário, visto criado especificamente para esta demanda com o objetivo de facilitar o processo burocrático, pois antes dele os imigrantes solicitavam o refúgio, processo mais demorado e sem garantias de que seria acolhido, pois o contexto dos imigrantes haitianos(as) não se adequava nos motivos estabelecidos para o status de refúgio. O visto humanitário entrou em vigor com a resolução normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) em 2012 com vigência de dois anos, sendo prorrogada por doze meses pela resolução normativa nº 106 e posteriormente até outubro de 2015 pela resolução normativa nº 113. O objetivo do visto humanitário é regular legalmente a entrada dos imigrantes no país, possibilitando a acolhida concedendo o visto por razões humanitárias “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (Conselho Nacional de Imigração, 2012). O visto

3 O trecho foi extraído da página virtual intitulada “Pesquisadores da Unicamp no Haiti: Grupo de pesquisadores da Unicamp, sobre o tema Haiti no Haiti” elaborada pelos pesquisadores Daniel Felipe Quaresma dos Santos, Diego Napolon Bertazzoli, Joanna Lopes da Hora, Marcos Pedro Magalhães Rosa, Omar Ribeiro Thomaz, Otávio Calegari Jorge, Rodrigo C. Bulamah, Werner Garbers e Cris Bierrenbach. Disponível no link <https://lacidelle.wordpress.com/> e acessada em setembro de 2015.

4 Gean foi entrevistado pelo grupo participante do Projeto de Extensão Convivências – UFRGS em julho de 2014 enquanto trabalhava na sua loja comercial em Caxias do Sul.

humanitário disponibilizado na embaixada do Brasil no Haiti também implica na diminuição do ingresso pela fronteira terrestre que ocorre sem o visto pelo estado do Acre, porém, um dos problemas neste contexto é a dificuldade da embaixada brasileira conceder o número de vistos demandado. Segundo dados divulgados no Portal Brasil, mensalmente são emitidos 2000 vistos na embaixada localizada em Porto Príncipe, capital haitiana, número pequeno diante da demanda. Desta forma, o fluxo migratório continua acontecendo em grandes proporções através da fronteira terrestre, em situações vulneráveis e com elevadas taxas pagas a “coiotes” no “tráfico de imigrantes”. (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 15).

Após a chegada ao norte do Brasil, os(as) haitianos(as) vão para outras cidades e estados, principalmente em busca de trabalho ou por já terem conhecidos e familiares nestes locais. Desde o ano de 2014 alguns ônibus foram enviados pelo estado do Acre na direção sul do país, com paradas em diferentes cidades. Dos haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre alguns ficam temporariamente, indo posteriormente para cidades no interior, e outros resolvem continuar na cidade. Esta vinda de ônibus com haitianos(as) foi amplamente divulgada pela mídia⁵, o que dá ao tema visibilidade e gera comentários tanto de acolhimento e boas vindas como comentários racistas e xenofóbicos. Em Porto Alegre, os(as) haitianos(as) que chegam sem destino específico ficam, num primeiro momento, abrigados(as) no Centro Vida Humanístico. Localizado na Zona Norte da cidade, o Centro Vida é descrito na página online do Governo do Estado do Rio Grande do Sul como local destinado a prestar atendimento à população residente na Zona Norte da capital, objetivando “a inclusão social e desenvolvimento pessoal, através de ações de saúde, educação, esporte, lazer, cultura. Todos os programas e projetos Vida contam com atendimento de psicologia, enfermagem, psicopedagogia e serviço social”⁶. O Centro Vida é um amplo local, no qual foram improvisados alojamentos e, conforme observado na pesquisa realizada no local, os próprios imigrantes se organizam para limpeza e preparo de refeições no refeitório existente. Comidas e alimentos chegam através de doações da sociedade civil.

A PRESENÇA DE IMIGRANTES HAITIANOS(AS) NA ZONA NORTE DE PORTO ALEGRE

Após compreendermos aspectos mais gerais dos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil, contextualizo o contato inicial que tive com a presença de imigrantes haitianos(as) na Zona Norte de Porto Alegre, principalmente na Vila Esperança Cordeiro. No início do ano de 2014 alunos(as) de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que estagiavam no Posto de saúde Esperança Cordeiro observaram que um certo número de haitianos(as) iam ao posto, porém, tinham muita dificuldade de comunicação por não falarem português. Estes(as) alunos(as) mobilizaram algumas pessoas para ajudar diretamente nesta necessidade de comunicação para acessar os serviços de saúde. Esta primeira mobilização foi se ampliando e pessoas voluntárias começaram a pensar em formas de ajudar estes(as) imigrantes no Bairro, momento no qual eu também me juntei ao grupo que se formava. Entre as(os) voluntárias(os) que se somaram destaca-se o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE/SAJU - UFRGS) e também o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI - UFRGS) através da participação da professora Denise Jardim. Em maio de 2014 iniciaram-se atividades no Bairro, voltadas para os(as) imigrantes, ocorrendo em formato de oficinas nos sábados e domingos à tarde na Associação de Moradores Esperança Cordeiro. Foi criada uma página na rede social Facebook como forma de contato entre voluntários(as) e haitianos(as) e para a divulgação das atividades. Nas oficinas os(as) haitianos(as) tinham um espaço para trazer dúvidas e questões específicas vivenciadas, além da proposta do ensino da língua portuguesa.

5 Algumas das notícias sobre a vinda de ônibus com imigrantes desde o norte do Brasil podem ser conferidas nos seguintes links: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/porto-alegre-recebera-novo-onibus-com-haitianos-nos-proximos-dias-4788168.html>; <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/05/onibus-com-haitianos-e-senegaleses-deve-chegar-nesta-madruhada-em-porto-alegre-4768274.html>; <http://www.radioguaiba.com.br/noticia/estado-confirma-chegada-de-um-onibus-com-50-haitianos-hoje-em-porto-alegre/>; <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/chegada-de-haitianos-porto-alegre-e-adiada-apos-pedido-da-refeitura.html>; <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/porto-alegre-se-prepara-para-receber-haitianos-caso-desembarquem-no-rs.html>; <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/mais-haitianos-sao-esperados-em-porto-alegre-nos-proximos-dias.html>; <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/prefeitura-de-porto-alegre-aguarda-novos-onibus-com-imigrantes.html>.

6 As informações referentes ao Centro Vida Humanístico foram localizadas na página online da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível através do link http://www.stds.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=107. Acessado em agosto de 2015.

Este grupo de voluntários(as) organizou também um chá de fraldas para as cinco haitianas que moravam na Vila e estavam grávidas, sendo realizado no dia 27 de setembro de 2014. A proposta do chá foi promover uma campanha de arrecadação de itens básicos para mães e bebês e também uma forma de apoio e integração num momento de confraternização. Durante o chá de fraldas uma das mulheres agradeceu nas seguintes palavras (traduzidas do crioulo para o português por um haitiano que já morava há mais tempo em Porto Alegre): *“Muito obrigada por tudo. A minha família está longe, mas aqui vocês são a minha família”*.

No final do ano de 2014 as atividades começaram a ser realizadas no Centro Vida Humanístico, já mencionado anteriormente, que se localiza ao lado da Vila Esperança Cordeiro. O formato permaneceu o mesmo até o final do ano, com uma rotatividade de voluntários organizando atividades em alguns finais de semana. No início de 2015 o formato se modificou um pouco e o GAIRE assumiu a responsabilidade total das oficinas através de um projeto de extensão vinculado à UFRGS. O grupo se organizou, então, em um formato fixo através da elaboração de um projeto específico visando ao empoderamento dos imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos.

As atividades que se iniciaram em março de 2015 mudaram novamente de local, passando a acontecer na Escola Presidente Vargas, localizada a poucas quadras da Vila Esperança Cordeiro. O local foi escolhido pelo contato e parceria ocorrido com o diretor da escola, que abriu as portas desta para as atividades e para pensar conjuntamente na inserção dos(as) imigrantes na comunidade. A mudança na organização incidiu bastante na dinâmica das oficinas. Num primeiro momento, poucas pessoas foram nos encontros, o que motivou uma organização do grupo para o contato com os(as) imigrantes no bairro em diferentes dias da semana e do final de semana. Desta forma, foi se criando aos poucos uma relação que propiciou a formação de um grupo, e, num tempo médio de dois meses, com o contato e vínculo estabelecido, as oficinas realizadas na Escola começaram a contar com uma presença média de 30 haitianos(as).

Nas reuniões do grupo de extensão para a elaboração das oficinas a preocupação é em abordar questões de interesse dos(as) imigrantes, problematizando os questionamentos e conversas das oficinas anteriores. As principais temáticas abordadas referem-se às barreiras enfrentadas cotidianamente na inserção na sociedade brasileira, sendo a principal barreira a língua, pois quem está no Brasil há poucas semanas e meses muitas vezes não consegue se comunicar com brasileiros(as), o que dificulta a inserção local e a obtenção de emprego. Pensando na importância do aprendizado da língua, um dos esforços do grupo foi em buscar alternativas com este fim. Além de oficinas voltadas para a conversação em português, foi conversado com a Escola a possibilidade de alguns(as) haitianos(as) frequentarem o EJA (Educação de Jovens e Adultos), tanto para o aprendizado do português, como para a possibilidade de continuarem os estudos. Com o apoio de todos os professores, cerca de treze haitianos começaram a frequentar as aulas noturnas na Escola. Desta parceria com a escola também começaram a ser elaborados projetos maiores, sendo a Escola um projeto-piloto para que outras escolas se preparem para receber estudantes imigrantes. Porém, apesar dos esforços e de alguns imigrantes estarem inseridos em um ambiente que auxilia e estimula o aprendizado do português, esta continua sendo uma barreira para outros(as) imigrantes. É possível, ainda, fazer um recorte de gênero, no qual as mulheres demoram um tempo significativamente maior para começar a compreender e falar português. Algumas delas, mesmo já estando há mais de um ano no Brasil, não conseguem se comunicar em português, ficando restritas ao convívio com haitianas e haitianos. A maioria só fala crioulo haitiano, não falando e muitas vezes não compreendendo francês, o que restringe o contato também com algumas pessoas brasileiras voluntárias que falam francês.

Das cinco mulheres que estavam grávidas no ano de 2014, três continuam morando na Vila Esperança Cordeiro e uma próxima a ela. Desta forma, uma das demandas apresentadas refere-se ao acesso à creche, para que as mães possam voltar a trabalhar. Porém, nas duas creches localizadas na região não há vagas para novas crianças. Através do GAIRE foi orientado um processo junto à Defensoria do Estado mas, num primeiro momento, apenas uma delas conseguiu uma vizinha que cuidasse da bebê e as demais não voltaram a trabalhar, influenciando na renda familiar.

Outra demanda fundamental refere-se à procura por emprego, sendo este fundamental para o sustento no Brasil e também para o envio de dinheiro para a família que ficou no Haiti. Apesar dos diferentes níveis de formação educacional e profissional dos(as) imigrantes, todos(as) procuram emprego em qualquer área, tendo a maior oferta em empresas terceirizadas de limpeza, na construção civil e em empresas alimentícias.

Segundo fala de um haitiano durante a realização de uma oficina, primeiro ele buscava emprego em qualquer área, porque precisava de uma renda urgentemente e depois, com mais tempo, ele buscaria um emprego na informática, área em que possuía formação, que pudesse lhe oferecer um salário mais alto e um trabalho que lhe fosse mais prazeroso. Algumas oficinas foram focadas na elaboração de currículos e em conversas sobre os direitos trabalhistas no Brasil.

Diversas demandas já foram trabalhadas nas oficinas como, por exemplo, questões referentes à moradia e aluguel, acesso à saúde, acesso a direitos sociais através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e conversas problematizando questões referentes ao racismo e à xenofobia por eles experienciados. Destaca-se também a preocupação em dialogar com os(as) haitianos(as) que estão morando no Centro Vida desde junho de 2015, problematizando o momento distinto que vivenciam ao buscarem emprego e moradia, cercados por muitas incertezas. Todos estes aspectos se relacionam à forma como ocorre a inserção destes(as) imigrantes no Brasil e à forma como as oficinas buscam dialogar e empoderar os(as) imigrantes, mostrando um caminho possível de apoio e inserção local e para que sejam problematizadas formas de reivindicação e manutenção de direitos e da dignidade humana.

MIGRAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Retomo a pergunta inicial sobre ser possível pensar na migração como uma forma de resistência e como esta resistência pode estar relacionada à luta por direitos humanos tanto na sua inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti. Após explicitar alguns pontos vivenciados no campo empírico, problematizo os processos migratórios destes(as) imigrantes para além das questões econômicas já mencionadas no contexto histórico haitiano. Abaixo, destaco trecho da fala de Claude, um imigrante haitiano que em setembro de 2015 estava há dois meses alojado no Centro Vida:

Vimos para cá não porque passamos fome no Haiti, porque gostamos do nosso país e estamos tranquilos lá. Mesmo que não se coma em um dia, no seguinte se come. O motivo de termos vindo é porque somos jovens, nós somos os responsáveis pela continuidade do nosso país. Essa é a hora de sairmos para trabalharmos e juntarmos dinheiro para voltar ao nosso país. Para podermos dar para os nossos filhos qualidade de vida.

No trecho acima Claude coloca em questão que não saiu do Haiti porque passava fome, explicitando que as pessoas sempre falavam isso e que esta não é a questão central. Ele não nega que existam dificuldades econômicas: “*Mesmo que não se coma em um dia, no seguinte se come*”, porém, o destaque que ele dá e que quer que seja compreendido pelas pessoas está na sua agência de como jovem haitiano migrar para ajudar o seu país. Compreendo esta fala como um exemplo da migração como resistência, pois Claude não quer que pareça que ele e todos(as) haitianos estão fugindo do seu país, e sim que ao saírem estão justamente pensando no desenvolvimento do Haiti. E para conseguir este objetivo é necessário, como primeira medida, conseguir um emprego que proporcione o sustento para viver no Brasil e enviar dinheiro para parte da família que ficou no Haiti.

Desta forma, é possível compreender que a motivação para imigrar é financeira na procura por locais que ofereçam empregos, mas não é possível afirmar que este é o objetivo final da migração. A grande maioria dos (as) haitianos(os) com que conversei mostraram vontade de retornar ao Haiti, mesmo que isso ainda fosse um plano distante. Outra alternativa daqueles que já estão há mais de um ano e com emprego estabelecido é trazer a família para o Brasil, o que aponta para planos que não necessariamente envolvam o retorno para o Haiti, mas, nesses casos, estas famílias estariam optando por viver na diáspora haitiana. O que significa que as relações com o Haiti e com outras famílias haitianas na diáspora seriam mantidas e incentivadas, revelando o aspecto identitário através destas relações. O termo diáspora utilizado neste contexto está “associado à mobilidade transnacional como constitutiva da trajetória de vida das pessoas e dos horizontes de possibilidades delas” (HANDERSON, p. 54).

É possível ponderar sobre a inserção dos(as) imigrantes na comunidade local a partir das dificuldades enfrentadas e do apoio ou falta de apoio disponibilizado pelo Estado e outras redes que se formam. Problematizo o uso do conceito de minoria para pensar nos grupos de imigrantes, refletindo que o conceito de minoria se refere não a uma definição rígida, mas “se mantém como uma chave de leitura para as relações entre grupos dominantes e periféricos, para analisar as desvantagens sociais que estruturam as relações entre grupos em

face ao reconhecimento do Estado” (Jardim, 2013, p. 32). Desta forma, nesta relação entre grupos dominantes e periféricos, é necessário compreender as distintas relações de poder existentes e que o Estado deve cada vez mais representar a pluralidade de identidades coletivas priorizando a defesa dos direitos humanos e da dignidade humana. Saliento que a defesa dos direitos humanos dos(as) imigrantes haitianos(as) deve atentar para além dos direitos referentes à saúde, emprego, moradia, dando visibilidade e debatendo também sobre as situações vivenciadas de racismo e xenofobia.

Ao compreender como ocorrem os fluxos de vida, problematizando as relações sociais e familiares dos migrantes haitianos (as), se reflete sobre o debate transnacional (Jardim, 2013) a partir de uma observação local. Neste sentido, o conceito de hermenêutica diatópica (Sousa Santos, 2003), em que o diálogo intercultural sobre a dignidade humana se organiza a partir de sentidos locais, em vez de falsos universalismos sendo possível pensar em uma “concepção mestiça de direitos humanos” (JARDIM, 2013, p. 23) se faz relevante. Neste contexto, ressalta-se o trabalho de campo na antropologia como o local que mostra a negociação que ocorre entre o Estado e as comunidades diversas as quais exigem a implementação de políticas públicas que atendam à justiça e dignidade humana. Nesta reflexão penso sobre as experiências dos(as) imigrantes haitianos(as), onde muitas vezes uma das principais barreiras é justamente a falta, ausência de políticas públicas voltadas para suas necessidades e especificidades. Além de pensar na noção de minoria também se faz necessário pensar sobre identidade e etnicidade, ressaltando a invisibilidade e as desigualdades sociais e raciais perpassando vulnerabilidades sociais em contraponto à necessária visibilidade política a qual se deve lutar.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil: uma análise estatística (2010-2014). Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acessado em maio de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 106, de 24 de outubro de 2013. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141F0140AA718A4/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20106.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 113, de 09 de dezembro de 2014. Prorroga a vigência da Resolução Normativa no 97, de 12 de janeiro de 2012. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014ADDCE54511D96/RN%20113%20v2.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra/issue/viewIssue/1137/179>. Acessado em maio de 2015.

CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL E HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS. Mantendo a paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu mandato como parâmetro de sucesso. 2005. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_jg_haiti_2005.pdf. Acessado em setembro de 2015.

FERNANDES, Duval.; CASTRO, Maria da Consolação G.. Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: http://obs.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=746:projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral&Itemid=130. Acessado em setembro de 2015.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-718320150001000032015>. Acessado em setembro de 2015.

JARDIM, Denise F. Alteridades e (In) visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade. In: JARDIM, D.F.; Lopez, Laura C. Políticas da Diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013. p. 21-38.

PORTAL BRASIL. Concessão de visto humanitário para haitianos é prorrogada. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/concessao-de-visto-humanitario-para-haitianos-e-prorrogada>. Acessado em agosto de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (org.). Identidades. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. p.19-39.

SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. Unicamp, Campinas. 2014.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, 2010, n° 86. p. 23-50.

AS REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE OS IMIGRANTES HAITIANOS

Daniel Granada¹

Ioná Carreno²

Glademir Schwingel³

Luis Felipe Pissaia⁴

Paola Belé⁵

Resumo: A partir de entrevistas realizadas em grupos focais conduzidas junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Lajeado na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, Brasil. A comunicação explora as representações sociais dos ACS com relação à recente presença de imigrantes haitianos, em uma região historicamente colonizada por descendentes de alemães e italianos. As entrevistas realizadas entre outubro de 2014 e março de 2015 demonstram a relação complexa que existe no processo de instalação destes imigrantes e suas relações com o Estado, cuja atuação junto à população imigrante é também sentida através da presença dos ACS. Na cidade de Lajeado foram os ACS os primeiros atores a identificar e a informar o poder público sobre existência dos estrangeiros nos bairros desfavorecidos da cidade. Neste sentido, estes ACS se veem confrontados a uma população que não fala, ou domina pouco a língua portuguesa e que possui necessidades distintas da população local em razão da própria vulnerabilidade da condição de imigrante em uma terra estrangeira. O artigo apresenta o papel dos ACSs no monitoramento e controle populacional e explica a sua atuação junto à população imigrante. Também ressaltam as representações sociais deste ACS com relação à população haitiana recentemente instalada na região. As conclusões apresentam a importância dos ACS no monitoramento da população, extrapolando suas funções de elo entre a comunidade e estratégia de saúde da família, mas se constituindo em informantes da administração municipal sobre as mudanças populacionais da região. Suas representações com relação aos imigrantes não escapam das ideias preconcebidas da sociedade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Imigração haitiana. Agentes Comunitários de Saúde. Acesso aos serviços de saúde. Emigrantes e Imigrantes.

INTRODUÇÃO

No contexto imigratório, desde o século XIX o Brasil é destino para várias nacionalidades, no entanto o perfil destes imigrantes modica-se com o passar do tempo. No início os imigrantes, eram principalmente de origem espanhola, portuguesa, suíça, italiana e alemã, as duas últimas em maior número na região central do estado do Rio Grande do Sul, local de realização deste estudo. Estes imigrantes chegavam com o propósito de trabalhar nas lavouras e iniciar o projeto de branqueamento da população. Neste caso, a imigração servia como substituição à mão de obra escrava nos setores primários da recém-criada república (SEYFERTH, 1996; 2000; SKIDMORE, 1989; SCHWARCZ, 1995).

Após o estabelecimento deste grande número de imigrantes, no decorrer do século XX, os ciclos migratórios continuaram, no entanto, com menor intensidade. Neste momento, por volta de 1980 o ciclo inverte e são os brasileiros que migram para os países do hemisfério norte, em busca de melhores condições de vida (PATARRA, 2005; MARTES, 1999; MARGOLIS, 1994.)

Atualmente os fluxos migratórios no Brasil tornaram-se complexos. Após décadas de estabilidade econômica, ele torna-se destino para inúmeros imigrantes que fogem da crise em países europeus e norte-

1 Doutor em Etnologia e História pela Université de Paris Ouest Nanterre La Défense e University of Essex. Docente do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS, Brasil. dgdsferreira@univates.br

2 Doutora em Enfermagem pela UFRGS. Docente do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS, Brasil. icarreno@univates.br

3 Doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS. Docente do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS, Brasil. glademirs@gmail.com

4 Aluno do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS, Brasil. lpissaia@univates.br

5 Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIVATES e Bolsista de Iniciação Científica – Lajeado/RS, Brasil. lollabele@hotmail.com

americanos, principalmente em meados de 2007. Em meio aos motivos dos fluxos migratórios estão questões de trabalho, reestruturação familiar, oferta de estudo, refugiados políticos e de catástrofes ambientais, esta última caracterizando a imigração haitiana atual (CAVALCANTI, 2014).

No caso das imigrações haitianas atuais é necessário aprofundar-se nas questões de política e economia do Haiti, para compreender o contexto social da população, que se agravou após a catástrofe ambiental de 2010 (AUDEBERT, 2012). Os refugiados saíram de seu país de origem em busca de trabalho e melhores condições de vida, nesta condição foram recrutados por empresas que necessitavam de mão de obra primária escassa principalmente no sudeste e sul do Brasil. Na região sul, o Vale do Taquari, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, foi um dos destinos mais procurados, em decorrência do crescimento econômico regional (FEE, 2015).

No caso de Lajeado/RS, o fluxo dos imigrantes haitianos foi ocorrendo silenciosamente, sendo sua identificação realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que comunicaram ao poder público sobre sua existência. Entretanto ressalta-se que nesta região além dos haitianos, à imigrantes senegaleses, bengaleses e ganenses, desta forma os ACS referem-se a todos como “haitianos”, devido a suas representações simbólicas sociais.

Nosso objetivo é apresentar as “representações sociais” dos Agentes Comunitários de Saúde com relação aos imigrantes haitianos e sua inserção local no que tange o acesso aos serviços de saúde no município de Lajeado, no interior de um campo social transnacional (BASCH et al., 1994). As representações sociais são entendidas aqui como um ato de pensamento através do qual um sujeito se refere a um objeto. Não pode haver representação sem objeto, neste caso os sujeitos serão os ACS e o objeto os imigrantes haitianos no Vale do Taquari. Conforme explica Jodelet (1994), as representações se caracterizam por acarretarem atividades mentais (de percepção, conceituais e de memória), elas se constituem em representações mentais de um objeto restituído simbolicamente, portando em si o caráter construtivo, criativo e autônomo da representação que comporta tanto a reconstrução e interpretação do objeto, como a expressão do sujeito (JODELET, 1994:36 – 57).

MÉTODOS

Este estudo faz parte do projeto “Análise da situação de saúde da população cadastrada no SIAB e acompanhamento da implantação do e-SUS no município de Lajeado/RS – Brasil”, financiado pelo Centro Universitário UNIVATES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, realizado por meio de sete grupos focais com 31 ACS de sete Estratégias Saúde da Família (ESF) do município de Lajeado/RS.

O município em estudo está localizado no Vale do Taquari, região central do estado do Rio Grande do Sul, e possui 71.445 habitantes, sendo 71.180 habitantes na zona urbana e 265 habitantes na zona rural (IBGE, 2010). A atenção básica do município é composta por 02 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 14 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), 03 Centros de Atenção Psicossocial e a Estratégia Agentes Comunitários de Saúde (EACS).

O contato inicial para agendamento dos grupos focais nas ESF foi feito após anuência da Secretaria Municipal de Saúde de Lajeado e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNIVATES, sob o nº do CAAE 38676114.0.0000.5310. Os grupos focais foram realizados em outubro de 2014 a março de 2015, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes. Cada grupo focal foi conduzido pelos pesquisadores utilizando um roteiro composto por questões semiestruturadas, sendo registrados em áudio, com duração média de uma hora e meia e realizados em sala reservada na ESF. Após os áudios foram transcritos e analisados, conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Lajeado, as primeiras informações sobre imigrantes haitianos chegaram em 2012, através das visitas domiciliares realizadas pelos ACS. O ACS, possui como atribuição a vigilância em saúde, registrando novos moradores e servindo como ponte de acesso direto da população e a equipe de saúde, desta forma tornou-se importante neste processo de reconhecimento populacional (BRASIL, 2006).

No entanto, nem todas famílias de imigrantes haviam sido registradas, e sua dimensão foi identificada somente em 2013, após a enchente do Rio Taquari, que ocasionou um número significativo de haitianos desabrigados, devido a residirem em regiões inundáveis. Segundo dados da Prefeitura Municipal, estima-se que tenham chegado por volta de trezentos imigrantes em um ginásio destinado ao abrigo.

A partir deste fato o governo passou a destinar ações a esta população, bem como seu reconhecimento por parte dos ACS, principalmente em regiões de periferia. Em 2014, ocorreu no município a I Conferência Regional sobre Migrações e Refúgio da Região do Vale do Taquari – COMIGRAR, discutindo políticas sobre o tema migratório. Sendo necessário repensar políticas públicas no município de Lajeado/RS e em âmbito nacional, frente a este fluxo migratório internacional.

O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO AOS IMIGRANTES

Atualmente o ACS possui papel fundamental na questão de vínculo e quantificação com a população imigrante. Sendo um profissional com a capacidade de comunicação entre a população e os serviços de saúde, além de atuar como ferramenta efetiva na vigilância, prevenção e promoção à saúde (CARDOSO e NASCIMENTO, 2010).

No Brasil as reformas na área da saúde iniciaram a partir de 1980, através de movimentos como a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ocorrendo mudanças radicais nos modelos de assistência, através de políticas fundamentadas pelo Estado (AGUIAR e MOTA, 2014). Após algumas Conferências Nacionais de Saúde, o Estado verificou a necessidade de gerenciar os trabalhadores em saúde, sendo assim em 1991 os ACSs passam a fazer parte das políticas públicas com a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) (CAMPUS, 2005).

A partir de 1997, é aprovada a portaria nº 1.886, com intuito de aprovar as diretrizes do PACS e do Programa Saúde da Família (PSF) (BRIGADÃO; GONÇALVES, 2009). Em 2006, o PSF passa a ser chamado de Estratégia de Saúde da Família (ESF), sendo atualmente uma política estratégica em nível nacional (VIEIRA; DURÃO; LOPES, 2011).

A partir desta reestruturação, o ACS agrega-se à ESF por meio da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS), sendo função deste profissional o acompanhamento das famílias que residem em sua área de abrangência. O ACS utiliza fichas padronizadas pelo Ministério da Saúde (MS) para cadastrar, registrar e acompanhar os indivíduos, sendo capaz de implicar em indicadores de saúde importantes para a população (CONASS, 2011).

A profissão de ACS regulamenta-se através da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, onde frisa a atribuição do profissional como ferramenta de prevenção de doenças, promoção à saúde, através de visitas domiciliares e acompanhamento das famílias (BRASIL, 2006). Por estes motivos, os ACS são de extrema importância no que diz respeito ao acompanhamento dos imigrantes, identificando novos fluxos e estabelecendo caminhos de cuidado para a equipe de saúde e gestão municipal, criando alguns eixos temáticos discutidos a seguir.

REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUANTO A INTERFERÊNCIA DO IDIOMA NO ESTABELECIMENTO DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA

A limitação quanto ao idioma, tonou-se uma dificuldade relatada por vários ACS, que não conseguiam se comunicar com os imigrantes. Por consequência prejudicando a realização de orientações, bem como o cadastro do indivíduo. Conforme as falas a seguir:

[...] Acho que a língua é uma limitação, dificulta a transmissão daquilo que eles pensam, uma das maiores dificuldades é a língua, com certeza (Área 7).

[...] A questão da língua acaba sendo o entrave [...], não conseguimos explicar nem informar a importância das orientações [...] É do jeito deles né, tem alguém que entende um pouquinho mais e ajuda o outro, nessa parte é bem legal porque um ajuda o outro [...] (Área 5).

A área estudada possui imigrantes com perfil diversificado, alguns falam *Kréole*, inglês, francês ou espanhol, dependendo da região onde residiam e do nível escolar. No entanto, a dificuldade na comunicação,

dificulta a criação de vínculo, a atenção integral à família e a resolutividade dos problemas como determina o SUS (MILBRATH et al., 2011). Alguns autores constataram que a dificuldade de comunicação dos imigrantes, interfere no acesso à rede de atenção à saúde, propiciando a desmotivação do tratamento e aumentando casos de agravos por automedicação (TOPA; NEVES; NOGUEIRA, 2013; MARTES e FALEIROS, 2013).

REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUANTO A MOBILIDADE URBANA DOS IMIGRANTES E DIFICULDADE NO ACESSO À SAÚDE

Quanto a mobilidade urbana os ACS relataram que este fato dificulta o acesso dos imigrantes a rede de atenção à saúde. Segundo os profissionais as mudanças de residência são frequentes, dificultando o rastreamento e continuidade do vínculo terapêutico. Conforme as falas a seguir:

[...] Eles tão indo e vindo pra cá e pra lá. Isso é um problema que vai gerar, em questão também com a atualização das fichas, e na nossa contagem [...] (Área 4).

[...] Eles se movimentam bastante e é bem complicado, porque faço o registro e logo tem que tirar [...] (Área 7).

[...] E eles vão e vem muito, tinha uns da minha área que foram pra Santa Catarina, e eu nem sabia. Ontem eu consegui descobrir que eles haviam se mudado [...] (Área 4).

A realização das visitas domiciliares é de suma importância, favorecendo a coleta de informações condizentes com a realidade encontrada, além de possibilitar o diálogo direto com a rede de saúde (MANDÚ et al., 2008). Ainda conforme os profissionais, a alta taxa de mobilidade dos imigrantes se deve a condições inadequadas das moradias alocadas. Conforme relato a seguir:

[...] Eles têm um pouco de dificuldade com as locações, são casas que não oferecem muitas condições de moradia, percebo é que eles têm bastante dificuldade com as locações [...] São residências ruins, com problemas de esgoto, problema de infiltração [...] (Área 7).

[...] Eu visito uma família de haitianos que reside de aluguel [...] já conversei com o proprietário do local, pois é uma moradia de risco [...] não tem segurança nenhuma, nem grade de proteção (Área 7).

As condições de moradia apresentam impacto direto na saúde da população migrante. O indivíduo e a família ficam expostos a situações de risco e vulnerabilidade, por estarem residindo em zonas de inundação e de tráfico de drogas principalmente (BRASIL, 2006b). O contexto social da família independente da nacionalidade influencia na qualidade de vida, nas condições de saúde e processos de trabalho (AZEREDO et al, 2007).

REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUANTO AO AUTOCUIDADO CULTURAL DOS IMIGRANTES

Conforme observado até então as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes é favorecida pela cultura de autocuidado proveniente de seu país de origem. As ACS relatam que apesar da dificuldade de comunicação os haitianos aceitam muito bem as visitas realizadas por elas, possuindo a capacidade de reivindicar seus direitos de prevenção de doenças e promoção à saúde, muito diferente da população brasileira. Conforme segue as falas:

[...] É impressionante, eu até comentei na unidade em que trabalho, de como eles tem uma cultura bem diferente da nossa [...] Eles procuram a saúde pública [...] Eles têm um cuidado natural com a saúde, não procuram a unidade só por doença e sim por prevenção. [...] acho que é a cultura deles, a questão de vacinação das crianças, promoção e prevenção da saúde (Área 7).

[...] tem uma gestante que se a criança se mexe ou não ela sempre liga e pede o que tem que fazer [...]. Eles confundem muito a gente com assistente social e médico. Mas eu acho que eles procuram bastante a unidade, porque o posto liga bastante pra gente, pra mandar recado, encaminhamento e coisas assim [...]. (Área 1).

No Brasil, ações de prevenção de doenças e promoção à saúde ainda causam estranheza. No entanto, os

imigrantes possuem este direito e estão defendidos pelas premissas do SUS, que impactam nas políticas públicas através da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde ofertada à comunidade (BRASIL, 1990). No entanto, apesar da procura pela assistência, às vezes a equipe disponível não se encontra estruturada para atender a demanda trazida pelo imigrante, sendo cabível nesta situação uma gestão eficaz das equipes, com reestruturação cultural, baseada em critérios científicos de educação permanente como ferramenta efetiva na atenção primária (REIS et al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o imigrante possui o estigma da vulnerabilidade social frente ao Estado brasileiro. A migração de seu país de origem a outro com características étnicas e culturais diferenciadas soma-se a condição de flagelo social. A passividade quanto a desigualdade e falta de informações referentes aos direitos constitucionais e acesso à saúde são incluídas à dificuldade diária enfrentada na mão de obra precária.

A partir das representações dos ACS puderam ser verificados as dificuldades de comunicação, de moradia, de mobilidade urbana e de acesso à saúde; no entanto, demonstrou categoricamente a importância do ACS no processo de acolhimento social do imigrante atual. Portanto, podemos concluir que o Estado, por meio dos governos locais possuem o dever de capacitar os ACS, quanto a esta nova demanda populacional, por encontrar-se em contato direto com a comunidade e possuir ferramentas efetivas de defesa social aos imigrantes. Ressaltando a importância de políticas públicas atuais, qualificando a proteção da comunidade em todos aspectos possibilitando a resolutividade dos problemas pela equipe de saúde.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. E., MOTA A. O Programa Saúde da Família no bairro do Bom Retiro, SP, Brasil: a comunicação entre bolivianos e trabalhadores de saúde. **Interface** (Botucatu); v. 18, n. 50, p. 493-506, 2014.

AUDEBERT, C. **La Diaspora Haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes; 2012.

AZEREDO, C. M. et al. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 743-753, 2007.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASCH, L., GLICK SCHILLER, N., SZANTON BLANC, C. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and the Deterritorialized Nation-State*, New York: Gordon and Breach.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990.

BRASIL. B Lei nº 11.350 de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006.

CARDOSO, A. S.; NASCIMENTO, M. C. Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre a equipe e a comunidade. **Cienc Saude Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 1509-1520, 2010.

CAMPUS, W. S. G. **Saúde paidéia**. São Paulo: Hucitec. 2005.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: Cavalcanti L, Oliveira AT, Tonhati T, organizadores. **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, p. 11-22, 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). [homepage na internet]. **Corede Vale do Taquari**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_corede_detalle.php?corede=ValV+do+Taquari>. Acesso em: 06 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [homepage na internet]. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

JODELET, D., Les représentations sociales, Paris, PUF, 1994 (p. 36-57)

MANDÚ, E. N. T. et al. Visita domiciliária sob o olhar de usuários do programa saúde da família. **Texto contexto – enferm**, v. 17, n. 1, p. 131-140, 2008.

MARGOLIS, M. **Little Brazil**: Imigrantes brasileiros em Nova York, Campinas: Papyrus, 1994.

MARTES, A. C. B.; FALEIROS, S. M. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saude soc**, v. 22, n. 2, p. 351-364, 2013.

MARTES, A. C. B., **Brasileiros nos Estados Unidos** – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MILBRATH, V. M. et al. Comunicação entre a equipe de saúde e a família da criança com asfixia perinatal grave. **Texto contexto – enferm**, v. 20, n. 4, p. 726-734, 2011.

PATARRA, N. L. “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

REIS, R. S. Acesso e utilização dos serviços na Estratégia Saúde da Família na perspectiva dos gestores, profissionais e usuários. **Cienc Saude Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3321-3331, 2013.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, M.C.; Santos, R.V. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SEYFERTH, G. “**As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional**”. *Horizontes Antropológicos*, v.6, n.14, p. 143-176, 2000.

TOPA, J.; NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saude soc**, v. 22, n. 2, p. 328-341, 2013.

FATORES DE VULNERABILIDADE E MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL SUBJACENTES À MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

Margarita Rosa Gaviria Mejía¹

Rosmari Cazarotto²

Resumo: A ilha paradisíaca da época da colonização espanhola, chamada de *Pérola das Antilhas* no século XVIII, por ser a colônia mais rica da França, é no século XXI o país mais pobre do continente americano. Atualmente, no Haiti, 80% da população vive abaixo da linha da pobreza. Quadro decorrente de uma longa história de violência política, econômica e ambiental, perante o qual os haitianos obrigam-se a procurar caminhos alternativos, como migrar. Para apreender os elementos políticos, econômicos e culturais que dão suporte à imigração dos haitianos para o Brasil, após o terremoto de 2010, nos remetemos a fatores de vulnerabilidade social vivenciada no Haiti ao longo de sua história; observamos que a imagem do Brasil como potência latino-americana favorece o fluxo migratório de haitianos para o Brasil e as condições em que estes migrantes se estabelecem no país de acolhida. Após a contextualização histórica e social do processo migratório, discorreremos acerca dos mecanismos de proteção social nos quais se sustenta esse processo, tomando como referência o estudo etnográfico realizado num município de 21.069 habitantes ao sul do Brasil, que concentra um amplo contingente de migrantes haitianos. Seguimos o pressuposto metodológico de Levi-Strauss conforme o qual um estudo particular pode ter um alcance geral.

Palavras chaves: Haiti. Migração. Vulnerabilidade social. Mecanismos de proteção social.

INTRODUÇÃO

A ilha paradisíaca da época da colonização espanhola, chamada de *Pérola das Antilhas* no século XVIII, por ser a colônia mais rica da França, devido às plantações de cana-de-açúcar, é, no século XXI, o país mais pobre do continente americano (WOODING y MOSELEY-WILLIAMS, 2004). No Haiti, 80% da população está abaixo da linha da pobreza (LOUIDOR, 2013) e dois terços sobrevivem da pesca e da agricultura praticada em espaços erosivos, marcados pela sobre-exploração e o desmatamento, restando 2% de áreas de florestas, em 2006. Quadro decorrente de uma longa história de violência política, econômica e ambiental, perante o qual os haitianos obrigam-se a procurar caminhos alternativos, como migrar.

Para compreender os elementos políticos, econômicos e culturais que dão suporte à imigração dos haitianos para o Brasil, após o terremoto de 2010, é preciso evocar fatos que provocam a vulnerabilidade social vivenciada nesse país ao longo de sua história. Assunto sobre o qual tratamos na primeira parte deste artigo, apoiados em informações históricas. Na segunda parte, tratamos sobre fatos, além do terremoto, que marcaram o processo migratório para o Brasil, assinalando as peculiaridades do processo numa região de Rio Grande do Sul onde se encontra um amplo contingente migratório.

Nesse contexto, analisamos dados empíricos sobre mecanismos de proteção social subjacentes ao processo migratório dos haitianos para o Brasil, elaborados a partir de um estudo etnográfico realizado em um município de 21.069 habitantes.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social do Haiti inicia-se com o genocídio dos índios que habitavam a Ilha durante a colonização espanhola. A partir de 1650, o lado ocidental da ilha é ocupado pela França³ com negros africanos. Escravizados e maltratados, os negros se revoltam contra os franceses inspirados nas práticas religiosas do vodu. Conforme as narrativas históricas, os escravos haitianos se conectavam com seus ancestrais africanos e recebiam mensagens revolucionárias que os instigavam a lutar (OLIVELLA, apud LOUIDOR, 2013). A inspiração religiosa lhes deu forças para vencer na luta pela liberdade e derrotar, em 1804, o exército de Napoleão

1 Profa. CCHS; PPGAD Univates.

2 Profa. CCHS; Univates.

3 Através do Tratado de Ryswick Espanha e França dividem a ilha entre si; a Espanha fica com o que hoje é Santo Domingo e a França com o que corresponde ao Haiti (LOUIDOR, 2013).

Bonaparte. Rebelião que serviu de modelo para outros países na luta contra a escravidão (LOUIDOR, 2013). Mas, o preço da liberdade foi alto.

Após a independência, o Haiti começa a pagar para a França uma indenização superior a sua renda, recorrendo a empréstimos em bancos franceses. Dívida que obrigou o Haiti a transferir capitais e recursos naturais para a antiga metrópole (GALEANO, apud LOUIDOR, 2013). O endividamento insere o Haiti num processo de dependência econômica progressiva, que o tornou prisioneiro do capital estrangeiro e, em consequência, de políticas econômicas e políticas externas. De modo que, as atividades econômicas de subsistência destinadas a satisfazer as necessidades básicas da população, no âmbito local, são suplantadas pelas exportações para França, Estados Unidos e outros países (LOUIDOR, 2013).

A dependência econômica do Haiti das grandes potências se reflete na instabilidade política interna, manifesta em divisões e enfrentamentos entre facções políticas. Fatos que contribuíram para a ocupação do Haiti pelos Estados Unidos entre 1915 e 1934 sob o pretexto de estabilizar o país. Na ilha, os Estados Unidos implantam corporações que abrigam indústrias açucareiras e bananeiras, fazem exportações de sisal, borracha, cana-de-açúcar e banana, permitindo a apropriação dos recursos financeiros do Banco Nacional da República do Haiti (BNRH). Além disso, amparados pelo governo local, os Estados Unidos exploram e expropriam os camponeses de suas terras, chegando ao ponto de, em 1945, permitir, por decreto, que corporações americanas como a Sociedade Haitiano-Americana de Desenvolvimento Agrícola destruísse plantações de produtos alimentícios, agrícolas e frutíferos (LOUIDOR, 2013).

A ocupação americana termina em 1934, no entanto a presença das forças armadas haitianas, criadas por americanos, permanecem e apoiam a ditadura dos Duvalier que inicia em 1957 e termina 30 anos depois. Novamente, nesse contexto, a religião revela-se um forte estímulo à luta contra a opressão e a corrupção do país. A Teologia da Libertação convida o povo a lutar para transformar à luz da fé tal realidade, e conquistar sua segunda independência em 7 de fevereiro de 1986. Sonho que durou pouco, pois regimes autoritários decorrentes de golpes de Estado dirigem o país até 1994 (LOUIDOR, 2013).

Na década de 1990 aumenta a dependência econômica, financeira e militar do Haiti em relação às grandes potências. Dependência causada pela liberalização comercial e financeira, a presença militar das “missões de paz” das Nações Unidas e o controle de políticas públicas por parte das instituições financeiras internacionais. No Haiti, cresce a abertura para o mercado externo devido à redução de tarifas de importação. E os capitais gerados nas importações são transferidos ao exterior, principalmente aos Estados Unidos.

Segundo a organização haitiana PAPDA⁴, as políticas públicas do Haiti têm sido definidas durante os últimos 20 anos por especialistas de instituições financeiras internacionais acreditadas no Haiti, acompanhados por políticos e burocratas haitianos e supostamente por membros da sociedade civil. Essas políticas públicas são desfavoráveis à população haitiana e provocam a intensificação da dependência em instituições financeiras internacionais.

Acerca do assunto, Seguy (2014) afirma que o “Haiti está se tornando uma colônia” aos moldes do século 21, cujo senhor é o “capital transnacional”. O sociólogo cita a expropriação de 250 hectares de terras cultivadas por famílias do campo. Bem como, o fato de que o dinheiro destinado para reconstruir o país após o terremoto não é bem utilizado. De maneira que, para sobreviver, os haitianos acabam aceitando longas jornadas de trabalho em troca de um salário equivalente a cinco dólares por dia.⁵

A instabilidade política que enfrenta o Haiti desde 1993 permitiu a entrada no país de cinco missões de apoio e manutenção da paz, acusadas de violações aos direitos humanos contra os cidadãos haitianos. A missão atual é a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), que estabeleceu-se em 2004 para permanecer seis meses e completa uma década. Sua saída está prevista para iniciar em 2016 (RODRIGUES MOZINE, 2013).

4 A Haitian Platform to Advocate Alternative Development (PAPDA) é uma coalizão de nove organizações não governamentais que trabalham no desenvolvimento de movimentos populares Haitianos como uma alternativa ao modelo econômico neoliberal. <http://www.grassrootsonline.org/where-we-work/haiti/haitian-platform-advocate-alternative-development-papda>

5 Haiti foi recolonizado pelas forças de paz, defende o sociólogo haitiano Franck Seguy em sua tese: “A catástrofe de janeiro de 2010, a ‘Internacional Comunitária’ e a recolonização do Haiti.” Unicamp, 2014.

A Minustah é apontada de reprimir protestos sociais e perpetrar violações aos direitos humanos, abusos sexuais contra jovens, homens e mulheres. Fato que desencadeou no Haiti uma luta por sua saída imediata, encabeçada por estudantes da Universidade do Estado do Haiti (LOUIDOR, 2013). Expressam o desejo de que os haitianos tomem conta de seu destino e dizem não haver justificativa para a intervenção militar antes ou depois da queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. Amparados em pesquisas, os haitianos acusam essa Missão de ter levado a bactéria do cólera, através dos militares nepaleses (ALMEIDA, 2014)⁶.

Apesar da dificuldade, o povo haitiano tem a vontade e a capacidade de buscar caminhos alternativos (ESQUIVEL, 2013). Nos discursos dos haitianos percebe-se que são seguidores da filosofia do Toussaint Louverture, precursor da independência que falou para os franceses quando o capturaram e deportaram: “você me derrubaram, mas só cortaram o tronco da liberdade dos negros. Ela brotara de novo porque suas raízes são muitas, e profundas” (ALLEGRI, 2013; p. 9).

TERREMOTO 2010

O terremoto de janeiro de 2010⁷, considerado o maior desastre natural das últimas décadas, contribuiu para reforçar a influência norte-americana no Haiti. Os Estados Unidos enviam 20.000 marines para controlar o país. Assim, o desastre renova o interesse internacional no Haiti, organizam-se diversas cúpulas internacionais com o objetivo de reconstruir a Ilha, no marco do qual os Estados Unidos e a Europa disputam entre si a liderança pela reconstrução, que pode mobilizar 9 bilhões de dólares em 10 anos (LOUIDOR, 2013; p. 25).

Uma das instituições haitiana-internacional, a Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti (CIRH), constituída após o terremoto, é controlada por grandes potências e organismos internacionais, entre eles destaca-se os Estados Unidos. Os críticos argumentam que o CIRH não beneficia os haitianos, mas aos doadores, pois possibilita canalizar contratos de projetos multinacionais. Diante deste quadro, as organizações de direitos humanos de haitianos desabrigados têm protestado contra o processo lento de reconstrução, a dependência e a falta de transferência na gestão dos fundos.

O panorama do Haiti não é só desolador em termos econômicos e ambientais, mas também políticos. O Estado, tomado por intervenções estrangeiras, carece de autonomia no território nacional. Quadro que tem forçado, nas últimas décadas, a mais de um quarto da população a emigrar (LOUIDOR, 2013). Migram em vista de que a solidariedade e o auxílio humanitário internacional que o Haiti tem recebido para enfrentar a crise econômica, política e ambiental não permitiram melhorar o país. “Muitas ONGs são corruptas e as construções de fato não foram feitas para a população local”, confirma o padre Paolo Parise da Missão Paz presente no Haiti antes mesmo do terremoto.

Por sua vez, os analistas políticos assinalam que a migração é uma estratégia econômica encontrada para resolver, em parte, as dificuldades econômicas do país. Um terço do orçamento da Ilha é financiado por imigrantes (RODRIGUES MOZINE, 2013). Estudos sobre migração mostram como os problemas socioeconômicos são frequentes quando se justifica a escolha de partir em busca de uma melhor condição de vida e trabalho no exterior. No caso dos haitianos não é diferente, mas não são os únicos, a crise política interna, as violações aos direitos humanos, a falta de infraestrutura, entre outros, estimulam a migração.

Os haitianos decidem atravessar fronteiras internacionais desde 1957. Processo que se intensifica nas últimas décadas. A imigração haitiana para os Estados Unidos triplicou entre 1990 e 2012, o censo de 2010 contou quase um milhão de haitianos nesse país⁸. Também há populações na França (77,000), Canadá (74,000), e Bahamas (40,000)⁹. Na República Dominicana, único país a dividir fronteira terrestre com o Haiti, estima-se que haja entre 500 mil e 800 mil haitianos.

6 <<http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2014/06/haiti-um-estado-falido-dependente.html>>

7 Terremoto de 7 graus na escala Richter, que atingiu cerca de 3 milhões de pessoas, provocou 220 mil mortes e desabrigou 1,6 milhão de habitantes (Mozine, Freitas, Rodriguez, 2012; apud Mamed, 2013)

8 <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf.shtml> João Fellet e Luis Kawaguti

9 Haitian Immigrants in the United States MAY 29, 2014 SPOTLIGHT By Chiamaka Nwosu, Jeanne Batalov. Site: <<http://migrationpolicy.org/article/haitian-immigrants-united-states-0>>.

Por causa do terremoto de 2010, e perante as dificuldades de migrar para os Estados Unidos e a Europa, os haitianos procuram o Brasil¹⁰. Conforme o representante da OEA no Haiti de 2009 até 2011, entre 65% e 80% da população haitiana planeja se mudar para o Brasil (ALMEIDA, 2014)¹¹. Dados do Governo Federal Brasileiro indicam que do início de 2010 até o final de 2013, vinte e um mil haitianos obtiveram vistos permanentes para viver no Brasil. O número total de haitianos no Brasil é, no entanto, desconhecido, já que muitos ainda aguardam o visto¹². Mesmo assim esta migração é menor em comparação ao total de imigrantes haitianos em países com Estados Unidos e Canadá.

Deslocam-se também para países de América do Sul¹³, mas o Brasil é o destino preferido. Alguns haitianos ao narrar sua trajetória como imigrante dizem que saíram às presas para o Brasil achando que este país fecharia as fronteiras. Um deles conta que ao passar pelo Peru, indo em direção ao estado do Acre no Brasil, se uniu a outros haitianos que tinham sido chamados para ficar no Peru e em marcha pública manifestaram a preferência pelo Brasil, “Peru não, Brasil sim”, gritaram.

BRASIL NO HAITI E O HAITI NO BRASIL

A política externa brasileira frisa seu papel de protagonista solidário com o povo haitiano, fato que contribui para o Brasil conquistar maior representação internacional e se destacar enquanto potência latino-americana. Através de suas ações, como coordenador da Minustah, projetou sua imagem e sua bandeira¹⁴. Para Seguy (2014) o Brasil favorece o processo de “recolonização” ao comandar as forças de segurança. Este sociólogo considera que a liderança do Brasil vem assumindo “pretensões subimperialistas”. Como o Haiti não tem exército, nem uma polícia militar nacional suficientemente treinada para repressão, a Internacional Comunitária contrata soldados e policiais de outros países.

A intervenção estrangeira no Haiti coloca em evidência as desigualdades econômicas internacionais e regionais inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, traduzidas em diferenças significativas de incentivo salarial entre os diversos países, que estimulam a migração. Assim, se por um lado países como Brasil investem na construção da Rodovia Transoceânica para atender o dinamismo capitalista da região; por outro, a mesma rodovia é utilizada por trabalhadores de países periféricos para se mobilizar em busca de emprego e melhores condições de vida¹⁵. No Brasil depositam a esperança de arrumar emprego e estabilidade financeira. Grande parte dos haitianos no Brasil diz ter optado por este país pelo tamanho de sua economia e as possibilidades de emprego.

Em 2010, os haitianos começaram a entrar ao Brasil pelas fronteiras no norte do país, principalmente pelo Acre, onde recebem ajuda humanitária organizada pelo governo local com recursos federais, auxílio de igrejas, sociedade civil e voluntários. A partir de 2012, o governo estadual os abrigou em um alojamento na cidade de Brasileia, na fronteira com a Bolívia, e lhes deu a documentação necessária para ingressar no mercado de trabalho, já que chegavam sem vistos. Permaneciam ali até tirar os documentos para trabalhar legalmente no país. Facilidade que motiva os haitianos que estavam no Acre a convidar seus conterrâneos, provocando o fluxo migratório constante, comparável, conforme o Itamaraty, com a entrada em massa de japoneses e italianos ocorrido no final do período imperial e início da República Velha.

O intenso fluxo migratório de haitianos para o Brasil desde 2010, fez o governo brasileiro, em janeiro de 2012, através do Conselho Nacional de Imigração (CNIG), aceitar a entrada de haitianos e criar um visto especial para eles, nomeado visto humanitário, concedido àqueles que não tinham antecedentes penais. No entanto, o Brasil lhes nega o status de refugiados, apesar da existência de um regime internacional de

10 <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf.shtml> João Fellet e Luis Kawaguti

11 <<http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2014/06/haiti-um-estado-falido-dependente.html>>.

12 <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf.shtml>. João Fellet e Luis Kawaguti

13 Em 2010, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados registrou 25.892 refugiados (MAMED...).

14 <<http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2014/06/haiti-um-estado-falido-dependente.html>>.

15 MAMED E LIMA. Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia ocidental. GT. ALAS, 2013.

refugiados e das declarações de América Latina dirigidas a proteger os migrantes forçados¹⁶. Na situação em que se encontram ficam sujeitos à vontade política do Estado.

O crescimento da migração levou o governo do Acre, uma das principais portas de entrada de haitianos para o Brasil, a decretar estado de emergência social em Brasileia em abril de 2013. Enquanto que o Governo Federal Brasileiro suspende o limite de vistos permanentes em caráter humanitário para os haitianos, decisão publicada no Diário Oficial da União (RODRIGUES MOZINE, 2013). O contingente de imigrantes não parou de crescer, por isso, em abril de 2014, o governo do Acre resolveu fechar o abrigo em Brasileia e transferir parte dos imigrantes à capital, Rio Branco, e outros a São Paulo. Medida que o governo acreano justifica pelo fato de que a permanência dos imigrantes em Brasileia representava um risco para a população local, que começou a enfrentar problemas pela falta de infraestrutura para acolher os recém-chegados.

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS FÍSICAS E SOCIAIS

Uma parcela de população haitiana que se encontrava no Acre em 2012 começa a ser recrutada por empresas no Sul e Sudeste do Brasil. E um dos destinos é o Vale do Taquari, localizado na porção centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. Constituído por 36 municípios e uma população de 329.258 habitantes em 2011 (FEE, 2013)¹⁷. Território aonde, nos últimos anos, vem se acentuando o problema da falta de mão de obra nas indústrias de alimentos, cooperativas e empresas de construção civil.

A demanda da mão de obra haitiana em municípios do Vale do Taquari revela que não só o crescimento econômico de serviços em grandes cidades demanda de força de trabalho internacional com conhecimento técnico. Cidades de interior e pequenas localidades também precisam para seu crescimento econômico do imigrante internacional que exerce atividades manuais, sem muita qualificação e baixa remuneração.

Embasados na orientação metodológica que enfatiza a cidade e os migrantes, não a migração na cidade, salientamos como os migrantes contribuem na reestruturação das cidades de assentamento ou daquelas as que estão transnacionalmente conectados. Se no âmbito político os migrantes tendem a ser vistos como problema social, o que as pesquisas indicam é que cada vez mais os migrantes internacionais são atores significantes na reconstituição da vida diária, econômica e política das cidades no mundo (SCHILLER E ÇAGLOR, 2011).

Pequenas cidades como Encantado, município de 21.609 habitantes no Vale do Taquari onde desenvolvemos um estudo de caso, são afetadas por competições em investimento, pelas novas economias industriais e por mudanças nas pressões do mercado, e o imigrante desempenha um papel importante no processo de mudança. Pois, como assinalam Schiller e Çaglor (2011) na introdução do livro "Location Migration", a economia neoliberal atinge tanto as grandes cidades quanto as pequenas. E os imigrantes se incorporam nelas conforme as oportunidades que a cidade lhes oferece, portanto variam de acordo com o contexto.

As oportunidades que Encantado-RS oferece aos haitianos referem-se à infraestrutura local e às possibilidades de desenvolver atividades empresariais, arrumar emprego, investir em educação, moradia e vínculo com a vida cultural local. Desta perspectiva teórica, os migrantes são abordados como residentes de cidades e atores dentro e através do espaço, mais do que como comunidades étnicas. Levando em conta que a atuação do imigrante muda com o tempo (SCHILLER E ÇAGLOR, 2011).

Nesse sentido, a migração no âmbito de pequenas cidades apresenta peculiaridades que a diferenciam do que acontece em grandes cidades. Schiller e Çaglor (2011) assinalam que o foco em pequenas cidades abre novas luzes para pensar formas de relacionamentos dos migrantes com as cidades e a conexão transnacional.

16 Não são considerados refugiados por não se incluírem nos requisitos da Convenção de Genebra de 1951 e também da Lei brasileira do Refúgio 9.474/97, muito embora o inciso III da lei brasileira considere que "devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país" dando interpretação ampla, na qual os haitianos poderiam ser reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro. Existiu inclusive, ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal sobre essa questão. Porém, o juiz federal confirmou a decisão do CONARE, e manteve a decisão numa interpretação restritiva de não considerá-los refugiados. **Migrantes Haitianos no Brasil: Mitos e Contradições** Viviane Mozine Rodrigues PUC/SP e UVV/ES. ALAS, GT 09, 2013

17 Fundação de Economia e Estatística - FEE. <http://www.fee.ctche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalle.php?corede=Vale+do+Taquari>. Acesso em 29 out. 2013.

ESTUDO DE CASO EM ENCANTADO

Tal como aponta Basch *et al.* (1994), referindo-se ao caso dos haitianos nos Estados Unidos, os imigrantes enfrentam dificuldade em estabelecer suas identidades num mundo em que a classe dominante define as pessoas em termos do relacionamento com o Estado-Nação. A experiência transmigrante não é espacialmente localizada. No entanto, os líderes políticos e os representantes das instituições em Estados-Nação (universidades, filantropias, igrejas) – oferecem construções hegemônicas, geograficamente limitadas, de lealdade e identidade no âmbito das quais os transmigrantes lutam por entender quem são eles e a que lugar do mundo pertencem.

Em nosso estudo de caso, percebemos o embate dos haitianos com a construção hegemônica da Cooperativa que os trouxe inicialmente e os emprega. Sendo que, tal como assinala Zamberlam (2014, p.15), baseado em dados da UITA – União de Trabalhadores na Indústria de Alimentos e Agricultura -, no Rio Grande do Sul, “a absorção dos novos imigrantes tem se dado devido à desistência de trabalhadores nacionais que consideram essa atividade ‘massacrante’ e ‘penosa’. Os trabalhadores estão expostos às baixas temperaturas e ao ritmo de trabalho repetitivo”.

Os imigrantes haitianos na Cooperativa foram distribuídos inicialmente por setores, oito deles os direcionaram para trabalhar na Divisão de Produção Agropecuária, nas granjas e na Fábrica de rações, e os demais ficaram no setor de abate de suínos, 80%, e no setor de desossa, 50%. Atividades consideradas árduas e mal remuneradas pela sociedade local devido às condições de trabalho em que se realizam. Contudo, uma avaliação da Unesco em conjunto com a Secretaria de Direitos humanos da Presidência da República, em 2013, registra, no caderno que trata o tema Direito ao Trabalho com Dignidade, a experiência dos haitianos na Dália como exemplo de educação em direitos humanos. Os critérios levados em consideração para este destaque foi o fato dos haitianos contratados permanecerem na empresa, situação que contrasta com o relato da Secretaria de Direitos Humanos do Acre, segundo o qual, muitos deles não se adaptam às empresas que os empregam¹⁸.

Como a Cooperativa é a principal empregadora do município, a massa de trabalhadores gira em torno dela. Define valores e práticas que entram em confronto com os valores culturais dos haitianos, os quais ficam desorientados e descontentes ao perceber a natureza das concepções de trabalho e as relações sociais de trabalho em torno das quais se constrói a Cooperativa. Manifestam decepção em relação às expectativas que tinham.

Um ano e meio depois da primeira imigração, há entorno de 300 haitianos em Encantado. O número é aproximado, pois o fluxo é permanente. Fato que dificulta às instituições que desejam fazer um cadastro dos informantes, saber quantos e quem são para ter um controle sobre os mesmos e desenvolver mecanismos de proteção social.

Os últimos imigrantes estão chegando, não através da cooperativa de alimentos que trouxe as primeiras levadas de imigrantes desde Brasileia (uma de 58 e a segunda de 78), mas com recursos próprios e por indicação de parentes e amigos previamente assentados no município, que diziam ter emprego para toda a família. Os que chegam por conta própria para Encantado têm dificuldade para arrumar emprego, em parte, pela falta de documentos. A condição de estrangeiro limita o ingresso ao mercado de trabalho.

A migração de haitianos para o Brasil não é mediada pelo Estado-Nação, mas pelo transnacionalismo. Nele atuam redes familiares e laços de amizade dos imigrantes, bem como as trocas culturais conduzidas por atores não institucionais, sejam eles grupos ou indivíduos que atravessam as fronteiras dos Estados.

Conforme os dados apresentados acima, no fluxo migratório de haitianos para o Brasil observa-se, como apontam as teorias neoclássicas sobre migrações de “Push and pull theory”, maiores e melhores oportunidades de trabalho e salário são fatores de atração; enquanto pobreza, desemprego e baixos salários são fatores de expulsão. Acerca dos fatores de atração para o Brasil, Zamberlam *et al.* (2014) apontam o crescimento recente da economia brasileira, a valorização do mínimo (242%), a transferência de renda para a população carente, grandes obras de infraestrutura e a carência de mão de obra qualificada e semiquificada. Contudo, a mobilidade do trabalhador não se dá apenas em função da variabilidade da renda, de um cálculo

180 material está sendo documentado pela consultora internacional de Educação em Direitos Humanos, Alessandra Teixeira. A advogada e mestre em Legislação Internacional dos Direitos Humanos é quem está atuando junto ao projeto da Unesco. <http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/42685#ixzz2t25yRR6j>

utilitarista individual. Há também fatores de ordem social e cultural envolvidos que devem ser contemplados para compreender a origem e a manutenção dos movimentos migratórios contemporâneos (MARTES, 1999).

Seguindo a perspectiva teórica de Martes (1999), não focamos a atenção na racionalidade individual (que é premissa fundamental da teoria neoclássica sobre migrações) mas na análise de situações em que o ambiente social afeta e modifica a racionalidade individual e o comportamento econômico. Nesse sentido, sem desprezar a racionalidade dos atores sociais na perseguição dos objetivos, resguardamos a dimensão social dos contextos nos quais os atores atuam e fazem suas escolhas.

Observamos essa dimensão social na escolha do Brasil como destino migratório. Neste país encontram maior possibilidade, do que nos Estados Unidos e na Europa, de trazer outros membros da família. Para os haitianos, os interesses da família se sobrepõem a qualquer projeto individual. O que mais os mobiliza na atualidade para esta Cooperativa de alimentos em Encantado é o fato de contratarem mais de um membro da família. Conseguem reproduzir as relações sociais conforme o padrão cultural haitiano, no qual as relações familiares são reforçadas por relações de proximidade física e social permanente. Tendo a família perto, podem recriar no Brasil elementos de identidade da cultura haitiana como a gastronomia e a música, por exemplo. As relações familiares representam mecanismos de proteção social determinantes entre os imigrantes. Sabem que para se sustentar precisam do ingresso de todos os membros da família. Entram em estados depressivos por não conseguir trazer a família junto.

Outro fator de motivação da imigração para Encantado é o tamanho do município, por ser pequeno possibilita a vida em comunidade, a solidariedade e ajuda mútua entre os imigrantes. Agir como ator coletivo empodera os imigrantes. Dado reforçado pela informação do acontecido com os casais enviados no início para as granjas da Cooperativa localizadas no meio rural, não gostaram porque ficavam isolados dos demais conterrâneos.

A esta dimensão social da imigração de haitianos para o Brasil também nos aproximamos num primeiro momento através da análise das representações sociais que impulsionam a mobilidade de haitianos para o Brasil. Para os haitianos o Brasil é um país rico, poderoso, estável economicamente, oferece melhor condição de vida do que o Haiti, gente feliz, bonita e simpática. Brasil é a terra prometida, representa uma espécie de *sonho americano*. Imagem favorecida pela atuação do Brasil como coordenador da Minustah.

Essa imagem do Brasil e do brasileiro, dois anos depois de estar em Encantado, muda. Como já apontam outros estudos, a experiência migratória não é estática. Na fase inicial da imigração, a receptividade do Brasil é um aliado a seus sonhos, mas, em muitos casos, passado um ou dois anos no local de assentamento se deparam com uma realidade totalmente diferente da que sonhavam e, para alguns, vira pesadelo. Dizem que os brasileiros no início os convidavam para ir a suas casas e a participar de práticas culturais como pesca, agora não mais. Essa desconstrução da imagem positiva do brasileiro também ocorre a raiz da convivência no ambiente de trabalho, no lugar de simpático e hospitaleiro o qualificam de mal educado e falso.

Criticam o temperamento conformista dos brasileiros, que ingressam na Cooperativa com dezoito anos e projetam suas vidas ali até se aposentar. Contrariamente aos brasileiros, eles afirmam que se já conseguiram começar de zero após o terremoto, então podem fazê-lo de novo e sair da Cooperativa. Em seus discursos, transmitem um espírito de luta que os identifica como haitianos e os distancia dos brasileiros, às vezes os contrapõe. Percebe-se que a continuidade imaginária da revolução haitiana ainda faz parte da contestação do poder, neste caso o financeiro. “Povo haitiano é bem solidário, se não sair tudo certinho vai virar uma bagunça. Nenhum haitiano vai querer trabalhar, vai ficar complicado”.

Observamos diversas situações em que a população haitiana expressa identidades coletivas em Encantado. No âmbito das identidades, distinguimos as evocadas pelos imigrantes haitianos para marcar fronteiras com a sociedade de acolhimento e as construídas ou reconstruídas a raiz da integração com a sociedade local. Quanto aos elementos de identidade utilizados para manifestar fronteira cultural com a sociedade local destacasse a língua materna.

Como destaca Cotinguiba (2014), no Haiti há duas línguas oficiais, o francês e o crioulo haitiano – *Kreyòl Ayisyen*. O francês opera como um demarcador social, define um *status* para quem o domina, seu conhecimento é indicador do grau de escolaridade, é a língua da burocracia. Já a língua materna e do domínio geral é o crioulo. Na pesquisa observamos que a comunicação em Kreyol é um recurso que os haitianos para evocar uma unidade,

uma origem comum, dizem que em sua língua expressam a vontade seus sentimentos e excluem os brasileiros. A língua comum delimita as fronteiras dessa comunidade partilhada de dor, sofrimento e oposição em relação ao Brasil e os brasileiros. Como um deles disse, em kreyol expressam problemas de comunicação cultural que tem com a sociedade local. Nos discursos percebe-se que quando os haitianos referem-se ao Brasil o pensam a partir de Encantado.

Paradoxalmente, as diferenças linguísticas dificultam a comunicação com a sociedade local e em algumas ocasiões acarreta graves problemas para eles. Acontece quando não sabem falar português e precisam de atendimento médico ou acesso a outros serviços sociais básicos. Não tem condições de demandar perante a sociedade local desses serviços. Nesses casos recorrem à solidariedade dos haitianos que falam português e conseguem traduzir as necessidades. Só que como eles mesmos apontam, não é só problema de comunicação linguística, é um problema de comunicação cultural.

Um outro delimitador da identidade se reflete no sentimento de solidariedade, que não se expressa apenas nas relações entre os haitianos em Encantado, estendem-se além das fronteiras. Tal como Jackson *et al* (2011) apontam em sua análise das geografias dispersas da migração haitiana, a experiência legal, racial, política, social e econômica de viver em diversos lugares e as interconexões entre esses lugares através do parentesco, sítios de internet, alimentação, música e religião

Jackson *et al.* (2011) assinalam que as identidades dos migrantes e o grau de conexão transnacional muda e é transformada ao longo do tempo e do espaço. A pesquisa diaspórica torna claro que o senso da comunidade transnacional partilhada nunca é uma constante apesar da distância e da experiência histórica, nem inevitavelmente perdida ao longo dos anos.

Através das relações sociais e de suas ações, os transmigrantes vivenciam a experiência da intersecção e interpenetração entre os países de origem e os de estabelecimento, expressa na afirmação e construção de identidades. Desta perspectiva, a transnacionalização se contrapõe à premissa neoclássica dos estudos sobre as migrações nacionais que estipulam que o imigrante buscará se integrar na sociedade receptora através da supressão de toda a manifestação pública de caráter identitário. Ao contrário, ancorados em estudos pioneiros sobre o assunto (BASCH *et al.* 1994), percebe-se que o transmigrante reconfigura sua identidade pública em relação a mais de um Estado-Nação sem esconder o pertencimento duplo. Fenômeno observado em diversas situações em que a população haitiana expressa identidades coletivas em Encantado.

Outra das manifestações de unidade e solidariedade dos haitianos foi a criação em abril de 2014 de um Comitê constituído por 7 membros. Sustentados no argumento de que, “grupos sem cabeça não tem como funcionar”. Justificam a iniciativa, inspirados na experiência histórica do Haiti, que mostra que a condução das decisões a partir de pequenos grupos dá mais resultado do que em grandes. Consideram que as decisões tomadas no Comitê vão beneficiar a totalidade de haitianos. Segundo os autores desta iniciativa, o objetivo é organizar a população imigrante para que fale de seus problemas, expresse suas demandas, seus sentimentos, receba apoio dos outros e se expresse culturalmente. O Comitê vai direcionar os haitianos pelo mesmo caminho, de maneira a evitar que fiquem perdidos. É uma estratégia que visa à ação coletiva.

Além da identidade cultural expressa em práticas culturais desenvolvidas junto à sociedade de assentamento. Identificamos a diáspora¹⁹ haitiana (SCHILLER; JACKSON *et al.* 2011) a partir de Encantado em situações que evocam a unidade e identidade com os haitianos dispersos pelo mundo. A unidade a percebemos no uso da internet, eles utilizam este recurso para manter comunicação com haitianos que moram no Haiti e em outros países. Fazem reuniões pela internet, afirmam que o lugar não é problema para eles e que utilizam a internet não para “bater papo” mas para se comunicar. Também fazem referência constante à identidade com o país de origem. Expressam orgulho do Haiti, pois a diferença do Brasil, no Haiti circulam várias moedas (dólar, euro), falam duas línguas.

A internet também tem sido veículo de articulação entre imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul, membros da sociedade civil brasileira e organizações solidárias com a situação dos imigrantes haitianos no Brasil. Uma das ações dessa articulação tem sido a criação do grupo “Imigração de Haitianos no RS” no Facebook. Nessa página divulgam acontecimentos sociais como a Festa da Bandeira do Haiti, Programações de aulas de

¹⁹ O termo diáspora se tornou um lugar-comum, não só dos estudiosos do Haiti, mas de membros de todas as classes sociais em Haiti e de pessoas de origem haitiana em qualquer lugar de assentamento (Schiller; Jackson *et al.* 2011).

português, nascimentos e outros eventos sociais e culturais. Bem como contém dois instrumentos-chave para os haitianos no Brasil, um deles é uma Apostila Creole – Haitiano-Português, que traduz palavras essenciais para a comunicação entre haitianos e brasileiros. O outro é uma Guia de Informação para os Haitianos acerca do trabalho, nela aparecem leis trabalhistas. Estes instrumentos foram criados pelo Ministério de Trabalho e Emprego Brasileiro. O primeiro foi editado em 2011 e o segundo em 2012.

Outra instituição que tem contribuído na melhora das condições de vida do imigrante haitiano no Brasil é a Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Desde o início do processo de imigração no local de assentamento, os imigrantes têm tido o apoio da Congregação. Primeiro, no final de 2012 quando chegou o primeiro grupo de 58 haitianos, os leigos que fazem parte da Congregação os acolheu tratando de suprir suas necessidades primárias como o conhecimento da língua, ministram aulas de português, orientam no processo de legalizar a documentação necessária para entrar no mercado de trabalho, recolhem e distribuem entre eles roupas, móveis, utensílios. Os acompanham nos órgãos públicos quando precisam, no hospital e atendimentos de serviços públicos da saúde, na Delegacia de Polícia, nos Sindicatos, enfim, os acompanham em todas as necessidades. Em seu labor missionária percebem a importância da “escuta”, já que suas necessidades emocionais e humanas às vezes são maiores que as materiais. Os missionários dizem que o que obstaculiza a missão é o fato de serem poucos, e que desenvolvem essas atividades nas horas de lazer como voluntárias.

Esta Congregação, com o apoio dos leigos e dos padres da Paróquia trouxe um Padre haitiano para o sul do Brasil. Em conjunto apresentaram para a Direção Regional da Congregação esta necessidade, tendo conseguido o apoio de outros padres Scalabrinianos da Região. A presença do Padre visava a apoiar os haitianos em suas dificuldades, principalmente nos problemas de comunicação entre eles e a sociedade local. Como o padre haitiano tem a mesma língua, pode servir de mediador entre seus conterrâneos e a sociedade local. Ajudar a vencer a dificuldade que tinham os leigos de manter reunidos os imigrantes, manter o contato, de exercer um controle social sobre eles. Sentem a necessidade de criar um espaço físico e social que os reúna, para manter um controle sobre eles e poder atender à missão. O Padre conseguiu um salão na Igreja onde eles poderiam se reunir. No fundo a origem comum os une.

Paradoxalmente, a maior parte dos haitianos se declara Evangélico, poucos são católicos. Para o Padre isso não é problema, o que interessa é saber que eles vão para a Igreja e agradecer a Deus, argumenta. Nas referências que os haitianos fizeram à Igreja, percebe-se que esta representa o espaço onde vivenciam sua religiosidade. Entendendo que a religião mais do que uma crença é um espaço de sociabilidade e de recriação de uma identidade cultural. É o Haiti no Brasil. Fazem sempre referência constante a sua identidade haitiana e expressam orgulho de seu país.

REFERÊNCIAS

ALLEGRI, Ermanno. Refundar uma nação livre e soberana In: **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Organizado por Adriana Santiago. ADITAL, Fortaleza, Brasil, 2013.

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. La política de migraciones brasileña y la migración haitiana a Brasil. *International Organization for Migration*, de <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/what-we-do/migration-policy-and-research/migration-policy-1/migration-policy-practice/issues/october-november-2012/la-politica-de-migraciones-brasi.html>>.

BASCH, SCHILLER, and BLANC. **Nations Unbound**. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States. Copyright 1994, Gordon and Breach Science Publishers.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre o trabalho e processos migratórios**. Dissertação de mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, Rondônia, Brasil, 2014.

ESQUIVEL, Adolfo Perez. Um povo entre a dor e a esperança. In: **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Organizado por Adriana Santiago. ADITAL, Fortaleza, Brasil, 2013

Intensificação de chegada de haitianos impõe desafio ao governo brasileiro. Notícias Terra. Acesso em 4 de Agosto, 2013, de <http://noticias.terra.com.br/brasil/intensificacao-de-chegada-de-haitianos-impoe-desafio-ao-governo-brasileiro,93cd4a935b040410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>

JACKSON, Regine. Foreword: Locality, globality and Popularization of a Diasporic Consciousness Learning from the Haitian Case by Nina Glick Schiller. In **Geographies of the Haitian Diaspora**. Edited by Regine O. Jackson. Routledge Taylor & Francis Group New York London. First published 2011. LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1985. LOUIDOR, Woody Edson. Uma história paradoxal. In: **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Organizado por Adriana Santiago. ADITAL, Fortaleza, Brasil, 2013.

MAMED, Letícia Helena; OLIVEIRA de Lima, Euronice. Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia ocidental. Grupo de Trabalho 09 - Estrutura Social, dinâmica demográfica e migrações. Congresso ALAS, Santiago do Chile, 2013.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

SANTIAGO, Adriana et al **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Organizado por Adriana Santiago. ADITAL, Fortaleza, Brasil, 2013.

SEGUY, Frank. A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2014.

SCHILLER, Nina Glick e Ayse Çaglor, (edited) **Locating Migration. Rescuing Cities and Migrants** Cornell University Express. Ithaca and London, 2011.

WOODING, Bridget y MOSELEY-WILLIAMS. Imigrantes haitianos y dominicanos de ascendencia haitiana en la República Dominicana. Ed. Cooperativa Internacional para el Desarrollo (CID) y el Servicio Jesuita a Refugiados y Migrantes (SJR). Santo Domingo, 2004.

PAPEL DAS MULHERES MIGRANTES NOS PROJETOS FAMILIARES QUE MOBILIZAM A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL¹

Margarita Rosa Gaviria Mejía²

Jaqueline De Bortoli³

Emeli Lappe⁴

Resumo: Nas últimas décadas, mais de um quarto da população haitiana migra, porque a solidariedade e o auxílio humanitário internacional que o Haiti recebe por causa da crise econômica, política e ambiental que acomete o país não contribuíram para melhorar suas condições de vida. Nesse contexto, a migração para outros países é uma estratégia para resolver, em parte, as dificuldades econômicas do país: um terço do orçamento da Ilha é financiado por imigrantes que enviam parte da renda ao país de origem. Após o terremoto de 2010, o Brasil tem sido o destino preferido, em função da facilidade de adquirir o visto humanitário. Este artigo se propõe a analisar, a partir das trajetórias de vida de mulheres haitianas que migraram para o Brasil, os projetos familiares subjacentes a essa movimentação migratória. A ênfase recai no viés feminino dessa migração, já que, entre as mulheres destaca-se a migração como um projeto familiar. Elas aspiram, principalmente, a arrumar emprego para terem renda suficiente para estarem no Brasil e enviar dinheiro para a família no Haiti. Já no caso masculino, percebem-se, também, interesses individuais no projeto migratório. Assim, numa perspectiva de gênero, para as mulheres o projeto migratório representa interesses familiares, envolvendo tanto os membros da família que ficam quanto os que partem. Para compensar a dor da separação, mantêm acesa a chama da esperança de se reunirem num futuro próximo e de melhorar as condições de vida da família. Igualmente, da ótica feminina sobressai à carga emocional que implica a separação de membros da família próximos como os filhos e os cônjuges.

Palavras-chave: Mulher. Migrante. Haiti.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, mais de um quarto da população haitiana emigra porque a solidariedade e o auxílio humanitário internacional que o Haiti recebe por causa da crise econômica, política e ambiental que acomete o país não contribuíram para melhorar suas condições de vida. As dificuldades para encontrar emprego no Haiti são enormes. Apenas 20% da população haitiana é empregada, argumentam os imigrantes haitianos ao apresentarem o panorama do país de origem. A opção é desenvolver atividades vinculadas ao comércio de diversas mercadorias ou à prestação de serviços. Nesse contexto, a migração dos haitianos para outros países é uma estratégia econômica encontrada que resolve, parcialmente, as dificuldades econômicas do país: um terço do orçamento da Ilha é financiado por imigrantes que enviam parte da renda ao país de origem. As remessas representam o 25% do PIB no Haiti (FERNANDES E CASTRO, 2014).

Os destinos preferidos dos imigrantes desde 1957, ano em que este processo se intensifica, têm sido os Estados Unidos, França e Canadá. Países que a partir de setembro de 2001 passam a ser mais rigorosos no controle migratório. Após o terremoto de 2010, o Brasil inclui-se entre os destinos preferidos. Os motivos são

1 Este artigo é produto do projeto de pesquisa “Imigração de haitianos para o Brasil: análises de um processo em construção a partir de um estudo de caso”, coordenado pela Prof. Dra. Margarita Rosa Gaviria Mejía, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) do Brasil no biênio 2014-2016. Com apoio institucional do Centro Universitário UNIVATES, RS, Brasil.

2 Antropóloga. Pós-doutora no tema de violência e conflitualidades na UFRGS. Doutora em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade no CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em antropologia social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em antropologia na Universidade de Antioquia em Medellin, Colombia. Atualmente professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento no Centro Universitário UNIVATES, e-mail: margaritarosagaviria@gmail.com

3 Bióloga. Mestranda em Ambiente e Desenvolvimento com bolsa FAPERGS no Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, RS – Brasil, e-mail: jbortoli@universo.univates.br.

4 Historiadora. Mestranda em Ambiente e Desenvolvimento com bolsa FAPERGS no Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, RS – Brasil, E-mail: emelilappe@universo.univates.br

vários. Não apenas a facilidade de adquirir o visto humanitário nesse país, pois países como Argentina, Chile, Equador e Peru também oferecem visto, mas a imagem de país próspero e de oportunidades divulgada pela mídia e reforçada pela presença militar brasileira no Haiti; a participação do governo brasileiro na Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) e o convite do ex-presidente Lula aos haitianos a emigrar para o Brasil, em sua visita ao Haiti, um mês depois do terremoto (FERNANDES E CASTRO, 2014). Nesse sentido, o mito inicial de progresso, modernidade e facilidade no estrangeiro, que impulsiona as emigrações de latino-americanos para Estados Unidos (MACHADO, 2014), é evocado nas emigrações de haitianos para Brasil.

ESTUDO DE CASO

Na pesquisa etnográfica que desenvolvemos no Vale de Taquari, no Rio Grande do Sul, ao analisarmos as representações sociais dos imigrantes haitianos acerca da experiência de vida, percebemos que a imagem positiva do Brasil e dos brasileiros, que os estimulou a migrar, desconstruem-na, uma vez estabelecidos no país de acolhimento. Pois, passam a conviver com o racismo e a xenofobia de que são vítimas e com as dificuldades para conseguirem um emprego onde possam desenvolver suas habilidades e conhecimentos profissionais. As empresas os contratam para desempenhar funções que os brasileiros não querem, em setores operacionais. Ignoram a competência técnica e profissional que alguns haitianos têm. Outro motivo de frustração é a dificuldade de encontrar vagas em universidades para realizar cursos de ensino superior. O conhecimento é um capital fundamental para ascender socialmente no Haiti, dizem. O projeto migratório envolve interesses econômicos e educacionais. Querem trabalhar e estudar. Adquirir capital educacional, mais do que econômico. Em vista de que, no Haiti, o acesso à educação superior é difícil. O preço para estudar em uma Universidade é alto e as vagas são limitadas.

DIFERENÇAS DE GÊNERO

As expectativas com o projeto migratório diferem entre os gêneros. No caso dos homens, visa alcançar formação educacional, independência financeira e autonomia. Já dá ótica feminina, busca fugir da pobreza, da falta de oportunidades, mas, sobretudo, oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais membros da família. A migração de haitianas para o Brasil, apesar de ter aumentado, é menor do que a masculina.

A análise do perfil dos haitianos que migram para o Vale de Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil, iniciado em 2012, mostra que esta população é predominantemente masculina. Este processo migratório compreende um período realmente curto, portanto, difere de estudos relativos a outros processos migratórios nos quais se analisa diferenças geracionais. No caso estudado, as tendências só podem ser avaliadas comparando o fluxo migratório haitiano ano a ano. Nessa comparação observamos que a presença feminina na atualidade é maior do que era quando começaram a migrar. Para ilustrar essa ideia, recorremos a dados apresentados por Fernandes e Castro (2014). Estes, apoiados em dados do MT (Ministério de Trabalho), do CNIg (Conselho Nacional de Imigração) e do MRE (Ministério de Relações Exteriores), indicam que a migração feminina haitiana para o Brasil tem ido aumentando. Entre 2011 e 2012 passou de 123 para 843, representando um quinto dos imigrantes haitianos. Com base em dados do MRE, os pesquisadores mostram que o número de vistos femininos emitidos entre 2012 a 2013 passou de 423 a 689. Enquanto a migração masculina no mesmo período variou de 961 para 1.691.

Esses dados gerais da migração haitiana no Brasil se expressam em nossa pesquisa empírica. Conforme as empresas empregadoras da região que contam com mão de obra imigrante, as mulheres representam 30% da população haitiana. Informações que vão ao encontro do que Ramos (2014) assinala, a feminização como uma das características da migração contemporânea. Para Ramos, a feminização das migrações está associada a problemas que afetam as mulheres em geral: dificuldade de encontrar emprego, pobreza, reduzido acesso à educação, à saúde e às redes de informação, falta de autonomia e vulnerabilidade à violência.

No âmbito doméstico, as mulheres têm mais responsabilidades no que diz respeito aos cuidados do lar e dos filhos. Diferenças que se refletem na desigualdade de gênero e no desequilíbrio na educação. A exclusão social e laboral condena muitas mulheres migrantes, sobretudo as que têm baixa escolaridade (RAMOS, 2014).

Esse mapa mostra que as medidas regulatórias promovidas pela ONU contra desigualdades de gênero ficam no abstrato, em vista de que há uma desigualdade instituída culturalmente. No caso dos imigrantes haitianos, ao observar a natureza das relações entre casais as mulheres submetem-se ao domínio masculino como um fato natural.

AS MULHERES NO ÂMBITO DA FAMÍLIA TRANSNACIONAL

Levando em conta as considerações teóricas apontadas acima, este artigo se propõe a resgatar o protagonismo feminino na migração haitiana, no Brasil, com base no estudo de trajetórias de vida de mulheres haitianas que se encontram no Vale de Taquari, RS. A ênfase recai no viés feminino dessa migração, já que entre as mulheres destaca-se a migração como um projeto familiar. E como salienta Machado (2014), apoiado em estudos transnacionais, “a família deve se pensar como um dos elementos estruturantes da transnacionalidade” (p. 35).

No Haiti, a migração acompanha a vida das famílias por várias gerações. Fenômeno que leva à constituição de tipos de famílias divididas entre nações, “entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos” (MACHADO, 2014; p.31). Não foi só no período posterior ao terremoto de 2010 que os membros das famílias se dividiram por causa do projeto migratório. São diversos os relatos de separações dos pais (pai ou mãe) que migraram para os Estados Unidos. Igualmente, na atual geração de imigrantes haitianos, no Brasil, percebe-se que em alguns casos esta não é a primeira experiência migratória. Relatam migrações anteriores (deles ou dos conjugues) para países como República Dominicana, Venezuela ou Equador. Algumas das imigrantes haitianas no Brasil divorciaram-se de seus companheiros devido à separação que provocou a emigração dos parceiros do Haiti para outros países. Com o tempo, às vezes, o elo entre o casal se rompe. As pessoas remodelam suas formas de relação.

Na visão de vários autores, as famílias transnacionais, grupos familiares distendidos em vários pontos do globo, não necessariamente perdem os vínculos quando colocados em novos contextos sociais. Desta ótica, o grupo familiar inclui todas as pessoas envolvidas em situações de migração: homens e mulheres, crianças e adultos, quem sai, quem fica, quem retorna, quem transita (MIRANDA, 2014). São as famílias as que organizam, planejam e executam o fluxo entre dois ou mais lugares (MACHADO, 2014).

Conforme os relatos obtidos na pesquisa, na decisão de migrar das mulheres das famílias participam outros membros. Pais, irmãos, maridos ou companheiros reúnem dinheiro para financiar a viagem delas, quando não é possível para os Estados Unidos, o fazem para o Brasil. A expectativa é de que, uma vez instaladas no local de destino, enviem dinheiro para o sustento da família que ficou. O emigrante sai e deixa, em geral, famílias que dependerão, em alguma medida, do seu trabalho. Nesse sentido, “os projetos de imigração envolvem o desejo contraditório de consolidação de núcleos familiares” (MACHADO, 2014; p. 32).

No projeto migratório, as mulheres identificam-se como membros de famílias transnacionais, “famílias cujos membros vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais” (BRYCESON; VUORELA, 2002, p. 3; apud MACHADO, 2014; p.36).

SITUAÇÃO DAS MULHERES E SEUS FILHOS

Uma análise do perfil das mulheres haitianas que migram evidencia que elas se encontram em posições diferentes dentro da família transnacional. E em qualquer um dos papéis que desempenham na estrutura familiar, no lugar de filhas, irmãs, esposas ou avós, o projeto migratório representa interesses familiares, envolve tanto os membros da família que ficam quanto os que partem (MACHADO, 2014). O objetivo delas é obter renda para contribuir na manutenção da família transnacional.

Buscamos não essencializar a categoria social “mulher imigrante haitiana”, em vista de que as situações em que elas se inserem socialmente no Brasil são diversas. Falamos em mulheres no plural e identificamos quatro situações diferentes entre elas: 1) migraram junto com os maridos. 2) migraram depois de um período de separação dos maridos, os quais, uma vez estabelecidos no Brasil, poupam dinheiro para financiar a viagem das companheiras. A despesa é muito grande. Entre passagens, passaporte e visto a despesa é em torno de 4.000 dólares. Chegam com visto concedido pela embaixada brasileira no Haiti de reunificação familiar. Segundo dados do MRE, 16,1 dos vistos femininos correspondem a essa categoria; 3) migram sozinhas e deixam o

marido no Haiti; 4) são solteiras ou divorciadas que chegam sozinhas. Algumas casam com migrantes haitianos que conhecem no Brasil⁵.

Em todas essas situações se observa que as mulheres imigrantes têm filhos. Alguns são filhos do companheiro ou marido atual, outros não. A maior parte delas deixa um ou mais filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos por falta de condições financeiras para trazê-los. Apesar de que esse projeto migratório visa melhorar a vida das crianças, sobre elas recai grande carga emocional, pois implica estar por longos períodos longe dos pais (MACHADO, 2014), principalmente da mãe. Conforme alguns estudos notam, deixar seus filhos aos cuidados de familiares provoca marcas psicológicas em mães e crianças, esta situação gera os “órfãos das migrações” (RAMOS, 2014). As mulheres, distantes dos filhos e enfrentando dificuldades, ficam emocionalmente abatidas. Vivenciam uma espécie de trauma. Abrir mão da família para buscar trabalho tem um peso emocional forte.

O objetivo das mulheres que deixam filhos no Haiti é conseguir emprego que lhes permita em um primeiro momento enviar dinheiro para sustentar os filhos no Haiti, ajudar os membros da família que ficaram responsáveis pelo cuidado dos filhos e se sustentar no Brasil. Geralmente é a mãe, uma irmã e às vezes o marido que cuida dos filhos da mulher imigrante. Em longo prazo, objetivam juntar dinheiro para poder trazê-los para o Brasil e melhorar as condições de vida.

SENTIMENTOS E EMOÇÕES

Neste processo migratório, as frustrações são enormes porque o dinheiro que ganham no Brasil é insuficiente para se sustentar no local de acolhida no Brasil e enviar para o Haiti. As mulheres sentem uma dor imensa de não poder contribuir como gostariam com as despesas de seus familiares no Haiti. Este problema se agrava ano a ano, pois desde o início desse fluxo migratório (em 2012) até agora (2015), dobrou o preço do dólar no Brasil⁶. Maior ainda é a frustração daquelas que não conseguem emprego. Como aponta Canales (2005, apud Machado, 2014), o envio de remessas é uma forma de manter o vínculo com a família transnacional. Tanto quanto as remessas, observamos que a comunicação pela internet e por telefone com familiares no Haiti são formas de reproduzir o elo da família transnacional. Perante a ausência de interação diária entre membros da mesma família, os laços emocionais alimentados pelo fluxo de informações e de dinheiro tornam-se princípios reguladores de configurações de famílias transnacionais.

A diferença de outras pesquisas sobre imigração, portuguesa e outras, que tiveram seu auge nas primeiras décadas do século XX, neste processo migratório analisado aqui, em torno de dois ou três anos, a travessia ainda dói. Os sentimentos e as emoções estão contidos em vozes sufocadas pelos problemas que enfrentam. Carregam uma mágoa que manifestam no bloqueio da aprendizagem da língua. Expressam grande dificuldade em aprender português e em se comunicar com a sociedade de acolhimento. A língua é um fator que interfere na integração das mulheres na sociedade de acolhimento.

Percebemos que, mesmo depois de atravessar diversas barreiras nas fronteiras entre os países, barreiras de comunicação e outras inerentes a esse processo migratório, ao se instalarem na localidade de assentamento, as haitianas estabelecem relações de dependência dos homens haitianos. Quando não têm marido ou parceiro, em momentos em que precisam se comunicar com a sociedade de acolhimento, procuram proteção em um haitiano próximo (parente ou amigo). Eles transmitem para a sociedade de acolhida o que elas querem comunicar. São os tradutores de suas necessidades na vida cotidiana. As acompanham ao médico e no atendimento aos demais serviços públicos. Mas não traduzem a carga emocional feminina da experiência. Dificilmente eles transmitem a revolta que as mulheres carregam neste processo migratório.

Revolta que, às vezes, em situações-limite, as mulheres extravasam com veemência. Quando se frustram, não conseguem o que querem, como a aceitação de um atestado médico na empresa, choram, gritam, fazem escândalo. “Elas são pacatas, mas quando são rebeldes são terríveis, se não entendem ficam agressivas. Mulher que vem é mais aguerrida. Já tive que acalmar uma que discutia com a enfermeira. Momentos dramáticos que vem de uma carga interior: *meus filhos estão lá, eu estou aqui, ninguém gosta de mim*”, é a interpretação do chefe de pessoal dá acerca do comportamento das mulheres numa empresas.

5 Não identificamos nenhum caso de casamento de haitiana com brasileiro.

6 <http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>, Acesso, 09/9/2015

Nas relações entre haitianas, tivemos conhecimento de conflitos, disputas por homens, agressões físicas e verbais. Ao mesmo tempo, conversam bastante entre elas, são unidas, brincam, mas também choram, disse outra chefe de pessoal. Em comunidade, elas encontram forças reproduzindo laços tradicionais, ligados à família, à religião e aos penteados. Reúnem-se para fazer os penteados característicos da cultura haitiana, e encontram-se nas igrejas pentecostais, que se constituem em espaço de acolhimento. Nessas igrejas as haitianas e os haitianos celebram seus rituais religiosos na língua nativa. Em alguns municípios do Vale de Taquari contemplados na pesquisa, começou dois anos atrás a conquista desse espaço religioso, em outros, um ano. Sendo que os relatos sobre o início dessas igrejas, destacam-se personagens femininos.

Num caso, três mulheres haitianas que não tinham onde dormir foram acolhidas na igreja por solicitação do irmão de dois delas. Passaram pela clínica de assistência aos dependentes químicos da igreja Cruzada Pentecostal Brasileira e bateram à porta. A pastora as deixou passar a noite na clínica e acabaram ficando um ano. Aí nasceu o vínculo dos haitianos com a pastora que depois cedeu um espaço para os haitianos fazerem o culto religioso na língua nativa.

RELAÇÕES SOCIAIS DAS IMIGRANTES HAITIANAS COM A SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO

Elas não se inserem em espaços sociais de âmbito local, não fazem amizades com brasileiras. “A mulher é mais reservada, mais difícil fazer amizades”, comenta o chefe de pessoal de uma das empresas que as empregam. Elas têm bastante dificuldade de inserção. Papéis que na sociedade de acolhimento são desempenhados por mulheres, como levar os filhos ao médico quando estão doentes e à escola ou creche, no caso haitiano são desempenhados por homens.

Quando estão sozinhas, sem parceiros, as mulheres haitianas estabelecem relações amorosas com imigrantes haitianos, que por alguma circunstância estão também sozinhos. No caso deles serem solteiros, casam-se com elas. Mas se estão casados não assumem compromisso. A maioria dos homens tem mulher no Haiti, e o vínculo com a esposa, mãe dos filhos no Haiti, está por cima de qualquer outro. O lugar da esposa não é preenchido, mesmo que tenham casos extraconjugais. É o que ilustram as atitudes de dois homens casados no Haiti na relação que estabeleceram no Brasil com haitiana. Conhecemos o caso de uma mulher que veio sozinha, deixou os filhos no Haiti e no Brasil arrumou um companheiro. Esteve na UTI, e o companheiro quando foi chamado a prestar assistência, mostrou-se indiferente, não se responsabilizou nem solidarizou apesar de ter sido chamado a prestar assistência, a justificativa dada é que ele tem a esposa no Haiti. Uma vez que melhorou sua situação de saúde retornou para o Haiti, tinha um quadro grave de diabetes. Outro caso, ambos sozinhos no Brasil e, a mulher, quem já tem filho no Haiti, engravida. O companheiro a deixou grávida foi embora para outro estado do Brasil. Conforme o relato da mulher, ele queria que abortasse e ela não quis. Levou a gravidez adiante.

GRAVIDEZ E TRABALHO

Estando em Brasil, em qualquer uma das situações (sozinhas ou acompanhadas por seus maridos), a gravidez representa um recurso para obter o RNE. Conforme a legislação brasileira, o nascimento dos filhos em solo brasileiro permite aos pais obter o RNE, documento necessário para morar e trabalhar no Brasil indefinidamente.

As empresas empregadoras, ao conviver com o alastre da gravidez nas mulheres haitianas, vêm cortando o ingresso delas nas empresas. O líder dos haitianos num dos municípios comenta que a maior empresa empregadora não quer contratar mais mulheres porque elas começam a trabalhar e engravidam. Informação confirmada pelo chefe de pessoal que disse que se contratassem grávidas para o mesmo setor chegaria um momento em que o setor iria parar. Essa situação faz com que muitas mulheres estejam procurando emprego atualmente. Nas empresas contratam principalmente homens, as mulheres encontram mais dificuldade. O referido líder dos haitianos considera a gravidez uma “faca de dois gumes”. Por um lado facilita conseguir o RNE e, por outro, obstaculiza o ingresso ao mercado de trabalho. Esse fato faz com que atualmente estejam sofrendo bastante pela falta de emprego.

Em seus empregos realizam atividades manuais, onde não precisam falar português. Recebem as instruções iniciais de um tradutor haitiano, uma vez aprendidas essas funções, executam as tarefas. Contudo, entram em conflito com as regras de trabalho estabelecidas pela empresa, pois no país de origem eram

autônomas em suas atividades. Dedicavam-se ao comércio de produtos ou à prestação de serviços, atividades que largaram porque, após o terremoto, a capacidade de compra da população caiu muito. Elas não estavam acostumadas a ter um chefe de setor que exercesse poder sobre elas. No país de acolhimento, passam a conviver com modos de vida sustentados em valores culturais diferentes.

PAPEL DA ESPOSA É ESTRUTURANTE

Quando o casal que migra tem condições financeiras, traz o filho ou os filhos do Haiti. Conhecemos casos em que os trouxeram e outros em que não. Em circunstâncias nas quais o processo migratório dos membros da família não é simultâneo, o marido migra antes da esposa e dos filhos, geralmente, quando este se instala e adquire estabilidade financeira envia para a mulher, e se tiver recursos o filho vem junto.

Na decisão de trazer primeiro a mulher do que os filhos, além dos sentimentos e o desejo que une o casal, conta o significado da vida conjugal. Elas desempenham um papel estrutural nesse processo migratório, dão estabilidade na vida dos companheiros. A presença da mulher é decisiva para o sucesso do processo migratório. Na hierarquia dos papéis familiares, a esposa desempenha um papel de muita importância na vida dos homens.

As articulações entre esferas produtivas e reprodutivas vinculada à divisão sexual do trabalho se organizam de maneira específica nos espaços de migração (MIRANDA, 2014). No estudo realizado, as mulheres são as principais responsáveis pela realização das tarefas domésticas. Fazem limpeza das moradias e lavam roupa. Preparam os pratos da culinária haitiana que os aproximam simbolicamente do país. Nos relacionamentos reproduzem os códigos culturais nos quais se sustenta a vida conjugal. Ao mesmo tempo, no Brasil, se vinculam ao mercado de trabalho, contribuem na renda da família, ajudam com recursos financeiros. Por isso, os maridos se mobilizam a procurar emprego para suas mulheres quando estas não têm.

A CASA

Os membros das famílias transnacionais que migram constituem unidades familiares menores, que correspondem ao modelo de família nuclear. Mulher, marido e filhos, em algumas situações, um ou dois irmãos do casal. Não são famílias numerosas, portanto, não contam com o apoio da família extensa em momentos em que o precisam, como no parto. Situação que gera sofrimento nas mulheres. Culturalmente, quando um bebê nasce no Haiti, seus familiares próximos (pais, mães, irmãos, cunhadas) prestam-lhe assistência à mãe nos três primeiros meses, após o parto, no cuidado do bebê e na execução das tarefas domésticas.

O vazio deixado pela distância física da família extensa é compensado nas relações de solidariedade que estabelecem nas igrejas evangélicas às quais se vinculam. O padrão residencial dos imigrantes também contribui a compensar a ausência da família. As dificuldades financeiras que enfrentam os imigrantes haitianos fazem eles se juntarem para dividir o espaço de moradia, casa ou apartamento. A moradia em comum os leva a estabelecer relações de parentesco não consanguíneas. Constroem padrões de *relatedness* no contexto migratório. Habitar com outros insere os sujeitos em sistemas de trocas que relacionam e/ou criam parentes (MACHADO, 2014).

REFERÊNCIAS

FERNANDES, D. (Coordenador); CASTRO, M. C. da. G. “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”. Relatório do Projeto. Belo Horizonte, Centro Zanmi, 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Estudos+sobre+a+Migra%C3%A7%C3%A3o+Haitiana+ao+Brasil+eDi%C3%A1logo+Bilateral>>

MACHADO, I. J. de. R. (Org.). **Valadares em Família: experiências etnográficas e deslocamentos**. Brasília - DF: ABA, 2014.

MIRANDA, A. Editorial. **Revue européenne des migrations internationales**. 2015/1; p: 7-14 (Vol. 31).

RAMOS, N. “Gênero, identidade e maternidade na diáspora”. In: A Vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações. VI Congresso Internacional, **Anais: “A Vez e a Voz da Mulher”**. Coordenado por Rosa Maria Neves Sima. Ponta Delgada, Portugal, 2014; p: 285-299.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: A PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO - COMIGRAR E A (RELATIVIZAÇÃO) DO DIREITO FUNDAMENTAL À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

*Letícia Regina Konrad¹
Simone Andrea Schwinn²*

Ser ciudadano, nos es aborrecer a ninguno de sus conciudadanos sino respetar a todos, cualquiera que sean sus diferencias de cultura, de religión, de opinión o de interés, abreviando, respetar en ellos los derechos del hombre y rechazar todo lo que podría justificar el crimen contra la humanidad (Jean-William Lapierre, 2003).

Resumo: As migrações internacionais não se constituem enquanto um fenômeno recente. Ao contrário, fazem parte da história da humanidade. O que se observa hoje, no entanto, é uma alteração dos fluxos migratórios, em intensidade e destino. As causas são as mais variadas: conflitos armados, extrema pobreza, catástrofes ambientais, enfim, não há um motivo único que caracterize o deslocamento das pessoas ao redor do mundo (CASTLES, 2005; CASTLES; MILLER, 2009; CANALES, 2013;). Esse deslocamento tem várias implicações para os migrantes, que se veem diante de uma nova cultura, nova língua, novos desafios. Nessa medida, os países receptores têm o dever de promover a integração dessa nova população que chega, garantindo seu acesso aos direitos mais básicos e fundamentais, bem como promovendo sua cidadania através de um processo de inserção social (SANCHEZ RUBIO, 2010; PIOVESAN, 2013). Portanto, muitos são os desafios, que vão desde a construção de um conjunto de políticas públicas, até a participação política dos imigrantes. Sabe-se que o Brasil tem sido o destino de um contingente significativo de imigrantes vindos do Haiti, de Senegal, Gana, além de países latino-americanos, sobretudo a partir do ano de 2010, entretanto ainda convive no seu ordenamento jurídico com um “Estatuto do Estrangeiro”, lei remanescente do período antidemocrático pelo qual passou o país. Por outro lado, tramita atualmente no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 288/2013, que visa suplantiar o Estatuto do Estrangeiro e demarcar um novo momento para as migrações no Brasil. No entanto, embora represente um avanço em termos de política migratória para o Brasil, não toca em um tema sensível à população migrante: a participação política. Nesse sentido, uma iniciativa importante, que pode ser considerado um esforço inicial, foi a realização da Primeira Conferência Nacional Sobre Migrações e Refúgio - COMIGRAR, realizada em 2014, que contou com a participação conjunta de governo, sociedade civil e especialmente, dos imigrantes e refugiados. No presente artigo discute-se como a participação dos imigrantes e refugiados está acontecendo na República Federativa do Brasil, que no bojo de sua Constituição Federal proclama como fundamentos a cidadania e a dignidade do ser humano, tendo suas relações internacionais regidas pela prevalência dos direitos humanos. A pesquisa tem natureza bibliográfica.

Palavras-chave: Imigrantes. Refugiados. Participação política. COMIGRAR.

1 Mestra em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, linha de pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharela em Direito, especialista em direito civil com ênfase em família e sucessões, advogada, mediadora familiar e professora junto ao Centro Universitário UNIVATES. E-mail para contato: leticiakonrad@gmail.com.

2 Doutoranda em Direito pelo PPGD da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Área de concentração Direitos Sociais e Políticas Públicas, linha de pesquisa Diversidade e Políticas Públicas, com Bolsa PROSUP/CAPES. Mestra em Direito pelo mesmo programa na linha de pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo, com Bolsa CNPq. Integrante dos grupos de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, coordenado pela Prof^a Pós Dra. Marli M. M. da Costa e “Direitos Humanos”, coordenado pelo Prof. Pós Dr. Clóvis Gorczewski, todos vinculados ao PPGD da Unisc. Integrante do Grupo de Pesquisa Ciência Penal Contemporânea, coordenado pelo Prof. Dr. Tupinambá Pinto de Azevedo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFRGS. Email: ssimoneandrea@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ante a nova realidade migratória no Brasil, necessária a criação de espaços de participação social da população migrante. Desta forma, pergunta-se: a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, realizada em 2014, proporcionou uma efetiva participação dos migrantes para a construção de uma agenda governamental sobre o tema?

Eis o questionamento do presente trabalho, ao lado da reflexão sobre uma nova concepção de Estado, onde conceitos tradicionais como soberania, cidadania e nacionalidade assumem uma nova face, frente à crise do Estado-nação, que tem reflexos diretos sobre as questões referentes à mobilidade humana.

Por outro lado, em termos locais, parte-se para a análise de como o Estado brasileiro tem tratado a questão migratória, agora em um momento crucial, com a chegada de um contingente de imigrantes vindos de países periféricos, atormentados por problemas sociais, e que enxergam em terras brasileiras a oportunidade para uma “vida melhor”.

A análise concentra-se na participação social para inserir a questão migratória de forma permanente na agenda governamental. Com a realização da Primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio denota-se que a discussão sobre uma nova política migratória avançou no país. É chegado então, o momento de transição: a preocupação com a segurança nacional, resquícios da época da ditadura deve dar lugar à política do cuidado, como diria Leonardo Boff, ao respeito aos direitos humanos e a garantias de uma cidadania do pertencimento, a estes que arriscam suas vidas diariamente em busca de uma existência digna e mais humana, perquirindo ser um partícipe da construção histórica e social do país.

Nesse sentido, busca-se de forma embrionária provocar a discussão sobre até que ponto o Estado brasileiro assume efetivamente o discurso trazido por sua atual Constituição Federal, promulgada em 1988, que dentre os seus fundamentos destaca a prevalência dos direitos humanos e o tratamento igual para todos, perante uma lógica democrática de participação.

Para tanto, preocupa-se com a compreensão da mobilidade humana internacional frente a algumas considerações sobre cidadania e nacionalidade. Após, denota-se as práticas do Estado brasileiro frente as migrações no país, de modo ser percebido a participação política enquanto um direito fundamental imprescindível para a manutenção da democracia. Por fim, analisa-se o protagonismo incipiente de migrantes e refugiados na 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – COMIGRAR.

O método de pesquisa utilizado é o bibliográfico e documental.

1 MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CIDADANIA E NACIONALIDADE

Os países receptores de migrantes (sobretudo os ocidentais) tem adotado políticas restritivas à entrada, circulação e acesso a direitos pelos migrantes, sob o argumento da soberania. Lapierre (2003, p. 49) assevera que um poder pode ser chamado de soberano na medida em que não depende de nenhum outro poder, de tal forma que suas decisões não podem ser nem impostas, nem anuladas por outro poder e que nenhuma potência mais forte pode constituir um obstáculo a sua execução. A autoridade política é soberana na medida em que é independente de todo poder exterior à sociedade política e dominante em relação a todo poder social interior a esta sociedade. A ressalva do autor a este conceito clássico, está no fato de que a soberania não é absoluta, nem necessariamente concentrada em uma única instituição.

Lapierre (2003, p. 55) chama a atenção para as “limitações informais da soberania do poder político” que sofrem influência dos meios de informação e propaganda sobre a opinião pública, da ação dos grupos de pressão e os contra poderes, como as organizações sindicais ou as empresas multinacionais através do poder econômico, ou ainda, os grandes bancos, frequentemente internacionais. A soberania, portanto, nunca é absoluta estando estreitamente ligada/vinculada com o fundamento da legitimidade.

Desta forma, várias condições de possibilidade parecem centrais no processo de consolidação das democracias nacionais, que variam consideravelmente frente: a crise das formas de legitimidade tradicionais, que criou novos espaços para as inovações conceituais e institucionais; o desenvolvimento de uma noção secular de poder político e o direito; a concentração dos meios de violência nas mãos do Estado em conjunto

com a emergência de um exército permanente e profissional; o aparecimento de grupos e classes sociais fortes, independentes e reformistas e o impacto de condições e crises internacionais particulares (HELD, 1997).

Gorczevski e Martín (2011) lembram que do ponto de vista histórico, o nacionalismo é criado para identificar o indivíduo a uma nação e o cidadão passa a ser aquele que pertence a um determinado Estado. Assim, num primeiro momento a cidadania vincula-se ao nacionalismo.

Entretanto, imprescindível dissociar nacionalidade de cidadania, uma vez que essa associação representa um obstáculo à igualdade e à liberdade dos indivíduos. Vieira (2001) diz que o critério a ser utilizado como fundamento da cidadania deveria ser o de residência, e não o de nacionalidade, o que poderia ser entendido como um processo de “dessacralização da nacionalidade” (VIEIRA, 2001, p. 241).

Na democracia contemporânea, não é mais possível negar aos estrangeiros os direitos de plena cidadania, mantendo a discriminação de que tradicionalmente são vítimas. Assim como a cidadania historicamente estendida aos não-proprietários, aos trabalhadores, às mulheres, aos jovens, não há razão para negar hoje sua extensão aos estrangeiros residentes no país[...] (VIEIRA, 2001, p. 240).

Pereira (2014) denota que a cidadania hoje foi apreendida pela lógica de mercado, adaptada às regras consumeristas, apresentando, portanto, uma dimensão fictícia da nacionalidade. Destaca que algumas cidadanias apresentam mais valor que outras, como ocorre com os casamentos comprados para legalização da permanência em determinado país, ou a venda de órgãos no mercado em troca “de uma falsa cidadania europeia”, ou ainda, a concessão de “vistos de investidor”, para estimular a economia dos países.

Nesse sentido, Lapierre (2003) vem ao encontro quando diz que nenhuma vida humana é possível sem o intercâmbio de bens e serviços produzidos pelo trabalho dos membros do corpo social. O autor afirma que hoje tudo está voltado para a mercancia, ou seja, se está no mundo, está à venda. Portanto, a grande invenção de um poder político mundial mais democrático possível é a grande tarefa dos cidadãos do mundo do século XXI.

Vive-se diante da agonia do Estado-nação, onde a sociedade composta pelo gênero humano não é uma sociedade política, o que é um paradoxo, uma vez que é composta por uma grande diversidade de etnias, culturas, nacionalidades e, cada vez mais, por migrações, que se mesclam ao espaço geopolítico e estão cada vez menos territorializadas (LAPIERRE, 2003).

O Estado moderno para se fortalecer homogeneizou a cultura: todos pertencem a um único grupo. Assim, a cidadania (no conceito tradicional) está em oposição aos direitos humanos, porque esta cidadania homogeneiza: particularismo, em oposição aos Direitos Humanos, que referem multiculturalidade.

A cidadania, entendida como oposto a nacionalismo, está intimamente ligada a um sentimento de pertencimento. Os movimentos migratórios, conjuntamente com o fenômeno da globalização, constituem um desafio à concepção clássica de cidadania associada à “nacionalidade, à homogeneidade étnica, cultural e religiosa.” A humanidade encontra-se em uma era de “diferenças entrelaçadas”, cuja exigência do direito à igualdade plena, o reconhecimento das diferenças e a diversidade de culturas, põe em cheque o vínculo tradicional cidadania-nacionalidade (GORCZEVSKI; MARTÍN, 2011, p. 64-65).

Para Winckler (2001, p. 121) privar os migrantes de sua cidadania afeta de forma substancial sua condição humana, pois mesmo quando recebem vistos de residência e trabalho, que costumam ser provisórios, encontram grandes dificuldades de integração na vida social e política. Arendt no fragmento O sentido da Política (2004), observa que a política é uma necessidade imperiosa ao ser humano, tanto para a vida do indivíduo, quanto para a sociedade. Na medida em que o homem depende de outros para sua existência, a política tem como tarefa e objetivo a garantia da vida em um sentido mais amplo. Dessa forma, para Arendt (2004), a política tem uma estreita relação com a ideia de liberdade, que vai além da faculdade de ir e vir, alcançando a vida política e, portanto, influenciando na *natalidade*, no recomeço.

O Manifesto³ da Rede Comunitária do Columbia College, destaca que os Estados democráticos devem ter regras claras e justas para a admissão e acolhida dos imigrantes, incluindo taxas razoáveis para o processo de legalização (quando for o caso). Os requisitos de língua e educação podem ser necessários para a familiarização com o funcionamento do governo democrático, assim como com os elementos de união/identificação da sociedade receptora. Porém, aos imigrantes que não completaram seu processo de regularização, poderia ser permitida a investitura em direitos, como o de votar em eleições locais, ou então, atuar em alguma função pública, porque esta seria uma forma de lhes permitir a aquisição da prática cívica, uma vez que uma função pública se torna adequada para a ocupação das minorias (SASECE, [s.d.], online).

Pereira (2014) vai mais longe: é preciso uma “ruptura com o medo da diferença”, abrindo-se uma “hospitalidade incondicional, no assumir a responsabilidade pelo polo mais fraco, que demanda uma maior atenção por estar à margem do sistema jurídico - por estar abandonado pela lógica da soberania”.

Lapierre (2003) sugere que somente um movimento social de cidadãos do mundo pode reivindicar um governo mundial mais eficaz e mais democrático⁴.

Seja como for, entre a mundialização da cidadania proposta por Lapierre (2003) e a *ininterritorialização* proposta por Pereira (2014), há um abismo que, diariamente, desloca milhares de indivíduos extremamente vulneráveis na busca de uma condição humana que lhes permita simplesmente viver.

2 NOVOS TEMAS, NOVAS DEMANDAS, NOVOS SUJEITOS DE DIREITO: AS PRÁTICAS DO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO COM RELAÇÃO ÀS MIGRAÇÕES NO PAÍS

Dados de 2010 dão conta de que uma em cada seis pessoas no mundo é migrante, contabilizadas as migrações internas e as internacionais, ou seja, são 214 milhões de migrantes internacionais e, pelo menos, 740 milhões de migrantes internos. Frise-se que este número pode ter aumentado significativamente nos últimos anos em razão dos conflitos no Oriente Médio e em parte da Europa (IMDH, 2014, online).

Os motivos que caracterizam a migração se situam, sobretudo, no âmbito econômico⁵. Falta de trabalho ou falta de perspectiva de trabalho e a busca por aprimoramento das condições materiais; catástrofes naturais, guerras e sua consequente desestabilização do modo habitual de vida; mudanças contextuais no modo de produção, como o início da urbanização e do crescimento das grandes cidades motivados pela gradual transição entre economia rural para comercial e industrial; perseguições políticas, religiosas e disputas por territórios podem ser encontrados como motivos em diversos textos que investigam o tema da migração (ZANFORLIN, 2014, p. 86/87).

Com o Brasil alçado a potência econômica latino-americana, é cada vez maior a entrada de imigrantes no país, fugindo da violência e das precárias condições sociais de seus países. O que encontram ao chegar

3 A Plataforma Unidade na Diversidade disponibilizada pela Rede Comunitária do Columbia College, lançou um manifesto (de mesmo nome), assinado por diversos professores de instituições norte-americanas e europeias, onde primeiramente reconhece a preocupação de diferentes setores das sociedades democráticas com a questão da imigração em massa para seus países, alertando para a formação de minorias culturais dentro de suas fronteiras. O manifesto aponta para o fato dessa imigração ser responsável pelo surgimento de grupos extremistas, que propagam um discurso de ódio contra essas diferentes culturas (SASECE, [s.d.], online). O manifesto afirma ainda que a discussão sobre o acesso dos imigrantes à cidadania tem sido caracterizada muitas vezes pela oscilação entre ofertas radicais para a assimilação ou para a diversidade ilimitada: o abrir as fronteiras para todos, ou não; ou a responsabilidade pela integração apenas para os recém-chegados, ou os contribuintes; ou todos os recém-chegados devem receber apoio público e ajuda para manter suas culturas, línguas e identidades, ou não; ou todos os imigrantes ilegais devem ser deportados imediatamente ou não deve haver distinção entre imigrantes legais e ilegais (SASECE, [s.d.], online).

4 Lapierre (2003) parte do entendimento de que os Estados-nação tem cada vez menos capacidade de tomar decisões necessárias para resolver os novos problemas políticos impostos.

5 Thomas Piketty, na obra *O capital no século XXI*, traz informações que podem corroborar esta afirmação: os países que tem o maior contingente de emigrantes (migrantes de saída), são aqueles que tem PIB per capita 2000 Euros, e, em geral, a procura por uma vida melhor, se direciona aos países europeus, com PIB per capita de 27.300 Euros. Para o autor, a desigualdade pode ser útil para o crescimento e para a inovação, contanto que ela seja razoável. O problema é quando a desigualdade se torna extrema, e é verdade que a distribuição do patrimônio, mais do que a do salário ou a da renda, pode frequentemente assumir proporções extremas (2014).

em terras brasileiras em muitos casos são subempregos, em condições insalubres e jornadas exaustivas de trabalho⁶.

Em 2012, durante a 3ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para solicitantes de Refúgio e Refugiados(as), realizada em Porto Alegre, os grupos de trabalho identificaram as seguintes dificuldades relativamente ao acesso da população refugiada ao mercado de trabalho brasileiro:

- 1) dificuldade com o idioma português; 2) baixa qualificação profissional; 3) desconhecimento por parte dos empregadores e dos funcionários das entidades de facilitação de mão de obra sobre o tema do refúgio; 4) desconhecimento dos refugiados sobre as regras trabalhistas brasileiras; 5) dispersão territorial dos refugiados em solo brasileiro; 6) falta de acesso dos refugiados a atividades produtivas, como microcrédito e economia solidária; 7) dificuldade de validação de diploma emitido no país de origem (BRASIL, online).

Essa situação pode ser considerada um reflexo da ausência de uma política migratória nacional, que garanta segurança aos migrantes no atendimento a seus direitos, e a ausência de políticas públicas específicas para essa população.

O Brasil conta ainda com uma legislação migratória do início da década de 1980: O Estatuto do Estrangeiro, que passou a tratar a questão dos imigrantes como um problema de segurança. A Lei 6815/1980 (Estatuto do Estrangeiro) remete ao acervo autoritário da ditadura civil militar brasileira e está alicerçado na doutrina de segurança nacional. Os artigos 106 e 107 da referida lei, proíbem a atividade política pelo estrangeiro e o artigo 110 dá ao Ministro da Justiça a prerrogativa de proibir a reunião de estrangeiros. Já o artigo 65, permite a expulsão do estrangeiro que atentar contra segurança nacional ou que o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais (termos vagos que comportam todo tipo de interpretação).

Gorczewski (2015) observa que se trata de uma lei gestada no período não democrático brasileiro, trazendo em seu bojo a marca desse período, o que faz com que receba diversas críticas, como por exemplo, a excessiva concentração de poder sobre entrada, saída e permanência de estrangeiros nas mãos do poder executivo. O autor considera que estas disposições são uma questão de soberania do Estado brasileiro, que pode, por interesse nacional, restringir direitos dos estrangeiros em relação a seus nacionais. Essa visão parece não levar em conta o exercício da soberania do Estado no momento da ratificação de Tratados Internacionais que protegem os direitos dos migrantes, deixando em segundo plano os direitos humanos e fundamentais dessa população.

Nas palavras de Deisy Ventura (2014) esse dispositivo legal dá ao Estado total discricionariedade sobre a condição do estrangeiro, com uma visão baseada no dueto segurança/insegurança. Lembra a autora que as pessoas cosmopolitas, que circulam livremente, são pessoas que se auto protegem, não necessitando da ajuda o Estado. Já os imigrantes, sobretudo os ilegais e refugiados, ou seja, os forçados, são extremamente vulneráveis, fazendo com que a proteção estatal seja condição para uma vida digna.

Ademais, o Brasil não possui uma política migratória, ou seja, um conjunto de ações governamentais para regulação da entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, além de ações com vistas a regular a manutenção dos laços entre o Estado e seus nacionais, residentes no exterior (ZOLBERG, A. R., 2006), apresentando uma série de leis e dispositivos esparsos, editados isoladamente e que respondem a questões pontuais para regular a condição do estrangeiro no país. Não que se possa falar em política de criminalização (STUMPF, 2006), com detenções e expulsões sumárias, a exemplo da Europa, mas a visão da sociedade sobre os migrantes tem essa conotação, e o próprio migrante sente-se nessa condição: após a denúncia de trabalho escravo praticado por uma rede internacional de lojas de vestuário, disseminaram-se notícias de crimes de autoria de estrangeiros, mesmo que banais. Algumas inclusive veiculavam a ideia de

6 O Ministério Público do Trabalho do Paraná identificou nos frigoríficos do estado jornadas de 17 horas de trabalho. Em 2014, no estado do Paraná, um frigorífico de abate de frangos foi condenado pelo Tribunal Superior do Trabalho a indenizar um funcionário congolês, por este ter sido vítima de insultos: “segundo ele, os muçulmanos do lugar eram tratados como “árabes sujos, molengas e imprestáveis” e eram agredidos pelos chefes, que arremessavam frangos mortos quando a meta diária não era alcançada” (GAIRE, 2014, online).

que os imigrantes latino-americanos faziam do centro da cidade de São Paulo um lugar inseguro (VENTURA, 2014)⁷.

De todo modo, tendo em vista o fluxo migratório acentuado para o Brasil, as discussões sobre uma nova legislação migratória avançam. Por solicitação do Ministério da Justiça, em 2013, foi criada uma Comissão de Especialistas para elaborar um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Para a redação do anteprojeto, foram realizadas reuniões da Comissão com representantes de órgãos de governo e de instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados. Ainda, foram promovidas duas Audiências Públicas com a participação de entidades da sociedade civil, e reuniões em diferentes regiões do país, sendo que uma primeira versão do projeto foi apresentada entre março e abril de 2014, e discutida em audiência pública (BRASIL, 2014).

Baseado nessa primeira versão, a Comissão recebeu diversas contribuições de entidades públicas e sociais, e individuais de imigrantes e especialistas e, ainda, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. A Comissão também reconheceu as recomendações da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, realizada entre maio e junho de 2014 (BRASIL, 2014).

As principais características do Anteprojeto são:

Abandono do Estatuto do Estrangeiro, primariamente por necessidade de compatibilidade com a Constituição Federal e com os tratados internacionais de Direitos Humanos vigentes;

Mudança de paradigma na política migratória, atualmente subordinada à lógica da segurança nacional e controle documental voltado ao acesso de mercado de trabalho;

Abandono da tipologia “estrangeiro”, que tem conotação pejorativa; “migrantes” incluem os brasileiros que deixam o país;

Incorporação de reivindicações da sociedade civil como a criação de um órgão estatal centralizado para atendimento aos migrantes, em especial para regulamentação;

Brasil é um dos únicos países no mundo sem serviço especializado de migrações;

Adaptação legislativa à realidade de mobilidade humana e globalização econômica (BRASIL, 2014).

O Anteprojeto é um mecanismo de direitos humanos e não de segurança nacional e a criação de uma autoridade nacional migratória, retirando a responsabilidade dos órgãos governamentais, que terceiriza o trabalho burocrático, é um avanço para a superação do “alto grau de restrição e burocratização da regularização migratória”. Além disso, supera a “discricionariedade absoluta do Estado, a restrição dos direitos políticos e da liberdade de expressão, além de explícita desigualdade em relação aos direitos humanos dos nacionais” (VENTURA; REIS, 2014).

Em maio de 2015, a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, aprovou o Projeto de Lei 288/2013, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB), que institui uma nova Lei de Migrações no Brasil. O Projeto, aprovado na forma de substitutivo, foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça, que utilizou algumas das propostas do Anteprojeto de Lei, citado acima.

O texto final do Projeto de Lei traz, como princípios norteadores da política migratória brasileira, o repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia de reunião familiar. Além disso, incorpora três princípios gerais dos direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade, como parte dos direitos humanos dos imigrantes. Prevê ainda um conjunto de direitos e garantias a essa população, como amplo acesso à justiça e medidas que propiciem a integração social, garantias inexistentes no Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 2013).

⁷ Sobre a reação da sociedade à chegada de imigrantes à procura de trabalho, ver reportagens televisivas: Programa Profissão Repórter: Profissão Repórter mostra jornada de refugiados que chegam ao Brasil exibido em 03 de junho de 2014; Fantástico: Milhares de estrangeiros buscam oportunidades no Brasil exibido em 17 de agosto de 2014 e a série Os Novos Imigrantes disponíveis na página do Jornal Zero Hora.

Entidades da sociedade civil organizada e dos movimentos de migrantes entendem que o Projeto de Lei 288/2013 é um avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro, no entanto, levantam ressalvas em relação à proposta. Mesmo reconhecendo que se trata de uma inovação ao prever garantias de direitos aos migrantes, criticam o fato de não prever a concessão desses direitos às pessoas sem documentação (MIRAMUNDO, 2015).

As entidades da sociedade civil envolvidas no processo de redação do Anteprojeto de Lei de Migrações, entendem que este seria o modelo mais adequado. Ele foi apenas em parte utilizado na redação do Projeto 288/2013, não incorporando, por exemplo, a criação de uma entidade nacional migratória⁸, bem como não tratando da participação política dos imigrantes, sendo que o Brasil é o único país da América do Sul que não permite o voto do imigrante (MIGRAMUNDO, 2015).

Um ponto positivo deste projeto é a possibilidade de criação de um ambiente legal mais propício para criação e implementação de políticas públicas para atender os novos fluxos migratórios, evitando a violação aos direitos humanos dos migrantes. Enquanto uma nova lei migratória não é aprovada, segue a mobilização social em torno do tema.

Ainda, mister trazer à baila fundamentos que passam despercebidos na discussão sobre migrantes e refugiados no que condiz ao iminente direito fundamental da participação política, objeto próximo da discussão.

3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO UM DIREITO FUNDAMENTAL E DE MANUTENÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: APORTES TEÓRICOS IMPRESCINDÍVEIS DA PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

A *Esfera pública* consiste na “existência de um espaço de autorreflexão nas sociedades contemporâneas a partir do qual se poderia tentar o restabelecimento do diálogo entre os interesses específicos e os interesses coletivos” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2009, p. 11). É nesse espaço construído pelos cidadãos que os mesmos atuam, tornando-se verdadeiros protagonistas da própria história a partir da participação.

Nas esferas públicas a partir do diálogo e do debate, as pessoas refletem seus problemas e necessidades e o que se pode fazer para mudar ou melhorar. As necessidades da comunidade passam a ser mais bem compreendidas ante um espaço crítico de diálogo. Como construção conjunta, pressiona-se àqueles que detêm poder de decisão política, formulando inclusive agendas políticas para as necessidades da comunidade.

A participação social a partir do exercício da cidadania é elemento essencial para a funcionalidade de o Estado Democrático. É perceptível que a cidadania nasce unida à democracia e à própria participação política.

Importante que com a Constituinte de 1987 a Assembleia Nacional opta pela democracia representativa e participativa. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 altera radicalmente o sentido da participação, não mais atingindo apenas o direito ao voto, mas sim exigindo uma efetiva participação do indivíduo na formação da vontade política do Estado.

Participação política não se restringe somente ao comparecimento periódico às urnas para exercer direito de voto. Essa forma de participação vem correspondendo ao modelo de democracia representativa, na qual tem havido sempre maior distanciamento entre o eleitor e o representante político. Na democracia participativa, asseguram-se ao cidadão outras formas de atuação na formação da vontade política do Estado. É claro que esse modelo de democracia exige muito mais do indivíduo (LEDUR, 2009, p. 147).

A participação da sociedade nas decisões do Estado é fundamental para a consolidação o Estado Democrático de Direito. Assim, a Constituição de 1988 adota o princípio da democracia representativa, bem como da participativa. A democracia representativa é percebida no direito do cidadão de participar das eleições diretamente ou semidiretamente (art. 14, da Constituição). Já a democracia participativa é verificada diante das novas possibilidades para o exercício do poder político, fazendo com que a sociedade se torne “presente” nas decisões.

Pode-se citar como exemplo as audiências públicas que podem ser realizadas pelo Congresso Nacional juntamente com entidades da sociedade civil (art. 58, §2º, II, da Constituição). Ainda, no Estado do Rio Grande

⁸ A regularização dos migrantes hoje, é feita com um pedido na Polícia Federal, cuja análise é feita pelo Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça. A permanência no Brasil poderá ser concedida com base nas disposições da Lei nº 6.815/80 e nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, que estabelecem os critérios para a concessão de residência definitiva àqueles que se encontrem no País.

do Sul, tem-se o “Orçamento Participativo”, experiência inicialmente trazida pelo governo do Partido dos Trabalhadores no ano de 1999-2002. Tal experiência vem para corroborar os poderes constituintes trazidos pela Constituição Federal e invocados também na Constituição Estadual do Rio Grande do Sul⁹. Portanto resta evidente que o cidadão está inserido nos planos decisórios da Administração Pública a partir da Constituição de 1988.

Ademais, a Constituição Federal faz o uso do termo participação em grande número de suas normas, muito embora com significados distintos. Ante as normas de direitos sociais, a concreção do princípio da democracia participativa enquanto um direito fundamental pode estar ou não prevista no catálogo de direitos fundamentais (LEDUR, 2009).

Na linguagem corrente, o direito de participação vincula-se à cidadania ativa, entretanto cumpre chamar a atenção que seu conteúdo é bem mais amplo, pois além de exercer-se a mesma enquanto um direito individual também a participação pode ser objeto de um direito coletivo (LEDUR, 2009), como se observa no art. 10, art. 194, parágrafo único, VII, art. 198, III, art. 204, II, art. 205 e 206, V, art. 227, § 1º, I e II, dentre outros da Constituição Federal. Tão importante é a participação que assume na atual Constituição brasileira, que esta deve precisar de uma democracia efetiva para consolidar-se.

A democracia é o “coração” da atual Constituição juntamente com os direitos fundamentais, conformando a poliarquia, ou democracia política e democratizando não só o regime político como também a esfera das relações sociais, econômicas e culturais (SARMENTO, 2010).

Nesse sentido, a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – COMIGRAR vem ao encontro do que pressupõe como forma de participação ativa dos migrantes e refugiados no Estado Democrático.

A Constituição de 1988 tem sua filosofia baseada nos princípios dos direitos humanos tanto dos cidadãos brasileiros como de estrangeiros (art. 5º), tendo se comprometido a partir de sua aderência em 1994 à Declaração de Cartagena a realizar alterações constitucionais para incorporar princípios das Convenções, Protocolos e Estatuto dos Refugiados. A adesão ocorre efetivamente com a Lei 9.474/97 que vem a reforçar o direito de qualquer cidadão estrangeiro solicitante de refúgio, independente do mérito, receber um Protocolo viabilizador da confecção de sua Carteira de Trabalho, CPF, abertura de conta bancária, ingressar no mercado de trabalho e circular livremente no país até sua avaliação pelo CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados (ZAMBERLAM; CORSO; CIMADON; BOCCHI, 2014).

Entretanto mesmo com essa ampla abertura do Brasil para os migrantes e refugiados, verifica-se ainda um enorme resquício nas nomenclaturas utilizadas pela legislação, como é o caso da própria palavra estrangeiro, proveniente da época da doutrina da segurança nacional, quando o estrangeiro era percebido enquanto um intruso, que tem deveres e imposições, rotulagem esta que hoje frente ao discurso dos direitos humanos deve ser modificada pois este também é um partícipe da construção social e histórica do Brasil.

4 “ESTRANGEIROS” EM SOLO BRASILEIRO: O PROTAGONISMO DE MIGRANTES E REFUGIADOS NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO - COMIGRAR

No Brasil, ainda é bastante presente o discurso discriminatório em relação aos imigrantes, vistos como um fardo a ser carregado pelo país. Mas a sociedade civil organizada tem demonstrado sua capacidade de mobilização, no sentido de pressionar os poderes públicos para que atendam de forma humana e responsável as demandas dessa população. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer até a aprovação da nova legislação migratória, que pode ampliar sobremaneira as possibilidades de implementação de políticas públicas para os migrantes.

Os movimentos sociais, enquanto novos protagonistas da cidadania, na medida em que “eles expandem a cultura jurídico-política moderna enquanto impõem o protagonismo cidadão, o desejo político cívico dos

9 No preâmbulo da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 03.10.1987: “Nós, representantes do povo Rio-Grandense, com os poderes constituintes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil, voltados para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade, da ética e do pleno exercício da cidadania, em que o trabalho seja fonte de definição das relações sociais e econômicas, e a prática da democracia seja real e constante, em formas representativas e participativas, afirmando nosso compromisso com a unidade nacional, a autonomia política e administrativa, a integração dos povos latino-americanos e os elevados valores da tradição gaúcha, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição do Estado do Rio Grande do Sul”.

cidadãos de decidir voluntariamente porque, como e quando devem organizar-se para defender seus interesses coletivos”, com capacidade de “transformar a sociedade e o próprio poder político”, são a “forma moderna de canalizar a participação política e os conflitos dentro da modernidade” (GORCZEWSKI; MARTÍN, 2011, p. 128).

Pode-se dizer que os movimentos sociais têm funcionado como canalizadores dos anseios da sociedade, sendo sua participação voluntária, em busca de melhorias na sociedade, abrindo espaço para que a sociedade civil apresente uma gama de reivindicações. Assim, a sociedade civil pode ser considerada como “a esfera de interação social compreendida entre a economia e o Estado”, enquanto uma forma de comunicação pública (GORCZEWSKI; MARTÍN, 2011, p. 129).

Se o poder instituído atende as demandas, não há necessidade de movimentos sociais. Se o interesse dos diferentes grupos é atendido, não há formação de movimentos sociais. Assim, a sociedade civil está dentro das comunidades, sendo que, por movimento social depreende-se, então, uma perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade. Esses movimentos portanto, contribuem para despertar a consciência dos problemas vividos e possibilitam a participação da população com capacidade de continuar a organizar-se, de forma a consolidar e a ampliar os direitos sociais e políticos conquistados, por meio de um processo constante e contínuo.

Nesta seara, o Brasil conta hoje com alguns movimentos organizados¹⁰ no campo das migrações, dos quais fazem parte não somente imigrantes, mas Universidades e a Igreja Católica, que atuam na recepção, no atendimento às necessidades básicas e sociais e no acesso às políticas públicas existentes no país. Como ainda se está longe de um resultado satisfatório, tendo em vista o que foi até aqui exposto (o discurso da cidadania *versus* nacionalidade, a discriminação e a persistência de uma legislação nacional defasada), a reivindicação para que o assunto se mantenha na pauta e gere uma resposta satisfatória do Estado à questão migratória, deve ser contínua.

Em 2014, entre os dias 30 de maio e 1º de junho, foi realizada em São Paulo a Primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, cujo objetivo era o de oferecer subsídios para a criação de uma política nacional voltada para migrantes e refugiados. A Conferência contou inicialmente com conferências regionais e internacionais, cujas propostas foram compiladas e discutidas na etapa nacional. Coordenada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros-DEEST, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações-OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, a conferência teve como objetivo reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio (BRASIL, online).

As propostas apresentadas ao longo das diferentes etapas nacionais (municipais, regionais, estaduais) e internacionais, foram sistematizadas na forma de um “Caderno de propostas”, cujos temas foram inseridos em “nuvens temáticas”. No encontro nacional o Caderno de propostas foi submetido ao debate e complementação pelo conjunto de participantes. Assim, “todas as proposições contidas no caderno de propostas foram coletivamente lidas, discutidas e acrescidas de complementações balizadas pelas seguintes categorias: destaques de consenso, divergências e recomendações” (BRASIL, 2014).

Cada participante do encontro pode escolher livremente o grupo de trabalho e as nuvens temáticas para sua participação. Os temas das nuvens temáticas foram divididos em: Igualdade de direitos; Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio; Marco legal internacional, atuação pública e cooperação multilateral; Serviços locais; Capacitação de Agentes Públicos e da Sociedade Civil; Produção, gestão e acesso à informação; Procedimentos operacionais em programas e serviços públicos; Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho; Saúde; Assistência Social; Educação; Violação de Direitos, responsabilização, proteção e prevenção; Participação social e debate público; Cultura e Interculturalidade e Brasileiros no exterior e retornados (BRASIL, 2014).

10 Para GORCZEWSKI e MARTIN (2011) nem todos os tipos de organização podem ser consideradas como movimento social, já que estes prescindem de determinados elementos, para que possam ser caracterizados, não como uma explosão social, ou mobilização social, mas como um movimento. Os movimentos sociais são agentes de mediação entre a sociedade e as estruturas de poder, exercendo influência sobre os diferentes grupos sociais.

Para a Secretaria Nacional de Justiça, a Comigrar terminou com um balanço positivo: participaram 556 delegados de 30 nacionalidades e 21 estados brasileiros. Ao todo a Conferência contou com a participação de cerca de 800 pessoas. Ao longo de todo o processo preparatório, foram 202 conferências regionais preparatórias, que contaram com a participação de entidades e movimentos sociais (45%), comunidade acadêmica (16%), brasileiros no exterior (13%), governo (11%), estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Mais de 2,8 mil propostas foram elaboradas pelos 5,3 mil participantes no total (BRASIL, 2014).

A Comigrar foi uma conferência consultiva, e não deliberativa, não sendo possível sair dela com respostas prontas sobre temas de primeira necessidade para a população migrante, como a revisão da legislação migratória e o direito ao voto do imigrante. Mesmo assim, o processo de mobilização gerado a partir das conferências prévias surpreendeu a organização do evento (MIGRAMUNDO, 2015).

Para os organizadores do evento, o principal ganho foi a participação popular nas políticas públicas, contribuindo para que as diferentes esferas do governo tenham conhecimento sobre as reais necessidades, além dos obstáculos enfrentados pela população migrante no Brasil. Desta forma, a Conferência contribuiu para a consolidação do papel da sociedade civil no processo consultivo da democracia participativa, abrindo espaço para os atores não governamentais, além de ser um espaço de escuta dos migrantes, independente de seu *status* migratório (MIGRAMUNDO, 2015).

As propostas geradas a partir da Comigrar, foram em parte incluídas no Anteprojeto de Lei elaborado por especialistas, que, por sua vez foi em parte inserido no Projeto de Lei do Senado 288/2013. Há que avançar ainda mais: passado um ano de realização da Primeira Comigrar, cabe pensar em uma segunda edição para que as discussões continuem e se avaliem possíveis avanços e retrocesso durante este período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde Aristóteles, o conceito de participação política e a cidadania evoluiu. Nesse sentido, o Brasil vem amadurecendo seus processos decisórios democráticos: não se trata apenas do ato de votar em eleições livres, mas, participar ativamente de outros espaços, como conselhos de direitos, associações, consultas populares e espaços deliberativos de discussão, como Fóruns e Conferências.

Nesta esteira, a Primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, se mostrou um momento privilegiado para uma população que, apesar de cada vez mais numerosa, até então se mantinha praticamente invisível no acesso e garantia a seus direitos fundamentais por parte do Estado brasileiro. O alto grau de participação nas etapas preparatórias ao evento e na execução do mesmo, surpreendeu seus organizadores. E surtiu efeitos: na abertura do evento, foram assinados termos de compromisso entre o Governo Federal e os governos estadual e municipal do estado de São Paulo, para acolhida dos imigrantes que chegam diariamente.

Ainda há que avançar. A legislação em trâmite no Congresso Nacional, apesar de representar um avanço na questão migratória, contém lacunas, como a não garantia do direito ao voto do imigrante e a não assistência a imigrantes indocumentados. Para que não haja retrocessos, necessário que a sociedade civil, da qual fazem parte os migrantes, se mantenha mobilizada.

É chegada a hora de uma nova Comigrar, com a participação ainda maior dos migrantes e de todos aqueles comprometidos com a proteção dos direitos dessa população extremamente vulnerável, mas sobretudo, determinada no intuito de construir uma vida digna e feliz em terras brasileiras.

O migrante é um partícipe da construção histórica e social do país e merece, portanto ter sua participação garantida e seus direitos protegidos no Estado Democrático de Direito, eis que a prevalência dos direitos humanos e o tratamento igualitário a todos não pode ser apenas uma “boa intenção” na Constituição Federal da República do Brasil, detém força normativa.

REFERÊNCIAS:

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília: ACNUR Brasil, 2014.

ARENDT, Hannah. **O que é Política**. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Hannah. **A condição humana**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. **Jornal da Unicamp**. Edição 226, agosto 2003. São Paulo: UNICAMP, 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html. Acesso em 13 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Conferência Nacional sobre migrações e refúgio**. Disponível em: << <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio>>>. Acesso em 13 jul. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. **Relatório da 3ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados(as)**. Disponível em: <<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C140137DD3F40C47617/Relat%C3%B3rio%203%C2%B0%20oficina.pdf>>>. Acesso em 13 jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Comigrar deixa legado de mobilização e sensibilização, diz secretário Paulo Abrão**. Publicado em 3 jun. 2014. Disponível em: < <http://www.participa.br/comigrar/destaques/%E2%80%9Ccomigrar-deixa-legado-de-mobilizacao-e-sensibilizacao%E2%80%9D-diz-secretario-paulo-abrao#.Vagx0qRViko>>. Acesso em 13 jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Entenda o Anteprojeto de Lei de Migrações**. Disponível em: << file:///C:/Users/user/Downloads/Entenda_Novo_EstatutoEstrangeiro2.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2015.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 288 de 2013**. Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Brasil: Senado Federal, 2013.

_____. Ministério Da Justiça **Comigrar- Caderno de Propostas**. Disponível em: <http://www.participa.br/comigrar/migracoteca/documentos/comigrar-caderno-de-proposta-posetapanacional.pdf#.VakCBqRViko>. Acesso em 15. Jul. 2015.

GAIRE, Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados. **O drama dos muçulmanos nos abatedouros brasileiros**. Disponível em: << <http://gairesaju.blogspot.com.br/2014/06/o-drama-dos-muculmanos-nos-abatedouros.html#more>>>. Acesso em 13 jul. 2015.

GORCZEWSKI, Clóvis. **O Estatuto do Estrangeiro**. Material disponibilizado na disciplina A fundamentalidade dos Direitos de Participação Política, do Programa de Pós Graduação em Direito-Doutorado, no primeiro semestre de 2015. Santa Cruz do Sul: PPGD UNISC, 2015.

_____, Clóvis; MARTÍN, Nuria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

HELD, David. **La democracia y el orden global: del Estado moderno al gobierno cosmopolita**. Tradução: Sebastián Mazzuca. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. **Migrantes: quem são?** Publicado em 22 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=219&Itemid=1214>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LAPIERRE, Jean-William. **Que és ser cidadão?** Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.

LEDUR, José Felipe. **Direitos fundamentais sociais: efetivação no âmbito da democracia participativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

MIGRAMUNDO. **Comigrar, um ano depois**. Publicado em 14 jul. 2015. Disponível em: < <http://migramundo.com/2015/07/14/comigrar-um-ano-depois/#more-3769>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Em primeira votação, comissão do Senado aprova Lei de Migrações**. Publicado em maio de 2015. Disponível em: < <http://migramundo.com/2015/05/22/em-primeira-votacao-comissao-do-senado-aprova-nova-lei-de-migracoes/>>. Acesso em 13 jul. 2015.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Direito Internacional da Migração: Glossário sobre Migração**. Nº 22. 2009. Disponível em: << http://www.acidi.gov.pt/_cf/102363>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de. Pesquisas em cidadania e soluções alternativas de conflitos – contribuições de Jürgen Habermas para um paradigma dialógico no direito. In **Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos**. Org. André Leonardo Copetti Santos e Florisbal de Souza Del’Olmo. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos Humanos e Hospitalidade: a proteção internacional para apátridas e refugiados**. São Paulo: Atlas, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução: Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SARMENTO, Daniel. A Assembleia Constituinte de 1987/88 e a experiência constitucional brasileira sob a Carta de 88. In: TAVARES, André Ramos; LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (orgs.). **Estado constitucional e organização do poder**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 221-263.

SASECE. Sociedad Española de Socioeconomia. Manifiesto por la diversidad em la unidad. In: **Nomadas: Revista Critica de Ciencias Sociales y Juridicas**. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/5/deu.htm>>. Acesso em 13 jul. 2015.

STUMPF, Juliet. *The crimmigration crisis: immigrants, crime and sovereign power*. **American University Law Review**, 2006. Disponível em: <<http://www.wcl.american.edu/journal/lawrev/56/stumpf.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2015.

VENTURA, Deisy. Qual a política migratória do Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição eletrônica de 12 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____; REIS, Rossana Rocha. Criação de Lei de migrações é dívida histórica do Brasil. **Revista Carta Capital**, edição de 21 de agosto de 2014. Disponível em: << <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>>. Acesso em 10 jul. 2015.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WINCKLER, Silvana. A condição jurídica atual dos imigrantes no cenário internacional à luz do pensamento da Hannah Arendt. In: AGUIAR, Odilio Alves (et al). **Origens do Totalitarismo 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura de Desporto, 2001

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni, BOCCHI, Lauro; CIMEDON, João Marcos. Os novos rostos da imigração no Brasil – haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. Por que se migra? Das motivações para migrar às narrativas sobre migrações. **Labor: Revista do Ministério Público do Trabalho**. Ano II, n. 5, 2014. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2014.

ZOLBERG, A. R. **A Nation by Design - Immigration Policy in the Fashioning of America**. New York: Russell Sage Foundation, 2006.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO EM UMA SITUAÇÃO DE CONFLITO PROLONGADO: TRAJETÓRIAS DE REFUGIADOS COLOMBIANOS REASSENTADOS NO RIO GRANDE DO SUL

Aline Passuelo de Oliveira¹

RESUMO: O presente trabalho aborda a situação de conflito prolongado estabelecido na Colômbia a partir da metade do século XX e o impacto que este embate tem na população local. A Colômbia é um dos países com o maior número de deslocados internos e refugiados do mundo, demonstrando a centralidade que a temática das migrações tem no cotidiano de sua população. A abordagem empreendida trabalha com deslocados colombianos que pediram refúgio no Equador e necessitaram buscar um outro país para serem reassentados, nesse caso no Brasil e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Diante disso, questiona-se como viver em um país em que há um conflito prolongado influencia no processo de socialização dos indivíduos? Como o medo socialmente construído pela constante presença e ameaça de tal conflito conforma a trajetória dos indivíduos e faz com a migração seja uma estratégia presente em suas vidas? E, por fim, como o medo continua operando e mobilizando a vida dos refugiados reassentados? A partir da trajetória de vida de uma amostra com seis reassentados, se busca apreender como o conflito experienciado no país de origem afetou e influenciou suas vidas, objetivando identificar como o medo, enquanto construção social, fez parte da socialização dessas pessoas e de como segue atuando em suas vidas no país de primeiro refúgio e no país de reassentamento. As hipóteses que norteiam esse trabalho são que os indivíduos expostos a situações de conflito prolongado desenvolvem disposições para migrar, que são adquiridas ao longo do processo de socialização através do contato com diferentes grupos e espaços, tornando temas como conflito, violência e migração recorrentes nas diferentes esferas da vida social; em sociedades que enfrentam conflitos prolongados, a violência sistematicamente impetrada contra as populações e seus ecos na vida social, faz com que seja desenvolvido um medo coletivo. Este medo, socialmente construído, influencia na trajetória de vida dos indivíduos, que buscam migrar como estratégia de sobrevivência; o indivíduo que foi socializado nessas condições acaba carregando consigo tal medo socialmente construído e em muitas situações, acaba reproduzindo nas sociedades de acolhida atitudes e reações pautadas em suas experiências pregressas.

Palavras-chave: Deslocamentos Forçados. Refugiados. Conflito colombiano. Medo socialmente construído.

INTRODUÇÃO

A Colômbia é um dos países com o maior número de deslocados internos e refugiados do mundo, fruto do conflito armado instalado no país desde a metade do século XX. Este artigo é fruto da dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2012) que buscou, a partir do resgate de seis trajetórias de vida de refugiados colombianos que foram reassentados no Rio Grande do Sul através do Programa de Reassentamento Solidário da Associação Antônio Vieira (ASAV) em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), identificar como o medo socialmente construído pela presença do conflito influenciou suas vidas a ponto de precisarem empreender percursos migratórios diversos. O estudo foi realizado com deslocados colombianos que pediram refúgio no Equador e necessitaram buscar um terceiro país para serem reassentados, nesse caso o Brasil e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul. As trajetórias de vida foram traçadas a partir de entrevistas em profundidade e posterior análise de conteúdo destas. Três questionamentos conduziram a investigação, a saber: como viver em um país em que há um conflito prolongado influencia no processo de socialização dos indivíduos? Como o medo socialmente construído pela constante presença e ameaça de tal conflito conforma a trajetória dos indivíduos e faz com que a migração seja uma estratégia presente em suas vidas? E, por fim, como o medo continua operando e mobilizando a vida dos refugiados reassentados?

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bacharel em Ciências Sociais/UFRGS. Doutoranda e Mestre em Sociologia - PPGS/UFRGS. Socióloga do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados - GAIRE/SAJU/UFRGS, e-mail alinepassuelodeo@yahoo.com.br

BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA COLOMBIANA NO SÉCULO XX

A década de 1940 é um marco para a história colombiana já que tem início um enfrentamento entre as duas principais forças políticas do país naquele momento: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Uma sucessão de fatos ajudou a configurar o que se conhece como conflito armado colombiano. Diferentes forças atuaram e seguem atuando no país como as guerrilhas de esquerda, grupos paramilitares de extrema direita e o poder estatal. Dentro de cada uma dessas categorias há uma infinidade de grupos atuando nos trinta e dois departamentos colombianos, entre esses, muitos seguem ativos, alguns desapareceram e outros tantos, foram reprimidos e se reconfiguraram.

O impacto mais forte e cruel de tal conflito é na população local, que tem que muitas vezes fugir de seu lugar de residência como estratégia para sobreviver. E nesses fluxos os sujeitos são diversamente caracterizados como deslocado interno, migrante, refugiado, refugiado reassentado, entre outros. Assim, o deslocamento na Colômbia difere dos movimentos migratórios de outros países, já que a duração do conflito faz com que o deslocamento esteja presente em sua vida social ao longo de sua história:

ao contrário do que ocorre em muitos países onde eventos de deslocamentos estão associados com atos de guerra concretos, pontuais e específicos que se desenvolvem em lapsos de tempos relativamente curtos e intensos, na Colômbia o deslocamento é um eixo de sobrevivência histórica que atravessa a vida nacional desde a fundação da república até o presente e se expõe ao longo do tempo conjunturas agudas e períodos de relativa estabilidade populacional (NARANJO, 2001 apud GÓMEZ BUILES, 2010) (tradução nossa).

Sendo assim, a Colômbia é um dos países que possui a maior quantidade de deslocados internos, isto é, se deslocar para outras regiões do país para buscar fugir do conflito pode ser compreendida como uma estratégia adotada por boa parte da população. No entanto, não é uma garantia de proteção, já que muitos seguem sendo perseguidos e precisam buscar refúgio em outros países. Muitas pessoas solicitam refúgio após terem tentado o deslocamento interno como primeira tentativa de garantir sua sobrevivência, já outras, buscam o refúgio imediatamente após sofrer algum tipo de ameaça.

Muitos colombianos acabam buscando refúgio nos países fronteiriços, como o Equador, Panamá e Venezuela, por exemplo. A busca desses países pode ser compreendida por vários elementos, dentre eles a possibilidade de uma saída mais rápida para fugir de uma ameaça e a falta de condições financeiras para tentar viajar para países mais distantes. Todavia, a busca de refúgio em países fronteiriços nem sempre se apresenta como uma solução definitiva para tal situação, na medida em que os fluxos entre fronteiras nem sempre é algo controlado pelas autoridades estatais. Então, assim como as pessoas que necessitam de proteção internacional logram atravessar essas fronteiras, o risco de que agentes perseguidores façam o mesmo é bastante grande. Somado a isso, há um crescente aumento da xenofobia nos países de acolhida. Temos como exemplo, o intenso fluxo de colombianos no Equador que, segundo estudos e relatos de refugiados reassentados no Rio Grande do Sul, tem causado reações hostis da população local por diferentes motivações. Portanto, quando o país de refúgio também se constitui como uma ameaça para essas pessoas, seja pela continuidade da perseguição experienciada no país de origem ou pela falta de condições para que haja uma real integração econômica e social, surge como última alternativa o reassentamento em um segundo país de refúgio.

Muitas são as questões que fomentam a reflexão e são pertinentes a tal temática. Uma se destaca como sendo a que conduzirá essa investigação, que se refere ao processo de socialização que os cidadãos colombianos têm passado desde a metade do século passado. Parece que ser socializado no seio de uma sociedade em conflito quase que permanente, faz com que tais pessoas cresçam num ambiente em que a temática da migração para outros países é bastante recorrente. Como se a necessidade de buscar outro país para viver estivesse sempre na agenda dessas pessoas, como se a vida na Colômbia fosse algo compreendido como transitório. O relato de alguns reassentados colombianos no Rio Grande do Sul contatados para essa pesquisa faz pensar que viver em um país em que exista um conflito arraigado, devido a tal prolongamento e o envolvimento de atores diversificados, já esteja entranhado nas mais diversas esferas da vida social. Desta forma, seja na família, com os amigos, nos meios de comunicação, nas instituições, na escola e em qualquer outro espaço social, o conflito seja um assunto cotidiano e, quem sabe, até naturalizado. A migração está presente seja na história de um parente que saiu da Colômbia, de um conhecido ou um personagem de matérias veiculadas nos meios de comunicação.

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O MEDO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O historiador francês Jean Delumeau é precursor nos estudos sobre como o medo é socialmente construído e busca na historiografia um meio para que isso seja demonstrado. Ao analisar as manifestações sociais do medo nos séculos XIV e XVIII, acaba por construir uma verdadeira história das mentalidades. Divide sua pesquisa em como os temores internos e externos originaram as noções sobre pecado, culpa e medo; como foi realizada a construção dos sentimentos de segurança e como isto está atrelado às práticas religiosas e, por fim, busca nas representações de felicidades e nas diferentes concepções de paraíso, isto é no outro lado da moeda, a formação dos medos.

Segundo DELUMEAU (2006):

[...] o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, ele é uma reação normal, uma fortaleza essencial, uma garantia contra os perigos e as surpresas ameaçadoras, um reflexo indispensável permitindo ao organismo se mobilizar e escapar – provisoriamente – da morte. (DELUMEAU, 2006, p. 12)

Assim, é um sentimento e uma reação normais às ameaças vindas do exterior. No entanto, se observamos diferentes formações sociais, percebemos que assim como outras categorias constituídas para a compreensão do mundo, os medos são construtos sociais e suas características falam muito mais sobre o grupo em questão do que se imaginaria numa análise mais superficial. Assim, estudar as diferentes dimensões dos medos, como a social, a cultural e coletiva é uma fonte bastante frutífera para a compreensão do social. Em VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA e JARAMILLO ARBELAÉZ (2003), o medo é assim definido:

o medo é um sentimento que nasce da percepção de uma ameaça real ou imaginária. O que o gera é a consciência sobre um perigo que, se acredita, ameaça o sentido de conservação. Quer dizer, está mediado por processos cognitivos e de representação. Se um perigo não é percebido como ameaça, somente, embora exista objetivamente, não adquire o caráter de fonte de temor (VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA, JARAMILLO ARBELAÉZ, 2003, p. 14) (tradução nossa).

A utilização do conceito de medo enquanto construção social se justifica nessa dissertação por conta de sua função como elemento socializador. Os sujeitos aprendem ao longo do processo de socialização, quando, como, a que e a quem temer. E isso ocorre a partir de diferentes fontes tais como experiências próprias, experiências de outras pessoas, nos espaços cotidianos de socialização, nas representações que circulam pelos meios de comunicação, nas agendas globais que indicam quais são os problemas cruciais para a sociedade, nos saberes e crenças a partir dos quais são construídos os sentidos sociais. Percebe-se que o processo de globalização abarca muito mais que elementos econômicos e culturais. É também uma globalização de discursos sobre o que se deve considerar ameaçador.

O processo de construção social do medo se ocupa de nomear algumas ameaças e não outras, como fontes de medo. E a validação de tais discursos também pressupõe um conjunto de respostas para enfrentar tal temor. Concomitante a isso, há a construção de uma ideologia baseada na intolerância e na vigilância constante, que permitem a formação de novos vínculos sociais ao redor do sentimento compartilhado de medo. Isto é, uma comunidade de sentido que produz uma espécie de solidariedade pelo medo que estabelece uma oposição entre o outro ameaçador contra um nós protetor.

No entanto, o processo socializador baseado nos medos construídos envolve outro elemento-chave: a incerteza, que é composta pelos medos concretos acrescidos de um clima de medo. O clima de medo torna a vida incerta, colocando o indivíduo numa situação de temor constante, já que sobrepõem diferentes medos e densidades desses. A vida se torna incerta na medida em que o indivíduo toma consciência de que há uma descontinuidade entre presente e futuro, uma impossibilidade de prever a partir do familiar, cotidiano e conhecido como pode ser o amanhã (VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA e JARAMILLO ARBELAÉZ, 2003, p.17). Logo, o medo e a incerteza não são produtos somente de uma insegurança produzida por fenômenos como a criminalidade. Mas também de uma relação mais frágil e incerta com os homens e as coisas, que é a impossibilidade de compreender o que se passa, sendo este um elemento bastante importante nesses processos.

Nas pesquisas realizadas por LIRA e CASTILLO (1991) no campo da psicologia política sobre o medo constituído na sociedade chilena no período da ditadura militar, as autoras observaram que o medo é que extrapola a dimensão psicológica, para ser afirmado também como um processo de ordem política. Segundo as

autoras, as violações sistemáticas de direitos humanos se configuraram como ameaças permanentes e o efeito psicológico gerado é o desenvolvimento de um sentimento de medo generalizado e crônico. Dessa maneira, o medo crônico deixa de ser uma reação específica a situações concretas e se transforma, praticamente, em um estado permanente na vida cotidiana. Logo, o medo enquanto ameaça constante, se estabelece a partir de uma relação social específica definida por um contexto político. Assim, tal medo é gerado na subjetividade de sujeitos concretos, uma experiência privada e socialmente invisível. Em situações em que milhares de sujeitos são ameaçados simultaneamente, a ameaça e o medo se tornam relações sociais. Tais relações incidem na conduta e consciência do sujeito e, assim, a vida cotidiana se transforma. O medo internalizado acaba por delimitar o espaço da existência dessas pessoas.

O clima de medo e de instabilidade é algo que acompanha a realidade colombiana ao longo do século XX. Isso pode ser observado através desse breve apanhado dos fatos sobre a história recente do país e os dados sobre imigração para outros países. Segundo OSORIO (2007):

os medos são individualmente experimentados, socialmente construídos e culturalmente compartilhados, e o medo da morte, por exemplo, continua estando presente com muita força em nossa cultura e sobretudo com a história da violência que se vive na Colômbia (OSORIO, 2007, p. 185) (tradução nossa).

A presença do narcotráfico no país e as proporções que isso tomou, é um dos principais marcos para a construção de grande parte dos medos coletivos na Colômbia. Segundo VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA, JARAMILLO ARBELÁEZ (2003):

a percepção do narcotráfico como ameaça varia segundo se considerar como causa da violência, a crise de valores ou a decomposição moral da sociedade. A associação narcotráfico – violência é evidente na memória de eventos que implicam morte, derramamento de sangue, destruição material e enfraquecimento do tecido social (VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA, JARAMILLO ARBELÁEZ, 2003, p. 29) (tradução nossa).

Ao lado disso, está o conflito armado que é também uma grande fonte de temor e incertezas. Não apenas pelas múltiplas ameaças que representa, como também pela impossibilidade de apreender tal fenômeno de maneira reflexiva, já que sua configuração é modificada tão rapidamente. Qualquer análise que pretenda compreender sua lógica, práticas e atores envolvidos, é absolutamente frágil. Dentre as falas de refugiados sobre a maneira de atuação dos atores envolvidos no conflito, há muitos que falam sobre sequestros, reiterando que até mesmo a pessoa mais humilde pode ser vítima disso:

pelos sequelas físicas e mentais, produto da privação da liberdade e as condições em que transcorre o cativo, os efeitos emocionais e morais na pessoa objeto do sequestro, nos familiares, amigos e chegados, e pelos efeitos econômicos no patrimônio familiar, o sequestro adquire o caráter de uma experiência coletiva onde se mesclam diversos medos e uma sensação de incerteza que se pode prolongar por longo tempo (VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA, JARAMILLO ARBELÁEZ, 2003, p. 40) (tradução nossa).

Outra prática comumente realizada pelos atores do conflito é a extorsão, ou cobrança de *vacuna*, como é conhecida popularmente. Se trata da cobrança por parte de grupos armados de um imposto que justificam como um pagamento de serviço de segurança que dizem prestar. O não pagamento gera uma grande tensão nos indivíduos: *“o temor das represálias pelo não pagamento da ‘vacuna’ favorece a ação de quem extorque e leva a uma certa aceitação de sua inevitabilidade”* (VILLA MARTÍNEZ, SANCHEZ MEDINA, JARAMILLO ARBELÁEZ, 2003, p. 41) (tradução nossa). Assim, a agressão física, a expulsão de suas terras e a morte são as estratégias utilizadas pelos atores armados que infundam o terror na população e pressionam o pagamento de tais cotas. A compreensão da necessidade de fuga é flagrante e as incertezas que tudo isso traz consigo. Deixar o local aonde se construiu a vida para seguir sem rumo, a um local desconhecido. O medo pode imobilizar ou fazer o indivíduo se movimentar. No entanto, mesmo que tenha um lado positivo o temor, a desestabilização nos ritmos da vida cotidiana e a ruptura do tecido social que por conta do histórico do conflito já é bastante frágil, é apenas o início das perdas desses indivíduos. Em OSORIO (2007) há uma menção ao surgimento dos sentimentos de incerteza e de ruptura. A combinação entre passado, presente e futuro são obstáculos à integração e a reconstrução dos projetos de vida dos refugiados. O rompimento das referências, ideais e metas somado a continuação dos temores e medos que levaram ao exílio, provocam importantes alterações físicas e psíquicas. Dessa maneira: *“a experiência de refúgio em si mesma é qualificada como de múltiplas perdas, em termos de perda de país, de status de atividade, de pontos de referência cultural, de redes sociais, e, sobretudo*

de familiares” (OSORIO, 2007, p. 190) (tradução nossa). Na próxima seção serão abordadas as trajetórias dos refugiados reassentados que aceitaram participar desta pesquisa e como o medo atuou em toda sua realização.

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE REFUGIADOS COLOMBIANOS REASSENTADOS NO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA E DO PERCURSO DA PESQUISA

A escuta dos refugiados foi uma das premissas centrais na construção deste estudo. A maneira como essas pessoas elaboram sua condição e, acima de tudo, contam e rememoram seus percursos por três países da América do Sul, é central para buscar compreender estratégias de sobrevivência. Além de justificar determinadas posturas adotadas diante das situações que foram apresentadas. Assim, para além de uma definição enquanto categoria jurídica do Direito Internacional, esses indivíduos são portadores de uma história própria, que merece ser escutada e compreendida em suas especificidades. Mais de uma centena de refugiados colombianos passaram pelo Programa de Reassentamento Solidário no Rio Grande do Sul desde o ano de 2003. No entanto, muitos se desligaram do programa por conta própria e suas localizações atuais são desconhecidas, já outros, através de pedido de repatriação voluntária, retornaram a Colômbia².

Devido à sua condição, nem todos se sentem à vontade para falar de suas histórias de perseguição, na medida em que essas ainda são muito presentes em suas vidas. Desta maneira, não foi possível a construção de uma amostra que comportasse uma diversidade de perfis muito abrangente. A relação já estabelecida entre a pesquisadora e os refugiados, por conta de sua participação na equipe técnica do Programa de Reassentamento Solidário não foi uma garantia de participação imediata à pesquisa. Sendo assim, um grupo foi selecionado, tendo por base uma diversidade de características, como: sexo, idade, locais de procedência, graus de instrução, profissões, agentes perseguidores, entre outros. E a partir desta seleção prévia foram realizados os contatos para explicação dos objetivos da pesquisa e a identificação dos interessados. Diante deste quadro, pode-se afirmar que o entrevistado é que selecionou a pesquisa e não ao contrário.

A descrição detalhada deste processo se faz necessária e é central para a compreensão do percurso empreendido. O medo que é inculcado no indivíduo socializado sob a égide de um conflito prolongado continua operando em sua vida, mesmo quando se está a quilômetros do local da perseguição. E isto é demonstrado mesmo em situações que devem ser orientadas pela ética, como a pesquisa científica. Neste contexto, a história de uma vida tem um peso imenso: não é a simples rememoração de velhas e superadas histórias, mas é também a conexão com uma dor que está muito presente e viva. A garantia de que os dados pessoais não serão divulgados, especialmente a localização, nem sempre é suficiente. A falta de confiança, tanto nas pessoas, mas principalmente nas instituições, é algo central para a compreensão de determinadas posturas adotadas pelos refugiados colombianos e ao longo do capítulo, tais questões fundamentais serão retomadas. O perfil dos entrevistados pode ser visualizado no quadro abaixo:

2 O ACNUR viabiliza repatriações voluntárias para países em que o conflito que ocasionou o deslocamento forçado tenha se encerrado. No caso colombiano, como o conflito é regionalizado, é realizado um estudo sobre a região para onde o refugiado solicita retorno e de acordo com questões de segurança é concedida ou não a repatriação.

QUADRO 1- Perfil dos entrevistados

Nomes*	Sexo	Idade	Colômbia - Local de nascimento (cidade e departamento) - Outras localidades	Equador - Local de refúgio	Brasil - Local de reassentamento e ano da chegada ao Brasil	Grau de instrução e profissão
Victor	M	32 a	Tuluá – Valle del Cauca Pereira - Risaralda	Quito-Ecuador	Região Metropolitana de POA 2011	Superior Completo em Sistemas de Informação Atendente de Recursos Humanos
Maria	F	38 a	Bogotá – Cundinamarca Ipiiales – Nariño	Quito – Equador	Região Serrana do RS 2006	Superior Incompleto em Psicologia Auxiliar Administrativo
Ernesto	M	31 a	Caicedônia – Valle del Cauca Cáli – Valle del Cauca	Quito – Equador	Região central do RS Atualmente está no interior de São Paulo 2009	Superior Incompleto em História Cursando Ciências Sociais Estudante
Violeta	F	40 a	Bogotá – Cundinamarca	Guayaquil – Equador	Região Metropolitana de POA 2010	Costureira
Alejandra (filha de Violeta)	F	23 a	Bogotá – Cundinamarca	Guayaquil – Equador	Região Metropolitana de POA 2010	Cuida Dora de crianças
Jose (esposo de Violeta)	M	37 a	Manizales - Caldas	Guayaquil-Ecuador	Região Metropolitana de POA 2010	Alfaiate

*Os nomes foram modificados para garantir o sigilo das informações coletadas e a segurança dos entrevistados. As entrevistas foram traduzidas do espanhol pela pesquisadora.

Fonte: Do autor

A amostra contou com três entrevistas individuais e uma em conjunto, com três entrevistados. O primeiro dos entrevistados é Victor. Ele saiu da Colômbia sozinho e assim segue. Sua cidade natal chama-se Tuluá, pertencente ao departamento de Valle del Cauca. Nas entrevistas nunca falou abertamente sobre os motivos que o fizeram deixar seu país e pedir refúgio no Equador, os mesmos que o levaram a ser reassentado no Brasil. No entanto, em seus relatos, sempre se refere às FARC como o agente perseguidor, podendo levar a pensar que talvez seja com essa guerrilha seu problema. Chegou no mês de julho de 2011, devido a sua qualificação e experiência de trabalho na gerência de Recursos Humanos de uma multinacional na Colômbia, conseguiu se colocar rápido no mercado de trabalho brasileiro. Tem uma vida bastante solitária, demonstra ter uma espécie de pânico que o identifiquem como colombiano e nunca menciona que é um refugiado. Além desses estigmas que acredita possuir é homossexual e sempre afirma que o “mundo *gay*” é muito diferente do heterossexual. Crê que neste mundo ao qual pertence, todos se conhecem e que sendo estrangeiro e refugiado é muito mais fácil ainda de ser identificado. Por tudo isso e também para buscar melhores oportunidades de trabalho, pretende sair de Porto Alegre e ir para uma cidade maior.

A segunda entrevistada é Maria. Ela chegou ao Brasil acompanhada de seu casal de filhos e de sua irmã, igualmente com um casal de filhos. Chegou no mês de julho de 2006 e foi para uma cidade da Serra Gaúcha, local aonde sua mãe, padrasto, irmãos e cunhadas já estavam reassentados desde abril do mesmo ano. Nasceu na capital do país, Bogotá e sua família tinha fazenda de criação de gado em Quipile, no departamento de Cundinamarca. A região era disputada pela guerrilha das FARC e os paramilitares da AUC. Os paramilitares começaram a cobrar *vacuna*³ da sua família, pois tinham uma boa situação financeira e o grupo teve que fugir de Quipile. Atualmente, trabalha na prefeitura do município em que reside no interior do Rio Grande do Sul.

O terceiro entrevistado é Ernesto, nascido em Caicedônia, departamento de Valle del Cauca, e vivia em Cáli com sua mãe e irmãos aonde estudava História na universidade. Sempre fez parte de movimentos de esquerda na Colômbia e participava de projetos de educação em comunidades vulneráveis. Em maio de 2006 participou da organização de uma marcha com cerca de 100.000 participantes, objetivando a negociação do fim do conflito armado, além de uma reforma agrária real, acesso à saúde e a educação gratuita para a população colombiana, entre outros. As forças militares reprimiram fortemente esse movimento, culminando com assassinatos e desaparecimento de líderes comunitários por paramilitares e agentes do Estado. Foi acusado de ser terrorista e guerrilheiro, mas afirma que seu trabalho sempre foi aberto e independente de qualquer organização armada. Foi procurado na casa de sua mãe e identificado como um “terrorista disfarçado de ativista de direitos humanos” foi para o Equador e voltou a ser perseguido. Foi reassentado na Região Central do Rio Grande do Sul. Atualmente, cursa Ciências Sociais em uma universidade federal no interior de São Paulo e desenvolve um projeto sobre deslocados forçados no Amazonas.

A entrevista em conjunto foi realizada com uma família reassentada em que no mesmo núcleo há dois históricos de perseguição diferentes: a enteada, residente na capital do país foi sequestrada pela guerrilha, caso que acabou culminando com a perseguição de sua mãe e dois irmãos; e o caso do padrasto, residente no interior da Colômbia e que também foi perseguido pela guerrilha. A constituição do núcleo familiar se deu no Equador e a família em questão foi reassentada na Região Metropolitana de Porto Alegre. Violeta nasceu em Bogotá e desde pequena conviveu com casos de drogadição em sua família, vivia num bairro pobre da capital colombiana e convivia diariamente com o narcotráfico e a violência. Trabalhava com a venda de roupas em uma loja própria e, sua filha Alejandra, estudava e a ajudava, lá conheceu um rapaz que viria a cobrar *vacuna*. Este era um guerrilheiro e Alejandra foi sequestrada, ficando quase dois anos no cativeiro. Sua mãe denunciou e passou a ser perseguida, tendo que fugir com seus dois filhos para o Equador. Já estava há quase dois anos lá quando sua filha conseguiu fugir e encontrar a família. Foi neste tempo no Equador que Violeta conheceu Jose, também refugiado colombiano, e se casaram. Jose vivia em Manizales, no departamento de Caldas onde seu pai tem uma fazenda de produção de café e cacau e paga *vacuna*. Tem cinco irmãos e nenhum deles está na Colômbia, um está na Costa Rica e os outros quatro na Argentina. A perseguição a Alejandra voltou a acontecer e foram reassentados na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aqui na capital, trabalham com costura e já conseguiram comprar algumas máquinas. Após se inscreverem no programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, foram contemplados com uma casa.

A análise dos dados produzidos pelas entrevistas permitiu que os percursos dos entrevistados fossem reconstituídos e organizados em uma linha temporal. A fim de compreender tais percursos, várias categorias analíticas foram identificadas e que se transformaram em subtítulos para o capítulo da dissertação que

3 como é conhecido o imposto cobrado pelos diferentes atores do conflito armado colombiano.

versa sobre as histórias de vida. Tais subtítulos serão listados, a fim de demonstrar a riqueza de informações coletadas: Colômbia: o conflito na casa, na escola e nos meios de comunicação – a socialização em um “clima de medo”; a diversidade de atores envolvidos no conflito e a atuação das instituições estatais: em quem confiar?; o conflito bate à porta de casa: deixando a Colômbia; chegada ao Equador: a acolhida no país de refúgio; o procedimento de solicitação de refúgio e a relação com as organizações não-governamentais; o significado de ser colombiano no Equador: a relação com a população e as instituições; a ameaça atravessa a fronteira e o medo volta a rondar; o contato com o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados e processo de reassentamento em um segundo país de refúgio; chegada ao Brasil e a relação estabelecida com a instituição de acolhida: confiar ou não?; em busca de tranquilidade: a relação com outros colombianos no Brasil e com as instituições do Estado; a vida em solo brasileiro: transitório ou definitiva?; a Colômbia que sobrevive na memória e no coração: situação atual e perspectivas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O medo foi utilizado como categorias teórico e fez parte de todo o processo da pesquisa e foi expresso de diferentes maneiras. A própria amostra de entrevistados foi impactada pelo temor de falar e expor sua situação, mesmo estando claro que nenhum dado pessoal seria revelado. A pesquisadora fazendo parte da equipe da agência implementadora do reassentamento facilitou a aproximação em alguns casos, por conta da relação de confiança já construída, mas pôde ter dificultado no momento de algumas coisas serem ditas, especialmente no que tange à elaboração de críticas ao Brasil, suas instituições e o Programa de Reassentamento. Dentro do grupo de entrevistados algumas situações puderam ser observadas. Nem todos contaram seu histórico de perseguição de maneira detalhada, dedicando a maior parte de suas falas sobre as experiências no país refúgio e reassentamento. Alguns falaram por horas, elevando o momento de entrevista a quase que uma escuta de si próprio com o objetivo de seguir elaborando histórias. Outros se limitavam a responder os questionamentos com uma ou duas frases bastante objetivas e racionais. Quem sabe se por medo que a emoção tomasse conta?

O trabalho de campo demonstrou que o ambiente de refúgio nem sempre garante uma tranquilidade, pois agrega ao medo já existente, outros tipos de temores como o medo ao outro, ao estrangeiro, ao diferente. Assim, o percurso do refúgio pode adicionar medos à vida daquela pessoa que já se encontra em situação vulnerável. Não ser compreendido, seja no sentido linguístico ou simbólico, no tocante das suas necessidades é um tipo de exclusão central, que pode influenciar na integração deste indivíduo nas sociedades de acolhida. A falta de conhecimento dos cidadãos dos países de refúgio sobre o conflito colombiano e, mesmo, sobre o significado de ser refugiado, é outro fator que pode mobilizar antigos e novos temores. Muitas vezes, o senso comum que desconhece tal tema, reforça uma condição de algoz à vítima, reafirmando preconceitos construídos acerca da Colômbia e do que significa ser colombiano, muitas vezes ligado à prostituição e ao tráfico de drogas.

Cabe ressaltar que a definição clássica de refugiado contida na “Convenção de 1951” explicita que será considerado refugiado o indivíduo que possua um “bem fundado temor de perseguição”. Isto é, para ser um refugiado é necessário que o indivíduo não apenas tema a perseguição, mas que tal sentimento seja de veras fundamentado e justificado. Assim, verifica-se que o medo é reiterado pelos marcos legais que se ocupam do tema. Ser refugiado pressupõe ter medo. A ideia de que a definição universal é baseada em uma emoção foi identificada por RIAÑO-ALCALÁ e VILLA (2008) e, quando transposta para a análise dos reassentados no Rio Grande do Sul, reafirma sua pertinência. O questionamento que fica é de como se maneja com um instrumento tão formal e burocrático, que para sua aplicação pressupõe a presença quase que permanente na vida desse indivíduo de uma emoção tão complexa? Assim como o trabalho de MONDRAGÓN-RÍOS (2007) acerca do conflito no departamento de Chiapas, no México, se verifica no caso colombiano elementos similares. Dentre eles a centralidade da construção e da administração do medo na vida das populações locais. Este trabalho visou dar pistas para seguir pensando na centralidade que a dimensão medo possui na vida social contemporâneo, que atinge às populações em deslocamento forçado de maneira mais aguda e urgente, mas que faz parte do mundo atual.

REFERÊNCIAS:

DELUMEAU, Jean. Uma pesquisa histórica sobre o medo: razões, explicações e conclusões. Revista Multitextos, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 0, n 3 "O medo no Ocidente", pp. 9.15, 2006.

GÓMEZ BUILES, Gloria Marcela. Desplazamiento forzado y periferias urbanas: la lucha por el derecho a la vida em Medellín. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Desplazamiento intrarregional: entre el destierro y la inserción precária. In.: RIAÑO ALCALÁ, Pilar; VILLA, Marta et all. Poniendo tierra de por médio: migración forzada de colombianos em Colombia, Ecuador e Canadá. Corporacion Region. Medellín, pp. 135-172, 2008b.

LIRA, Elizabeth; CASTILLO, Maria Isabel. Psicología de la amenaza política y del miedo. ILAS – Instituto Latino Americano de Salud Mental y Derechos Humanos. Santiago, Chile. Editorial Cesoc, 1991.

MONDRAGÓN RÍOS, Rodolfo. La producción social del miedo: violência, política y terror em la zona norte de Chiapas, México. Intersticio, Revista Sociológica de Pensamiento Critico, México, vol. 1 (2) 2007, pp. 139-157

NAÇÕES UNIDAS. Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_refugiados.php> Acesso em: 25 jun 2006.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. "Tenemos miedo de nosotros mismos" – A construção social do medo em uma situação de conflito prolongados: os refugiados colombianos reassentados no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2012.

OSORIO, Amantina. El miedo, la memória histórica y las representaciones sociales de los refugiados colombianos em Québec, pp. 167-200. In.: RIAÑO ALCALÁ, Pilar; COLORADO, Martha; DÍAZ, Patricia; OSORIO, Amantina. Migración forzada de colombianos: Colombia, Ecuador, Canadá. Coporación Región, UBC Flacso – sede Ecuador, 2007.

VILLA MARTÍNEZ, Marta Inés; SANCHEZ MEDINA, Luz Amparo; JARAMILLO ARBELAÉZ, Ana María. Rostros del miedo – una investigación sobre los miedos sociales urbanos. Medellín: Corporación Región, 2003.

VILLA, Marta Inés. Lo que va del desplazamiento al refugio. Uma mirada a las políticas de refugio y desplazamiento em Colombia, Ecuador y Canadá. In.: RIAÑO-ALCALÁ, Pilar; VILLA, Marta et all. Poniendo tierra de por medio: migración forzada de colombianos em Colombia, Ecuador e Canadá. Medellín: Corporación Region, 2008.

WAPECHOWSKI, Karin Kaid. Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário de Refugiados no Rio Grande do Sul. Projeto Básico. Porto Alegre, 2012.



**TECNOLOGIAS,
EDUCAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**
RESUMOS

INTERFACE ENTRE ESCOLA CONTEMPORÂNEA E TICS: CRISE INSTITUCIONAL OU DESENCAIXE DE SUBJETIVIDADES?

Mateus Lorenzon¹

Tania Micheline Miorando²

Derli Juliano Neuenfeldt³

Jacqueline Silva da Silva⁴

Resumo: A escola, por ser uma instituição histórica e social, é influenciada por modificações que ocorrem no *socius*, na qual ela encontra-se inserida. Contemporaneamente, este tensionamento entre a instituição escolar e a sociedade, torna-se mais latente, visto que a última passa por um acelerado processo de informatização que exige dos sujeitos novas competências e habilidades. Não diferente, a relação com o conhecimento também se transforma, bem como a relação do sujeito com o tempo e espaço. Nesse sentido, o uso de recursos tecnológicos produz novas subjetividades, muitas vezes discrepantes daquelas com quais a escola está preparada para trabalhar. O estudo proposto, problematiza os discursos de três professores de Educação Básica acerca do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs no espaço escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados três professores de Educação Básica de escolas das redes pública e privada da Região do Vale do Taquari e Rio Pardo/RS, cujas respostas foram analisadas mediante a aplicação da Análise Textual Discursiva. A concepção hegemônica dos discursos apresentados pelos professores é da necessidade de empregar Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente escolar com o intuito de otimizar os processos de ensino e aprendizagem e possibilitar uma maior aproximação entre discentes e docentes, evidenciando, assim, uma visão possivelmente pragmática e utilitarista dos recursos tecnológicos. Por sua vez, quando o estudante chega à escola com dispositivos móveis, estes são vistos como dificultadores do processo pedagógico. Fica latente nos discursos dos professores a necessidade de pedagogizar esses recursos, transformando-os em potencializadores da aprendizagem dos discentes. Alguns discursos provindos de professores pedem uma reflexão epistêmica melhor pontuada, que vise analisar os impactos antropológicos e a relação com o conhecimento, mediante a emergência no uso de novas tecnologias pelos seus alunos. Desdobre-se o estudo, analisando como as técnicas empregadas estão relacionadas com a formação da subjetividade do sujeito e a alteração de sua relação com o tempo e o espaço. Nesse contexto, a crise da instituição escolar, passa a ser vista antes como um desencaixe entre a subjetividade do *cyber*-estudante e do *homo privatus* ou imigrantes digitais, do que uma crise institucional.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e Comunicação. Escola Contemporânea. Concepções de Professores.

1 Bolsista de Iniciação Científica. Graduando do Curso de Pedagogia. Centro Universitário UNIVATES. mateusmlorenzon@gmail.com

2 Doutoranda em Educação – UFSM. Professora do Centro Universitário UNIVATES. tmiorando@univates.br

3 Doutorando em Ambiente e Desenvolvimento – UNIVATES. Professor do Centro Universitário UNIVATES. derlijul@univates.br

4 Doutora em Educação – UFRGS. Professora do Centro Universitário UNIVATES. jacqueh@univates.br

MULTICONECTADOS: A INTERAÇÃO GERANDO NOVAS SITUAÇÕES DE ENSINO E DE APRENDI- ZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Fábio Luís Kraemer¹

Suzana Feldens Schwertner²

Resumo: Vivemos em um novo momento. A interatividade, a agilidade, a conectividade e a colaboração são algumas das características desse novo tempo em que as informações chegam de maneira cada vez mais rápida ao receptor a ponto de, em segundos, tornar o conhecimento atual ultrapassado, gerando o que Siemens (2004) denomina de meia-duração do conhecimento. Nesse contexto em que a tecnologia vem reconfigurando a forma da sociedade se relacionar, foi inevitável perceber o impacto da *internet* também na área do ensino. E, diante da nova situação, as instituições do setor estão enfrentando um novo dilema, visto que a aula, o modo de ensinar, o papel do professor e a própria sala de aula pouco mudaram através dos tempos. Entre tantas ferramentas oriundas do surgimento da *internet* voltadas para a área de ensino está o Fórum de Discussão, proposto por Alves e Anastasiou (200--). Através dele, é possível fazer com que as relações entre aluno, professor, sala de aula, ambiente de ensino e, inclusive, instituição de ensino sejam mediadas por um ambiente virtual (SIEMENS, 2004). Essa mudança vai além da forma com que os trabalhos estão sendo entregues pelos alunos aos professores. Abarca também uma nova possibilidade de construção coletiva do conhecimento, que pode ocorrer através da interação entre os alunos no ciberespaço, que Lévy (1999) classifica como um ambiente em que os acontecimentos mudam a cada instante, possibilitando a construção e o compartilhamento da produção e dos saberes de forma colaborativa. O presente trabalho visa a responder o seguinte questionamento: como a interação entre os participantes de um fórum de discussão permite o estabelecimento de uma nova forma de aprender? Como objetivo busca analisar os processos de interação entre estudantes e professor em um ambiente virtual de ensino. Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, viabilizada por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documentada. O trabalho consiste na análise de conteúdo de atividades aplicadas em diferentes momentos da disciplina *Áudio Publicitário*, do Curso de Comunicação Social da Univates, que foram desenvolvidas no Fórum de Discussão do Ambiente Virtual de Ensino. Como resultados parciais, identificamos que há situações em que ocorre a construção de saberes sem o envolvimento do professor; que discussões encorpadas por anexos de áudio e vídeo geram mais envolvimento por parte de todos os participantes do fórum; e que problemas de ortografia, de gramática e de linguagem informal não impedem que o aluno possa absorver e compartilhar novos saberes.

Palavras-chave: Ensino. Estratégia de Ensino. Cibercultura. Fórum de Discussão.

1 Univates. Professor dos cursos de Design e de Comunicação Social (Univates). Especialista em Gestão de Marcas (UNISC). flkraemer@univates.br

2 Univates. Professora do Curso de Psicologia e do Mestrado em Ensino (Univates). Doutora em Educação (UFRGS). suzifs@univates.br

IMPACTO DE JOGOS DIGITAIS NO DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO LEITORA EM ALUNOS DE 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Aline Diesel¹

Silvana Neumann Martins²

Kári Lúcia Forneck³

Grasiela Kieling Bublitz⁴

Jacqueline Silva da Silva⁵

Resumo: As Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDICs) trazem inúmeras contribuições para a educação e, sobretudo, para o desenvolvimento de uma leitura proficiente nos estudantes. Nessa perspectiva, objetiva-se, neste estudo, verificar as contribuições, para a compreensão leitora, de objetos digitais de aprendizagem desenvolvidos na Univates (FORNECK, et al., 2015), os quais são considerados metodologias ativas de ensino e de aprendizagem. Compreende-se que os objetos digitais de aprendizagem constituem metodologias ativas de ensino e de aprendizagem, pois exigem uma postura ativa do estudante em relação ao seu aprendizado, contribuindo para a promoção de sua autonomia (BERBEL, 2011). A fim de atingir esse objetivo, compararam-se os níveis de compreensão leitora dos estudantes antes e depois de sessões de interação com esses objetos. Para tanto, foram selecionadas duas turmas de 8º ano de uma escola particular de Lajeado/RS. Num primeiro momento, foi aplicado um teste de leitura com o método *cloze*, conforme Pereira (2008), a fim de mensurar os níveis de compreensão leitora dos sujeitos. Num segundo momento, foram organizadas duas sessões de interação, no Laboratório de Informática, com os objetos digitais de aprendizagem, os quais exploram a inferência (DEHAENE, 2011; MORAIS, 2013; KINTSCH e RAWSON, 2013), a partir de *feedbacks* que garantem o desenvolvimento de habilidades metacognitivas de leitura (GOODMAN, 1991; SMITH, 1991; KATO, 2007; FERSTL, 2012). Por fim, uma nova testagem *cloze* foi aplicada a fim de averiguar a evolução da aprendizagem da leitura. Os resultados revelaram que houve evolução significativa no nível de compreensão leitora dos sujeitos investigados. No primeiro teste de leitura utilizando o método *cloze*, verificou-se que o nível de leitura dos alunos de ambas as turmas atingiu 1994 pontos. Já no segundo teste, após a interação com os jogos digitais, os alunos atingiram 2079 pontos, o que representa uma evolução de 85 pontos. Além disso, constatou-se o interesse dos alunos pelos jogos, pois se observou seu envolvimento e entusiasmo durante as situações de interação.

Palavras-chave: Metodologias ativas de ensino e de aprendizagem. Compreensão leitora. Objetos digitais de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FERSTL, Evelyn C. The functional neuroanatomy of text comprehension: what's the story so far? IN: SCHMALHOFER, Franz; PERFETTI, Charles A. (EDS.). **Higher Level Language in the Brain: Inference and Comprehension Processes**. Psychology Press, 2012.
- FORNECK, Kári et al. **Um click na leitura: objetos virtuais de compreensão textual**. Lajeado: Ed. Univates, 2015, e-book.
- GOODMAN, Kenneth S. **Unidade na leitura – um modelo psicolinguístico transacional**. Letras de Hoje, n. 86, p. 9-43. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez. 1991.
- KATO, Mary A. **O aprendizado da leitura**. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- KINTSCH, Walter; RAWSON, Katherine. Compreensão In: SNOWLING Margaret, HULME, Charles (org.). **A ciência da leitura**. Porto Alegre: Penso, 2013. (227 – 244).
- MORAIS, José. **Criar leitores para professores e educadores**. Barueri: Manole, 2013.
- PEREIRA, Vera Wannamacher. Compreensão leitora de alunos do ensino médio. **ReVEL**. Vol. 6, n. 11, agosto de 2008.
- SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

1 Univates, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Prosup/Capes, aline.diesel@hotmail.com

2 Univates, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, smartins@univates.br

3 Univates, Docente do curso de Licenciatura em Letras, kari@univates.br

4 Univates, Docente do curso de Licenciatura em Letras, gkb@univates.br

5 Univates, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, jacque@univates.br

AS TDICS NAS ORIENTAÇÕES EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM OLHAR DOS PROFESSORES ORIENTADORES

*Silvana Neumann Martins*¹

*Aline Diesel*²

*Rogério José Schuck*³

*Maria Isabel Lopes*⁴

*Jacqueline Silva da Silva*⁵

Resumo: O presente estudo, vinculado ao Projeto de Pesquisa *Iniciação à Pesquisa e Ensino: do Sul ao Norte e Nordeste do Brasil*, tem como objetivo apresentar as facilidades e dificuldades das orientações a distância no Programa de Pós-Graduação em Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas de uma Instituição de Ensino Superior localizada na Região do Vale do Taquari-RS/BRA, na visão dos professores-orientadores. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez docentes dos Programas de Pós-Graduação que orientam mestrandos oriundos das regiões norte e nordeste do Brasil. Os dados foram categorizados e analisados a partir da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2013). As reflexões tiveram base em Giusta (2003) e Cardoso (2011). Os resultados indicam que nas orientações a distância são utilizadas as seguintes TDICs: correio eletrônico (*e-mail*), *chats* de bate-papo pela rede social *Facebook*, *Skype*, *Whatsapp* e telefone celular (ligação). Na opinião dos professores, não houve facilidades significativas nas orientações à distância, entretanto, um deles destacou o avanço da qualidade das ferramentas utilizadas nas orientações, a exemplo do *Skype* que, em razão da melhora da conectividade da internet (antes discada, hoje via rádio, fibra ótica), permite maior estabilidade na conexão. Já no que se refere às dificuldades, foi apontado o não contato pessoal com seu orientando durante as orientações. Destacou-se, ainda, a preocupação levantada por um dos orientadores ao afirmar que, muitas vezes, os alunos acreditam que essa modalidade de ensino dá liberdade. Contudo, na opinião desse professor, o ensino EaD exige um comprometimento muito mais intenso do mestrando, o qual, muitas vezes, não é manifestado pelo aluno. Concluiu-se, assim, que na opinião dos professores-orientadores, a melhor forma de orientação continua sendo a presencial, pois permite o contato físico, o que garante uma melhor segurança nos processos comunicativos. Em razão disso, quando não é possível realizar orientações presenciais, o recurso tecnológico mais utilizado é o *Skype*, por ter características semelhantes à presencialidade.

Palavras-chave: TDICs. Orientações. EaD. Mestrados em Ensino.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Tatiana M. **A Aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no Ambiente Escolar**. Osório: Revista iTEC, v. 3, n. 3, Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.facos.edu.br/old/galeria/119012012104151.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2015

GIUSTA, Agneta da S. **Educação a distância: contexto histórico e situação atual**. In GIUSTA, Agneta da S. FRANCO, Iara M. (org.) *Educação a distância: Uma articulação entre a teoria e a prática*. Belo Horizonte: PUC Minas: PUC Minas Virtual, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2ª Ed. Reimp. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.

1 Univates, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, smartins@univates.br

2 Univates, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Prosup/Capes, aline.diesel@hotmail.com

3 Univates, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, rogerios@univates.br

4 Univates, Docente vinculada ao curso de Pedagogia, milopes@univates.br

5 Univates, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, jacque@univates.br

O USO DE REDES SOCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL: SELFIES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Daniela Diesel¹

Suzana Feldens Schwertner²

Resumo: Para que os processos de ensino e de aprendizagem continuem a desempenhar o seu papel nas escolas contemporâneas, Siemens (2004) apresenta estudos voltados à proposta do conectivismo, que se refere a um modelo de aprendizagem que reconhece as mudanças tectônicas na sociedade. Com essas mudanças o desenvolvimento e a divulgação das informações estão cada vez mais velozes, as interações e a comunicação tomam outras perspectivas, muda-se a forma de aprender dessa geração de alunos. Na proposta do conectivismo os processos de ensino e aprendizagem são constituídos por meio da conexão entre pessoas, grupos, sistemas e instituições, que os capacitam a aprender mais, mediado pela tecnologia. A aprendizagem se torna cada vez mais informal, segundo Silva (2014) aprende-se em comunidades de práticas, em redes pessoais, ou na realização de tarefas. Neste processo, a análise das redes sociais é um elemento adicional para compreender a aprendizagem. O presente trabalho consiste no relato de uma prática pedagógica realizada envolvendo o uso da rede social *facebook* como ferramenta nos processos de ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental. A Educação Física escolar vem enfrentando novos desafios a cada dia, notamos os alunos mais cansados, sedentários, sem disposição e vontade de realizar atividades físicas ou práticas desportivas. Cabe ao professor de Educação Física promover ações de valorização da importância de práticas regulares de atividade física para a saúde e bem-estar e despertar nos alunos o gosto por diferentes práticas corporais. A prática pedagógica foi realizada com uma turma de 8º ano de uma escola privada localizada no Vale do Taquari/RS. Nessa atividade, objetivou-se utilizar a rede social *facebook* como ferramenta pedagógica para diversificar os processos de ensino e de aprendizagem de um dos conteúdos nas aulas de Educação Física. A atividade envolveu a produção de imagens através de recursos tecnológicos, por meio das quais os estudantes conceituaram o termo “atividade física” e a produção de uma *selfie* dos alunos praticando alguma atividade física. A utilização da rede social *facebook* foi introduzida como uma possibilidade de troca de experiências pessoais entre os alunos e para ampliar o diálogo entre os mesmos com o conteúdo em questão. No desenvolvimento dessa prática, observou-se que o uso de diferentes ferramentas e dispositivos em sala de aula ampliou o diálogo dos alunos com as discussões sobre promoção de saúde, atividade física e práticas corporais por meio de trocas de experiências pessoais.

Palavras-Chave: Processos de ensino e aprendizagem. Educação Física. Redes sociais. Siemens.

REFERÊNCIAS:

SIEMENS, George. **Conectivismo:** Uma Teoria de Aprendizagem para a Idade Digital. 2004. Disponível in: <http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo%5Bsiemens%5D.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

SILVA, Edna Marta Oliveira. **Como aprende o nativo digital: reflexões sob a luz do conectivismo.** Revista Intersaberes. V. 9, n. 17, 2014. Disponível em: <http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/545/367>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

1 Univates, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Mestrado em Ensino?), danieladiesel@universo.univates.br

2 Univates, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, suzifs@univates.br.

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: NOVAS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

Letícia Siebenborn¹

Maria Elisabete Bersch²

Resumo: Embora a discussão acerca da utilização das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC's) não seja algo novo, ainda é necessário aprofundar questões relacionadas a forma como estas tecnologias estão sendo inseridas no contexto das escolas, principalmente, junto à prática pedagógica. Esta pesquisa busca compreender como as tecnologias digitais podem potencializar a aprendizagem. Como as TDIC's tem sido utilizadas em sala de aula? Favorecem a aprendizagem, de que forma? O trabalho visa compreender como os discentes do curso de Pedagogia da Univates que atuam, simultaneamente, na educação infantil, percebem e utilizam as tecnologias digitais para o seu próprio aprendizado. Além disto, busca conhecer como estes sujeitos se apropriam destas tecnologias para ressignificar as práticas pedagógicas junto com as crianças. Ainda, pretende verificar se existem relações entre a compreensão que estes licenciandos têm sobre as potencialidades educativas das TDIC's, o uso pessoal que fazem destas tecnologias e a maneira que propõe situações de aprendizagem junto das crianças. Com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, o trabalho tem como objetivo ampliar a familiarização com o assunto, aprofundando a compreensão acerca da mediação tecnológica para a construção de conhecimentos. Para contribuir com o trabalho, serão convidados seis estudantes do Curso de Pedagogia da instituição que atuam na educação infantil. A coleta de dados será realizada a partir de entrevista semiestruturada, possibilitando aos participantes expressar sua percepção sobre o tema e, ao pesquisador, elucidar dúvidas assim que elas ocorrerem. A análise de dados será fundamentada na proposta de análise textual discursiva (MORAES, 2011), que se organiza em três etapas interdependentes: a) unitarização, realizada a partir da identificação de elementos significativos para compreender o problema investigado; b) a categorização, ou seja, estabelecimento de relações entre as unidades elencadas; c) construção do metatexto, que apresenta as reflexões e análises do pesquisador a partir dos dados da pesquisa. Os aportes teóricos que sustentarão a análise dos dados incluem autores como Serres (2013), Coll e Monereo (2010), Pozo (2002). Os resultados da pesquisa podem contribuir para compreender as implicações das tecnologias digitais para a construção de conhecimento, assim como repensar a forma como estas tecnologias estão sendo levadas para sala de aula, na Educação Infantil.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Construção de conhecimento. Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.** Tradução Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORAES, Roque. **Análise textual discursiva/** Roque Moraes, Maria do Carmo Galiazzi. 2ed. Ver.- Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes E Mestres: A Nova Cultura Da Aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SERRES, Michel. **A Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia e pensar as instituições, de ser e de saber.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

1 Univates, curso de Pedagogia, leticiasiebenborn@outlook.com

2 Univates, curso de Pedagogia, bete@univates.br

TICS: ENSINO E APRENDIZAGENS

Rogério José Schuck¹

Maria Isabel Lopes²

Jacqueline Silva da Silva³

Miriam Ines Marchi⁴

Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen⁵

Resumo: A denominada sociedade da informação ou do conhecimento está mudando radicalmente a vida em todos os sentidos, especialmente nas relações de poder para com o conhecimento que tem se democratizado. As Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs aceleraram o mundo a patamares inimagináveis há pouco mais de 15 anos atrás. Com a chegada da internet em larga escala, ocorre também uma grande democratização no acesso às informações e ao saber, sendo que há um fenômeno novo que estamos vivenciando, muito maior do que podemos compreender. Urge questionarmo-nos: Qual a consequência prática desta mudança em relação à aprendizagem? Estão as TICs potencializando ou não o ensino? Como as instituições podem ver neste contexto uma oportunidade e não uma ameaça? Como bem sabemos, na Antiguidade os faraós e reis ditavam as verdades, na Idade Média a Igreja Católica foi o centro irradiador dos conhecimentos, principalmente através dos mosteiros; já na Modernidade este espaço passou a ser ocupado pela Ciência. Pois bem, eis que estamos numa nova era, também denominada Pós-modernidade, em que este lugar está sendo gradativamente ocupado por outro mediador. Um mediador que não fala com palavras, mas fala por outras vias, promovendo constantemente novas conexões. Conforme Levy (2011) passamos da tradição oral para a escrita e da escrita para a imagem. Resultados da investigação feita na pesquisa Iniciação à Pesquisa, TICs e Ensino: do Sul ao Norte e Nordeste do Brasil, comprovam que a ideia de transmissão está em crise. Tanto na educação, no ensino, quanto na convivência, descobrimos cada vez mais que com a geração digital não transmitimos, mas criamos. Os espaços de criação são especiais porque não criamos repetindo, mas criamos produzindo. A geração “pré-nativodigital” ainda tem muito a andar. Não que tudo seja maravilhoso na era digital. Percebe-se que as TICs não são nem boas nem ruins, sendo que bom ou mau é o uso que fazemos delas.

Palavras-chave: Conhecimento. TICs. Ensino. Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

LEVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva:** Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

1 UNIVATES, PPGECE e PPGEnsino, FAPERGS, CNPQ, e-mail: rogerios@univates.br

2 UNIVATES, CCHS e CURSO DE PEDAGOGIA. e-mail: milopes@univates.br

3 UNIVATES, PPGEnsino, e-mail: jacqueh@univates.br

4 UNIVATES, PPGECE e PPGEnsino, e-mail mimarchi@univates.br

5 UNIVATES, PPGECE e PPGEnsino, e-mail aguim@univates.br

CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA E CIENTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Itacir José Santim¹

Diógenes Gewehr²

Miriam Ines Marchi³

Rogério José Shuck⁴

Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen⁵

Resumo: O presente estudo está inserido nos projetos de pesquisa: “*Iniciação à Pesquisa, TICs e Ensino: do Sul ao Norte e Nordeste do Brasil*” e “*Metodologias ativas de ensino e aprendizagem na Educação Básica, buscando a iniciação à pesquisa*”, sendo este vinculado ao “Programa de Iniciação em Ciências, Matemática, Engenharias, Tecnologias Criativas e Letras” - PICMEL/2014. No contexto atual, imagens de cientistas e concepções de ciência encontram-se presentes no cotidiano das pessoas, principalmente fomentadas pelos meios de comunicação. Pessoas de jaleco branco surgem em propagandas de determinados produtos, como estratégia de publicidade, a fim de convencer o consumidor de que ele é melhor que o do concorrente, através da autoridade do cientista por trás do jaleco. A Educação Básica, muitas vezes, contribui para um ensino reprodutivista de ciência, ahistórico, apresentando-a em forma de produto acabado, infalível, com pouca relação entre conceitos, realidade e outros campos do conhecimento. Nesse sentido, este estudo busca analisar as concepções de ciência e de cientistas apresentadas por alunos da educação básica, especificamente do ensino fundamental. Tem abordagem qualitativa, sendo instrumentos de coleta de dados: questionário composto por questões abertas, que foi respondido pelos alunos do ensino fundamental (6º e 9º ano) de uma escola do Vale do Taquari. Os dados obtidos estão sendo analisados seguindo a Análise Textual Discursiva (ATD). Em nossa análise inicial, observamos que os alunos relacionaram a ciência com descobrimento, aquisição de conhecimento, ao estudo do meio ambiente e de fenômenos naturais. O desenvolvimento de medicamentos foi citado como fruto da ciência sem separar a relação entre ciência e tecnologia. Os estereótipos produzidos pelos alunos demonstram noções de que a atividade de pesquisa científica é realizada solitariamente dentro de laboratórios. Os alunos foram convidados a representar por meio de um desenho: um cientista. Os desenhos representam homens ou mulheres de jaleco branco com vidrarias e experimentos práticos, estando sozinhos em um grande laboratório, evidenciando a ideia de que a atividade científica é individualista e possivelmente envolve apenas fenômenos das Ciências Exatas e Biológicas, sendo esta relacionada ao meio ambiente e animais sem associar às consequências das atividades científicas. As respostas ainda encontram-se em análise, espera-se ao final do estudo obtermos maiores inferências sobre as concepções de ciência e cientista que permeiam o universo da educação básica.

Palavras-chave: Concepções de ciência. Cientistas. Ensino fundamental.

1 Univates, Graduando em História, Bolsista de Iniciação Científica, itacirsantim@hotmail.com

2 Univates, Mestrando em Ensino, Bolsista CAPES. diogenes.gewehr@universo.univates.br

3 Univates, Doutora em Química. Professora e orientadora nos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Ensino e Mestrado em Ensino de Ciências Exatas. mimarchi@univates.br

4 Univates, Doutor em Filosofia. Professor e orientador nos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Ensino e Mestrado em Ensino de Ciências Exatas. rogerios@univates.br

5 Univates, Doutora em Ciências, Ecologia. Professora e orientadora nos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Ensino e Mestrado em Ensino de Ciências Exatas. aaguim@univates.br

PACTO E TDICS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Elisabete Penz Beuren¹

Aline Diesel²

Diógenes Gewehr³

Silvana Neumann Martins⁴

Resumo: Cada vez mais a formação de professores tem sido valorizada no sentido de melhorar a qualidade de ensino nas escolas. Em razão disso, têm surgido várias políticas públicas voltadas para a formação docente, tanto em âmbito nacional, quanto estadual, pressupondo uma prática pedagógica de qualidade. Nessa perspectiva, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (BRASIL, 2013), de âmbito nacional, e a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico/2011-2014 (PROPOSTA, 2011), de abrangência estadual, tiveram destaque nas discussões da disciplina *Seminários sobre Políticas Públicas da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação*, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino, da Univates/RS. Assim, no trabalho aqui proposto, objetivou-se conhecer se a formação de professores que ocorre a partir do Pacto oportunizou o uso das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDICs) nas salas de aula do Ensino Médio Politécnico, uma vez que as TDICs se fazem presentes no contexto dos adolescentes e a escola deve procurar se aproximar da realidade dos alunos, dispondo de docentes qualificados para tal. O estudo seguiu uma abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, aplicado a oito professores que atuam no Ensino Médio Politécnico de uma escola pública do Vale do Taquari/RS, selecionados pelas áreas do conhecimento abrangidas por esse nível de ensino e que participaram das formações do Pacto entre os anos de 2013 e 2014. As respostas foram analisadas aproximando-se da Análise Textual Discursiva (MORAES, 2007). Como resultados, verificou-se que os professores consideraram que houve pouca ou nenhuma formação proporcionada pelo Pacto com enfoque no uso das TDICs, sendo o assunto apenas mencionado, sem qualquer aprofundamento realmente enriquecedor e eficaz como ferramenta de ensino.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Formação de Professores. Ensino Médio Politécnico. Pacto. TDICs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Portaria nº 1140, de 22 de novembro de 2013. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/portaria_1140.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. In: MORAES, R; GALIAZZI, M. C. (orgs.). *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2007.

PROPOSTA pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio - 2011-2014. Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

1 Graduada em Geografia pela UNISC e em Estudos Sociais pela UCS. Especialista em Licenciamento Ambiental pela Univates. Mestranda em Ensino pela Univates, RS. Professora da rede pública estadual e particular. E-mail flavioebetti@brturbo.com.br.

2 Graduada em Letras pela Univates, RS. Mestranda em Ensino pela Univates, RS. Bolsista Prosup/Capes. E-mail: aline.diesel@hotmail.com.

3 Graduado em Biologia pela ULBRA. Especialista em Gerenciamento Ambiental pela ULBRA, e em Docência no Ensino Superior pela Uniasselvi. Bolsista Prosup/Capes. Professor da rede municipal de Lajeado, RS. E-mail diogenes.gewehr@gmail.com.

4 Graduada em Letras pela Univates. Especialização e Ensino de Literatura e em Gestão Universitária, Mestrado em Educação pela PUCRS e Doutorado em Educação, também pela PUC-RS. Docente permanente do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Exatas e do Mestrado Acadêmico em Ensino da Univates. E-mail: smartis@univates.br



**TECNOLOGIAS,
EDUCAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**
ARTIGOS COMPLETOS

CINEMA E ENSINO: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “CINEMAS E TEMAS” PARA AS RELAÇÕES ENTRE A SÉTIMA ARTE, A LITERATURA E A HISTÓRIA EM PONTA GROSSA E REGIÃO (2009 – 2015)

Fábio Augusto Steyer¹

Resumo: o “Cinemas e Temas” é um projeto de extensão vinculado ao Departamento de Estudos da Linguagem e à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer, existe desde 2009, de forma ininterrupta até este ano de 2015. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas das contribuições do projeto para as relações entre cinema, literatura e história na cidade de Ponta Grossa e região. De um modo especial, o que nos interessa é refletir sobre o campo do ensino, com a formação de professores e alunos na linguagem cinematográfica e seu uso em sala de aula nas disciplinas de Literatura e História, com a devida interdisciplinaridade necessária entre as áreas envolvidas. O que se pretende é analisar as atividades de extensão do referido projeto, realizadas desde seu início até os dias de hoje, associadas à pesquisa e ao ensino, e de que maneira contribuíram para a formação cinematográfica da comunidade acadêmica, escolar e geral e para um melhor domínio das tecnologias envolvidas, tendo em vista uma abordagem mais aprofundada de seu uso como importante ferramenta a ser usada em sala de aula. Afinal, mesmo em tempos de computador e leituras hipertextuais, continuamos, infelizmente, formando professores e alunos apenas para o texto escrito e publicado no suporte “códice”, sem estudar a história do livro e conhecer seus diferentes formatos e conceitos e muito menos ter noções elementares da linguagem visual, na qual podemos incluir a leitura fílmica. Usar o filme de forma adequada nas aulas de Literatura e História pressupõe um domínio mínimo da linguagem cinematográfica. As atividades do projeto “Cinemas e Temas” têm procurado, de uma ou outra forma, suprir esta falta, através da análise de filmes e suas relações com outras áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Cinema. Ensino. Literatura. História. Extensão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora no meio acadêmico se discuta cada vez mais a questão da interdisciplinaridade, e os próprios documentos educacionais oficiais (nacionais e estaduais)² abordem a necessidade de se relacionar as disciplinas e o ensino com as “novas tecnologias” e as “novas linguagens”, parece-me que ainda estamos muito distantes de uma efetiva realidade a respeito. Há muito discurso, mas pouca interdisciplinaridade de fato na prática. E no que se refere ao cinema, há algumas contradições que precisam ser comentadas.

A utilização dos filmes em sala de aula é corrente, regular, sendo inclusive estimulada pelos próprios documentos oficiais da área da educação. No entanto, tanto professores como alunos não são “alfabetizados” para o cinema, ou seja, para a linguagem do cinema. E isso é extremamente complicado. Não se trata de exigir que alunos e professores sejam “especialistas” em cinema; mas, pelo menos possuam noções básicas da linguagem cinematográfica³, de sua “gramática”, para que melhor possam interpretar as obras.

O século XX foi o “século da imagem”. Já estamos no século XXI, com as formas híbridas derivadas do computador. E, por incrível que possa parecer, todo o nosso sistema de ensino ainda está voltado quase que única e exclusivamente para o TEXTO ESCRITO. Sequer (ou muitíssimo pouco) se trabalha, nas aulas de Língua Portuguesa, por exemplo, com a oralidade, forma através da qual nos comunicamos na maior parte do tempo das nossas vidas. Estuda-se a gramática do texto do ensino fundamental ao final do ensino médio. Talvez a disciplina de Língua Portuguesa seja a única em que se estuda a mesma coisa desde o início do fundamental até o final do médio. E cada vez mais percebe-se que os alunos aprendem menos. Prova disso são as várias

1 Doutor em Letras/Literatura (UFRGS), professor adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Estudos da Linguagem/Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, fsteyer@uol.com.br.

2 Exemplo disso são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

3 Questões básicas como noções de escala de planos, movimentos de câmera, elementos da construção fílmica, como música, fotografia, figurino, roteiro, entre outros.

pesquisas divulgadas nos últimos anos que mostram que boa parte de nossos estudantes universitários são analfabetos funcionais!⁴ Será que isso não demonstra, de uma ou outra forma, uma contradição enorme entre nosso sistema de ensino e a realidade? Cadê a interdisciplinaridade? Cadê a relação das disciplinas com as “novas linguagens” e as “novas tecnologias”? Especificamente com relação ao cinema: estamos no século em que o cinema até já morreu (como diz o cineasta Peter Greenaway⁵), mas professores e alunos continuam utilizando os filmes em sala de aula sem qualquer preparo, sem saber praticamente nada sequer do beabá da linguagem cinematográfica (daquele cinema narrativo que Greenaway critica), trabalhando os filmes apenas a partir de seus “temas” e “enredos”.

Então aí está o uma situação bastante difícil: nosso sistema educacional não absorveu ainda a ideia de que o mundo não tem mais o “texto” ou o “livro” (códice) como a única ou a mais legítima forma de se adquirir conhecimento, de entretenimento ou formação cultural. As “novas linguagens” precisam urgentemente ser incorporadas à formação dos professores. E as “velhas”, como o cinema, surgido no final do século XIX, também. Está posto aí um grande problema da utilização do cinema em sala de aula: professores e alunos não possuem formação adequada da “gramática cinematográfica” para trabalhar de forma aprofundada com os filmes, restringindo a análise, normalmente, ao tema e ao enredo do filme.

Portanto, mesmo em tempos de computador e leituras hipertextuais, continuamos, infelizmente, formando professores e alunos apenas para o texto escrito e publicado no suporte “códice”, sem estudar a história do livro e conhecer seus diferentes formatos e conceitos e muito menos ter noções elementares da linguagem visual, na qual podemos incluir a leitura fílmica. Usar o filme de forma adequada nas aulas de Literatura e História pressupõe um domínio mínimo da linguagem cinematográfica. As atividades do projeto “Cinemas e Temas” têm procurado, de uma ou outra forma, suprir esta falta, através da análise de filmes e suas relações com outras áreas de conhecimento.

SOBRE O PROJETO “CINEMAS E TEMAS”

O projeto de extensão “Cinemas e Temas” foi criado em 2009 com o objetivo inicial de realizar eventos para a comunidade acadêmica e geral de Ponta Grossa que, de uma ou outra forma, relacionassem o cinema com outras áreas de conhecimento, aprofundando a análise de temáticas específicas em cada ciclo programado por seus integrantes. Aos poucos, no entanto, começaram a surgir outras demandas dentro da própria UEPG que levaram o projeto para o campo da pesquisa e do ensino (para além da extensão propriamente dita) e aumentaram o número de participantes internos e externos. Também surgiram demandas de outras instituições da cidade e mesmo de municípios vizinhos, o que aumentou significativamente o campo de atuação do mesmo.

Pela própria origem do projeto, no curso de Letras, além da minha formação interdisciplinar como coordenador, naturalmente uma das temáticas mais abordadas foi a das relações entre cinema e literatura, incluindo também a história, outra de minhas áreas de formação. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar algumas das contribuições do “Cinemas e Temas” para as relações entre literatura, história e cinema em Ponta Grossa e região, desde sua criação, em 2009, até o presente ano de 2015. Estas contribuições vão desde a realização de atividades de extensão até a participação em eventos científicos e produção acadêmica de alunos e professores envolvidos.

Desde sua invenção e consolidação como produto artístico, com linguagem e características próprias, e também midiático, o cinema vem adquirindo uma importância sociocultural cada vez maior em todo o mundo. As múltiplas possibilidades de relações entre o cinema e outras áreas de conhecimento têm se mostrado como oportunidades relevantes para estimular a reflexão e o pensamento crítico sobre os mais variados temas de nossa realidade, nos seus mais diversos aspectos.

No entanto, pelas próprias características do mercado cinematográfico mundial, envolvidos aí os processos de produção, distribuição, exibição e recepção dos filmes, a Sétima Arte carece de reflexões mais

4 Uma delas, só para citar um exemplo, fala em 38% de analfabetos funcionais. Trata-se do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em julho de 2012 pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ONG Ação Educativa.

5 Afirma ele: “O cinema era uma forma simples e sustentável de entretenimento. Acho que o mundo está muito mais sofisticado e o cinema não tem o poder de estimular a imaginação como no passado. (...) O que realmente me empolga hoje em dia é o pensamento de reinventar o cinema sem narrativa”. Entrevista de Peter Greenaway a Rodrigo Salem, da Folha de São Paulo, publicada em 12 de março de 2012, no caderno Ilustrada.

aprofundadas e menos fragmentadas. Isso pode ser feito, por exemplo, através da análise em conjunto de obras que tratam dos mesmos temas ou de vários filmes do mesmo diretor ou ator, etc.

A idéia deste projeto é justamente esta: reunir pessoas interessadas em discutir e analisar de forma mais aprofundada alguns temas e suas relações com o cinema. Isso é feito a partir da reflexão sobre alguns importantes filmes da história do cinema, exibidos em blocos temáticos, e de suas relações entre si e com outras obras, numa proposta interdisciplinar que contemple áreas próximas ao cinema, como Letras, Comunicação, História, Psicologia etc.

Desta forma, o que se espera com o “Cinemas e Temas”, desde o seu início até hoje, é estimular a pesquisa e a reflexão sobre as relações entre o cinema e outras áreas de conhecimento, tanto em termos de temáticas quanto com relação às diferentes linguagens envolvidas.

EVENTOS DO PROJETO

Uma das principais contribuições do “Cinemas e Temas” para o incremento das relações entre literatura e cinema na cidade de Ponta Grossa e região é a realização de eventos surgidos no âmbito do projeto centrados nesta temática. Não nos interessa aqui um relato de todas as atividades desenvolvidas, até porque isso seria muito extenso e enfadonho. Comentaremos apenas alguns exemplos delas, em especial que tratam das relações entre cinema e literatura.

Muitas destas atividades de extensão surgiram a partir de ideias do coordenador do projeto, professor Fábio Augusto Steyer. Este é o caso de “Diálogos entre literatura e cinema” (ANEXO 1), evento realizado entre os anos de 2010 e 2012, com sessões mensais comentadas de filmes que de uma ou outra forma permitiam o debate sobre as relações entre as duas áreas. Sempre aos sábados, o evento durou três anos, ininterruptamente, com a participação de convidados comentadores da UEPG e de outras instituições de ensino superior do município, além de ampla participação da comunidade acadêmica e geral. A conexão com a área de história sempre foi feita neste evento, em especial pelo seu objetivo de sempre situar historicamente estas relações e mesmo discutir questões próprias da história da literatura e da história do cinema. Outro evento em que aparecem claramente as relações entre as três áreas de conhecimento foi “Mitologia no cinema”, ciclo realizado em 2009, abordando filmes com temáticas voltadas à mitologia greco-romana. Neste evento também foram debatidas as relações entre mitologia e filosofia, a partir de palestra do coordenador do curso de Filosofia da Faculdade Santana, de Ponta Grossa. Estas duas atividades surgiram a partir de idéias do coordenador do projeto.

Outras atividades surgiram a partir de pesquisas realizadas por alunos integrantes do projeto. Esse é o caso do ciclo de filmes de Alfred Hitchcock (realizado em 2010), cuja origem foram as pesquisas da então acadêmica de Letras Português/Inglês Paula Starke, que fez iniciação científica, TCC de graduação e agora Mestrado sobre as relações entre a obra cinematográfica do cineasta inglês e a literatura. Outro exemplo é “Uma introdução ao cinema de horror” (2013), que nasceu da pesquisa de iniciação científica da graduanda Andressa Saldanha sobre as relações entre a literatura e a história do gênero horror no cinema. (ANEXO 2)

O projeto também atendeu, no decorrer de seu desenvolvimento, demandas de outros setores do curso de Letras e mesmo da UEPG. É o caso de “Quadrinhos e Cinema”, de 2014, (ANEXO 3), idealizado pelo aluno Phellip Gruber, que não fazia parte do projeto mas procurou a nossa equipe para desenvolver a sua ideia através do Cinemas e Temas. Este evento foi importante por permitir a discussão sobre o próprio conceito de literatura (quadrinhos são literatura?), além de suas relações com os filmes. O ciclo “O cinema fala francês” (ANEXO 5) é outro evento originário de demandas do curso de Letras/Francês, cujo idealizador, o então graduando Leandro Guimarães Ferreira, acabou se incorporando ao projeto. Acontece desde 2013 até hoje, com sessões mensais, sempre aos sábados, de filmes que de uma ou outra forma estão ligados à cultura francófona, especialmente em seus aspectos literários e históricos.

“Edgar Allan Poe vai ao Cinema”, de 2013, (ANEXO 6) é exemplo de evento idealizado não pelo coordenador do projeto nem pelos alunos, mas por um de seus professores supervisores – no caso, a professora Keli Pacheco - e um grupo de estudantes da graduação. Outro evento com temática específica sobre as relações entre literatura e cinema que gostaríamos de destacar aqui é “Agatha Christie no Cinema” (ANEXO 4), ciclo de filmes baseados na obra da escritora inglesa realizado em 2010 e que também abordou a história da literatura policial.

EVENTOS EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Além dos eventos próprios, o Cinemas e Temas sempre promoveu diversas atividades de extensão em parceria com outras instituições do município de Ponta Grossa. Gostaríamos de destacar algumas delas. “Livros & Filmes”, realizado desde 2013 em parceria com o curso de Letras das Faculdades SECAL, substituiu o evento “Diálogos entre literatura e cinema”, levando o debate para fora da UEPG e ocupando outros espaços culturais e acadêmicos da cidade, como o SESC, o Teatro Ópera e auditórios da entidade parceira. São sessões mensais, sempre comentadas, de filmes que possuem alguma relação com a literatura, no mesmo modelo do evento anteriormente realizado na UEPG.

Muito importante para o projeto tem sido a parceria com o Centro de Estudos Cênicos Integrado (CECI), escola de teatro fundada em Ponta Grossa no ano de 2013, idealizada pela atriz e diretora Heloísa Frehse Pereira. Nestes eventos a discussão tem sido sobre as relações entre cinema, literatura e teatro. Em 2014, neste formato, fizemos duas atividades de extensão, uma sobre Hilda Hilst e outra sobre Clarice Lispector (ANEXO 8), com exibição de filmes, palestras e apresentação das peças teatrais “Prisioneiros em Copas” (ANEXO 9 - releitura da obra de Hilda Hilst, em diálogo com “Alice no País das Maravilhas”, de Lewis Carroll) e “A Hora da Estrela” (baseada na obra de Lispector), encenadas pela equipe do CECI. Retomar o debate sobre o papel destas escritoras dentro da história da literatura brasileira recente foi também um dos principais objetivos destes eventos.

No município vizinho de Palmeira, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Polo Palmeira da Universidade Aberta do Brasil, realizamos três mostras de filmes no teatro municipal da cidade, nos anos de 2012, 2013 e 2014, sempre com enorme participação de público e com o debate cinema, história e literatura presente. (ANEXO 10)

Não podemos deixar de mencionar as palestras de formação cinematográfica (em especial sobre a linguagem do cinema) realizadas em parceria com o Colégio Sagrada Família (para alunos de ensino médio), com o Núcleo Regional de Educação/SEED/Paraná (para alunos e professores da rede estadual) e com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (também para alunos de ensino médio da rede estadual), que também incluíram diretamente o debate das relações entre cinema, literatura e história e entre as linguagens textual e visual.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Outra contribuição significativa do Cinemas e Temas para as relações entre as três áreas tem sido a produção científica de seus integrantes. Um levantamento preliminar permite afirmar que entre 2009 e 2015 tivemos mais de 80 trabalhos apresentados em congressos de extensão e pesquisa, muitos deles publicados sob a forma de resumos, resumos expandidos e textos completos. Isso em eventos nacionais e internacionais, como o CONEX (UEPG/Ponta Grossa), SEURS (edições realizadas em Santa Maria, RS, e Florianópolis, SC), Semana de Letras da UFPR, Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil (PUCRS, Porto Alegre, RS), Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (edição de Porto Alegre, RS), Extenso/AUGM (edição de Montevideu, Uruguai), Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária (edição de Santa Fé, Argentina) e IARTEM Brazil 2012 (UFPR, Curitiba, PR).

Além disso, desde 2009 até 2015 foram mais de 20 alunos de iniciação científica que realizaram pesquisas relacionadas a temáticas do projeto, contando apenas os orientandos do coordenador do Cinemas e Temas, professor Fábio Augusto Steyer. Isso nas modalidades PIBIC (bolsa universal), BIC (bolsa para cotistas oriundos de escola pública) e PROVIC (iniciação científica voluntária). Vários desses projetos de pesquisa originaram TCCs de graduação e mesmo trabalhos de pós-graduação, em nível de Especialização e Mestrado.

Desde 2011 o Cinemas e Temas possui bolsistas de extensão universitária, tanto na modalidade universal quanto para cotistas. Pelas suas contribuições ao meio acadêmico da UEPG e para a comunidade, além de sua significativa produção científica, o Cinemas e Temas foi um dos agraciados, em 2012, com o Prêmio Extensão Universitária, concedido pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Culturais da UEPG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim... Estas foram algumas contribuições do projeto para o debate a respeito das relações entre literatura, história e cinema no município de Ponta Grossa e região. O projeto continua firme e forte e igualmente as parcerias, que devem ser intensificadas ao longo do atual biênio 2015/2016.

As reflexões originárias das atividades do projeto não tiveram nenhuma pretensão no sentido de apontar caminhos definitivos para a resolução dos problemas pertinentes à utilização do cinema em sala de aula. O que sempre se desejou foi apenas ampliar o debate e apontar algumas questões fundamentais, de natureza teórico-prática, a partir das quais se pode pensar em algumas soluções.

Essas soluções passam, não tenho a menor dúvida, pela necessidade de uma formação adequada, para professores e alunos, com relação a conhecimentos mínimos sobre a “gramática” cinematográfica, além de uma revisão da ideia corrente de que o “livro” (códice) ou o texto escrito é a forma mais legítima para a formação cultural das pessoas. É preciso efetivamente incorporar na prática a ideia da interdisciplinaridade e de uma formação adequada com relação às “novas linguagens” e “novas tecnologias”.

Alguns poderão dizer que se o ensino da “gramática do texto” não tem sido eficaz para fazer os alunos aprenderem a escrever ou para valorizarem os aspectos ficcionais, literários, “lúdicos” das obras, o mesmo acontecerá com relação à “gramática do cinema”. Permito-me discordar desta ideia. Para desenvolver uma visão mais “lúdica” e “polissêmica” dos filmes (e aqui me refiro às ideias de Eni Orlandi⁶ e a um texto que escrevi anos atrás sobre o cinema voltado para o público infantil⁷), é preciso primeiro abandonar as abordagens tradicionais (estas, sim, “autoritárias” e superficiais) que consideram apenas seus temas, seu enredo. Um mínimo conhecimento da linguagem cinematográfica será extremamente útil não apenas para uma leitura mais aprofundada dos filmes em si, mas também dos próprios temas e do enredo abordados. E aí, sim, a partir de um maior aprofundamento na análise das estruturas fílmicas, teremos uma visão mais plural, múltipla do fenômeno cinematográfico, mais próxima da realidade contemporânea.

O caminho a percorrer se inicia, pois, na “gramática”, mas com o único objetivo de alcançar um nível de aprofundamento que só a “pluralidade” e o “lúdico” dos filmes podem nos proporcionar.

Esperamos que o projeto “Cinemas e Temas” tenha contribuído para tanto, em especial pela sua atuação na comunidade de Ponta Grossa e região.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inácio. **Alfred Hitchcock**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- AUMONT, Jacques. **A Estética do Filme**. Campinas: Papirus, 1995.
- BILHARINHO, Guido. **Cem Anos de Cinema**. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 1996.
- COSTA, Flávia Cesarino. **O Primeiro Cinema – Espetáculo, Narração, Domesticação**. São Paulo: Scritta, 1995.
- FERREIRA, Carlos Melo. **O cinema de Alfred Hitchcock**. Porto: Afrontamento, 1985.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FORD, Charles e JEANNE, René. **Historia ilustrada del cine (1) – El cine mudo**. Madrid: Alianza, 1995.
- HAUSTRATE, Gaston. **O Guia do Cinema – Iniciação à História e Estética do Cinema – Tomos 1 e 2**. Lisboa: Pergaminho, 1991.
- MORIN, Edgar. **As Estrelas – Mito e Sedução no Cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

6 O contraponto entre um “discurso autoritário” e um “discurso lúdico”, termos usados pela autora, aparece no texto de Eni Orlandi que está referenciado no final deste artigo.

7 O texto, publicado na revista Letras de Hoje, da Faculdade de Letras da PUCRS, está nas referências no final do trabalho.

SADOUL, Georges. **História do Cinema Mundial – I**. Lisboa: Horizonte, 1983.

STEYER, Fábio Augusto Steyer. **Literatura e cinema: algumas reflexões sobre a produção voltada para o público infantil**. Revista Letras de Hoje, vol. 43, nº 02. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

XAVIER, Ismail. **Cinema e Teatro – A Noção Clássica de Representação e a Teoria do Espetáculo, de Griffith a Hitchcock**. In: XAVIER, Ismael (Org.). **O Cinema no Século**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 247-266.

ANEXO 1 - Cartaz de uma das edições do evento “Diálogos entre literatura e cinema”, idealizado pelo coordenador do projeto, professor Fábio Augusto Steyer.

UEPG **DIÁLOGOS ENTRE LITERATURA E CINEMA**
edição 2012

Projeto CINEMAS E TEMAS

25/08
A ÚLTIMA TEMPESTADE
(Inglaterra/França/1991)
De Peter Greenaway.
Livre adaptação da peça de William Shakespeare.

23/09
FAHRENHEIT 451
(França/1966)
De François Truffaut
Baseado no romance de Ray Bradbury.

27/10
MEDEIA
(Itália/1969)
De Pier Paolo Pasolini.
Inspirado na tragédia de Eurípedes.

24/11
ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS
(EUA/Inglaterra/2010)
De Tim Burton.
Baseado na obra literária de Lewis Carroll.

01/12
CÃO SEM DONO
(Brasil/2007)
De Beto Brant.
Baseado na obra literária de Daniel Galera.

Sala B-108, Campus Central da UEPG, sempre às 14 horas.
Mais informações acesse:
<http://www.cinemasemasuepg.blogspot.com/>

ANEXO 2 - Cartaz do ciclo de palestras e filmes “Uma introdução ao cinema de horror”, exemplo de evento originado a partir da pesquisa de iniciação científica de um de seus integrantes – no caso, a então graduanda Andressa Saldanha.

CINEMAS E TEMAS **UEPG**

Apresentam:

UMA INTRODUÇÃO AO CINEMA DE HORROR

24 e 25 de maio de 2013
Local: Pequeno Auditório, bloco A, campus central da UEPG.

24/05
Palestra:
19 horas
Uma introdução à história do cinema de horror
* Acadêmica Andressa Fernanda Saldanha e professor Fábio Augusto Steyer.

Exibição dos filmes:
10 horas
"Noniforme", de F. W. Murnau (1922).
14 horas
"A noite dos mortos vivos", de George A. Romero (1968).
16 horas
"Desafio do alemão", de Robert Wise (1963).

25/05
Exibição do filme:
10 horas
"O estranho mundo de Zé do Cavaco", de José Mojica Marins (1968).
ENTRADA FRANCA COM EMISSÃO DE CERTIFICADOS PELA PROEX.

Coordenação: Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer e acadêmica Andressa Fernanda Saldanha.
Maiores informações no blog do projeto Cinemas e Temas:
<http://www.cinemasemasuepg.blogspot.com.br/>

ANEXO 3 - Cartaz do ciclo “Quadrinhos & cinema”, exemplo de evento originado a partir da demanda e do interesse de um grupo de alunos que não integravam o projeto, mas se interessavam na temática proposta e buscaram o Cinemas e Temas para a realização do mesmo.



ANEXO 4 - Cartaz do ciclo de filmes baseados na obra de Agatha Christie, evento com temática específica sobre as relações entre cinema e literatura.



ANEXO 5 - Cartaz de uma das sessões do ciclo “O cinema fala francês”, outro evento originário de demandas do curso de Letras/Francês, cujo idealizador, o então graduando Leandro Guimarães Ferreira, acabou se incorporando ao projeto.

UEPG

Projeto
CINEMAS E TEMAS

APRESENTAM:
CICLO O CINEMA FALA FRANCÊS

14/06—sábado
Às 14 horas, na sala B-108 do
campus central da UEPG

OS AMORES IMAGINÁRIOS
(Canadá/2010).
Um filme de Xavier Dolan.

Comentários e palestra:
“O célebre Xavier Dolan”.
Por Leandro Guimarães Ferreira.

Certificado de 04 horas. Participação gratuita.

ANEXO 6 - Cartaz do evento “Edgar Allan Poe vai ao Cinema”, exemplo de evento idealizado não pelo coordenador do projeto, mas por um de seus professores supervisores – no caso, a professora Keli Pacheco e um grupo de alunos da graduação.

UEPG

Projeto
CINEMAS E TEMAS

e alunos do curso de Letras da UEPG, sob a supervisão da Prof.ª Keli Pacheco.

apresentam:

EDGAR ALLAN POE VAI AO CINEMA

09/05/2013 - quinta-feira - 14 horas
ABSEKTURA - curta de animação
VINCENTY (RUA/1921)
Dir. Tim Burton
Comentários de Isabel Cristina Bichinski (Acadêmica de Letras-Ingês)

A QUEDA DA CASA DE UTIHER (FRANÇA/1928)
Dir. Jean Epstein
Baseado em conto homônimo de E. A. Poe. Comentários de Diego André Rocha, Giordano Bruno de Oliveira e Felipe Gabriel Lopes Mendes (Acadêmicos de Letras-Ingês)

10/05/2013 - sexta-feira - 14 horas
OS ASSASSINATOS DA RUA MORCUE (RUA/1972)
Dir. Robert Flaherty
Baseado em conto homônimo de E. A. Poe. Comentários de Juliana Denise dos Santos (Acadêmica de Letras-Espanhol)

11/05/2013 - sábado - 09:00 horas
MURÁLIAS DO PAVOR (RUA/1961) DIR. ROGER CORMAN
Baseado nos contos *Marela*, *O Gato Preto* e *A Verdade Sobre o Caso do Sr. Waldemar*, de E. A. Poe. Comentários de Alana Berton (Acadêmica de Letras-Ingês), Sérgio Vinícius Kubaski Borges (Acadêmico de Letras-Espanhol) e Juliana Ristow Weisz (Acadêmica de Letras-Francês), sob a orientação de Luah Kugler (Formanda de Letras-Ingês).

11/05/2013 - sábado - 14:00 horas
MITÓLOGIAS EXTRAORDINÁRIAS (FRANÇA-ITÁLIA/1964)
Dir. Frederico Fellini; Louis Malle e Roger Vadim.
Baseado nos contos *Metamorfose*, *William Wilson* e *Nunca aperte sua cabeça com o diabo*, de E. A. Poe. Comentários de Tatiane Cristiane Schneider, Isabel Cristina Bichinski (Acadêmicas de Letras-Ingês), João Israel Ribeiro e Murilo Augusto de Oliveira (Acadêmicos de Letras-Francês).

Todas as sessões acontecerão na sala B-108 (Nível auditório do Bloco B) - Campus Central (UEPG).
Serão emitidos certificados, pela PROEX, de 04 horas de participação para cada sessão.

ANEXO 7 - Cartaz de uma das edições do já tradicional evento “Livros & Filmes”, parceria do “Cinemas e Temas”/UEPG com o curso de Letras da Faculdade SECAL.

SECAL CINEMAS E TEMAS UEPG

APRESENTAM

CICLO DE DEBATES

LIVROS & FILMES

29 de abril (quarta) - 19h
AS MENINAS
De Emiliano Ribeiro. Baseado na obra de Lygia Fagundes Telles.
Comentadora: Jeanne Geraldo Javarez.

12 de maio (terça) - 19h
PINÓQUIO
De Walt Disney. Baseado na obra de Carlo Collodi.
Comentadora: Máira Carzino.

26 de maio (sexta) - 19h
O MENINO E O MUNDO
De Ale Abreu.
Comentador: Philip William Gruber.

10 de junho (quarta) - 19h
PSICOSE
De Alfred Hitchcock. Baseado na obra de Robert Bloch.
Comentadora: Paula Starke.

LOCOS DE REALIZAÇÃO: Faculdade SECAL
COORDENAÇÃO: Profa. Juliana Franz (SECAL) e Prof. Fábio Augusto Steyer (UEPG).
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: www.secal.edu.br

VAGAS LIMITADAS PARTICIPAÇÃO GRATUITA COM EMISSÃO DE CERTIFICADOS

ANEXO 8 - Cartaz de evento interdisciplinar (literatura, teatro e cinema) sobre a obra de Clarice Lispector, numa parceria já consolidada do projeto com a escola de teatro do CECI/Ponta Grossa.

CINEMAS E TEMAS & cecI

APRESENTAM:

**A HORA DA ESTRELA:
UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR**
literatura—teatro—cinema
08 e 09 de abril de 2014
Campus central da UEPG/Grande Auditório

PROGRAMAÇÃO:

08/04
17:30 horas
Exibição de documentários sobre a vida e a obra de Clarice Lispector.

08/04
20 horas
Apresentação da peça "A Hora da Estrela", adaptação teatral feita pelos alunos e professores do CECI/Ponta Grossa. Direção: Rafael Pedretti.

09/04
17:30 horas
Exibição do filme "A Hora da Estrela" (Brasil/1985). De Suzana Amaral. Com Marcélia Cartaxo (Urso de Prata de Melhor Atriz no Festival de Berlim 1988), José Dumont e Fernanda Montenegro.

09/04
20 horas
Mesa redonda: "Uma Visão Interdisciplinar sobre 'A Hora da Estrela'."
* Profª Dra. Keli Pacheco (UEPG).
* Heloisa Frehse Pereira (Diretora do CECI/Ponta Grossa, atriz e diretora).
* Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG).

PARTICIPAÇÃO GRATUITA.
CERTIFICADO DE 12 HORAS EMITIDO PELA PROEX/UEPG.
COORDENAÇÃO: PROF. DR. FÁBIO AUGUSTO STEYER E HELOISA FREHSE PEREIRA.
INFORMAÇÕES NO BLOG DO PROJETO CINEMAS E TEMAS: <http://www.cinemasctemasuepg.blogspot.com.br/> E NO CECI PONTA GROSSA A Rua Dr. Colares, 811 – Tel. 42-32231652.

UEPG

ANEXO 9 - Cartaz da peça “Prisioneiros em Copas”, apresentada pelos alunos do CECI/Ponta Grossa em evento sobre a obra da escritora Hilda Hilst. Parceria entre Cinemas e Temas e CECI/Ponta Grossa.



ANEXO 10 - Cartaz de uma das mostras de cinema realizada no município vizinho de Palmeira, parceria do Cinemas e Temas com a Prefeitura Municipal de Palmeira e o Pólo Palmeira da Universidade Aberta do Brasil.

Cartaz da 2ª Mostra "CINEMAS E TEMAS" EM PALMEIRA. O cartaz tem um fundo azul escuro e contém informações sobre o evento. No topo, há os logos de "CINEMAS E TEMAS" e "UEPG". O título principal "2ª MOSTRA 'CINEMAS E TEMAS' EM PALMEIRA" está em branco. Abaixo, o tema é "Cinema e educação" e as sessões são comentadas de filmes de 26 a 30 de agosto de 2013, no Teatro Municipal de Palmeira - PR. O cartaz lista quatro sessões com horários e comentários de especialistas. No lado direito, há logos de parceiros: PRODUZINDO, UAB (Universidade Aberta do Brasil) Polo Palmeira, e Prefeitura Municipal de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação. No rodapé, há o link para o blog do projeto: <http://www.cinemasetemasuepg.blogspot.com.br/>

EFEITO DE REAL E AS REDES SOCIAIS: O CASO GUARUJÁ

Danton José Boatini Júnior¹

Resumo: Na busca pela apresentação do real, um dos princípios fundamentais do jornalismo, a imagem adquire um papel preponderante. Para o espectador, não há nada mais convincente do que a fotografia ou o vídeo de quem acompanhou *in loco* o fato narrado. Como consequência, a imagem possibilita ao espectador a vivência de uma experiência real. O presente artigo visa analisar a imagem e sua influência na disseminação de boatos nas redes sociais, tendo como estudo de caso o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, no Guarujá (SP), motivado por postagens postadas no Facebook. Tendo como base os preceitos de Aumont (imagem) e Barthes (efeito de real), vamos apontar como a utilização de um retrato falado contribuiu para criar no espectador uma sensação de realidade, vindo a provocar um desfecho dramático. Com o advento das novas tecnologias, o efeito de real adquire uma nova dimensão. Reportagens transmitidas pelos diferentes meios de comunicação hoje contam com a participação de imagens amadoras, que possibilitam ao espectador um testemunho de quem estava no local onde ocorreu o acontecimento narrado. Nestes casos, pouco importa a qualidade e a técnica, já que a instantaneidade substitui os outrora rígidos critérios jornalísticos. Não é diferente com o jornalismo praticado por amadores, que graças à emergência de novas ferramentas tecnológicas tornou-se cada vez mais presente, em especial por meio das redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube, etc). Embora busquem se distinguir dos meios de comunicação tradicionais, aos quais frequentemente acusa de não representar a realidade de sua comunidade, o jornalista amador também faz uso do real, por meio da imagem, para conquistar audiência e garantir verossimilhança à narrativa. O uso da imagem no episódio em estudo – neste caso, o retrato falado – torna-se um fator fundamental para conferir à notícia um caráter de veracidade, o que pode ser comprovado pelo seu desfecho trágico. Sem a imagem, as postagens sobre a suposta sequestradora seriam apenas mais um dos inúmeros boatos que povoam a internet. Com o seu apelo ao real, a imagem nos induz ao convencimento, sendo capaz de dar verossimilhança ao relato mais inverossímil.

Palavras-chave: Efeito de real. Boatos. Redes sociais.

Na pós-modernidade, a imagem adquire um papel preponderante na busca pela apresentação do real, um dos princípios fundamentais do jornalismo. Não há nada mais convincente, para quem recebe uma mensagem, do que a fotografia ou o vídeo de quem acompanhou *in loco* o fato narrado. Como consequência, a imagem possibilita ao espectador a vivência de uma experiência real. Cabe ressaltar, no entanto, que essa relação com o real é sempre mediada.

Neste artigo, pretendemos analisar o impacto da imagem na criação do efeito de real na era das redes sociais digitais, tendo como estudo de caso o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, no Guarujá (SP), motivado por um boato disseminado no Facebook. Para fazer a análise, utilizaremos notícias publicadas sobre o tema por dois grandes veículos impressos, de circulação nacional, Folha de São Paulo e revista Época. O método se justifica uma vez que as postagens originais, que motivaram os fatos, não estão mais disponíveis na rede, o que impediria que elas fossem diretamente analisadas.

Com o advento das novas tecnologias, que conforme Gillmor “deram-nos um mundo em que quase toda a gente pode publicar uma página de aspecto credível na internet” (2005, p. 174), o efeito de real adquire uma nova dimensão. Reportagens transmitidas pelos diferentes meios de comunicação hoje contam com a participação de imagens amadoras, que possibilitam ao espectador um testemunho de quem estava no local onde ocorreu o acontecimento narrado. Nestes casos, pouco importa a qualidade e a técnica, já que a instantaneidade substitui os outrora rígidos critérios jornalísticos.

Não é diferente com o jornalismo praticado por amadores, que graças à emergência de novas ferramentas tecnológicas tornou-se cada vez mais presente, em especial por meio das redes sociais digitais (Facebook, Twitter, YouTube, etc). Embora busquem se distinguir dos meios de comunicação tradicionais, aos

¹ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Mestrando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: dboattini@gmail.com.

quais frequentemente acusa de não representar a realidade de sua comunidade, o jornalista amador também faz uso do real, por meio da imagem, para conquistar audiência e garantir verossimilhança à narrativa.

A fotografia é apontada como um dos elementos que permitiu avanços nesta área, assim como a televisão pelo detalhamento das imagens. Conforme Dalmonte (2008, p. 43), “numa perspectiva de convergência midiática, tanto a ilusão referencial quanto a inconização despontam como características determinantes de novas narrativas”.

Nesse sentido, o Webjornalismo, pelo uso dos recursos da Web, permite um discurso que se aproxima mais do real, visto que pode mostrar pedaços de realidade, sem um corte temporal tão grande entre o acontecimento e sua divulgação, bem como o uso de imagens, áudio, vídeo de quem testemunhou o ocorrido. Da mesma forma, o ponto de vista, ou o depoimento de quem presenciou o ocorrido, ou mesmo de quem quer opinar, pode ser agregado àquele discurso, conferindo um maior sentido de realidade ao fato (DALMONTE, 2008, P. 46).

Aumont levanta algumas hipóteses para as variáveis que influenciam o comportamento do espectador diante da imagem. Conforme o autor, não se trata de sustentar que essa relação é apenas compreensível por meio da psicologia, nem de propor um modelo universal neste sentido; mas sim de abordar questões como o que nos trazem as imagens e como elas são olhadas.

Esse sujeito não é de definição simples, e muitas determinações diferentes, até contraditórias, intervêm em sua relação com uma imagem: além da capacidade perceptiva, entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que, por sua vez, são muito modelados pela vinculação a uma região da história (a uma classe social, a uma época, a uma cultura). Entretanto, apesar das enormes diferenças que são manifestadas na relação com uma imagem particular, existem constantes, consideravelmente trans-históricas e até interculturais, da relação do homem com a imagem em geral (AUMONT, 2011, p. 77).

Para Aumont, o reconhecimento em uma imagem significa identificar, pelo menos em parte, o que nela é visto com alguma coisa que se pode ser no real.

O exemplo mais impressionante é o do rosto: se reconhecemos com facilidade o modelo de um retrato fotográfico (ou de um retrato pintado, se for suficientemente conforme aos códigos naturalistas), é graças à constância perceptiva; mas se reconhecemos também o modelo de uma caricatura, supõe-se que estamos fazendo intervir além disso outros critérios (ninguém se parece literalmente com sua caricatura). (AUMONT, 2011, p. 82-83)

Com isso, o autor constata que “reconhecer não é constatar uma similitude ponto a ponto, é achar invariantes da visão, já estruturados, para alguns, como espécies de grandes formas”. Ao abordar a influência psicológica provocada pela imagem sobre o espectador, Aumont lembra os experimentos de Serguei Einsenstein com o cinema, na década de 1920.

Concebendo, de modo bastante rudimentar, a imagem cinematográfica como combinação de estímulos elementares (definíveis em termos de formas, intensidades e durações), Eisenstein, ao basear-se na *reflexologia* pavloviana, supunha que cada estímulo acarretava uma resposta calculável e, por conseguinte, que em troca de um longo, complexo e na verdade improvável cálculo, seria possível prever e dominar a reação emocional e intelectual de um espectador a um determinado filme (AUMONT, 2011, P. 92-93).

O próprio Eisenstein perceberia, posteriormente, que tratava-se de uma visão simplista, o que não o levou a abandonar a ideia de influência sobre o espectador.

Em artigo sobre o efeito de real, Barthes recorre à literatura de Flaubert e à história de Michelet para referir-se aos detalhes “supérfluos”, deixados de lado pela análise estrutural, mas que como elementos da narrativa possuem um papel importante para simular o real. Entre as técnicas, obras e instituições fundadas na necessidade incessante de autenticar o “real”, da qual o realismo literário é um precursor, o autor cita a fotografia (testemunha bruta “do que foi lá”), a reportagem, as exposições de objetos antigos, o turismo dos monumentos e lugares históricos.

Tudo isto diz que o “real” é suposto bastar-se a si mesmo, que é bastante forte para desmentir qualquer ideia de “função”, que sua enunciação não tem nenhuma necessidade de ser integrada numa estrutura e que o ter-estado-lá das coisas é um princípio suficiente da palavra. (BARTHES, 1972, p. 42)

Barthes observa que a resistência do real à estrutura é muito limitada no discurso narrativo fictício, enquanto esse mesmo real torna-se referência essencial no discurso narrativo histórico, que se propõe a relatar “o que realmente se passou”. O que se afirma por meio dos exemplos citados por Barthes, conforme Dalmonte, é que o real se basta a si mesmo, de modo que “os elementos enunciam a sua própria história, sendo suficiente o *ter-estado-ali* das coisas” (2008, p. 43).

Ao falar do apelo realista das renovadas narrativas do audiovisual, Feldman destaca o uso cada vez maior da produção e dramatização da realidade nos âmbitos do cinema, da televisão e da internet. Como prova disso, cita a proliferação dos *reality shows* e imagens amadoras utilizadas pelos telejornais, por exemplo. Conforme e autora, no intuito de simular um “espetáculo que não mais simule”, em nome da “vida real”, essas experiências audiovisuais produzem consequências “nada inocentes”, revelando-se estratégias de legitimação, naturalização e desresponsabilização destas narrativas e imagens. Deste modo, o apelo realista se configuraria como um modo simbólico de “reengajamento” e “reintegração” dos sujeitos à realidade, que por sua vez é “mediada, produzida e dramatizada por códigos estéticos e suportes audiovisuais cujas fronteiras também estariam se tornando indistintas” (p. 62).

Uma vez que “toda e qualquer experimentação é sempre mediada”, Feldman observa que a diferença entre uma experiência real e aquela mediada pelos meios de comunicação é de grau, e não de natureza.

Contudo, cada vez mais a mediação realizada pelas tecnologias da comunicação, da informação e do audiovisual deixa de ser propriamente um ato ou efeito de mediar, de estabelecer relações, para tornar-se, ela mesma, parte crucial de nossa visão de mundo e daquilo que tomamos por realidade, a qual é percebida e construída por códigos estéticos historicamente configurados, balizadores de nosso olhar e de nossa experiência (FELDMAN, 2008, p. 62).

Vários autores dedicaram-se a estudar o impacto da imagem no comportamento humano. É o caso de Le Bon, em suas pesquisas sobre o comportamento do homem em massa. Para ele, a massa pensa por imagens, cada uma delas vindo a confortar a precedente em uma série de representações que não tem mais qualquer relação lógica com a primeira (LE BON, 1985, p. 55). Le Bon aponta que o inverossímil quase não existe para a massa, que sucumbe facilmente às alucinações partilhadas porque a imaginação dos indivíduos, em grupos homogêneos ou heterogêneos, acaba por deformar frequentemente um evento de proporções insólitas (LEGROS, PATRICK et al).

IMAGEM E BOATO

Desde a sua ascensão, as redes sociais digitais tornaram-se um campo fértil para a disseminação de boatos e notícias sem comprovação. A possibilidade de que cada cidadão publique conteúdo na internet possibilitou a democratização dos meios de comunicação, ao mesmo tempo que a ausência de filtros aumentou a quantidade de publicações de origem duvidosa. O papel das redes sociais digitais, neste sentido, foi de amplificar um fenômeno que não é novo, mas que é inerente ao ser humano. Desde pequeno, estamos acostumados a acreditar no que nos dizem as pessoas mais próximas, ainda que elas não apresentem comprovação para as suas afirmações.

Neste contexto, a imagem adquire um papel importante no que se refere ao convencimento do receptor, uma vez que sua utilização contribui para tornar verossímil uma informação que até então não poderia ser comprovada. No entanto, como pudemos observar em vários casos recentes, a manipulação ou a publicação de imagens fora de um contexto contribuem para ampliar a desinformação e os boatos amplificados pelas redes sociais digitais.

Na internet, o fenômeno começa a ser observado bem antes das redes utilizadas hoje, quando blogs e correntes de e-mail ocupavam esse espaço. No início da década de 2000, tornou-se famosa a imagem de um suposto turista fotografado em uma das torres do World Trade Center no mesmo instante em que um avião de aproximava. Tratava-se de uma montagem, mas que durante anos foi vista como uma cena real para muitos internautas. Como nem todos os usuários têm condições de diferenciar uma foto verdadeira de uma imagem manipulada, torna-se difícil não acreditar no que se vê.

O boato ou lenda urbana pode ser definido como “um enunciado ou uma breve narrativa, de criação anônima, que apresenta múltiplas variáveis, de conteúdo surpreendente, contada como sendo verdade e recente em um meio social que exprime, simbolicamente, medos e aspirações” (LEGROS et al, 2014, p. 195).

A análise dos boatos e lendas contemporâneas está baseada em uma grade com seis itens: a coleta da narrativa e suas variantes, o estudo do contexto da difusão, a medida do grau de veracidade, o estudo do paratexto, a análise da estrutura narrativa e a interpretação dos boatos e lendas contemporâneas (LEGROS et al, 2014, p. 196-8).

O fenômeno ocorre em um cenário de manifestação do imaginário, instância que tende em direção ao irreal.

Em sua acepção mais comum, a imagem é a reprodução de um original. O imaginário, propriamente dito, deriva da imagem no papel de uma representação sem origem, se retomarmos a visão do início do século XX: uma imaginação criadora (face a uma imaginação reprodutora que correspondente à representação) (LEGROS et al, 2014, p. 187).

Renard observa que, quando um amigo nos conta alguma novidade, nosso primeiro impulso é acreditar na informação, não apenas porque confiamos na fonte, mas também porque é “materialmente impossível, na vida cotidiana, checar todas as informações que recebemos”. O autor explica que o termo boato possui dois sentidos, que são necessários distinguir: o boato como informação não verificada e o boato como informação falsa. No primeiro caso, a informação não é necessariamente falsa, diferente do segundo termo.

Um boato ou uma lenda urbana é um enunciado ou uma narrativa breve, de criação anônima, que apresenta múltiplas variantes, de conteúdo surpreendente, contada como sendo verdadeira e recente em um meio social que exprime, simbolicamente, medos e aspirações (RENARD, 2008, p. 98).

Ainda conforme Renard, podem-se distinguir três tipos de boatos de acordo com a extensão de sua área de difusão: as fofocas, que são observadas em um meio restrito (casa, trabalho, cidade); os boatos propriamente ditos, que interessam a um meio social mais extenso; e as lendas contemporâneas, que, por sua vez, podem adquirir inclusive uma dimensão internacional.

Sobre os motivos que nos levam a acreditar nos boatos ou lendas, Renard enumera quatro fatores: o boato ou lenda revela uma situação surpreendente, um problema social real e atual, uma mensagem moral ou temas folclóricos antigos.

O CASO GUARUJÁ

O advento das novas tecnologias provocou uma profunda transformação na relação entre emissor e receptor. A mediação dos meios de comunicação de massa deixou de ser a única alternativa para uma comunicação em grande escala, uma vez que as ferramentas para produzir e publicar conteúdo hoje estão disponíveis a uma grande parcela da população, que até então estava relegada ao papel de público. As mudanças em curso foram acentuadas com o surgimento da blogsfera, em um primeiro momento, e das redes sociais digitais, mais recentemente.

Foi neste contexto que a disseminação de boatos nas redes sociais teve um desfecho trágico para a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, linchada por moradores de Morrinhos, um dos bairros mais pobres de Guarujá (SP), no dia 3 de maio de 2014. Ela morreu dois dias depois devido às lesões. O motivo das agressões foi uma postagem publicada na página Guarujá Alerta, no Facebook, sobre uma sequestradora de crianças que agiria na região motivada por rituais de magia negra. Fabiane foi confundida com o retrato falado publicado na mesma postagem. A Polícia Civil do Estado de São Paulo informou, no entanto, que a história sobre o suposto sequestro de crianças na região era falsa.² Nas palavras de reportagem da revista Época³, Fabiane “foi brutalmente assassinada coletivamente, devido a uma fantasia que ganhou vida em computadores e celulares da comunidade onde morava”.

Aos gritos de “É ela, é ela!”, os moradores formaram um círculo ao redor de Fabiane, que foi atingida por pedras, socos, pontapés e arrastadas “como uma boneca de trapos”⁴. A foto postada pelo Guarujá Alerta era de

² Folha de São Paulo, 6 de maio de 2014, C1.

³ 12 de maio de 2014.

⁴ Idem.

uma mulher loira, que segundo a Polícia também não tinha ligação com nenhum sequestro. Fabiane era morena, mas um dia antes havia clareado o cabelo. Após prestarem depoimento, algumas testemunhas identificaram um motivo bastante vago para a morte da dona de casa: “a culpa foi da internet”.⁵ Nos dias seguintes ao crime, quatro suspeitos de participarem do linchamento foram presos. Um deles disse, em depoimento à polícia, que “a acusação era que ela arrancava o coração e os olhos de crianças para rituais”.⁶

A página Guarujá Alerta, que veiculou a notícia, apresentava-se como “página de fatos, acontecimentos, notícias, reclamações e sugestões do morador e turista de Guarujá”. Também divulgava informações como documentos e cães perdidos. A maior parte das publicações, no entanto, era relacionada a crimes ocorridos na cidade. Na época do linchamento, contava com 57 mil “seguidores”, usuários do Facebook cadastrados para receber as notícias publicadas pelo perfil. Em uma das postagens sobre a suposta sequestradora, ainda sem o retrato falado, no dia 25 de abril de 2014, a página afirmava que “Boatos rolam na região da praia do Pernambuco, Maré mansa, Vila Rã e Areião, que uma mulher está raptando crianças para realizar magia negra... Se é boato ou não devemos ficar em alerta”. O texto não atribuía a informação a uma fonte. A publicação, posteriormente apagada pelo administrador, recebeu 139 compartilhamentos e 765 comentários.

Na mesma postagem, muitos leitores sugeriram fazer justiça com as próprias mãos. “Se vir pro Morrinhos vai tomar só rajada essa cachorra”, escreveu um usuário. Pouco mais de uma hora após a publicação, uma mulher foi apontada como a suposta sequestradora por internautas e teve o seu perfil do Facebook compartilhado na página por um dos seguidores. Tratava-se da primeira pessoa a ser confundida com o retrato falado. Pela mesma rede social, a mulher negra que fosse a sequestradora e alegou que estava sendo confundida.

Usuários publicaram na página um retrato falado com uma mulher jovem e negra. Posteriormente, uma foto foi postada na página, colorida, relacionada à suspeita. A imagem, porém, foi apagada após o linchamento. Em ambos os casos, as mulheres retratadas não tinham ligação com os supostos sequestros ocorridos no Guarujá. O dono do Guarujá Alerta alegou em depoimento que a foto de uma mulher loira, publicada pela página, foi postada por usuários⁷.

Após o crime que vitimou Fabiane Maria, a página foi desativada. O responsável por ela manifestou à imprensa a vontade de ajudar as investigações, mas reconheceu não ser jornalista. Ele criou a página em 2012, após sofrer um assalto em uma praia da região.⁸

A Polícia Civil do Rio de Janeiro informou, posteriormente, que havia feito o retrato falado em 2012, com o objetivo de procurar uma mulher acusada de tentar sequestrar uma criança e agredir a sua mãe na capital fluminense. A mulher acusada jamais foi localizada pelas autoridades. Antes de o boato chegar ao Guarujá, a notícia sobre a suposta sequestradora de crianças havia passado pelo Rio de Janeiro e pelo Paraná. O site paranaense Pontal Notícias ainda havia divulgado que a mulher agia em Pontal do Paraná (PR).

Reportagem publicada pela Folha de São Paulo no dia 11 de maio de 2014 mostra como o boato divulgado pela página provocou o pânico entre os moradores de Morrinhos.

“De cada dez, oito conhecem o Guarujá Alerta”, diz a dona de casa Ivete dos Santos, 37. “No caso desse post, uma pessoa foi falando para a outra e a história cresceu”. “A toda hora chegavam novas histórias de crianças sequestradas”, diz Fabiana Ferreira, 36, funcionária de uma creche no bairro. “Fiquei com medo de entregar alguma em mãos erradas.” Na escola, a segurança Alessandra Rodrigues, 33, já havia recomendado que a filha tomasse cuidado com estranhos. “Até hoje as crianças continuam com medo que alguém venha pegá-las” (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 DE MAIO DE 2014, FOLHA 10, p. 6-7).

CONSIDERAÇÕES

Com base na fundamentação teórica analisada, constatamos que a publicação de um retrato falado na página Guarujá Alerta constitui uma representação do efeito de real, uma vez que a publicação visa a dar um caráter de veracidade a uma informação não confirmada e de procedência duvidosa. A consequência,

5 Ibid.

6 Folha de São Paulo, 9 de maio de 2014, C2.

7 Revista Época, 12 de maio de 2014.

8 Folha de São Paulo, 11 de maio de 2014.

infelizmente trágica, no caso do nosso objeto de estudo, comprova que a página foi bem-sucedida no sentido de tornar verossímil uma história falsa.

O uso da imagem – neste caso, o retrato falado – torna-se um fator fundamental para conferir à notícia um caráter de veracidade. Sem ela, as postagens sobre a suposta sequestradora seriam apenas mais um dos inúmeros boatos que povoam a internet. Como podemos ver ao analisar o caso, foi somente após a publicação do retrato falado que deu-se o ataque violento à vítima, embora antes o clima já fosse de alerta entre os leitores da página.

A imagem utilizada no caso em estudo também produz um efeito de pareidolia, fenômeno psicológico em que uma imagem é percebida de forma distinta. Ao ver a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, os seguidores da página Guarujá Alerta projetaram nela a imagem que haviam visto no retrato falado, influenciados por uma situação de medo e tensão provocada pela falsa notícia. O fenômeno é comum em situações em que nos sentimos estimulados, tanto visual quanto emocionalmente.

O retrato falado publicado pela página Guarujá Alerta pode ser visto como um recurso utilizado com o objetivo de representar o real. A imagem, neste caso, teve o poder de convencer o espectador de que a história era verdadeira. Uma vez que ele vê a imagem, passa a ter um forte indício de que o risco era iminente. Com o seu apelo ao real, a imagem nos induz ao convencimento, sendo capaz de dar verossimilhança ao relato mais inverossímil.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. A imagem. Campinas: Papyrus, 2011.

BARTHES, Roland. Efeito de real. In: Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

DALMONTE, Edson Fernando. Efeito de real e jornalismo: imagem, técnica e processo de significação. Sessões do imaginário, Porto Alegre: FAMECOSPUCRS. n. 20, dez. 2008.

FELDMAN, Ilana. O apelo realista. Revista Famecos, Porto Alegre: FAMECOS-PUCRS. n. 36, agosto de 2008.

GILLMOR, Dan. Nós, os media. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. Lisboa, Roger Delraux, 1980.

LEGROS, Patrick et al. Sociologia do Imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RENNARD, Jean-Bruno. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. Revista Famecos. Porto Alegre: FAMECOS-PUCRS. n. 32, abril de 2007.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES TECNOLÓGICAS NA GESTÃO E COMUNICAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL ATRAVÉS DO USO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM POR MEIO INFORMATIZADO

*Luis Felipe Pissaiá¹
Arlete Eli Kunz da Costa²*

Resumo: Em pleno século XXI, vivencia-se uma revolução tecnológica, com o aumento na demanda de troca de informações e comunicação entre as pessoas. Neste contexto, na área da saúde ocorre um aprimoramento em seus processos de trabalho, adaptando-se aos novos cenários políticos e econômicos mundiais (TANNURE e PINHEIRO, 2014). O uso de tecnologias na área da saúde, em especial na enfermagem, consiste na otimização da assistência prestada, possuindo como propósito auxiliar nas atividades de gestão, comunicação e aumento gradativo na qualidade do cuidado oferecido ao cliente (ANDRADE et al., 2015). A partir deste pressuposto surge a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), implantada nos serviços de saúde através de softwares, que visam a integração e ampliação da comunicação entre a equipe de saúde (GROSSI; PISA; MARIN, 2015). Uma das primeiras observações sobre o uso da informática em enfermagem foram realizadas por Graves e Corcoran, (1989), vislumbrando a junção entre as ciências da enfermagem, informática e informação, criando sistemas capazes de auxiliar no processamento e gestão dos serviços de saúde. Décadas após estas análises, a tecnologia que estava confinada a poucos setores de trabalho, começa a fazer-se necessária na prática de enfermagem. A American Nurses Association (ANA), em 2002, definiu este avanço da informática entre outras palavras como um instrumento que facilita a integração de informações, sendo capaz de oferecer qualidade no cuidado, bem como gerenciar e comunicar dados inerentes à prática. Neste momento os primeiros softwares de SAE estavam sendo implantados em conjunto com prontuário virtual do paciente, tendo como justificativa a melhoria da qualidade das avaliações de enfermagem. Alguns estudos comprovam que a dificuldade na aplicação efetiva do processo de enfermagem, bem como a geração de informações incompatíveis com a realidade e os altos custos financeiros influenciam na implantação da SAE informatizada (SILVA et al., 2014). No entanto, a aquisição de um sistema moldado em exímias metodologias de cuidado e gestão, não gera garantias de uma melhor qualidade na assistência prestada pela equipe ou indicativos econômicos esperados. Stagers e Thompson (2002), concluem que o uso de sistemas informatizados em saúde é necessário, mas que, seus benefícios serão vistos somente se a equipe que os comanda ampliar sua visão para além do indivíduo, incluindo sua família e comunidade, usando a tecnologia a favor dos necessitados. O profissional de enfermagem pode servir como integrador entre a equipe e as novas tecnologias a fim de otimizar sua prática.

Palavras-chave: Tecnologias em saúde. Informática em enfermagem. Sistemas de saúde. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Novas metodologias de trabalho.

INTRODUÇÃO

A enfermagem possui como essência do seu trabalho o cuidar, seus métodos de trabalho englobam as diferentes fases da vida do ser humano, fundamentando-se como uma profissão necessariamente ligada ao benefício do próximo (SILVA et al., 2011). A organização da prática de enfermagem sistematiza-se através do Processo de Enfermagem (PE), que embasa cientificamente o cuidado, tornando-o efetivo e em constante aperfeiçoamento (SILVA e MOREIRA, 2010).

O PE fundamenta-se como metodologia fundamental para que ocorra a SAE, implantando-a através de tecnologias, que facilitem a comunicação da equipe bem como a gestão do serviço (LUIZ et al., 2010). Atualmente, evidencia-se o crescente desenvolvimento da informática como tecnologia aplicada ao cuidado de enfermagem, principalmente auxiliando no processamento e armazenamento de dados e informações que apoiam o serviço de saúde (HANNAH; BALL; EDWARDS, 2009).

1 Centro Universitário UNIVATES, Curso de Enfermagem, lpissai@univates.br

2 Centro Universitário UNIVATES, Curso de Enfermagem, arlete.costa@univates.br

Sendo assim para que ocorra a implantação da SAE o profissional de enfermagem deve estar comprometido e motivado, além de estar ciente da demanda de conhecimento teórico/científico que o sistema exigirá dele e sua equipe (SILVA et al., 2014). Portanto, considera-se que o cuidado sistematizado aliado ao uso de tecnologias possibilitem ao profissional uma ampliação do vínculo com o indivíduo, família e a sociedade, contribuindo para ações de promoção, prevenção e proteção à saúde (BARROS et al., 2010).

Este projeto tem como objetivo identificar as mudanças nos processos de comunicação e gestão através do uso das tecnologias da informática como meio de aplicação da SAE em uma instituição hospitalar da região do Vale do Taquari.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Vivencia-se um aumento na demanda de comunicação e troca de informações entre os seres humanos, por sua vez as instituições de saúde encontram-se em processo gradativo de atualização e maximização do aprimoramento de suas atividades, além de diminuição de custos realizando uma gestão efetiva da saúde (LUCENA e BARROS, 2006). Em pleno século XXI a globalização nos impõe um novo cenário político e econômico, em especial na área da saúde as demandas essenciais são de reorganização e adaptação ao novo cenário mundial (TANNURE e PINHEIRO, 2014).

Estes novos modelos de organização institucionais caracterizam-se principalmente na geração de dados e informações necessárias para que ocorra uma avaliação formal do serviço e um acompanhamento integral de sua qualidade (TANNURE e GONÇALVES, 2008). Neste momento surge a necessidade de a equipe de enfermagem implantar a SAE, como meio de aplicar os conhecimentos teórico/científicos à assistência do paciente com a finalidade de implementar seu cuidado e gerenciar o serviço (TANNURE e PINHEIRO, 2014).

A SAE, é um conceito organizacional de planejamento e execução de intervenções sistematizadas, realizadas pela equipe de enfermagem em prol do paciente que encontra-se sob seus cuidados (NEVES e SHIMIZU, 2010). A implantação da SAE em um serviço de saúde direciona um cuidado holístico ao ser humano, sendo o profissional capaz de organizar e agilizar todas informações e direcionar os cuidados necessários para o reestabelecimento da saúde do indivíduo (MEDEIROS; SANTOS; CABRAL, 2012).

O enfermeiro que contribui para a implantação da SAE em um serviço, proporciona um espaço de integração entre paciente e equipe, contribuindo para a criação de vínculo e aumento na qualidade do atendimento (VARELA et al., 2012). O cuidado prestado através da avaliação sistematizada, constitui um acompanhamento, tanto pessoalmente durante a consulta de enfermagem, como impessoalmente com informações coletadas no prontuário do paciente, instrumento eficaz para garantir uma auditoria do serviço (GUIMARÃES e SANTO, 2014).

A Resolução 358/2009 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), dispõe sobre a SAE e sua implementação nos serviços de saúde públicos ou privados, onde ocorra cuidados de enfermagem, prevê ainda o suporte teórico necessário à implementação da sistematização e reforça a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que dispõem sobre as atividades privativas do profissional de enfermagem, incluindo a liderança e avaliação do PE (COFEN, 2009).

A fundamentação teórica e sistemática do cuidar em enfermagem surge antes de Florence Nightingale, precursora da enfermagem moderna, no entanto somente com suas reflexões sobre a natureza da profissão é que buscou-se uma identidade própria, que englobasse princípios gerais e específicos que suprissem as necessidades terapêuticas dos pacientes (LEOPARDI, 2006). Atualmente a SAE surge como uma possibilidade de integralizar os conhecimentos em uma única atividade específica que ofereça assim uma identidade profissional, diferenciando a classe dentro de um serviço de saúde, servindo como instrumento essencial ao trabalho e que engloba outros profissionais, como os técnicos e auxiliares de enfermagem (KRAUZER, 2009).

Percebe-se que Florence, não buscou apenas a natureza da profissão, mas tentou edificá-la sob princípios científicos, que buscassem uma visão ampliada do ser humano, diferenciando-se do modelo biomédico, centrado na doença (TANNURE e GONÇALVES, 2008). A SAE pode ser compreendida como um conjunto de condições necessárias para que seja realizado o PE, cujo instrumento embasado em Teorias de Enfermagem busca compreender e satisfazer as necessidades individuais do paciente, proporcionando um planejamento efetivo, baseado em evidências científicas (PENEDO e SPIRI, 2014).

PROCESSO DE ENFERMAGEM

No Brasil a utilização do PE, como uma metodologia científica é muito recente, sua necessidade vai aos poucos sendo compreendida e adotada nas práticas e discursos no cotidiano das instituições de saúde (LEOPARDI, 2006). O PE começou a ser mais difundido a partir da década de 80, influenciado pela Teoria das Necessidades Humanas Básicas desenvolvida pela Enfermeira Wanda de Aguiar Horta, sendo utilizada como modelo para implementação da SAE (NEVES e SHIMIZU, 2010).

A metodologia utilizada por Horta é composta por seis etapas, compreendendo o histórico de enfermagem, o diagnóstico de enfermagem, o plano assistencial, a prescrição de enfermagem, a evolução e o prognóstico de enfermagem, todos quesitos fundamentados em conceitos científicos (KLETEMBERG et al., 2010). Para que a sistematização ocorra, o PE deve ser colocado em prática sob a linha de pensamento de uma Teoria de Enfermagem, que funciona como um planejamento estratégico das ações que devem ser implantadas naquele serviço (TANNURE e GONÇALVES, 2008).

Sendo assim, o PE pode ser definido como um sistema de informações dinâmicas e inter-relacionadas, que visam o cuidado do indivíduo que está sob nossa responsabilidade, é caracterizado ainda pela comunicação interpessoal, entre enfermeiro, paciente e outros profissionais da área da saúde, e a flexibilidade em suas etapas facilita a coleta de informações (HORTA, 1979). A sequência de etapas que compõem o PE visa obter informações relevantes ao estado de saúde, situações externas que necessitem de intervenções de enfermagem, planejamento e avaliação da resolutividade das ações, cuidado este, que deve ser oferecido ao indivíduo, família e a comunidade onde está inserido (CARVALHO e BACHION, 2009).

Atualmente a enfermagem moderna utiliza o PE em cinco etapas tidas como mais propícias à implantação da SAE, sendo elas o levantamento de dados ou histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação da assistência de enfermagem e avaliação (MANGUEIRA e FONTES, 2008). Deste modo os planos assistenciais constituídos, demonstram o dinamismo inerente a prática do cuidado humanizado e gestão sistematizada dos recursos institucionais (ALFARO-LEFEVRE, 2010).

IMPORTÂNCIA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Analisando a demanda atual de implantação da SAE em instituições hospitalares, percebe-se frequentemente que a implementação de um software ou planilha organizacional não traz garantia de uma qualidade maior na assistência prestada a saúde (NASCIMENTO et al., 2008). Com base neste pressuposto amplia-se a compreensão sobre SAE, tornando-a como fruto de uma ampla e integral interação entre profissionais que compõem a equipe de saúde (GROSSI; PISA; MARIN, 2015).

Considera-se que a equipe multiprofissional possui como principal objetivo prestar uma assistência com qualidade, planejamento de ações de prevenção, promoção e reabilitação à saúde nos moldes interdisciplinares (OLIVEIRA; COLLET; VIERA, 2006). Para que o cuidado prestado seja de qualidade, os membros desta equipe multiprofissional possuem como oportunidade a implantação da SAE, metodologia esta que operacionaliza e qualifica seu trabalho (CRUZ, 2008).

O trabalho da equipe de enfermagem através da SAE é assegurado pelo COFEN, através do Decreto nº 94.406/87, que regulamenta a Lei nº 7.498/86, que dispõe sobre o Exercício Profissional da Enfermagem, que determina as atribuições dos seus componentes (COFEN, 1986). O profissional de Enfermagem exerce suas atividades coordenando e planejando as atividades junto à equipe, esta troca de conhecimentos reflete na qualidade da assistência prestada, bem como, criação de vínculo e confiança terapêutica com a população (TEIXEIRA; MISHIMA; PEREIRA, 2000).

Independente dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional eles possuem como premissa o cuidado humanizado, baseado na integralidade do ser humano e equidade no tratamento, dispendo de conhecimentos técnico/científicos capazes de suprir as necessidades dos pacientes (SIMÕES et al., 2007). A implantação da SAE é uma exigência, e constitui-se como necessidade da equipe de enfermagem facilitar este processo, procurando incessantemente otimizar o processo e utilizá-lo com base nos princípios ético-científicos (MEDEIROS; SANTOS; CABRAL, 2012).

Uso Das Tecnologias Da Informática No Processo De Sistematização Da Assistência De Enfermagem

A popularização e disseminação de tecnologias atualmente induziu a uma revolução tecnológica na área da saúde, que consiste na otimização do cuidado de enfermagem, possuindo como propósito a diminuição do tempo decorrente do PE manual, aliado a economia de recursos financeiros (ANDRADE et al., 2015). O uso da informática em enfermagem possui como combinação as ciências da computação, ciências da informação e a ciência da enfermagem, reelaboradas e projetadas com a finalidade de auxiliar no processamento e gestão dos serviços de saúde (GRAVES e CORCORAN, 1989).

As primeiras definições do uso da informática na área da enfermagem foram sobre o uso de quaisquer sistemas de informação que colaborassem com a rotina de trabalho do enfermeiro, podendo incluir desde sistemas de prontuários eletrônicos até recursos digitais utilizados para ministrar aulas (HANNAH; GUILLEMIN; CONKLIN, 1985). Atualmente a American Nurses Association (ANA), define o uso da informática em enfermagem, como:

[...] uma especialidade que integra a ciência da enfermagem, da computação e da informação para gerenciar e comunicar dados, informação e conhecimento na prática de enfermagem. A informática em enfermagem facilita a integração de dados, informação e conhecimento para apoiar os pacientes, os enfermeiros e outros profissionais na tomada de decisão em todas as funções e setores. Esse apoio é conseguido por meio do uso de estruturas de informação e tecnologia de informação (ANA, 2001).

Verifica-se ainda a definição de Staggers e Thompson (2002), que definem o uso da informática como uma especialidade que integra a ciência da enfermagem, atribuindo dentre seus objetivos a qualidade da assistência prestada a saúde da população, comunidades, famílias e nos próprios indivíduos, utilizando a tecnologia diretamente em prol daqueles que necessitam.

Neste contexto de tecnologias o que mais se destaca é a informatização do PE que começa a ser implantado juntamente com o prontuário do paciente e, dentre suas atribuições está a melhoria da qualidade das avaliações de enfermagem (ANDRADE et al., 2015). Estudos comprovam que a inadequação, dificuldade e altos custos da aplicação do PE e da avaliação de enfermagem, influenciam na decisão de implantar a SAE de forma informatizada (SILVA, et al, 2014).

Acredita-se que o enfermeiro reconhece o potencial do uso da informática em sua assistência, sendo o profissional em maior número na prestação direta de cuidado a população, sendo visto como integrador entre as informações coletadas e utilizadas, preferindo assim um sistema válido e capaz de auxiliar em seu ambiente de trabalho (HANNAH; BALL; EDWARDS, 2009). Com os avanços tecnológicos os profissionais de enfermagem possuem a oportunidade de atualizar-se continuamente no contexto da educação continuada e garantir o apoio diário de sistemas de informação capazes de otimizar sua prática (GROSSI; PISA; MARIN, 2015).

GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM COM O USO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM INFORMATIZADA

A implantação da SAE torna-se uma metodologia de trabalho que viabiliza a prática da enfermagem, organizando e dimensionando o cuidado, através de um processo contínuo de gerenciamento da instituição de saúde (CIANCIARULLO, 2005). A adoção da SAE nos serviços de saúde foi reforçada por meio da contribuição de sistemas de informação tecnológicos, que por sua vez geram garantias nos registros e no processo de comunicação da equipe, tornando a assistência eficaz (RIBEIRO; RUOFF; BAPTISTA, 2014).

O uso da informática no campo da enfermagem tornou-se indispensável nas instituições de saúde, visto que sua implantação por meio de sistemas surge com o aumento significativo de informações a serem armazenadas, e a agilidade necessária aos profissionais em acessar registros de seus clientes (MALAGUTTI, 2009). Contudo, a utilização da tecnologia computacional pelos enfermeiros demonstra a forte iniciativa de inovação, respeitando a realidade, conduzindo não somente a gestão integrada do serviço, mas ao aumento da qualidade do cuidado prestado (EVORA, 1995).

A formação atual dos profissionais de saúde contempla noções amplas de gestão na perspectiva da modernização de serviços e redução de custos, para tal façanha os gestores institucionais devem considerar as tecnologias de aperfeiçoamento como aliada nos modelos políticos e econômicos atuais (JUNIOR e BARROS,

2014). Pode-se visualizar em muitos países a adesão da SAE por meio informatizado como forma de gerenciar as informações, utilizando escalas e planilhas de projeções com a finalidade de planejar e controlar as finanças da instituição e aumentar a qualidade no tratamento ofertado (HANNAH; BALL; EDWARDS, 2009).

Conforme a crescente expansão de ferramentas informatizadas, a enfermagem segue adotando estes recursos tecnológicos visando a agilidade e precisão em sua rotina de cuidado, conduzindo a tecnologia a favor da humanização e dos princípios ético/científicos a que está subordinada (TIBES; DIAS; ZEM-MASCARENHAS, 2014). Ressalta-se que a informatização da SAE possibilita avanços não somente na administração do serviço, mas também na prestação de assistência direta ao cliente, compondo de modo íntegro o gerenciamento do cuidado de enfermagem (RIBEIRO; RUOFF; BAPTISTA, 2014).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e com abordagem qualitativa. Este processo exige o domínio do pesquisador, pois sua análise pode englobar além do entrevistado, o local de realização da coleta, neste tipo de metodologia não existe uma delimitação clara entre diferentes questões, o formulário normalmente segue um ritmo de continuação, captando padrões entre as falas (GOLDIM, 2000; BARDIN, 2011).

Os dados da presente pesquisa serão coletados em uma unidade de internação clínica de um hospital de médio porte localizado no Vale do Taquari, a amostra será composta por 10 (dez) profissionais graduados em enfermagem, de ambos os sexos, que estejam exercendo suas funções na respectiva unidade nos turnos da manhã, tarde e noite A e noite B.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas, com questionário aberto e ocorrerá após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estes instrumentos utilizados na pesquisa promovem uma aproximação e possível vínculo com os sujeitos de enfoque, tornando a coleta de dados mais significativa, projetando a compreensão própria da realidade a sua volta (MINAYO e SANCHES, 1993).

As entrevistas terão seus áudios gravados, transcritos e organizados por modalidades de pontos focais compatíveis, conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir deste processo as informações serão anexadas às anotações de observação em campo do pesquisador que descreverá os dados, explorando-os através de materiais científicos pertinentes.

RESULTADOS ESPERADOS

Considera-se que um sistema informatizado para implantação da SAE possa agilizar e efetivar o PE. Acarretando em melhorias na qualidade do cuidado prestado ao paciente, servindo assim como indicativo de credibilidade para outros setores e instituições de saúde, fomentando a autonomia da profissão.

Alguns empecilhos esperados são a resistência da equipe de enfermagem em utilizar o meio informatizado. Podendo ser incluído questões de senso comum, como a dificuldade em trabalhar com tecnologias em saúde. Percebe-se muita dificuldade na realização da avaliação de enfermagem e sua repercussão após a SAE implantada, bem como dificuldades que a equipe encontra nesta metodologia de trabalho.

Atualmente a implantação da SAE tornou-se algo necessário no que diz respeito a preocupação dos serviços para uma assistência mais efetiva. Sendo assim, pretende-se, com esta pesquisa, obter informações essenciais para agregar mais acreditação na informatização da SAE, contribuindo como fonte de dados confiáveis para utilização de tecnologias na área da saúde.

REFERÊNCIAS

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico**. 7. ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

AMERICAN NURSES ASSOCIATION. **Scope and Standards of Nursing Informatics Practice**. Washington, D.C., ANA, 2001.

ANDRADE, E. F. et al. **Sistematização da Assistência de Enfermagem: a criação de uma ferramenta informatizada**. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/2SITE/Arquivos/N.121.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, 2011

BARROS, A. L. B. L. et al. **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 2. Ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARVALHO, E. C.; BACHION, M. M. Processo de enfermagem e sistematização da assistência de enfermagem – intensão de uso por profissionais de enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.** v. 11, n. 3, p. 466, 2009. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a01.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos: como usá-los na enfermagem. In: Cianciarullo Tamara I. **Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade da assistência**. São Paulo: Atheneu; 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN-358/2009**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/lei-n-749889-de-junho-de-1986_4161.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

CRUZ, A. M. P. Formação do técnico de enfermagem no desenvolvimento de competências para implementar a sistematização da assistência de enfermagem. **Monografia** (Especialização/ Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

EVORA, Y. D. M. **Processo de Informatização em enfermagem: orientações básicas**. São Paulo, EPU, 1995.

GOLDIM, J. R. **Manual de Iniciação à pesquisa em saúde**. 2ª ed. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

GRAVES, J. R.; CORCORAN, S. **The Study of Nursing Informatics**. The Journal of Nursing Scholarship, v. 21, n. 4, p. 227-231, Dec. 1989.

GROSSI, L. M.; PISA, I. T.; MARIN, H. F. **Tecnologia da Informação e Comunicação na Auditoria em Enfermagem**. J. Health Inform. v. 7, n. 1, p. 30-4, jan./mar., 2015.

GUIMARÃES, M. R.; SANTO, E. E. Análise das contribuições da auditoria em enfermagem. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 51-58, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1396>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

HANNAH, K. J.; BALL, M. J.; EDWARDS, M. J. A. **Introdução à informática em Enfermagem**. 3 ed. Artmed, 2009.

HANNAH, K. J.; GUILLEMIN, E. J.; CONKLIN, D. N. **Nursing Use of Computers and Information Science**. Amsterdam, North Holland, 1985.

HORTA, V. A. **Processo de enfermagem**. São Paulo: EPU, 1979.

JUNIOR, A. R. F.; BARROS, N. F. **Uso da tecnologia da informação como ferramenta no ensino e aprendizagem para a gestão em saúde**. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, v. 8, n. 3, p. 169-177, set, 2014.

KLETEMBERG, D. F. et al. O Processo de Enfermagem e a Lei do Exercício Profissional. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 26-32, jan./fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000100005>. Acesso em: 20 ago. 2015.

KRAUZER, I. M. Sistematização da Assistência de Enfermagem: um instrumento de trabalho em debate, 2009. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)** – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 99p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93429/273662.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LEOPARDI, M. T. **Teoria e Método em Assistência de Enfermagem**. 2. Ed. rev. ampl. Florianópolis: Ed. Soldasoft, 2006.

LUCENA, A. F.; BARROS, A. L. B. L. **Most frequente nursing diagnosis in a Brazilian intensive care unit**. Intern. J. Nurs. Terminol. Classif., v. 17, n. 3, p. 139-146, 2006.

LUIZ, F. F. et al. A sistematização da assistência de enfermagem na perspectiva da equipe de um hospital de ensino. **Rev. Eletr. Enf.** v. 12, n. 4, p. 655-9, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i4.8642>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MALAGUTTI, W. (Org). **Gestão do serviço de enfermagem no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Rubio, 2009.

MANGUEIRA, S. O.; FONTES, W. D. O processo de enfermagem na matriz curricular de escolas formadoras de técnicos de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 10, n. 2, p. 438-447, 2008. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a15.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MEDEIROS, A. L.; SANTOS, S. R. dos; CABRAL, R.W. de L. Sistematização da assistência de enfermagem na perspectiva dos enfermeiros: uma abordagem metodológica na teoria fundamentada. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 33, n. 3, p. 174-181, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000300023>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/quantitativo_qualitativo_oposicao_ou_complementariedade.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

NASCIMENTO, K. C. et al. Sistematização da Assistência de Enfermagem: vislumbrando um cuidado interativo, complementar e multiprofissional. **Rev Esc Enferm USP**, v. 42, n.4, p. 643-8, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0080-62342008000400005&lng=en&tlng=pt> . Acesso em 20 ago. 2015.

NEVES, R. S.; SHIMIZU, H. E. Análise da implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem em uma unidade de reabilitação. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 222-9, mar./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n2/09>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

OLIVEIRA, B. R. G.; COLLET, N.; VIERA, C. S. **A humanização na assistência à saúde**. Rev Latino-am Enfermagem, v.14, n. 2, p. 277-84, mar./abr. , 2006.

PENEDO, R. M.; SPIRI, W. C. Significado da Sistematização da Assistência de Enfermagem para enfermeiros gerentes. **Acta Paul Enferm**. v. 27, n. 1, p. 86-92, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002014000100086&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 20 ago. 2015.

RIBEIRO, J. C.; RUOFF, A. B.; BAPTISTA, C. L. B. M. **Informatização da Sistematização da Assistência de Enfermagem: avanços na gestão do cuidado**. J.Health Inform. v. 6, n. 3, p. 75-80, jul./ set., 2014.

SILVA, C. C., et al. O ensino da Sistematização da Assistência na perspectiva de professores e alunos. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 13, n. 2, p. 174-81, abr./jun. 2011. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v13i2.12390>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SILVA, F. R. et al. Implementação da sistematização da assistência de enfermagem: dificuldades e potencialidades. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 580-590, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1609>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SILVA, M. M. ; MOREIRA, M. C. Desafios à sistematização da assistência de enfermagem em cuidados paliativos oncológicos: uma perspectiva da complexidade. **Rev. Eletr. Enf.** v. 12, n. 3, p. 483-90, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i3.7274>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SIMÕES, A. L. A. et al. A humanização do atendimento no contexto atual de saúde: uma reflexão. **REME Rev. Min. Enferm.** v. 11.1, 2007. Disponível em: < <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/318>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

STAGGERS, N.; THOMPSON, C. B. **The Evolution of Definitions for Nursing Informatics: A Critical Analysis and Revised Definition**. Journal of the American Medical Informatics Association, v. 9, n. 3, mai./ jun., 2002.

TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2014.

TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. **SAE, Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TEIXEIRA, R. A.; MISHIMA, S. M.; PEREIRA, M. J. B. O trabalho de enfermagem em Atenção Primária à Saúde da Família. **Rev. bras. enferm.** v. 53, n. 2, Brasília, Abr./jun., 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&tlng=pt&pid=S0034-71672000000200004>. Acesso em: 20 ago. 2015.

TIBES, C. M. S.; DIAS, J. D.; ZEM-MASCARENHAS, S. H. **Aplicativos móveis desenvolvidos para a área da saúde no Brasil: revisão integrativa da literatura**. REME Rev Min Enferm. v. 18, n. 2, p. 471-478, abr./jun., 2014.

VARELA, G. C. et al.; **Sistematização da Assistência de Enfermagem na Estratégia à Saúde da Família: Limites e Possibilidades**. Rev. Rene, n. 13, v. 4, p. 816-24, 2012.

PROPOSTAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO

Bruna Medina Finger¹

Flávio Roberto Meurer²

Jane M. Mazzarino³

Resumo: O trabalho em questão foi desenvolvido em uma instituição privada de ensino, com mais de quarenta anos de existência, localizada na cidade de Lajeado – RS. Nos últimos anos, devido a um grande crescimento, a instituição teve de rever sua postura enquanto escola, transformando conceitos e práticas administrativas e pedagógicas de modo a construir e assumir um perfil de escola – empresa. Devido às transformações no seu contexto, o novo perfil que a instituição teve de assumir, envolve a importância do olhar para a comunicação e relação com seus públicos, neste trabalho, especificamente, com o público interno. Tempos atrás o colaborador era visto como a parte do planejamento da instituição que simplesmente executava as ações, sem participar, opinar ou questionar o que era proposto. O novo contexto da instituição caracterizou um novo perfil ao colaborador, que, vem ganhando espaço para participar e assim se engajar na proposta da instituição, tornando-se o porta-voz da imagem da mesma perante a sociedade. Considerando todo o contexto da escola-empresa em questão, buscou-se verificar se as ferramentas de comunicação interna, utilizadas pela instituição, acompanharam o seu crescimento atendendo satisfatoriamente a demanda interna. Também, buscou-se observar e relacionar de que forma as ações do profissional de Relações Públicas poderiam vir a contribuir na realidade da escola – empresa. Como metodologia deste trabalho, foram realizadas pesquisas do tipo bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso, bem como questionários com os colaboradores e diretor da instituição. A partir desse material, sob o ponto de vista do profissional de Relações Públicas, as ferramentas de comunicação interna foram analisadas e, então, traçadas propostas para aperfeiçoar os processos internos de comunicação.

Palavras-chave: Instituição privada de ensino. Escolas-empresas. Relações Públicas. Público Interno. Ferramentas de comunicação interna.

1 INTRODUÇÃO

As instituições privadas de ensino são um exemplo de organização que se mantém em constante transformação para a manutenção de seu espaço no mercado da educação.

Estas organizações se esforçam para não perder os princípios e os fins que as mesmas têm enquanto produtoras de cultura, conhecimento, cidadania e formação humana. Da mesma forma, também atuam como empresas, acompanhando as exigências das inovações de gestão e mercado frente a qualidade do produto oferecido. Desta forma, a cultura organizacional das instituições privadas de ensino se reformula continuamente.

Algo novo está surgindo nesse ‘nosso velho mundo’ e não se enquadra nos pressupostos convencionais e nos paradigmas que antes eram transmitidos de uma geração para a outra. De fato, é um novo tempo, uma novíssima economia, uma nova civilização e não se trata, absolutamente, de pensar o que a educação pode fazer por ela, mas de buscar indícios de como essa nova civilização está mexendo nas entranhas do conhecimento, do ensinar e do aprender (ANTUNES, 2002, p. 09).

Para Antunes (2002), com o passar dos tempos, todos os que integram o processo educacional (família, aluno, profissionais, comunidade) passaram a participar dele e não apenas observá-lo e repeti-lo sem

1 Relações Públicas, Pedagoga especializada em Gestão Escolar – Orientação Educacional e Ludopedagogia; professora na rede municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Colégio Sinodal Gustavo Adolfo (ambos da cidade de Lajeado - RS). E-mail: brunafinger1989@hotmail.com.

2 Doutor em Comunicação e Informação, professor dos Cursos de Comunicação da Univates (Lajeado – RS). E-mail: frmeurer@gmail.com.

3 Doutora em Ciências da Comunicação, professora permanente do PPG Ambiente e Desenvolvimento da Univates (Lajeado – RS). E-mail: janemazzarino@univates.br.

questionamentos e adaptações. Esta mudança requer das instituições um olhar atento sobre seus processos de comunicação interna e externa.

Acompanhando a evolução social e cultural como um todo, as escolas, em especial, as instituições privadas de ensino, vêm se transformando para se manterem atualizadas e com seu trabalho coerente à realidade em que se inserem. As instituições privadas de ensino, estão cada vez mais voltando sua organização para os aspectos administrativos e estratégicos construindo assim perfis de escola-empresa.

O estudo à que se refere este artigo delimitou-se à análise, sob o ponto de vista do profissional de relações públicas, dos processos de comunicação de uma instituição privada de ensino da cidade de Lajeado – RS. Nos últimos anos, a instituição dobrou o número de alunos matriculados, ampliou e melhorou o espaço físico, bem como reconfigurou o quadro de colaboradores com profissionais de qualidade e especializados para a realização das funções.

2 AS ESCOLAS-EMPRESAS E O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS

As instituições privadas de ensino estão ganhando cada vez mais força e criando um novo perfil de gestão pedagógico-administrativa: as empresas-escolas. Nas últimas três décadas, as escolas, em especial as privadas, passaram a preocupar-se profundamente com as instâncias administrativas da instituição.

Esta “nova” preocupação das instituições privadas de ensino é enfatizada por Bologna (2011) quando este afirma que a escola é uma empresa, mas não uma empresa qualquer, pois possui responsabilidades éticas, sociais e morais muito consideráveis à sociedade. Da mesma forma, Xavier, Sobrinho e Marra (1994) tratam desse novo perfil das escolas no sentido de destacar a autonomia na determinação de normas e organizações gerais para a prestação de serviços.

O pressuposto é que a escola deve ser uma unidade autônoma e, portanto, capaz de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as suas ações, controlar o seu desenvolvimento e a qualidade dos serviços prestados e buscar, constantemente, seu aprimoramento técnico. [...] A escola deve ser capaz de gerenciar os serviços por ela prestados, transformando-se numa unidade de decisão que planeja sua atividade com liberdade, estrutura-se para gerir os recursos financeiros e estabelece rotinas e fluxos de serviços cujas deliberações sobre o que e como fazer são tomadas pela equipe escolar (XAVIER; SOBRINHO; MARRA, 1994, p. 126).

O consultor em comunicação e marketing Mario Persona, especializado em trabalhos voltados às instituições de ensino, explica que “a escola em si é considerada uma empresa a partir do momento que existe um público disposto a pagar por seus serviços e, assim, acompanhar o procedimento dos mesmos” (ESCOLAS..., 2012, texto digital).

Desta forma, quando se trata de uma instituição privada de ensino, a mesma necessita de profissionais cada vez mais capacitados e cientes da nova realidade do mercado para que o trabalho possa ser planejado da melhor maneira. O olhar para esta nova concepção do quadro de profissionais é um dos focos que a instituição precisa ter. Assim, de acordo com Paquay (2001), o status da instituição de ensino está diretamente ligado ao status que ela dá aos seus profissionais e clientes, um é o reflexo do outro.

As escolas-empresas buscam pela qualidade em seus trabalhos, tanto pedagógicos quanto administrativos, e preocupam-se cada vez mais em se destacar em meio à concorrência. Para Cury (2003), neste contexto educacional tudo o que é feito tem de ser avaliado no conceito de excelência.

De acordo com Braga e Monteiro (2005), as escolas - empresas necessitam voltar seu olhar para a comunicação no sentido de buscar estrategicamente a aproximação com seus públicos e a afirmação no contexto em que se inserem. Isto porque sua imagem está ligada à relação com seu contexto social e esta reflete na estruturação do relacionamento com seus públicos.

Devemos considerar que a única base que pode sustentar o processo interativo entre a organização e a comunidade é a veracidade das informações organizacionais e o seu interesse pela melhoria social, ou seja, agregar valor à sociedade é o desafio para a construção de imagem competitiva e, obviamente, sustentada pela credibilidade. Como a base de divulgação do processo e a comunicação, num gerenciamento de competência ética e de relato veraz, será ela igualmente responsável pelo processo de interatividade, atendendo as várias fases que contemplarão as mudanças organizacionais exigidas pela globalização (VIEIRA, 2004, p. 60).

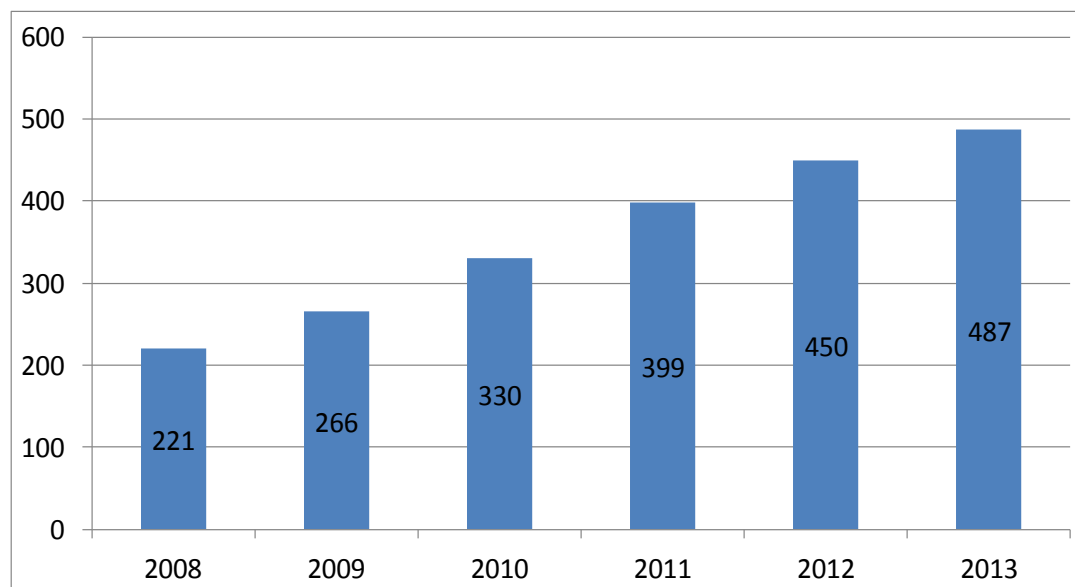
O profissional de Relações Públicas vem a contribuir no contexto educacional, assim contextualizado, principalmente no que diz respeito ao planejamento estratégico das ações administrativas que relativas à gestão do relacionamento com os públicos diversos envolvidos. Uma escola-empresa necessita utilizar-se de ações de relações públicas em seus processos de comunicação organizacional quando as transformações sociais exigem das instituições privadas de ensino uma readequação de valores, estrutura e organização. No entanto, muitas demoram a perceber a necessidade de mudar e acabam se distanciando das concorrentes, enquanto que outras criam projetos de adaptação e evolução adequados ao seu contexto.

Torna-se difícil para as instituições de ensino mais tradicionais agir com versatilidade, rapidez e profissionalismo, o que faz com que criem iniciativas amadoras em seus planejamentos específicos. Para Vieira (2004), a comunicação passa a ter um papel cada vez mais importante nesse contexto, principalmente pelo fato da geração constante e intensa de informação. Portanto, as instituições privadas de ensino precisam investir em profissionais estratégicos, capazes de dar conta de suas necessidades pedagógicas, administrativas e comunicacionais.

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO

A instituição privada de ensino objeto de estudo de caso em análise, existe há anos, é tradicional e integra uma rede de escolas confessionais. Entre os anos de 2008 e 2013, houve um crescimento de cento e vinte por cento (120%) no número de alunos, o que acarretou uma série de mudanças de estrutura física e contratação de profissionais especializados para atender às novas demandas. O crescimento aconteceu de maneira rápida e a escola foi buscando adaptar-se à nova realidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de alunos entre 2008 e 2013



Fonte: Secretaria da instituição privada de ensino.

A instituição conta com um quadro de aproximadamente setenta colaboradores organizados em três grupos: colaboradores administrativos (equipe diretiva – diretor/ coordenação/orientação pedagógica, limpeza, cozinha, administrativo, financeiro, secretaria, biblioteca, recepção), professores (de cada nível de ensino – Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais, Ensino Fundamental Séries Finais e Ensino Médio) e monitoras (profissionais responsáveis pelo auxílio no trabalho dos professores e atendimento dos alunos no turno inverso, ou seja, à tarde).

O processo acelerado de crescimento da instituição acarretou em várias mudanças no quadro de colaboradores. No ano de dois mil e nove (2009), a instituição contava com aproximadamente cinquenta colaboradores, e destes, atualmente atuam no colégio apenas vinte. Os demais colaboradores, ou foram demitidos ou solicitaram sua saída pelo fato de não se adaptarem ao crescimento e novas demandas da instituição. Sendo assim, a “nova geração” de colaboradores, tem média de idade entre vinte e cinco e quarenta

anos, possui formação acadêmica em nível superior específica e vem participando da construção do novo perfil da instituição.

Quanto aos instrumentos de comunicação interna, a instituição faz uso do email institucional, quadro de avisos na sala de convivência, bilhetes, reuniões de colaboradores e intranet. Não há um planejamento estratégico para as ações de comunicação interna. Na prática, os processos internos de comunicação ocorrem de acordo com a demanda: as informações surgem, são organizadas pelos responsáveis das equipes e então enviadas para o grupo de colaboradores.

4 MÉTODO

Para a coleta das informações necessárias para a pesquisa sobre a comunicação interna da instituição, a pesquisadora organizou um roteiro de questões fixo e determinado somente com perguntas abertas. Segundo Duarte e Barros (2008) o questionário formulado a partir de perguntas abertas, permite ao entrevistado maior liberdade para responder e expressar sua opinião, pois considera as palavras e o modo de expressar individual, conseguindo extrair nas respostas a aproximação com a realidade pesquisada.

A primeira parte do questionário continha espaço para demarcação do cargo/função e tempo atuação na instituição. A segunda, registro dissertativo de opinião sobre: comunicação interna, comunicação externa, eventos, a que se deve o crescimento expressivo da instituição e espaço para observações gerais.

O roteiro das perguntas foi estabelecido com o objetivo de realizar uma sondagem inicial das opiniões, conhecimentos, observações e informações que os colaboradores têm em relação ao conteúdo da pesquisa. Os colaboradores não se identificaram (nome), porém, classificaram-se a partir da função que realizam na instituição. Esta classificação foi relevante para análise da opinião de cada setor, e para o planejamento de propostas específicas para cada área de atuação.

Com o diretor da sede, a entrevista seguiu inicialmente o mesmo roteiro dos demais colaboradores, porém os questionamentos foram mais detalhados. A entrevista foi realizada individualmente, em profundidade, “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE E BARROS, 2008, p. 62).

5 RESULTADOS

Sob o ponto de vista das Relações Públicas, a comunicação interna é resultado das ações globais de cada departamento, ou seja, cada setor exerce influência no resultado final e, por isso, o trabalho entre eles deve ser integrado e de acordo com os objetivos da organização.

Por este motivo, a pesquisadora julgou necessário classificar os colaboradores de acordo com seu grupo de atuação. Desta forma, seria possível visualizar e caracterizar a comunicação interna como um todo, bem como analisar as ações de cada departamento. Por exemplo, uma ferramenta de comunicação pode estar funcionando muito bem em determinado grupo, mas em outro não surtir o mesmo resultado. Ou, algum dos grupos pode estar enfrentando alguma crise que nenhum dos outros tenha conhecimento.

O gestor da instituição salientou que sua gestão vem tendo que retomar questões intrínsecas à cultura organizacional da instituição de modo a buscar cada vez mais a qualidade na prestação dos serviços. Assim, esclareceu que durante o seu primeiro semestre na função, entrevistou oralmente todos os colaboradores que atuavam na instituição sondando-os sobre horários até relacionamento com colegas, qualidade de ensino, organização da escola e visão de futuro.

O diretor esperava encontrar nos colaboradores respostas às suas inquietações em relação à situação que a instituição estava enfrentando, especificamente, queda acentuada de matrículas e problemas financeiros. A partir desta sondagem, o diretor iniciou um processo de acompanhamento do trabalho dos colaboradores no sentido de observar os que realmente estavam comprometidos com o projeto de desenvolvimento e crescimento da escola.

As mudanças na cultura organizacional da instituição estão relacionadas à necessidade de reorganizar as normas e padrões gerais para o atendimento da demanda crescente em todos os setores. Por exemplo, agora existe uma colaboradora específica para recepção e agendamentos em geral, uma equipe para atender a demanda de cópias de materiais para os professores bem como documentação e burocracias pedagógicas dos

alunos, enquanto que antes da sua gestão isto tudo era realizado por uma única pessoa. Cada departamento teve de ser repensado e reavaliado para atender as necessidades que vinham se instaurando. Por isso, o número de colaboradores aumentou e a exigência por capacitação também.

Para o profissional de Relações Públicas, o acompanhamento da cultura organizacional e o modo de como as relações são organizadas internamente retratam a postura e a desenvoltura da instituição enquanto empresa. Ou seja, o clima interno e o envolvimento dos colaboradores com a organização dizem muito em relação ao sucesso das ações da empresa.

Uma empresa em que os colaboradores apenas realizam suas tarefas sem se preocupar com o todo, sem participar da organização geral, sem opinar é uma empresa onde apenas as vontades do gestor são colocadas em prática. Quando apenas o gestor tem poder de ação, os colaboradores sentem-se desmotivados e oprimidos e assim não têm prazer no que fazem, o que se revela no modo como se referem à empresa em que atuam.

Se a organização é uma instituição social, constituída de pessoas e definida pelos seus papéis e relacionamentos, é fundamental a existência de ambientes de trabalho que preservem a satisfação do funcionário e o respeito ao ser humano. Assim, quanto maior for o envolvimento do funcionário com a organização maior será o seu comprometimento (MARCHIORI, 2008, p. 209).

A comunicação interna no planejamento estratégico de Relações Públicas vai ao encontro do alinhamento das ações da instituição com a realidade vivida pelos colaboradores. O profissional de Relações Públicas busca estar a par das vivências dos colaboradores para associá-las aos objetivos, metas e organizações da instituição, criando ambientes de colaboração e progresso nas ações.

É preciso criar ambientes organizacionais onde as pessoas valorizem as relações trabalhando em equipe, compartilhando informações, abrindo caminhos, alargando fronteiras, pessoas então que gostem daquilo que fazem e que sejam comprometidas com o futuro, e portanto, construtores deste ideal (MARCHIORI, 2008, p. 215).

Este alinhamento de ações e informações continua sendo um grande desafio para o diretor. Em entrevista, ele destacou que há muitos pontos na comunicação interna da instituição que precisam melhorar. Estas questões, sob o ponto de vista do diretor, não estão tão associadas ao envio e recebimento das informações, mas a maneira de como são produzidas e relacionadas ao funcionamento geral da instituição.

Sob o ponto de vista do diretor, a comunicação interna só acontece de forma eficaz quando todos os colaboradores realmente conhecem e estão inteirados dos processos da escola como um todo. O professor da Educação Infantil tem de saber sobre os mecanismos de avaliação do Ensino Médio, assim como o colaborador administrativo tem de compreender a rotina de horários das aulas do Ensino Fundamental bem como todos têm de conhecer a filosofia do colégio e agir de acordo com a mesma.

A comunicação interna requer contato físico entre instituição e colaborador. A instituição que o colaborador busque informações e mostre-se interessado em estar a par do que se passa, mas, para se construir este perfil de colaborador, a empresa tem de planejar e executar comunicações diretas e eficientes com o público interno.

A empresa deve ser a primeira fonte de informação para seus empregados, procurando transmitir mensagens importantes, adequadas, que atendam às suas expectativas no momento certo. Precisa também dar respostas imediatas aos conflitos ou às situações emergentes (FRANÇA; LEITE, 2007, p. 34).

Neste caso, a organização da comunicação interna permite que os colaboradores percebam quando a equipe diretiva não está agindo de forma alinhada, ou seja, emitindo as informações da mesma maneira, com o mesmo conteúdo e padrão. Os colaboradores têm de receber as informações claras, para que se sintam seguros e realmente a par do que se passa em seu contexto de trabalho.

A empresa deve liderar o processo interno de comunicação, dirigindo-a de acordo com um plano específico que responda às suas necessidades. Não pode deixar a impressão de que sua comunicação está à deriva. É preciso dispor de um programa de comunicação estratégico, com objetivos claros, com definição correta das mensagens a serem transmitidas nos momentos devidos, evitando sempre apresentar informações indefinidas, confusas, de dúbia interpretação (FRANÇA; LEITE, 2007, p. 35).

Neste sentido, quando os colaboradores trocam informações, a probabilidade de gerar conflitos e mal-entendidos é bem maior, pois os colaboradores trocam entre si as suas opiniões e interpretações sobre as mensagens recebidas. Esta troca é positiva quando os colaboradores recebem informações gerais e padronizadas, mas não quando cada grupo recebe informações diferentes sobre o mesmo assunto ou por vezes nem é informada sobre o mesmo.

A partir desta perspectiva se buscou avaliar como está o processo de comunicação entre os colaboradores da escola – empresa. A pesquisadora não teve retorno de nenhuma entrevista do grupo “equipe diretiva”. Pode ser que os colaboradores que compõem a equipe diretiva tenham se sentido desconfortáveis em caracterizar sua função e acabaram se enquadrando como “professores” ou colaboradores administrativos, sem especificar sua função, ou talvez nenhum deles tenha respondido. Devido a esta situação, não há análise específica sobre as respostas da equipe diretiva, com exceção do diretor, que fora entrevistado separadamente.

Em relação ao grupo de professores e monitores, as respostas foram bastante homogêneas e não houve destaque diferenciando características específicas para algum grupo em questão. Sendo assim, as respostas de todos os professores e monitores, foram analisadas e mensuradas considerando que todos são educadores. As respostas foram organizadas em dois grandes grupos: os colaboradores administrativos e os professores.

Os colaboradores administrativos avaliaram a comunicação interna do colégio, deixando emergir que esperam mais organização no sentido da antecedência e clareza das informações. Mesmo considerando o relacionamento interno bom, os colaboradores registraram a necessidade de compartilhar e dividir mais as informações gerais entre o grupo, para evitar os ruídos e as falhas de comunicação. Nas falas que seguem (retiradas das entrevistas com os colaboradores), é possível verificar esses apontamentos.

“Na minha opinião é boa entre professores e colegas. Da minha parte todos me respeitam e conversam comigo. Não tenho observações.”

“No meu ver, a comunicação interna se dá diretamente ao colaborador, em poucos casos há intermediação. Isso ocorre geralmente por causa da hierarquia interna.”

“Às vezes acontece a falta de compartilhamento de informações por esquecimento, mas tem-se trabalhado para evitar este tipo de falha.”

“Com alguns setores há complicação de comunicação.”

“Realizada através de e-mail, agenda semanal, comunicador.”

“Eu acho que às vezes os recados deveriam ser dados antes e também algumas pessoas não combinam o que fazer, por isso acontecem algumas confusões.”

“Recebemos e-mail com os recados, mas às vezes é pouco. Precisava ter um lugar ou espaço para colocar estes recados.”

“Seria bom ter um mural com os recados para acompanharmos as notícias.”

Para este grupo, além da exploração do e-mail e das reuniões, seria interessante a organização de um quadro mural onde os recados gerais ficassem expostos e, assim, poderiam ser melhor visualizados.

O grupo dos educadores, de modo geral, seguiu a opinião dos colaboradores administrativos, principalmente no que diz respeito à organização no envio das mensagens, compartilhamento dos conteúdos.

“Em geral, recebemos as principais informações por e-mail. Penso que a comunicação interna é boa.”

“Penso que deveria haver um melhor planejamento da comunicação interna. Recebemos as informações próximas aos acontecimentos, e confusas, às vezes mal redigidas. Que tal organizar um mural na sala dos professores e atualizar tudo. Estamos todos os dias na sala e acabamos discutindo opiniões sobre as informações.”

“A comunicação interna do colégio é executada basicamente por meio do e-mail. De certa forma é bom, recebemos tudo, mas às vezes com pouca antecedência. Não há como acompanhar os fatos que passaram,

que estão passando e que vão vir a acontecer.”

“Regular, existem por vezes falhas de comunicação que poderiam evitadas.”

“A “sala dos professores” é um espaço que facilita o diálogo entre muitos funcionários. Mas, poderia pensar também na possibilidade de uma maior comunicação talvez num espaço específico destinado a este propósito.”

“Os comunicados e informações ocorrem durante as reuniões semanais, durante os intervalos e por e-mail. Entretanto, alguns assuntos não são compartilhados ou discutidos no grande grupo.”

“Penso que poderia haver melhoras em relação a acontecimentos entre as crianças em momentos em que estão com as monitoras. Também seria mais humano se quando houver um problema, direcionar a pessoa e não ao grande grupo. Sinto falta também do envolvimento dos professores nas decisões das programações.”

“Funciona de uma forma bem interligada com e-mail próprio para cada colaborador. Todas as informações e avisos são passadas para o e-mail do colaborador ou na reunião semanal.”

“Recebemos os recados em cima da hora e não dá tempo de se organizar. Por exemplo, a homenagem de dia do professor fiquei sabendo mais ou menos uma hora antes de acontecer.”

“Acredito que deveria ser criado uma forma mais “funcional” para repassar os recados, pois estes, às vezes não chegam a todos como pretendido, mas os métodos do quadro mural e e-mail são bons.”

“É um pouco precária. As informações na maioria das vezes não nos são repassadas corretamente e nem pelas pessoas que deveriam ser as responsáveis por passar as informações.”

O grupo de professores utiliza muito a comunicação via e-mail e é possível observar as respostas solicitando a organização destas informações. Além disso, reúnem-se semanalmente, Alguns registraram a importância de discutir e organizar a comunicação no grande grupo, permitindo e incentivando a participação de todos. Além disso, é possível observar a preocupação em direcionar corretamente as informações, ou seja, dirigir os recados a quem realmente é necessário evitando assim exposições em grande grupo. A sugestão do quadro mural também aparece nas respostas.

Analisando as respostas de ambos os grupos sob o ponto de vista das Relações Públicas, é possível sugerir ações para melhorar a comunicação interna da instituição em relação a reuniões, e-mails, mural, cartazes, caixa de sugestões e intranet.

a) Reuniões semanais: no grupo de professores, ocorrem reuniões semanais. Por vezes a reunião é geral, e assim todos os professores participam do mesmo momento, e em outras, a reunião é organizada por etapa de ensino. Nestas reuniões são discutidos assuntos tanto pedagógicos quanto administrativos. De uma maneira geral, o encontro semanal aproxima o grupo e faz com que todos se conheçam melhor e interajam mais com e nas propostas do colégio.

O grupo dos colaboradores administrativos por vezes participa da reunião dos professores e os monitores do turno integral realizam reuniões específicas com sua coordenadora ou participam também das reuniões gerais. Seria interessante que estes grupos pudessem se encontrar periodicamente, como acontece com o grupo dos professores, de modo a proporcionar maior integração, cooperação e socialização entre os setores.

O contato físico para a troca de informações é de extrema importância para a comunicação interna. Argenti (2006) destaca a importância das reuniões presenciais no sentido de favorecer e estimular o diálogo entre o grupo possibilitando a troca e a interação entre os colegas. Uma vez que um setor tem conhecimento sobre as funções e ações de outros setores, o trabalho torna-se mais coeso, segue uma linha de cooperação.

Porém, de nada adiantam os encontros semanais se estes forem sempre realizados da mesma maneira, seguindo o mesmo padrão: coordenação envia os recados e colaboradores/professores recebem os mesmos sem participar do processo. As reuniões devem proporcionar a discussão e a construção conjunta das ações

da instituição de modo que os colaboradores sintam-se engajados e, assim, comprometidos com suas ações na prática da instituição.

b) E-mail: a utilização dos grupos de e-mail para envio e troca de mensagens é bem comum e presente no grupo de professores. Pode – se dizer, que, atualmente todos os professores têm o hábito de verificar e se comunicar através do e-mail.

De acordo com a pesquisa realizada com o diretor, a exploração do e-mail iniciou no ano de dois mil e nove (2009), quando vários colaboradores ainda não utilizavam e-mail pessoal. Em praticamente quatro anos, o que para muitos era difícil e incômodo, tornou-se a ferramenta mais utilizada para a comunicação interna.

É necessário observar a antecedência da emissão das mensagens para que estas facilitem a organização dos colaboradores bem como o linguajar adequado para a ferramenta em questão. Para Cesca (2006, p. 121), “a mensagem e-mail é feita sem formalidades, respeitando as normas de redação empresarial, portanto sem inclusão de termos de redação social, excesso de abreviaturas. Seu conteúdo tem de ser enxuto”. Quando se organiza um fluxo de mensagens via e-mail é muito importante respeitar os processos do mesmo: envio/recebimento, análise, compreensão e retorno.

c) Quadro de avisos/mural: a instituição possui uma “sala de convivência” onde todos os colaboradores se encontram nos momentos de intervalo, possibilitando a troca de informações e contato físico entre todos os colaboradores sem distinção de função dentro do colégio.

Neste espaço há um quadro no qual são registradas informações diversas sobre o colégio, desde recados institucionais importantes até brincadeiras informais entre os colegas. Considerando que a pesquisadora também convive neste espaço e observou a postura dos colegas em relação à utilização do quadro, é possível afirmar, que os colaboradores comentam, compreendem e se organizam bastante a partir das informações registradas neste recurso.

Em várias respostas dos colaboradores, a sugestão da utilização de um quadro-mural para a realização da comunicação interna foi evidente, principalmente no sentido de reforçar as informações enviadas por e-mail. Seria interessante planejar a organização de um quadro-mural com as informações básicas da agenda semanal, programações do colégio, recados institucionais, setor social, entre outros.

Cesca (2006) elenca algumas características básicas para melhor exploração do quadro de avisos/mural: localizá-lo em local que possa ser facilmente visto; fazê-lo com papel que não tenha propensão em enrolar; trocar periodicamente o material mantendo mural atualizado; combinar as notícias com novidades, coluna social, fotografias; evitar o excesso de material; apresentar linguagens simples e notícias breves; e manter espaço para participação do colaborador.

d) Cartaz/banner: assim como o quadro de avisos/mural, o cartaz/banner é uma ferramenta que pode ser explorada como comunicação externa, e que internamente vem a ser utilizada em momentos que merecem maior destaque e atenção dos colaboradores. “O valor do cartaz/banner bem elaborado está na atração que ele exerce, pelo visual, sobre o público de interesse, tornando-se um veículo importante principalmente para complemento de informações” (CESCA, 2006, p. 130).

e) Caixa de sugestões: a caixa de sugestões também é uma ferramenta que pode ser utilizada externamente, mas que internamente surte efeito positivo quando os colaboradores são estimulados a participar.

Quando utilizada com funcionários (público interno), incentiva a sua criatividade e o interesse em participar da vida empresarial. A empresa ao ser beneficiada com sugestões, deve retribuir de alguma forma, havendo com isso mais interesse por parte dos funcionários em oferecer realmente boas sugestões (CESCA, 2006, p. 131).

A sensação do colaborador ao perceber que sua sugestão foi levada em consideração e que participou do processo de mudança ou otimização das ações é muito positiva, pois sua autoestima é elevada e, assim, sente-se mais motivado em realizar suas funções dentro da organização.

f) Intranet: a exploração da intranet facilita a organização geral, principalmente do trabalho dos professores, pois, em vez de se dirigirem até os responsáveis para fazer as reservas e locações de recursos, poderão acompanhar e reservar via sistema de intranet.

O grupo demonstra estar preparado para a utilização da ferramenta, mas nem por isso se descarta a necessidade de uma reunião preparatória para o uso do recurso. A intranet está disponível para o grupo, mas não houve um momento em que a ferramenta foi apresentada e sua utilização fora explicada. Assim, mesmo estando disponível, a ferramenta não é utilizada pelos colaboradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação interna não se basta apenas no processo de envio e recepção de mensagens. As interpretações e opiniões que surgem através da troca de informações refletem no clima interno, na cultura organizacional, assim na imagem da instituição para a sociedade em geral. A opinião do público interno é o “termômetro” de como as ações programadas externamente são vistas e compreendidas pelo público em geral.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- BOLOGNA, José Ernesto. **Gestão escolar**. Belo Horizonte: Atlas, 2011.
- BRAGA, Ryon; MONTEIRO, Carlos. **Planejamento estratégico sistêmico para instituições de ensino**. São Paulo: Hopper, 2005. p. 42.
- CESCA, Cleusa G. Gimenes. **Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2006.
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ESCOLAS particulares como empresas. In: PERSONA, Mario. **Comunicação e marketing**. Disponível em: <http://www.mariopersona.com.br/entrevista_integracao.html>. Acesso em: 05 mai. 2012.
- FRANÇA, Fábio; LEITE, Guttemberg. **A comunicação como estratégia de recursos humanos**. Rio de Janeiro: Qualitymar, 2007.
- MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul/São Paulo: Difusão editora, 2008.
- PAQUAY, Leopoldo et al. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.
- VIEIRA, Roberto Fonseca. **Comunicação organizacional, gestão de relações públicas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- XAVIER, Antonio Carlos da R.; SOBRINHO, José Amara; MARRA, Fátima. **Gestão escolar: desafios e tendências**. Brasília: IPEA, 1994. p. 126.

PROPOSTAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA A COMUNICAÇÃO EXTERNA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO

Flávio Roberto Meurer¹

Bruna Medina Finger²

Jane M. Mazzarino³

Resumo: O presente trabalho foi realizado em uma instituição privada de ensino situada na cidade de Lajeado-RS. Fundada há mais de quarenta anos, a instituição, nos últimos anos, cresceu muito e devido a esse crescimento transformou conceitos e práticas, tanto pedagógicos quanto administrativos, construindo um perfil de escola-empresa. Sendo assim, a nova realidade instaurada requer da instituição uma atenção especial para a forma de como se comunica com seus públicos, neste trabalho em especial, com o público externo. Com as transformações gerais da sociedade, o público consumidor busca estar mais informado sobre o serviço que está contratando e, assim, vem se tornando cada vez mais exigente. A questão específica do público externo de uma instituição privada de ensino é que a mesma oferece um produto abstrato, que influencia diretamente na realidade dos clientes, a educação. A instituição tem de realizar um trabalho de excelência beirando a tênue linha da satisfação do cliente, educação dos filhos. Levando em consideração as transformações no contexto geral da escola – empresa, buscou-se verificar se as ferramentas de comunicação externa, utilizadas pela instituição acompanharam seu crescimento de modo a atender a demanda externa satisfatoriamente. Além disso, buscou-se saber de que forma o profissional de Relações Públicas pode vir a contribuir neste contexto. A metodologia implicou na realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e estudo de caso. Além disso, foi realizada a aplicação de questionários com o diretor e pais/clientes da instituição. Através destes questionários, foram analisadas as ferramentas de comunicação externa sob a visão do profissional de Relações Públicas e traçadas propostas para a melhoria dos processos em questão.

Palavras-chave: Instituição privada de ensino. Escolas-empresas. Relações Públicas. Público Externo. Ferramentas de comunicação externa.

INTRODUÇÃO:

A tecnologia influencia o modo de vida das pessoas, remodela os processos de comunicação e faz com que a distância entre as pessoas se torne praticamente inexistente. Este novo cenário afeta as estruturas organizacionais, reconfigurando a administração das empresas dando maior foco à gestão da comunicação.

As empresas de hoje têm de ser abertas e transparentes, criando canais de comunicação com a sociedade e prestando contas a ela. Precisam, sobretudo, ter em vista os públicos estratégicos, considerando que um público indireto hoje pode ser um público prioritário amanhã (TERRA, 2011, p. 15).

As escolas – empresas precisam evoluir a fim de conseguir organizar o trabalho pedagógico a ser desenvolvido, adaptando a postura do profissional e dos métodos da educação frente as necessidades e uso das tecnologias da comunicação.

As instituições de ensino, em especial as privadas, vêm repensando e reconfigurando suas estruturas administrativas. O trabalho pedagógico nas instituições privadas de ensino está tendo de ser cada vez mais vinculado ao relacionamento que esta estabelece com seus públicos, determinando assim a qualidade e a imagem da instituição em seu contexto.

1 Doutor em Comunicação e Informação, professor dos Cursos de Comunicação da Univates (Lajeado – RS). E-mail: frmeurer@gmail.com.

2 Relações Públicas, Pedagoga especializada em Gestão Escolar – Orientação Educacional e Ludopedagogia; professora na rede municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Colégio Sinodal Gustavo Adolfo (ambos da cidade de Lajeado - RS). E-mail: brunafinger1989@hotmail.com.

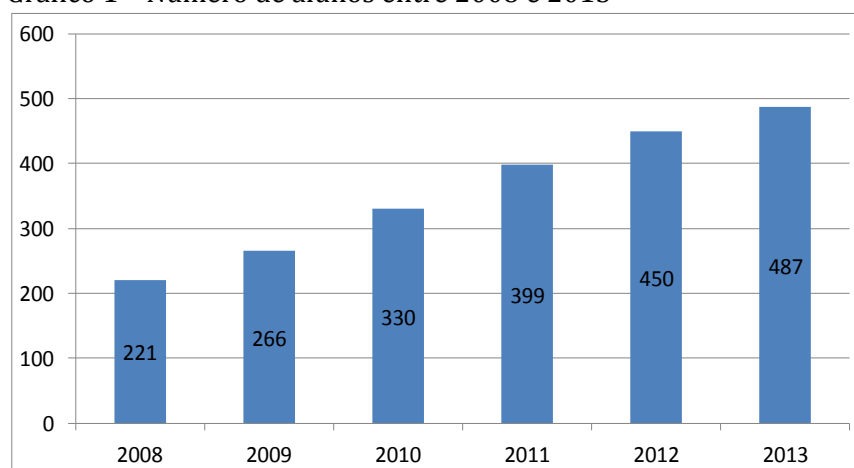
3 Doutora em Ciências da Comunicação, professora permanente do PPG Ambiente e Desenvolvimento da Univates (Lajeado – RS). E-mail: janemazzarino@univates.br.

Ao acompanhar diariamente a rotina de uma escola privada de Lajeado como professora e estudante de comunicação, passou-se a questionar sobre como as ações de comunicação eram planejadas e organizadas pela organização e percebidas pelos clientes/pais.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO

A instituição privada de ensino, objeto de estudo de caso, foi fundada na década de 1960 e integra uma rede de escolas confessionais. Entre os anos de 2008 e 2013, houve um crescimento de cento e vinte por cento (120%) no número de alunos, o que acarretou uma série de mudanças de estrutura física e contratação de profissionais especializados para atender às novas demandas. O crescimento aconteceu de maneira rápida e a escola buscou adaptar-se à nova realidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de alunos entre 2008 e 2013



Fonte: Secretaria da instituição privada de ensino.

O crescimento no público determinou a qualificação no uso de instrumentos de comunicação externa. A instituição utiliza site e página no *facebook* para se comunicar com o público em geral. Há pouco espaço e participação em rádios, jornais e comerciais, os quais somente são utilizados quando há um evento especial. Além destes canais, a comunicação específica para pais/clientes é realizada por e-mail e via agenda escolar.

Mesmo buscando atender eficientemente a todos, a instituição não possui um planejamento estratégico voltado para a comunicação, ou seja, as ações vão sendo realizadas de acordo com a demanda e sem a contratação de profissional especializado. A utilização das ferramentas de comunicação é realizada pelos colaboradores da instituição, mais especificamente os professores, em conjunto com seus coordenadores e equipe diretiva. Esta organização ocorre mesmo quando voltada para os pais/clientes, público determinante para o sucesso do centro educacional.

COMUNICAÇÃO VOLTADA AO PÚBLICO EXTERNO

Os pais dos alunos constituem o público mais importante e atuante na realidade da instituição de ensino em questão. Trata-se de um público diferenciado, com características bem particulares quando comparado ao público-alvo de uma empresa que não seja instituição de ensino.

Em uma instituição de ensino, a relação entre empresa e cliente é mediada pelo ensino e como este afeta a aprendizagem do filho do cliente. Ou seja, os pais tornam-se clientes da instituição de ensino, “adquirem o produto através do filho”, pois é o filho que vai estudar na escola.

Desta forma, o cliente avalia a aquisição do seu produto através da interpretação que o usuário (que não é propriamente o cliente – pai, mas sim seu filho) faz de suas vivências. Para que o cliente possa compreender, avaliar e opinar sobre o produto que escolheu, é necessário que se sinta à vontade e estabeleça uma relação de troca constante com a instituição de ensino.

Para Corrêa (2003, p. 53), “A empresa precisa dialogar com seus clientes e estar aberta às vozes que vêm de fora. O cliente é tido como uma espécie de coprodutor e a opinião pública cede a vez para o saber

público”. Estabelecendo esta troca constante de informações entre instituição e cliente a relação de confiança e parceria se constrói e reforça a cada dia.

Neste sentido, muitas são as situações que podem vir a acontecer na relação entre empresa/escola e cliente/família, pois a escola lida com questões voltadas à estrutura familiar, diferente de outras empresas que trabalham apenas com um produto que não afeta a vida do cliente.

Por exemplo, quando um aluno reage com atitudes de mau comportamento, os pais são chamados para conversar com a equipe de Coordenação e Orientação. Dependendo da postura da família ou de como a escola expressa a situação pode se ter o início de uma crise e uma possível desistência de matrícula, decorrente de como os pais avaliarem o trabalho da escola. Assim também a relação da escola – empresa com seus públicos é afetada quando as famílias esperam mais da aprendizagem dos filhos ou quando a escola cobra mais participação da família na vida escolar do aluno.

São situações delicadas, que necessitam de muito preparo para serem realizadas de forma positiva. Obviamente, os profissionais da Equipe Diretiva e Coordenação e Orientação Pedagógica são preparados, formados e especializados nas suas áreas, sabem como e de que forma agir. Porém, mesmo assim, podem acontecer situações negativas que precisam ser contornadas para que não ocorra o cancelamento de matrículas e, assim, se perca um cliente. Neste caso, necessita-se de estratégias de comunicação adequadas.

É necessário entender que em uma instituição de ensino a comunicação externa não se basta no planejamento de ações de comunicação via meios de comunicação. Nas instituições de ensino, a comunicação externa inicia dentro das salas de aula, através da postura dos professores com os alunos, uma vez que estes relatam em casa tudo o que acontece em sala de aula. Esta integração entre âmbito interno e externo em uma instituição de ensino é de extrema importância para o bom andamento das atividades e ações em geral.

O relacionamento da organização no âmbito externo será o reflexo do tratamento da comunicação em âmbito interno, facilitando seus negócios. Assim, a comunicação adquire papel estratégico e relações públicas pode ajudar as organizações no seu processo de comunicação estratégica, fazendo com que as organizações conheçam primeiro a si próprias, para, a seguir, melhor se comunicarem com seus públicos externos (KUNSCH, 2009b, p. 42).

Por isso a necessidade de se manter uma equipe docente qualificada e consciente de suas ações, pois, de nada adianta investir na comunicação externa e em complexos planejamentos se os clientes recebem retorno da vivência diária através dos filhos com informações que não são coerentes com o que está sendo divulgado.

Além disso, em uma instituição de ensino, o interesse dos pais durante o vínculo enquanto clientes vai se transformando na medida em que os filhos/alunos vão crescendo. Os pais de alunos da Educação Infantil demandam informações diferentes dos pais de alunos do Ensino Médio. Todos podem utilizar o mesmo meio de comunicação com a escola, mas carecem de uma linguagem e conteúdos diferenciados por terem objetivos diferentes em relação à escola.

Segundo Argenti (2006) o público ou os públicos de uma instituição vão mudando com o tempo e, assim, seus interesses e objetivos. Por isso a empresa tem de acompanhar e monitorar estas mudanças para conseguir adaptar as ferramentas de comunicação de acordo com a realidade de seus públicos e considerando também que eles interagem entre si (trocam informações e experiências sobre a instituição).

Neste sentido, levando em consideração a realidade da instituição em questão, é necessário dividir e caracterizar o público dos pais de alunos/clientes em quatro grupos de interesse e características diferenciadas:

a) Pais de alunos da Educação Infantil: na maioria das vezes, para os pais de alunos da Educação Infantil é o primeiro contato com uma escola de educação básica, pois ou os filhos não frequentavam nenhuma escola até então ou frequentavam escolas específicas de Educação Infantil, as quais têm uma estrutura bem diferente de uma escola que possui todos os níveis de ensino. Estas famílias são extremamente curiosas em relação à rotina do filho no colégio, desde os mínimos detalhes relacionados ao bem estar (saúde, alimentação, sono) até questões voltadas ao aprendizado e comportamento/construção da personalidade. Por isso, as informações têm de ser repassadas com muita clareza para que os pais compreendam o que se passa e assim acompanhem a organização da instituição, sentindo-se à vontade para participar e opinar sobre os fatos.

b) Pais de alunos do Ensino Fundamental Séries Iniciais: estes pais podem estar sendo clientes desde a Educação Infantil do colégio como podem ter estabelecido contato a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental. Considerando a segunda hipótese, tem de se construir a relação partindo da realidade que estes não conhecem a estrutura e organização da escola e por isso necessitam de informações claras sobre a rotina dos filhos. Durante estes primeiros anos do Ensino Fundamental, as famílias ainda estão curiosas em relação à rotina dos filhos na escola, porém passam a se preocupar com o aprendizado dos mesmos. Esta etapa compreende o processo de alfabetização até o quinto ano, quando os alunos passam da infância e entram na pré-adolescência.

c) Pais de alunos do Ensino Fundamental Séries Finais: neste grupo, a grande maioria dos pais já é cliente da escola desde outro nível de ensino, seja Educação Infantil ou Ensino Fundamental Séries Iniciais, e, portanto conhecem a estrutura e organização do colégio. Este grupo de pais está com o olhar voltado à construção do conhecimento e preparação do filho para o Ensino Médio, cobra qualidade de ensino e maior organização da escola pelo fato de saber como as coisas devem acontecer.

d) Pais de alunos do Ensino Médio: neste grupo há novamente a situação de pais/clientes novos, pois algumas famílias optam pelo ensino privado apenas no Ensino Médio. No caso deste grupo, as famílias já estão preocupadas com a saída do filho do colégio, com sua caminhada para a universidade.

As características específicas de cada um desses grupos esclarece a necessidade de comunicação diferenciada para cada público e seus objetivos em cada etapa de ensino, o que afeta o vínculo enquanto clientes do colégio.

Desta forma, nada impede de se utilizar as mesmas ferramentas para os quatro grupos, o que tem de ser diferenciado é o conteúdo e a forma de expressão das informações para cada um. Esta diferenciação dos conteúdos, de acordo com a visão de Rocha e Goldschmidt (2010), permite que as informações sejam enviadas de maneira mais eficaz, de acordo com o que os *stakeholders* esperam (questões voltadas aos desejos, valorizações, interpretações, curiosidades e expectativas) da instituição e das respostas que a instituição trará aos públicos.

SITUAÇÃO E PROPOSTAS PARA A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A maneira de como as informações são ofertadas e recebidas pelos clientes e a avaliação dos mesmos em relação às ferramentas de comunicação, estão relatadas neste capítulo que trata da análise dos resultados da pesquisa empírica.

Ao entrevistar o diretor da instituição, o mesmo ressaltou a importância e a presença constante da propaganda boca a boca na organização. O boca a boca é informal, não segue padrões, é espontâneo e livre, podendo delinear tanto a imagem positiva quanto a negativa instituição.

O diretor considera que o tempo dedicado aos pais, clientes da instituição, é a melhor ferramenta de comunicação individualizada. Através do contato direto é possível ouvi-los e fazê-los sentirem-se importantes e únicos, para que saiam satisfeitos e, assim, repassem sua satisfação para outras pessoas por meio do boca a boca.

No entanto, o boca a boca é uma ferramenta que não garante o bom andamento da organização em situação de crise, bem como não favorece o trabalho interligado com os diversos públicos da instituição, por isso não pode ser a base da comunicação externa.

Segundo Argenti (2006), o público ou os públicos de uma instituição vão mudando com o tempo assim como seus interesses e objetivos. Por isso a empresa tem de acompanhar e monitorar estas mudanças para conseguir adaptar as ferramentas de comunicação considerando que os públicos interagem entre si, trocando informações sobre a instituição.

No quadro abaixo é possível verificar de que forma a instituição de ensino vem utilizando as ferramentas de comunicação externa analisadas nestes estudo:

Ferramentas de Comunicação Externa

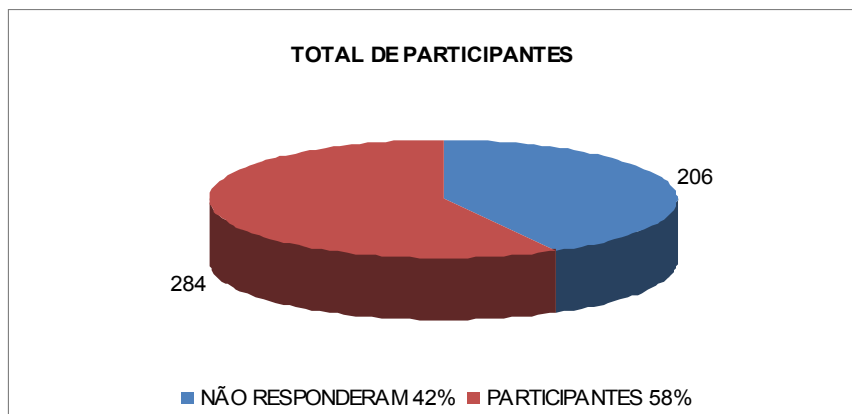
Site	A alimentação do site, as matérias, fotos e demais materiais de divulgação são organizados pelos professores que encaminham seus materiais para a coordenação pedagógica avaliar, e, então repassar ao responsável pela assistência tecnológica postar no site (colaborador administrativo da instituição). As informações administrativas, como matrículas, eventos, normas entre outros recados também são atualizados e organizados desta maneira. Não há um controle, planejamento ou acompanhamento específico para esta ferramenta, as matérias vão sendo postadas de acordo com a demanda e situações vão acontecendo.
Rede social – Facebook	Segue o mesmo padrão de organização do site: professores organizam as postagens e não há um controle ou padrão do que está sendo postado.
E-mail	Vem sendo explorado especialmente para agendamento de horários de conversa entre famílias e Equipe Pedagógica da escola. Por vezes são enviados e-mails padrão para todas as famílias divulgando algum evento ou recado em especial.
Agenda escolar	Os recados enviados via agenda, são, em sua maioria, organizados em forma de bilhete informativo (professores e equipe pedagógica). Quando um professor necessita enviar um recado mais específico, organiza o conteúdo do mesmo e solicita avaliação da Coordenação Pedagógica.

Fonte: Elaborado pela autora.

As ferramentas de comunicação externa (*site, facebook, e-mail* e agenda escolar) foram avaliadas pelos pais/clientes por meio de pesquisas de opinião. Todos os entrevistados avaliaram as ferramentas classificando-as nos conceitos ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

Foram enviadas via agenda escolar quatrocentas e noventa (490) entrevistas, das quais, duzentas e oitenta e quatro (284) retornaram respondidas, totalizando um percentual de cinquenta e oito por cento (58%) de participação.

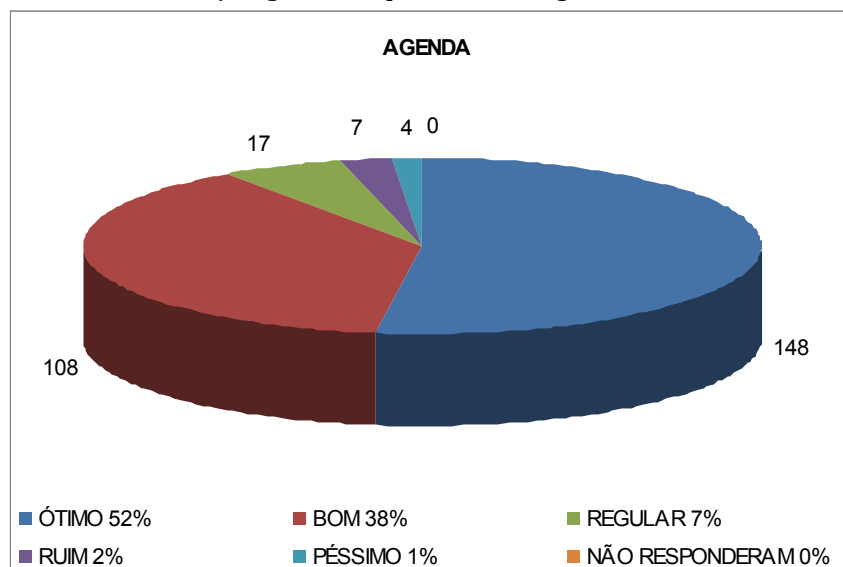
Gráfico 2 – Total de participação



Fonte: Elaborado pela autora.

A ferramenta de comunicação melhor avaliada pelos pais foi a agenda. Segundo os pais, os recados repassados são claros. Das 284 respostas, 90% consideram este instrumento ótimo ou bom.

Gráfico 3 – Avaliação geral dos pais sobre a agenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Porém, os pais apontaram elementos de estrutura da agenda que consideram necessitar de revisão. Eles sugeriram agendas específicas para cada nível de ensino, de acordo com as necessidades, curiosidades e anseios de cada grupo de pais.

Para o grupo da Educação Infantil, a agenda deveria conter um espaço específico para registro da rotina diária (alimentação, sono, necessidades fisiológicas). Para o grupo do Ensino Fundamental Anos Iniciais, o espaço para registro da rotina diária não precisaria ser tão detalhado quanto da Educação Infantil, necessitando de espaço para registro de conversas, orientações e encaminhamentos referentes ao processo de aprendizagem. Já os grupos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio consideram que é importante ter o espaço para registro do horário das aulas, organização de datas, trabalhos, materiais e registro de conversas, orientações e encaminhamentos referentes ao processo de aprendizagem.

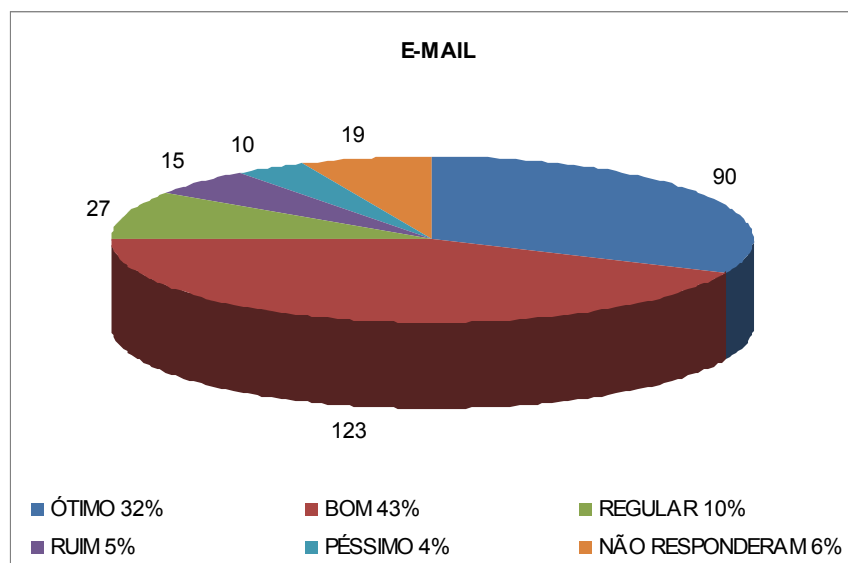
O e-mail foi o segundo melhor instrumento avaliado pelos pais. As classificações “ótimo” e “bom” totalizaram setenta e cinco por cento (75%). O e-mail pode vir a ser um complemento das ações realizadas por meio da agenda, possibilitando explicações e informações específicas para os pais/clientes. Por exemplo, pela agenda é encaminhado um bilhete que explica sobre um passeio que a escola realizará ou solicitar-se os materiais necessários para a participação no passeio.

Além disso, organizar os pais/clientes em grupos de e-mails possibilita uma maior integração entre eles, pois todos teriam acesso ao endereço eletrônico de todos e assim passariam a trocar informações entre si, integrando-se e conhecendo-se melhor. Para o colégio, o vínculo dos pais fora da escola é bastante positivo, pois acabam envolvendo o sentimento familiar, de amizade e companheirismo a partir de vivências mediadas pelo colégio.

O e-mail é uma ferramenta sem custo financeiro, de fácil controle, permite emissão e recepção de mensagens, mas que precisa ser adequado pela organização. Os clientes esperam o devido retorno quando utilizam este meio de comunicação, bem como a veiculação de informações corretas, com conteúdo que esclareçam suas dúvidas.

Neste sentido, o profissional de Relações Públicas pode contribuir, já que está preparado para organizar, planejar, acompanhar e dar retorno às informações solicitadas. Os grupos de pais organizados em grupos eletrônicos facilitam a emissão das mensagens pelo fato de possibilitar melhor a seleção do “que” enviar para “quem”.

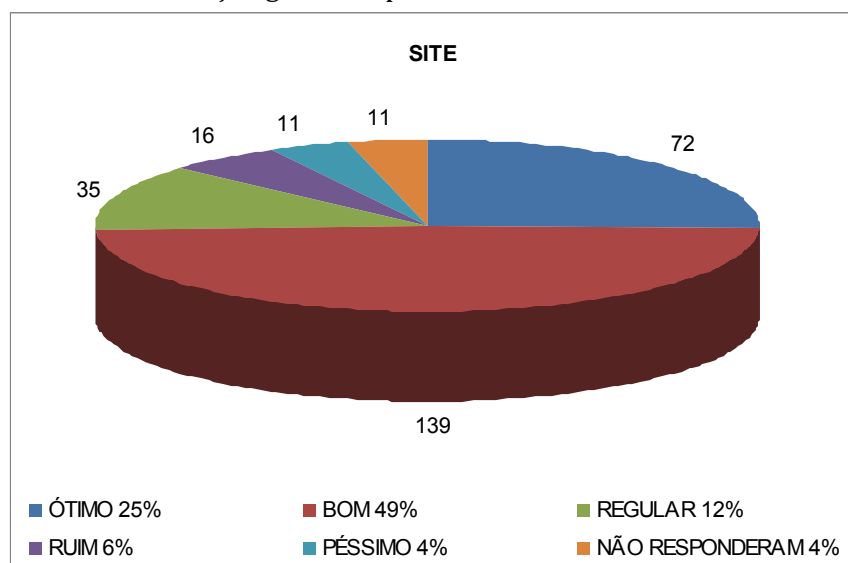
Gráfico 4 – Avaliação geral dos pais sobre o e-mail



Fonte: Elaborado pela autora.

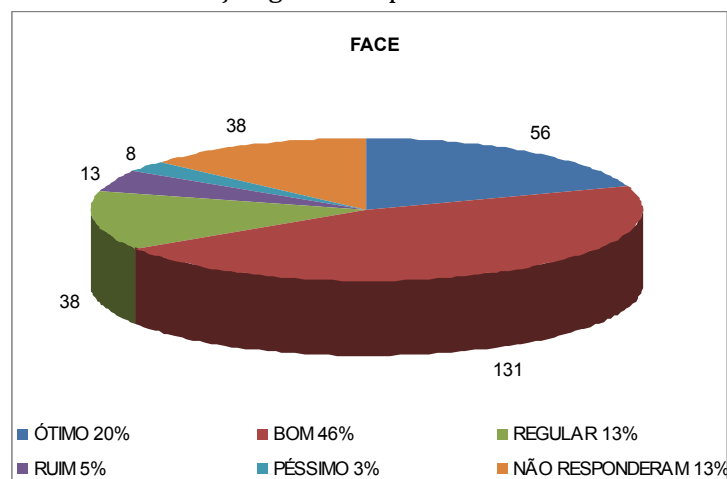
As ferramentas *site* e *facebook* foram avaliadas de maneira menos positiva se comparadas à agenda e ao e-mail, mas, mesmo assim, no conjunto obtiveram boa avaliação. O site obteve 74% de avaliação ótima ou boa, enquanto que o *facebook* foi considerado por 66% dos pais como ótimo ou bom. Nos gráficos abaixo, é possível acompanhar os resultados da pesquisa sobre essas duas ferramentas de comunicação.

Gráfico 5 – Avaliação geral dos pais sobre o site



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6 – Avaliação geral dos pais sobre o facebook



Fonte: Elaborado pela autora.

São os professores que organizam os materiais para serem postados no site e no *facebook*, encaminham para sua coordenação que repassa para o profissional de informática publicar o conteúdo. Desta forma, há turmas que praticamente não são vistas nas mídias eletrônicas pelo fato dos professores não repassarem matérias para serem publicadas. Nem todo o professor associa sua ação pedagógica à necessidade de divulgação e veiculação de informações.

Caberia ao profissional de Relações Públicas, inserido nesta realidade, trabalhar junto aos professores no registro das situações vivenciadas por eles em sala de aula: coleta de informações para construção da matéria, controle do número de matérias e estímulo ao registro e expressão/veiculação das ações realizadas, etc. Em parceria, professor e Relações Públicas passariam a construir uma interação voltada para a comunicação organizacional da escola.

Para fazer a comunicação organizacional fluir, é preciso criar uma consciência comunicativa. E isso só é possível a partir de uma cultura organizacional em que prevaleçam um ambiente de transparência, confiança e o estímulo à cooperação. Redistribuir a informação, fazê-la circular nos mais variados sentidos e nos mais diversos espaços é ampliar a participação, o engajamento, a qualidade da gestão e a capacidade de ação nas organizações. Assim, a comunicação pode gerar maior cooperação entre os integrantes da organização (DUARTE; BARROS, 2008, p. 341).

Alguns pais elogiam a qualidade das matérias e das imagens, a organização antecipada e o *feedback* da veiculação das informações, o que reflete que é importante a instituição fazer uso de mídias eletrônicas com planejamento. No quadro abaixo, estão resumidas algumas das observações dos pais em relação a essa questão. No entanto, alguns pais manifestaram insatisfação com a divulgação, o que se expressa nas falas que seguem:

“Na minha opinião não acho certo tirar fotos individuais, assim muitos não aparecem.”

“No meu ver, alguém teria que analisar a qualidade das imagens, pois há muitas fotos desfocadas e tremidas.”

“Devia haver um controle de postagens, até hoje não via turma da minha filha no *facebook*.”

“As postagens tem de ser junto com os eventos, não adianta postar algo depois de tempo que aconteceu assim como avisar as coisas bem em cima da hora.”

A partir do estudo empírico, buscando contribuir com a situação específica do estudo de caso e outros semelhantes, sugerem-se adaptações no site da instituição respeitando e atendendo as características de cada grupo de clientes; espaço para acesso individualizado por meio de *login/senha* para os clientes, com informações específicas do aluno e família. Caberia, no site, destinar um espaço para cada turma, com informações pertinentes a ela.

Considerando que na barra de menu do site tivesse as quatro opções de etapas de ensino ofertadas pelo colégio (Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais, Ensino Fundamental Séries Finais e Ensino Médio), e ao clicar em cada uma delas seria possível acessar a divisão nas turmas. Por exemplo Educação Infantil - Nível 1, Nível 2 e Nível 3, Ensino Fundamental Séries Iniciais – 1º ano A, 1º ano B, 2º ano A, 2º ano B e assim sucessivamente. Como adaptações para cada etapa de ensino, sugere-se:

a) Menu da Educação Infantil: jogos on-line específicos para a faixa etária, textos e *links* com conteúdos associados à faixa etária, relato de pais/clientes, imagens da estrutura física do espaço da Educação Infantil, atividades oferecidas pela escola para este nível de ensino. Na especificação do menu por turmas: apresentação do professor da turma (nome e formação), os conteúdos a serem desenvolvidos durante o ano, matérias com as ações da turma (fotos e textos).

b) Menu do Ensino Fundamental Séries Iniciais: por se tratar de um público bastante parecido, o menu do Ensino Fundamental Séries Iniciais poderia ser praticamente o mesmo da Educação Infantil adaptando os conteúdos a este nível de ensino. Seria interessante em vez de dispor os mesmos jogos para todo o grupo, que cada turma tivesse seus jogos específicos devido a grande diferença de idade entre o início e o final desta etapa de ensino.

c) Menu do Ensino Fundamental Séries Finais: seguindo o mesmo padrão do menu do Ensino Fundamental Séries Iniciais, o menu das Séries Finais teria que apresentar em cada divisão de série o horário específico das aulas semanais, as provas e trabalhos marcados para o período.

d) Menu do Ensino Médio: seguir o padrão do Ensino Fundamental Séries Finais acrescentando *links* de outras universidades de modo a proporcionar “*tour virtual*”, testes vocacionais, simulados de provas de vestibular, informações sobre Exame Nacional do Ensino Médio e vestibulares da região.

Dentro deste menu por níveis de ensino, seria interessante haver um espaço de “login e senha” onde os pais poderiam acompanhar sua situação financeira com o colégio e ter acesso a todas informações acadêmicas do filho: notas, pareceres, conversas, encaminhamentos com profissionais específicos, presenças e faltas, ou seja, tudo o que diz respeito a rotina pedagógica do filho na escola.

Considerações Finais

Se compararmos a realidade atual das instituições privadas de ensino com o contexto vivenciado até o final dos “anos noventa”, perceberemos o quanto a relação com os públicos e sociedade em geral vem mudando. O estudo particular estava mais associado a status e situação financeira elevada, portanto, poucos tinham acesso. Hoje, com as mudanças sociais, mais pessoas têm a possibilidade de pagar pelo ensino particular, aumentando a demanda destas instituições.

Este aumento, não transformou somente os números da organização (aumento de matrículas, orçamento, investimentos), mas mudou também a maneira de atender este novo público, que cada vez espera mais da instituição escolhida.

Neste contexto, percebe-se a importância da inserção da comunicação no planejamento estratégico das instituições privadas de ensino no sentido de orientar as ações para melhor atender as demandas deste novo público. O profissional de Relações Públicas atua no sentido de acompanhar, planejar, executar e avaliar ações de aproximação entre instituição e públicos, bem como na construção de imagem e reputação perante a sociedade.

O campo de atuação para os profissionais da área da comunicação, nesta pesquisa, em especial, os de Relações Públicas está crescendo e tomando corpo entre as instituições. Cada vez mais as exigências por diferenciação e qualidade fazem com que as organizações revejam seus planejamentos estratégicos e considerem ações voltadas à comunicação. É necessário manter profissionais capacitados para atuar junto aos mais diversos segmentos do mercado, como as instituições privadas de ensino, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CORRÊA, Elisabeth Saad. **Estratégias para a mídia digital:** internet, informação e comunicação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2008.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação organizacional:** linguagem, gestão e perspectivas. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão dos Stakeholders.** São Paulo: Saraiva, 2010.

TERRA, Carolina Frazon. **Mídias Sociais... e agora? O que você precisa saber para implementar um projeto de mídias sociais.** São Caetano do Sul, SP: Editora Difusão, 2011.

UMA VIAGEM AO NADA: APONTAMENTOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Carolina Boufleuer Florêncio¹

Daniela da Silva²

Dafne Reis Pedroso da Silva³

Resumo: O objetivo central deste trabalho é compreender os processos construtivos de um episódio piloto para websérie intitulado “Uma viagem ao nada”, realizado durante oficina de sensibilização audiovisual, promovida pelo projeto de extensão Cine Uno Itinerante, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, para crianças de sete a doze anos de idade atendidas pelo Centro de Esportes e Artes Unificados de Chapecó. Para a pesquisa teórica desse trabalho desenvolveu-se os conceitos de cinema amador (ODIN, 1999), cinema de bordas (LYRA e SANTANA, 2006), cinema comunitário (SUPPIA, 2013), oficinas de sensibilização audiovisual no cenário brasileiro e as relações entre cinema e educação (BENTES, 2010; SOUZA, 2011). Os resultados de experimentações dos participantes da oficina contidos no produto final, um audiovisual, foi analisado levando em consideração todas as especificidades da oficina, percebidas durante pesquisa-ação participante.

Palavras-chave: Processo de produção. Oficinas de sensibilização audiovisual. Cineclubismo. Cine Uno Itinerante.

INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é compreender os processos construtivos de um episódio piloto para websérie intitulado “Uma viagem ao nada”, levando em consideração os contextos heterogêneos, com ênfase os sujeitos envolvidos e as condições de produção do audiovisual, articulando a proposta da oficina ofertada pelo Cine Uno Itinerante e os resultados percebidos através da oficina de sensibilização audiovisual.

O projeto de extensão Cine Uno Itinerante iniciou suas atividades na Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó, no início do ano de 2015, com apoio financeiro da FAPEX, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão. Suas atividades incluem a exibição gratuita de filmes em diferentes locais da cidade de Chapecó⁴, priorizando pela disseminação de audiovisuais nacionais, especialmente os produzidos por alunos dos cursos de comunicação da Unochapecó. Com formato cineclubista, realiza sessões de cinema com espaço para discussão sobre as temáticas dos filmes exibidos e também para conversas sobre o consumo cotidiano de produtos midiáticos dos espectadores, priorizando o cinema.

Entre as atividades do Cine Uno Itinerante no primeiro semestre de 2015, foi realizada uma oficina de sensibilização audiovisual, ofertada a crianças participantes do CEU⁵, Centro de Esportes e Artes Unificados, de Chapecó, que é um projeto do Ministério da Cultura e compartilha a gestão com os municípios em que há a presença desta estrutura. Na cidade, o projeto está em atividade desde o mês de março de 2013 e sua estrutura conta com cineteatro com capacidade para 60 pessoas, quadra poliesportiva, equipamentos de ginástica e biblioteca.

Anexa ao projeto, uma iniciativa intitulada Circuito CEU Aberto Para as Artes foi promovida no primeiro semestre do ano com verba disponibilizada através de edital da Funarte, Fundação Nacional das

1 Graduanda em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, Bolsista FAPEX do projeto de extensão Cine Uno Itinerante, e-mail: carolina.bflorencio@gmail.com

2 Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, Bolsista FAPEX do projeto de extensão Cine Uno Itinerante, e-mail: danidasilva@unochapeco.edu.br

3 Doutora em Comunicação Social (PUCRS, 2013), Mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2009), professora da Área de Ciências Sociais Aplicadas (ACSA/Unochapecó), Coordenadora do projeto de extensão Cine Uno Itinerante, email: dafnepedroso@gmail.com

4 Cidade do oeste de Santa Catarina com pouco mais de 200 mil habitantes (segundo censo do IBGE de 2014), considerada a capital brasileira da agroindústria e capital estadual do turismo de negócios.

5 Neste artigo será utilizado o termo CEU como referência ao Centro de Artes e Esportes Unificados da cidade de Chapecó.

Artes e do Ministério da Cultura. O projeto vencedor em Chapecó foi da Cia Contacausos, que recebeu o valor de R\$100.000,00 para investimento em apresentações artísticas, debates, mostras e oficinas de capacitação, buscando a promoção de experiências artísticas e culturais no ambiente em que o CEU está instalado. Através do Circuito, o Cine Uno Itinerante conseguiu espaço para a realização de atividades no espaço.

Realizada no mês de junho de 2015, a oficina foi construída em três módulos - "O que é audiovisual e como escrever um roteiro"; "Pré-produção e como fazer um filme" e "Exibição do episódio piloto e possibilidades de distribuição audiovisual" - cada um equivalente a um dia de atividade, sempre durante as tardes de sexta-feira. O primeiro dia foi reservado para a apresentação do Cine Uno Itinerante aos presentes, conversa sobre a construção do roteiro, definição de papéis da equipe técnica e de atores e troca de ideias sobre o audiovisual que seria produzido no segundo dia de oficina, neste, ocorreu a gravação das cenas, que foram montadas e exibidas no terceiro dia de oficina, junto com a aplicação de questionários e conversa sobre as percepções das crianças a respeito da atividade.

CONTEXTUALIZAÇÃO E PESQUISA TEÓRICA

Toledo (2010) em pesquisas sobre a educação audiovisual popular no país, articula o movimento cineclubista com os desafios pedagógicos enfrentados nas tentativas de ensino do cinema e inserção profissional no mercado. "Do ponto de vista histórico, o ensino de cinema tem em seus primórdios um vínculo profundo com essa indústria, então nascente. A primeira iniciativa de estudos cinematográficos do mundo surgiu em 1919 na União Soviética" (TOLEDO, 2010, p. 40). Neste momento, a educação audiovisual era experimental, propiciando a troca de informações e geração de conhecimentos entre docentes e alunos.

Já no Brasil a primeira iniciativa de ensino de cinema ocorreu na década de 1920 com a Escola de Artes Cinematográficas Azurri, que tinha como objetivo formar profissionais para trabalhar em todas as setores do audiovisual. Nas décadas seguintes, com a implementação dos primeiros cineclubes do país "que começaria a se formar no Brasil uma efetiva cultura de reflexão sobre o fazer cinematográfico" (TOLEDO, 2010, p. 41)

O Cine Uno Itinerante se insere no contexto regional da educação audiovisual como uma possibilidade de democratização do acesso à produção, alfabetização audiovisual, capacitação, inclusão, são muitas as expressões usadas para denominar essas oficinas de realização audiovisual. O exercício principal de muitas destas oficinas é a realização de curtas-metragens, e as temáticas selecionadas colaborariam para a difusão de elementos das culturas dos realizadores, ou seja, são projetos que articulam a formação audiovisual e fomentam o registro de diferentes identidades culturais.

Para Haussen (2009), um filme revela mais do que apenas a história narrada, as características exteriores podem ser relevantes e/ou determinantes: As condições de produção, a bagagem cultural dos realizadores, o país de onde o filme é originário, o contexto político e econômico do período da sua produção influenciam resultados. A realização de um filme, desta forma, se caracteriza também por ser uma prática social além de uma representação do social" (HAUSSEN, 2009, p. 80).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisas são realizadas com o propósito de, não somente conhecer e compreender, mas, também, de questionar as características de determinado objeto de referência e propôr novas práticas de aprimoramento. Durante a oficina no CEU, percebeu-se potencialidade de sensibilização para produção audiovisual em um determinado local da cidade, mas também uma oportunidade de debater sobre a educação audiovisual no país.

De acordo com Tripp (2005), a *pesquisa-ação*⁶ é um modelo de investigação que mescla características de práticas roteiras e da pesquisa científica com o objetivo de aprimoramento da prática através da investigação a seu respeito. Ele diz ainda que a "pesquisa ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática" (TRIPP, 2005, p. 447).

A *pesquisa-ação* é construída em três ciclos: planejamento, implementação e avaliação, sempre acompanhados da reflexão, que permite compreender com mais clareza a pesquisa que está sendo realizada

6 Não existe comprovação de qual teórico cunhou o termo pesquisa-ação, pois este método é utilizado há muito tempo com a finalidade de investigar a prática e melhorá-la, inclusive, um ciclo muito semelhante ao utilizado pela pesquisa-ação era utilizado por antigos empiristas gregos. Porém, atribuiu-se a construção do processo à Lewin (1964), o primeiro teórico a publicar um trabalho com o emprego do termo pesquisa-ação. (TRIPP, 2005)

e o porquê de sua existência, também colabora na tomada de decisões das etapas subsequentes. O propósito de realizar *pesquisa-ação* participante é propiciar a conexão entre a teoria e a prática, promovendo troca de informações e transformações dos dois campos. Percebe-se maior inclinação para a teoria como propulsora de modificações na prática, mas o caminho inverso também deve ser estimulado na academia (TRIPP, 2005).

O público da Oficina Cinema de Garagem eram as crianças que frequentam o *CEU* diariamente para realizar atividades e oficinas ofertadas pelo espaço. No entanto, para divulgar nosso projeto visitamos no mês de maio de 2015 uma das instituições de ensino municipal da região, a Escola Parque Cidadã Cyro Sosnosky. Nesse dia, foram realizadas 20 inscrições, com crianças das turmas 62 e 64 da 6ª série. No primeiro encontro da oficina, dia 12 de junho, contamos com cerca de 10 alunos. Desses, menos da metade eram daqueles que haviam se inscrito, a maioria chegou até nós por curiosidade, querendo entender melhor a movimentação diferente que estava acontecendo no espaço e se era uma atividade que lhes despertava interesse. Uma prática que, mal sabíamos, seria constante nos dias seguintes de oficina.

“O QUE É AUDIOVISUAL E COMO ESCREVER UM ROTEIRO”

No primeiro dia de oficina foi realizada uma rodada de apresentações e os participantes criaram crachás com seus nomes. O entra e sai de crianças que vinham conferir o que estava acontecendo era constante. Os presentes possuíam idade entre 7 e 12 anos, eram muito agitados levantavam, tiravam o calçado, queriam tomar água. Logo, nos damos conta que a oficina não seguiria um modelo padrão de: explicação, discussão, realização. Bem como aponta Toledo (2010, p. 161), as oficinas de produção audiovisual podem ser divididas em duas categorias: a primeira com um “objetivo concreto, realizado a partir de etapas planejadas (por exemplo, realização de uma oficina completa voltada para a realização de curtas-metragens)”, e a segunda, como aconteceu no caso do Cine Uno Itinerante, composta por uma “sequência didática envolvendo atividades e objetivos diversos (cadeia planejada de atividades, mas com múltiplas possibilidades de caminho)” (TOLEDO, 2010, p. 162).

Nesse sentido, alteramos a didática previamente planejada e partimos para uma conversa e discussão de exemplos práticos da nossa produção. Ainda assim, alguns conceitos básicos sobre o que é audiovisual e as etapas que contemplam a construção de um filme foram repassadas as crianças. Em seguida, partimos para a discussão e coleta de ideias, já que o objetivo do primeiro encontro era introduzir o tema e finalizar a tarde com uma primeira ideia de roteiro. A oficina Cinema de Garagem se aproxima da proposta defendida por Toledo (2010, p. 177), no âmbito em que busca

[...] despertar a sensibilidade de novos espectadores críticos e potenciais produtores audiovisuais em locais com pouco acesso a cinemas e, menos ainda, a esse tipo de formação, permitindo, especialmente, que os alunos construam suas próprias imagens e pontos de vista sobre o espaço social em que vivem.

As sugestões para o roteiro se mesclavam aos comentários acerca das experiências filmicas dos participantes. Um dos primeiros apontamentos realizados pelas crianças era de que na história que eles desejavam contar o mal deveria vencer no final. Sete entre dez participantes acompanhavam a novela infantil Carrossel, da emissora SBT, e reclamavam: “Têm uns personagens que chegam a dar nojo de tão bonzinhos”. Além de questionarem: “Por que os do bem sempre ganham no final?”. As ideias eram anotadas em um quadro: os personagens deveriam ser maus; um acidente de avião tinha que acontecer e ele deveria cair em uma ilha misteriosa. Alguém aponta que o cenário da queda poderia ser em um espaço próximo ao *CEU*, que todos conheciam e se referiam como “matinho”. Já o avião seria montado no improviso com cadeiras dentro do anfiteatro.

Ao questionarmos os integrantes em relação ao desenvolvimento da história se formaram duas categorias de personagens: os integrantes do “Grupo do Bem” e os do “Grupo do Mal”, o ápice da história seria o confronto entre eles na ilha, já que a preferência por filmes do gênero de ação e de terror são predominantes entre as crianças. Nesse sentido, Lyra e Santana (2006, p.13) explicam que “um filme de bordas é codificado da maneira mais previsível possível, às vezes beirando o precário. O modo narrativo exhibe conteúdos marcados, com valores semânticos bem definidos, personagens sem nuances psicológicas e em oposição. A ambiência costuma focar-se em lugares exóticos, fantásticos, insólitos, além dos já costumeiros”.

Posteriormente explicamos como era exercida cada função da equipe técnica e, junto com as crianças, definimos as responsabilidades de cada um. Os atores dividiram-se entre o “Grupo do Bem” e o “Grupo do Mal”. Nós havíamos levado uma caixa repleta de fantasias, nossa proposta era que eles utilizassem esses materiais para caracterizar os personagens. As figurinistas ficaram responsáveis por separar o que seria de cada um. O plano inicial era estar com o roteiro pronto ao final do dia, para que eles pudessem levar as falas para casa, contudo, como o fluxo de pessoas em volta da criação era grande e a captação de som seria complicada tendo em vista a quantidade de atores e a gravação em locação externa, optamos por uma história sem falas, mas com narração.

Das oficinas de capacitação, com o cinema amador, percebe-se o que Odin (1999) nos traz ao afirmar que o aprendiz, o amador, para tornar-se cineasta, deve ter uma iniciação, receber os conhecimentos e participar de um ritual que faz com que ele faça parte de um novo grupo de pertencimento. Nestas oficinas que os sujeitos começarão a aprender os modos de fazer cinema, e, ainda que possuam a experiência da recepção e do consumo de filmes, possivelmente não dominam os vocabulários técnicos e as especificidades desse saber-fazer.

Bentes (2010, p. 8) nos fala que não há “‘inclusão’ ou partilha sem a posse das linguagens, o último muro ou barreira para uma partilha do sensível”. Ou seja, além do acesso às tecnologias, há a necessidade da formação de competências para a utilização desses recursos e para o exercício de cidadania que se expressa também na visibilidade das diversidades culturais. Souza (2012) também se refere a essa questão: “Num passado não muito distante, era imprescindível saber ler e escrever; hoje, além disso, é preciso ter a clareza sobre o potencial de uma imagem e saber utilizá-lo” (Souza, 2012, p.530).

“PRÉ-PRODUÇÃO E COMO FAZER UM FILME”

No segundo encontro da oficina, que aconteceu no dia 19 de junho, os participantes vieram preparados para começar a gravar. Na aula anterior já haviam demonstrado ansiedade em manusear as câmeras e experimentar os figurinos. As duas meninas responsáveis pela maquiagem do elenco levaram consigo os produtos necessários e, também, mais uma peruca de casa. A direção de arte junto com os atores decidiu que o “Grupo do Mal” usaria maquiagem forte e o “Grupo do Bem” desenharia pintas e barbas no rosto, uma alternativa para diferenciá-los. Assim como no primeiro dia, novos participantes chegaram para integrar a oficina, alguns apareceram logo no início e os outros se aproximavam no decorrer da oficina, conforme avistavam os preparativos da produção com as fantasias e as maquiagens.

Os filmes realizados com as características do *cinema de bordas* são produções que surgem da garra, do precário, misturam aspectos regionais ao midiático, têm um pé no local e filtram imagens que já foram vistas, com presença marcante da criatividade.

Também como os folhetins, os filmes de bordas se perpetuam em repetições, atualizam os mesmos conteúdos, apresentam um mínimo de informação e um máximo de previsibilidade e, desse modo, acabam por conformar os gêneros – policiais, melodramas, comédias rasgadas, comédias românticas, ficção científica, filmes de horror, filmes pornôns, entre outros (LYRA, SANTANA, 2006, p. 13).

No *CEU*, os cinegrafistas foram para trás das câmeras e começaram a fazer perguntas sobre as formas de usá-la. Ação e corta, eram as palavras mais utilizadas por eles. Quando os atores estão prontos, iniciamos as primeiras gravações. Auxiliamos a produção a organizar as cadeiras em fileira, simulando os assentos de um avião. Para o segundo módulo da oficina pensamos previamente em alguns enquadramentos e *takes* importantes para contar a história. Dessa forma, durante as filmagens direcionávamos os cinegrafistas, mas eram eles que operavam a câmera. Fora de quadro é a produção que dá dicas para os atores: “Mais medo”; “Grita”; “Se joga no chão”.

Podemos dizer que o processo de produção do episódio piloto de “Uma viagem ao nada”, compartilha elementos do *cinema de bordas* (termo cunhado por Santana e Lyra, 2006, 2012), ao se aproximar de filmes brasileiros independentes, feitos por autodidatas, em situações precárias de produção, improvisadas, sendo realizados em pequenas cidades brasileiras e relacionam elementos locais com apropriações de gêneros cinematográficos.

Na gravação externa a equipe segue a pé com os equipamentos e figurino e vamos para o “matinho” ao lado do *CEU*, onde serão feitas as cenas da ilha. Lá, escolhemos o local ideal para filmar e as gravações seguem. Três meninos revezam como cinegrafistas e, sem medo, eles testam as possibilidades que a câmera e o espaço oferecem. Enquanto isso, os demais, uma vez ou outra, pedem para olhar pela tela da câmera. Os atores seguem os direcionamentos da equipe de acordo com a necessidade de cada cena, em meio a gravação alguns participantes que não são da equipe de atores pedem um figurino para atuar, outros atores querem trocar de “Grupo”, e o fazem. Ao final das gravações uma das meninas questiona se aquilo é o ensaio de uma peça de teatro para apresentar na próxima sexta-feira.

“EXIBIÇÃO E POSSIBILIDADES DE DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL”

No último encontro da oficina, realizado no dia 26 de junho, não havia nenhum participante novo, a não ser a irmã de uns dos alunos que veio para acompanhá-lo e assistir ao audiovisual. Levamos o episódio já editado para exibir às crianças. A decisão de editar previamente o material surgiu por questões de espaço e tempo, pois não era possível deslocar todas as crianças para a universidade onde dispomos de equipamento para editar. Dessa forma, a montagem do produto final foi concebida pela equipe do Cine Uno Itinerante, tendo em vista as imagens feitas pelas crianças e levando em consideração o roteiro criado por eles. O professor do curso Letras da Unochapecó, Valdemir Antônio de Oliveira, foi o convidado para narrar a história, seguindo o texto escrito pela equipe do projeto de extensão. O episódio piloto ficou com 4’39”, mas ainda estava sem nome.

Assim sendo, após a exibição do episódio, realizamos uma votação para a escolha do nome. Entre as sugestões: “O Combate”, “Uma Viagem ao Nada”, “Viagem Para Ilha”, “A Queda”. Oito votos a quatro para “Uma viagem ao nada”, nome definido para o episódio. Em seguida, aplicamos um questionário referente ao consumo audiovisual das crianças e suas percepções sobre a didática da oficina e experiência durante a produção audiovisual.

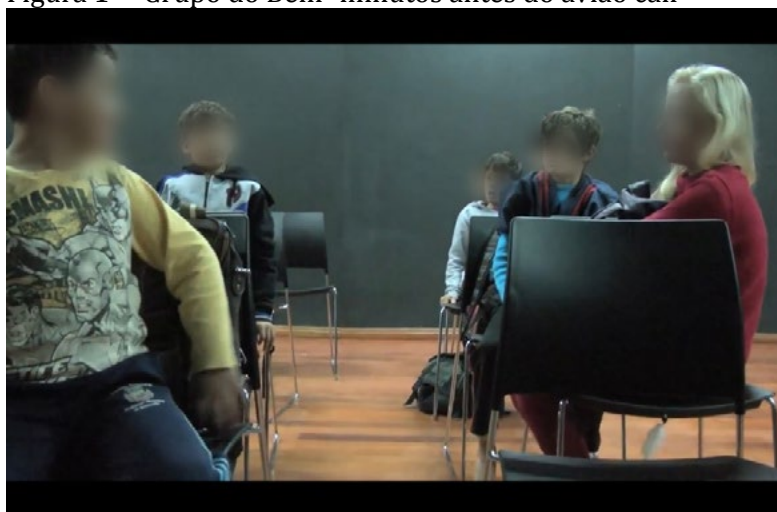
ANÁLISE FÍLMICA

Ao analisar o produto final observamos a manifestação dos gêneros de ação e suspense, um fato que se conecta as experiências audiovisuais citadas por eles durante a oficina. Na aplicação de questionário sobre o consumo audiovisual, eles apresentam uma mescla de gêneros, temas e estilos sem a predominância de um deles. No entanto, em relação aos filmes citados prevaleceram os gêneros de terror, ação, suspense e comédia. “Em suma, as técnicas dos filmes de bordas não primam pela originalidade ou pela novidade. Algumas, sobretudo, se fazem em altíssimo grau de esteoripagem.” (LYRA, SANTANA, 2006, p. 13-14).

Os personagens não apresentam profundidade e o nome dos grupos brinca com os estereótipos de “bem” e “mal”, comuns entre os *blockbusters* e produções hollywoodianas. A história retrata uma luta entre dois grupos e a utilização de “armas”, características ligadas aos filmes com a temática de super-heróis. Nesse sentido, como apontam as ideias de Bentes (2010), muitas vezes os objetivos dos filmes de oficinas de capacitação audiovisual são legitimados por uma ideia de afirmação de identidades, de elevação de autoestima, sem que pensemos que tipo de cinema é feito, que histórias são contadas, como são contadas e quais suas relações com o contexto em que estão inseridas.

Tanto a perspectiva do *cinema de bordas* quanto a do *cinema amador* enfatizam a questão do contexto, das escolhas que são feitas em decorrência das possibilidades concretas, muitas vezes calcadas no improviso, como trata Souza (2011). No caso do episódio “Uma viagem ao nada”, observamos logo na primeira cena o improviso na construção do interior de um avião. Os efeitos sonoros adicionados na edição e a inclusão da narração auxiliam na construção do cenário no imaginário de quem assiste.

Figura 1 - “Grupo do Bem” minutos antes do avião cair



Fonte: Do autor

A locação externa indicada pelas crianças, onde foram gravadas as cenas da ilha, é um espaço rodeado por casas e frequentado pelos moradores, algo que fica explícito em algumas cenas. Enquanto na história a ilha é descrita como um lugar deserto e místico.

Figura 2 - “Grupo do Bem” acorda na ilha



Fonte: Do autor

Além da função de cinegrafistas, os participantes da oficina também estavam no papel de exploradores, experimentando as possibilidades de um equipamento do qual pouco têm acesso. Dessa forma, mesmo com as nossas dicas eles tinham liberdade para manusear a câmera durante as gravações. Uma prática que rendeu imagens tremidas, filmagens aleatórias do cenário e dos atores, e enquadramentos como o da figura abaixo.

Figura 3 - enquadramentos



Fonte: Do autor

Os figurinos com uma temática de fantasias e super-heróis foram uma proposta do Cine Uno Itinerante, já as apropriações dos materiais pela turma da oficina foram exclusivamente feitas pelas figurinistas e pelos atores. Junto a maquiagem, os figurinos exerceram a função de diferenciar os núcleos “bem” e “mal”. No entanto, o figurino tornou-se para eles uma espécie de diversão, é possível perceber que alguns elementos aparecem nos dois grupos, pois no intervalo das gravações eles trocavam fantasias, para se vestir de outro personagem. Nas palavras de Santana (2012, p. 9) os filmes do *cinema de bordas* “uma vez que contam com as precariedades decorrentes de baixos orçamentos, os filmes acabam por adequar os gêneros tradicionais a uma estética que pode ser mais ou menos impura, mista, *trash* ou tosca, dependendo da intenção ou da pretensão de cada realizador”.

Figuras 3 e 4 - “Grupo do Bem” e “Grupo do Mal”



Fonte: Do autor

De acordo com Suppia (2013, p. 55) o cinema de bordas é “essencialmente voltado para o deleite espectral dos envolvidos em sua realização”. A visão de Odin (1979 apud SUPPIA, 2013, p. 54) complementa este entendimento quando ele diz que “o filme doméstico tem, de fato, a particularidade de ser feito para ser visto por aqueles que vivenciaram (ou viram) o que é representado na tela”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *CEU* é um espaço onde as crianças têm liberdade para envolver-se nas atividades tendo em vista as suas necessidades e interesses, com autonomia para ir e vir entre as oficinas e usufruir do ambiente como um todo. O Cine Uno Itinerante ao se inserir neste cenário, através da oficina Cinema de Garagem, precisou adequar-se a dinâmica do espaço e ministrar uma oficina que chamasse a atenção e prendesse o interesse dos participantes em meio ao vai e vem das crianças. Com isso, acabamos por desenvolver junto com eles tanto o formato de apresentar a oficina, quanto a lógica de produção e filmagem do audiovisual.

As interferências do espaço e dos sujeitos são latentes ao observarmos o processo produtivo: o desejo de ser ator para se fantasiar; poder organizar roupas e separar os figurinos de cada grupo; observar as filmagens acontecendo em tempo real e “dentro da câmera”; ser um personagem do “mal”, uma vontade quase unânime. Eles se apropriavam dos conceitos repassados acerca do meio audiovisual e os relacionavam com exemplos práticos do seu cotidiano, um ato que proporcionou que o desenrolar dos módulos fosse divertido. Essas apropriações ficam presentes também no produto final: nas atuações que em determinados momentos olham para a câmera, ora sorriem em momentos tensos.

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. Deslocamentos subjetivos e reservas de mundo. In: **XIX Encontro da Compós**, 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.compos.org.br>>. Acesso em 13 de set. de 2015.

HAUSSEN, Luciana Fagundes. Deu pra ti, anos 70 e Estudos Culturais: juventude e representação social. In: GUTFREIND, Cristiane Freitas; GERBASE, V. (Org.). **Cinema gaúcho: diversidade e inovações**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LYRA, Bernadette; SANTANA, Gelson (Orgs.). **Cinema de bordas**. São Paulo: Ed. a lápis, 2006.

Ministério da Cultura. **Centro de Artes e Esportes Unificados**. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/>>. Acesso em 30 jul. 2015.

ODIN, Roger. **La question de l'amateur**. Communications, 68, 1999, p. 47-89. Disponível

em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1999_num_68_1_2030)


8018_1999_num_68_1_2030>. Acesso em 10 set. 2015.

SOUZA, Gustavo. Estética do improviso no cinema de periferia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 530-542, mai/ago 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/11005/8283>>. Acesso em 12 set. 2015.

SUPPIA, Alfredo. À procura do pré-sal do cinema: ferramentas para a perfuração de poços audiovisuais subterrâneos. In: DENNISON, Stephanie (Org.). **World cinema: as novas cartografias do cinema mundial**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

TOLEDO, Moira. **Educação audiovisual popular no Brasil: panorama 1990 – 2009**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set-dez 2005.



**ARTE,
CORPO E
ESCRITURA**
RESUMOS

CURRÍCULO, CORPO E ARTE

Aline Rodrigues¹

Francine Nara de Freitas²

Angélica Vier Munhoz³

Ana Paula Crizel⁴

Resumo: O grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq), vinculado ao Mestrado em Ensino do Centro Universitário UNIVATES, tem por objetivo investigar o currículo em espaços escolares e não escolares e suas implicações e tencionamentos com os movimentos escolarizados e não escolarizados. Atravessadas por tal pesquisa, surgem novas investigações que ora se aproximam, ora se distanciam, mais ou menos das questões que sustentam a pesquisa primeira. São esses movimentos de aproximações e distanciamentos que, por sua vez, agenciam o currículo a outras matérias, provocando novos encontros e misturas. Currículo, corpo e arte são conexões realizadas por meio de três pesquisas de mestrado que por sua vez, integram o Grupo CEM. A primeira delas busca pensar o currículo a partir dos movimentos de três professoras de Educação Infantil. E para tal cria-se imagens de professoras: turista, habitante e rachador. Linhas de vida (DELEUZE E GUATTARI, 1996), que se cruzam, se misturam e se tornam outras a cada instante, sem que possamos demarcar os estratos de uma ou de outra. Currículos atravessados por teorias, desejos, verdades e incertezas; que dançam, pintam e entram em cena, em diferentes tempos e espaços de atuação. A partir destes e outros movimentos, os currículos podem ir se constituindo a cada dia, compondo-se pela arte que transpassa o corpo. A segunda pesquisa busca pensar a potência do corpo surdo, um corpo que é tomado por enquadramentos e que assim pode ser sufocado. Neste sufocamento pode pedir passagem, gritar por escapes. Gritos estes que podem escorrer pelas vias porosas dos corpos, pelas vias das sensações, do acontecimento, da vida, que na pesquisa, foram registrados pelas lentes fotográficas entre uma caminhada e outra. Corpo surdo que também pode ser pensado como um corpo que não se deixa engolir por um currículo definido, fechado, amarrado, mas que cria possibilidades pra borrar as definições de espaços, tempos e modos de subjetivação. A arte como intercessora (DELEUZE, 1992), compõem a terceira pesquisa que por meio de andares errantes e à deriva, estratégia de alguns artistas contemporâneos (JACQUES, 2014; VISCONTI, 2014), injeta velocidades ao pensamento, criando novas imagens, sempre moventes. Tais imagens problematizam a pedagogia que, por meio de uma linguagem reinventada, desarticula as verdades herdadas inserindo uma fábula na história, condição para a experimentação errante de outros espaços e modos de ser e fazer educação, pedagogia, currículo.

Palavras-chave: Sensação. Experimentação. Currículo. Arte. Corpo.

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles. Conversações:1972-1990. Trad. Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro, v. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto e et alii, Rio de Janeiro: 34, 1996.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2014.

VISCONTI, Jacopo Crivelli. Novas Derivas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

1 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino Instituição, PROSUP/CAPES, aliner@universo.univates.br.

2 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino, FAPERGS/CAPES, freitasfran14@gmail.com

3 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino, CNPq, angelicavmunhoz@gmail.com.

4 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino, FAPERGS/CAPES, ana.crizel@gmail.com.

O QUE SE PODE ESTRANHAR QUANDO O ASSUNTO É APRENDER?

Ana Paula Crizel¹

Fabiane Olegário²

Resumo: O Grupo de estudos “O que pode a educação?” possui em seu nome a problemática que o atravessa, provoca e força a experimentação de outras maneiras de ser e fazer educação. Este grupo está vinculado ao *Projeto de Extensão Formação Pedagógica e Pensamento Nômade* e ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVATES. O projeto tem como objetivo criar uma pedagogia comprometida com a experimentação, com a formação estético-artística e cultural do professor, com o exercício de novas maneiras de aprender e ensinar e com uma postura ética de afirmação da vida (MUNHOZ, et al, 2013). A cada semestre o grupo busca diferentes intercessores (DELEUZE, 1992) para problematizar o território da educação, tais como: a literatura, o cinema, a música e a poesia. O grupo conta com a participação de acadêmicos das licenciaturas e do curso de psicologia, bem como egressos do Centro Universitário UNIVATES, assim como alunos intercambistas e professores das redes públicas e privadas de ensino do Vale do Taquari. Alunos e professores se reúnem a cada quinze dias no Centro Universitário UNIVATES a fim de estranhar o próprio pensamento. Em sua 9ª edição (2015/A) o grupo de estudos “O que pode a educação?” busca na arte matéria/força (DELEUZE; GUATTARI, 1997) para pensar o aprender. Sobre o aprender, Deleuze (2003) aponta que “nunca se sabe antecipadamente como alguém vai aprender, por quais amores se torna bom em latim, por quais encontros se é filósofo, em quais dicionários se aprende a pensar” (p. 21). Em cada semestre, o grupo cria um problema que servirá de mote para as leituras e possíveis problematizações, nas quais se distanciam das naturalidades, das familiaridades, das essências e dos discursos salvacionistas e romantizados que formataram o pensamento ocidental moderno.

Palavras-chave: Aprender. Arte. Experimentação

DELEUZE, Gilles. **Conversações:** 1972-1990. Trad. Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro, v. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os Signos.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2003.

MUNHOZ, Angélica Vier; et al. *Formação Pedagógica e Pensamento Nômade.* **Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta:** Cataventos. Ano 5, nº 1. Cruz Alta: UNICRUZ, 2013.

1 Mestranda em Ensino no Centro Universitário UNIVATES. Contato: ana.crizel@gmail.com

2 Docente no Centro Universitário UNIVATES. Contato: fabiole@univates.br

ENSAIOS CARTOGRÁFICOS

Fabiane Olegário¹

RESUMO: Escolher a cartografia como um método que tem como base a experimentação é de certo modo “dar o pesquisador, a possibilidade de acompanhamento daquilo que não se curva a representação” (Amador; Fonseca, 2009, p. 30). Estar atento aos movimentos. Sensível aos acontecimentos. Suspender a verdade contida na escrita linear. Permitir a experimentação de outros modos de registro. Abrir fissuras para a passagem de fluxos menores. Acolher e celebrar aquilo que toca, que provoca, que inquieta e desassossega o pensamento. Misturar-se aos afectos, as sensações. Produzir subjetividades que bagunçam a lógica do já dado, já visto e do já conhecido. As experimentações cartográficas são propostas nas disciplinas Prática Investigativa I, II e III, assim como a disciplina de Estágio Supervisionado nos anos iniciais I no curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVATES. Os acadêmicos ensaiam a escrita e o pensamento, os quais buscam outros atalhos, outras rotas, outros modos de expressão. Atravessados pelos afetos, procuram desviar de tudo aquilo que aprisiona e paralisa a possibilidade de experimentarem uma escrita contaminada de coisas vivas e pulsantes. Interessante notar que não se trata de um vale tudo e tampouco de linearidades e muito menos apreço as raízes, ao contrário, a cartografia alia-se ao funcionamento de um rizoma, o qual permite múltiplas entradas e inúmeras saídas. O cartógrafo, por sua vez, habita um território existencial que dá passagem ao plano de forças moventes que se instalam em zonas ficcionais, as quais se comprometem em falsificar a realidade, a qual é entendida de forma contingente e arbitrária.

Palavras-chave: Cartografia. Experimentação. Subjetividade.

1 Docente no Centro Universitário UNIVATES. Contato: fabiole@univates.br

SOBRE O INTRATÁVEL: O AMOR, SUAS NUANCES E OUTROS DELÍRIOS

Angélica Vier Munhoz¹
Cristiano Bedin da Costa²

Resumo: É sempre de formação pedagógica que tratamos. Formação pedagógica e pensamento nômade é o tema do projeto de extensão que um grupo de professores do curso de Pedagogia da Univates vem desenvolvendo desde 2013. Em meio a várias atividades propostas pelo projeto, elegemos uma, para aqui compartilhar. Trata-se do *Intratável: o amor, suas nuances e outros delírios*, programa de rádio, criado em 2014B, em parceria com os alunos da disciplina Estágio Supervisionado do curso de Comunicação Social. Perguntávamos: por que não falar de coisas cotidianas e, ao mesmo tempo, raras? Por que não falar sobre o amor? Não o amor piegas, corriqueiro, extensivo, mas o amor enquanto experiência, atitude, intensidade, gesto. Do amor como um valor. “Contra tudo e todos o sujeito afirma o amor como valor” (BARTHES, 2003, p. 15). Do amor que faz o corpo vibrar e pulsar. Do amor que nos forma e deforma, pois é mais forte que as palavras ditas, as imagens frígidas, as ideias fundidas. Do amor que retorna na sua diferença, pois no amor afirma-se o que nele vale (BARTHES, 2003). Na sensibilidade do amor barthesiano, busca-se discutir aquilo que não é tema de nenhuma disciplina ou não ocupa o tempo/espço de uma aula. Contudo, acredita-se, tal qual Deleuze (2003) nos ensina, que aprendemos porque algo nos toca, nos punge, nos afecta. E é desse modo que acreditamos que falar sobre o que exorciza os nossos sentidos pode funcionar como operadores para uma formação pedagógica que se experimenta por meio de movimentos mínimos. Do amor e suas nuances: Amor e Espera, Amor e Morte, Amor e Memória, Amor e Comércio, Amor e Loucura, Amor Bandido, Amor e Ruído e Amor e Folia. Oito encontros sobre um amor intratável que poderia se multiplicar em outros tantos, já que sobre o amor há sempre tanto a dizer.

Palavras-chave: Amor. Barthes. Formação pedagógica.

REFERÊNCIAS:

BARTHES, Roland. Fragmentos de um discurso amoroso. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

1 Centro Universitário UNIVATES. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Contato: angelicavmunhoz@gmail.com

2 Centro Universitário UNIVATES. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Contato: cristianobedindacosta@hotmail.com

ANDARILHAR: UMA MANEIRA DE SE MOVIMENTAR E CRIAR DESLOCAMENTOS EM UM TERRITÓRIO DE PESQUISA

Ana Paula Crizel¹

Angélica Vier Munhoz²

Resumo: Trata-se de uma impossibilidade. Da impossibilidade como condição (LISPECTOR, 1994). Condição engendradora na necessidade de pensar de outros modos uma formação, uma vida. Necessidade de invenção de outros jeitos de ser e fazer pedagogia. Uma impossibilidade do corpo e do pensamento de mover-se por caminhos já, há muito, conhecidos. Estradas com coordenadas visíveis e previsíveis, rumo ao mesmo e ao uno. Andarilhar como um procedimento. Uma maneira de se movimentar e deslocar o território da pesquisa. Aproximação afectiva e apropriação intensiva de algumas obras e artistas que possuem no *andar*, sua estratégia artística (VISCANTI, 2014; JACQUES, 2014). Apropriação que injeta velocidade ao pensamento e provoca problematizações, condição para a invenção de outras maneiras de andar e manter em movimento a pedagogia, criando por meio de uma linguagem reinventada, outras imagens. Estas imagens, sempre moventes e com contornos fugidios por se constituírem por meio de um andarilhar errante que vive e experimenta o próprio andar como condição para (re)invenção de seus próprios contornos, ora mais precisos, ora mais efêmeros. (Re)invenção, inventar pelo meio, por dentro, jamais fugir, mas fazer fugir (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 49). Andarilhar por territórios já conhecidos, fazendo-os outro. Como nos sugere o movimento situacionista (JACQUES, 2003, 2014), são nos territórios mais conhecidos que o andar errante é mais fascinante. Trata-se de conseguir enxergar no comum o que ali existe, acontece de inusitado. Mas para isso é necessário uma entrega, tornar-se estrangeiro, “estar disponível para a desorientação” (JACQUES, 2014, p. 284), soltar, nem que seja por instantes, as amarras que nos mantém no trote belo e reto e embrenhar-se naquilo que ainda não se sabe. Do andarilhar como modo de percorrer um território de pesquisa, deslocamento que possui o movimento intensivo como condição para a invenção de outros jeitos de ser, fazer e viver uma pedagogia. Modos, estes, sempre fugidios e itinerantes. Tal pesquisa é atravessada pelos movimentos do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq) que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino do Centro Universitário UNIVATES. Aproximações e distanciamentos tensionam tanto o currículo, matéria de estudo deste grupo de pesquisa quanto a pedagogia, território de investigação desta pesquisa. Movimento incessante de implicação e variação que injeta, tanto numa quanto em outra pesquisa, modos outros de deslocamento.

Palavras-chave: Pedagogia. Andarilhar. Deslocamento. Território. Arte.

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Robeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *Um sopra de vida: pulsações*. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.) *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2014.

VISCANTI, Jacopo Crivelli. *Novas Derivas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

1 Centro Universitário UNIVATES, Mestranda em Ensino, FAPERGS/CAPES, ana.crizel@gmail.com.

2 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino, angelicavmunhoz@gmail.com

PRODUÇÃO DE DISCURSOS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Francine Nara de Freitas¹

Angélica Vier Munhoz²

Mariane Inês Ohlweiler³

Resumo: O presente estudo é um recorte da dissertação que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação - Mestrado em Ensino do Centro Universitário UNIVATES, na qual um dos objetivos é pensar a produção de discursos no currículo de escolas da Educação Infantil. Ainda recente como modalidade de ensino no país e com um histórico de ter pertencido à área da saúde, atualmente a Educação Infantil é um campo permeado por diversas discussões educacionais acerca da escolarização de crianças de 0 a 6 anos. Toma-se assim a temática do currículo a partir da aproximação com o pensamento de Michel Foucault e alguns de seus comentadores, como Tomaz Tadeu e Sandra Corazza. A partir de tais estudos, por meio da Cartografia, procurou-se transitar por espaços e tempos provisórios acompanhando os movimentos dos professores no currículo da Educação Infantil de três escolas, localizadas no município de Lajeado/RS, a partir das afecções que surgem durante o período de investigação. Algumas noções foram utilizadas como movimentos de professores, currículo da Educação Infantil e discurso. A questão do discurso tornou-se central nesse trabalho, pois busca-se compreender de que modo algumas verdades foram sendo produzidas acerca do currículo da Educação Infantil, tornando-se relações de forças que circulam no embate de noções históricas, culturais, sociais e econômicas. Entende-se por discurso o conceito operado por Michel Foucault (2012) quando afirma que tudo e qualquer coisa pode tornar-se um discurso, nascido da reverberação de uma vontade, que traduz não somente os sistemas de dominação, mas também produz regimes de verdade. É portanto, um dispositivo de poder que opera diariamente na vida dos sujeitos, por meio da disciplinarização, da constituição de identidades, do currículo escolar, entre outros. Desse modo, o currículo é atravessado por inúmeros discursos que transitam por diferentes campos de saberes, produzindo desejos e lutas, engendrando verdades acerca do currículo da Educação Infantil - discursos que, ao organizarem os pequenos corpos em filas, normatizarem uma rotina, esquadriharem espaços e tempos, produzem subjetividades infantis.

Palavras-chave: Discurso. Currículo. Educação Infantil.

1 Centro Universitário UNIVATES, Mestrado em Ensino, bolsista FAPERGS, freitasfran14@gmail.com.

2 Centro Universitário UNIVATES, Doutora em Educação atuando nos cursos de Pedagogia, Psicologia e Mestrado.

3 Centro Universitário UNIVATES, Doutora em Educação, professora no curso de Pedagogia, ohlweiler@gmail.com.

DISCIPLINAMENTO E CONTROLE: UMA PRODUÇÃO DE SUJEITOS MALEÁVEIS

Josselaine Xuxieli Caetano de Oliveira¹

Fabiane Olegário²

Resumo: Este texto refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso II, realizado no Curso de Pedagogia, o qual apresenta um estudo sobre as práticas e os efeitos do disciplinamento e os mecanismos de controle que operam na Instituição Escolar. O propósito deste estudo é a análise da necessidade de compreender como os discursos recorrentes acerca da indisciplina circulam na sociedade. Estamos acostumados a ouvir que os pais são aqueles que devem ensinar limites aos filhos, enunciado que se tornou repetitivo entre as pessoas, já que apontam para a falta de disciplina nas crianças, com o intuito de sempre indicar um culpado. Como essa questão perpassa o cotidiano das escolas, a pesquisa é de cunho bibliográfico e utiliza-se como referencial teórico o filósofo Michel Foucault, principalmente no que tange às investigações realizadas no domínio das relações de poder. Ao realizar leituras sobre esse assunto, pode-se perceber que não é tão fácil falar disso, pois é preciso estar ciente que não se pode afirmar que existe um culpado para a falta de disciplina. O texto apresenta o pressuposto de que a indisciplina pode ser pensada como um movimento de resistência dos alunos ao sistema disciplinar. Levando em conta essa questão, pretendemos pesquisar que efeitos têm a disciplina e o controle na vida escolar das crianças e, sobretudo, analisar estes efeitos. Sendo assim, o trabalho é organizado em três capítulos: serão abordados assuntos como educação e escolarização, disciplina e controle e indisciplina. Conforme o estudo realizado, existe uma diferença entre educação e escolarização. Por conseguinte, a relação de interdependência entre a disciplina e o controle. Isso porque os sujeitos estão se autodisciplinando via controle de si e dos outros. Ao finalizar o trabalho trazemos como assunto as práticas de resistências, a fim de discuti-las no âmbito do espaço escolar.

Palavras-chave: Criança. Escola. Disciplina. Controle.

REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2013.

1 Centro Universitário UNIVATES. Pedagogia, josselainexuxieli@hotmail.com.

2 Centro Universitário UNIVATES. Docente do Curso de Pedagogia, fabiole@univates.br.

OFICINAS LITERÁRIAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Luana Borba dos Santos¹

Fabiane Olegário²

Resumo: O presente trabalho está sendo desenvolvido na disciplina de Trabalho de Curso II, do Centro Universitário UNIVATES, com a Orientação da Prof^a Fabiane Olegário. A leitura exige de nós algo que nem sempre estamos dispostos a oferecer: o tempo. Ler implica em concentração, desaceleração da mente e, principalmente, do corpo. Em meio à agitação da vida contemporânea acabamos não nos permitindo parar por um instante para apreciar uma obra literária ou de arte. Somos bombardeados a todo o momento por textos e imagens. Conforme Perissè (2006, p. 34), “o excesso de informações nos impede de saber o que está acontecendo”. Vivemos em tempos fluidos, e as relações que estabelecemos com o mundo ao nosso redor parecem ocorrer de maneira superficial, o que nos leva a prestar atenção nas relações que estabelecemos entre os múltiplos signos que nos rodeiam e a forma como reaprendemos a ler um livro, por exemplo. Tomando isso como uma problemática do nosso tempo, me interessa investigar como os alunos dos anos iniciais de uma escola da rede pública do município de Lajeado, acessam a leitura, o espaço da biblioteca escolar e, sobretudo de que forma a relação dos alunos com o material literário se constitui, e como esse encontro pode produzir aprendizagens individuais e coletivas através de três Oficinas Literárias, com crianças entre oito e nove anos de idade. Tendo como principal referencial as teorizações deleuzianas acerca da aprendizagem, “nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender” (Deleuze, 2009, p. 237). Como metodologia, escolhi a cartografia, que segundo Kastrup (2007) visa a “acompanhar processos”, “investigando um processo de produção”. A proposta de oficina literária pretende disponibilizar um momento em que os alunos possam expressar percepções e relações acerca da leitura. Elas serão fundamentais para compor esta investigação, possibilitando a produção de pistas em que possa se verificar o vínculo existente entre os alunos e o livro, mapeando as relações presentes naquele território.

Palavras-chave: Oficinas Literárias. Leitura. Aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. 2^a ed. Ver. Atual. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

KASTRUP, Virginia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre. v.19, n.1, jan./abr, 2007. p. 15-22.

PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

1 Acadêmica do Curso de Pedagogia, Centro Universitário UNIVATES, luasantoslbs@hotmail.com

2 Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso II. Docente do Centro Universitário UNIVATES, fabiole@univates.br

DESCRIÇÕES/REFLEXÕES SOB O SIGNO DA RE- LAÇÃO HOMEM-MÁQUINA

Leonel José de Oliveira¹

Resumo: A tecnicização do mundo confere novos significados às realizações do homem. A condução da vida se pauta em grande medida por princípios tecnológicos, nossa identidade cultural e biológica é atravessada pela intervenção tecnológica e o corpo biológico, objeto de todo tipo de troca. Sob o signo da relação entre a máquina e o corpo humano, o orgânico-biológico e o maquinico-cibernético, procuramos no presente texto relacionar três descrições/reflexões: primeiro, a de como um conjunto de explicações e soluções tecnocientíficas procedentes da informática e das novas ciências da vida se aliam ao corpo humano e à natureza em geral, seguindo um novo sonho implantado sob o regime de saber-poder relacionado por Michel Foucault. A esse projeto histórico se vinculam novas verdades cujas possibilidades reprogramam a vida orgânica, reconfigurando os corpos humanos como entidades pós-orgânicas, pós-biológicas e, inclusive, pós-humanas (Paula Sibilia). O pós-humanismo, a seguir, é apresentado neste trabalho como reverberação intelectual de uma sensibilidade cultural e um projeto tecnológico disposto a fazer da natureza humana objeto de experimentação, onde um coletivo começa a se entender menos como sujeito do que como projétil lançado contra o humano pela ciência e tecnologia maquinísticas (Francisco Rüdiger). Por fim, apresentamos a reflexão de que essa evolução biológica e tecnológica são inseparáveis, que ambas estão longe de serem determinadas apenas pelos sonhos de onipotência humana, podendo a condição atual estar inscrita no programa genético da espécie humana, um programa que não é determinista, mas imprevisível (Lúcia Santaella).

Palavras-chave: Tecnologia. Sociedade. Cibernética. Corpo. Pós-humanismo.

1 Centro Universitário UNIVATES, Curso de Comunicação Social, ljo@univates.br



**ARTE,
CORPO E
ESCRITURA**
ARTIGOS COMPLETOS

A CAPOEIRA APROPRIADA PELOS EUROPEUS, NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DA PRÁTICA “AFRO-BRASILEIRA”

Daniel Granada¹

Resumo: Arte “popular” de origem “Afro-brasileira” a capoeira se espalhou por diversos países a partir da década de 1970. Atualmente, é praticada nos cinco continentes, sendo reapropriada e ressignificada de acordo com demandas do contexto local. Fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013, o artigo explora as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido em Londres e Manchester. Esta pesquisa foi realizada por meio de observação participante e etnografia multissituada (Marcus, 1995) entre os anos de 2009 e 2011 e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a prática na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro, criados e apresentados pelos próprios capoeiristas locais em sua maior parte não-brasileiros integrantes dos grupos. Estas apropriações mostram as adaptações criativas operadas pelos agentes no sentido de realocar a capoeira num contexto transnacional abrindo novos espaços de inserção sua e atribuindo novos significados a esta prática. O artigo analisa o caso de três grupos de capoeira de Londres: a LSC London School of Capoeira, a Associação de capoeira Kabula e o grupo de capoeira CDOL Cordão de Ouro Londres, focando nas estratégias criativas de inserção operadas sobre a prática da capoeira, num contexto de circulação intensa de pessoas nas metrópoles inglesas.

Palavras-chave: Transnacionalização. Globalização. Capoeira. Reino Unido.

INTRODUÇÃO

O crescimento da prática da capoeira em diversos países tem sido notável, a capoeira começou sua expansão no mundo a partir da década de 1970. Esta comunicação é fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013, explora as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido em Londres e Manchester. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante, etnografia multissituada (Marcus, 1995; 2002) entre os anos de 2009 e 2011 e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a capoeira como técnica do corpo (Mauss, 1950: 380) na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro. Os casos estudados evidenciam a busca de diferenciação no “mercado da capoeira”, prática que se insere como “bem cultural” cuja distinção está associada à valorização positiva de um “bem cultural” associado ao Brasil e a uma “maneira de ser brasileira” que responde a representações locais sobre o “Brasil” e a “brasilidade”.

A noção da existência de um “mercado da capoeira” ou um “campo social transnacional da capoeira” repousa sobre ideia da constituição de um mercado, onde um campo ou um mercado podem ser vistos como um espaço estruturado de posições dentro do qual estas posições e as interações que delas decorrem são determinadas pela distribuição das diferentes formas de recursos ou “capitais” (Bourdieu, 2002: 113-20). Bourdieu assinala que: *«pour qu'un champ marche, il faut qu'il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l'habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux, etc.»* (Idem, pp.114). Levitt et al. (2004: 1009) utilizam o termo “campo social” como «um conjunto de redes interconectadas de relações sociais através das quais as ideias, as práticas e os recursos são trocados, organizados e transformados de forma desigual» (tradução do autor). Neste artigo o emprego do termo “mercado” ou “campo social” ligado à prática da capoeira, coloca em relevo as disputas existentes entre os diversos grupos de capoeira em Londres, evidentemente que estas disputas não são somente com relação a dinheiro, mas poder e reconhecimento entre os praticantes. A existência destas disputas não impede também a colaboração entre capoeiristas e grupos que atuam na cena local e transnacional da capoeira.

A PRESENÇA DA CAPOEIRA

Os primeiros estudos que assinalaram a presença da prática da capoeira fora do Brasil foram estudos dedicados a compreender a imigração brasileira nos Estados Unidos (*cf.* Margolis, 1994; Ribeiro, 1999; Penha,

¹ Université de Paris Ouest – Nanterre La Défense - Univates – Brasil, este trabalho foi realizado com financiamento do Conseil Régional d’Ile de France, dangranada@gmail.com.

2001; Martes, 2003). Muitos dos brasileiros que emigraram em busca de melhores condições de vida e trabalho durante os anos 1980 e 2000 levaram em suas bagagens a prática da capoeira, ou descobriram, uma vez fora do Brasil a possibilidade de ganhar a vida mantendo contato com uma prática do país de origem.

A emigração dos brasileiros para os Estados Unidos é um movimento migratório caracterizado, entre outros, pela importância dada às redes transnacionais estabelecidas pelos brasileiros na explicação do fenômeno (Martes, 1999; Margolis, 2003; Patarra, 2005). Uma pesquisa realizada em Boston em 1995 demonstra que os brasileiros que optavam por emigrar para os Estados Unidos partiam em busca de oportunidades de trabalho que lhes era negada no Brasil (Sales, 1999: 33). A emigração de brasileiros para aquele país seria uma emigração de “classe média”, porque para que ela se efetive são necessários pelo menos os recursos que garantam a compra das passagens de avião (Sales, 2005).

A crise econômica dos anos 1980 no Brasil, chamada a “década perdida”, é vista como o fator decisivo que desencadeia a emigração de brasileiros. Sales (1999: 28) acrescenta o fator político associado principalmente às esperanças e desilusões do período da redemocratização do país, marcado pelo fracasso de diversos planos econômicos, aumento do desemprego e da inflação. Patarra (2005) explora a heterogeneidade dos movimentos migratórios a partir do Brasil e para o Brasil, ela assinala a existência de diversos fenômenos e diversos grupos sociais que emigram. A autora acentua a necessidade de levar em conta na explicação dos fenômenos migratórios do Brasil contemporâneo a importância da circularidade destes movimentos, bem como, as redes sociais que se constituem e se reforçam (Patarra, 2005: 25-26).

Nos estudos sobre Brasileiros nos Estados Unidos, a capoeira, o samba e a batucada são frequentemente apresentados como manifestações de “brasilidade” ou “afro-brasilidade”. Entretanto, alguns destes estudos concluíram que a participação de brasileiros não era muito representativa em número de praticantes dentro destes grupos (Margolis, 1994: 307). Os grupos de capoeira e de batucada são, fora do Brasil, grupos de expressão de brasilidade que na maior parte não são compostos por brasileiros. Em geral somente o professor e um pequeno número de brasileiros integram estes grupos, apesar da grande presença de brasileiros nos Estados Unidos. Margolis (1994) interpreta a pouca presença de brasileiros nestes grupos como um exemplo da falta de laços comunitários entre eles, ou falta de interesse dos brasileiros nas práticas de seu país. Entretanto, o que é interpretado pela autora como falta de engajamentos da parte dos brasileiros, se mostrou durante a pesquisa de campo como uma das características centrais do processo de implantação da capoeira fora do Brasil. Durante minha pesquisa de campo a maior parte dos praticantes de capoeira nos grupos estudados na França e no Reino Unido, era de não brasileiros. De maneira geral o número de brasileiros não é muito expressivo nos grupos de capoeira fora do Brasil, mesmo em cidades como Paris e Londres onde a imigração brasileira é considerável.

Após esta primeira vaga de estudos sobre a imigração brasileira nos Estados Unidos, dois estudos foram dedicados à análise da prática da capoeira e de sua apropriação fora do Brasil: os estudos pioneiros de Travassos (2000) sobre a capoeira nos Estados Unidos e de Vassalo (2001) sobre a capoeira na França.

As teorias sobre as migrações internacionais ocupam um lugar central na explicação da expansão da capoeira fora do Brasil. Trabalhos como o de Aceti (2011) sobre a expansão da capoeira na Europa, bem como os estudos de Guizardi (2011) que trata da capoeira na Espanha e em Madrid, mostram a importância atribuída às teorias sobre imigração para explicar a expansão da capoeira na Europa. Entretanto, a perspectiva das migrações internacionais apresenta dois problemas centrais: primeiro: o quadro assimilacionista (Capone, 2010: 236-237) destes estudos pode ser questionado, porque é justamente através da valorização positiva no espaço público, de um “bem cultural” do país de origem, que o capoeirista consegue sua integração no país de acolhimento. Segundo: porque não são unicamente os imigrantes brasileiros que fazem parte destes grupos, em geral somente o mestre ou professor são brasileiros, pontualmente um ou outro aluno é brasileiro. Dos grupos estudados três tinham os professores não brasileiros, bem como a grande maioria dos alunos em Paris e Londres. Alguns grupos eram compostos exclusivamente por não brasileiros. Não se trata de esquecer a contribuição das teorias sobre as migrações internacionais na explicação do fenômeno de expansão da capoeira fora do Brasil, mas é necessário enquadrar o fenômeno dentro de uma perspectiva que considere a participação dos não brasileiros no processo de relocalização da prática fora do Brasil. Por relocalização entendemos o processo de apropriação e a capacidade de ação (*agency*) dos praticantes, no sentido de aclimatar a prática ao

novo contexto, transformando-a em versões locais e regionais adaptadas e apropriadas criativamente dentro dos contextos nos quais os agentes operam.

DIFERENTES ETAPAS DA EXPANSÃO DA CAPOEIRA FORA DO BRASIL

O primeiro momento da expansão da capoeira fora do Brasil está ligado à apropriação da prática por grupos folclóricos compostos por brasileiros que partiam em turnê para apresentações (Assunção, 2005: 186-189). Assunção assinala que o primeiro capoeirista a se apresentar fora do Brasil tenha sido Mestre Arthur Emídio. Alguns anos mais tarde será Nestor capoeira o primeiro a dar aulas de capoeira no velho continente por volta de 1970 em uma escola de dança de Londres (Assunção, 2005: 187-8).

Com o passar dos anos o número de escolas de capoeira se multiplica, assim com o número de praticantes. Se atualmente o número de grupos e de praticantes é bastante elevado, no início dos anos 1980 não era difícil para os aventureiros se afirmarem como professores de capoeira mesmo com pouco conhecimento da prática. Muitos destes praticantes vão ficar conhecidos como “capoeiristas do avião”, ou seja, aqueles que descobriram uma vez no exterior que seria possível viver da prática da capoeira. A segunda leva de capoeiristas se situa por volta de meados dos anos 1990, estes novos aventureiros já possuem experiência com a capoeira no Brasil e sabem das histórias de sucesso de alguns de seus pares que conseguiram sobreviver através do ensino da capoeira no exterior. Esta segunda vaga vai proporcionar o aumento do controle pelos pares sobre o “mercado da capoeira” fora do Brasil, tornando mais e mais difícil para que os aventureiros se imponham neste novo contexto.

A terceira vaga da expansão da capoeira está diretamente associada aos praticantes locais, são eles que muitas vezes convidam os capoeiristas a vir se instalar fora do Brasil. A aliança com os praticantes locais é fundamental para o sucesso da instalação dos brasileiros, os alunos locais desempenham um papel de verdadeiros intérpretes e tradutores da prática para o contexto local. Não é raro que os brasileiros encontrem namoradas no interior dos grupos, estas namoradas vão desempenhar um papel central na organização dos grupos, exercendo um papel de secretariado e frequentemente alojando o capoeirista e pagando suas contas, como explica Aceti (2011: 441). No caso dos praticantes locais se lançarem como professores de capoeira é fundamental que eles tenham alguma ligação com mestres ou grupos brasileiros, que os validam enquanto praticantes legítimos de capoeira. Deste modo o praticante local é autorizado a dar aulas, mas deve, por outro lado periodicamente organizar oficinas e convidar os mestres de sua escola para vir participar.

APROPRIAÇÃO DA CAPOEIRA FORA DO BRASIL

Os grupos ou rodas de capoeira são apenas a face mais evidente do processo de expansão da prática fora do Brasil, assim é possível identificar dois níveis do processo de expansão da capoeira fora do Brasil, um nível micro que se relaciona com a transnacionalização e se refere à escala dos indivíduos (Hannerz, 1996: 6) e grupos que a praticam e outra associada à globalização que indica os processos mais amplos de difusão de imagens e narrativas diversas sobre a capoeira através da mídia e outros veículos de comunicação (cf. Granada, 2008)².

A capoeira tem sido fonte fecunda de inspiração para diferentes tipos de produções artísticas e midiáticas. Ao nível das apropriações e criações dos indivíduos e grupos existem experiências que transcendem o espaço “tradicional” da roda de capoeira e procuram inserir a prática dentro de contextos mais amplos, principalmente relacionados com o teatro e a dança. A pesquisa conduzida entre 2009 e 2011 coloca em evidência a apropriação e realocação da prática da capoeira no Reino Unido, três casos exemplares foram selecionados em razão de suas características associadas à criatividade e capacidade de ação dos indivíduos e grupos. Eles foram resumidos e colocados em evidência neste trabalho.

LONDON SCHOOL OF CAPOEIRA (LSC)

No Reino Unido as experimentações realizadas com o teatro e dança têm sido frequentes e conseguem atrair bom público. No caso da LSC, dirigida pelos Mestres Sylvia e Marcos, os espetáculos associando capoeira e dança

² O potencial de persuasão de filmes e comerciais para atrair alunos para os grupos de capoeira deve ser considerado. Por exemplo, o filme *Only the Strong* (1993 – USA), dirigido por Shendon Lettch, foi eficaz na popularização da capoeira na Europa. Diversos adultos e crianças relatam terem procurado grupos de capoeira após assistirem ao filme (cf. Anderson, 2001: 15).

possuem uma longa trajetória³. Desde o princípio das atividades de dança e capoeira fizeram parte da trajetória de Mestre Sylvia. Esta experiência pessoal se reflete no seu grupo desde a sua criação. Sylvia conta ter começado a ensinar capoeira na escola de dança The Place em Londres em 1988⁴. Em 1993 eles decidem criar uma companhia de dança, a Passo Co., desde então criaram oito espetáculos e participaram de diversos comerciais para a televisão⁵. Apesar do sucesso conquistado no Reino Unido, Sylvia lamenta que atualmente um dos grandes eventos de seu grupo está perdendo espaço e importância. Ela explica que em 2004, quando o grupo realizou seu festival anual, o batizado dos alunos, eles tinham alugado um teatro de seiscentos lugares durante duas noites, para as quais os ingressos foram todos vendidos com antecedência; entretanto, em 2012, eles alugaram uma sala de 150 lugares para apenas uma noite. Segundo Sylvia a redução no público se explica pela presença de outros grupos no mercado da capoeira londrina. Para ela, os grupos que realizam espetáculos de baixa qualidade são os responsáveis pela desvalorização dos espetáculos que mesclam dança e capoeira. O depoimento de Sylvia demonstra que a presença de outros concorrentes no mercado local da capoeira pode não ser apreciada do ponto de vista daqueles que se encontram a mais tempo no local.

GRUPO KABULA

Outro grupo que realiza experiências fazendo a capoeira dialogar com outras modalidades artísticas é o grupo de capoeira Kabula, dirigido por Mestre Carlão. Formado nos grupos de capoeira angola entre Niterói e Rio de Janeiro, a trajetória de Carlão é marcada por uma ligação com o meio universitário, principalmente na Universidade Federal Fluminense de Niterói – RJ⁶. Esta ligação fez com que seu grupo tivesse um grande número de estudantes de graduação e mestrado entre seus integrantes, estes alunos influenciaram os rumos do grupo propondo uma série de atividades além da capoeira. No ano de 1996 Carlão, que na época era professor de capoeira, parte pela primeira vez do Brasil para Londres para fazer um mestrado em arte e performance na Queen Mary University of London sobre o tema da capoeira. Ele decide então criar o grupo de capoeira Brincadeira de Angola, começa a dar aulas e recebe um grupo de alunos ligados ao teatro, entre eles Greg Hicks, ator da Royal Company of Shakespeare. Greg vai ter um papel influente na trajetória de Carlão e na formação do grupo em Londres, o que demonstra a importância dos praticantes locais no processo de expansão da capoeira fora do Brasil.

Greg foi um dos primeiros alunos de Carlão, ele é atualmente um dos principais intérpretes de Shakespeare. Quando realizamos a entrevista em 2010, ele atuava no papel principal de Rei Lear em Londres e Nova Iorque. Na época Greg explicava conhecer Carlão há mais de treze anos e manter uma grande amizade com ele, pois tinham inclusive morado juntos por anos em Londres. O contato de Greg com a capoeira foi marcante, ele afirma que junto com Carlão desenvolveram um método utilizando a capoeira para auxiliar a interpretar Shakespeare no teatro. Segundo Greg, este método é único e original, na época da entrevista este método já havia sido aplicado em Madrid e Londres, em trabalhos dirigidos a atores de teatro. Ele acrescenta que se dedica a desenvolver e aperfeiçoar esta técnica e que a utiliza no cotidiano de seu trabalho de ator. Antes de entrar em cena ele se prepara realizando movimentos de capoeira, ele canta as músicas e incentiva os atores do grupo a seguir seus passos no aquecimento. Segundo Greg, ele e Carlão discutiram muito sobre as possibilidades de utilização da capoeira enquanto preparação de atores e com relação ao desempenho em cena com o objetivo de fazer o ator “jogar” em cena, o que para ele é totalmente inovador, em suas próprias palavras:

Eu acredito que aquilo que você encontra na capoeira, o diálogo conectado, a ligação com a arte, a pergunta, a enganação, a malandragem, o companheirismo, a qualidade, o desafio, a decepção... todas estas coisas você encontra em uma peça de teatro. Então eu realmente creio nisso. Eu trabalho em uma companhia de teatro muito tradicional e estabelecida. O Royal Shakespeare Company é a melhor companhia de Shakespeare no mundo, então não é fácil despertá-los com a capoeira. Nós fizemos muitos *workshops* lá. Nós fizemos durante os anos talvez seis a oito vezes.

3 Para uma análise detalhada das atividades da LSC e a trajetória de Mestre Sylvia cf. Granada, 2013: 194-222.

4 O The Place é um espaço que reúne salas de espetáculo e cursos dedicados à dança, é muito conhecido e respeitado na cena artística de Londres. Atualmente é Mestre Poncianinho do grupo de capoeira Cordão de Ouro Londres (CDOL) que dá aulas no local.

5 Os espetáculos criados por eles são Morte do Capoeira, Maré, Arid Land, Play Low, Capoeira Is, Baker Street 5, Waterloo 3 e Long Haul. Com relação aos comerciais ver, por exemplo, o comercial de Nokia de 2000: <https://www.youtube.com/watch?v=epwHWnSLiZs>

6 Para uma visão detalhada da trajetória de Mestre Carlão cf. Granada, 2013: 288-310.

A apropriação da capoeira e sua realocização operada por Greg em seu trabalho de artista de alto nível o fez influenciar uma das companhias mais “tradicionais” de teatro. Mas outras atividades também são fruto da influência de Greg, ele está por exemplo, na origem da peça *In Blood*, que eles apresentaram no teatro Arcola em 2009, onde a capoeira fazia parte do enredo da peça e outros membros do grupo atuavam. A influência de Greg e seu auxílio proporcionaram a Carlão outros espaços de inserção da prática da capoeira que vão além do espaço de treinamento do grupo e seus praticantes, estabelecendo um diálogo entre ela e outras formas artísticas. Em junho de 2011, em um festival de dança em Manchester Mestre Carlão realizou uma série de oficinas de capoeira para dançarinos, dentre as atividades que foram realizadas por ele estava a realização de performances utilizando os movimentos da capoeira em parceria com um aluno Sébastien, de um grupo de capoeira local.

Figura 1 - Mestre Carlão (direita) e Sébastien, performance, Manchester 2011



Fonte: Do autor.

Além destas performances Carlão participou de uma atividade dentro do festival enquanto percussionista. Tratava-se de um duelo de dança contemporânea entre bailarinos locais e outros que se encontravam em Los Angeles na Califórnia, realizada com o auxílio do programa Skype a dança e a música eram apresentadas em conjunto entre os praticantes de ambos os locais. Enquanto alguns dançavam no palco, as imagens dos outros dançarinos era projetada em uma tela translúcida posta frete ao palco, simultaneamente os dançarinos interagiam. A possibilidade de associar a capoeira a dança e teatro permite novas inserções da capoeira. Estas atividades, fruto da inventividade do Mestre e de seus alunos, exprimem a vontade de Carlão de expandir a prática da capoeira para outros praticantes dentro do processo de realocização da prática fora do Brasil.

GRUPO CORDÃO DE OURO LONDRES

O caso da apropriação feita pelo grupo CDOL se liga de maneira importante ao líder do grupo Mestre Poncianinho⁷. Filho de pai mestre de capoeira e mãe bailarina, Poncianinho tem sua vida profundamente associada à capoeira, a tal ponto que quando perguntamos como a capoeira modificou sua vida ele responde que a capoeira sempre fez parte dela. Poncianinho trabalhava em navios cruzeiros fazendo espetáculos e performances para turistas como capoeirista, foi numa destas viagens que ele conheceu uma jovem inglesa que viria a se tornar sua companheira. É razão deste encontro que ele decide partir para Londres. No ano de 2000, Poncianinho se instala na cidade, segundo ele sem a intenção de trabalhar com a capoeira. Pouco a pouco, frequentando as rodas, os alunos de outros grupos começam a solicitar a ele para dar aulas. É assim que Poncianinho afirma que seu grupo começou, quase por acaso. A ascensão do jovem capoeirista no mercado local foi rápida. Seu estilo adaptável fez com que logo ele conseguisse um papel de destaque face aos outros capoeiristas que estavam há mais tempo no país.

⁷ Para uma análise detalhada das atividades do CDOL e da trajetória de Mestre Poncianinho cf. Granada, 2013: 257-277.

O momento de maior notoriedade de seu grupo foi após ele ter sido selecionado para realizar a gravação da nova marca do canal televisivo da BBC de Londres. A rede de televisão queria modificar a antiga marca de um globo terrestre, considerada velha e desatualizada. Neste sentido a capoeira é realocada pela BBC One para promover sua imagem “multicultural”. Não apenas a capoeira, mas oito novos “idents” foram preparados com outros tipos performances, como jogadores de basquete em cadeiras de roda, dançarinos de *break dance*, de *salsa*, *ballet*, jogadores de *rugby* fazendo o *haka*, meninas em uma *rave* e acrobatas. Todas estas performances visavam a traduzir a nova imagem da BBC One e substituir o globo, que simbolizou a marca durante quase quarenta anos. Os novos “idents” foram apresentados quarenta vezes por dia entre março de 2002 e agosto de 2005, é preciso assinalar que em 2002 a audiência do canal era de 81 por cento da população do Reino Unido (The Guardian, 2002)⁸.

Figura 2 - BBC “Idents” Capoeira 2002



Fonte: Do autor.

Poncianinho afirma que é a partir dos “Idents” que os ingleses passaram a se interessar pela capoeira, neste sentido seu trabalho teria auxiliado bastante a difusão da capoeira no país. Na esteira do sucesso dos “Idents”, Poncianinho participou a seguir de um dos filmes de Harry Potter (Harry Potter e o Calice de Fogo, 2005). Esta inserção na mídia reforça o trabalho que ele realiza nas salas de dança em Londres. Poncianinho trabalha sete dias por semana dando aulas em diferentes locais da cidade, alguns destes são escolas de dança bastante conhecidas como The Place e The Danse Attic, que fica no bairro de Chelsea em Londres.

Junto com seus alunos Poncianinho promove espetáculos associando a dança e a capoeira, estes espetáculos são dirigidos por ele mesmo e contam com a participação de seus alunos como dançarinos. Outros espetáculos e performances são realizadas em diferentes bares da cidade. Barish, que treina com Poncianinho há mais de dez anos afirma que junto com outros colegas realizam espetáculos de capoeira nos bares, conta com humor que nenhum daqueles que se apresentam é brasileiro, mas ele se sente um brasileiro por adesão e se diz muito feliz de poder representar a “cultura brasileira” em Londres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o Brasil permanece como a terra mítica da capoeira, a expansão da prática não repousa mais exclusivamente sobre um movimento migratório. Os capoeiristas europeus são mais numerosos a cada dia, dirigem grupos e se apropriam da capoeira. O papel crescente dos capoeiristas locais não brasileiros vem sendo progressivamente reconhecido pelos mestres brasileiros através do reconhecimento de *trenéis*, instrutores professores, contramestres e mestres. Os capoeiristas locais operam uma verdadeira interpretação e tradução da prática da capoeira ao contexto local, o que torna evidente que a prática da capoeira é apropriada e realocada criativamente pelos seus praticantes, dando lugar a novas interpretações e aplicações da prática afro-brasileira. Os casos apresentados acima demonstram a capacidade de ação (*agency*) dos atores no processo de realocação da capoeira. Fora do Brasil é preciso inventar e adaptar a prática para uma inserção mais vantajosa no “mercado de produtos étnicos” já bem diversificado em metrópoles mundiais como Londres.

⁸ Para uma análise do uso da capoeira em relação com o contexto social e político do Reino Unido no momento da transmissão dos Idents, até sua saída abrupta da programação cf. Ferreira, 2009.

O que a experiência da expansão da capoeira deixa claro é a possibilidade de reinvenção e negociação com novos contextos, nos quais as alianças com praticantes locais se mostram com potencialidade criativa. Portanto, é a partir da capacidade de adaptação e da liberdade criativa que os grupos de capoeira organizam novas formas de praticar a capoeira dialogando com a música, a televisão, o cinema, a dança e o teatro em um processo que está em constante construção.

REFERÊNCIAS:

ACETI, M. (2010), "Ethnographie multi-située de la capoeira : de la diffusion d'une pratique «sportive» afro-brésilienne à un rituel d'énergie interculturel". *Ethnographiques.org*, 20, Disponível em <http://www.ethnographiques.org/./2010/Aceti>, [consultado em 20-10-2010].

_____. (2011), *Devenir et rester capoeiriste en Europe. Transmissions interculturelles et mondialité de la capoeira Afro-Brésilienne*. Tese de doutoramento, Besançon: Laboratoire de Sociologie et d'Anthropologie, Université de Franche Comté.

ANDERSON, S. (2001), "Practicing Children". *Journal of Sport and Social Issues*, 25(3), pp. 229-250.

ASSUNÇÃO, M. R. (2005), *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*, London: Routledge.

BOURDIEU, P. (2002 [1982]), *Questions de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit.

CAPONE, S. (2010), "Religions « en migration » : De l'étude des migrations internationales à l'approche transnationale". *Autrepart*, 4a (56), pp. 235-259.

FERREIRA, D. G. S. (2008), "Adaptação em movimento: o processo de "transnacionalização" da capoeira na França", *Revista Antropolítica*, 24.

_____. (2009) Contemporary capoeira narratives in commercial advertisements in France and the United Kingdom. Conference Capoeira from regional to global, University of Essex.

GLICK SCHILLER, N., LEVITT, P., (2004), "Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society". *International Migration Review*, 38 (3), pp.1002-1039.

GRAVINA, H. (2010), *Por cima do mar eu vim, por cima do mar eu vou voltar*. Tese de doutoramento, Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUIZARDI, M. L. (2011), *Todo lo que la boca come. Flujos, rupturas y fricciones de la capoeira en Madrid*. Tese de doutoramento, Madrid: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autonoma de Madrid.

HANNERZ, U (1996), *Transnational Connections*, London: Routledge.

HYTNER, J. (2002), "The Old lady gets a makeover". *The Guardian*. [réf. du 8 avril 2002]. Disponível em <http://www.theguardian.co.uk>, [consultado em 19-10-2010].

JOSEPH, J. "'Going to Brazil": transnational and corporal movements of a Canadian-Brazilian martial arts community". *Global Networks*, 8 (2), pp.194-213.

_____. (2008), "The Logical Paradox of the Cultural Commodity: Selling an "Authentic" Afro-Brazilian Martial Art in Canada". *Sociology of Sport Journal*, a (25), pp.498-515.

MARCUS, G. (1995), "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography". *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117.

_____. (2002), "Au-delà de Malinowski et après Writing Culture : à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie". *Ethnographiques.org*, 1, Disponível em <http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>, consultado em 13 de março de 2011.

MARGOLIS, M. (1994), *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus.

_____. (2003), "Na virada do milênio a imigração brasileira para os Estados Unidos". In A. C. B. MARTES, S. FLEISCHER (eds.), *Fronteiras Cruzadas*, São Paulo: Paz e Terra, pp. 51-72.

MARTES, A. C. B. (1999), *Brasileiros nos Estados Unidos – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*, São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2003), “Raça e etnicidade – Opções e Constrangimentos”. In A. C. B. MARTES, S. FLEISCHER (eds.), *Fronteiras Cruzadas*, São Paulo: Paz e Terra, pp. 73-98.

MAUSS, M. (2004 [1950]) “*Sociologie et Anthropologie*”. Paris: Presses Universitaires de France.

PATARRA, N. L. (2005), “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo”. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), pp. 23-33.

PENHA, M. M. (2001), “African Heritage and National Representation: Two cases of Brasilidade in New York City”. *Raízes e Rumos*, 7, pp. 372-388.

REIS, R. R., SALES, T. (org.) (1999), *Cenas de um Brasil migrante*, São Paulo: Boitempo.

RIBEIRO, G. L. (1999) “O que faz o Brasil, Brazil: Jogos identitários em São Francisco”. In *Cenas do Brasil Migrante*, São Paulo: Boitempo, pp. 45-85.

TRAVASSOS, S. D. (2000), *Capoeira, difusão e metamorfoses culturais entre Brasil e Estados Unidos*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASSALLO, S. P. (2001), *Ethnicité, tradition et pouvoir : le jeu de la capoeira à Rio de Janeiro et à Paris*. Tese de doutoramento, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

O ENIGMA DO TEMPO NAS FOTOGRAFIAS DE VIVIAN MAIER

*Tuane Maitê Eggers¹
Leonel José de Oliveira²*

Resumo: Vivemos em um mundo em que o excesso de fotografias contrasta com a falta de tempo para durar. Enquanto é cada vez mais comum o desejo de acumular imagens de nossa vida, também tornou-se cada vez mais difícil selecionar, e até mesmo rever essas imagens. Assim, a fotografia parece ter se tornado uma forma de “salvar” os instantes para depois vivê-los. Diante desse cenário, surge uma figura emblemática no campo da fotografia: entre as décadas de 1950 e 1990, a babá americana Vivian Maier tirou cerca de 150 mil fotografias em segredo. Reservada e misteriosa, ela passou a vida toda sem contar a ninguém o amor pelo ato de registrar seu cotidiano. Sua obra foi descoberta somente em 2007, pelo historiador e colecionador de arte John Maloof. O curioso em seu trabalho é que, quando suas fotografias foram reveladas ao público, proporcionaram um intenso interesse por parte dos observadores. Em época de imagens produzidas e consumidas instantaneamente, surgem esses registros que ficaram, por décadas, escondidos. Assim, por meio da análise da tese de Cláudia Sanz sobre a coexistência de tensões temporais na fotografia, compreendendo-a como um portal de simultaneidades, observamos o atravessamento de tempos realizado pela obra da babá. Caracterizamos, também, as fotografias de Vivian Maier de acordo com a noção de espera proposta por Maurício Lissovsky. No momento que a captação de uma imagem torna-se instantânea, o tempo que antes envolvia o ato direciona-se para a espera, que passa a revelar a essência da fotografia, considerada o resultado de um jogo de forças e tensões com infinitas combinações, onde o futuro se infiltra no instante, aguardando ser reconhecido. Em sua espera pelo instante certo, Vivian eternizou em suas imagens uma duração no futuro, com um tempo que lateja nas fotografias pelos olhos de quem as observam.

Palavras-chave: Fotografia. Tempo. Espera. Instante. Vivian Maier.

Falar sobre a relação entre a fotografia e o tempo poderia parecer algo demasiado evidente e redundante, não fossem as multiplicidades de olhares e pensamentos que envolvem o assunto. A própria história da fotografia retrata as suas diferentes relações com o tempo, sendo que a primeira delas o teve apenas como um ingrediente problemático do registro fotográfico. Nos primeiros experimentos bem-sucedidos do francês Joseph Niépce, na década de 1820, por exemplo, o tempo de exposição de suas placas levava cerca de dez ou doze horas.

De acordo com o historiador e doutor em comunicação Mauricio Lissovsky (2003), a fotografia torna-se realmente instantânea somente na década de 1870, devido à utilização de substâncias mais sensíveis e, conseqüentemente, obturadores mais rápidos. Por volta de 1880, os inventores Eadweard Muybridge e Étienne-Jules Marey debruçaram-se sobre a nova possibilidade e criaram as cronofotografias, constituídas por registros de movimentos humanos e animais. Seus experimentos revelaram o poderoso acesso à realidade que o instante fotográfico poderia oferecer.

Abriam-se, assim, as portas de um novo campo de estudos para a ciência. E, mais do que isso, para uma nova concepção do tempo. Mas, quando a fotografia torna-se instantânea, para onde vai o tempo que antes habitava este processo? Para Lissovsky (2008), a duração desta experiência foi direcionada para um lugar paradoxal, onde sua ausência passou a se fazer presente. Dessa forma, a fotografia moderna adquire uma duração própria, que acontece no lugar em que o refluir do tempo tem curso: a espera. Por meio dela, o fotógrafo busca imprimir na imagem o tempo que se ausenta.

É importante perceber que a espera na fotografia proposta por Lissovsky (2008) não é como uma espera cotidiana qualquer: ela é repleta de expectativa. É uma espera que aguarda ansiosamente pelo momento de apertar o botão - e ali eternizar a imagem. É por essa diferença que Lissovsky chama a espera de expectativa.

O cone se movimenta, ele se contrai: eis a expectativa, o durar diferenciado dos fotógrafos, seu modo de favorecer o devir dos instantes. Para que o instante advenha, é necessário que o tempo, afinal, se retire

1 Centro Universitário UNIVATES, Jornalismo, tueggers@gmail.com.

2 Centro Universitário UNIVATES, Jornalismo, ljo@univates.br.

da imagem, para que dele reste apenas o resultado de uma certa combinação de rotação e translação do cone; para que dele reste apenas um seu aspecto. De todas as 'variações virtuais', como as chama Deleuze, correspondentes aos diferentes níveis do cone, a contração encontra, na expectativa, seu 'aspecto de atualização'. A fotografia se faz da expectativa para o aspecto, assim como o movimento do sujeito bergsoniano: 'Nós não nos movemos do presente para o passado, da percepção para a lembrança, mas do passado para o presente, da lembrança para a percepção' (LISSOVSKY, 2008, p. 107).

Quando o fotógrafo está disposto a fotografar, se dispõe também a um modo próprio de estar, perceber e durar. Um modo distinto de estar presente no tempo e no espaço. Sobre a constante angústia presente no ato fotográfico, o renomado fotógrafo Henri Cartier-Bresson expressa algo semelhante: diferente de um desenho ou de uma pintura, a fotografia seria uma espécie de luta contra o tempo.

A gente olha e pensa: Quando aperto? Agora? Agora? Agora? Entende? A emoção vai subindo e, de repente, pronto. É como um orgasmo, tem uma hora que explode. Ou temos o instante certo, ou o perdemos...e não podemos recomeçar. O desenho é uma meditação...enquanto que a foto é um tiro. Pode apagar um desenho e fazer outro. Não está lutando contra o tempo. Tem todo o tempo pela frente, é uma meditação. Mas com a foto, há uma espécie de angústia constante... Pelo fato de estar presente. Mas é uma angústia muito calma (CARTIER-BRESSON, 2015, texto digital).

O fotógrafo é citado por Lissovsky (2008) como um exemplo em sua análise dos diferentes modos de esperar, que podem apresentar latitudes largas ou estreitas, passivas ou ativas. O tempo em Cartier-Bresson, por exemplo, é posto como Kairós, que significa ocasião e oportunidade, o máximo de saber no mínimo do tempo. A relação proposta pelo autor é facilmente percebida na obra do fotógrafo, que lidava com o imediatismo da ocasião em suas criações.

Já o tempo na obra do brasileiro Sebastião Salgado possui um caráter distinto, emergindo como Akme, que seria a culminância, o ponto mais alto e visível de uma trajetória. As fotografias de Salgado trazem um caráter significativo de contemplação, ao contrário de Cartier-Bresson, que se preocupava mais em reconhecer e captar avidamente a cena, em uma fração de segundo.

Lissovsky (2008) propõe pensar a fotografia como uma duração no futuro, com um tempo que lateja dentro da imagem pelos olhos de quem a vê. "Sem essa sobrevivência do passado no presente, não haveria duração, mas somente instantaneidade" (BERGSON apud LISSOVSKY, 2008, p. 107). Trata-se de pensar a fotografia como um portal de tempos em diferentes relações: futuros passados, passados presentes, presentes futuros. Como um processo de descontinuidades, repleto de durações e intensidades. Ao mesmo tempo em que a fotografia está diretamente ligada ao passado, ela também está relacionada ao futuro. Sua possibilidade de duração acontece quando ela ainda é um "agora-futuro".

A pesquisadora Cláudia Sanz (2014) afirma que o programa de instantaneização, realizado na metade do século XIX, foi responsável por entrelaçar definitivamente a fotografia à temporalidade cronométrica. Além de criar as bases da linguagem fotográfica do século XX, ela também foi responsável por formular uma temporalidade espacializada e micrométrica do corpo e do mundo, tornando opticamente legível a unidade do instante, de uma forma que o olho jamais poderia ver.

O instante converte-se, assim, na figura expressiva da aceleração da vida e da fragmentação da percepção, motivando também a tentativa de sua análise e síntese. Sanz (2010) explica, citando o filósofo Henri Bergson, que a era moderna traz o desejo de homogeneizar a vida, o movimento e o tempo, fazendo acreditar que todas as unidades temporais sejam igualmente divisíveis, homogêneas e de mesma espessura. Parte desse pensamento deve-se à fotografia que, quando torna-se instantânea, proporciona a sensação de que todas as unidades temporais sejam idênticas e sem subjetividades.

Por muitos anos, a teoria da fotografia pairou sobre o conceito de que ela seria um registro histórico de um momento único no fluxo do tempo, de um instante que jamais poderia ser reproduzido novamente. Barthes (1984) afirma que a fotografia é única e de caráter documental: o que ela reproduz ao infinito mecanicamente, nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Ao congelar em imagem um tempo que não retorna jamais, ela torna-se um atestado de presença, fixada na noção de "isso foi". Contudo, a imagem fotográfica parece não ser somente o registro de um tempo estático, preso ao passado. Na medida em que traz consigo a mortalidade da ausência, envolve também uma multiplicidade de tempos, que se reconfiguram a cada olhar.

Cláudia Linhares Sanz (2009) acredita que, quando a imagem ressurgir no presente, leva consigo a presença do passado, entretanto, também é transformada por este seu ressurgir: a fotografia está parada no tempo, mas está em constante variação, pois nada para no tempo. Em sua tese, Sanz (2010) esmiúça o tema sob a ideia de uma coexistência de tensões temporais.

Desde o seu advento até as primeiras décadas do século XX, a fotografia torna-se uma amálgama de tempos, onde coexistem o mortal e o eterno, o descontínuo e o contínuo, o heterogêneo e o homogêneo, a memória e a lembrança, a experiência e seu declínio. Assim, para Sanz (2010), a temporalidade do instantâneo fotográfico não se encontra no infinitamente divisível, numa medida cada vez mais ínfima do tempo proposto pelas máquinas, mas sim no intervalo que constitui o momento em que o fotógrafo se dispõe a produzir o registro até o momento em que essa fotografia é novamente atualizada.

Trata-se de pensar que a fotografia envolve tanto uma noção de tempo homogêneo e especializado (o tempo das máquinas), quanto um desejo de tempo que extrapola essa concepção: a vontade de restituir a presença, de produzir descontinuidades, acontecimentos e mergulhos na simultaneidade do tempo.

Enquanto a fotografia representa a materialidade da angústia diante do passar do tempo, envia também mensagens para o futuro, configurando-se como uma intensificação da vontade no tempo, de uma memória da vontade. No entanto, citando o filósofo Deleuze, a autora (2010) lembra da necessidade de analisar os agenciamentos coletivos dos quais as máquinas fazem parte, pois elas sempre são sociais antes de serem técnicas. Por isso, Sanz (2010) propõe pensar a fotografia sob a ótica de uma transversalidade entre máquinas e produção intelectual, artistas e cientistas, práticas e teorias. Para contextualizar, ela explica que, no início do século XIX, o homem moderno vivia entre o amor pelo progresso e o desejo de estabilizar o tempo, que parecia cada vez mais veloz.

Ao mesmo tempo em que havia uma inclinação ao futuro do progresso, o homem buscava uma aspiração ao eterno. “A fotografia surge, então, entre uma miragem de duração e a promessa do instante de aniquilamento” (SANZ, 2010, p. 24). Essa ambiguidade parece ser, justamente, a condição do surgimento do instante fotográfico, aquilo que move seu desdobramento e a sua própria história.

Considerando as diferentes concepções e relações entre passado, presente e futuro ao longo do tempo, a fotografia configura-se capaz de reter esse sentimento coletivo de aceleração imposto pelo capitalismo, a partir do século XIX. Entretanto, esse sentimento trouxe consigo o desejo de ter momentos de ruptura, de contrabalançar a homogeneização temporal com momentos especiais ou significativos.

Mas, enquanto a fotografia desenvolve sua linguagem como modo de romper o tempo homogêneo, por outro lado, a sua escala de produção alimenta o contínuo, equalizando possíveis diferenças temporais e homogeneizando, cada vez mais, os instantes. Nesse sentido, Sanz (2010) afirma que a linguagem fotográfica foi sendo vivenciada como uma experiência de presente adensado, em que a expectativa não se refere apenas ao presente, sendo sobretudo uma profunda conexão com a passagem do tempo, em uma inclinação para o futuro.

No entanto, a modernização da fotografia também estimulou que todos se tornassem “repórteres fotográficos da vida privada” e, ao contrário da promessa de destacar momentos especiais, a imensa quantidade de fotografias teve como resultado a impressão de uma vida sem acontecimento ou ruptura, além da ideia de que cada instante fosse tão potencialmente fotografável quanto o próximo.

Em sua pesquisa, Sanz (2010) também aborda o papel da fotografia como expressão de um desejo de memória - uma maneira de fixar lembranças que não desejamos esquecer - e sua relação com o imaginário iconográfico da crise da memória. Uma ansiedade coletiva impulsionava, durante o século XIX, uma produção permanente de memórias individuais e coletivas. No entanto, o mundo em constante mudança e aceleração fez com que qualquer alteração do presente fosse conectada à escrita da história, pública e privada. “[...] caso contrário, corria o risco de ser atropelada pelo ‘próximo acontecimento’ e, enfim, esquecida” (SANZ, 2010, p.162). É o que parece acontecer, cada vez mais, no mundo contemporâneo.

A autora (2010) também comenta sobre a fotografia no mundo contemporâneo, e o fato de seu estudo ter sido realizado diante de um mundo em que o excesso de fotografias contrasta com a falta de tempo para durar. Enquanto é cada vez mais comum o desejo de acumular imagens de nossa vida, também tornou-se cada

vez mais difícil de selecionar, e até mesmo de rever essas imagens, dificultando, assim, reter a lembrança de qualquer uma delas.

Dessa forma, o tempo deixa de ser um agente de mudança, sem se mostrar apto a rupturas ou transformações. Enquanto isso, a ampliação do presente também não nos causa mais a sensação de maior duração do tempo, já que sentimos apenas instantes sem densidade, que se sobrepõem aceleradamente. Assim, a fotografia parece ter se tornado uma forma de “salvar” os instantes para vivê-los.

A fotografia na contemporaneidade converte-se em uma forma de “realizar o agora”, e até mesmo de intensificá-lo, torná-lo mais vibrante e interessante. Além disso, Sanz (2010) relaciona o prazer de ver as fotos no mesmo momento em que foram feitas com um rito de celebração do presente, vivido individual ou coletivamente, através da tela.

A autora (2010) propõe pensar que talvez exista um modo próprio de experimentar o tempo por meio das fotografias contemporâneas. No entanto, ela acredita que talvez a inclinação para o futuro já não se efetue em um mundo que não se fundamenta mais em projetos de futuro. Qual é a ideia de futuro que existe no efêmero? Esse parece ser o paradoxo da fotografia contemporânea.

Se a fotografia foi capaz de comprovar, cientificamente, o descontínuo do tempo, ela também traz consigo o contínuo, já que capta um instante de existência no mundo. Ela envolve, simultaneamente, o mínimo e o máximo de tempo que pode existir. O eterno jogo entre urgência e permanência. O mínimo e o máximo de instante, no mesmo instante. Ao representar a aniquilação do tempo, ela também condensa uma multiplicidade de tempos em si.

Enquanto capta um fragmento de segundo que não conseguimos perceber conscientemente, a fotografia transforma-o em um tempo infinito. Ela parte de um lugar sempre situado no passado, mas aponta também na direção de novos universos e sensações quando ressurge no olhar de quem a observa. O ato de fotografar é, assim, uma forma de criar um espaço a ser habitado pelo olhar.

Diante desse cenário, surge uma figura emblemática no campo da fotografia: entre as décadas de 1950 e 1990, a babá americana Vivian Maier tirou cerca de 150 mil fotografias em segredo. Reservada e misteriosa, ela passou a vida toda sem contar a ninguém sobre o amor pelo ato de registrar seu cotidiano. Sua obra foi descoberta somente em 2007, pelo historiador e colecionador de arte John Maloof. O curioso em seu trabalho é que, quando suas fotografias foram reveladas ao público, proporcionaram um intenso interesse por parte dos observadores.

E mais do que isso, a crítica especializada aclamou (talvez de forma um tanto apressada) o trabalho de Vivian como um dos melhores registros de fotografia de rua do século XX, resultando em exposições realizadas em países americanos e europeus, além do documentário intitulado “Finding Vivian Maier” (2013), que circulou pelos principais festivais do mundo.

Conforme conta a jornalista e documentarista Dorrit Harazim (2013) no *site* da Revista ZUM, vinculada ao Instituto Moreira Salles, Maloof presidia uma associação de preservação histórica em Chicago e garimpava materiais para a elaboração de um livro. Ao deparar-se com negativos guardados em um caixote, em um leilão, deu um lance de U\$ 400 pelo material. Ele não fazia ideia da preciosidade que descobriria naqueles 30 mil negativos, com diversos rolos de filme sequer revelados.

Fascinado com a originalidade dos registros, Maloof buscou informações sobre a autora daquelas imagens. No entanto, descobriu que Vivian Maier simplesmente não existia (pelo menos não para os tempos modernos, já que não havia nenhuma referência digital a ela). O primeiro rastro foi obtido somente em 2009, por meio de uma nota fúnebre publicada no jornal. Sabia-se apenas que sua origem era americana e, além disso, a referência apontava para a sua função de babá, exercida durante toda a vida, mesmo que sua principal razão de viver parece ter sido a fotografia.

De acordo com Harazim (2013), Vivian fotografou compulsivamente, apenas para si mesma. Ao se aposentar, foi transferida para uma casa de repouso e estocou seus pertences em diversos guarda-móveis. Com o passar dos anos, parou de pagar o aluguel e boa parte de seu material fotográfico foi parar na mão de um leiloeiro – e, em seguida, nas mãos de Maloof, que decidiu disponibilizar as obras na *internet*, onde obteve sugestões, pistas e indicações sobre elas. Vivian não tinha marido nem filhos, e seu círculo de conhecidos era

restrito. No entanto, ela estabelecia contato fácil com desconhecidos quando os abordava com sua câmera Rolleiflex – e os desnudava em pequenas frações de segundo.

Em matéria de Antonio Muñoz Molina (2014), publicada no jornal El País, consta a informação de que Vivian sempre estava com uma câmera pendurada no pescoço, o que se tornou uma característica de sua presença, bem como suas roupas com traços masculinos. Apesar dos proprietários das casas em que viveu e as crianças das quais cuidou sempre a verem com uma câmera, nunca demonstraram interesse em saber o que fazia com ela.

Os registros de Vivian Maier são, em sua maioria, registros do cotidiano. Estava atenta ao extraordinário e ao comum, contemplando o espanto e a beleza dos fatos corriqueiros. Da mesma forma que desejava preservar os mínimos detalhes materiais de sua vida, ela buscava preservar cada rosto com que cruzava em suas caminhadas, sendo que, muitas vezes, era seu próprio rosto, refletido em vitrines ou espelhos pelas ruas, que também buscava retratar.

Figura 1 - Registros de New York, sem data.



Fonte: MAIER, 2011, p. 63.

O jornalista, curador e crítico de fotografia Rubens Fernandes Junior (2011) observa, em uma análise publicada no site Icônica, que as fotografias de Vivian exploram com emoção o cotidiano dos cidadãos anônimos que dinamizavam e movimentavam sua cidade. Contudo, elas requerem um olhar mais demorado e afetivo dos observadores. Para o autor, a babá desenvolveu um gênero narrativo espontâneo, construído a partir de uma percepção própria da ideia do sagrado no cotidiano.

Harazim (2013) conta que a babá saía de sua zona de conforto para abordar os desconhecidos que queria retratar – e quanto mais baixa fosse sua posição na escala social, maior parecia ser o seu interesse e mais fácil a sua conexão para o ato de fotografar. “Uma das singularidades de Vivian Maier é ter sido uma pessoa tão afastada da sociedade e, através da câmera, tão próxima da humanidade” (HARAZIM, 2013, texto digital).

Muitas imagens da babá foram clicadas com uma câmera Rolleiflex de médio formato e isso facilitou a espontaneidade dos registros, pois a câmera ficava posicionada na altura do quadril e não dos olhos, bastando inclinar o rosto para ver o visor. “Vistas deste ângulo, de baixo para cima, as pessoas adquirem uma presença dominante, e o espetáculo da rua se observa desde o lugar aproximado do olhar de uma criança” (MOLINA, 2014, texto digital).

Figura 2 – Registros de New York. Outubro de 1954.



Fonte: MAIER, 2011, p. 26.

Por meio da observação de suas folhas de contato, os atuais proprietários do acervo de Vivian perceberam que os momentos decisivos captados por ela não foram fruto de muitas tentativas. Para muitos deles, inclusive, bastou um único clique, o que mostra seu olhar peculiar para registrar as coisas que lhe chamavam a atenção no mundo.

O tempo é um ingrediente essencial e emblemático na história de Vivian Maier. Durante os anos em que suas fotografias ficaram guardadas, escondidas em caixas espalhadas por guarda-volumes da cidade, uma parte delas sequer foi revelada. Suas fotografias quase padeceram sob a pena do esquecimento, não fosse a descoberta ao acaso pelo historiador John Maloof.

Conforme as ideias de Mauricio Lissovsky, o que a fotografia congela é o espaço e não o tempo - ele ali continua pulsando e produzindo experiências. Nesse sentido, as obras de Vivian Maier congelaram, como qualquer outra fotografia, o espaço em que foram feitas. Contudo, mesmo redescobertas décadas depois de sua captação, o tempo nelas continua surtindo efeito como uma dobradura, permitindo ao observador habitar aquele espaço novamente.

O caráter curioso na obra de Vivian é, justamente, a forma com que o tempo age sobre essas imagens, tornando-se uma potência para a curiosidade dos olhares dos apreciadores. De acordo com Lissovsky (2008), a expectativa existente na fotografia possui sempre uma relação de correspondência com o futuro e é o que diz respeito, inclusive, ao seu desejo de tornar-se imagem no futuro, de sobreviver como imagem.

Baseada nas ideias de Benjamin e de Lissovsky, Sanz (2012) acredita que a temporalidade de que tratam as imagens fotográficas é sempre o futuro, que se infiltra nas imagens como um segredo que nos convida, de modo permanente, a ser desvendado. “Uma grande arca de futuros pretéritos possíveis, a fotografia arquiva os vestígios não só dos fatos ocorridos, mas também dos sonhos que constituem a materialidade de nossas vidas” (SANZ, 2012, texto digital).

Observamos que, passado o problema da fotografia com o tempo da exposição, ela fotografou em uma época em que a fotografia passou a ser regida sob a duração da espera, teorizada por Lissovsky (2008). Seus registros instantâneos foram feitos com o que ele chamou de expectativa: uma espera repleta de expectativa, aguardando pelo momento de apertar o botão. As próprias folhas de contato mostram que os momentos decisivos captados por Vivian não foram fruto de muitas tentativas. Para muitos deles, bastou um único clique - sugerindo, assim, uma espera delicada e criteriosa.

Enquanto a temporalidade da espera das fotografias de Cartier-Bresson é classificada por Lissovsky (2008) como Kairós - a experiência do momento oportuno - e sua latitude é considerada estreita, nas obras

de Sebastião Salgado, a temporalidade do instante é Akme - a culminância, o ápice - com uma larga latitude de espera. Se compararmos as fotografias de Vivian com tais características, chegamos à ideia de que a babá estaria entre essas definições: nem demasiada Kairós, nem muito Akme; não somente oportunidade, nem o extremo ápice.

Sua temporalidade de espera pode ser classificada como doce, sutil e delicada. Ao mesmo tempo em que ela aproveita a oportunidade da ocasião, fotografando a espontaneidade do cotidiano ao seu redor, não podemos equiparar à extrema sagacidade e à angústia presente em Cartier-Bresson. Suas composições não são sua preocupação central. Da mesma forma, não podemos igualar a profundidade e a emoção de suas fotografias com as de Salgado, que captou com sua câmera registros intensos da condição humana.

Não estamos falando de ápices, de esperas largas; tampouco de esperas tão estreitas quanto os instantes únicos de Cartier-Bresson. Nesse sentido, podemos classificar a temporalidade de Vivian Maier como Aiôn. De acordo com a definição da doutora em educação Angela Raffin Pohlmann (2006), no artigo “Intuições sobre o tempo na criação em artes visuais”, o tempo de Aiôn configura-se, segundo os gregos, como uma eterna presença, que nos faz ter a sensação de que, por alguns momentos, é possível paralisar o tempo e viver um “tempo em suspenso”. Enquanto Chronos é o deus do tempo cronológico e Kairós o deus das encruzilhadas, o tempo de Aiôn é o deus do acaso, do jogo, da brincadeira, que nos faz acreditar na inexistência do tempo.

Figura 3 - Registros de New York. Março de 1954



Fonte: Maier (2011, p. 30).

No livro “O vocabulário de Deleuze”, François Zourabichvili (2004) explica alguns conceitos utilizados pelo filósofo e, entre eles, o tempo de Aiôn. Esse tempo significa, para Deleuze, um entretempo em que o acontecimento não se relaciona a uma diferença entre estados, mas a uma diferença que afeta o sujeito. Aiôn classifica-se como uma paradoxal temporalidade em que o acontecimento nunca termina, afetando a subjetividade e inserindo a diferença.

Podemos pensar nas fotografias e no modo como Maier fotografou seu cotidiano, com um olhar que contemplava a beleza das coisas comuns, da banalidade cotidiana. Vivenciando o tempo como uma eterna presença, a fotografia era uma forma de ter a sensação de “viver um tempo em suspenso”, desterritorializando o tempo e detendo-o dentro de sua câmera.

As aproximadamente 150 mil imagens captadas pela babá americana mostram que Vivian Maier fotografava compulsivamente. Seu modo peculiar de registrar o cotidiano, as pessoas com quem cruzava na rua ou as mais diversas situações que lhe chamavam a atenção pode ser comparado com algumas características da fotografia contemporânea, quando a fotografia se torna uma forma de “salvar” os instantes para depois vivê-los.

Mas, mesmo com algumas semelhanças, por que os seus registros geraram tanto interesse para os observadores de hoje? A época era outra, assim como a relação da fotografia com o tempo. Nesse sentido, podemos pensar que nos surpreendemos, justamente, com o atravessamento de tempos realizado pelas fotografias de Vivian - pela relação da fotografia, na época em que seus registros foram clicados, com os tempos passado, presente e futuro, conforme a ideia proposta por Sanz (2010); e pela relação da fotografia com o tempo hoje, na época em que essas imagens foram reveladas, no estado em que nos encontramos, no tempo em que foram correspondidas.

De acordo com a tese de Sanz (2010), a fotografia na modernidade existiu sob a inscrição do tempo como um agente absoluto de mudança, sendo ela uma técnica capaz de “apreender o real”. Ao mesmo tempo em que é fruto de determinada experiência, ela mesma também é agente de intensificação, desdobramento e alteração de tal experiência. Enquanto a fotografia moderna tornava-se uma maneira de fixar lembranças que não desejamos esquecer, ela também foi tomada por uma ansiedade que impulsionava uma produção permanente de memórias.

Para a autora (2010), a fotografia moderna experimentou uma antecipação do que seria a fotografia contemporânea: quando torna-se comum acumular imagens de nossa vida na mesma medida em que nos falta tempo para rever e selecionar essas imagens. Ainda assim, os tempos eram outros. Podemos pensar nesse atravessamento de tempos realizado pelas fotografias de Vivian, desde o momento em que foram feitas até o seu reconhecimento.

Sanz (2010) considera que a imagem fotográfica possui uma capacidade de gestar encontros entre múltiplas temporalidades, em uma inclinação para o futuro. No entanto, ao mesmo tempo em que possibilita uma reciprocidade do olhar, a fotografia contemporânea coexiste com um tempo que deixou de ser um agente de mudança, que não se mostra mais apto a rupturas ou transformações.

A “ampliação do presente” significa apenas uma sobreposição acelerada de instantes sem densidade. Enquanto a fotografia torna-se uma maneira de “realizar o agora”, e até mesmo de intensificá-lo e torná-lo mais vibrante, as obras de Maier nos causam certa perplexidade pela forma com que nos atingem, como espectadores contemporâneos.

Sanz (2010) reflete sobre o prazer atual de ver as fotos no mesmo momento em que são feitas, como se fossem um rito de celebração do presente vivido através da tela. Ao mesmo tempo, chega até nós a história dessa mulher que fotografou milhares de pessoas, cenas, paisagens e situações, e sequer viu muitos desses instantes congelados ao infinito. No entanto, fez questão de guardar todos os seus negativos, na possível expectativa de que um dia fossem reconhecidos.

Trata-se de pensar, assim, que as fotografias de Vivian causam tanto afeto hoje porque chegam até nós em um tempo, descrito por Sanz (2010), em que a inclinação para o futuro talvez não mais se efetue, já que vivemos em um mundo que não se fundamenta mais em projetos de futuro, mas sim, na intensificação do presente. Ainda assim, fomos capazes de perceber nelas a centelha do acaso, do *aqui* e do *agora*, e revidar o olhar. E elas nos olham com tanta intensidade, justamente, porque reduzimos essa distância espacial e temporal.

Como se pudesse guardar o tempo e a vida dentro de sua câmera, talvez Vivian Maier, em sua compulsão por captar o agora, mesmo que em segredo, diga mais sobre nós mesmos do que podemos imaginar. E é daí que parece surgir tanto afeto por suas imagens.

REFERÊNCIAS:

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

CARTIER-BRESSON, Henri. Disponível em: <<http://www.biodanza.com.br/Henri%20Cartier-Bresson.pdf>>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

LISSOVSKY, Mauricio. **A máquina de esperar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

LISSOVSKY, Mauricio. **O tempo e a originalidade da fotografia moderna**. Publicado em: DOCTORS, Márcio. (Org.) Tempo dos Tempos. Rio de Janeiro, 2003, p. 142-165. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/mlissovsky_6.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

MAIER, Vivian. **Street photographer**. Nova York: PowerHouse Books, 2011.

POHLMANN, AngelaRaffin. **Intuições sobre o tempo na criação em artes visuais**. REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, Santa Maria v. 31 n. 02, 2006. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/02/a6.htm>>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

SANZ, Claudia Linhares. **Fotografia e tempo: vertigem e paradoxo**. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1888-1.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

SANZ, Claudia. Entre o tempo perdido e o instante: cronofotografia, ciência e temporalidade moderna. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 443-462, maio-ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n2/a11v9n2.pdf>>. Acesso em: 3 de março de 2015.

SANZ, Claudia Linhares. **Tempo e fotografia: vertigem e paradoxo**, 2010: 207f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4627>. Acesso em: 3 de março de 2015.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>>. Acesso em: 10 maio de 2015.

O CORPO FEMININO NA IMAGEM DA MODA: UM CONCEITO DE BELEZA

Josiane Andreia da Costa Schmitt¹

Resumo: A imagem do corpo é amplamente divulgada pela moda através da necessidade dos designers de dar vida às suas criações. É impossível pensar a moda sem pensar na imagem do corpo e as convicções que ele revela. A imagem das modelos famosas com seus corpos – transformadas em *Top Models* ou *Über Models*, sinônimo máximo de sucesso – permeia o imaginário coletivo que entende que a verdadeira beleza encontra-se na imagem da moda. Através de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de uso da internet foi possível confirmar que o corpo magro é o corpo difundido pela moda. Esse corpo tem se transformado em desejo e sinônimo de beleza para as mulheres reais, que nada se parecem com o estereótipo da magreza das modelos de passarela. O padrão corpóreo de uma modelo pertence a apenas 5% das mulheres no mundo (JONES, 2005). A indústria da moda através da fotografia tem buscado reverter um problema social grave criado pela chamada “ditadura da magreza” através de companhias conscientizadoras dos problemas decorrentes dos distúrbios alimentares, da propagação dos novos ideias sobre a real beleza e principalmente pela inserção de modelos *plus size* nas campanhas de moda, essas ainda pouco aceitas pela sociedade que anseia o que não pode ter. Cabe ao Designer de Moda repensar a imagem do corpo e compreender o impacto social de suas escolhas perante a sociedade. A pesquisa delineada revela a necessidade da educação, ainda na academia, de profissionais que consigam refletir sobre um problema social que muito tem denegrido a imagem do setor de moda.

Palavras-chave: Corpo feminino. Moda. Design de Moda. Fotografia.

INTRODUÇÃO

Na robustez de suas curvas, nos centímetros de sua altura, na postura até mesmo nos gestos, o corpo, em especial o feminino, foi parte especulativa de assuntos por toda a história da humanidade. Alvo inerente ao social, o corpo feminino reveste pesquisas e conversas informais durante variadas épocas, que levantam desde questões de anatomia e funcionamento, até a analogia com uma máquina, adaptável, mutante e banalizada, cada vez mais presente nos dias atuais (CASTILHO, 2006).

Dentre as inúmeras percepções sobre o corpo feminino, Vilhena *et al* (2005) expõe dois fatos históricos que muito contribuíram para a transformação da imagem social do corpo. O primeiro fato faz referência à difusão dos espelhos, como elemento presente no dia a dia das pessoas, possibilitando um autorreflexo no ambiente dominado pelo sujeito. Neiva (2002) afirma que “o espelho que garantia fidelidade ao que representava, passa a ser instrumento de autonomia das imagens, índices do labirinto tenebroso que é o mundo” (NEIVA, 2002, p. 48). O segundo fato refere-se à forma com que nossos sentidos foram educados, de forma que a visão passou a ser priorizada, valorizando a imagem do corpo belo. “Numa pessoa normal o sentido da visão ocupa 87% da percepção total, o auditivo 7%, o olfato 3%, ficando o saldo dividido entre o paladar e o tato com 1,5% de percepção para cada” (GOLDMAN, 1964, p. 51). Tendo a visão um aspecto essencial para a atenção sobre o corpo, a relação que o indivíduo estabelece com suas formas passa a ser forjada por essa construção da percepção moderna.

Da moda do corpo ao corpo da moda, o corpo natural desnaturaliza-se ao entrar em cena. O estudo sobre a concepção e codificação do corpo na cultura moderna revela, paralelamente, que um outro olhar e uma atenção diferenciada estão relacionados às mudanças dos códigos sociais (VILHENA; NOVAES, 2003, p. 11).

A moda por si só é um código social, que gerou mudanças significativas na história das mulheres. Através dela é possível referenciar – muitas vezes de forma errônea – idade, credo, classe social, profissão, tribos em uma infinidade de aspectos valorizados em cada cultura.

CORPO FEMININO E DESIGN DE MODA: UMA UNIÃO INDISSOLÚVEL.

A moda veste personagens da vida real, que na ânsia de pertencerem a alguma escala social transformam-se em figuras fictícias por um deslumbre perceptivo, como que em resquícios de uma teatralidade. Da mesma

1 Centro Universitário UNIVATES, curso de Tecnologia do Ensino Superior em Design de Moda, josic@univates.br.

forma que é possível a transformação através da moda, o designer de moda ao criar uma peça ou uma coleção imagina uma personagem, um ser, um corpo ideal para carregar todos os aparatos simbólicos agregados na criação (JONES, 2005).

O design de moda consiste numa tênue separação entre o corpo e o tecido que o corpo habita como uma epiderme externa, uma segunda pele. O tecido envolve o corpo e demarca a linha e a forma proposta pela modelagem que o distancia completa ou parcialmente de textura de pele; esta sutil tensão, interna à dinâmica constitutiva do traje é imediatamente percebida como efeito o sentido no olhar do outro, que vê. O olhar adquire uma conotação tátil importante na imagem e na leitura de moda. É justamente o olhar e o tato que sensorialmente encontram-se vinculados ao vestir (CASTILHO e VICENTINI, 2008, p. 130).

Através do olhar, a moda também é percebida como linguagem, capaz de comunicar e ressaltar feições àquele que a vê. Dentre os vários aspectos comunicacionais que o corpo está incumbido, seja na transmissão de mensagens, nas referências estéticas, na capacidade de desempenho, - referências que só crescem no contexto contemporâneo - o corpo é sem dúvida um “suporte para que criadores, pela roupa, usem-no como base para emissão de mensagens da “moda” (GARDIN, 2008, p. 75). A roupa em movimento, o caimento e o balanço dos tecidos, os significados arquetípicos que a personalidade refletida pelo corpo une com a moda, todos atributos possíveis com o corpo vestido de significações. Mas será este qualquer corpo, pertencente a qualquer mulher transeunte pelas ruas? Não, “criou-se o corpo perfeito para “desfile” a roupa.” (GARDIN, 2008, p. 75), um padrão determinado pela “lei” do estilo, que cabe às mulheres seguirem impiedosamente, como a moda.

Se historicamente as mulheres preocupavam-se com sua beleza, hoje elas são responsáveis por ela. De dever social (se conseguir, melhor), a beleza tornou-se um dever moral (se quiser eu consigo). O fracasso não se deve mais a uma impossibilidade mais ampla, mas a uma incapacidade individual (VILHENA; NOVAES, 2003, p. 25).

Com medidas específicas que enaltecem o corpo magro, o corpo que desfila a moda é restrito a poucas mulheres, mas seguido por uma multidão, como que presente em um sistema ideológico. A cultura contemporânea tratou de gerar a moda do corpo, mas também de pregar o corpo da moda, ambos tidos como consensuais pela coletividade. Gardin (2008) profere as seguintes perguntas: “Qual é a relação da moda com o corpo? É o corpo que veste a roupa ou a roupa que veste o corpo?” (GARDIN, 2008, p. 83). Com uma possível resposta de que ambas as ideias estão corretas, pelo atual culto aos dois padrões na atualidade, a mulher mais uma vez se vê em meio a uma busca constante pelo belo da aparência, em que a solução dissolve-se sobre os dois aspectos levantados. “De tentativa em tentativa, no contínuo ajeitar da aparência, depreendem-se o pôr e o tirar do corpo as roupas, e das roupas do corpo, que é a própria pele, a sua primeira vestimenta” (OLIVEIRA, 2008, p. 97). Oliveira (2008) compara a visão do corpo da moda a um cabide, que como um mero suporte nunca fica coberto por inteiro. Com a pele que fica exposta, revelam-se também as angústias, as frustrações e os descontentamentos, como algo que insiste em permanecer visível.

Nesse aspecto muito se discute, ultimamente, sobre as consequências da criação de um padrão de corpo feminino compatível para vestir a moda contemporânea, com exigência de altura e volume, o qual levou as moças, pretendentes ao posto de modelo, a exagerar no regime, algumas até morreram por causa disso. Não se compreende como se formou esse padrão de beleza que é vendido como o correto pelos veículos de comunicação e que atua pedagogicamente sobre todas as adolescentes (GARDIN, 2008, p. 80).

Através das transformações sociais da moda como o culto ao corpo magro e belo, o cuidado pessoal na contemporaneidade sobrepõe a questões valorizadas nas épocas anteriores como os costumes, a purificação da alma, as qualidades morais, conforme propõe Sibília (2006). O investimento na imagem pessoal adequada ao padrão vigente está na conquista da boa forma, da autoaceitação, do cuidar de si como aspecto primordial a uma vida feliz e longa.

Os meios de comunicação, que propagam fortemente a moda através da publicidade, contribuem para que as mulheres se preocupem cada vez mais com a evolução que seus corpos sofrem pela idade (LIPOVETSKY, 2000). Essas imagens superlativas do feminino que estimulam o olhar da consumidora e atribuem ao imaginário feminino a ideia de que aquilo que veem é possível para elas. “Do corpo mosaico publicitário emana esta mensagem: isso não passa de uma imagem, a beleza é possível de apropriação, você também pode se parecer com esse modelo” (LIPOVESTKY, 2000, p. 183). E a moda contribui na apropriação dessa beleza construída pela mídia e difundida nas chamadas revistas de moda...

(...) a construção de uma bela imagem feminina, inclui dois aspectos respectivamente: o esforço inerente à sua modelagem e o dispêndio financeiro e de tempo, ambos inerentes ao consumo dos tratamentos voltados para esta área (VILHENA *et al*, 2005, p. 125).

Compreendida a moda como algo consumido para evidenciar a beleza da mulher é possível se chegar a duas percepções sobre a relação corpo e moda. A primeira refere-se ao elemento externo da mulher, a roupa, a moda, uma superfície revelada por cores, tecidos, texturas, estampas, a imagem do feminino refletida como um processo de comunicação, onde seu derrame a apresenta para o mundo. A segunda, o interior, o corpo. Ao mesmo tempo em que ele depende da moda para se projetar, a moda depende dele para se suportar, com seu volume (SALTZMAN, 2007). Ambos unidos provocam sensações, criam aderências, competem para sanar das necessidades um do outro. A beleza pode ser o alvo, mas a moda e o corpo se difundem numa fusão efetiva de informação e conteúdo.

MODELOS: O CORPO DA IMAGEM DA MODA

A moda é modelada. Essa afirmação não se refere às técnicas de modelagem e *modulagem*, fundamentais na criação da moda, apenas; ela na verdade confirma a popularização de uma profissão que virou verbo: a de modelo. Modelar na contemporaneidade é desfilar, demonstrar, mostrar o que é a moda e o que ela é capaz de apresentar quando unida ao corpo. Uma modelo é capaz de dar vida a moda, personificando o vestuário, gerando o sonho nos consumidores do setor, tornando-a cada vez mais pujante aos olhos de quem vê.

O designer de moda quando propõe uma roupa ou acessório ele propõe e imagina também uma personagem, alguém capaz de refletir o conceito esperado (JONES, 2005). O mesmo ocorre com os responsáveis pela divulgação da moda, como publicitários e fotógrafos. A modelo ideal é fundamental para que a vida imaginada possa se tornar realidade, nem que seja apenas na passarela ou em um estúdio fotográfico. Jones (2005) confirma essa tese afirmando o desejo de quem produz a moda:

Eles querem ter suas roupas apresentadas pelos corpos mais desejáveis do momento, ou encontrar alguma atitude irresistível que a modelo personifica. Quando uma modelo é chamada para o *casting* (seleção da equipe de modelos) de um desfile, será solicitada a “andar”, dar alguns passos, virar, fazer pose e voltar, simulando o que se espera dela na passarela. Também pode ser solicitada a vestir uma roupa para ver como a peça interage com o corpo em movimento. Os tecidos podem se comportar de modos muito diferentes quando vestidos no corpo - podem flutuar, ricochetar e arrastar, tremeluzir e ofuscar (JONES, 2005, p. 80).

Para cumprir esse papel, transformar-se nessa personagem que muitas vezes necessita ter vida por menos de 10 segundos em uma passarela, a modelo precisa se aperfeiçoar e treinar o próprio corpo para as mudanças que a profissão lhe exige. É preciso controlar gestos, postura, reaprender a andar para que aquilo que veste se torne mais importante do que sua própria carne no momento em que trabalha (JONES, 2005). Expressar emoções, sentimentos, desejos em expressões não verbalizadas passam a ser fundamentais nessa missão de vender a moda no contexto em que ela foi concebida e inserida.

Enquanto algumas críticas apontam para a facilidade de uma profissão que exige poucos movimentos do corpo e restrita produção intelectual, banalizando um ofício tão digno quanto outros, as modelos, profissionais envolvidas em todo processo da moda, possuem uma vida na luta de oportunidades, divididas entre testes que cultuam os nomes famosos e a beleza impactante; e brigas diárias com a balança, tornando distúrbios como a anorexia e a bulimia comuns entre essas mulheres.

Apresentada em um padrão difícil de ser seguido, mas cultuado pela sociedade, a magreza é requisito básico para enfrentar as lentes das objetivas e os metros das passarelas. Jones (2005) ainda reforça que

Por sua própria natureza, a beleza é uma raridade, e por isso aquelas que consideramos belas não são representativas em massa. Menos de 5% das mulheres têm as medidas de uma modelo de moda. Hoje as modelos pesam 23% menos que a média das pessoas. Há vinte anos essa diferença era de 8%. Fomos tão acostumados a ver modelos absurdamente magras nas revistas e nos anúncios que mulheres de peso normal se consideram gordas. Somos irrealistas em relação ao aspecto verdadeiro do corpo. Muitos comentaristas acusam os meios de comunicação e especialmente a indústria da moda de promover esse corpo irreal (JONES, 2005, p. 80)

A moda através da mídia propaga o padrão corpóreo das modelos através de diferentes formas e suportes, todos inerentes aos aspectos que a profissão envolve. Além dos desfiles e das fotografias de moda – que podem ser para anúncios publicitários, editoriais, catálogos, *look books*, campanhas diversas – as modelos ainda se fazem presentes em feiras e eventos, gravam vídeos institucionais, comerciais, podem ser recepcionistas e até mesmo divulgadoras em pontos-de-venda (BRASILPROFISSOES, 2011).

A primeira supermodelo da história foi a inglesa Twiggy, na década de 1960, acendeu a ideia social do corpo magro e com poucas curvas. Após o sucesso da jovem modelo muitas outras seguiram em busca de profissão que começava a ser reconhecida, e nomes de expressão mundial começaram a surgir. Dentre os nomes que figuram a lista de ícones da moda, como nos *rankings* do site *models.com* (2011) e os referidos nas principais revistas de moda, nomes como Elizabeth Taylor e Janice Dinkinson aparecem junto ao de Twiggy como as modelos de maior expressão pós década de 1950. Enquanto Elizabeth Taylor era exuberante em suas formas, Janice foi famosa na década de 1970 pelo seu corpo magro, cabelos longos e traços exóticos.

Os anos 1990 foram responsáveis pelo advento destas profissionais. Mulheres cada vez mais magras tornaram a profissão uma das mais bem pagas do mundo. Foi a década das Top Models, que apresentou rostos expressivos como o da americana Cindy Crawford, com uma aparência sexy e forte. A grande modelo negra da história também surgiu nessa década: Naomi Campbell estampou a capa de mais de 500 revistas, conforme matéria da revista *Vogue* (2011), tornando-se uma das mais influentes do mundo, e quebrando os paradigmas da idade que a profissão alavancava. A carreira de modelo começa cedo para as meninas, e também termina cedo, como se a beleza e a juventude acabassem aos 25 anos. Naomi atualmente tem 40 anos de idade, e continua sendo uma das mais requisitadas nos circuitos *fashion* e nas publicações do setor (ELLE, 2011).

Foi na década de 1990 que surgiu também a modelo que se tornaria na década seguinte a primeira *Über Model*: a brasileira Gisele Bündchen. A modelo é considerada a número um do mundo, altamente requisitada e respeitada no mundo da moda. Há quem afirme que existem as modelos e existe Gisele, confirmando a figura de Deusa que ela alcançou em sua carreira sólida e duradoura.

O PARADOXO DA MULHER REAL NA IMAGEM DA MODA

O padrão do corpo feminino se afirma incessantemente sobre a estética da magreza. Esse corpo cada vez mais magro comparado às mulheres com Índice de Massa Corpórea normal não tem exatamente uma origem estabelecida, mas teve seu advento com o valor social dado à moda cada vez mais pujante. Na imagem da fotografia de moda essa mulher quase impossível ganha espaço na busca desenfreada do feminino a seguir uma tendência corpórea.

Segundo Wolf (1992) “As mulheres são profundamente afetadas pelo que as suas revistas lhes dizem (ou pelo que acreditam que elas lhes dizem) porque essas publicações são tudo o que a maioria das mulheres tem como acesso à sua própria sensibilidade de massa” (WOLF, 1992, p. 92). A sociedade, revelada pela cultura, tem na publicação midiática um olhar masculino, revelando dessa forma o interesse feminino com menor ênfase. Outro fato que comprova esse olhar conforme a autora é que em cinquenta anos da revista foto jornalística *Life* apenas 19 das muitas capas com imagem femininas não eram uma apresentação de modelos ou artistas, que estamparam a capa pela sua beleza, evidenciando o gosto masculino pelo que é interessante ser visto. Enquanto notícias sobre futebol são manchetes dos noticiários, assuntos considerados femininos são explorados no período diurno. “Em comparação, as revistas femininas são os únicos produtos que (ao contrário dos romances) acompanham as mudanças da realidade da mulher” (*idem*, 1992, p. 92).

A mulher compra a imagem da moda na ânsia de se vender para o mundo e para a sociedade, num percalço antropológico egocêntrico. As roupas, a moda, acabam servindo como meio de afirmação do ego feminino (CASTILHO, 2008) em um entorno imaginativo em que o corpo é o principal meio de comunicação. Diferente de outros tempos, o indivíduo não sofre mais uma pressão social pela aparência, mas uma cobrança individual em que a ideia do belo traz a ilusão de ser melhor perante o mundo. “O indivíduo, e apenas ele, é hoje responsável por suas maneiras de ser, suas “imagens” (VIGARELLO, 2006, p. 181). Essa seria uma era em que as pessoas buscam deter o domínio da aparência ou transformá-la em algo marcante, individual, mas baseado nos anseios coletivos.

Ninguém segue tendências para deixar de ser quem julga que é integralmente, mas para adequar o que projeta com o seu “eu” à sua aparência. Logo, todo esforço é de ser um outro para ser melhor ainda o mesmo. Nisso

reside o cerne da poética moderna da aparência, o poder de individualização e massificação da Moda e a sedução das imagens sobre todos nós, sujeitos modernos (SANT'ANNA, 2009, p. 44).

As imagens que seduzem as mulheres pelo desejo de parecer àquele modelo se mostram firmes em seu padrão, contrapondo a moda que precisa necessariamente nascer e morrer a cada estação, mudar o estilo, as temáticas, os cortes, estimulando o consumo. Alertada pelos riscos que a estética da magreza tem delegado às mulheres comuns, a moda cria formas de desvendar essa ideia perante o público, não em tentativas de barrar o padrão, mas possivelmente de criar novas formas de relação entre a roupa e o corpo.

O fotógrafo italiano Oliviero Toscani, de renome mundial, fotografou a mais polêmica campanha sobre anorexia da moda. Vendida pela marca Nolita, e intitulada No-anorexia, a campanha apresentou uma foto da modelo francesa Isabelle Caro nua, alertando sobre o que essa busca desenfreada pelo corpo magro pode acarretar. Isabelle com 1,61 metro de altura pesava 37 quilos no decorrer do ensaio, tendo anteriormente pesado 25 quilos. Chocante, polêmica e reveladora a veiculação que foi dada massivamente em outdoors revelou-se o ponto de partida para que alguns países estipulassem pesos mínimos as suas modelos a fim de evitar distúrbios muitas vezes fatais, como no caso de Isabelle, que faleceu em novembro de 2010 em virtude de complicações geradas pela doença.

Figura 01 - Campanha "No anorexia". Marca: No-lita



Fonte: <http://abigailherman.blogspot.com/2009/10/fashion-brand-nolita-no-anorexia.html>

Vigarello (2006) revela alguns dados que impressionam sobre essa queda brusca de peso das modelos e artistas influentes no meio. Ele compara a silhueta ideal de uma mulher de 1,68 metros de altura nos anos de 1933 e 2001. Enquanto o peso médio em 1933 era de 60 quilos, em 2001 caiu para 48 quilos; a cintura de 70 centímetros é revelada com 58 centímetros de circunferência; já o quadril diminuiu de 90 centímetros para 88 centímetros; o inverso ocorre com o busto.

Contrapondo toda essa magreza capaz de provocar os mais diversos distúrbios naquelas que buscam seguir o padrão, um novo tipo de mulher passa a aparecer, ainda lentamente, na moda. São as chamadas modelos "plus size", utilizadas para atender uma forte demanda da moda, os tamanhos grandes. Poucas são as modelos de destaque no setor, mas elas vêm ganhando espaço na mídia na prova de que é possível fazer parte da moda sem ter o corpo de uma Top Model. Uma Brasileira desponta como revelação no setor de tamanhos grandes. Flúvia Lacerda, chamada pela mídia de Gisele Bündchen Plus Size, é uma das modelos mais requisitadas do mundo com seu manequim número 48 (enquanto Gisele veste no máximo número 36).

Figura 02 - Flúvia Lacerda, modelo Plus Size



Fonte: <http://abigailherman.blogspot.com/2009/10/fashion-brand-nolita-no-anorexia.html>

Flúvia apresenta medidas bem diferentes das convencionais no mundo da moda. Conforme dados de Veja (2011) a modelo possui 109 centímetros de busto, 89 centímetros de cintura e 121 centímetros de quadril. Comprava-se com esse caso a não necessidade de se utilizar apenas o padrão magro para atrair o consumidor. Em uma breve observação na imagem de Flúvia é possível confirmar que sim, a imagem é agradável aos olhos e a roupa, a moda em si, não é desvalorizada pelo corpo curvilíneo.

Buscando quebrar esse paradigma que cerca a ditadura da magreza, a empresa Dove, especializada em produtos de higiene e beleza, lançou no mercado em 2005 uma campanha intitulada de “Real Beleza”. Essa campanha apresentava mulheres que receberam a atribuição de “mulheres de verdade”, mulheres com corpos, cabelos e estilos muito diferentes das modelos que costumam ser referência na moda e na cosmética, na ideia de que estas são felizes do jeito que são. Como mostram Araújo e Baldissera (2007), a Dove buscou criar um paradigma, o qual consegue ir contra um padrão de beleza sólido, fazendo com que as consumidoras se identifiquem com a imagem que Dove passa, acreditando que a beleza está em ser feliz como se é. Seguindo o caminho, observa-se que a própria revista Vogue, considerada a principal revista de moda do mundo, e também a Elle, outra gigante do setor, apresentaram capas a partir de fotografias de modelos com corpos muito diferentes dos que sempre estamparam as revistas, mostrando que é possível compreender e aceitar a moda além do corpo que desfila nas passarelas.

Figura 03 - Capas com modelos Plus Size. Vogue e Elle.



Fonte: <http://jezebel.com/5824896/plus+size-models-wear-body-padding-to-please-certain-clients-and-other-modeling-non+secrets> e <http://blogdacticwar.blogspot.com/2010/04/para-se-inspirar.html>

Revelado o sucesso que as imagens com modelos fora dos padrões convencionais proporcionou à moda, qual seria a razão para a não consolidação desse padrão, existindo apenas de uso esporádico e com indícios conscientizadores? Um estudo realizado pelo centro de antropologia da Arizona State University busca explicar o fenômeno. Ele revela que a imagem de modelos com peso acima do padrão da magreza gera uma queda na autoestima das pessoas que a consomem, pois a imagem estaria disseminando a sensação de falta de cuidados com a saúde e relações com sintomas de preguiça (ASU, 2011). Crane (2006) realizou uma pesquisa com mulheres utilizando fotografias de moda; em seu estudo concluiu que as mulheres acabaram por prestar muito mais atenção nas características físicas e na personalidade difundida pelo modelo do que na roupa que estava sendo vendida. A comparação com os seus tipos físicos foi inevitável assim como a crítica negativa sobre as modelos que não pertenciam ao ideal corpóreo tão delegado pela moda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo evidenciado pela imagem da moda tem seu início no profissional designer de moda, que busca uma personalidade e um corpo ideal para conduzir e dar vida a sua criação. Essa afirmação revela a necessidade da educação, ainda na academia, de profissionais que consigam refletir sobre um problema social que muito tem denegrido o setor de moda.

Gostos, costumes, os próprios ideais estéticos que se moldam e modificam socialmente não estão para sempre esquecidos. Se a moda é pensada numa estratégia cíclica, os corpos também poderiam sofrer esse tipo de alteração, mesmo que de forma menos veloz. Não se precisa pensar que o ideal corpóreo imposto pela moda será cada vez mais magro, menos curvilíneo se for possível conscientizar as pessoas de que esse é o corpo da moda, idealizado, e não o corpo real, o ideal.

A imagem e a fotografia de moda são tão interessantes porque elas transportam o indivíduo para uma possibilidade de comportamento ou um propósito de vida. Cabe aos profissionais de design refletir sobre o fato de que essas possibilidades estão no âmbito da própria moda, do enredo e talvez até do cenário, mas não nos corpos e em sua projeção.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, D.; BALDISSERA, R.: **Responsabilidade social, diversidade e marketing:** o discurso Real Beleza Dove. Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, Brasil, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/3153/2963>> Acesso em 01 set. 2011.

ASU. **Arizona State University**. Disponível em: <<http://www.asu.edu>> Acesso em: 27 ago. 2011.

BRASILPROFISSÕES. **Profissão modelo**. Disponível em: <<http://www.brasilprofissoes.com.br/profissoes/modelo>> Acesso em: 14 abr. 2011

CASTILHO, Kátia: Interrelações da mídia, do design do corpo e do design de moda. In: GARCIA, Wilton. **Corpo e Subjetividade**: Estudos contemporâneos. São Paulo: Factash Editora, 2006, p. 86-96

CASTILHO, Kátia; VICENTINI, Cláudia G.: O corte, a costura, o processo e o projeto de moda no re-design do corpo. In: OLIVEIRA, Ana C. CASTILHO, Kátia (org.) **Corpo e moda**: por uma compreensão do contemporâneo. Estação das Letras e Cores. Barueri/SP, 2008. P. 125-135

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social - classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006.

ELLE, Revista. **As modelos mais poderosas do mundo**. Disponível em: <<http://elle.abril.com.br/moda/grifes-tops-estilistas/moda-model-power-list-modelos-mais-poderosas-do-mundo-622056.shtml>> Acesso em: 20 abr. 2011.

GARDIN, Carlos. O corpo mídia: modos e moda. In: OLIVEIRA, Ana C. CASTILHO, Kátia (org.) **Corpo e moda**: por uma compreensão do contemporâneo. Estação das Letras e Cores. Barueri/SP, 2008. P. 75-83.

GOLDMAN, Simão. **Psicodinâmica das cores**. 5.ed. Caxias: La Salle, 1964.

JONES, Sue Jenkyn. **Fashion design** - manual do estilista. São Paulo. Cosacnaify, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**: Permanência e revolução do feminino. Tradução Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MODELS. Disponível em: <<http://www.models.com>> Acesso em: 01 abr 2011.

NEIVA JR., Eduardo. **A imagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

NOVAES, Joana V.; VILHENA, Junia. Da cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. In: **Interações**. Volume VIII, nº 15. Janeiro-junho/2003. P. 9-36.

OLIVEIRA, Ana C. CASTILHO, Kátia (org.) **Corpo e moda**: por uma compreensão do contemporâneo. Estação das Letras e Cores. Barueri/SP, 2008.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Teoria de moda**: sociedade, imagem e consumo. 2ª edição. Estação das Letras e Cores. São Paulo, 2009.

SIBILIA, Paula. O corpo editado e a carne impura. In: GARCIA, Wilton. **Corpo e Subjetividade**: Estudos contemporâneos. São Paulo: Factash Editora, 2006

VEJA, Revista. <http://veja.abril.com.br/270900/p_078.html> Acesso em: 20 mar. 2011.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza**: o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Editouro, 2006.

VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio; NOVAES, Joana de V. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. In: **Revista Mal-Estar e Subjetividade** v. 5 n. 1. Fortaleza. Março 2005.

VOGUE, Revista. **As modelos negras mais relevantes da história**. Disponível em: <<http://vogue.globo.com/mundo-vogue/personagens/black-power-as-modelos-negras-mais-relevantes-da-historia/>> Acesso em 13 abr. 2011.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres. Tradução: Waldeia Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



DIREITOS HUMANOS

RESUMOS

PERSPECTIVAS HUMANIZADORAS PARA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-MODERNIDADE

Mateus Lorenzon¹

Rogério José Schuck²

Resumo: A Pós-Modernidade consiste em um momento social e histórico no qual alguns balizadores de conduta edificados na Modernidade são desfeitos, em favor da emergência de um período de relações efêmeras e da insensibilidade com o outro. Nessa perspectiva, a ética moderna vista a partir da economia e do trabalho passa a ser substituída por uma ética pragmática, pelo consumismo, ócio e a descartabilidade. Esse contexto faz com que muitas instituições sociais, entre as quais as escolas, tenham que reconfigurar seus objetivos e modos de trabalhar, passando a ter como metas primárias o desenvolvimento de uma “prática ética” e de uma “educação para a ética”, o que implica no desenvolvimento de uma pedagogia ancorada em algumas virtudes, entre as quais destaca-se a dialogicidade, a amorosidade, a humildade, o respeito e a tolerância aos saberes dos outros. Nessa perspectiva, esse estudo visa a analisar um empreendimento didático-pedagógico desenvolvido em uma escola pública, localizada em um bairro periférico do município de Porto Alegre/RS, em que as práticas desenvolvidas têm como base as virtudes citadas anteriormente. Neste projeto, construiu-se um Museu de Ciências no espaço escolar, no qual as aulas de Biologia do Ensino Médio foram ministradas e os estudantes tornaram-se curadores, sendo eles responsáveis para a construção dos elementos que constituíam esse espaço. Os dados constituintes do *corpus* do estudo foram gerados por meio duas entrevistas com o docente, além de observações às práticas por ele desenvolvidas, sendo estes analisados por meio da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2011). No decorrer das práticas observadas, percebeu-se que a construção de um ambiente específico para as aulas supre com a perspectiva de educação apenas como atividade ultrarracionalizada, oportunizando uma relação entre discente e docente mediada pelo afeto e pela responsividade. Observou-se assim que o empreendimento didático-pedagógico observado volta-se para o processo de humanização do sujeito, no qual prioriza-se a autonomia e a pesquisa em detrimento de uma prática de treino e instrução. A educação para a ética ocorre no momento que o estudante adota uma postura crítica em relação ao conhecimento, percebendo-o como conhecimento social e histórico. Por sua vez, uma educação como prática ética manifesta-se quando o docente desenvolve uma escuta aos interesses e especificidades do estudante compreendendo-o como sujeito bio-psico-social.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Educação Científica. Educação Humanizadora.

1 Graduando do Curso de Pedagogia, Centro Universitário UNIVATES. mateusmlorenzon@gmail.com

2 Professor do Centro Universitário UNIVATES. rogerios@univates.br

GERMINAL E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO DO TRABALHO: O DIREITO ATRAVÉS DA LITERATURA DE ÉMILE ZOLA

Fernanda Pinheiro Brod¹

Fernanda Marders²

Cláudia Tessmann³

Resumo: A presente comunicação é fruto do trabalho desenvolvido no grupo de estudos intitulado Fundamentos e Perspectivas do Direito do Trabalho para o Século XXI, realizado no Centro Universitário UNIVATES durante o segundo semestre de 2015. A partir da análise da obra *Germinál*, Émile Zola conta a história de trabalhadores que laboravam em minas de carvão no século XIX. Baseado em relatos obtidos de colegas de trabalho e de sua experiência durante o período em que laborou em uma mina, Zola relata a difícil vida dos mineiros, com destaque para as extensas jornadas, os baixos salários e a resistência dos trabalhadores através da greve. A história serve como pano de fundo para a percepção das condições sociais e econômicas que deram origem ao surgimento dos direitos humanos de segunda dimensão, notadamente dos direitos humanos trabalhistas. Utilizando-se do método dedutivo, a investigação perpassa a análise da obra estudada, suas interrelações com o momento histórico no qual foi escrita, as consequências jurídicas de proteção aos trabalhadores surgidas a partir de então, e a atual condição de direitos humanos outorgada aos direitos trabalhistas, mediante referência a Convenções Internacionais e sua previsão na Constituição Federal de 1988. Por fim, problematiza as relações contemporâneas de trabalho frente aos discursos flexibilizadores e desregulamentadores da contemporaneidade, concluindo que a fundamentalidade dos direitos trabalhistas constitui anteparo às exigências do sistema capitalista e elemento catalisador de condições de trabalho dignas. O trabalho demonstra, ainda, que a literatura e, em especial, a análise comparativa entre ficção e realidade podem ser utilizadas como importante recurso metodológico no estudo dos direitos humanos para além de aspectos meramente normativos.

Palavras-chave: Direitos humanos trabalhistas. Relações de trabalho. Direito e literatura.

1 Doutora em Direito. Professora no Centro Universitário UNIVATES

2 Bacharel em Direito. Mestranda em Direito.

3 Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Professora no Centro Universitário UNIVATES.

CONFLITOS INTERNACIONAIS OCASIONADOS PELA ESCASSEZ DE ÁGUA: UMA ANÁLISE CON- TINENTAL

Lorenzo Zorzi¹

Luciana Turatti²

Jane Márcia Mazzarino³

Resumo: A problemática do tema proposto baseia-se no fato de que a água, considerada “ouro azul” não pode ser substituída, pois é dimensão vital para a sobrevivência dos seres humanos, de todos os seres vivos e para o desenvolvimento. Tal realidade impõe que atores sociais, indivíduos, estados, empresas e organizações não governamentais, busquem, por meio de “consensos”, encontrar alternativas ecologicamente corretas e socialmente justas na busca do equilíbrio ecológico quando do acesso à água, visto que, a não cooperação entre e destes fatores leva a uma dimensão aglutinadora de conflitos jurídicos, sociais, econômicos, ambientais, políticos e éticos. Habitualmente, conflitos envolvendo a água estão vinculados à busca de controle de reservas hídricas, ou ainda a demanda de novas fontes de água e interesse por parte de corporações e organizações transnacionais neste recurso. Isto acontece porque a condição de distribuição hídrica no planeta se dá de maneira heterogênea, ou seja, limita-se à distribuição geográfica e espacial. Quando vinculados ao baixo desenvolvimento econômico da sociedade, a fraca governança e a diminuição das reservas de água potável, tais fatores potencializam ainda mais os conflitos. Pautado nisto, o objetivo principal da presente pesquisa se propõe a investigar a evolução do direito humano à água no plano internacional e os conflitos inerentes ao tema, assim como as formas de tratamento dos conflitos e os atores envolvidos neste processo, por meio de um olhar crítico que considere a questão ambiental a partir de toda sua complexidade. O método de pesquisa empregado nesta construção será o dedutivo e a abordagem será qualitativa. O problema que se coloca para o presente trabalho é estudar as condições de possibilidade de que, a partir da adoção de mecanismos efetivos de tratamento de conflitos, estatais e não estatais, se possa garantir que o direito fundamental de acesso à água seja concretizado na plenitude de suas possibilidades, especialmente no sentido de garantir um mínimo existencial de fruição desta verdadeira prerrogativa da existência humana, em especial para as classes mais marginalizadas. Espera-se também que possa apontar melhorias nas tratativas de solução de conflitos e que o resultado deste estudo possa servir como um instrumento de informação e de conhecimento para a sociedade. Além disso, faltam estudos desta abrangência sobre este tema transfronteiriço, principalmente no Brasil, uma vez que conflitos resultantes deste sistema tendem a se acirrar.

Palavras-chave: Conflitos. Direitos Humanos. Água. Escassez. Mundo.

1 Mestrando no Curso de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Univates, Lajeado-RS.

2 Doutora em Direito, Univates, Lajeado-RS.

3 Doutora em Ciências da Comunicação, Univates, Lajeado-RS.



DIREITOS HUMANOS
ARTIGOS COMPLETOS

O DIREITO INDÍGENA A TERRA: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO A ALDEIA KAINGANG JAMÃ Tÿ TĀNH LOCALIZADA EM TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS¹

Juciane Beatriz Sehn da Silva²

Luís Fernando da Silva Laroque³

RESUMO: Tradicionalmente, os indígenas Kaingang ocupavam uma imensa área do Brasil Meridional, e esta compreendia desde a região sudeste até o extremo sul do Brasil, formando assim “o grande território Kaingang”. Os limites desta ocupação abrangiam desde o rio Tietê, passando pelos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, neste ocupavam territórios localizados nas bacias hidrográficas do rio Jacuí e do rio Uruguai. No sentido oeste, a ocupação Kaingang avançava para a Província argentina de Misiones. Atualmente, na região político-administrativa conhecida como Vale do Taquari, temos a Aldeia *Foxá/Lajeado*, a Aldeia *Pó Mÿg/Tabaí* e a Aldeia *Jamã Tÿ Tānh/Estrela*, cujas coletividades indígenas Kaingang voltam a ocupar espaços que foram territórios dos seus antepassados. O estudo se insere na pesquisa que estamos realizando para dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente de Desenvolvimento da Univates e tem por objetivo compreender a luta destes grupos para fazer valer o direito originário a terra, garantido pela Constituição Federal de 1988, bem como analisar em que medida a duplicação da BR 386 poderá contribuir para a legalização da Terra Indígena ocupada pela Aldeia *Jamã Tÿ Tānh*, em Estrela, impactada diretamente por este empreendimento. Na realização deste estudo, nos baseamos em fontes bibliográficas (artigos, dissertações de mestrado e doutorado e obras historiográficas) e em fontes documentais (laudos antropológicos, legislação, pareceres e procedimentos administrativos). Além disso, nos utilizamos da metodologia de história oral durante a pesquisa de campo, tanto na Terra Indígena *Jamã Tÿ Tānh*, como no contato com os atores e agências oficiais ou não ligadas à pesquisa. Como base teórica para a análise dos dados estudados, trabalhamos com conceitos relacionados à cultura, terra, território e fronteiras étnicas. Dentre os resultados deste trabalho destaca-se a confirmação do protagonismo indígena diante de questões relacionadas aos seus direitos constitucionais, sobretudo, na compra de uma área de terras próxima ao local da atual aldeia, respeitando a escolha Kaingang em seu contexto cultural, bem como a luta pela garantia de ter um território que lhes dê condições de continuarem a se reproduzir enquanto etnia indígena. É relevante mencionar que, ao contrário do que preconizava a sociedade nacional, as populações indígenas vêm crescendo nos últimos anos, afirmando assim a necessidade de se garantir a proteção do patrimônio ambiental, territorial e cultural dos povos indígenas.

Palavras-chave: Indígenas Kaingang. Direito originário. Terra Indígena. Constituição Federal.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto da pesquisa iniciada em 2011, vinculada ao Curso de Licenciatura em História, que resultou na monografia intitulada “Territorialidade Kaingang: um estudo histórico da Aldeia Kaingang Linha Glória, Estrela/RS”. No momento atual, buscamos ampliar à pesquisa para o mestrado que está sendo cursado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, e neste estudo estamos apresentando elementos novos em decorrência dos dados que já conseguimos coletar e que se somam ao trabalho realizado em 2011.

A região do Vale do Taquari, localizada na macrorregião nordeste do Rio Grande do Sul/Brasil foi um tradicional território de ocupação indígena no passado. A partir do trabalho do Setor de Arqueologia/Univates, vários artefatos de cultura material foram encontrados e muitos sítios arqueológicos identificados,

1 O trabalho conta com auxílio financeiro PROSUP/CAPES, CNPq e Univates.

2 Centro Universitário UNIVATES, Graduação em História, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, bolsista PROSUP/CAPES. E-mail sehn@universo.univates.br

3 Centro Universitário UNIVATES, Doutorado em História, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Licenciatura em História, Financiamento CNPq e Univates. E-mail lfllaroque@terra.com.br

indicando assim, a ocupação de grupos pré-coloniais ou pré-históricos⁴ no território da região em questão (FIEGENBAUN, 2006). Diversos estudos⁵ de caráter arqueológico já avançaram, no sentido de demonstrar a ocupação indígena, com base na cultura material encontrada nestes sítios arqueológicos.

Destaca-se o estudo realizado na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS, por Sidnei Wolf (2012), que comprova a existência não só de grupos caçadores-coletores e Guarani, como também de populações Proto-Jê na região que compreende o Vale do Taquari. Segundo Wolf (2012, p. 169), foi uma “persistente ocupação sustentada por um sistema de assentamento composto por estruturas subterrâneas e locais com evidências líticas a céu aberto”. Desta forma, a presença de sítios líticos próximos a lugares com estruturas subterrâneas, supõe a ocorrência de áreas de exploração para caça, coleta e pesca.

Neste sentido, há uma relação de pertencimento do grupo Kaingang da Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, localizada na cidade de Estrela/Rio Grande do Sul, com o atual espaço denominado região do Vale do Taquari. Assim, eles estariam retornando ao seu antigo território. E uma forma de marcar o território tradicional, segundo a tradição Kaingang, se dá através do enterramento do umbigo do recém-nascido, prática, que de acordo com relatos de Maria Antônia Soares, filha de Manoel Soares, patriarca da aldeia, marca o retorno do grupo no atual espaço, ou seja, é “onde o umbigo de Manoel estaria enterrado” (GONÇALVES, 2008, p. 65).

Este estudo tem por objetivo compreender a luta dos indígenas Kaingang para fazer valer o direito originário a terra, garantido pela Constituição Federal de 1988, bem como analisar em que medida a duplicação da BR 386 poderá contribuir para a legalização da Terra Indígena ocupada pela Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, em Estrela, impactada diretamente por este empreendimento.

Este trabalho foi realizado baseando-se em fontes bibliográficas, material historiográfico (ensaios, artigos e dissertações de mestrado e doutorado), diários de campo, em fontes documentais, tais como jornais (Jornal “O Informativo do Vale”, Jornal “A Hora”, ambos com sede em Lajeado, Jornal “Nova Geração” e Jornal “A Folha de Estrela”, do município de Estrela), e documentos do Ministério Público Federal/Lajeado. Além disso, utilizamo-nos também da metodologia de História Oral durante a pesquisa de campo, tanto na Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, como no contato com as autoridades ligadas à pesquisa. Como base teórica para a análise dos dados estudados, respaldamo-nos nos estudos de Seeger e Castro (1979), Laraia ([1986] 2004) e Thompson ([1988], 2002), Martins (1997) e Moraes (2009).

2 O INDÍGENA KAINGANG COMO SUJEITO DE DIREITO FRENTE A UM PROJETO DESENVOLVIMENTISTA

O empreendimento da duplicação da BR 386, na altura do trecho Estrela/Tabaí, aprovado no ano de 2009, e com início das obras no final do ano de 2010, gerou uma série de discussões por parte da sociedade nacional, justamente por haver neste trecho uma Aldeia Kaingang, que, por respaldo da Constituição Federal de 1988, deveria ter seus direitos respeitados enquanto etnia indígena.

Desde 2009, a FUNAI e o Ministério Público passaram a intermediar a questão da duplicação da BR 386 no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), órgão responsável pelas obras. Em 06 de dezembro de 2009, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) concedeu a licença ambiental de instalação da obra (A HORA, 19/01/2011). Para que este documento fosse liberado houve a necessidade de estudos de impacto socioambiental no trecho a ser duplicado, o que inclui por direito constitucional, a Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*. Dentre os impactos gerados pela duplicação, no que se refere à questão ambiental, temos:

4 O período pré-histórico se refere tradicionalmente ao tempo que no qual a história não era registrada por meio da escrita. Na ausência de documentos escritos, as informações de como as populações viviam na época são encontradas na cultura material que produziam e nas transformações empreendidas na paisagem que ocupavam. Os restos materiais dos artefatos produzidos por essas pessoas e as paisagens que elas construíam são as fontes principais da ciência conhecida como Arqueologia (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008).

5 Destacamos o estudo “O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari-RS” (2008), que constitui a dissertação de mestrado de Marcos Rogério Kreutz, na qual o referido autor procura compreender a relação pretérita homem e ambiente por meio da análise e caracterização do contexto ambiental em sítios arqueológicos do Vale do Taquari. Também contribui neste sentido, o estudo de Jones Fiegenbaum intitulado “Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS” (2009). Como estudos mais recentes destacamos ainda o artigo intitulado “A colonização Guarani nas planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil” (Kreutz et al., 2014) e a Dissertação de Mestrado de Fernanda Schneider, cujo estudo “Interpretação do espaço Guarani: um estudo de caso no sul da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil” (2014), revelou que o sítio arqueológico estudado (RS-T-114) apresentou uma intensa ocupação indígena Guarani.

Os principais impactos gerados pela implantação da obra são: interferência no tráfego; aumento na emissão de ruídos e poeira; pressão sobre as áreas de Preservação Permanente (APP); corte da vegetação; atropelamento de animais; desapropriação de terras – considerado pequeno no caso da aldeia; intervenções na aldeia Kaingang; destruição de patrimônio arqueológico histórico [...] (O INFORMATIVO DO VALE, 18/10/2010, p. 3).

Percebe-se, com base nesta fonte jornalística, que aparece a questão da desapropriação de terras, que por ordem afetaria de forma direta o território da aldeia e faz surgir ainda outro problema: o impacto ambiental gerado pela obra. É preciso pontuar que os indígenas Kaingang mantêm uma relação de simbiose com a natureza. Na cultura deste grupo, a natureza é uma extensão da própria vida, e no caso de haver algum impacto sobre o ambiente, os indígenas entendem que a sua própria vida também é afetada. Isto fica evidente na fala de uma das lideranças da Aldeia Kaingang *Jamã Tÿ Tãnh*:

A terra é o que nós sobrevivemos porque tem os bichinho, os passarinho. Isso que também a natureza e a terra são o convívio da água, é o que nós precisamos sobreviver. A natureza, assim é da água que vem, e tem os passarinho que tem e aí a gente fica escutando os que vêm. [...] A natureza pra nós é assim, é mais difícil de dizer: “Ah, vamos mata a natureza deles”. Pra nós não tem como! A gente já sabe que o convívio da natureza, da sombra que tem, até no caso se um dia nós ganha aquelas terra [aponta para o lado oeste da aldeia], nós vamos planta árvore ali [área com plantação de milho] (EF, 21/04/2011, p. 3).

Tanto a Aldeia *Foxá*, localizada na cidade de Lajeado-RS, quando a Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, em Estrela-RS, são consideradas, no “Programa de Apoio às Comunidades Kaingang - Plano Básico Ambiental das obras de duplicação da BR 386” (2010), elaborado pelos antropólogos Ledson Kurtz de Almeida e Ricardo Cid Fernandes como “áreas de influência direta” (AID). Já, as demais aldeias localizadas nas cidades de Farroupilha, São Leopoldo e Porto Alegre, são consideradas áreas de impacto indireto. Para tanto, existem medidas diferentes que contemplam ambos os casos.

Entre as medidas “compensatórias” prometidas pelo DNIT em junho de 2010, estaria a construção de um salão cultural, de uma escola e de dezesseis novas casas para os indígenas de Estrela, o fornecimento de sementes artesanais variadas e a aquisição de cento e vinte hectares de mata nativa, que deveria ser repartida entre as sete aldeias impactadas de forma direta e indireta, localizadas nos municípios de Estrela-RS (Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*), Lajeado-RS (Aldeia *Foxá*), Farroupilha-RS (Aldeia *Pó Nãnh Mág*), São Leopoldo-RS (Aldeia *Por Fi Gã*), e em Porto Alegre-RS as aldeias Morro do Osso (*ÿmã Topê Pên*), Lomba do Pinheiro (*ÿmã Fág Nhin*) e Morro Santana. A Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh* deveria ficar com a maior fatia, ou seja, cerca de trinta e três hectares de terra, já que seria a maior impactada com a duplicação.

As terras onde estão situadas essas sete aldeias, não são concebidas pelos indígenas Kaingang como uma propriedade particular de determinado grupo. Elas são entendidas como algo coletivo, que é de todos. Essa questão pode ser compreendida a partir da fala do entrevistado G:

[...] essas aldeias... elas não são assim, um espaço que é marcado pra gente morá. Por exemplo, se o Alécio quisé ir morá no Morro do Osso, tem lugar pra ele! E se eu quiser mora na aldeia dele, tem lugar pra mim também! Então ali, todo é dono daquela aldeia, e por isso que já tem essa relação nossa com todas as aldeias, por causa disso. De repente, um filho meu casa lá no Morro do Osso e quise vir morá na aldeia dele [Alécio] tem lugar pra ele também. Não é um lugar marcado “Não aqui é meu e tu não pode morar”. Ali é aberto, é um lugar aberto pros indígenas morarem junto (EG, 05/05/2011, p.1-2).

Assim, podemos compreender com maior clareza, por que as sete aldeias impactadas de forma direta ou indireta reivindicam a ampliação de seus territórios. Sobre a área de terra que deverá ser destinada a cada uma das aldeias, o Plano Básico Ambiental faz a seguinte referência:

[...] a área total definida como compensação relativa à área de supressão vegetal em decorrência da duplicação da rodovia, de cento e vinte hectares (120ha), será dividida equitativamente entre as sete aldeias relacionadas com os impactos (cf. ata de reunião 07/04, Aldeia Lomba do Pinheiro). A divisão equitativa partiu da iniciativa da comunidade de Estrela através de sua integração na unidade político-territorial dos Kaingang do Vale do Taquari e da Grande Porto Alegre.

Para questões práticas de aquisição a parte territorial a ser compensada em decorrência da supressão vegetal ficou em 18 ha para Estrela e 17 ha para cada uma das outras seis aldeias.

A Aldeia de Estrela, além dos 18 hectares da referida divisão deverá ser beneficiada com mais 15 hectares como complemento da área a ser suprimida, especificamente para realização de recomposição vegetal e manejo de material vegetal (artesanal, frutíferas e medicinais) de uso da comunidade, totalizando para esta localidade o montante de 33 hectares de terra (ROSA, 2010, p. 40).

No item relativo aos impactos que a obra de duplicação da BR 386 poderia gerar à fauna e à flora, o relatório sugere que se realize “a compra de Terra Indígena”, ampliando o espaço atual com o recurso para indenização dos povos originários, constante da cláusula dos financiadores internacionais do projeto de duplicação, respeitando a escolha Kaingang em seu contexto cultural (GONÇALVES, 2008a, p. 85).

A aquisição da área de terras prevista como uma medida compensatória para reparar a desapropriação de parte da área da Aldeia, necessitou de longo período de negociações, no qual aparece certa dificuldade por parte do DNIT em realizar o que foi acordado inicialmente no Plano Básico Ambiental. Em 2012 houve inclusive a tentativa por parte deste órgão representativo do governo, em contemplar apenas a Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, sendo que cada família seria beneficiada individualmente, não compreendendo as relações estabelecidas em rede, na qual a propriedade privada não tem nenhum sentido e o espaço é concebido de forma coletiva (PA nº 1102/2012 – Procuradoria da República no Município de Lajeado).

No dia 11 de abril de 2013 foi realizada uma reunião com as lideranças das Terras Indígenas do Morro do Osso, Lomba do Pinheiro, *Por Fi Gâ*, Farroupilha, *Foxá* e *Jamã Tÿ Tãnh*, com os representantes do DNIT para resolver a questão da terra (DIÁRIO DE CAMPO de 02/05/2013). As obras da nova Aldeia iniciaram em janeiro de 2014. O DNIT realizou a compra de um terreno, localizado ao lado da Aldeia ocupada pelo grupo, o que corresponde a uma área de 6,7 hectares de terras, que somados ao espaço ocupado pela Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh* às margens da BR 386, totalizam 14 hectares. No entanto, conforme o Plano Básico Ambiental, a Aldeia deverá ser contemplada com 33 hectares, restando, portanto, mais 19 hectares para serem adquiridos. Também houve uma adaptação no projeto inicial elaborado pelo DNIT, que ampliou o número de casas para 29, tendo em vista que o número de famílias que vivem no local é maior e o número de casas previstas inicialmente não daria conta de abrigar a todos. Em 23 de julho de 2015, por determinação da Promotoria da República, após longo período de espera para que a FUNAI fizesse a vistoria da nova Aldeia, que já estava com a maior parte das casas prontas desde fevereiro do referido ano, os indígenas puderam ocupar o espaço que lhes foi garantido por direito (A HORA, 25-26/07/2015).

O que se observa é que mesmo com o avanço da legislação direcionada às populações indígenas, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, há um distanciamento muito grande no trato desta questão de direito indígena a terra, no que diz respeito à duplicação da BR 386, e conforme afirma Moraes (2009) enquanto regimentação política, o texto Constitucional se faz valer apenas com a mobilização das coletividades indígenas. Embora algumas reuniões tivessem acontecido com as comunidades indígenas impactadas, houve grande dificuldade no avanço das negociações, justamente por apresentarem uma forma diferente de ocupação do espaço e de significação da natureza, o que difere enormemente do modelo capitalista da sociedade vigente.

A partir de pesquisas realizadas junto ao Ministério Público Federal, até o presente momento, verificamos que a área de terras concedida aos indígenas, por direito, ainda não é reconhecida como Terra Indígena pela União. O Grupo de Trabalho (GT) “Demarcação das Terras Indígenas” informou, a pedido da Procuradoria da 4ª região, com sede em Lajeado, que a área de terras da Aldeia situada na cidade de Estrela/RS encontra-se em processo de identificação (OFÍCIO CIRCULAR nº 03/2014/MPF).

3 A TERRA INDÍGENA COMO UM DIREITO HUMANO

A Constituição de 1988, em seu Capítulo VIII, trata especificamente “Dos Índios” e explicita em seu artigo 231 que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (PINTO; WINDT; CÉSPEDES, 2007, p.162). O reconhecimento feito pela Constituição de 1988 é no sentido de afirmar que presentes os elementos necessários para definir uma determinada área de terras como indígena, o direito a ela por parte da comunidade indígena que a ocupa, existe e se legitima, independente de qualquer ato constitutivo.

Quando questionamos algumas lideranças sobre a comprovação da ocupação pretérita deste território, e por que teriam retornado a estes espaços, fundando aldeias em contextos urbanos, o entrevistado G faz referência às marcas deixadas no passado. Vejamos o que informa:

Isso aí a gente já tinha a história dos nossos velhos. Que no passado quando eles saíram de Nonoai pra vir conversar com o governo, eles na época não tinham carro, vinham a pé pra fala com o governo de Porto Alegre e daí por causa disso tem esses territórios. Que por exemplo, começa lá em Carazinho. Ali tem um território onde eles vinham e descansavam por ali, onde é que faziam o fogo deles, onde é que eles ficavam ali, descansando. [...] Que nem tem em Carazinho, tem aqui em Lajeado, tem em Estrela, São Leopoldo! São Leopoldo no século XIX tinha índios pelado por ali ainda, tinha ali! Então ali não tem nem como dizê que ali não tem território indígena! Tem, a gente sabe disso, que os nossos avós, nossos pais falavam (EG, 05/05/2011, p.2).

De fato os Kaingang nunca saíram de espaços que atualmente constituem as cidades de Lajeado, Estrela, São Leopoldo, Porto Alegre ou mesmo Farroupilha. Na realidade, as cidades é que se constituíram nos espaços indígenas. Isto fica evidente a partir do depoimento citado anteriormente. Essa história é a história dos antepassados Kaingang que andaram e viveram também no Vale do Taquari. Desta forma, esses grupos estariam vivenciando o fenômeno da “reterritorialização”. Nas palavras de Little (1994), esses grupos buscam sua “relocalização no espaço” e esta se dá com base na memória coletiva do grupo.

É importante salientar que os conceitos de terra e território variam para cada grupo indígena. A terra, para os indígenas, não se define nunca como mercadoria, e conforme enfatiza Seeger e Castro (1979) ela é entendida como um mosaico de recursos. A terra ocupa um lugar fundamental na vida Kaingang, pois além de necessitarem dela para sua manutenção física e simbólica, segundo seu mito de origem, o grupo nasceu da terra, sendo assim, consideram-na como mãe. Desta forma podemos compreender que há uma relação cosmológica com a terra, e esta não pode ser reduzida unicamente a um objeto alienável de transações individuais, própria de uma concepção capitalista. Já o território é compreendido como espaço de dimensões sócio-político-cosmológicas amplas e não se limita a um lugar fechado em si mesmo. Pelo contrário, é fluído e móvel. Contribui para esta questão a reflexão de Barth (2000) sobre os territórios, quando afirma que os grupos étnicos não são necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos. Sendo assim, os indígenas da Aldeia *Jamã Ty Tãnh*, quando fazem referência à importância de terem um território que lhes dê condições de viverem de forma digna, o fazem com base em uma percepção social do espaço.

A terra, para os indígenas, é uma questão de dignidade humana, de vida, de sobrevivência enquanto etnia diversa culturalmente. Garantir terra para as comunidades indígenas é uma questão de direito humano, que se fundamenta também na Constituição Federal, como um direito originário, onde a terra passa a ser entendida não mais como uma opção do Estado, mas como um direito dos povos indígenas. Para os indígenas, antes da Constituição a terra era percebida como um direito histórico reivindicado; após, passa a ser um direito constitucional, que reconhece aquele direito histórico (NEVES, 2004).

Embora os direitos humanos tenham um caráter homogeneizador da sociedade, no sentido de afirmar que todos os homens são iguais em dignidade e direitos, vemos que com as populações indígenas isso não se efetiva, especialmente por apresentarem uma lógica diferente de ocupação do espaço, que não se pauta por uma questão econômica, ou seja, não necessitam de terra para produzir economicamente. No entanto, é importante pontuarmos que atualmente a questão da diferença assume importância especial e segundo Boaventura de Souza Santos (2004, p. 352) “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Desta forma, se considerarmos o artigo 3º da Declaração dos Direitos Humanos, que diz que todo o indivíduo tem direito à vida, então, para que os indígenas continuem vivendo é fundamental conceder, por direito um espaço territorial mais justo, garantindo assim, o direito à igualdade perante a lei, mas, também têm o direito à serem respeitados na sua diferença cultural de concepção e ocupação do espaço. Contribui neste sentido o fragmento abaixo:

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? [...] A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato [...], mas somos também diferentes de direito. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. The right to be different! Como se diz em inglês, o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos, motiva-nos muito mais, em

nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros. (PIERUCCI *apud* CANDAU, 2008, p. 47).

A problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, amplia-se, e em se tratando da questão indígena, afirma-se a importância de se pensar os direitos enquanto direitos coletivos, culturais e ambientais. Percebe-se, especialmente na questão da luta pela terra no Brasil, que as comunidades indígenas ficam em desvantagem, pois não têm o mesmo acesso a determinados direitos que têm outros grupos sociais e o reconhecimento dos espaços ocupados, como Terra Indígena, se dá sob um moroso processo em que os indígenas têm sido protagonistas de suas lutas e atuado intensivamente para fazer valer seus direitos. Embora os indígenas não utilizem ou não façam uso da expressão “direitos humanos”, não significa que não tenham uma ideia de dignidade humana, de querer uma vida melhor que garanta a sobrevivência física e cultural do grupo.

Em contraposição, a tradição dominante de direitos humanos – direitos civis e políticos – que provém da filosofia ocidental e está intimamente ligada ao liberalismo, ao individualismo e ao mercado, surgem grupos contra-hegemônicos, no qual os direitos humanos têm sido usados a fim de expandir a noção dos direitos (GHAI, 2004). Sendo assim, a abordagem mais produtiva da questão dos direitos humanos em se tratando dos povos indígenas se dá no âmbito da dimensão cultural dos direitos, promovendo direitos coletivos capazes de reparar injustiças do passado, relacionadas, sobretudo, à expropriação das terras indígenas, resultado de um longo processo histórico, objetivando assegurar a igualdade de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da duplicação da BR 386 despertou reação das Terras Indígenas que hoje se constituem como aldeamentos ao longo da rodovia. A luta pela terra é uma questão crucial para a sobrevivência física e cultural destas comunidades Kaingang, dentre elas, destaca-se a Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*. A garantia de terem um espaço digno que lhes dê condições de continuarem a se reproduzir enquanto etnia indígena é fundamental, por isso, necessitam de terra. É importante salientar também que as Terras Indígenas possuem um papel importantíssimo na manutenção da biodiversidade e na conservação ambiental.

O desafio que se coloca diante da Declaração dos Direitos Humanos é a efetivação dos direitos contidos nesse importante documento, também para os povos indígenas. Em se tratando do grupo que constitui a Aldeia *Jamã Tÿ Tãnh*, é importante pontuarmos que a base social e cultural dessa comunidade, é pautada, sobretudo, na ideia de coletividade. Sendo assim, garantir dignidade humana para essa comunidade perpassa pela questão de um espaço territorial justo. Atualmente, cerca de 140 indígenas ocupam uma área de 14 hectares de terra, que é entendida pelo grupo como sendo de todos. Quando o Plano Básico Ambiental das obras de duplicação da rodovia for cumprido, o grupo deverá ser contemplado com 33 hectares de terra, sendo esta garantia fundamental para que possam ter o direito à vida e à liberdade, respeitados. Sabe-se que essa mirrada porção de terras, garantida por direito, não é suficiente para viverem plenamente de acordo com suas lógicas culturais, mas se mostra como uma importante conquista diante de uma questão tão difícil de ser equacionada no Brasil: o direito indígena à terra.

REFERÊNCIAS:

A HORA 19/01/2011. **Remoção de índios pode paralisar duplicação**. Lajeado, p. 6, 19 jan. de 2011.

A HORA, 25-26/07/2015. **Funai promete liberar obras na 386 na próxima semana**. Lajeado, p. 9, 25 e 26 de jul. de 2015.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969], 2000, p.7-67.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v.13, n.37, p. 45-57, jan-abr. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em 08/09/2015.

CHAGAS, Miriam. **Análise da analista pericial em antropologia sobre a comunidade Kaingang de Estrela/ Procuradoria da República da 4ª Região**. Porto Alegre: 2005. 34 p. (datiloscrito).

CORREA, Sívio Marcus de Souza; et al. Sobre o desenvolvimento local de territórios e populações marginais: o caso de reservas indígenas e áreas remanescentes de quilombos no Vale do Taquari (RS). In: **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local: desenvolvimento local, sócio diversidade e biodiversidade**, 2007, Campo Grande. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Local, 2007, p. 1-12.

DIÁRIO DE CAMPO de 02/05/2013. Visita de lideranças Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* no Centro Universitário Univates. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Lajeado e Estrela**. Lajeado: Univates. 02 de maio 2013. 2 p.

EF – **Entrevista F realizada em 21 de abril de 2011**. Gravação em máquina digital 6.0 Mega Pixels. 33 min15s, Estrela/RS.

EG – **Entrevista G realizada em 05 de maio de 2011**. Gravação em máquina digital 6.0 Mega Pixels. 38min48s, Lajeado/RS.

FIEGENBAUM, Jones. **Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 221f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, 2009.

GHAÍ, Yash. Globalização, multiculturalismo e direito. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2004, p.431-467.

GONÇALVES, Jaci Rocha. **Relatório Final Antropologia na área de duplicação da BR-386, Triunfo, Tabai, Taquari, Fazenda Vila Nova, Bom Retiro do Sul e Estrela – RS Aldeia Kaingang TI Estrela**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – 2008.

GONÇALVES, Jaci Rocha. **Relatório Final Antropologia na área de duplicação da BR-386, Triunfo, Tabai, Taquari, Fazenda Vila Nova, Bom Retiro do Sul e Estrela – RS**

Aldeia Kaingang TI Estrela. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – 2008a (Participação de Alexandre Magno Aquino).

KREUTZ, Marcos Rogério. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari**. 150 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2008.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. A colonização Guarani Nas planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Tellus**. Campo Grande. n. 27, p. 33-66, jul/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/viewFile/320/327>>. Acesso em 08/09/2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1986] 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. **História UNISINOS**. São Leopoldo, v. 9 n. 1, p. 56-59, Jan/abril. 2005.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de História. **Revista de Pós-Graduação em História da UNB**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, 1997, p. 145-201.

MORAES, Carlos Eduardo N. de. Territorialidades indígenas e hidrelétricas. In: GOLIN, Tau (coord); BOEIRA, Nelson (Coord.). **História – Rio Grande do Sul – Povos indígenas**, v. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 497-523.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2004, p. 087-109.

O INFORMATIVO DO VALE 18/10/2010. **Licença ambiental de olho na obra**. Lajeado, p. 3, 18 out. de 2010

OFÍCIO CIRCULAR Nº 03/2014/6 CCR/MPF. Assunto: P.A. 1.00.000.014458/2013-13. Resposta da FUNAI Brasília sobre “Demarcação das Terras Indígenas”. **Ministério Público Federal**.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. 40. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

RESOLUÇÃO CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 09/09/2015.

PA - Procedimento Administrativo nº 1102 de 28/05/2012 – **Procuradoria da República no Município de Lajeado**.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli T. G.; SCHNEIDER, Patrícia. **Do Taiaçuapé a Colinas**. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2008.

ROSA, Alexandre Nunes da.: **Programa de Apoio às Comunidades Kaingang – Plano Básico Ambiental das Obras de Duplicação da rodovia – BR 386: Km 350,8 - 386,0**. Brasília: MRS Estudos Ambientais, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *In: ____ (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Edições Afrontamento, 2004, p. 331-352.

SCHNEIDER, Fernanda. **Interpretação do espaço Guarani: um estudo de caso no sul da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil**. 220 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros. Terras e Territórios Indígenas no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, 1979, p.101-109.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1988], 2002.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. *In: MOTA, Lúcio Tadeu, NOELLI, Franciso S., TOMMASINO, Kimiye (Org.). Urí e Wáxi – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: UEL, 2000, p. 19-224.

VALENTIM, Cristina Sá Gonçalves. Entre direitos, sujeitos e contexto: algumas reflexões sobre os direitos humanos. **Revista Quaderns'e**. n. 15 (2), p. 03-19, 2010. Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez316.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 08/09/2015.

WOLF, Sidnei. **Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS**. 187 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2012.

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO E O RECONHECIMENTO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Fabiane da Silva Prestes¹

Luís Fernando da Silva Laroque²

RESUMO: As atitudes humanas devem ser voltadas para salvaguarda do planeta, de modo que, o crescimento econômico deve evoluir de acordo com a natureza e a vida planetária. Dessa forma, o desenvolvimento deve ser efetivado por meio de atitudes integradas entre Estado e comunidade, valorizando-se práticas de proteção e prevenção, e em especial a educação voltada para a diversidade intercultural e a redescoberta de valores que contemplem a preservação ambiental, de modo que, seja garantida a possibilidade de que as gerações presentes e futuras possam conhecer e respeitar as riquezas naturais. Nesse passo, o objetivo do estudo é analisar a contribuição dos saberes tradicionais dos povos indígenas, os quais propõem a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos. Desse modo, enfatiza-se que a pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates pretende investigar o desenvolvimento como um direito humano fundamental, em termos qualitativos, que não será confundido com crescimento ou desenvolvimento econômico, já que estes últimos se baseiam em índices quantitativos. Parte-se da análise do direito ao desenvolvimento, desde a premissa de que o desenvolvimento é um processo integral que compreende, além do aspecto econômico, aspectos culturais, éticos, políticos, sociais e ambientais, de modo que, o mesmo deve evoluir de forma interconectada com justiça social e justiça ecológica. Nessa órbita de ideias, discute-se no trabalho a tendência contemporânea do constitucionalismo da América Latina: o *Buen Vivir*, o que se faz pela análise das constituições indigenistas do Equador e da Bolívia, bem como dos planos de desenvolvimento dos referidos países. A seguir, avalia-se o direito ao desenvolvimento como direito fundamental, o qual é visualizado a partir do direito ao desenvolvimento como direito humano, e o direito ao desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro, até chegar-se na indispensável preservação dos conhecimentos dos povos indígenas como meio de efetivar tal desenvolvimento, já que, o modelo desenvolvimentista indigenista é baseado na cosmovisão dos povos ancestrais e desvincula-se do acumular para a satisfação das necessidades, propondo a produção apenas do suficiente e digno para todos os seres vivos, incluindo-se: pessoas, animais e plantas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Direitos Humanos. Reconhecimento. Povos Indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que desenvolvimento que se pretende investigar no decorrer do trabalho trata-se do desenvolvimento como um direito humano fundamental, em termos qualitativos, que não será confundido com crescimento ou desenvolvimento econômico, já que estes últimos se baseiam e índices quantitativos. Entretanto, para se chegar nessa proposta prospectiva, far-se-á uma abordagem retrospectiva da temática, a qual teve início com um modelo desenvolvimento estritamente econômico, avançando para outros modelos, como será analisado a seguir. Nesse passo, destaca-se que o objetivo do estudo é analisar a contribuição dos saberes tradicionais dos povos indígenas, os quais propõem a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos. A pesquisa teve como suporte teórico Rister (2007), Amartya Sen (2000, 2011), Sen e Kliksberg (2010) e Zambam (2011) que abordam sobre desenvolvimento, Cançado Trindade (1997) que trata com maestria sobre os Direitos Humanos, Leonardo Boff (2009), Acosta(2010) e Morin (2012) que trazem à baila a nova corrente teórica: *Buen Vivir*. Ademais, foram analisadas as Constituições do Brasil (1988), do Equador (2008) e da Bolívia (2009).

Assim sendo, ressalta-se que o presente artigo, trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, cujo método dedutivo analisa produções bibliográficas e documentais, tais como: cartas, planos, declarações e as

1 Centro Universitário UNIVATES, Graduação e Mestrado em Direito. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Bolsista PROSUP/CAPES, e-mail fabianeprestes@gmail.com

2 Centro Universitário UNIVATES, Doutorado em História, Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Licenciatura em História. E-mail lflaroque@terra.com.br

Constituições do Brasil, Equador e Bolívia. Este trabalho reflete uma parcela das atividades que tiveram início durante o mestrado, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado em Direito da Unijuí, e que estão sendo aprofundadas na linha de pesquisa Espaço e conflitos socioambientais do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento – Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento na Univates, sob a orientação do professor Doutor Luís Fernando da Silva Laroque.

Feitas estas considerações, enfatiza-se que o desenvolvimento é um processo integral que compreende, além do aspecto econômico, aspectos culturais, éticos, políticos e socioambientais, de modo que, o mesmo deve evoluir de forma interconectada com justiça social e justiça ecológica. Ademais, sabe-se que, não há possibilidade de existir um crescimento com equidade, um desenvolvimento voltado para a questão da sustentabilidade em uma economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada e pela exploração de pessoas e de recursos naturais, atenta-se que as pessoas menos favorecidas economicamente, e principalmente, as populações tradicionais, são as mais ameaçadas pela destruição do planeta.

2 DESENVOLVIMENTO: A TRANSIÇÃO DO CRESCIMENTO AO RECONHECIMENTO COMO DIREITO HUMANO

O desenvolvimento é concebido como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam. A ampliação do conceito de liberdade é simultaneamente o fim primeiro e o principal meio do desenvolvimento. Dessa forma, Sen (2000, p. 18) considera que,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

A finalidade do desenvolvimento é a promoção do bem-estar da pessoa, onde o valor próprio da vida humana vincula-se ao fato de que certas coisas têm valor em si mesmas, ou seja, manter-se livre de doenças evitáveis, sobreviver à morte prematura, estar bem nutrido, participar da vida social, como membro ativo da comunidade, ser livre em suas atitudes e ter possibilidades de desenvolver suas potencialidades (SEN; KLIKSBER, 2010).

A propósito, Zambam (2011, p. 151) elucidando tal concepção, conforme segue:

Existem outras dimensões que são decisivas para a satisfação das necessidades humanas e o equilíbrio das relações sociais e que, por isso, não podem ser desconsideradas quando da avaliação e da construção de relações sociais justas e sustentáveis, entre as quais se podem destacar as condições de saúde e educação, particularmente a superação do analfabetismo endêmico, a legitimidade e a força das estruturas democráticas, os índices de mortalidade e nutrição infanto-juvenil e as condições para o controle da natalidade, entre outras. A afirmação da “qualidade de vida”, nesse contexto, não se limita à quantificação do tempo de existência ou de bens necessários para uma pessoa, mas amplia o seu alcance, considerando as necessidades, para o conjunto das condições que integram e caracterizam a vida com qualidade.

Assim, propõem-se o estudo do direito ao desenvolvimento, e as interconexões entre a sustentabilidade e o desenvolvimento humano, o qual baseado no ecologismo crítico coloca o ser humano no centro do bem-estar do planeta, de modo que, seja alcançada a melhor qualidade de vida possível, a qual não se confunde com padrão de vida, mas, com a satisfação do conjunto das necessidades humanas fundamentais.

A discussão sobre a efetivação dos direitos fundamentais e os limites do desenvolvimento, atualmente em voga nas mais variadas áreas do saber, demonstra que dois fatores estão causando impactos no bem-

viver da humanidade, quais sejam: o desenvolvimento do capitalismo e a necessidade de criação de uma nova consciência ambiental, com a criação de práticas e políticas para execução de ações transformativas que delineiem uma sociedade justa, humana e sustentável. Assim, diante dos impactos ambientais provocados pela ação do homem, torna-se imprescindível a mudança de atuação nas diversas esferas da sociedade, sendo necessário reavaliar práticas privadas e públicas no sentido de promover um modelo de atuação menos agressivo ao meio ambiente, e capaz de responder as demandas sociais, reorientando o enfoque desenvolvimentista, a fim de proporcionar que as pessoas tornem-se sujeitos deste processo.

De acordo com Rister (2007, p. 08), temos:

O desenvolvimento, em sentido lato, estaria intimamente ligado ao progresso e à paz, consistindo num dos direitos fundamentais do homem. É tal abordagem como direito fundamental, a par de sua aparente vagueza e sentido de generalidade, que cabe aqui tentar desfazer e superar, conferindo-lhe um maior grau de concretização, que particularmente interessa, dado o caráter inovador que confere ao direito, eis que não se limita a abordá-lo sob a ótica estritamente retrospectiva, mas sim prospectiva, como ferramenta para construção de uma realidade social que está por vir.

Dessa forma, o desenvolvimento abrange uma visão de futuro, tendo nos registros históricos o direcionamento para entendimento do presente, o qual deve ser projetado a partir de uma visão dinâmica e prospectiva da realidade social, que se encontra em constante mutação. Assim, o conceito de direito ao desenvolvimento, o qual ainda não possui uma definição exata, surge a partir da década de 1960, estando intimamente ligado ao processo de descolonização, fundamentado no direito à autodeterminação dos povos (BEDIN, 2003).

O termo desenvolvimento foi abordado pela primeira vez, em 1972, pelo chefe de justiça do Senegal, Keba M'Baye, o qual referiu o direito ao desenvolvimento como direito humano. Entretanto, tal direito somente é tratado especificamente pela ONU em 1977, por meio da resolução 4 (XXXIII) da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a qual determina que o secretário-geral da organização apresente um relatório sobre a temática.

O relatório confirma a existência de direito humano ao desenvolvimento, de modo que, em 1979, a resolução 5 (XXXV) da mesma comissão, reiterou o direito ao desenvolvimento, considerando ainda a existência de um direito de igualdade de oportunidade como prerrogativa tanto das nações quanto dos indivíduos. A partir de 1981, a ONU nomeou um grupo de estudiosos para debaterem sobre o direito ao desenvolvimento, como o objetivo de “examinar o escopo e o conteúdo do direito ao desenvolvimento e os meios apropriados para a sua promoção” (ALVES, 1997, p. 207), o que gerou a Resolução 37/199/18/1982, a qual estatuiu o direito ao desenvolvimento como direito humano inalienável, chegando ao consenso da necessidade da elaboração de uma declaração sobre o direito ao desenvolvimento.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos de 1981 dispõe que os signatários convencidos de que, para o futuro, é essencial dedicar uma particular atenção ao direito ao desenvolvimento; que os direitos civis e políticos são indissociáveis dos direitos econômicos, sociais e culturais, tanto na sua concepção como na sua universalidade, e que a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais garante o gozo dos direitos civis e políticos. Dessa forma, o artigo 22 assegura que:

1. Todos os povos têm direito ao desenvolvimento econômico, social e cultural, no devido respeito à sua liberdade e identidade, e na igual fruição da herança comum da humanidade.

2. Os Estados têm o dever de assegurar, individual ou coletivamente, o exercício do direito ao desenvolvimento.

Em 1986, as Nações Unidas aprovam o principal instrumento internacional de proteção ao direito ao desenvolvimento, a Resolução 41/128, ou seja, a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, que vincula questões sobre desenvolvimento, paz e segurança internacional, adotando um conceito bastante amplo para desenvolvimento, e considerando a pessoa como sujeito central desse processo e que essa política deveria, assim, fazer dela o principal participante e beneficiário do desenvolvimento.

A Declaração de 1986 pode parecer retórica e até mesmo repetitiva, mas é importante principalmente na caracterização do direito ao desenvolvimento como um direito humano. Além disso, deixa claro o que

talvez seria um novo *leitmotiv* para as Nações Unidas: a redução das desigualdades e da pobreza, objetivos centrais também do processo de desenvolvimento. O texto afasta a ideia economicista que vincula desenvolvimento a crescimento econômico e não retoma temas que foram exaustivamente tratados por resoluções anteriores como relacionados ao desenvolvimento (comércio internacional, transferência de recursos econômicos, constituição de fundos econômicos internacionais para promoção do desenvolvimento). Não que tais temas se afastam do processo, mas não constituem mais a única hipótese de promoção do desenvolvimento. A Declaração, além de confirmar o direito ao desenvolvimento como direito humano, estabelece que o desenvolvimento é um processo em que todos os direitos humanos devem ser garantidos e realizados (SOUSA, 2010, p. 426)

Dessa forma, percebe-se que o direito ao desenvolvimento, evoluiu desde a primeira vez em que fora enunciado, conforme aduzido anteriormente, até sua incorporação com a Declaração de 1986 e consagração como direito humano fundamental pela Conferência de Viena de 1993, a qual reconheceu os direitos coletivos e difusos, dentre os quais o direito ao desenvolvimento dos povos e o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, destacando a interconexão entre desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos. No que tange à II Conferência Mundial sobre direitos humanos, que resultou, na Declaração de Viena, constata-se que foi realizada em um período de constantes transformações de nível mundial que proporcionou a relevantes avanços no que tange às questões quanto aos direitos humanos, ponderando demandas relacionadas à universalização desses direitos, bem como quanto à indivisibilidade, proteção aos vulneráveis, diálogo entre governos e organizações não governamentais e direito ao desenvolvimento.

Finalmente, um novo consenso emergiu em Viena na Segunda Conferência Mundial da ONU sobre Direitos Humanos, em 1993. A declaração lá adotada reafirmou “o direito ao desenvolvimento, como estabelecido na Declaração dos Direitos ao desenvolvimento, como um direito universal e inalienável e parte integral dos direitos humanos fundamentais”. Essa declaração, que foi apoiada pelos Estados Unidos, continua, dizendo, “Direitos humanos e liberdades fundamentais são o direito de nascença de todos os seres humanos; sua proteção e promoção é a responsabilidade primeira do governo”. Ela também comprometeu a comunidade internacional à obrigação de cooperar no sentido de realizar esses direitos (SENGUPTA, 2002, p. 65).

Assim, percebe-se que o direito ao desenvolvimento foi reafirmado na Segunda Conferência sobre Direitos Humanos, sendo reconhecido por unanimidade, de modo que, os governos ali presentes e signatários da Declaração de Viena passaram a considerar o direito ao desenvolvimento como direito humano e assumiram o compromisso de observá-lo e implementá-lo em todos os assuntos e transações. Ademais, a declaração traz em seu bojo a tríade de elementos, formada por: desenvolvimento, democracia e direitos humanos, os quais, de acordo com o Cançado Trindade (1999, p. 129) são “interdependentes” e se “reforçam mutuamente”. Desse modo, enfatiza-se que essa tríade está relacionada à totalidade dos direitos.

De acordo com Walker (2011, p. 174) “o conceito de direito ao desenvolvimento foi sendo construído e se tornando mais complexo. Passou a abordar aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e, por fim, agregou a variável da sustentabilidade”. Ou seja, o desenvolvimento passou a reclamar por qualidade de vida, a qual não predispõe somente a produzir e consumir.

Muito significativo referir o trabalho realizado pelo Centro de Alternativas para o desenvolvimento (CEPAUR), que enfatiza a crise enfrentada pela América Latina, especialmente em razão do modelo desenvolvimentista orientado pela lógica monetarista, o que incide reflexos na população, proporcionando desigualdades. Seguindo esta perspectiva, Max-neef (2012, p. 65) propõe que o desenvolvimento deve ser orientado de modo a satisfazer as necessidades humanas fundamentais, para tanto, considera que:

É necessária uma racionalidade econômica que não dê importância nem à acumulação indiscriminada e nem à simples melhoria dos indicadores econômicos convencionais que ignoram o bem-estar das pessoas, ou nem mesmo aos princípios de eficiência que nada têm a ver com a satisfação das necessidades humanas. Esta outra racionalidade visa a elevar a qualidade de vida das pessoas e tem como sustentáculo o respeito à diversidade, juntamente com a recusa, por parte de alguns países, de se deixarem transformar em instrumentos de outros (2012, p. 65).

Assim, é imperioso se almejar uma melhor qualidade de vida, a qual não pode ser medida pelo Produto Interno Bruto, conforme alerta Boff (2009): “El PIB es una medida inventada por el capitalismo para estimular la producción creciente de bienes materiales de consumo.” Por essa razão, como contraponto ao índice do produto interno bruto como medida para avaliar o desenvolvimento de um país, foi criado o índice de desenvolvimento

humano (IDH), o qual contempla três dimensões para indicar o desenvolvimento: renda, educação e saúde (PNUD, 2014). Entretanto, recentes estudos demonstram que outros fatores são fundamentais para qualificar o desenvolvimento humano, entre estes: a felicidade, a exemplo do Butão país muito pobre materialmente, mas que estabeleceu o índice de felicidade interna bruta.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 o direito ao desenvolvimento é consagrado no ordenamento jurídico brasileiro, sendo incluído como direito fundamental, o qual deve estar alicerçado em princípios que venham a garantir a dignidade da pessoa. Observou-se a presença do termo desenvolvimento tanto como princípio quanto como diretriz, entretanto, no que refere à ordem econômica, acredita-se que há um antagonismo ao se propor preservação ambiental e livre concorrência, já que a segunda estaria amparada na concepção capitalista, agindo em prejuízo da segunda (RISTER, 2007).

Assim, é necessário um redirecionamento da prática econômica, que contemple uma política social, que valorize a ligação entre direitos humanos e ambientais, de modo que, o desenvolvimento sustentável seja instrumento de promoção da dignidade da pessoa. Nessa órbita de ideias, o novo constitucionalismo da América Latina inaugura uma das maiores correntes de reflexões: o *Buen vivir*, que apresenta a oportunidade de construir outro modelo de vida, baseado nos saberes tradicionais dos povos indígenas, os quais orientam uma visão mais holística, que contemple a promoção da pessoa, de modo a satisfazer suas necessidades e a preservação do meio ambiente. É nessa trilha, que o tópico a seguir contemplará esse novo modelo, que engloba um conjunto de ideias que está sendo traçado como reação e opção aos conceitos convencionais de desenvolvimento.

3 BUEN VIVIR: RECONHECIMENTO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTISMO

Astendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano, além de apontarem alternativas ao desenvolvimento econômico, representam o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas. Seguindo esta perspectiva, sob a inspiração do novo constitucionalismo, efetivado a partir das reformas da Constituição do Equador e da Bolívia, é incorporada a cultura do *Buen Vivir*; esta cultura é considerada uma das mais importantes correntes de reflexão da América Latina, pois propõe a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos pautada em valores fraternais, igualitários e justos.

Abreu (2013, p. 82), considera que:

Este novo constitucionalismo surge caracterizado por três ciclos: - o primeiro ciclo (ciclo social e descentralizador) associado às Constituições Brasileira (1988) e Colombiana (1991); - o segundo ciclo (ciclo do constitucionalismo participativo e pluralista) correlacionado à Constituição Venezuelana (1999); - o terceiro ciclo (ciclo do constitucionalismo plurinacional comunitário), por sua vez, representado pelas Constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009).

Destaca-se ainda que a adoção desse modelo, de constitucionalismo plurinacional comunitário, requer uma profunda mudança de consciência, o que implica também a reformulação do processo educativo, a fim de proporcionar uma autêntica formação. Esse novo modelo rompe com os princípios desenvolvimentistas, baseados no capitalismo extrativista e na concentração de bens. Assim, essa tendência contemporânea, baseada no amor à Terra, contempla todos os seres vivos em igualdade de direitos.

O constitucionalismo contemporâneo da América Latina introduz, efetivamente, o direito ao Sumak Kawsay (Equador) ou Suma Qamaña (Bolívia), que representa um modelo de vida, oriundo das tradições indígenas, que as ultrapassa, tendo validade para todo o planeta, ou seja: “significa finalmente la felicidad para los indios y todos los otros grupos humanos” (HOUTART, 2011, p. 03) pressupondo um ambiente de reciprocidade, responsabilidade social, convivência e harmonia com a natureza.

Nesse contexto, o *buen vivir*, *sumak kawsay*, *suma qamaña*, conforme disposto, representam uma categoria da filosofia de vida das sociedades indígenas ancestrais que havia perdido espaço pelos efeitos das práticas colonialistas e do consumismo moderno, conforme Houtart (2011, p. 01), “La colonización destruyó las bases materiales de estas sociedades y luchó contra sus culturas y visiones del mundo, sobre todo con argumentos y símbolos religiosos”. Por essas razões, essa nova concepção de vida aponta alternativas que

visam superar o desenvolvimento econômico atual, a partir da compreensão de que a natureza é um todo inter-relacionado.

Para Boff,

El «vivir mejor» supone una ética del progreso ilimitado y nos incita a una competición con los otros para crear más y más condiciones para «vivir mejor». Sin embargo, para que algunos puedan «vivir mejor» millones y millones tienen y han tenido que «vivir mal». Es la contradicción capitalista.

Por el contrario, el «buen vivir» apunta a una ética de lo suficiente para toda la comunidad, y no solamente para el individuo. El «buen vivir» supone una visión holística e integradora del ser humano, inmerso en la gran comunidad terrenal, que incluye además de al ser humano, al aire, el agua, los suelos, las montañas, los árboles y los animales; es estar en profunda comunión con la Pachamama (Tierra), con las energías del Universo, y con Dios (2009, p. 02).

Assim, o buen vivir rompe com a ideologia dominante, já que, a preocupação central desvincula-se do acumular para a satisfação das necessidades, propondo a produção apenas do suficiente e decente para todos os seres vivos, incluindo-se: pessoas, animais e plantas. A concepção de buen vivir implica, não somente associá-lo ao bem estar ocidental, mas resgatar a cosmovisão dos povos ancestrais:

Dessa forma, de acordo com Acosta (2010, p. 11):

En la cosmovisión indígena no hay el concepto de desarrollo entendido como la concepción de un proceso lineal que establezca un estado anterior o posterior. No hay aquella visión de un estado de subdesarrollo a ser superado. Y tampoco un estado de desarrollo a ser alcanzado forzando la destrucción de las relaciones sociales y la armonía con la Naturaleza. No existe, como en la visión occidental, está dicotomía que explica y diferencia gran parte de los procesos en marcha. Para los pueblos indígenas tampoco hay la concepción tradicional de pobreza asociada a la carencia de bienes materiales o de riqueza vinculada a su abundancia (2010, p. 11).

O *buen vivir* significa a plenitude das necessidades, tanto objetivas quanto subjetivas, das pessoas, representando um modelo de vida mais justo, sustentável, ecológico e humano. Ou seja, trata-se de um conjunto de valores que dão sentido a existência em plano individual ou coletivo, de modo que, constitui um paradigma a partir do qual o desenvolvimento deve orientar-se (ACOSTA, 2010).

O Equador adotou esta filosofia, de cosmovisão e pluriculturalidade a partir da Constituição Federal de 2008, a qual possui papel inovador a nível nacional e internacional. Já no preâmbulo da referida Carta há o reconhecimento das raízes milenares oriunda de diferentes povos, a valorização da natureza, Pacha Mama, como vital para a existência da humanidade, o reconhecimento da proteção de Deus a partir da espiritualidade e da pluralidade de religiões, premissas que orientam a decisão construir uma nova forma de convivência em harmonia com a natureza, a fim de alcançar o *buen vivir* e Sumak kawsay.

Dessa forma, o capítulo segundo trata dos Derechos del *buen vivir*, consubstanciado nos direitos humanos: à água e à alimentação (arts. 12 e 13), direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, que garanta a sustentabilidade e o *buen vivir* (arts. 14 e 15); direito à comunicação e informação (arts.17-20); direito à cultura e ciência (art. 21-25); educação (art. 26-29); habitação e moradia (art. 31); saúde (art. 32) e direito ao trabalho e seguridade social (art. 33 e 34) (ECUADOR, 2008).

Baseada numa visão ecocêntrica a Constituição outorga direitos à natureza, conforme dispõe Moraes (2013, p. 127): “Encontra-se implícita, na concepção do Bem Viver, e, é uma das consequências mais importantes que dela decorre, a atribuição de subjetividade de direitos à natureza (Pachamama).” O texto traz tal visão expressamente no Capítulo Sétimo – Derechos de La naturaleza, que compreende os artigos 71 a 74.

Como regime de desenvolvimento a carta andina, dispõe no artigo 275 da Constituição Ecuador (2008), que:

[...] es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay. El Estado planificará el desarrollo del país para garantizar el ejercicio de los derechos, la consecución de los objetivos del régimen de desarrollo y los principios consagrados en la Constitución. La planificación propiciará la equidad social y territorial, promoverá la concertación, y será participativa, descentralizada, desconcentrada y transparente. El buen vivir requerirá que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades gocen efectivamente de sus derechos, y ejerzan responsabilidades en el marco de la interculturalidad, del respeto a sus diversidades, y de la convivencia armónica con la naturaleza.

Assim, o constituinte equatoriano propõe um desenvolvimento, que ultrapassa o sistema atual, baseado no capitalismo, e sugere uma sociedade em que todos possam viver bem, e não onde uns vivam bem à custa de outros que vivam mal. Conforme Acosta (2008, p. 33): “El Buen Vivir es utopia de un proyecto de vida en común a ser ejecutada por la acción de la ciudadanía”. Ou seja, a proposta é de uma vida em comunidade, fraternidade, e em harmonia com a natureza, usufruindo dos recursos naturais, somente na medida suficiente para suprir as necessidades.

Nesse alinhamento, em 2009 o país reformulou seu plano nacional, o qual foi denominado de Plan Nacional para El *Buen vivir*, e propõe construir um Estado plurinacional e intercultural sinalizando o começo da consolidação do bem viver, o qual deve ser entendido como a busca pela igualdade e justiça social, o reconhecimento e valorização do diálogo entre povos de culturas diferentes, o plano propõe a concretização das metas traçadas pela nova constituição. Dessa forma, com base na experiência do plano de 2009, em 2013 entrou em vigor o *Buen vivir* – plan nacional 2013-2017 – Todo el mundo mejor, o qual é composto de doze objetivos que expressam a vontade de pôr em prática a proposta de transformação do país.

Os objetivos do plano nacional para o bem viver são: consolidar el Estado democrático y la construcción del poder popular; Auspiciar la igualdad, la cohesión, la inclusión y la equidad social y territorial, en la diversidad; Mejorar la calidad de vida de la población; Fortalecer las capacidades y potencialidades de la ciudadanía; Construir espacios de encuentro común y fortalecer la identidad nacional, las identidades diversas, la plurinacionalidad y la interculturalidad; Consolidar la transformación de la justicia y fortalecer la seguridad integral, en estricto respeto a los derechos humanos; Garantizar los derechos de la naturaleza y promover la sostenibilidad ambiental territorial y global; Consolidar el sistema económico social y solidario, de forma sostenible; Garantizar el trabajo digno en todas sus formas; Impulsar la transformación de la matriz productiva; Asegurar la soberanía y eficiencia de los sectores estratégicos para la transformación industrial y tecnológica; Garantizar la soberanía y la paz, profundizar la inserción estratégica en el mundo y la integración latinoamericana; (ECUADOR, 2013)

Ao comentar sobre o plano equatoriano para o *buen vivir*, Edgar Morin in *Buen vivir – Plan nacional 2013-2017 do Ecuador (2013)* assevera que:

Debo reconocer mi plena convergencia intelectual con la propuesta del Plan Nacional del Buen Vivir, a través del cual identifico muchas preocupaciones y sensibilidades que me animan luego de décadas: la necesidad de vincular las esferas políticas, económicas, sociales, territoriales y también de sostenibilidad..., precisamente con el fin de desarrollar políticas más integradoras, mejor adaptadas a la realidad de la era moderna.

A Bolívia teve um processo constituinte mais demorado do que o do Equador, sendo que a atual Constituição fora aprovada em 2009, contendo três fatores importantes: 1) estado plurinacional, baseado na refundação do Estado, o qual conta com cerca de 30 etnias; 2) projeção de igualitarismo judicial e pluralismo jurídico; 3) diálogo intercultural, baseado na educação e na ética intercultural, os quais ensejam que não haja imposição de uma cultura sobre a outra.

Já no preâmbulo da Constituição da Bolívia (2009), há a disposição de ser a Bolívia:

Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos. Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolívia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos.

Dessa forma, reafirma-se o surgimento de uma nova era do constitucionalismo latinoamericano, o qual teve início, conforme demonstrado anteriormente, com a Constituição do Equador, e que propõe o *buen vivir* ou *vivir bien*, como uma alternativa ao modelo atual de vida, que é baseado no consumo e pretensão de uma vida cada vez melhor.

O buen vivir vem disciplinado no artigo 8, do capítulo segundo: Principios, Valores y Fines del Estado da Constitución da Bolívia (2009):

El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino a vida noble).

El Estado se sustenta en los valores de unidad, igualdad, inclusión, dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, complementariedad, armonía, transparencia, equilibrio, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, y distribución y redistribución de los productos y bienes sociales para vivir bien.

Ao que tange ao direito ao meio ambiente, a carta de direitos assegura nos artigos 33 e 34, que as pessoas têm direito a um meio ambiente saudável, protegido e equilibrado, o que se estende as futuras gerações, garantindo ademais, que os outros seres vivos desenvolvam-se de maneira normal e permanente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, buscando-se estudar um desenvolvimento integral e pleno do ser humano, baseado no social, cultural, econômico e sustentável, analisou-se o direito ao desenvolvimento como direito humano fundamental, valendo-se da trajetória de incorporação dos direitos humanos chegou-se na construção do direito ao desenvolvimento, o qual foi consolidado com Declaração sobre direito ao desenvolvimento em 1986, e consagrado como direito humano fundamental pela Conferência de Viena de 1993, a qual reconheceu os direitos coletivos e difusos, dentre os quais o direito ao desenvolvimento dos povos e o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Dessa forma, constata-se que é indispensável almejar uma melhor qualidade de vida, a qual não pode ser medida pelo Produto Interno Bruto, mas por índices de desenvolvimento humano, nessa perspectiva, aponta-se que outros fatores são indispensáveis para avaliar o desenvolvimento, como a proposta do Butão que mede o desenvolvimento com base na felicidade.

Nesse alinhamento de ideias, demonstrou-se a nova tendência do constitucionalismo da América Latina, o *buen vivir*, como uma alternativa ao desenvolvimento econômico, baseado no reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas, que orientam para a prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos pautada em valores fraternais, igualitários e justos.

Por derradeiro, enfatiza-se que alguns fatores serão determinantes para garantir o efetivo direito ao desenvolvimento como direito: a transição do paradigma atual (consumista) para um paradigma sustentável; o acesso aos bens e serviços necessários para a satisfação das necessidades; a redescoberta de valores de alteridade e solidariedade; a construção de saberes transdisciplinares capazes de interconectar diversas áreas do saber, valorizando as potencialidades e criatividade de cada um; a educação para a solidariedade (intergeracional e ambiental); e, sobretudo, o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas, os quais foram construídos a partir da cosmovisão dos povos ancestrais e desvinculam a qualidade de vida do econômico, para a satisfação das necessidades, propondo a produção apenas do suficiente e decente para todos os seres vivos, incluindo-se: pessoas, animais e plantas.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Célia Barbosa. Testamento vital: entre o neoconstitucionalismo e o Constitucionalismo Andino. **Revista Jurídica Cesumar**, vol. 13, n. 1, p. 75-95, jan/jun, 2013.

ACOSTA, Alberto. **El buen vivir desde la filosofía indígena**. In: El buen vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi. Policy Paper. Fundación Friedrich Ebert. Ecuador, 2010.

ACOSTA. El Buen vivir, una oportunidad per construir. In Ecuador debate. **Revista especializada en ciencias sociales**. Centro Andino de Accion popular. Quito-Ecuador, 2008.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A arquitetura internacional dos direitos humanos**. São Paulo: FTD, 1997.

BEDIN, Gilmar Antônio. Direitos Humanos e desenvolvimento: Algumas reflexões sobre a constituição do direito ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. Ano, n. 1, jan/jun. p. 123-149, 2003.

BOFF, Leonardo. **¿Vivir mejor o «el buen vivir»?**, Texto digital. 2009. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/boff/articulo.php?num=321>>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

BOLÍVIA. **Constitución de la República de Bolivia** 2009. Texto digital. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/bolivia09.html>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: 29 ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. 2008. Texto Digital. Disponível em: http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em 13 de julho de 2015.

_____. **Plan Nacional para el Buen Vivir – 2009-2013**. Construyendo um Estado Plurinacional e Intercultural. Texto digital. Disponível em: <<http://plan.senplades.gob.ec/documentos-y-archivos>>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

_____. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**. Quito. Texto digital. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – Senplades, 2013. Disponível em: <www.buenvivir.gov.ec>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

HOUTART, François. El concepto de sumak kawsai (buen vivir) y su correspondência com el bien común de la humanidad. **América Latina em Movimiento**. p. 1-8, 2011.

LIGA DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra 1924**. Texto digital. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/gdrc1924.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2015.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Tradução: Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.

RISTER, Carla Abrantkoski. **Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SEN, Amartya Kumar. **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzimberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENGUPTA, Arjun. O direito ao desenvolvimento como direito humano. A verdadeira liberdade individual não pode existir sem segurança econômica e independência. **Revista Social Democracia Brasileira**, p. 64-84, 2002.

WALKER, Priscila Benelli. A construção do direito ao desenvolvimento e sua aplicação mediante políticas públicas de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 159-190, jan/jun. 2011.

ZAMBAM, Neuro. **Amartya Sen**: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: IMED, 2011.

A IGUALDADE DOS AMERICANOS E DOS BRASILEIROS: UMA COMPARAÇÃO A PARTIR DE PRINCÍPIOS CULTURAIS ESTRUTURANTES¹

Gabriel Eidelwein Silveira²

Eduardo Souza dos Santos³

Fábio Edgar Streck Barbosa⁴

Guilherme Patussi⁵

Tamires Eidelwein⁶

Resumo: No início do século XIX, Alexis de Tocqueville, nobre magistrado francês, embarcou para os Estados Unidos com a missão oficial de estudar o sistema carcerário. No entanto, ele legou à posteridade algo muito maior, a obra-prima *De la Démocratie en Amérique*, em que estuda os principais traços psicológicos e morais e as instituições políticas dos primeiros peregrinos protestantes que vieram povoar o novo mundo. A partir de tais “critérios de observação”, Tocqueville, pioneiro do comparativismo, estabeleceu algumas das “causas” da extraordinária e excepcional condição social dos americanos, seja seu estado democrático, seja sua prosperidade material: um país então baseado na ética do trabalho, na igualdade de oportunidades, no individualismo, na concorrência e no associativismo interessado. Autor de *Carnavais, Malandros e Heróis*, Roberto DaMatta é considerado um importante comparativista de inspiração tocquevilliana. Ele explora a diferença entre a “igualdade dos americanos” e a “igualdade à brasileira”, discussão que retomamos neste artigo, como parte dos debates de nosso “grupo de estudos comparativistas”. Os Estados Unidos são uma sociedade alicerçada na repulsa à ideia de hierarquia: nos corações e nas mentes daqueles primeiros colonos, a igualdade era um valor real – pais de família perseguidos por sua religião; alfabetizados com familiaridade com a Literatura das Luzes; além de bem-dispostos ao trabalho (e sem a aversão ao lucro dos “cristãos romanos”). Portanto, nos Estados Unidos, “ser igual” é ser livre e ser cidadão, com direitos e deveres: “... *one Nation under God, indivisible, with liberty and justice for all*”. E no Brasil? O país, desde a chegada dos portugueses, foi rural, patriarcal e desigual; cultivou historicamente um pensamento baseado na ideia da existência de nobres e plebeus, superiores e inferiores, nutrindo grande desprezo pelo labor manual. Apesar da linguagem “politicamente correta” de hoje, criticada por Pondé, essa atitude permanece fortemente inculcada nos habitus nacionais. Assim, nas palavras de DaMatta, “ser igual”, no Brasil, é “ser um fodido”: é enfrentar enormes filas; é ser maltratado nas repartições públicas; é morrer na fila do SUS, aguardando atendimento... Isso se você não tem um padrinho! O fenômeno do apadrinhamento funciona mais eficientemente do que a Lei entre nós. “Todos iguais perante a Lei!”. “-E se a Lei funcionar igualmente mal para todos?” Com um padrinho, você “fura a fila”, “consegue o emprego”, ganha aquele “empurrãozinho” que faz toda a diferença.

Palavras-chave: Igualdade. Estados Unidos. Brasil. Tocqueville. DaMatta.

1. TOCQUEVILLE E A DEMOCRACIA AMERICANA.

Alexis Charles Henri de Tocqueville, magistrado francês, “Visconde de Tocqueville” foi um pensador político, historiador e escritor, tendo tratado de temas como a Revolução Francesa e a democracia americana. Nasceu no ano de 1805, membro de uma tradicional e aristocrática família normanda. Ele sustentou a tese de que o processo de democratização, entendido como o aumento progressivo da igualdade de condições, era uma tendência universal. Ao mesmo tempo, procurava compreender, a partir do estudo do exemplo “excepcionalíssimo” do *case* americano, os destinos da democratização em seu próprio país, a França.

1 O presente artigo apresenta resultados parciais das discussões e reflexões do trabalho do grupo de estudos sócio-jurídicos comparativos formado pelos autores e dirigido pelo Prof. Gabriel Eidelwein Silveira em Lajeado-RS. Todos os autores participaram efetivamente da redação do artigo.

2 UNIVATES, Professor de Sociologia no Centro de Ciências Humanas e Sociais, dr_silveira@yahoo.com

3 UNIVATES, estudante da Faculdade de Direito, eduardovaz.pmf@hotmial.com

4 Idem, idem, sr.fagar@gmail.com

5 Idem, idem, guipatussi04@gmail.com

6 Idem, idem, também estagiária do “Observatórios de Direitos Humanos”, tamidarosa@gmail.com

Lembremos que a sociedade francesa do século XVIII era dividida em três estados (*L'Ancien Régime*) que constituíam agrupamentos legalmente definidos, sendo que o clero formava o primeiro estado; a nobreza, o segundo; e o restante da população pertencia ao terceiro estado: uma estrutura social baseada em desigualdades sancionadas por lei. Essa estrutura social desigual do Antigo Regime provocou as tensões que culminaram na Revolução Francesa, tendo em vista que o clero e a nobreza desfrutavam de privilégios especiais e totalizavam cerca de 500 mil pessoas de uma população de 26 milhões (PERRY, 2002, p. 319).

Os poderes e privilégios da Igreja Católica francesa eram imensos: além de registrar nascimentos e mortes, ela recolhia tributos (imposto sobre produtos produzidos no solo), censurava livros perigosos à moral e à religião, administrava escolas e distribuía esmolas aos pobres. Embora suas terras gerassem renda, a Igreja não pagava impostos. No lugar disso, fazia “doações livres”, cujo valor ela própria determinava, mas sempre inferior ao que seria “hipoteticamente” devido ao Estado, caso a Igreja fosse taxada. O próprio clero refletia as divisões sociais na França, pois o alto clero desfrutava das atitudes e do modo de vida da nobreza, da qual era proveniente; já os párocos eram plebeus de nascimento e viam com ressentimento o orgulho e a vida luxuosa do alto clero. Neste cenário, assim como o clero, os nobres eram uma ordem privilegiada, pois ocupavam os mais altos postos da Igreja, do exército e do governo, sendo isentos da maior parte dos impostos. Além disso, recolhiam tributos senhoriais dos camponeses e eram donos de aproximadamente um quarto a um terço das terras, bem como eram os principais patronos das artes (mecenas). No entanto, ao lado dessa antiga nobreza, havia surgido uma nova nobreza, que foi criada pela monarquia. Isso porque, para conseguir dinheiro, recompensar os favoritos e enfraquecer a antiga nobreza, os reis vendiam títulos de nobreza a membros da burguesia e conferia a condição de nobre a certos cargos governamentais comprados por burgueses ricos. Com efeito, estes vieram a compor o que ficou conhecido como “nobres de toga” (*noblesse de robe*), pois muitos deles eram ex-burgueses, que haviam comprado cargos judiciais nos *parlements*, os tribunais superiores de justiça (*idem*, p. 320).

O terceiro estado era formado pela burguesia, pelo campesinato e trabalhadores urbanos (*les sans-culottes*). A burguesia consistia, especificamente, em manufactureiros, comerciantes atacadistas, banqueiros, mestres-artesãos, médicos, advogados, intelectuais e funcionários governamentais dos escalões inferiores. Não obstante, os burgueses, mesmo alguns sendo ricos, não tinham prestígio social (*status*), pois, apesar de terem êxito em seus negócios, percebiam que sua ocupação não trazia o respeito desfrutado pela nobreza (*idem*, p. 321).

Em decorrência da desordem financeira e da administração Real ineficiente, o Antigo Regime debilitou-se, sendo, enfim, derrubado pela Revolução Francesa. Tocqueville escreveu sobre a Revolução:

“Os franceses fizeram em 1789 o maior esforço que um povo já empreendeu, a fim de, por assim dizer, cortar em dois seu destino e separarem por um abismo o que haviam sido até então do que queriam ser dali em diante. Com esse objetivo, tomaram toda a espécie de precauções para não levarem para sua nova condição coisa alguma do passado; impuseram a si mesmos toda a sorte de coerções para se moldarem diferentemente de seus pais; enfim, nada esqueceram para se tornarem irreconhecíveis. Eu sempre pensara que eles haviam obtido muito menos sucesso nesse singular empreendimento do que se acreditara no exterior e do que eles mesmos acreditaram inicialmente. Tinha convicção de que involuntariamente haviam conservado do Antigo Regime a maior parte dos sentimentos, dos hábitos, mesmo das ideias por meio das quais conduziram a Revolução que o destruiu e que, sem querer, haviam usado seus escombros para construir o edifício da sociedade nova; de tal forma que, para bem compreender tanto a Revolução como sua obra, era preciso esquecer por um momento a França que vemos hoje e ir interrogar em seu túmulo a França que não existe mais” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 13).

Em 1827, Alexis de Tocqueville foi nomeado Juiz Auditor.

“Todavia, se todas as suas qualidades convinham perfeitamente à magistratura, essa carreira talvez não fosse aquela que melhor convinha à natureza de seu espírito. Alexis de Tocqueville possuía no mais elevado grau a faculdade tão rara de generalizar suas ideias; e precisamente porque era superior nisso, era sempre pra lá que tendia sua inteligência. O juiz segue de hábito uma tendência completamente oposta que ele extrai nos próprios hábitos de sua profissão, onde seu espírito não se nutre senão de causas e casos particulares. O pensamento de Alexis de Tocqueville sofria por estar preso nos limites de uma especialidade. O incômodo que ele sentia crescia à medida que o processo a ser julgado era de pouca importância; ao contrário, seu talento crescia na proporção da gravidade da causa, como se os laços que imobilizavam sua inteligência fossem desfeitos ou afrouxados” (BEAUMONT *in* TOCQUEVILLE, 2010, p. 13).

Após alguns anos, embarcou para os Estados Unidos, na companhia do amigo Gustave Beaumont, com a missão oficial de estudar o sistema carcerário norte-americano. Em 1833, publicaram o estudo intitulado *Sobre o sistema penal nos Estados Unidos e sua aplicação na França* (ADAMS, 2006).

“Os dois jovens magistrados apresentaram ao ministro do Interior, o conde de Montalivet, uma Memória na qual, após ter exposto a questão, ofereciam-se a ir estudá-la *in loco*, se recebessem essa missão oficial. Esta missão foi-lhes dada; e, com o apoio do ministro da Justiça, o substituto e o juiz auditor partiram com uma licença devidamente concedida. Com frequência foi dito que essa missão havia sido para Alexis de Tocqueville a causa de sua viagem: a verdade é que ela foi sua oportunidade e seu meio. O objeto verdadeiro e premeditado foi o estudo das instituições e dos costumes da sociedade americana” (BEAUMONT *in* TOCQUEVILLE, 2010, p. 20).

Eduardo C. B. Bittar escreve a respeito do sentido da obra *A democracia na América* (TOCQUEVILLE, 2003), resultante destes estudos:

“Alexis de Tocqueville (1805/1859), em pleno século XIX, produziu uma obra que buscou sistematizar a ideia de democracia, não como teoria, mas como *práxis* incorporada às instituições, a fim de sustentar o triunfo decadente do liberalismo recém-instaurado como ideologia pela Revolução Francesa (1789) e recém-implantado como sistema de governo nos Estados Unidos da América. Sua luta por esse ideal, o do liberalismo, possui fundamentos marcantes em sua própria biografia, que acaba por revelar traços de seu momento histórico, bem como os elementos que haveriam de motivá-lo a dedicar-se ao tema da democracia [...]. Empreende, em sua principal e mais divulgada obra, uma análise comparativa da democracia da América com a democracia instaurada na Europa, sobretudo com base na experiência francesa, para demonstrar com certo ar de pessimismo as causas das dificuldades que atravancam a combinação da liberdade, da igualdade e da soberania popular na Europa, e com ar de otimismo o nascente, mas ainda não consolidado, êxito americano” (BITTAR, 2002, p. 203-205, sublinhamos).

Assim como Montesquieu (2002), que rompeu com seus predecessores pela inclusão do “sentimento social” na análise do Estado (ROCHA e SILVEIRA, 2009), o pioneirismo sociológico de Tocqueville consistiu em seu diagnóstico do “estado social” democrático próprio da República americana. Ele explorou as características morais e psicológicas dos seus cidadãos e das instituições políticas, através de estudos comparativos e reflexões profundas na já mencionada obra-prima *A Democracia na América* (TOCQUEVILLE, 2003).

Em seu diário de viagem, publicado em livro com o título *Viagem aos Estados Unidos da América* (TOCQUEVILLE, 2010), Tocqueville apresenta suas observações “empíricas”, impressões e suas coletas de informações. O autor observa, por exemplo:

“O princípio das repúblicas antigas era o sacrifício do interesse particular ao bem geral. Nesse sentido podemos dizer que eram virtuosas. O princípio da república Americana parece-me ser o de fazer entrar o interesse particular no interesse local geral: uma espécie de egoísmo refinado e inteligente parece ser o pivô sobre o qual se movimenta toda máquina” (TOCQUEVILLE, 2010, p. 38).

Nesta comparação histórica, Tocqueville alude (implicitamente) à “teoria dos princípios e das naturezas” das Constituições de Montesquieu (2002), definindo a importância dos indivíduos no “estado social” democrático americano e a forma com que toda sociedade se move em torno deles, partículas únicas em harmonia. Esta “harmonia” é descrita por Tocqueville como a “capacidade” que os cidadãos americanos têm de se transporem uns ao lugar dos outros, sentido “compaixão”, o que os torna todos “iguais” (DEMOCRATIC..., 2006). Finalmente, a grande inovação desta perspectiva está no fato de que, **doravante, a democracia não é simplesmente uma forma de governo, mas sim um modo de viver em sociedade, uma cultura.**

Tocqueville (2010) descreve também o sentimento de inquietude do americano que ele encontrou, como se tudo que este tivesse, produzisse ou adquirisse não fosse o suficiente. Dita “inquietude” é descrita como um trabalho em constante progresso cujo objeto é a busca de bem-estar material. Naturalmente, esta atitude remonta à história da colonização da América por ingleses puritanos, os quais tinham por crença que a acumulação de bens materiais, através das “boas obras”, poderia ser um sinal da graça divina (WEBER, 2002). “Há, não se pode negar, um movimento febril imprimido aqui à indústria e ao espírito do homem; mas até o presente momento esta febre parece só aumentar a força sem perder a razão”, escreveu Tocqueville (2010, p.37) em seu diário.

Tocqueville já observava no século XIX – como ainda se observa hoje –, que há, no entanto, uma instituição que parece ser o pilar que sustenta a democracia na América, a associação civil: um tipo de comunidade voluntária, que é consequência desse caráter psicológico interessado e individualista.

“Americanos de todas as idades, condições e disposições, unem-se. Eles não têm apenas associações comerciais e industriais, das quais todos participam, mas também um milhar de outras variedades, religiosas, morais, sérias, fúteis, muito gerais ou muito especializadas, pequenas ou grandes. Os americanos se unem para dar festas, fundar seminários, construir albergues e igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas. Eles estabelecem hospitais, prisões e escolas pelo mesmo método. Finalmente, se eles querem encontrar a verdade ou alimentar uma opinião, através do encorajamento dado pelo grande exemplo, eles formam uma associação. Onde você vê, encabeçando cada grande iniciativa, na França, o governo; e na Inglaterra, um lord nobre; nos Estados Unidos, você pode estar certo de encontrar uma associação” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 596 – tradução livre dos autores).

As associações são uma forma de proteger o indivíduo, os interesses individuais em comum a um grupo, pequeno ou grande. Tocqueville caracteriza, ainda, as associações como o lugar onde as pessoas aprendem a ter iniciativa, cooperação e responsabilidade uns ante aos outros, assim tomando conta uns dos outros.

O que, no entanto, podemos aprender sobre a “igualdade”, no Brasil e nos Estados Unidos, a partir da obra de Tocqueville?

2. COMPARANDO “TOCQUEVILLEANAMENTE” A “IGUALDADE” NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS.

Autor de *Carnavais, Malandros e Heróis* (DAMATTA, 1990), o antropólogo Roberto DaMatta é considerado um importante comparativista de inspiração tocquevilliana. O autor qualifica Alexis de Tocqueville como:

“(…) o primeiro a descrever essa América, noticiando-a de um ponto de vista abertamente comparativo, por meio de certos conceitos-chave, o principal sendo o de ‘igualdade’ e suas consequências como o igualitarismo (sua manifestação política mais evidente) e o individualismo (um dos seus concomitantes sociais mais básicos). Seguindo o exemplo de Tocqueville, também navegamos marcando diferenças, acentuando tendências inevitáveis e necessárias (como a igualdade como valor da constituição de um regime democrático no Brasil) (...)” (DAMATTA, 2005, p.10).

Para a maioria dos brasileiros, inclusive os “educados”, é difícil de acreditar que o País mais pujante de nossa Era, frequentemente descrito como “imperialista” e prontamente condenado pelos “excessos” de seu “capitalismo”, tenha a igualdade como um de seus pilares mestres.

No entanto, o pioneiro Alexis de Tocqueville, ao ir para os Estados Unidos, já em 1831, teve esta clarividência! Nosso bravo aventureiro chegou aos Estados Unidos para fazer suas pesquisas, a pedido do governo francês. Ao contrário da França, ele encontrou na América um povo que não tinha “medo de trabalhar”, que construía suas casas, suas lojas, todos unidos para construir uma república. Essa união de forças fundava uma nação sem aristocratas, sem uma religião oficial que os indicasse o certo e o errado, mas com a certeza de que todos eram iguais e livres.

Um traço essencial dos indivíduos americanos é o seu “profissionalismo” (DAMATTA, 2005, p.153). A Nova Inglaterra parecia estar vazia. Ninguém estava lá quando os peregrinos (*the pilgrims*) chegaram nesta terra. Vieram da Inglaterra, estes pequenos proprietários rurais e sitiantes, resolvendo abandonar as ideias da Igreja, pois ela não se livrava dos dogmas e das características do catolicismo romano, que colocava em dúvida sua relação com Deus. Logo, o Anglicanismo e seu País ficaram para trás e a bordo do *Mayflower*, partiram para a Virginia, em busca de uma vida nova. Por um erro de navegação, chegaram à Nova Inglaterra, próxima ao atual território do Canadá. Com um inverno rigoroso, no final de 1620, de um grupo de 100 colonos, apenas a metade sobreviveu (TOTA, 2009, p. 19).

A grande base da cultura americana formada por esses peregrinos, na época, foi o campo: o meio rural teve papel fundamental, de modo que os mais conservadores, até os dias atuais, condenam a vida nas grandes cidades, pois imaginam que seu estilo de vida trará o pecado e a perdição aos homens e mulheres. Eles veem a vida no campo como pura e reta, o que os permite se considerarem os “verdadeiros americanos” (*idem*, p.20).

A ausência de governo exigiu que esse povo criasse suas próprias leis, criando as condições propícias à elaboração de sua primeira Constituição escrita, a única até os dias de hoje. É importante considerarmos, por um instante, a visão dos “fundadores” sobre as leis. Os peregrinos, como são chamados aqueles colonos

ingleses puritanos que construíram a república americana a partir da “profissionalização do trabalho”, nutriam a crença da necessidade de instituições que os mantivessem iguais perante a lei. Este pensamento está na base da história do constitucionalismo norte-americano: “chegados à América, os peregrinos, mormente puritanos, imbuídos de igualitarismo, não encontrando na nova terra poder estabelecido, fixaram por *mútuo consenso*, as regras por que haveriam de governar-se” (FERREIRA FILHO *apud* LENZA, 2010, p.52).

Simple famílias chegam a esta terra buscando novas oportunidades, uma vida nova, porque não dizer, e as primeiras ideias que tiveram diziam respeito ao modo como iriam respeitar a lei por eles criada. Os pais de família, embarcados no *Mayflower*, firmaram o célebre ‘*Compact*’ (1620). Após, estabeleceram-se as *Fundamental Orders of Connecticut* (1639), incorporadas pelo rei Carlos II, à carta outorgada em 1662. Hoje em dia, temos como legado a ideia do estabelecimento e organização do governo pelos próprios governados, os verdadeiros soberanos, simbolizando uma das bases para a criação das constituições democráticas (FERREIRA FILHO *apud* LENZA, 2010).

Destarte, ainda que as notícias televisivas e boa parte de nossa educação influenciem nossa visão geral, brasileira, normalmente crítica e negativa, sobre o presente do país mais poderoso do mundo, devemos sempre considerar a “história comparada” como método para compreender o excepcionalismo americano, tanto em matéria de política quanto de inovação tecnológica. Acreditamos que o “profissionalismo”, mencionado por DaMatta (2005), seja um dos grandes diferenciais. Isto acrescenta muito na grandeza da sociodiceia do povo americano: a figura imponente de um trabalhador que, de tanto orgulho, realiza seu trabalho como se estivesse salvando o mundo de uma catástrofe. Trata-se precisamente de uma disposição de caráter cuja falta, em muitos homens e mulheres do “terceiro mundo”, se paga pelo nosso subdesenvolvimento e dependência externa, apesar da “vitimologia ressentida” de uma grande corrente de intérpretes da política da América Latina.

Apesar disso, não nos ofendamos: cada um tem a sua história, o seu início – uns se juntam para construir sua república; outros deixam que a terra seja saqueada por seus colonizadores... O orgulho dos trabalhadores americanos (DAMATTA, 2005, p.154), vai desde o modo de falar (os médicos, mesmo sendo jovens recém-formados, são chamados de *Doctor*), até o uniforme, cada um com uma cor característica que indica o tipo de trabalho que aquele cidadão realiza. Por exemplo, eles popularizaram o uso da expressão *blue-collar* (trabalhador de colarinho-azul), para classificar que aqueles que usam macacão azul como uniforme, fazem trabalhos manuais, diferenciando-se daqueles que realizam um trabalho mais formal, chamados de *white-collar*, ligado ao colarinho branco. Imagine vários trabalhadores americanos, que saem com seus macacões, visivelmente equipados com seus “cintos de utilidades” para que, com bravura, possam realizar o seu ofício, a sua vocação.

Mesmo estando equipados com suas super-ferramentas, os trabalhadores americanos, super-heróis cotidianos, também tem seus reverses: mas (ideal-tipicamente) eles não desistem! Aqui está outro dos traços de seu “profissionalismo”, a perseverança. Decorrem daí tantas histórias de triunfo e glória desses *self made men*: nesse sentido, Donald Trump disse em um documentário do Discovery Channel: “Este país reage muito bem sob pressão. Passa por estes tempos de pressão e, então, se torna mais forte do que antes” (TRUMP *in* A SAGA..., 2010).

Falamos, até agora, sobre o trabalhador americano. Consideremos, por um instante, os ricos americanos, que aparecem com trajes de gala, champanhe nas mãos, posando para capas de revistas chiques (*e.g.* Forbes Magazine etc.). A sociologia brasileira normalmente denuncia o que está supostamente errado, as calamidades dos pobres e necessitados americanos, fazendo com que produzamos muito material bibliográfico sobre o assunto. Contam-se nos dedos os trabalhos brasileiros sobre ricos e bem-sucedidos, sem ao menos entendermos porque e como eles surgiram. Será pelo “profissionalismo” que comentamos anteriormente?

Sabemos que, hoje, possuir um milhão no banco não tem o mesmo significado do passado. Mesmo assim, acreditemos ou não, os americanos ainda imaginam que sua riqueza vem do trabalho. Esse é o *american way of life*! Segundo Roberto DaMatta (2005, p.166), o rico (típico), nos Estados Unidos, não é aquele que vemos nos filmes hollywoodianos (que coleciona obras de arte, carros importados, casacos de pele ou moram em mansões com cascata na piscina). Os verdadeiros milionários têm uma vida de “pessoas comuns”, humildes. Eles não usam como sua orientação seus bens monetários, mas sim o que lhes dá orgulho: a velha ideia de igualdade, que os americanos cultivam desde os primórdios de sua história – algo que impressionou nosso aventureiro Tocqueville, quando chegou à América, constatando forte contraste em relação à sua terra natal.

Duvida-se que os novos ricos americanos gastem mais de 600 dólares em um terno ou mais do que 200 em um par de sapatos. Eles dirigem seus carros velhos e colecionam seus cupons de desconto no supermercado, para ganhar aquele velho descontinho (vejam: “até eles sabem economizar!”), conforme Roberto DaMatta (*idem*, p.165).

Os Estados Unidos são marcados pela ideia geral do valor do trabalho, não importando de qual categoria: seja intelectual ou braçal. Então, quando consideramos a História desse povo, percebemos que o significado de seu sucesso e conseqüentemente de sua riqueza está ligado à forma como encara o trabalho produtivo: não como uma punição ou algo negativo, mas algo que os deixará ricos.

Diferente do procedimento de certos intelectuais de “esquerda” (que tomam propaganda ideológica por ciência e resistem em viajar pelos rincões da Nova Inglaterra para verificarem a objetividade de seus “diagnósticos” antiamericanos), pensamos que não devemos julgar tão antecipadamente um povo que tem como seu maior orgulho o fato de serem livres e de enriquecerem trabalhando e, dessa forma, terem construído seu próspero país. Os milionários de que tratamos, mesmo após acumular seu milhão, continuam a acordar às cinco horas para trabalhar e economizar os dez centavos... Será que só americano pode fazer isso?

E o brasileiro, como lida com a democrática ideia de igualdade? O brasileiro típico-ideal, que se identifica ao tipo sociológico do “homem cordial” (HOLANDA, 2012), possui uma relação muito particular com a hierarquia. O *habitus*⁷ nacional é constituído de tal forma que estamos prontos a negar virtualmente a existência de desigualdades e de hierarquias na sociedade, ao mesmo tempo em que gozamos ao reafirmá-las em situações que nos são favoráveis, sempre que é necessário esclarecer “*com quem você está falando*” (DAMATTA, 1990). Somos uma “república no papel”, com uma alma de sociedade cortês. Vivemos, portanto, no duplo registro do “indivíduo” e da “pessoa”: isto é, da sociedade competitiva e igualitária de homens autônomos e livres; bem como no da sociedade patriarcal e hierárquica, da dependência e do apadrinhamento. Este paradoxo aparente, não obstante, não nos choca: ao contrário, isso nos é francamente familiar. Estamos, por assim dizer, “habitados” pela socialização histórica a este tipo de “jogo duplo”.

Segundo DaMatta (1990), nossa sociedade é “alérgica” às crises. Não somos capazes de aceitá-las e assumi-las como um problema real a ser enfrentado e superado. Preferimos omiti-las e negá-las, como se não existissem (ao contrário do tipo americano, perseverante, movido pelo desafio...). Uma das chagas que mais gostamos de esconder é o fato de vivermos numa das sociedades mais desiguais do mundo⁸. No íntimo, concebemos o mundo social em termos de superiores e inferiores, senhores e escravos. Mas nossa mentalidade “politicamente correta”, falsamente republicana, não nos permite assumi-lo publica e francamente. Conforme já havíamos mencionado noutro lugar:

“(…) uma série de conjunturas históricas e culturais, ligadas ao processo de formação dos Estados português e brasileiro, produziram *habitus* políticos, em conseqüência dos quais, as relações personificadas de lealdades e de trocas de vantagens (...) ainda são decisivas entre nós” (ROCHA e SILVEIRA, 2009, p.15).

A ambivalência da nossa visão de mundo ora nos dá a liberdade republicana de um “indivíduo autônomo”, competente para comprometer-se pela via do contrato (*e.g.* associação civil); ora nos lembra de que vivemos numa sociedade desigual (animada pelo *status*) e que, sem “padrinho”, dificilmente se concorre em igualdade de condições (DAMATTA, 1990). Não possuindo aquela igualdade que pressupõe os verdadeiros contratos, nos resta depender do *status*, senão do próprio, pelo menos daquele das pessoas que constituem

7 O *habitus* é um dos conceitos centrais na teoria sociológica da ação de Pierre Bourdieu. Neste artigo, falamos em *habitus* nacionais, para fazer referência às disposições psicológicas e morais que apreendemos pela educação e pela convivência, especificamente nas fronteiras desta nação-continente que se convencionou chamar “Brasil”. Os *habitus* não são a “cultura” de um país. Eles tampouco são conscientes. São disposições para agir, pensar e sentir incorporadas através dos processos de socialização. Jenkins comenta que o “(...) poder do *habitus* deriva da inconsciência do hábito e da habituação, mais do que de regras e princípios aprendidos conscientemente. As performances socialmente competentes são produzidas como uma questão de pura rotina, sem qualquer referência a um corpo de conhecimentos codificados, e sem que os atores saibam necessariamente ‘o que estão fazendo’ (no sentido de estarem aptos a explicar adequadamente o que estão fazendo). (JENKINS, 2003, p.76 – tradução livre dos autores). Ironicamente, os brasileiros podem pecar impunemente, pois, também eles “não sabem o que fazem” (BÍBLIA, Lucas 23:34). Ou sabem?

8 Segundo o Fundo Monetário Internacional, em 2013, o Brasil, apesar de ser a 7ª maior economia do mundo, ocupava a 76ª posição relativamente à distribuição per capita do PIB, dentre 187 países considerados, atrás de países “críticos” como Gabão, Líbia, Venezuela, Líbano, dentre outros. (Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_países_por_PIB_\(Paridade_do_Poder_de_Compra\)_per_capita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_países_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra)_per_capita)).

a nossa “rede de contatos” e de lealdades – aquilo que os americanos chamam, sem nenhum pudor, de *social network*. Mas eles utilizam as “carteiras de clientes” em um plano muito diverso, o do profissionalismo. Mas “Ai de quem ouse confessar!” que os brasileiros usam o seu “capital social” para beneficiarem-se pessoalmente e em mesmo prejuízo do “bem comum” (e dos ben\$ comun\$). Somos cúmplices em fingirmos, uns para os outros, que não sabemos dessa “verdade”, que há muito já não é segredo para ninguém.

Contemporaneamente, a censura “simbólica” ainda é reforçada pela ideologia do “politicamente correto”, alimentada pelo messianismo de certos setores da esquerda política e intelectual, a qual proíbe que chamemos as coisas pelos nomes que têm recebido historicamente. Neste contexto, Luiz Felipe Pondé argumenta:

“(…) O problema com o politicamente correto é que ele acabou por criar uma agenda de mentiras intelectuais (filosóficas, históricas, psicológicas, antropológicas, etc.) a serviço do ‘bem’, gerando censura e perseguições nas universidades e na mídia para aqueles que ousam pôr em dúvida suas mentiras ‘do bem’” (PONDÉ, 2012, p.32).

Para sermos politicamente corretos, devemos chamar os pretos de “afrodescendentes”; os aleijados de “portadores de necessidades especiais”; os veados de “homoafetivos”; as favelas de “comunidades”; e as mulheres de “iguais”. Isso não implica, porém, que tenhamos resolvido – ou sequer enfrentado seriamente – o estigma e a desigualdade de condições reais dos grupos desfavorecidos... É uma infrutífera guerra de censuras no campo do uso da língua. O único efeito real do mecanismo psicossocial do politicamente correto é a promoção simbólica (legitimação) dos porta-vozes “do bem”, com a desqualificação sistemática dos seus adversários, como “mal informados”, “burros” ou simplesmente “cruéis”. Esse é, portanto, um ponto crítico de certos usos sociais do discurso apaixonado dos Direitos Humanos⁹.

Podemos, a partir deste ponto, esboçar rapidamente uma genealogia dos processos históricos que criaram esse *habitus* ambivalente, falsamente igualitário, amante inveterado, embora velado, do *status* e da *distinção*. Uma das causas históricas da produção de nossas atitudes mais fortemente arraigadas, em nosso inconsciente coletivo, é o fato de que o nosso país foi consolidado tendo como base a família patriarcal – enquanto, por contraste, como vimos, teríamos, na América, indivíduos autônomos propensos à associação civil interessada. Sérgio Buarque de Holanda escreve:

“Em qualquer lugar em que a noção de família prospere e tenha base muito sólida – geralmente onde o tipo patriarcal de família predomina – a formação e o desenvolvimento da sociedade tal como a entendemos hoje tendem a ser precários e a enfrentar fortes limitações. A dificuldade dos indivíduos de adaptarem-se aos mecanismos sociais é especialmente aguda nos dias de hoje, dado o triunfo decisivo de certas virtudes antifamiliares, tais como aquelas baseadas no espírito da iniciativa individual e na competição entre cidadãos” (HOLANDA, 2012, p.114 – tradução livre dos autores).

Sérgio Buarque de Holanda (2012) desenvolveu o tipo-ideal do “homem cordial”, para descrever a dependência psicossocial que, em nosso país, temos uns dos outros. Vivemos pelos outros e para os outros. Não somos como indivíduos autônomos “típicos-ideais”, nem mesmo como os verdadeiros americanos históricos e cotidianos.

“Para o homem cordial, a vida social é, em alguma medida, verdadeira liberação do pânico que ele sente de viver consigo mesmo e de depender de si mesmo sob todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de revelar-se aos outros continuamente reduz o indivíduo à parte social e periférica da vida, a qual, para o brasileiro (...) é a que mais importa. Mais do que tudo, ele vive através dos outros (...)” (HOLANDA, 2012, p.118 – tradução livre dos autores).

Outra das causas históricas de, por assim chamá-lo, nosso “DNA nacional”, foi a constituição de nosso Estado, pelos portugueses, com caráter francamente “patrimonialista”. Não tivemos – e não temos ainda hoje –, então, um Estado que possua, por quadro de funcionários, verdadeiros “burocratas” no sentido weberiano e “puro” da palavra, ou seja, que possam ser definidos por sua ênfase no interesse público, na especialização funcional, na defesa de garantias para os cidadãos, nas habilidades profissionais e na ordem impessoal (WEBER, 1999, p.144; WEBER in COHN, 2002, p.128-131; SAINT-PIERRE, 1999, p.133-136, etc.). Sobre a “pessoalidade” em nossa brasileira burocracia, portanto, Holanda disserta:

9 Voltaremos a este ponto em trabalhos posteriores.

“Não era fácil para funcionários públicos, os quais foram formados nessa sociedade, compreender a distinção fundamental entre os domínios público e privado. Então, de acordo com a definição de Max Weber, eles denotavam precisamente o que separa o oficial “patrimonial” do puro burocrata. O oficial “patrimonial” pensa sobre a atividade política como uma questão de interesse privado; as funções, cargos, e benefícios que se obtém desta atividade são seus direitos pessoais. Em contraste, em um estado verdadeiramente burocrático, interesses objetivos prevalecem: especialização funcional e esforços para assegurar garantias para os cidadãos. Aqueles que decidem a quem atribuir os cargos públicos, em um sistema patrimonial, colocam mais ênfase em sua confiança pessoal nos candidatos do que nas suas habilidades. Em todos os sentidos, falta, aos sistemas patrimoniais, a ordem impessoal que caracteriza a vida em um estado burocrático” (HOLANDA, 2012, p.116 – tradução livre dos autores).

Dentre os chamados “intérpretes do Brasil”, Raymundo Faoro (2001) foi um dos que melhor explicou a origem de nossas atitudes antidemocráticas. Com efeito, a constituição histórica do estado patrimonialista desencorajava, no Brasil, o surgimento do “indivíduo” – no sentido que o entendemos aqui, como o típico “burguês” –, mas facilitava um padrão de produção de elites de tipo estamental (*Stand*, em alemão; *status group*, em inglês), dependente do Estado. Conforme comentamos noutro trabalho:

“Faoro (2001) explica que o fato de, em Portugal e no Brasil colonial e regencial, ter existido um “estado patrimonial” – no lugar do “estado feudal” da França e da Inglaterra – tornou improvável o afloramento de uma classe social economicamente interessada em riqueza, desvinculada do Estado. A confusão entre o patrimônio do rei e o erário público, bem como o surgimento de um estamento de tipo burocrático que se enobrece e enriquece pela ocupação dos cargos públicos, usurpados por eles, está no contexto sociopolítico do qual deriva o *habitus* político – tipicamente medieval ou monárquico – presente no comportamento do político brasileiro até hoje. Compreende-se, pois, que o *habitus* político, como sistema disposicional de atitudes frente à coisa pública, foi produzido segundo condições muito antidemocráticas. Por essa razão, não se pode esperar que ele produza as práticas democráticas que o tipo ideal (natureza) da república exige” (ROCHA e SILVEIRA, 2009, p.14).

Faoro explica (2001) que o estado português foi patrimonial, não feudal; e que isso, finalmente, bloqueou o empreendedorismo individual e, no limite, a criação de um verdadeiro capitalismo brasileiro. Não é de se estranhar que, ainda hoje, setores inteiros da economia “pertencam” ao Estado centralizador, somente se podendo tomar parte neles através do desenvolvimento de relações com o poder político. Faoro explica:

“Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente. Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência se ultrapassadas as fronteiras do comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo a expressão. Além disso, o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas todas aos monopólios e concessões reais” (FAORO, 2001, p. 35-36 – sublinhamos).

Pelo mesmo motivo, o *status* do funcionário público, que é uma espécie de “nobre” concursado ou nomeado, dependeu, aqui, mais da graça do monarca (ou seja, das relações interpessoais ou “capital social”) do que de suas atitudes empreendedoras e do voluntarismo interessado. Conforme Faoro:

“Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio – o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os leigos, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador” (FAORO, 2001, p. 35-36).

Outro traço que marca o sistema de atitudes (*habitus*) do brasileiro e que contrasta com aquele observado nos Estados Unidos é nosso típico desprezo pelo trabalho manual. Como vimos, os *pilgrims* puritanos, colonizadores da América do Norte, possuíam um sistema de crenças que legitimava e encorajava o empreendedorismo e a acumulação, baseado na ideia da predestinação e nos sinais da graça identificados

às “boas obras” (WEBER, 2002); e mesmo os milionários são, ainda hoje, ávidos trabalhadores (DAMATTA, 2005). Aqui, não! O trabalho nos parece um símbolo servil “indigno de nossa fidalguia”, especialmente o braçal (FAORO, 2001).

Finalmente, este *habitus* histórico tem consequências importantes quando tentamos implantar ideais republicanos em nosso país, como o “princípio da igualdade” e a “ordem jurídica geral e abstrata”. Neste ponto, recolocamos a questão: o que significa “ser igual” no Brasil? DaMatta esclarece:

“É aqui, precisamente, que a dicotomia indivíduo/pessoa nos ajuda. Pois essa é precisamente a questão: o que ocorre com a massa de pessoas que, não tendo mediador algum, entram no mundo diretamente, sem padrinhos, pistolões, ou mesmo patrões? É essa massa que constitui o mundo dos indivíduos e que está submetida à risca ao universo generalizante das leis. (...) Nós os chamamos de *massa* ou *povo*, conotando assim sua individualização ou falta de apadrinhamento social. Enquanto para nós [membros da elite educada] a individualização raramente ocorre – por exemplo, quando estamos sujeitos às leis do trânsito –, para eles a individualização é a regra. Apenas não estão sujeitos a ela quando acordam nos seus barracos e vivem no meio de seus familiares e vizinhos. Mesmo nesse caso, porém, existe dúvida, pois muitos dos membros dessa massa não têm família, esse recurso que é essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano entre nós. Essa é a mais profunda experiência de exploração em sociedades semitradicionais, como é o caso da sociedade brasileira: a de ser um indivíduo numa sociedade que tem seu esqueleto numa hierarquia, a de ser tratado como um número ou um dado global de uma massa, num mundo altamente pessoalizado, onde todos são “gente” e vistos com o “devido respeito” e a “devida consideração”. É aqui, na fila de tudo e submetido a todas as regras universalizantes do nosso sistema, que se descobre o modo pelo qual a exploração se dá entre nós. Criamos até uma expressão grosseira para esse tipo de gente que *tem* que seguir imperativamente todas as leis: são “*os fodidos*” do nosso sistema. São os nossos indivíduos integrais, e é para eles que dirigimos os nossos “Você sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1990, p. 198-199).

Ser igual é ser um fodido; o bom é ter padrinho! Ser um “fodido” é enfrentar enormes filas, ser maltratado nas repartições públicas, morrer na fila do SUS, aguardando atendimento, ser preterido na disputa por um cargo em favor de alguém com currículo inferior, mas com “melhores relações”... Em nosso país, desde a colonização e do desenvolvimento do sistema de produção conhecido como complexo-Casa-Grande-Senzala, nossa atitude geral implicou em que o “apadrinhamento” e as preferências pessoais funcionassem como verdadeiras instituições, antídoto para os males da individualização igualitária. Conforme fez notar Gilberto Freyre:

“O complexo familiar, do qual a Casa Grande em conjunção com a senzala era expressão, expandia seu poder socioeconômico lhe sendo acrescido seu papel básico de residência da família patriarcal – incluindo benfeitorias tais como uma igreja, um banco, uma escola e centros não só para assistência espiritual, mas também para o atendimento das necessidades da comunidade, não apenas destinados aos escravos, mas também aos pequenos fazendeiros e aos agregados, estes últimos constituindo uma espécie de relação pobre anexa à Casa Grande como, por assim dizer, membros sociológicos da família principal. Este sistema cresceu a partir da instituição mais patriarcal imaginável, em um Brasil com uma sociedade patriarcal baseada na escravidão. A instituição era o *compadrio*, uma paternidade compartilhada, uma intimidade entre padrinhos e pais naturais. Com a benção da Igreja Católica, os proprietários de uma típica Casa Grande, por força do noblesse oblige, tornaram-se padrinho e madrinha dos filhos de pequenos fazendeiros, dos filhos dos agregados, e, acima de tudo, da prole dos escravos, alguns dos quais ganharam o nome de família do patriarca. Ser um *compadre* destes patriarcas, ou seja, tê-los por padrinhos de seu filho, era mais do que uma honra; significava adquirir direitos à proteção patriarcal.

Por tais razões, não eram poucos os filhos de pais e mães escravos, ou filhos de agregados morando nas Casas Grandes, que receberam, quando suficientemente inteligentes, a mesma educação que os senhores moços da casa. Eles também foram educados pelo padre familiar, foram enviados para estudar em escolas de educação superior, e foram favorecidos em sua promoção enquanto profissionais pelos governantes atentos às demandas dos patriarcas influentes. Tudo isso era uma extensão do poder da família patriarcal sobre o psicossociocultural com um todo” (FREYRE, 1986, p.lxxv-lxxvi – tradução livre dos autores; sublinhamos).

Em nossa frágil República, refundada em 1988, o apadrinhamento ainda rompe com o “véu da igualdade”. Em muitos setores da vida social – profissional, político, intelectual, etc. –, ser igual não significa ser livre e autônomo, favorecendo a concorrência e associação civil pela via do contrato. Não nos enganemos! Nossa sociedade de massas, que valoriza a distinção social (*status*), impõe que ser igual seja o mesmo que ser “povão”, que ser “fodido”, ser indistinto a tudo e a todos, logo, ser insignificante. O capital de relações sociais

dos “indivíduos”, que lhes permite quebrar o tratamento igualitário, nos recoloca nos registros sociológicos e psicológicos da “pessoa”, da hierarquização social pela via do apadrinhamento, do enriquecimento pessoal usurpado da coisa pública, seja pela via do concurso público, seja das relações pessoais com os poderosos – tudo muito antirrepublicano e antidemocrático.

Embora este artigo tenha o caráter de “reflexão teórica”, ainda modesta, utilizamos as metodologias histórico-comparativa e típica-ideal. Por isso, nossas hipérboles devem ter sido lidas sempre com cautela – pois os exageros fazem parte da heurística: o artigo também tem uma intenção pedagógica. Para não fechar o debate, concluímos recolocando, em outros termos, uma pergunta já expressa anteriormente: Será que o povo brasileiro, assim como o americano, apesar de tudo o que dissemos, também é capaz de constituir-se, à sua maneira, como uma sociedade de indivíduos autônomos, republicanos e democráticos? Conseguiremos superar nossos intempestivos ranços aristocráticos, para nos concebermos como “iguais”, nos termos da Constituição, sem “jogo duplo”, “ambivalência”, censura às opiniões contramajoritárias e, finalmente, sem a necessidade do recurso ao “jeitinho brasileiro”? Acreditamos que nossos leitores já perceberam nossa opinião. No entanto, os autores agradeceriam eventuais contribuições ao debate proposto, seja através de críticas construtivas ou de opiniões contrárias.

REFERÊNCIAS:

A SAGA dos Estados Unidos: Episódio 12 – America: Millenium. History Channel. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3rRfSVuqH08> Acesso em: 14 set. 2015.

ADAMS, Ian; R.W. Dyson. **Cinquenta pensadores políticos essenciais**: da Grécia antiga aos dias atuais. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

BÍBLIA. Português. **Santa Bíblia**. Tradução João Ferreira de Almeida. L.C.C. - Publicações Eletrônicas, 07 jun 2001. Total de páginas. 1336p. Disponível em: <<http://www.camaramarilandia.es.gov.br/Arquivo/Documents/PAG/bibliasagrada.pdf>>. Acesso em 04 set 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. **Doutrinas e filosofias políticas**: contribuição para a história das ideias políticas. São Paulo: Atlas, 2002.

COHN, Gabriel (org.) **Weber**: sociologia. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

_____. **Tocquevilleanas**: notícias da América – crônicas e observações sobre os Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

DEMOCRATIC Statecraft: Tocqueville, Democracy in America. Steven Smith. Yale Open Courses. 4 dez. 2006. Disponível em: <http://oyc.yale.edu/political-science/plsc-114/lecture-23#ch1> Acesso em: 13 set. 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **The masters and the slaves**: a study in the development of Brazilian civilization. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Roots of Brazil**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2012.

JENKINS, Richard. **Pierre Bourdieu**. Londres: Routledge, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Lista de países por PIB (Paridade do Poder de Compra) per capita. In: **Wikipédia**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_países_por_PIB_\(Paridade_do_Poder_de_Compra\)_per_capita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_países_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra)_per_capita) Acesso em: 04 set. 2015.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da filosofia**: ensaio de ironia. São Paulo: Leya, 2012.

ROCHA, Alvaro Filipe Oxley da; SILVEIRA, Gabriel Eidelwein. Estado e democracia: esboço de uma interpretação do habitus político brasileiro. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**. São Leopoldo, v.01, n.1, p. 9-15. Jan/jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/5131/2383> Acesso em: 04 set. 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. Campinas: Unicamp, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**: and two essays on America. Londres: Penguin Books, 2003.

_____. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Viagem aos Estados Unidos**. São Paulo: Hedra, 2010.

TOTA, Antônio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1. 4.ed. Brasília: UnB, 1999.

APONTAMENTOS ACERCA DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA INSTITUIÇÃO DO DIVÓRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

Alice Krämer Iorra Schmidt¹

Resumo: O presente artigo científico aborda a temática do casamento e a possibilidade de sua dissolução. Utilizando-se o método hipotético-dedutivo, o estudo realiza, inicialmente, um apanhado histórico do processo evolutivo da temática do descasamento no Brasil, mencionando alterações legislativas e constitucionais importantes quanto à matéria. Aborda desde a absoluta impossibilidade de dissolução dos vínculos conjugais até o divórcio correspondente ao exercício de um direito potestativo dos cônjuges. Posteriormente, apresenta a problemática da subsistência (ou não) do instituto da separação judicial no ordenamento jurídico pátrio, haja vista certa polêmica doutrinária e jurisprudencial acerca da temática, inclusive com menção ao Projeto de Lei número 7.661/2010 que trata sobre o assunto. Em seguida, tece considerações acerca da possibilidade jurídica do divórcio eletrônico no Brasil, ou seja, aquele realizado através do uso da internet – tão presente no dia a dia dos cidadãos –, e também menciona o Projeto de Lei número 464, que tramita desde 2008 no Congresso Nacional, e que pretende realizar alterações no Código de Processo Civil quanto à temática em comento. Logo depois, analisa criticamente o disposto no referido Projeto, apontando modificações pertinentes, principalmente quanto à menção nele constante acerca da manutenção da separação judicial no sistema jurídico vigente e quanto à lacuna existente sobre a necessária presença de advogados no ato. Por fim, demonstra alguns benefícios da instituição do divórcio eletrônico no Brasil e sugere formas de se viabilizar e concretizar essa forma de dissolução dos vínculos conjugais de maneira rápida e segura, evitando delongas desnecessárias e desgastantes aos cônjuges e, sobretudo, auxiliando o Poder Judiciário na árdua tarefa de diminuir o contingente de demandas postas à sua apreciação. Tem como objetivo principal, pois, a análise de uma medida que auxiliaria na “desjudicialização” e “desburocratização” de determinados processos, forte tendência diante do espectro atual da justiça brasileira.

Palavras-chave: Casamento. Divórcio. Meios Eletrônicos.

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

A possibilidade jurídica de descasamento no Brasil, desde os tempos mais remotos, sempre foi considerada extremamente difícil – quando não impossível –, mormente porque as Constituições, que davam o norte e o fundamento de todo o ordenamento jurídico pátrio, não a admitiam.

Vivia-se um tempo em que, embora o casal não mais se amasse e não mais encontrasse motivos para manter a união, viam-se obrigados a manter uma instituição falida e fadada à infelicidade, haja vista que não havia mecanismos legais para separá-los em definitivo.

No entanto, a ciência jurídica, sempre muito interligada com os contextos sociais, começou a despertar para a problemática e, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão foi aparentemente resolvida com a permissão constitucional de dissolução do casamento civil pelo divórcio.

Tendo a Norma Maior previsto expressamente o divórcio como meio dissolutivo do casamento, as leis infraconstitucionais posteriores seguiram a mesma tendência, muitas das quais, aliás, trataram de facilitar seu processamento – como é o caso da Lei n.º 11.441/2010 que, em linhas gerais, permitiu o divórcio extrajudicial em Tabelionato de Notas.

A despeito da legislação já em vigor no país e dos progressos que já foram alcançados no decorrer da história, nosso estudo aborda uma possível temática futura sobre o Direito de Família, qual seja o divórcio por meios eletrônicos.

Trata-se de um tema extremamente atual e de grande aplicabilidade prática, haja vista que facilitaria sobremaneira o desfazimento do casamento, utilizando-se, para tanto, os meios eletrônicos que estão, a cada dia mais incrustados no meio social.

¹ Professora no Centro Universitário UNIVATES, alice.iorra@univates.br.

A questão é problemática e levanta uma série de questionamentos, mas, como será demonstrado, traria grande economia de custos emocionais e financeiros às partes envolvidas.

BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DO INSTITUTO DO DIVÓRCIO NO DIREITO BRASILEIRO

O divórcio deriva do latim *divortere*, que significa separar, apartar ou dividir. Em linhas gerais, refere-se ao modo de rompimento do vínculo matrimonial reconhecido pela lei (ACQUAVIVA, 2006, p. 320). Ao lado dele, também a morte e a nulidade ou a anulação do casamento são formas de extinguir o vínculo conjugal (art. 1.571, CC).

Dado o panorama extremamente rigoroso que até então vigia, foi necessário percorrer um longo caminho para que o divórcio fosse aprovado no Brasil. Foi-se da indissolubilidade absoluta do vínculo conjugal, perpassando pela fase da possibilidade jurídica do divórcio com separação judicial prévia, até se chegar à ampliação da possibilidade de divórcio – seja pela conversão da separação judicial, seja pelo exercício direto –, até se chegar ao que temos hoje, ou seja, ao divórcio como mero exercício de um direito potestativo (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2011, p. 524).

No decorrer da história brasileira, sempre se percebeu uma forte tendência antidivorcista, influenciada sobremaneira pela força da Igreja, notadamente a Católica². Nesse sentido, as Constituições anteriores a 1988 expressamente consagravam o “princípio da indissolubilidade do matrimônio”. Isso significa que as Leis Fundamentais de antanho, que orientavam e regulavam os direitos e deveres dos cidadãos e sob as quais repousava todo o ordenamento jurídico do país, indicavam no sentido de que o casamento era uma instituição que não estava sujeita a desfazimento. Ou seja, o próprio fundamento de validade de todo o sistema jurídico da nação brasileira impedia o descasamento (CAHALI, 2002, p.41).

Asseverava, por exemplo, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, em seu art. 163, que: “A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado” (BRASIL, 1946). Essa também foi a orientação dada pela Constituição Federal datada de 1967, mais precisamente em seu art. 167, §1º, e que se manteve no ordenamento jurídico pátrio até 5 de outubro de 1988, data em que promulgada a atual Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

A sociedade, marcada por um forte viés conservador e profundamente influenciada pela religiosidade, impedia que a instituição sacralizada do casamento fosse passível de dissolução, encarando-se essa possibilidade, até então, como um esfacelamento da própria noção de família e, justamente por isso, deveria ser impedido (DIAS, 2007, p. 268).

A intenção do legislador constituinte pátrio ao prever a impossibilidade de descasamento nas Constituições era bastante clara: impedir o legislador infraconstitucional de disciplinar a matéria de modo diverso, sob pena de incorrer em evidente e cristalina inconstitucionalidade. Assim, não poderia uma simples Lei Ordinária, Medida Provisória ou Lei Complementar prever a possibilidade de desfazimento do vínculo conjugal através do divórcio, haja vista que, se existentes, estariam eivadas de inconstitucionalidade originária.

Foi com o advento da Emenda Constitucional nº 09/1977 que o cenário começou a mudar. Ao propor uma nova redação ao § 1º do artigo 175 da Constituição Federal de 1967, o Poder Constituinte Derivado Reformador tratou de disciplinar a possibilidade de dissolução do matrimônio desde que houvesse prévia separação judicial por mais de 3 (três) anos ou anterior separação de fato com duração de 5 (cinco) anos. Acendeu-se, pois, uma “luz no fim do túnel” daqueles casais infelizes que, por estarem atrelados a um sistema jurídico exacerbadamente conservador, mantinham-se casados por não haver alternativa constitucionalmente viável à dissolução dos vínculos conjugais. Permaneciam casados, pois a lei impedia o rompimento, o que configurava uma ingerência estatal absurda sobre a autonomia de vontade das pessoas, uma evidente barreira quanto ao exercício do direito de busca da felicidade e um desrespeito considerável à dignidade do ser humano.

Essa nova perspectiva quanto à possibilidade de desfazimento do casamento através do reconhecimento do divórcio, nos dizeres de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2011, p. 516), “é imperativo para

2 Como destacam os autores Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, a ideia de indissolubilidade do casamento teria sido elevada à categoria de dogma, concepção que continua positivada no Código Canônico até os dias atuais (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010, p. 34).

um Estado que se proponha a consagrar um sistema jurídico efetivamente democrático e propiciador de uma necessária ambiência de promoção da dignidade da pessoa humana”.

Passo relevante foi dado com a aprovação da n.º 6.515/1977, conhecida como a “Lei do Divórcio”, que previa a possibilidade de separação judicial e duas modalidades de divórcio: direto e indireto. Nos termos da referida lei, a separação judicial rompia, mas não dissolvia o casamento, “tendo a suposta finalidade de permitir e instar os separados a uma reconciliação, antes que o passo definitivo do fim do vínculo matrimonial” (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2011, p. 530); o divórcio, por sua vez, rompia e dissolvia o vínculo conjugal, podendo se dar por conversão da separação em divórcio (arts. 25 e 35) e em caráter emergencial nos casos em que o casal já estivesse separado de fato há mais de cinco anos (art. 40).

A distinção entre divórcio e separação realizada por essa lei leva em consideração a ideia de que o casamento seria formado pela sociedade conjugal e pelo vínculo conjugal. A sociedade, que teria por base a vida em comum, só poderia ser dissolvida pela separação judicial. O vínculo, contudo, só se dissolveria com nova intervenção estatal, o que ocorreria exclusivamente por meio do divórcio (SILVA, 2011, p. 75).

A Constituição Federal de 1988, na redação original do § 6º do art. 226, aprimorou o instituto do divórcio, estabelecendo que o divórcio indireto poderia ser obtido no prazo de 1 ano (art. 1.580, CC), e, além disso, facilitou imensamente o divórcio direto, o qual dispensava separação prévia, mas desde que houvesse uma separação de fato há mais de 2 (dois) anos. Veja-se o disposto no artigo 226, § 6º: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos” (BRASIL, 1988).

Ainda sob a égide da concepção conversiva do divórcio, foi promulgado o Código Civil Brasileiro – Lei n.º 10.406/2002 –, que adotou a mesma sistematização da Lei n.º 6.515/77, normatizando, por essa razão, somente na separação judicial as espécies com e sem culpa, em acatamento à norma constitucional (SILVA, 2011, p. 15).

Percebe-se que sempre houve notória interferência estatal na esfera privada do matrimônio e, também, grande esforço legislativo para regulamentar a questão do casamento e sua dissolução. Dentre os possíveis motivos para que isso acontecesse, destaque-se a importância da família como base da sociedade (art. 226, caput, CF/88), a evidente profusão de relações interpessoais que reclamam o estabelecimento de regras para facilitar o convívio social e, por fim, a tentativa de manter uma homogeneidade de procedimentos e documentação a respeito da vida dos indivíduos, facilitando, assim, o controle e fiscalização estatal.

Fato é que não se pode admitir “entraves legislativos anacrônicos, burocráticos e, por que não dizer, impiedosos, que forcem a manutenção de uma relação falida, entre pessoas que não se amam mais e percebem que não vale mais a pena investir em uma situação irremediável” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2011, p.516).

Imbuídos desta percepção e considerando que a demora exacerbada do processo judicial para dissolver o vínculo matrimonial representava, amiúde, uma verdadeira “denegação de justiça”, outro importante passo na história do Direito de Família foi dado no ano de 2007. A Lei n.º 11.441, mantendo os parâmetros da Constituição Federal de 1988, aperfeiçoou o sistema jurídico, sobre o prisma da celeridade e economia, ao consagrar a possibilidade de separação e divórcio administrativos (extrajudiciais), desde que consensuais e dada a ausência de filhos incapazes. Ou seja, a citada lei, que alterou o Código de Processo Civil, permitiu a “desjudicialização” da separação e do divórcio consensuais, na medida em que permitiu que os casais formalizassem o descasamento diretamente em qualquer Tabelionato de Notas do país, mediante a simples lavratura de uma escritura pública (arts. 1.124-A, CPC). Vale observar que tal previsão será mantida com o advento do Novo Código de Processo Civil de 2015, consoante disposição em seu art. 733: “O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731”.

Nesse sentido, inicialmente se disse que a dissolução do matrimônio estaria sendo fomentada e instigada pela possibilidade de o realizar na via extrajudicial e, ainda, que o dispositivo legal estaria banalizando o instituto do casamento, haja vista que a sua dissolução seria possível por simples meios administrativos.

Em sentido diametralmente oposto, outros autores asseveravam veementemente que (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010, p. 49):

O que estamos a defender é que o ordenamento jurídico, na perspectiva de promoção da dignidade da pessoa humana, garanta meios diretos, eficazes e não burocráticos para que, diante da derrocada emocional do matrimônio, os seus partícipes possam libertar-se do vínculo falido, partindo para outros projetos pessoais de felicidade e de vida.

O Conselho Nacional de Justiça, atento às dificuldades encontradas na operacionalização da matéria da dissolução matrimonial por meio extrajudicial quando do advento da Lei nº 11.441/2007, editou a Resolução n.º 35/2007 que, por sua vez, disciplina detalhadamente o procedimento a ser adotado pelos serviços notariais e de registro. Destaque-se a inaplicabilidade das regras de competência do Código de Processo Civil aos pedidos de descasamento administrativos; a facultatividade em sua realização e em seu processamento; a desnecessidade de homologação judicial e a necessária presença de advogado.

Anos mais tarde foi apresentado um novo projeto de Emenda Constitucional, de iniciativa do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) que, aprovado em 2010, resultou na famosa Emenda Constitucional n.º 66/2010. A finalidade precípua da reforma foi dar nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.

Note-se, neste aspecto, uma completa mudança de paradigma, na medida em que o Estado passa a distanciar-se da vida íntima do casal e reconhece a eles autonomia para extinguir os vínculos matrimoniais, sem a imposição de regras quanto ao tempo ou de motivação vinculante (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2011, p. 532).

Certamente, a possibilidade jurídica de desfazimento do casamento pelo divórcio representou um maior respeito aos cidadãos que, por motivos vários, não mais pretendiam manter o casamento. Justamente por isso, a possibilidade de dissolver o vínculo conjugal pelo divórcio configurou, também, deferência à autonomia de vontade da pessoa em reger sua vida da forma como bem entender e, sobretudo, respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF).

O INSTITUTO DA SEPARAÇÃO AINDA PERSISTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO?

Uma interpretação restritiva e literal do artigo 226, §6º da Constituição Federal de 1988, que diz que “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”, levaria à ideia de que a separação judicial não foi extirpada do ordenamento jurídico brasileiro, porquanto não haveria proibição constitucional expressa – entendimento, aliás, que já fora expressamente manifestado em alguns julgados, a exemplo da Apelação Cível n.º 70048035208 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

DIVÓRCIO DIRETO. VIABILIDADE DO PEDIDO. NÃO OBRIGATORIEDADE DO REQUISITO TEMPORAL PARA EXTINGUIR A SOCIEDADE CONJUGAL. 1. A Emenda Constitucional n.º 66 limitou-se a admitir a possibilidade de concessão de divórcio direto para dissolver o casamento, afastando a exigência, no plano constitucional, da prévia separação judicial e do requisito temporal de separação fática. 2. Essa disposição constitucional não retirou do ordenamento jurídico a legislação infraconstitucional, que continua regulando tanto a dissolução do casamento como da sociedade conjugal e estabelecendo limites e condições, permanecendo em vigor as disposições legais que regulamentam a separação judicial, como sendo a única modalidade legal de extinção da sociedade conjugal, que não afeta o vínculo matrimonial. 3. Com ressalva do entendimento pessoal de que somente com a modificação da legislação infraconstitucional é que a exigência relativa aos prazos legais poderia ser afastada, estou acompanhando o entendimento jurisprudencial dominante neste Tribunal de Justiça e admitindo abrandar a questão relativa aos prazos legais. Recurso provido (SEGREDO DE JUSTIÇA) (TJRS, 2012ª). *Grifo nosso.*

Este posicionamento, salvo melhor juízo, leva em consideração o seguinte aspecto: como a Constituição Federal, alterada pela Emenda Constitucional n.º 66/2010, não retirou a separação judicial do sistema legal, então, por consequência lógica, ela deve ser mantida no ordenamento jurídico pátrio.

No entanto, a atividade do hermenauta vai além de interpretações rasas e desconexas com o contexto histórico e social; o intérprete do Direito deve estar atento ao complexo processo de sedimentação histórica da norma jurídica e ao contexto social em que ela está inserida. Isso leva a crer que a separação judicial teria sido afastada do sistema jurídico pátrio, por não haver motivos para a sua manutenção.

Embora ainda esteja formal e expressamente prevista na legislação, assevera Maria Berenice Dias (2007, p. 269):

[...] Ainda assim persiste a separação, instituto que traz em suas entranhas a marca de um conservadorismo atualmente injustificável. É quase um limbo: a pessoa não mais está casada, mas não pode casar de novo. Se, em um primeiro momento, para facilitar a aprovação da Lei do Divórcio, foi útil e quiçá necessária, hoje inexistente razão para mantê-la. A dispensabilidade da dupla via para pôr fim ao matrimônio é evidente: no momento em que se desmistificou o temor de que o divórcio acabaria com o casamento, desnecessária a prévia separação judicial e sua posterior conversão em divórcio. Portanto, de todo inútil, desgastante e oneroso, tanto para o casal, como para o Poder Judiciário, impor uma duplicidade de procedimentos para manter, durante o breve período de um ano, uma união que não mais existe, uma sociedade conjugal 'finda', mas não 'extinta'. *Grifo nosso*

Nesse mesmo sentido, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2010, p. 50) destacam que, dentre as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional n.º 66/10, encontra-se o fim da separação judicial, de forma que a única medida juridicamente possível para o descasamento seria o divórcio. Afirmam os autores categoricamente que, “a partir da promulgação da Emenda, o instituto da separação judicial desapareceu de nosso sistema e, por consequência, toda a legislação (que o regulava) sucumbiria, sem eficácia, por conta de uma não recepção” (2011, p. 545).

Coadunando com o entendimento esposado, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem decidido que, embora a separação judicial ainda conste no ordenamento jurídico de forma expressa, seus requisitos temporais não são mais aplicáveis, como se vê:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010. NOVA REDAÇÃO DADA AO ART. 226, § 6º, DA CF/88 QUE ELIMINA OS REQUISITOS À DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO. INSTITUTO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO FOI SUPRIMIDO DO ORDENAMENTO JURÍDICO. REQUISITOS TEMPORAIS PARA SUA DECRETAÇÃO. INEXIGIBILIDADE. Persistindo no ordenamento jurídico o instituto da separação judicial, e não mais subsistindo com o advento da EC nº 66/2010 os requisitos temporais (separação de fato por mais de dois anos ou da separação judicial por mais de um ano) para a decretação do divórcio, não se afigura razoável, por conseguinte, exigir das partes para a decretação da separação judicial (cujas consequências jurídicas são mais brandas do que as do divórcio) o preenchimento dos requisitos estampados no CC, quais sejam, de um ano de separação de fato para a separação litigiosa (art. 1.572, §1º) e de um ano de casamento para a consensual (art. 1.574, caput). Entendimento pacificado no 4º Grupo Cível. APELAÇÃO PROVIDA, EM MONOCRÁTICA. (SEGredo DE JUSTIÇA). (TJRS, 2012b). *Grifo nosso*.

Em virtude da pacificação do posicionamento do Tribunal de Justiça gaúcho sobre o assunto, editaram-se as Súmulas n.º 37 e 39 que, respectivamente, preveem:

37. A partir da Emenda Constitucional 66/2010, que deu nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, é possível postular, a qualquer tempo, divórcio direto, sem que seja necessário perquirir acerca dos prazos de um (1) ano ou de dois (2) anos, previstos no art. 1.580 do CC.

39. A Emenda Constitucional 66/2010, que deu nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, não baniu do ordenamento jurídico o instituto da separação judicial, dispensados, porém, os requisitos de um ano de separação de fato (quando litigioso o pedido) ou de um ano de casamento (quando consensual). *Grifo nosso*

De modo ainda mais contundente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Cível n.º 0208670-88.2010.8.26.0100, aduziu expressamente que:

Com o advento da Emenda Constitucional n.º 66, a redação do § 6º do art. 226 da Constituição Federal de 1.988 foi alterada, o texto passou a ser o seguinte: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”, o que demonstra que se aboliu do sistema jurídico pátrio a figura da separação judicial. Logo, a dissolução do vínculo conjugal somente é realizada pelo divórcio. (TJSP, 2012). *Grifo nosso*.

Aliás, louvável que este seja o entendimento adotado, mormente em se considerando o fato de que, sob o prisma jurídico, psicológico e econômico a retirada da separação do nosso ordenamento jurídico pátrio pode ser considerada benéfica (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2010, p. 56).

Por fim, imperioso salientar que tramita na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei n.º 7.661/2010³, de autoria do Deputado Federal Sérgio Barradas Carneiro (BA), que pretende declarar expressamente a extinção da separação judicial (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). A proposta busca revogar os dispositivos do Código Civil que tratam sobre a separação judicial, inclusive afastando as expressões “separação judicial” contidas no diploma civil, nomeadamente quando associadas ao divórcio. Note-se, portanto, uma forte tendência abolicionista.

POSSÍVEIS PROGRESSOS QUANTO À TEMÁTICA DO DIVÓRCIO NO DIREITO BRASILEIRO

Não há como prever com certeza o que está por vir no futuro do Direito de Família, mormente quando a matéria encontra-se umbilicalmente ligada aos contextos sociais que, sabe-se, são altamente mutáveis. Nada obstante, conjecturar acerca das possíveis alterações legislativas acerca de uma determinada matéria é uma atividade de bastante valia, ainda mais quando os estudiosos conseguem antever – ainda que, muitas vezes, de modo impreciso – o que o futuro reserva à matéria.

Notório que o contingente crescente de demandas no Poder Judiciário, em suas mais diversas esferas, implica a premente necessidade de se encontrarem alternativas “desjudicializadoras”, sob pena de o sistema entrar em colapso – seja pela falta de estrutura, seja pelo excesso de demanda.

É claro que esse aumento exponencial de ações em trâmite no judiciário também evidencia – o que é louvável – a concretização e ampliação do Princípio do Acesso à Justiça no Brasil (art. 5º, XXXV, CF), mas o abarrotamento do Poder Judiciário brasileiro indica, também, que o sistema não comporta tamanha quantidade de processos.

Para se ter uma ideia, o anuário estatístico de 2014, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), denominado “Justiça em Números”, aponta um dado tramitam no Judiciário brasileiro cerca de 95 milhões de ações para um contingente de aproximadamente 16 mil magistrados em todo o país (CNJ, 2014).

E as perspectivas não são animadoras. O CNJ projetou que até o ano de 2020 a quantidade de ações irá atingir a marca de 114,5 milhões caso a quantidade de processos continuar superando a capacidade do Poder Judiciário de julgar (CONJUR, 2014).

Mostra-se premente, pois, a necessidade de alteração legislativa no sentido de se conferir maior agilidade, presteza e eficácia às decisões ou, então, “desjudicializar” ou desburocratizar aqueles procedimentos que não implicam provimentos jurisdicionais propriamente ditos – sendo a intervenção do juiz revestida de caráter excepcional, só ocorrendo em situações específicas e pré-determinadas em lei.

É claro que a “desjudicialização” do processo brasileiro requer muito debate e reflexão, mas não se pode negar que a questão não seja deveras interessante diante do panorama atual.

Analisando a matéria sob a ótica do Direito de Família, nomeadamente na questão do divórcio judicial, é possível cogitar-se da possibilidade de utilização de meios eletrônicos para virtualizar, desburocratizar e agilizar o processo – via de regra, dolorido e desgastante – de dissolução dos vínculos conjugais.

A separação e o divórcio por escritura pública já demonstram essa evidente tendência de se encontrar alternativas à judicialização dos processos, mas será mesmo imprescindível haver a interferência do Poder Público na operacionalização dessas questões?

A informatização dos processos trazida pela Lei n.º. 11.419/2006, a crescente acessibilidade dos cidadãos aos meios eletrônicos e a profusão do desenvolvimento tecnológico são fatos irrefutáveis nos dias de hoje. Não há como negar, por exemplo, que os cidadãos estão cada vez mais *conectados* uns com os outros através da *internet* ou, então, que a virtualização dos processos traz enorme economia e agilidade na prestação jurisdicional. Contra esses fatos, salvo melhor juízo, não há contestação.

Diante disso, parece inequívoca a possibilidade de o Direito de Família beneficiar-se desses fatores, que já estão consolidados no meio social de forma praticamente inafastável, para permitir a dissolução do vínculo matrimonial por meios eletrônicos.

3 A íntegra do Projeto de Lei encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3801CD42B03AE7364643D3AD610E6DCD.proposicoesWeb1?codteor=789691&filename=PL+7661/2010> Acesso em 30 jul 2015.

Nesse diapasão, o Projeto de Lei n.º 464/2008, de autoria da então Senadora Patrícia Saboya (CE), pretende acrescentar o art. 1.124-B à Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para autorizar pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico no Brasil (SENADO FEDERAL, 2008).

A alteração proposta teria a seguinte redação:

Art. 1.124-B. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal, e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser requeridos, ao juízo competente, por via eletrônica, conforme disposições da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Parágrafo único. Da petição constarão as disposições relativas à descrição e partilha dos bens comuns, à pensão alimentícia e aos nomes, se tiverem sido alterados com o casamento.

Cumprido citar que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, o Projeto de Lei deverá sofrer alterações antes de sua aprovação final, a fim de que se adeque ao novo diploma processual.

Na justificativa do referido Projeto de Lei, a Senadora manifesta-se no sentido de que “a realidade do cidadão do terceiro milênio difere da experimentada na primeira metade do século passado, quando não se podia prescindir do processo em papel”. Ademais, refere que, nos dias de hoje, a realidade virtual alterou o cotidiano dos cidadãos, a exemplo das videoconferências, que permitem o contato virtual e instantâneo entre pessoas em locais distintos, e a realização de serviços bancários por meio de terminais eletrônicos (SENADO FEDERAL, 2008).

Nesta seara, assevera:

[...] A sociedade brasileira tem alcançado progresso, seja com as audiências à distância, como são exemplos as verificadas nos Tribunais Regionais do Trabalho, e a possibilidade, dada pela Lei n.º 11.441, de 4 de janeiro de 2007, de que se realizem o inventário, a partilha, a separação consensual e o divórcio consensual por via administrativa, em ofícios extrajudiciais, prática que suprimiu elevado número de demandas nos tribunais de justiça. Certo é que as tecnologias atuais, somadas a leis recentes e a ferramentas disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, possibilitam que petições de separação e divórcio consensuais sejam requeridas na via eletrônica, desde que estejam livres de questões que demandem instrução processual mais ampla (SENADO FEDERAL, 2008).

Finaliza a autora do projeto dizendo que o divórcio por meio eletrônico acompanharia a tendência mundial de assegurar a prestação jurisdicional, sem supervalorizar o formalismo que ainda se impõe a certas práticas processuais – e isso, sem sombra de dúvidas, propiciaria economia de tempo, dinheiro e papel, além de desconcentrar demandas dos tribunais (SENADO FEDERAL, 2008).

Partindo-se para uma análise mais abrangente da questão, pode-se acrescer à lista de benefícios da virtualização de processos de divórcio, ainda, a economia dos tribunais em pagamento de servidores e auxiliares; o aumento significativo de espaço físico para colocação de processos, sobretudo nas Varas de Família; a eliminação de fases “mortas” do processo, como o transporte, autuação, numeração, carimbos, armazenamento; a maior agilidade na tramitação do pedido; o menor desgaste emocional das partes envolvidas e, enfim, uma série de outras benesses que a supressão de uma espécie de ação judicial poderia propiciar.

Caso aprovado, o Projeto de Lei estaria primando pela agilidade e economia em prejuízo ao rigor formal dos processos atuais o que, parece, encontra plena consonância com os ideais de justiça e razoabilidade. Ou, melhor, está-se diante de um desapego excessivo à forma que acarretaria, em última análise, à satisfação plena dos cidadãos envolvidos em tempo aceitável e com menor custo emocional e financeiro.

No entanto, considerando o que foi exposto acerca do banimento da separação judicial no sistema jurídico pátrio, o Projeto de Lei n.º 464/2008, salvo melhor juízo, deveria também sofrer algumas alterações para se adequar ao atual entendimento sobre a matéria.

Ora, se a separação judicial não mais existe – como assevera a maioria da doutrina e da jurisprudência – não há necessidade de regulamentá-la. Não há por que se tratar de um assunto que nem sequer está em vigor no nosso sistema jurídico. No entanto, é evidente que não haveria como prever, ao propor o Projeto de Lei n.º 464/2008, que a Emenda Constitucional n.º 66/2010 extirparia a separação judicial do ordenamento jurídico pátrio, mas, não tendo ainda sido aprovado, coerente seria se o Projeto de Lei sofresse mudanças nesse sentido.

Afora essas questões puramente sistemáticas, importante analisar, em profundidade, as mudanças que o referido projeto pretende fazer. Em que pese contenha poucos artigos, o texto legal mencionado visa a alterar grandemente o processamento do divórcio consensual no país.

A julgar pela aprovação do Projeto citado, um casal, cumprindo os requisitos previstos, poderá acessar a rede mundial de computadores e, em minutos, estar definitivamente divorciado sem que haja a interferência direta do Poder Judiciário ou de serviços notariais ou de registro no ato.

Cristalino, com isso, que o princípio da celeridade processual ganha mais um aliado: a tecnologia. Nada será mais rápido do que a velocidade da *internet* para dissolver os vínculos conjugais. Trata-se de uma medida que preza não só a agilidade no procedimento, mas também a redução dos custos econômicos e emocionais das partes envolvidas.

Apesar da louvável intenção do projeto, importante tecer algumas considerações críticas a respeito.

É que o art. 133 da Constituição Federal de 1988 leciona que o advogado é indispensável à administração da justiça. Sendo assim e diante da omissão do projeto nesse sentido, poder-se-ia inferir dois breves raciocínios: ou o art. 1.124-B está dizendo que o advogado é dispensável no divórcio eletrônico – e, portanto, seria inconstitucional –, ou o artigo mencionado deverá ser emendado para, só então, ser aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República. Certo é que, com a redação original, apresenta uma enorme lacuna quanto à figura dos profissionais da advocacia.

Sugere-se, como alternativa para manter o texto do Projeto de Lei, uma regulamentação posterior a respeito do divórcio eletrônico e que esta, respeitando os dizeres constitucionais quanto à figura do advogado, preveja a necessidade deste profissional para o divórcio virtual. Mas de que maneira isso seria possível?

Não há uma solução estanque para a problemática. No entanto, traçando um paralelo com o assunto e tendo em vista o corajoso projeto dos Tribunais brasileiros em virtualizar paulatinamente todos os processos de papel, sugere-se que os advogados, por meio dos seus respectivos “Certificados Digitais” – arquivo eletrônico que contém o conjunto de informações referentes ao seu portador – possam, com segurança, realizar os divórcios por meio eletrônico.

Não está sendo proposto que os advogados entrem com ações de divórcio por meio eletrônico, o que já seria louvável. Está-se, além disso, conjecturando acerca da possibilidade de os advogados diretamente, portando os seus Certificados Digitais, realizarem o divórcio eletrônico através do acesso a um portal eletrônico da Justiça Estadual que seja criado especificamente para essa finalidade.

Parece bastante claro que este modelo dissolutório de vínculos conjugais implicará custos de desenvolvimento e concretização, seja na área de engenharia eletrônica e da computação, seja na análise de sistemas e treinamento de advogados, mas não se pode negar que, a longo prazo, estes custos serão absorvidos pela ausência de processos de divórcio em que as partes, capazes e sem descendentes menores, estão convictas da sua decisão de pôr fim a relação conjugal.

Destarte, a necessidade de implementação de um sistema eletrônico seguro, de acesso aos advogados, que permitisse o divórcio através do simples preenchimento de alguns campos de dados, acabaria por transformar o provimento jurisdicional acerca do divórcio em um simples documento formal emitido pela rede mundial de computadores. Daí que, em havendo interesse pela dissolução do vínculo conjugal, o divórcio seria atingido em minutos.

Há quem defenda, no entanto, que a prolação de uma sentença judicial ou de uma escritura pública seriam indispensáveis nestes casos, talvez ainda imbuídos na ideia que prega a imprescindibilidade da manifestação do Estado, por meio do magistrado ou do Tabelião de Notas, em causas congêneres.

Data vênua, entende-se que este posicionamento não é de todo correto.

Primeiro porque, nos casos de divórcio consensual – em que as partes estão gozando de plenas faculdades mentais, não possuem filhos menores e encontram-se desprovidas de qualquer ato que impeça a livre manifestação de vontade – o Poder Judiciário ou o Tabelião de Notas, representados pelas respectivas autoridades, raramente encontrarão motivos para negar a concessão do pedido formulado.

Segundo, porque existem no ordenamento jurídico pátrio certas demandas que são solucionadas sem que tenha havido a intervenção do Juiz de Direito na causa e, mesmo assim, são plenamente válidas e eficazes –

o que refuta o argumento de que somente o magistrado poderá decidir o conflito. É o que ocorre, por exemplo, com a sentença arbitral, que é título executivo judicial, formado pelo árbitro (ou junta arbitral) escolhido pelas partes (Lei n.º 9.307/1996).

Por fim, diz-se que o divórcio eletrônico seria plenamente válido e juridicamente possível, porque seria uma espécie de autocomposição extrajudicial, através da qual as próprias partes envolvidas encontrariam a melhor solução para a sua causa, de maneira a respeitar-se o direito à autonomia privada, à intimidade, à vida privada e, sobretudo, à dignidade do ser humano – sem ingerências estatais, sem despesas e, também, sem demoras injustificadas. Essas medidas de composição amigável dos conflitos, aliás, deverá ser estimulada por todos os operadores jurídicos, conforme leciona o art. 3º, §3º do Novo Código de Processo Civil.

Cumpre salientar, ainda, que assim como o procedimento de divórcio administrativo regulado pela Lei n.º 11.441/07, o divórcio eletrônico não dependeria de homologação judicial nem da intervenção do Ministério Público (art. 82, II, CPC/1973 c/c art. 178 CPC/2015) para surtir seus legítimos efeitos, além de constituir título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

É claro que toda esta problemática ainda deverá ser objeto de debates muito aprofundados antes de qualquer alteração legislativa, mas não se pode negar que se está diante de um tema acentadamente polêmico e que traria mudanças significativas no ordenamento jurídico pátrio.

Entre prós e contras, cristalino perceber que o Direito de Família está em constante desenvolvimento. Cabe a nós, intérpretes do direito, realizar um esforço interpretativo no sentido de alcançar o maior benefício possível às partes. Se não há mais amor, respeito e consideração recíprocos, não há motivos para manter os vínculos conjugais.

CONCLUSÃO

Os casais que se unem, com o intuito de formar uma família – na acepção mais elementar da palavra –, a princípio, não cogitam a ideia de rompimento daqueles vínculos de afeto que porventura os tenha aproximado.

No entanto, a fragilidade dos sentimentos humanos, as instabilidades emocionais, as dificuldades do cotidiano e uma enormidade de outros motivos acabam por, muitas vezes, desgastar a relação a ponto de torne-se insustentável.

No passado, o desfazimento daquele vínculo era inimaginável, eis que coibido pela sociedade, pela lei e, sobretudo, pela igreja. Sendo assim, os casais permaneciam casados e infelizes, pois não havia alternativa viável para o desfazimento do relacionamento por meios legais.

Com a evolução das relações sociais e do pensamento jurídico como um todo, o legislador pátrio passou a perceber que o desfazimento do vínculo conjugal era uma necessidade premente.

Para tanto, estabeleceu-se a partir da Constituição Federal de 1988 a possibilidade de desfazimento do vínculo matrimonial pelo divórcio e as legislações infraconstitucionais posteriores também trataram de disciplinar a matéria.

Em vias de tornar o procedimento mais célere e econômico, a Lei n.º 11.441/07 tratou de disciplinar o divórcio por meio administrativo, sendo perfectibilizado com a simples presença dos interessados – maiores, capazes, sem filhos menores e com advogado – junto a qualquer Tabelionato de Notas do país.

Em que pese esta louvável medida desjudicializadora, os divorciandos ainda devem dirigir-se ao Tabelionato de Notas, acompanhados por advogados, expor sua situação – às vezes constrangedora e traumática – ao Tabelião, manifestar a sua vontade inequívoca de dissolver o matrimônio, apresentar documentos e, enfim, agir proativamente para que a sua vida conjugal seja resolvida.

Cogitou-se, como alternativa aos procedimentos dissolutórios judiciais e administrativos, a possibilidade do divórcio por meios virtuais.

Sabe-se que a temática é deveras polêmica e que requer muito debate para, quiçá um dia, seja concretizada. De todo modo, seria uma alternativa salutar, na medida em que possibilita enorme economia – monetária e emocional – das partes, redução de processos em juízo e em via administrativa, redução de custos de tramitação, diminuição de espaço físico para colocação de pilhas de processos e papéis e, enfim, uma série de benefícios que a supressão de uma modalidade de ação ou procedimento administrativo poderia acarretar.

Além disso, insta referir que os meios eletrônicos estão incrustados no meio social de forma praticamente inafastável e, portanto, o Direito de Família poderia dispor dessa tecnologia para facilitar a vida dos cidadãos.

Por fim, deve-se dizer que o Direito, enquanto ciência atenta aos anseios e modificações sociais, deve estar preparado para apresentar alternativas que possibilitem uma solução justa de demandas que nem sempre são litigiosas, mas que, afinal, representam uma etapa a ser enfrentada na vida dos indivíduos que dela necessitam.

REFERÊNCIAS:

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva**. 13 ed. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2006.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm> Acesso em 6 jan. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 30 jul. 2015.

CAHALI, Yussef Said. **Divórcio e separação**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n.º 7.661/2010**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483750>> Acesso em 1º ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/relatorio-justica-em-numeros/#p=justicaemnumeros>> Acesso em 30 jul. 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4.ed. 3 tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Direito de família – As famílias na perspectiva constitucional. Vol. VI. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **O novo divórcio**. São Paulo: Saraiva, 2010.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **De olho na meta**: balanço do CNJ aponta que tribunais julgaram 87 milhões de ações desde 2010. Publicado em 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-nov-11/brasil-devera-114-milhoes-acoes-tramitacao-2020>> Acesso em 30 jul. 2015.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n.º 464/2008**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88532> Acesso em 1º ago. 2015.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **A emenda constitucional do divórcio**. São Paulo: Saraiva, 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS, 2012b). **Apelação Cível Nº 70047937933**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 28/05/2012. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/>> Acesso em 30 jul. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS, 2012a). **Apelação Cível Nº 70048035208**, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 30/05/2012. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/>> Acesso em 30 jul. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP, 2012). **Apelação Cível Nº 0208670-88.2010.8.26.0100**, 5ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SUJEITO PASSIVO, Relator: Moreira Viegas, Julgado em 7/11/2012. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6322833&vlCaptcha=ZAQTW>> Acesso em 1º ago. 2015.

MULHERES ADULTAS E SUAS EXPECTATIVAS AO INGRESSAREM NOS CURSOS TÉCNICO/PRO- NATEC: SOB A ABORDAGEM DA CATEGORIA DE GÊNERO E HISTÓRIAS DE VIDA

Vanise Valiente¹

Márcia Alves da Silva²

Resumo: Este estudo refere-se a uma pesquisa sobre as expectativas de mulheres adultas ao retomarem os estudos após longo período de afastamento da escola e do mundo formal do trabalho. O objetivo proposto para este trabalho será o de analisar a expectativa de mulheres adultas com o retorno aos bancos escolares em cursos Técnicos ofertados pelo PRONATEC³ após ter vivido por muitos anos com dedicação a família, marido, filhos e entre outros, ultrapassando possíveis barreiras e suas consequências. Os cursos técnicos do programa apontam para a melhoria contínua nos setores de produção e serviços, para a oportunidade de capacitação em novas técnicas e tecnologias, além de ampliar a possibilidade de ingresso no mundo formal do trabalho o que não quer dizer uma certeza, porém um diferencial no que diz respeito a este aspecto. A pesquisa será sob a abordagem da categoria de gênero e histórias de vida (sob o olhar Jossonian) dessas mulheres. O caminho a ser percorrido para realização do trabalho será o da metodologia qualitativa, através das histórias de vida em formação, ou seja, o caminho da narrativa, pois ela permitirá elucidar a singularidade e seu universo com a possibilidade da percepção de um processo de formação e vida unindo espaço, tempo e as diferentes dimensões de cada um em busca de si mesmo e de um saber de vida. Considera-se que a pesquisa proposta possa constituir-se numa ferramenta de ampliação pedagógica através da multiplicidade e pluralidade de olhares dessa formação. Os resultados deverão contribuir para o campo de produção acadêmica sob a abordagem da categoria de gênero, histórias de vida e formação, além de alinhar trabalho e educação. Bem como contribuir para a reflexão da necessidade de políticas educacionais que possibilitem as trabalhadoras e aos trabalhadores ingresso no mundo do trabalho (formal) com melhores condições de enfrentar a competitividade do mercado atual. Pensando em tal contexto, fazer a reflexão da impossibilidade de dissociação de trabalho e educação como exercício de cidadania.

Palavras-chave: Educação técnica. Capacitação profissional. Gênero. Histórias de Vida.

INTRODUÇÃO

Por muitos anos, mulheres adultas, trilham seus caminhos fora do mundo escolar e do mundo formal do trabalho. Casadas, com filhos, com suas casas e famílias para cuidar abdicam de suas próprias vidas. Através da oferta dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁴, encontram a possibilidade de reingresso nos bancos escolares e a oportunidade de retomada de seus estudos.

Os cursos Técnicos do programa apontam para a melhoria contínua nos setores de produção e serviços, além da oportunidade de capacitação de novas técnicas e tecnologias no trabalho. A qualificação profissional amplia a possibilidade de ingresso no mundo formal do trabalho, o que não quer dizer uma certeza, porém um diferencial no que diz respeito a este aspecto.

1 Psicóloga, Especialista em Recursos Humanos. Professora da Faculdade Senac-Pelotas/RS. Professora dos cursos de Pós-Graduação, Cursos Técnicos, Cursos Corporativos e In Company. Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. E-mail: vanisevaliente@hotmail.com

2 Socióloga, Mestre e doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas / UFPel. E-mail: prof.marciaalves07@gmail.com

3 Programa que faz parte do projeto de educação do governo Dilma Rousseff, instituído pela Lei nº 12.513 em 26 de outubro de 2011, com os objetivos de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio entre outros.

4 Programa que faz parte do projeto de educação do governo Dilma Rousseff, instituído pela Lei nº 12.513 em 26 de outubro de 2011 com os objetivos de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio entre outros.

Levando em consideração as questões acima referidas a fim de problematizar a temática que envolve esta escrita, buscamos abordar a categoria de gênero e de histórias de vida (sob o olhar Jossioniano) dessas mulheres que participam dessa política governamental. Pensando em tal contexto, fazer a reflexão da impossibilidade de dissociação de trabalho e educação.

Dessa forma levantamos a seguinte questão: Quais as expectativas das mulheres, adultas, ao ingressarem nos cursos Técnicos ofertados pelo PRONATEC? Assim, buscamos analisar o retorno de mulheres adultas aos bancos escolares em cursos Técnicos ofertados pelo PRONATEC e quais suas expectativas após ter vivido por muitos anos com dedicação a família, marido, filhos entre outros, ultrapassando possíveis barreiras e suas consequências, problematizando questões dos papéis de gênero, relativos ao mundo do trabalho e da educação e seus tensionamentos; investigando quais as expectativas de mulheres adultas ao ingressar em cursos técnicos, através das narrativas das histórias de vida; buscando entender de que forma se dá o enfrentamento de possíveis barreiras que podem surgir no lar e na escola; trazer novas formas de escrita que, além da subjetividade do autor da pesquisa, revelem outras formas de entender tais questionamentos.

A origem do texto vem ao encontro de nossa prática profissional, pois somos professoras e atuamos com mulheres, trabalho e educação. Nosso olhar investigativo é sustentado por referenciais teóricos sob a perspectiva de abordagem da categoria de gênero e de histórias de vida sob o olhar de Marie-Christine Josso (2004). O diálogo estabelecido deve ser fundamentado pelo caminho teórico capaz de abarcar esta demanda.

SITUANDO O CONTEXTO INVESTIGATIVO

Muitas mulheres adultas, casadas, com filhos, maridos, casa, além de variados compromissos e responsabilidades em seus lares perceberam que, através da oferta dos cursos Pronatec, poderia haver a oportunidade de reingresso aos bancos escolares para irem á busca de qualificação profissional. Com isso, após estarem apropriadas de seus respectivos diplomas, vislumbrar a possibilidade de ingresso no mundo formal de trabalho e estarem mais preparadas para enfrentar as diversas nuances que se apresentaram no novo caminho.

Como promessa de campanha do governo federal brasileiro (Dilma Rousseff) o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), dentro do primeiro ano de governo, transforma-se na Lei nº 12.513 em 26 de outubro de 2011, articulando-se com diversos ministérios e programas sociais altera algumas leis de governos anteriores. A Lei nº 12.513 de 2011, no parágrafo único do art. 1º apresenta os objetivos do Pronatec, que são basicamente de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância, bem como cursos e programas de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional. No art. 2º, a referida lei, dentro da prioridade de atendimento salienta os trabalhadores e os beneficiários dos programas federais de renda com cursos FIC ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis, com vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores (PORTAL PRONATEC, 2015).

A tarefa de executar os cursos recai sobre os chamados ofertantes, compostos pelas escolas do Sistema S⁵, as Escolas da rede pública Estadual e Federal, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), fundações públicas de EPT e instituições privadas de ensino técnico e superior com a finalidade de qualificar pessoas para o trabalho nos mais diversos eixos tecnológicos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), é uma dentre outras alterações de sucessivos governos, desde o início do século XX, quando foram criadas as primeiras escolas técnicas, vêm fazendo no ensino técnico brasileiro. O programa, em especial, como uma das bases da proposta eleitoral da atual presidente, recebeu um aporte financeiro considerável e junto com as articulações com outros ministérios.

De acordo com o MEC, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos está dividido em treze eixos tecnológicos, a saber: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão de Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Estes eixos tecnológicos abrangem uma diversidade de aproximadamente 220 cursos.

5 O sistema S é um sistema de capacitação ligado aos diversos segmentos da economia.

APROXIMANDO GÊNERO E TRABALHO

Conforme nos faz refletir Silva (2012), pensar questões da conexão de trabalho e educação com mulheres implica na composição dos papéis de gênero e de que forma estas proposições se relacionam. Os papéis de homem e mulher socialmente constituídos e percebidos, por estes e estas, mediados por papéis sexualmente construídos, não somente nos moldes biológicos, mas também os impostos no social.

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para designar, as relações sócias entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p.75).

A sexualidade está relacionada ao feminino da mesma forma que o marxismo ao trabalho. A mulher é tratada como objeto sexual que é sua condição primária de sujeição, está à disposição dos desejos e vontades dos homens. “O homem fode a mulher” (SCOTT, 1995, p. 77) ele como sujeito, o verbo e ela como objeto.

Mesmo que a ideologia possa refletir estruturas que já estão definidas de forma econômica e social, é necessário verificar e compreender a ligação entre a sociedade e a estrutura psíquica constituída.

O gênero, segundo a autora, é construído por meio do parentesco, porém não somente através dele. Faz parte desta construção a economia, a política e estas atuam de maneira abrangente e independente da questão de gênero.

De acordo com Shiebinger, o feminismo é um fenômeno social complexo que enfrentou várias situações difíceis como, por exemplo, as provocações do feminismo liberal, principal forma de feminismo liberal nos EUA e na maior parte da Europa Ocidental. Hoje quem não é a favor de igualdade de oportunidade para as mulheres. Rotulando a questão, quem não é um feminista liberal, questiona a autora.

No ano de 1972 Mary Wollstonecraft reivindicou com veemência, “Vindicação dos Direitos da Mulher” e a partir de então o chamado feminismo liberal trouxe algumas garantias às mulheres como, de igualdade de educação, pagamento e oportunidade (a Lei de pagamento igual de 1963); Título IX da Emenda da Lei de Educação em 1972; a Lei de igual oportunidade de Emprego de 1972) além da aceleração do ingresso das mulheres nas profissões. Muito embora, na atualidade, os salários dos homens são mais altos do que os salários das mulheres.

Para os liberais as mulheres são vistas como, inicialmente, iguais aos homens e tudo se equivale dizer que lutam para vencer num mundo masculino. A maior parte das pessoas entendem estas questões como sendo feministas.

As mulheres contribuem de forma diferente com a reprodução global da sociedade e da cultura, por meio da reprodução dos indivíduos, além de atender as demandas dos processos que ocorrem na vida cotidiana em suas condições vitais. Com isto as mulheres reproduzem relações sociais e políticas, instituições, espaços materiais e culturais de vida. “A mulher é idealizada como instintiva e sexual, como um ser que vive e cumpre funções naturais e que obedece sem vontade e nem consciência a natureza” (LAGARDE, 2005, p.117).

O trabalho da mulher é o de produzir e reproduzir, produtivo por gerar os seres humanos, além de produzir força de trabalho. Reprodutivo por oferecer condições essenciais para a manutenção da vida em todas as idades e ainda, reproduzir econômica, ideológica e afetivamente para os outros (p.119).

O trabalho reprodutivo é desvalorizado em uma sociedade que atribui valor econômico quando ocorre o pagamento de salário, a produção de bens no campo da relação pública e de contrato. O trabalho doméstico sem salário é considerado invisível, seu trabalho está a serviço da preservação vital e cotidiana dos outros, está subsumido por não mediar compra e venda de mercadoria (p.130).

Todas as mulheres são consideradas por Lagarde (2005) “madresposas”, o que significa dizer que, independente de sua idade, nacionalidade, religião, posicionamento político entre outros, as mulheres nascem com este destino, com esta prerrogativa, esta é a norma por pertencer ao sexo feminino - gênero. Podem ser tias, irmãs, avós, sobrinhas, vizinhas, amigas, solteiras ou casadas... Ser mãe e esposa faz parte deste contexto e quando nasce uma menina, esta será sua condição. Por ser mulher é considerada madrepresa. É exigido que

cumpram com seus papéis, que tenham a condição e o dever de reproduzir e cuidar. De manter e atender as necessidades do lar.

A mulher valoriza mais a existência dos outros e não a sua própria existência. Seu valor está subsumido e só é possível através da existência do outro. A existência de uma mulher só existe se houver um homem. Por isso a importância do casamento e da reprodução. A perpetuação de uma cultura patriarca que considera a mulher um ser carente, necessitado, que só poderá ser feliz se esta for a condição. “La mujer sola es imaginada como la mujer carente, le falta algo, le falta el dador de la vida social, le falta el hombre” (LAGARTE, 2005, p. 367).

A mulher realiza trabalhos abstratos e concretos, satisfaz as necessidades básicas de quem necessita deles. Acumula trabalho e sua jornada é desgastante entre a dedicação ao público e o privado. O trabalho das mães solteiras é de vital importância tanto para os indivíduos como para a sociedade, porque é através desse processo permanente de reproduzir e cuidar, que a sociedade se mantém.

Ao reproduzir a mulher produz valor, através de formas particulares e a partir disso cria-se o conteúdo cultural de uma determinada época, geração, estabelecendo crenças, concepções, saberes, linguagens e formas de comportamentos específicos (LAGARTE, 2005, p. 121).

Cada sociedade tem propostos seus mecanismos para atender as necessidades das pessoas. Pode-se propor a hipótese de que os processos de reprodução e vida tem se consolidado a partir dos lares. O centro de reprodução consumo e vida deixou de ser autossuficiente e inicia a produção para os mercados. A função básica dos lares, de cuidado e organização, não se altera em função desta lógica mesmo os processos de reprodução da vida humana, tornando-se invisíveis com a industrialização e com o sistema capitalista.

A subsistência e qualidade de vida alimentam-se de três fontes básicas: de cuidados e produções realizadas a partir do lar, o mercado e a oferta de bens e serviços. Apesar da importância do mercado capitalista na oferta de bens e serviços as estratégias de vida das pessoas se organizam a partir do lar de acordo com o nível de renda e com a participação pública nas tarefas de cuidado.

A dependência do salário e a cultura masculina do trabalho têm colaborado para enfraquecer os processos de sustentabilidade social e humana, dificultando o entendimento das ligações e correlações que mantêm com a produção capitalista.

A ciência e a cultura tem se construído através do poder masculino; em consequência, a valorização está voltada para as atividades dos homens. A sustentabilidade da vida humana realizada pelas mulheres não tem valorização no desenvolvimento de suas atividades.

A pesquisadora feminista espanhola Cristina Carrasco (2003) nos mostra em sua obra que, com a progressiva participação feminina no mundo do trabalho e a visão nula e masculina dessa transformação, as mulheres assumem uma dupla jornada de trabalho, com deslocamentos sucessivos o que intensifica seu tempo de trabalho.

AS HISTÓRIAS DE VIDA COMO METODOLOGIA INVESTIGATIVA

Josso (2004) afirma que não haveria vida sem as ligações bio-psico-sociais e suas nuances de multiplicidade. Não haveria histórias sem as ligações de acontecimentos materiais e psíquicos por meio de suas dimensões individuais e coletivas. Não há grupo sem suas ligações com o cosmos e ligações com seus elos sociais.

O processo de caminhar para si apresenta-se, assim, como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com os outros e com o ambiente humano e natural (JOSSO, 2004, p. 59).

Revisitar sua história de vida com um guia e fazer uma retrospectiva para pensar o que trouxemos de contribuição para nos tornarmos o que somos hoje, para entender o que nos fez seguir em frente, ir em busca de novos caminhos, saber sobre nós. E a partir de então tentar compreender, melhor “os elos” (Josso, 2006) que nos deram forma.

O trabalho biográfico, segundo a autora, não se compõe apenas de trazer à tona lembranças diante dos questionamentos propostos. O trabalho realizado através de histórias de vida propõe o que ela chama de momento “charneira”, o momento de reconstrução de quem percorre sua própria história. O momento de compreender a articulação do presente, passado e futuro. Surge aqui a possibilidade de olhares cruzados com a perspectiva de novos laços que aparecerão.

Josso (2006) nos mostra através de suas experiências e relatos, que o trabalho biográfico estabelece uma consciência e presença a si sobremaneira desenvolvido que poderá nos equipar de maneira a encontrar cruzamentos com desafios e oportunidades imperdíveis a partir de então.

O caminho que iremos percorrer para realização desta pesquisa será o da metodologia das histórias de vida em formação, ou seja, o caminho da narrativa, pois ela permitirá elucidar a singularidade e seu universo com a possibilidade da percepção de um processo de formação e vida unindo espaço, tempo e as diferentes dimensões de cada um em busca de si mesmo e de um saber de vida.

As histórias de vida são, atualmente, utilizadas em diferentes áreas das ciências humanas e da formação, através da adequação de seus princípios epistemológicos e metodológicos a outra lógica da formação do adulto, a partir dos saberes tácitos ou experiências e da revelação das aprendizagens construídas ao longo da vida como uma metacognição ou metareflexão do conhecimento de si (SOUZA, 2006, p. 25).

O caráter singular da metodologia de pesquisa-formação em histórias de vida, segundo Josso (2004) está na preocupação de que os autores das narrativas possam atingir um nível de conhecimento que tenha sentido para eles e que eles próprios se percebam num processo que os legitimem como sujeitos.

Na história de vida, diferente do depoimento, quem decide o que deve ou não ser contado é o ator, a partir da narrativa da sua vida, não exercendo papel importante a cronologia dos acontecimentos e sim o percurso vivido pelo mesmo. Ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o ‘dizível’ da sua história, subjetividade e os percursos da sua vida (SOUZA, 2006, p.29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa percepção até agora tem demonstrado que as mulheres vivem um contexto de muita pressão para realizarem os cursos, pois suas vidas são repletas de tarefas que precisam dar conta, principalmente no que se refere a conciliar o trabalho doméstico com os estudos. Esse contexto acaba sendo aprofundado pela dificuldade de atualização frente as novas tecnologias, que cada vez mais dominam o mercado de trabalho, nos mais diversos setores. Dessa forma, percebemos que esse ‘tempo’ de afastamento dos estudos trouxe uma desatualização que é difícil de superar, haja vista a dimensão e a rapidez das mudanças tecnológicas atuais. No que se refere às mulheres, percebemos em nossas práticas docentes, que esse contexto se entrecruza por todo um contexto do espaço doméstico, onde cobranças familiares e pressões são elemento constante para as mulheres.

Considera-se que a pesquisa possa constituir-se numa ferramenta de ampliação pedagógica através da multiplicidade e pluralidade de olhares dessa formação. Os resultados deverão contribuir para o campo de produção acadêmica sob a abordagem da categoria de gênero e histórias de vida e formação, além de possibilitar uma reflexão mais aprofundada da participação das mulheres em cursos profissionalizantes, contribuindo para a reflexão da necessidade de políticas educacionais que possibilitem as trabalhadoras e aos trabalhadores ingresso no mundo do trabalho (formal) com melhores condições de enfrentar a competitividade do mercado atual.

REFERÊNCIAS:

- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003. p.12-49.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LAGARDE, Marcela y Los Rios. **Los cautivos de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

PORTAL PRONATEC Disponível em: (<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>). <http://pronatec.mec.gov.br/perguntas-frequentes-16621/30-sobre-o-programa>. Acesso em: 27/06/2015.

POUEY, João F. F. **Qualificação profissional e formação cidadã**: estudo de caso em cursos FIC Pronatec. Projeto de pesquisa para qualificação de tese do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES. 2014.

SHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20(2): 71-99. Jul./dez. 1995.

SILVA, Márcia Alves. **Trabalho de mulher?!** Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária, 2012.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre a história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25 n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XIX: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO JORNAL O TAQUARYENSE DE TAQUARI/RS ENTRE 1887 E 1888

Karen Daniela Pires¹

Mateus Dalmáz²

Neli Teresinha Galarce Machado³

Resumo: Lançado em 1887, na cidade de Taquari-RS, o jornal *O Taquaryense* é o segundo mais antigo em circulação no Rio Grande do Sul. Entre 1887 e 1888, o semanário publicou 66 matérias sobre a abolição da escravatura no Vale do Taquari-RS. O objetivo central deste artigo é analisar a visão do jornal sobre a abolição da escravatura no Brasil e no Vale do Taquari, desde o lançamento do periódico, em julho de 1887, até o mês da promulgação da Lei Áurea, em maio de 1888. Questiona-se a respeito da existência ou não de preocupações expressas no semanário sobre a condição socioeconômica dos negros na região. Considera-se a hipótese de que o jornal veiculou notícias e argumentos favoráveis ao processo de abolição da escravatura e silenciou em relação aos direitos humanos e às questões sociais, econômicas relativas ao negro no âmbito nacional e local. Metodologicamente, utiliza-se as recomendações de Marialva Barbosa (1998), Cláudio Elmir (1995) e René Zicman (1985) sobre o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo para a história. De acordo com os autores, é preciso levar em conta a subjetividade da produção de notícias, a caracterização geral do periódico estudado, a diferença entre a emissão e a recepção do conteúdo das publicações, a importância de se examinar uma quantidade significativa de matérias e a confrontação dos dados fornecidos pelo periódico com uma literatura crítica sobre o tema. Como referencial teórico para o exame do jornal, considera-se o conceito de campo jornalístico, de Pierre Bourdieu (1997), para quem o jornal tinha elementos modernos, pois não dependia de um partido político para se manter, sendo que havia assinaturas e publicidade.

Palavras-chave: Abolição. Vale do Taquari-RS. *O Taquaryense*.

O Taquaryense é o segundo jornal mais antigo em circulação no Rio Grande do Sul. Foi lançado em 1887, na cidade de Taquari-RS, num cenário jornalístico marcado pela transição de uma tendência político-partidária para uma informativa-moderna no Estado⁴. Entre julho de 1887, quando passou a ser editado, e maio de 1888, mês da abolição da escravatura no Brasil, o semanário publicou diversas matérias sobre o tema, mencionando a concessão de liberdades plenas e condicionais, bem como os nomes de escravos e de seus respectivos senhores em municípios da região⁵.

Com o objetivo de analisar tais publicações, questiona-se a preocupação do semanário a respeito das condições socioeconômicas dos negros na região. Considera-se a hipótese de que o jornal veiculou notícias e argumentos favoráveis ao processo de abolição da escravatura e silenciou em relação aos direitos humanos e às questões sociais relativas ao negro no âmbito nacional e local.

Os direitos humanos são aqui tratados no seu sentido universal, uma vez que, conforme Marco Mandaini (2006), o termo "... passou a tratar a totalidade dos seres humanos vivos com base em critérios igualitários, independentemente das suas diferenciações de caráter biológico-natural, cultural-ideal e econômica-material" (p. 12). Vale lembrar que tais critérios surgiram no contexto das revoluções liberais-burguesas dos séculos XVIII e XIX, sendo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida durante a Revolução Francesa, um

1 Centro Universitário UNIVATES, CAPES, k.pires@universo.univates.br

2 Centro Universitário UNIVATES, dalmaz@univates.br

3 Centro Universitário UNIVATES, ngalarce@univates.br

4 De acordo com Francisco Rüdiger (2003), o jornalismo no Rio Grande do Sul passou por diferentes tendências ao longo do tempo. No século XIX, o jornalismo político-partidário, caracterizado por reproduzir o posicionamento político de partidos, e o jornalismo literário-independente, marcado pelas revistas de cunho literário, dominaram o cenário jornalístico no estado. No início do século XX, Rüdiger identifica o surgimento de uma tendência informativa moderna, dotada de preocupações com a imparcialidade, com a diversificação de assuntos, com suporte publicitário e aumento de número de leitores e assinantes.

5 Foram identificadas 66 matérias que trataram da abolição da escravatura. As matérias são compostas por notas e notícias produzidas pelo próprio jornal ou reproduzidas a partir de periódicos de capitais do país, como o Diário Popular, de São Paulo, o Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, e A Federação, de Porto Alegre.

importante documento que inaugura um significado igualitário para a condição humana. Além do liberalismo, outros projetos de civilizações ocidentais também contribuíram para a constituição do conceito de direitos humanos:

Para além da universalidade entendida como um atributo de todo o ser humano – particularmente no que diz respeito ao plano da igualdade –, é preciso que se vejam nos direitos humanos a reunião das vitórias, em termos de direitos conquistados, das três grandes tradições do pensamento político moderno e contemporâneo, a saber: a liberal, a democrática e a socialista (MANDINI, 2006, p. 13).

O liberalismo, a democracia e o socialismo contribuem para a perspectiva universal do conceito de direitos humanos, na medida em que consideram que a liberdade individual, o controle do Estado pela sociedade civil e a participação política consciente e cidadã do indivíduo, respectivamente, são aspectos fundamentais para a igualdade da condição humana. Na conjuntura do final do século XIX, espaço de tempo aqui delimitado, a escravidão vinha sendo contestada pelos princípios acima mencionados. Não é demais lembrar que, apesar do tráfico negreiro entre a África e o Brasil ainda ter sido intenso e lucrativo na virada do século XVIII para o XIX, as objeções à utilização da mão de obra cativa nas atividades produtivas eram crescentes, tendo como base uma visão Iluminista de sociedade:

Os Iluministas ao vislumbrarem a possibilidade da instalação do Reino da Felicidade aqui na terra e não mais no Céu, como a teologia cristã exaltava, entenderam a escravidão como uma excrescência inadmissível nos tempos do progresso e do avanço científico, além de ser uma instituição totalmente desumana. Não poderia haver aperfeiçoamento ético dos homens e das mulheres – uma das bandeiras da Ilustração –, com eles presos por correntes e flagelados pelo açoite (SCHILLING, 2007, texto digital).

Como destaca Voltaire Schilling (2007), o pensamento Iluminista flagrou a contradição dos Estados nacionais europeus durante o “século das luzes”, uma vez que ambicionavam o desenvolvimento tecnológico obtido através da ciência e, ao mesmo tempo, conviviam com a exploração brutal dos negros nas colônias do ultramar. A crítica negativa à escravidão vinha acompanhada da contestação mais ampla ao sistema colonial. De acordo com Francisco Falcon, “o Iluminismo produziu, assim, um discurso anticolonialista e antiescravista que se traduziu em ações práticas contra o tráfico negreiro e em prol do abolicionismo, além do reconhecimento do direito das colônias à autodeterminação” (2009, p.72).

Para a análise das matérias do jornal *O Taquaryense*, que tratam do processo de abolição da escravatura no Brasil durante aquela conjuntura, é importante o uso de uma metodologia que trate a imprensa como fonte e objeto de estudo para a história. É o que recomendam os autores Marialva Barbosa (1998), Cláudio Elmir (1995) e René Zicman (1985), ao destacar a necessidade de se levar em conta a subjetividade da produção de notícias, a caracterização geral do periódico estudado, a diferença entre a emissão e a recepção do conteúdo das publicações, a quantidade significativa de matérias e a confrontação dos dados fornecidos pelo periódico com uma literatura crítica sobre o tema.

A partir de tais procedimentos, observa-se que, em setembro de 1887, *O Taquaryense* publicou uma matéria contendo elogios à atitude praticada pelo Sr. Villa Nova, um morador da cidade de Taquari, que entregaria uma carta de alforria a um escravo em comemoração à independência do Brasil:

O Sr. Tenente-coronel José de Azambuja Villa Nova vai render um preito ao dia comemorativo de nossa independência entregando carta de liberdade à sua escrava Belisiaria, parda, de 40 anos de idade. O acto que vai praticar o Sr. Tenente-coronel Villa Nova é tão humanitário e por si recommenda-se tanto, que dispensa-nos de elogios (05/09/1887, p. 01).

Ainda em setembro de 1887, o jornal publicou duas outras matérias noticiando a libertação de escravos e opinando favoravelmente a ela. Primeiramente, no dia dez, o periódico estampou a seguinte nota: “Conforme noticiamos em nosso último número, realizou o Sr. Tenente-coronel José de Azambuja Villa Nova a promessa da entrega da carta de liberdade à sua escrava Belisiaria” (10/09/1887, p. 03). Além de noticiar a respeito da libertação, a nota do dia quinze expressou apoio à abolição: “No dia 4 do corrente o Sr. José Pereira Pacheco, residente no município de Santo Amaro, concedeu plena liberdade à sua escrava [ilegível], satisfazendo assim a última vontade de sua esposa. É com prazer que registramos actos destes” (15/09/1887, p. 02).

Durante o período do Segundo Império (1840-1889), o tema abolição começou a ser discutido, pois existia uma pressão da Inglaterra sobre o Brasil: os ingleses queriam o cumprimento da lei antitráfico, de sete

de novembro de 1831. O Império optou pela conciliação, ao invés de uma solução, e contornou o problema que não parou de crescer. (LOPEZ, 1982).

Em janeiro de 1888, *O Taquaryense* continuou publicando matérias sobre as liberdades concedidas na região do Vale do Taquari. Destaca-se um exemplo ocorrido na cidade de Taquari:

O sr. Faustino José de Oliveira concedeu, no dia 30 do passado, liberdade plena à sua escrava Luzia, parda, de 27 annos de idade. Actos destes (liberdade plena, bem entendido) muito depõem em favor de quem os pratica. Não concordamos com as liberdades condicionaes, que são um prolongamento da escravidão, e, portanto, a taboa a que se agarram os escravagistas. Apesar de lento, o movimento abolicionista vai se operando em Taquary, e temos registrado serão um estímulo áquelles que ainda tem o absurdo direito de propriedade sobre creaturas humanas (05/01/1888, p. 02).

Percebe-se o apoio explícito do jornal à causa abolicionista, algo também defendido pelos movimentos republicanos que se organizavam nas principais cidades do país no último quartel do século XIX. *O Taquaryense* parecia expressar a visão republicana mais conservadora, que defendia a libertação dos escravos sem propor mudanças estruturais na sociedade. Este era, conforme Luiz Roberto Lopez (1982), o ideal republicano das oligarquias estaduais brasileiras, diferente da concepção republicana radical que marcou o manifesto republicano do Rio de Janeiro, em 1870. Para *O Taquaryense*, o apoio à abolição da escravatura não era acompanhado de propostas para a integração socioeconômica do negro, tão pouco de argumentos favoráveis a um tratamento igualitário da condição humana. O conteúdo das matérias, portanto, assemelhava-se à visão conservadora das oligarquias estaduais, como aquela que fundara o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1882.

Ainda em janeiro de 1888, o jornal informou sobre a concessão de liberdade aos escravos em São Jerônimo-RS, novamente silenciando sobre temas relativos à condição humana dos libertos: “Em S. Jeronymo o promotor publico trata de promover a libertação de 50 ou 60 escravos, matriculados com filiação desconhecida” (05/01/1888, p. 02). Vale lembrar que as ideias de libertação do escravo negro no Rio Grande do Sul não sofreram as mesmas resistências que em outras regiões do país. Eloisa Franz (2009) comenta que tal atitude estava relacionada com o sistema de produção, que não dependia apenas da mão de obra escrava.

Outra nota, intitulada Liberdade Plena, é exposta pelo jornal em relação à libertação de escravos no município de Taquari:

O sr. David Canabarro concedeu no dia 31 de Dezembro findo liberdade incondicional ao seu escravizado Theodoro, preto de 22 annos de idade mais ou menos e o ultimo que possuia. O sr. Jeronymo Francisco de Vargas, morador neste município, entregou também cartas de liberdade plena a dois de seus escravos. Actos destes registra-se sem commentarios, porque patenteal-os é nobilitar quem os pratica (12/01/1888, p.02).

Novamente, o jornal menciona em suas páginas a condição de liberdade condicional que o Sr. Adriano Saraiva da Fonseca, em São Jerônimo, concedeu aos seus escravos e expressa opinião favorável a tal atitude. “Communicamos que em S. Jeronymo o nosso honrado assignante sr. Adriano Saraiva da Fonseca, libertou, com a condição de prestação de serviços por espaço de 3 annos, aos seus escravos Jeronymo, de 21 annos, e Belmira, de 35. Muito bem” (12/01/1888, p.02).

No Brasil, o fim da escravidão e a inserção social no pós-abolição do ex-escravo tiveram contornos regionais específicos. Ou seja, cada região do país estabeleceu condições específicas para a escravidão. De acordo com Ana Rios e Hebe Matos (2004), no nordeste o trabalho escravo se “dissolveu” mais cedo do que no centro-sul, além também do deslocamento de escravos das regiões nordestinas, principalmente para o sudeste, baseado no tráfico interno.

A situação desumana dos negros escravos, para Patrícia Monteiro (2012), impulsionou a criação das leis abolicionistas, iniciadas do conjunto de manobras sociais empreendidas entre o período de 1870 a 1888 em favor

da libertação dos escravos, entre elas, a Lei do Ventre Livre de 1871⁶, a Lei dos Sexagenários de 1885⁷. Tais leis proporcionaram algumas mudanças no cenário da servidão negra. Importante ressaltar que a Constituição de 1824, criada no período do Império, mencionava a igualdade entre as pessoas. No entanto, os maus tratos aos escravos não foram interrompidos na sociedade escravagista.

Será a Lei Áurea, de treze de maio de 1888⁸, sancionada pela princesa Isabel, que extinguirá a abolição no Brasil. Conforme Monteiro (2012), se à primeira vista a Lei Áurea significou a libertação dos escravos do domínio de seus senhores, num segundo momento representou uma série de dificuldades para os libertos, já que estes não possuíam documentos, dinheiro, moradia, emprego, instrução e nenhuma assistência social proporcionada pelo Estado. Tal situação não é contemplada pelas matérias do *Taquaryense*, que, deste modo, silencia a respeito das condições socioeconômicas e dos direitos humanos relativos aos libertos.

Mesmo não sendo editado em um grande centro urbano do país, o jornal reunia características de um jornalismo informativo-moderno. Tal tendência jornalística se caracteriza pela publicação de assuntos diversos, não exclusivamente políticos, e pela existência de anúncios publicitários e de assinantes, os quais se constituem na base financeira da publicação, permitindo relativa autonomia do campo jornalístico perante o campo político e literário⁹. Na transição de um jornalismo político-partidário – típico do Rio Grande do Sul no século XIX – para um informativo-moderno – em curso no estado na virada para o século XX – o *Taquaryense* se limitou a noticiar e apoiar a causa abolicionista, sem, no entanto, abordar as condições sociais em torno dos quais os libertos passariam a viver na região.

É o que se verifica na publicação janeiro de 1888, onde constam os nomes de libertos da escravidão, porém, condicionados à obrigação de serviços aos seus senhores por mais alguns anos:

Temos o prazer de registrar mais as seguintes liberdades: Dia 7. O sr. Sabino Garcia de Azevedo concedeu liberdade com a obrigação de serviços por 3 anos, à sua escrava Joaquina, de 35 anos de idade. Dia 11. Os srs. José Antero de Siqueira, Theophilo Siqueira e Augusto Siqueira concederam liberdade plena ao escravo Adão, de 40 anos de idade. Dia 12. O sr. Antonio Joaquim de Siqueira Junior passou contracto por 3 anos, aos seus escravos Amaro, Felisbina e Victoria. O sr. Joaquim Bento de Moraes também concedeu liberdade, com a obrigação de serviços por 4 anos, à sua escrava Balbina. O sr. Antonio José da Costa passou contracto, também por 4 anos, aos seus escravos Camillo e Manuel. O sr. Hortencio R. Da Silva, por 4 anos, ao seu escravo Felisberto, de 18 anos de idade. D. Ignes Candida de Vargas, por 3 anos, ao seu escravo Antonio. Muito bem (15/01/1888, p.02).

A Lei Áurea, como se viu, não teve a preocupação com as condições sociais do negro após a abolição da escravatura. Monteiro (2012) comenta que alguns ex-escravos se dedicaram a pequenas roças de subsistência, outros não quiseram permanecer na atividade agrícola, então migraram dos campos para os grandes centros à procura de emprego, mas os trabalhos que encontravam eram precários, inaugurando, dessa forma, a mão de obra marginalizada.

Outra notícia do semanário trata da concessão de liberdade aos escravos mediante a obrigação de serviços. Isto se relaciona com a ideia do autor acima, em que menciona a falsa promessa de liberdade do negro:

O sr. Candido José Cardoso concedeu liberdade, mediante a obrigação de serviços por espaço de 4 anos, aos 7 escravos que possuía. Os srs. Capitão Tristão Gomes da Rosa, Miguel Francisco Dornelles e D. Francisca Maria da Silva, libertaram 1 cada um, também com a obrigação de serviços por 3 anos (25/01/1888, p. 02).

6 BRASIL, Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. In: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871, v.1, p. 147. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2014.

7 BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885 – Lei dos Sexagenários. Regula a extinção gradual do elemento servil. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1885 v.1, p.14. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2014.

8 BRASIL. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil, art. 1º. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010. Acesso em: 28 nov. 2014.

9 De acordo com Pierre Bourdieu (1997), o campo jornalístico obtém maior autonomia na medida em que se afasta de outros dois campos em torno dos quais nasceu atrelado: o político e o literário. São os anúncios publicitários e o número de leitores que permitem maior independência financeira às folhas jornalísticas em relação a partidos políticos e intelectuais.

O semanário coloca uma nota relativa aos contratos de locação de serviços, demonstrando que não houve a liberdade total de muitos escravos, pois permaneceram submetidos aos seus senhores após a abolição, em maio de 1888:

Plácido Cardoso da Silva e a escrava Justa, supplicantes; o juízo, supplicado. Fez-se contracto entre os supplicantes, ficando a escravizada restituída à liberdade, com o onus de serviços até o fim de 1890; e mandou-se fossem os autos conclusos ao sr. dr. Juiz de direito da comarca (10/05/1888, p. 01).

Ainda no mês de maio de 1888, o jornal divulgava com satisfação a publicação da lei que extinguiu a escravidão no Brasil. A matéria do dia quinze apresenta as reações dos moradores de Taquari ao saber da abolição oficial, declarada pela princesa Isabel:

Já estava prompta a primeira página de nossa folha, quando o digno presidente da camara municipal, sr. José Porfirio da Costa, obsequiou-nos com o seguinte telegramna, que acabava de receber: Votada, publicada e sancionada a lei que extingue a escravidão no Brazil. Princeza Imperial victoriada pelo senado. Viva a pátria livre! O regosijo que essa notícia produziu, é indiscriptível, e vimos unicamente esboçal-o com as pálidas cores que a nossa penna permite. Desde que foi recebida a notícia até à noite, de todos os pontos da villa subiram ao ar centenas de foguetes, e a alegria do povo era geral. A banda musical *Lyra Taquaryense*, precedida pelo povo que se agglomerou à porta do club literário *José Bonifacio*, percorreu as ruas da villa, saudando em seu trajecto a camara municipal, conego Tostes, presidente da commissão abolicionista; dr. Castilho, dr.juiz de direito, dr.juiz municipal, major Vianna, membro da commissão abolicionista: club *José Bonifácio*, presidente da municipalidade e redacção desta folha (15/05/1888, p. 03).

Mais uma vez, o semanário expressava o apoio à causa abolicionista, desta vez salientando a comemoração da comunidade local que, conforme a matéria acima apoiou a Lei Áurea. Um novo momento da história brasileira estava iniciando, contudo, as dificuldades de inserção social dos libertos ainda permaneceriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando e relembando o objetivo geral deste artigo, que foi analisar as publicações do jornal *O Taquaryense* sobre a abolição da escravatura no Vale do Taquari, questionou-se sobre a preocupação do semanário a respeito das condições socioeconômicas dos negros na região. Percebeu-se que foram veiculadas notícias e argumentos favoráveis ao processo de abolição da escravatura, como também elogios aos senhores que concederam as cartas de liberdade aos seus escravos. Houve referências a casos semelhantes de concessão de alforria em outros jornais do país, trechos de discursos dos abolicionistas, telegramas relacionados ao fim da escravidão. Mas, em nenhum momento se mencionou uma preocupação com as questões sociais, econômicas e com os direitos humanos relativos ao negro no âmbito nacional e local após a data de treze de maio de 1888. Ou seja, o jornal expôs o seu discurso favorável à abolição da escravidão, porém, não questionou o lugar do ex-escravo na sociedade, as suas atividades de sobrevivência e a inserção deste como cidadão com direitos que a nova situação lhe proporcionava. Tais constatações também podem ser percebidas nas matérias que se referem à prestação de serviços, as cartas condicionais, em que o ex-escravo ainda mantinha relações de trabalho com o seu antigo dono, pois recebia a alforria, no entanto, precisava pagá-la com mais anos de trabalho.

A perspectiva republicana conservadora parece ter sido a que caracterizou a cobertura do jornal sobre o processo de abolição da escravatura no Rio Grande do Sul. Mesmo considerando a contemporaneidade do debate a respeito dos direitos humanos, não se pode deixar de notar a ausência do tema nas publicações da virada do século XIX para o XX, momento que o Ocidente construía uma cultura iluminista e liberal e que o jornalismo rio-grandense entrava na fase informativa moderna.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: MOREL, Marco; DEVES, Lúcia M. B. P. das (Orgs). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos: anais do colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

BOURDIEU, Pierre; A influência do jornalismo. In: MACHADO, Maria L; Sobre a televisão. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 – **Lei do Ventre Livre**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e

tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. In: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871 v. 1, p. 147. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2014.

BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885 – **Lei dos Sexagenários**. Regula a extinção gradual do elemento servil. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1885, v.1, p.14. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2014.

BRASIL. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil, art. 1º**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010. Acesso em: 28 nov. 2014.

ELMIR, Cláudio. P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, nº 13, p. 19-29, dez. 1995.

FALCON, Francisco J; C. **Iluminismo**. São Paulo, Ed: Ática, 2009.

FRANZ, Eloisa. **O Negro Taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. Monografia. Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2009.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Abolicionismo**. Nº 31, 05/01/1888, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Contractos de locação de serviços**. Nº 56, 10/05/1888, p. 01.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Digno**. Nº 57, 15/05/1888, p. 03.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Liberdade plena**. Nº 31, 05/01/1888, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Liberdade**. Nº 10, 15/09/1887, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Liberdade**. Nº 8, 05/09/1887, p. 01.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Liberdade**. Nº 9, 10/09/1887, p. 03.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Liberdades plenas**. Nº 32, 12/01/1888, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Libertação**. Nº 35, 25/01/1888, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Libertações**. Nº 33, 15/01/1888, p. 02.

JORNAL O TAQUARYENSE, **Não sabíamos**. Nº 32, 12/01/1888, p. 01 e 02.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

MANDAINI, Marco. **Direitos humanos**. São Paulo, Ed: Contexto, 2006.

MONTEIRO, Patrícia F. C. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan. /jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/article/view/1208/829>>. Acesso em: 26. nov. 2014.

RIOS, Ana M; MATTOS, Hebe M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf>. Acesso em: 19 de nov. 2014.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

SCHILLING, Voltaire. Escravidão, Ilustração e Abolicionismo (parte II). **Educação: história por Voltaire Schilling**, 2007. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2007/03/28/000.htm>>. Acesso em: 02. set.2015.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações e metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

RECURSOS HÍDRICOS NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS: DIÁLOGOS DO GLOBAL AO LOCAL

Josiane Paula da Luz¹

Jane M. Mazzarino²

Luciana Turatti³

Resumo: Tratar de questões que envolvem a gestão dos recursos hídricos por si só já revela a importância da pesquisa, assunto potencializado a partir da crise hídrica deflagrada em 2014 no estado de São Paulo, quando a gestão integrada e eficiente da água passa a ser mais discutida. O objetivo principal do presente artigo é examinar a legislação e documentos pertinentes aos recursos hídricos, especialmente no que tange às três dimensões da governança, quais sejam: informação, participação e gestão de conflitos. O método se baseia em uma pesquisa documental que se debruçará sobre as legislações e documentos elaborados pela sociedade civil que tenham relevância, seja por sua natureza, ou pelo seu conteúdo - recursos hídricos, verificando como a governança e as categorias escolhidas emergem destes, em âmbito global, europeu, latino-americano e brasileiro. Também se realizará uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre a temática. A partir de uma análise preliminar tem-se como possível afirmar que a legislação e os documentos analisados, ainda em fase de consolidação, passam por diversos entraves e desafios à sua real efetivação. Entende-se que não há como ocorrer processos legítimos de governança sem que esteja garantido aos atores envolvidos o direito à informação referente àquilo que se quer debater. Tampouco se terá sucesso neste processo se não ocorrer uma efetiva participação daqueles que fazem parte das discussões, ou seja, uma participação efetiva, onde realmente seja levado em conta o que o participante tem a dizer. Estando garantidos estes pressupostos do direito à informação e participação, gerir os conflitos que surgem referentes aos recursos hídricos tende a ser uma tarefa amenizada, pois mais organizada institucionalmente. O grande desafio é que se tenham mecanismos suficientes para que a legislação e os documentos proponentes de processos de governança tenham possibilidade de sair do papel, e assim, suas intenções se tornarem práticas legítimas e sistemáticas, para que se possa ter uma melhor gestão hídrica, reconhecendo a água como direito humano. Pode-se afirmar que a legislação de modo geral, ainda em fase de consolidação, passa por diversos entraves burocráticos e desafios institucionais para a sua real efetivação. Faz-se necessário realizar uma análise sobre estes aspectos para melhor compreendê-los, visando desenvolver alternativas que minimizem as dificuldades, e que possibilitem aos cidadãos a sua atuação efetiva, e não aparente, no gerenciamento dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Água. Conflitos. Governança. Informação. Participação.

INTRODUÇÃO

Pensar modos que envolvem a gestão dos recursos hídricos por si só já revela a importância do presente estudo, assunto potencializado a partir da crise hídrica deflagrada em 2014 no estado de São Paulo, quando a gestão integrada e eficiente da água passa a ser mais discutida. A legislação brasileira, seguindo uma tendência da maioria dos países da União Europeia, tem demonstrado importantes avanços que colaboram na construção de processos e espaços mais democráticos, especialmente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Documentos internacionais e nacionais, muitas vezes elaborados pela sociedade civil, também apontam importantes caminhos que demonstram uma crescente preocupação com a gestão adequada dos recursos hídricos. Em muitos casos há a proposição de processos de governança hídrica que contemplem a fruição de informação, a ocorrência de participação e adequada e eficaz gestão de conflitos.

Diante do exposto, propõe-se pensar os processos de governança hídrica a partir de três dimensões que se organizam como macrocategorias de análise: informação, participação e gestão de conflitos, analisando

1 Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, Câmpus Venâncio Aires. josianeluz@ifsul.edu.br

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos; professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro de Ciências Humanas e Sociais – Cursos de Comunicação Social da Univates. janemazzarino@gmail.com

3 Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professora dos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES. lucianat@univates.br

como isso emerge das legislações e documentos internacionais, nacionais e estaduais. Importante então verificar como estas dimensões da governança hídrica estão contempladas nas legislações e documentos eleitos, onde se buscará responder como algumas das legislações e documentos da sociedade civil da União Europeia, América Latina/Mercosul e Brasil contemplam os elementos da governança hídrica investigada: informação, participação e gestão de conflitos. O objetivo principal do presente artigo é examinar a legislação e documentos pertinentes aos recursos hídricos, especialmente no que tange às três dimensões da governança em estudo. O método de baseia em uma pesquisa documental que se debruçará sobre as legislações e documentos elaborados pela sociedade civil relacionados à governança e suas categorias, e também se realizará uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre a temática. Em nível global será analisada a Agenda 21; no âmbito da União Europeia (UE) se verificará a Diretiva-Quadro da Água e o Documento de Referência 7, na América Latina se observará o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul. Já no contexto brasileiro se verificará a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Lei nº 9433/97, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

1. ÂMBITO GLOBAL

Apesar de se ter presente a importância da Declaração de Estocolmo para o avanço das discussões ambientais internacionais optou-se no presente trabalho, partir da análise da Conferência ocorrida em 1992, pelo fato desta atender de forma mais direta aos propósitos deste. Ocorrida no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento marcou o surgimento e o fortalecimento de inúmeras organizações da sociedade civil e também a promulgação de leis protetivas em relação ao meio ambiente na grande maioria dos países, além de textos inflamados em favor de uma melhor qualidade de vida. Dentre os resultados da Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992, destaca-se a Agenda 21⁴ que contribuiu sobremaneira para que ocorresse uma ampla alteração conceitual no processo de planejamento e gestão de recursos hídricos, reconhecendo a água doce como recurso finito e indispensável para a sobrevivência de todas as espécies.

Observou-se que, sobre a informação, no capítulo 18 que trata especificamente de recursos hídricos, o documento aponta a necessidade de se difundir informações e promover a educação dos usuários de água, desenvolver bancos de dados interativos, com a aplicação de novos sistemas de informação geográfica para reunir e assimilar as informações sobre recursos hídricos, para que se otimize a tomada de decisões. Projetos e o manejo de aterros sanitários baseados em informação hidrogeológica correta e avaliação de impacto também são citados como necessários, além do fortalecimento e monitoramento do setor de abastecimento de água potável e saneamento e o manejo de informação nos planos subnacional e nacional. Indica, ainda, a necessidade de melhorar a coordenação, o planejamento e a implementação do setor de abastecimento e saneamento com ajuda de um manejo mais eficaz do monitoramento e da informação.

Já no capítulo 40, que se refere à informação de modo mais direto, dando ênfase a toda a área ambiental e não somente sobre recursos hídricos, o documento indica que para a promoção do desenvolvimento sustentável cada pessoa é considerada ao mesmo tempo, usuário e provedor de informação, cuja necessidade surge em todos os níveis, desde a tomada de decisões superiores nos planos nacional e internacional, ao comunitário e individual. Aponta que deve haver a melhoria da disponibilidade da informação, estabelecendo-se padrões e métodos para seu manejo e o desenvolvimento de documentação sobre informação, especialmente em nível internacional, além do estabelecimento e fortalecimento da capacidade de formação de redes eletrônicas e o fortalecimento institucional internacional para que se possa ampliar a capacidade de receber, armazenar, difundir e usar as informações ambientais e prover ao público o acesso apropriado.

Sobre a participação, o capítulo 18 cita a necessidade de ampla participação⁵ pública no estabelecimento de políticas e tomadas de decisões do manejo hídrico. O desenvolvimento de técnicas de participação do público e a implementação na tomada de decisão, fortalecendo o papel da mulher fica expresso no texto, que coloca como papel do Estado a criação de oportunidades para a participação do público. O documento deixa

4 Para fins de aprofundamento no presente trabalho, elegeu-se detalhar dois capítulos que estão diretamente relacionados ao que se propõe investigar, o Capítulo 18, cujo tema é: "Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos"; e também o capítulo 40: "Informação para a tomada de decisões".

5 O documento refere que a participação deve abranger as mulheres, a juventude, comunidades indígenas e comunidades locais.

claro que se deve aplicar o princípio de decisões contemplando os saberes populares nas consultas ao público e com participação dos usuários no planejamento e execução dos projetos hídricos, o que determina a criação de consciência e informação/participação públicas. Também faz referência ao uso de práticas tradicionais sempre que possível para maximizar e manter a participação local, no que se refere às tecnologias a serem adotadas no sistema hídrico.

No capítulo 40, que trata especificamente da informação, foi mencionada a importância da participação dos países em desenvolvimento na formatação de esquemas internacionais que permitam a coleta, análise e utilização de dados e informações. Sobre a gestão de conflitos há uma referência no capítulo 18, o que se revela insuficiente diante da importância e frequência que o tema vem apresentando tanto em escala global como nacional e local. Menciona-se apenas que na avaliação dos recursos hídricos se busca prever conflitos entre a oferta e a demanda de recursos hídricos. Tem-se assim que o tratamento das categorias em análise, quais sejam, informação, participação e conflitos, no documento analisado ocorreu na condição de diretivas gerais, o que se sabe faz parte dos seus propósitos, cabendo aos Estados definir de forma pormenorizada o uso destas quando da condução da gestão dos recursos hídricos.

2. CONTEXTO EUROPEU⁶

2.1. DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

A partir de 23 de outubro de 2000 a União Europeia adotou a Diretiva-Quadro da Água, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Pode-se constatar que o documento não faz referência direta ao termo “governança”, mas sobre suas categorias aponta alguns aspectos. Sobre a informação, refere que a tomada de decisão deve ser obrigatoriamente precedida de informações corretas sobre a realidade dos recursos hídricos, pois somente assim será permitida a efetiva participação e deliberação do público afetado. Ao que tange à participação, já nas considerações iniciais se condiciona o sucesso da Diretiva à cooperação e ações em nível comunitário e à informação e participação do público. Menciona também que os Estados-Membros deverão incentivar a participação ativa de todas as partes interessadas especialmente na elaboração, revisão e atualização dos planos de gestão de bacia hidrográfica e que para garantir esta participação é necessário fornecer informações adequadas sobre medidas previstas e o processo já alcançado. Observa-se que o documento relaciona a informação e a participação, estabelecendo uma dependência entre estes: não há como haver participação sem informação. A Diretiva-Quadro demonstra possuir uma redação pontual sobre o assunto em questão – água -, traçando de modo um pouco mais detalhado quais as ações que deverão ser efetuadas para que se atinjam os objetivos propostos, especialmente em relação a duas dimensões analisadas: informação e participação, sendo ausente em relação à gestão de conflitos. Tenta o documento, explicar como deve ser feita a gestão dos recursos hídricos, estabelecendo medidas e prazos para as ações no que se refere à elaboração, revisão e atualização dos planos de gestão de bacia hidrográfica, mas entende-se que tal proposta ainda pode ser aprimorada.

2.2 DOCUMENTO DE REFERÊNCIA 7⁷

O Documento de Referência 7, além de propor um interessante modo de avaliar a governança, aborda aspectos que ainda não tinham sido trabalhados por outros documentos até então analisados, como a Agenda 21 e a Diretiva-Quadro da Água. Destaca-se a conceituação trazida do termo “governança” e seus princípios, também referido como categorias da governança (responsabilidade, participação, inclusão e transparência) que, conforme já mencionado, se aproximam diretamente das dimensões eleitas para serem desenvolvidas neste trabalho: participação e informação. Conceitua governança como sendo um conjunto de medidas, regras

6 Na presente seção pretende-se estabelecer um panorama sobre como a questão dos recursos hídricos vem se desenvolvendo nos documentos internacionais adotados pela União Europeia. Para isso foram eleitos dois documentos por importância e conteúdo: a Diretiva-Quadro da Água e o Documento de Referência 7, intitulado “Desarrollo y gobernanza del sector del agua: Complementariedades y sinergias entre el enfoque sectorial y la gestión integrada de los recursos hídricos”.

7 Publicado pela Comissão Europeia em dezembro de 2009, foi elaborado em cooperação entre os agentes do setor da água em seminários setoriais regionais e nacionais em vários países integrantes, com o objetivo de traçar diretrizes para a governança dos recursos hídricos. Sua principal finalidade é servir de guia para as delegações da UE, não possuindo efeito vinculante e focando-se mais na problemática nacional, esclarece Turatti (2014).

e órgão de decisão, informações e fiscalização para garantir o bom funcionamento e controle de um Estado, organização ou um setor.

Sobre a informação, o documento estabelece ser fundamental estabelecer mecanismos de fluxo de informação e comunicação dos resultados (reformas institucionais e legais, balanço financeiro, funcionalidade do serviço e qualidade da água). Com relação à participação, o documento menciona que a abordagem setorial deve ser aplicada de forma participativa e revela-se necessário que se estabeleça custos do processo de gestão, por meio de um documento chamado Marco de Gastos a Médio Prazo, que deve conter instrumentos de descentralização e participação. A gestão de conflitos não está contemplada expressamente no Documento, porém, entende-se que de forma indireta, quando se propõe que se identifiquem as debilidades e ameaças, esta categoria está sendo trabalhada.

3 AMÉRICA LATINA⁸

O Acordo-Quadro, realizado entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, ressalta a necessidade de cooperar para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

No preâmbulo do texto já se evidencia a importância que é dada à participação: “*Convencidos dos benefícios da participação da sociedade civil na proteção do meio ambiente e na utilização sustentável dos recursos naturais*”. Ou seja, os países envolvidos reconhecem expressamente a importância e os benefícios que a participação popular possui para que se proteja o meio ambiente e os recursos naturais. A previsão é referente a uma proteção ambiental ampla, não sendo específica para os recursos hídricos, mas aplicável a eles, eis que nos processos de proteção dos recursos hídricos entende-se ser a participação elemento fundamental. Pode-se observar que o texto em análise não traz referência à expressão “*governança*”. Já sobre suas categorias aqui aprofundadas faz menções, mas de modo amplo, direcionado a uma proteção ambiental genérica, não abordando especificamente a questão dos recursos hídricos, mesmo com a riqueza existente em matéria de recursos hídricos, tendo rios importantes que são transfronteiriços. Referente à informação, ressalta que deve haver um intercâmbio de informações sobre posições nacionais em foros ambientais internacionais e a apresentação de comunicações conjuntas sobre temas de interesse comum. Os Estados Parte deverão incrementar o intercâmbio de informação sobre leis, regulamentos, políticas e práticas ambientais, e seus aspectos culturais, sociais, econômicos e aqueles que possam afetar o comércio ou as condições de competitividade no MERCOSUL. Também deverão prestar informações sobre desastres e emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Parte e quando possível prestar apoio técnico e operacional.

Sobre a participação, no preâmbulo já há o convencimento dos benefícios da participação civil na proteção ao meio ambiente. Quando trata de ações para alcançar os objetivos do Acordo, uma delas é a promoção da efetiva participação da sociedade civil no tratamento das questões ambientais. Está previsto que os Estados Parte aprofundarão a análise dos seus problemas ambientais com a participação dos organismos nacionais competentes e das organizações da sociedade civil. Por fim, sobre a gestão de conflitos, o documento se limita e fazer uma referência ao Sistema de Solução de Controvérsias já existente no MERCOSUL, o que indica ser um sistema de resolução de cunho mais político do que ambiental, que pode não atender aos conflitos ambientais, pois estes possuem características diversas de um conflito econômico ou político.

4 CENÁRIO BRASILEIRO

O Decreto nº. 24.643, de 1934, conhecido como “*Código das Águas*”, é tido no sistema brasileiro, como marco regulatório do tema, uma vez que coube a este, a regulamentação específica sobre a apropriação e uso das águas. Passadas algumas décadas vários avanços ocorreram em relação à regulamentação dos recursos hídricos, dentre as quais, a compreensão de que estes não são bens particulares como predizia o Código de Águas, mas sim bens de uso comum do povo. Considerando esta nova visão, a análise do contexto brasileiro

⁸ Sabe-se que na América Latina não há uma organização administrativo-política como ocorre na Europa, nem tampouco há vários documentos à disposição para que se possa selecionar qual deles seria o mais adequado a esta pesquisa. Diante desta conjuntura se optou em partir de uma análise a ser realizada no âmbito do MERCOSUL, onde se elegeu o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL para a referida análise, tendo em vista sua relevância para a comunidade envolvida. Ele é considerado um marco jurídico que busca facilitar a efetiva proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais dos Estados Partes.

levou em consideração a CF/88, a Lei nº. 9433/97, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Pacto Nacional das Águas pelo fato destes documentos representarem no atual contexto, o que há de mais importante em se tratando do tema recursos hídricos.

4.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A CF/88 é um divisor de águas no que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, pois trouxe amplas garantias de participação e consulta popular até então não previstas em lei, implantando, paulatinamente, processos de governança. Verificando-se a natureza principiológica da CF/88 referentes às categorias analisadas, percebe-se que há força constitucional para o que está se trabalhando no presente estudo, eis que a Carta Magna garante a informação e a participação, sendo a solução pacífica dos conflitos garantida em nível internacional, mas não trata especificamente destas categorias em relação à questão ambiental e hídrica.

4.2 A LEI Nº 9433/97⁹

Representando um marco legal em termos de recursos hídricos no Brasil, observa-se que o termo “*governança*” não foi apontado expressamente na lei em análise. A informação foi abordada no documento legal de maneira tímida com a instituição do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. A participação foi citada logo nos fundamentos da lei, onde ela estabeleceu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, usuários e da comunidade. Outra referência à participação é feita de modo indireto quando se prevê a realização dos Planos de Recursos Hídricos, que deverão ser criados a partir de processos participativos. Sobre a categoria da gestão dos conflitos, identificou-se uma menção indireta nos objetivos da lei, que é a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos.

4.3 O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PLANNRH)¹⁰

O PlanNRH pode ser considerado um dos documentos mais importantes sobre a gestão de recursos hídricos no Brasil. Foi construído com ampla participação popular, o que lhe confere legitimidade e estabelece objetivos gerais e específicos, propondo diretrizes, macrodiretrizes, programas e subprogramas, além de propor um modo de gerenciamento e sistemática de monitoramento e avaliação da execução do Plano. Observou-se que em relação ao tema “*governança*” o documento faz uma referência única logo no início, dizendo que a busca da governança é resultado do caráter participativo e descentralizado adotado no processo de construção do PlanNRH. Dentre as categorias em análise, a informação foi a que mais recebeu atenção no decorrer de todo o texto do PlanNRH. Foi definida como uma estratégia para fortalecer o sistema de gestão a disponibilização de informações sobre recursos hídricos para atores econômicos e sociais e para toda a sociedade. A criação de programas de capacitação de membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas e capacitação aberta à comunidade sobre a temática também foi apontada. Quando o documento trata do conceito do que é o PlanNRH, refere que é o conjunto de informações de apoio à decisão [...]. Dentre as diretrizes, macrodiretrizes e programas listados, destacam-se: a comunicação social e difusão de informações para disseminar entre usuários a percepção da importância da água; melhorar e consolidar o conhecimento sobre o comportamento hidrológico e de qualidade das águas para apoiar a tomada de decisão; sistematizar os dados, garantindo o acesso à informação para toda a sociedade; fortalecimento dos canais de comunicação existentes, criação de novos e aperfeiçoamento dos meios de interlocução social; criação de um subsistema de monitoramento e avaliação do PlanNRH; processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica. Também há a previsão da implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos e apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão.

Sobre a participação, há referência ao processo participativo de construção do plano, que reflete a busca pela governança. Como estratégia para fortalecer o sistema de gestão fica expressa a necessidade de implementar os comitês de bacia e outras formas de participação. O PlanNRH deve respeitar a diretriz da

9 Institui a Política Nac. de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nac. de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

10 Com previsão legal no art. 6º da Lei 9433/97, foi criado em 30 de janeiro de 2006, por meio da Resolução nº 58 do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (BRASIL, 2006). O PlanNRH é o primeiro instrumento da PolNRH e tem como objetivo geral estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

descentralização. Deve ser estimulado o diálogo entre saberes, ampliando e democratizando as discussões sobre a água e promovendo-se a participação de toda a população considerando a inserção de gênero.

A gestão de conflitos também é abordada expressamente no PlanNRH e em alguns momentos utilizando-se outras nomenclaturas consideradas sinônimos. Um dos objetivos estratégicos do PlanNRH é a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água. Há o reconhecimento dos conflitos entre usos concorrentes da água e a necessidade de uma articulação institucional e interinstitucional. Como estratégias definidas constam: fortalecer o sistema de gestão, antecipando a resolução de conflitos em regiões e áreas previsíveis em função do crescimento das atividades econômicas; equacionar e solucionar problemas relacionados ao processo de gestão integrada e descentralizada desses recursos; promover a gestão de conflitos pelo uso da água, usando ferramentas da Política de Recursos Hídricos mediante incentivos, planejamento articulado entre setores e níveis de governo e disseminação de experiências bem-sucedidas. A gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos também são temas que solicitam a intervenção sobre situações específicas que exijam interferência do Estado para resolução do conflito.

4.4 O PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DE ÁGUAS¹¹

Realizando-se uma breve síntese pode-se auferir que o termo “*governança*” está inserido logo no início dos documentos, estabelecendo que se objetiva fortalecer o modelo brasileiro de governança, bem como se retoma o termo dizendo que para que se concretize a governança é necessário que ocorra uma articulação setorial. Sobre a informação, tem-se que a ANA deve divulgar o PROGESTÃO, e as entidades estaduais envolvidas devem prestar informações e documentos requeridos pela ANA para poderem participar do PROGESTÃO. Na análise realizada, a categoria da participação foi contemplada quando se mencionou que o modelo de governança desejado deve ser participativo, descentralizado e integrado e as metas de controle devem ser definidas de modo consensual. A gestão de conflitos foi abordada logo nos objetivos gerais, quando se previu a construção de compromissos entre os entes federados, visando à superação de desafios comuns. Outro aspecto importante foi a necessidade de se construir um mapa de gestão que, entre outros aspectos, classifica as bacias hidrográficas e aponta que quanto maior o grau de complexidade da gestão (presença maior ou menor de conflitos) maior a exigência em termos da estrutura institucional de gestão de recursos hídricos.

O documento se traduz em ferramenta de auxílio à implantação de uma gestão de recursos hídricos mais adequada às peculiaridade regionais, ou características de cada bacia. Traz discussões importantes, como a questão dos conflitos existentes e como o gestor deve ter um olhar diferenciado a partir da intensidade destes conflitos. Possui propostas que podem colaborar para que os Estados sintam-se atraídos, embora com uma motivação financeira, para o cumprimento de metas que visam assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, objetivo primeiro da PolNRH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que importantes avanços legais vêm ocorrendo nas últimas décadas no que se refere à proteção aos recursos hídricos, que veem sendo percebidos nas diferentes escalas, indo do global ao local. A crise hídrica divulgada amplamente pela mídia em 2014 no estado de São Paulo recoloca o tema em debate na sociedade civil que sente a necessidade de repensar hábitos e culturas sobre o consumo da água e sua gestão. Na sociedade, muitos temas têm avançado rapidamente como, por exemplo, na expansão de tecnologias de informação, precisa se dar conta da necessidade de repensar a gestão dos recursos hídricos, algo tão vital que a tecnologia ainda não consegue criar. Na análise das legislações e documentos da sociedade civil analisados pode-se perceber importantes previsões, que representam possibilidades de novos modos de gerir e perceber os recursos hídricos, porém, estas previsões devem vir acompanhadas de políticas públicas eficazes e uma sociedade com pessoas conscientes de seu papel, tanto como consumidores de água como cidadãos fiscalizadores.

¹¹ Em março de 2013, por meio da Resolução 379 da ANA, foi aprovado o Regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas – PROGESTÃO. Este programa tem previsão de ser desenvolvido pela ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs) que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

A Agenda 21 Global representa um marco regulatório ambiental importante do ponto de vista Global, eis que a partir dela os países signatários assumiram o compromisso de elaborarem suas próprias Agendas 21 nacionais e locais, por meio de processos consultivos e participativos, lembrando que são textos propositivos e não obrigatórios, pois a Agenda 21 não possui força cogente. Os resultados práticos destes processos ainda estão em construção, cabendo ao cidadão acompanhá-los. Na análise do contexto europeu, observou-se que a Diretiva-Quadro enfatiza a importância da informação e da participação do público quando às condiciona ao próprio sucesso da Diretiva. O Documento de Referência 7 traz um conceito de governança até então não apresentado em nenhum dos documentos analisados, além de apresentar quatro categorias ou princípios que fazem parte dela: responsabilidade, participação, inclusão e transparência, além de apresentar uma interessante metodologia para que se possa avaliar o processo de governança. Governança refere-se ao conjunto de medidas, regras e órgão de decisão, informações e fiscalização para garantir o bom funcionamento e controle de um Estado, organização ou um setor. O Documento de Referência 7 também entende como fundamental possuir fluxos de informação e comunicação dos resultados da gestão, além de defender que o processo deve ser participativo.

Observou-se na análise do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no MERCOSUL, que trata-se de um documento que estabelece um importante marco regulatório entre os países envolvidos sobre a problemática ambiental, porém seu texto é um tanto generalista, referindo-se a questões ambientais bastante amplas, carecendo, por vezes, de descrições de como devem ser realizadas algumas ações. A atual legislação brasileira referente aos recursos hídricos revela-se bastante avançada em termos de redação, como se observa no teor principiológico da CF/88, que destaca a informação e a participação como direitos fundamentais do cidadão. Na análise da Lei nº. 9433/97 observa-se que a participação está estabelecida nos fundamentos da lei, mas também nota-se que nem todos os mecanismos criados por ela estão em funcionamento, como, por exemplo, a criação das Agências de Água, prevista no art. 41 e seguintes. Elas são peças fundamentais para o bom funcionamento institucional dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, pois exercem, entre outras, a função de secretaria-executiva do Comitê. Em muitos casos, como o do Taquari-Antas, por exemplo – ainda não foram criadas. No transcorrer da abordagem do PlanNRH, se menciona a importância de se possuir sistemas eficazes de informação, como forma de dar suporte aos gestores nas tomadas de decisão referentes às ações sobre recursos hídricos. A participação também é fortemente desenvolvida na própria elaboração do documento, além de ser abordada como ferramenta indispensável para a execução. A categoria de governança que se nomeia “*gestão de conflitos*” é uma preocupação presente no documento, estando inclusive nos objetivos específicos do plano. Há previsão de que se possa traçar medidas no sentido de prever os conflitos, e não somente procurar geri-los. Como o próprio documento refere, não se trata de texto acabado, pois necessitará ser revisitado, inclusive para que se operacionalize o próprio sistema proposto de avaliação da execução. Também há que se reconhecer que em, alguns aspectos, poderia haver um melhor detalhamento das ações a serem realizadas, mas, quando comparado com outros documentos já analisados (Agenda 21, Diretiva-Quadro, Documento de Referência 7, Acordo-Quadro), o PlanNRH é, sem dúvida, o que descreve mais pormenorizadamente suas intenções, exercitando melhor o que os outros documentos apenas norteiam amplamente.

O documento intitulado “*Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Aspectos conceituais, vol.1*” se traduz em ferramenta de auxílio a implantação de uma gestão de recursos hídricos mais adequada às peculiaridades regionais, ou características de cada bacia. Traz discussões importantes, como a questão dos conflitos existentes e como o gestor deve ter um olhar diferenciado a partir da intensidade destes conflitos. Possui propostas que podem colaborar para que os Estados sintam-se atraídos, embora com uma motivação financeira, para o cumprimento de metas que visam, em última análise, assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, objetivo primeiro da PolNRH.

Nesta esteira, cresce a doutrina em termos globais de que a água deve ser classificada como direito humano, pois imprescindível à vida (TURATTI, 2014; LEFF, 2010; SHIVA, 2008). D’Isep (2010) também defende a água como direito humano afirmando que: “*o direito à água reflete-se em todo o sistema jurídico, ao se manifestar como princípio universal de direito humano fundamental à água-vida*” (D’ISEP, 2010. p. 58). Importante referir que, embora esteja fortemente presente na doutrina mundial, a ideia do direito à água como direito humano não é plenamente pacífica, pois inexistente texto legal, em que todos os países sejam signatários,

que expressamente façam essa declaração, além de existir uma carência de instrumentos adequados de coação a fim de que haja a observância das normas postas¹².

Nesse contexto destaca-se a importância da participação do cidadão nos processos decisórios que envolvem o meio ambiente, e mais especificamente processos decisórios envolvendo a gestão das águas. Defende-se que para que possa haver efetivo processo de governança, devem estar presentes pressupostos que se destaca aqui: informação, participação, e gestão de conflitos. Estas três dimensões, que se colocam como propostas de análise e contribuição deste estudo para o campo das Ciências Ambientais, não são estanques, pois se inter-relacionam diretamente, ou seja, um pressuposto leva a outro, que por sua vez, desencadeia no seguinte. Entende-se que não há como ocorrer processos legítimos de governança sem que esteja garantido aos atores envolvidos o direito à informação referente àquilo que se quer debater. Tampouco se terá sucesso neste processo se não ocorrer uma efetiva participação daqueles que fazem parte das discussões, ou seja, uma participação efetiva, onde realmente seja levado em conta o que o participante tem a dizer. Estando garantidos estes pressupostos do direito à informação e participação, gerir os conflitos que surgem referentes aos recursos hídricos tende a ser uma tarefa amenizada, pois mais organizada institucionalmente. O grande desafio é que se tenham mecanismos suficientes para que a legislação e os documentos efetivamente que promovam processo de governança saiam do papel e suas intenções se tornem práticas legítimas e sistemáticas na sua plenitude. Pode-se afirmar que a legislação de modo geral, ainda em fase de consolidação, passa por diversos entraves e desafios à sua real efetivação. Faz-se necessário realizar uma análise sobre estes aspectos para melhor compreendê-los, visando a desenvolver alternativas que minimizem as dificuldades, e que possibilitem aos cidadãos a sua atuação efetiva, e não aparente, no gerenciamento dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/pactonacional/DocumentoBase-Volume1-AspectosConceituais.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 03 nov. 2013.

BRASIL. Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em 02 set. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Brasília, 1992. Agenda 21 Global. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 18 nov. 2014.

_____. Plano Nacional de Recursos. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c37feae3-8169-4049-900b-e8160661f541&groupId=66920>. Acesso em 10 jul. 2014.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Água juridicamente sustentável**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

LEFF, Henrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

MERCOSUL. Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no MERCOSUL. Assunção, 2001. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_002_001_Acordo%20Meio%20Ambiente_MCS_At%201_01.PDF>. Acesso em 23 out. 2014.

SHIVA, Vandana. Las mujeres de Kerala contra Coca-Cola, em *Le Monde Diplomatique*, ed. Española, ano IX, n. 113, marzo, 2005, p. 22-23. In: GARCÍA, Anizia. **El derecho humano al agua**. Editora Trotta, Madrid, 2008.

TURATTI, Luciana. **Direito à água**: uma ressignificação substancialmente democrática e solidária de sua governança. Tese. Doutorado em Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2014.

UNIÃO EUROPEIA (UE). Directiva-Quadro Água. 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/wfd/pt.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹² Há de se reconhecer, entretanto, que em um cenário em que a segurança jurídica ainda é pressuposto para o alcance da maior parte dos direitos, expressar o direito de acesso à água potável nos documentos internacionais torna-se essencial. Ou seja, não basta haver um consenso acadêmico acerca da fundamentalidade do direito em questão. É necessário que isso formalmente reste assegurado em textos normativos vinculantes (TURATTI, 2014, p. 51).

UNIÃO EUROPEIA (UE). Documento de Referência n. 7: Desarrollo y gobernanza del sector del agua: Complementariedades y sinergias entre el enfoque sectorial y la gestión integrada de los recursos hídricos. 2009. Disponível em: <<http://capacity4dev.ec.europa.eu/t-and-m-series/document/documento-de-referencian%C2%B0-7-desarrollo-y-gobernanza-del-sector-del-aguacomplementariedade#sthash.s9wfVcfy.dpuf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

O PAPEL DAS REVISTAS FEMININAS NA ATUALIDADE: (RE)PRODUÇÃO DA CULTURA DE COISIFICAÇÃO

Katielly Paula Calliero¹

Eliane Fontana²

Resumo: O presente trabalho busca analisar o papel de algumas das revistas femininas contemporâneas, físicas e eletrônicas, no que tange à produção, ou reprodução, da cultura machista. O tema correlaciona-se aos direitos humanos, na medida em que retrata a secular celeuma da sociedade referente à igualdade de gêneros, situando os direitos da mulher historicamente de modo a demonstrar a disparidade ainda existente. O estudo aborda a temática da cultura de coisificação da mulher, uma vez que é possível perceber, nas entrelinhas da aparente liberdade feminina, uma certa continuidade da desigualdade de gêneros ou, mais especificamente, uma subclassificação das mulheres em relação ao sexo oposto. No âmbito das revistas femininas, que seguem focando suas pautas no ambiente doméstico e familiar, são analisadas as possíveis mensagens subliminares que atuam de forma a demonstrar que o papel da mulher é limitado pelas necessidades e desejos masculinos, ou seja, que a mulher existe para agradar ao homem. A pesquisa será feita através da análise das chamadas constantes em seis capas das revistas femininas *Cláudia* e *Nova*, ambas da Editora Abril, durante o período compreendido entre os anos 1981 e 1989, em contraponto as suas atuais reportagens, hoje veiculadas no site da editora em um espaço dedicado ao público feminino chamado “MdeMulher – o maior portal feminino da América Latina”. Busca-se fazer um paralelo entre os conteúdos publicados nestas revistas no passado e atualmente a fim de analisar qualitativamente a sua contribuição para a cultura de coisificação da mulher. Para tanto, utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. A escolha das revistas e do portal analisado se deu em virtude de sua tradição no mercado e de seu grande alcance, tendo em vista que figuram entre as revistas femininas mais vendidas no Brasil. Algumas notas conclusivas já podem ser descritas, tais como que as mídias estudadas serviram - e servem - como poderoso instrumento de imposição, à mulher, de um padrão feminino de beleza e de culto ao corpo. Também, pode-se inferir que há uma espécie de incitação das leitoras para que, de alguma forma, utilizem-se do seu corpo como um objeto sexual, destinado precipuamente a satisfazer as vontades do parceiro e, conseqüentemente, mantê-lo a contento com sua companheira. Entretanto, um aprofundamento maior de tais conclusões e sua relação com os direitos humanos das mulheres serão abordados no decorrer do artigo.

Palavras-chave: Direitos humanos. Igualdade de gênero. Cultura de coisificação da mulher. Revistas femininas. Mensagem subliminar.

1 INTRODUÇÃO

“O que faz um homem ficar tarado por uma mulher?” é uma questão que poderia estar na capa de uma publicação destinada às mulheres? De fato, tal pergunta foi retirada da capa de uma revista feminina de circulação nacional. No entanto, apesar da temática e dos termos serem compatíveis com aqueles veiculados por portais e revistas destinadas ao público feminino dos dias de hoje, tal manchete foi encontrada na da capa da edição de dezembro de 1983 da revista *Nova/Cosmopolitan*.

As revistas femininas poderiam ser um espaço onde fosse plausível encontrar reflexões diversas dos estereótipos machistas que encaixotam as mulheres, contudo, aparentam continuar focadas em estimular o culto ao corpo, os relacionamentos conjugais e a vida doméstica, como se estes constituíssem a totalidade dos interesses de seu público. Semelhante reprodução da cultura machista acaba induzindo as mulheres a acreditarem que as coisas permanecem do mesmo jeito e, assim sendo, incentiva a crença de que seu comportamento, seus planos e seus objetivos devem prosseguir inalteradamente como os das mulheres do passado.

1 Acadêmica do curso de Direito. Centro Universitário UNIVATES. Contato: kcalliero88@gmail.com.

2 Doutoranda do PPG-Doutorado UNISC. Mestre em Direito pelo PPG-UNISC. Professora da Faculdade de Direito no Centro Universitário UNIVATES em Lajeado-RS. Membro do Grupo de Pesquisa Comunitarismo e Políticas Públicas, vinculado ao CNPq. Advogada. Contato: eliane.fontana859@gmail.com.

Perceber que, apesar de todas as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos, as publicações voltadas às mulheres podem estar conservando os mesmos padrões e oferecendo (quase só) os mesmos conteúdos, despertou o interesse em realizar a pesquisa deste artigo. Sua relação com os direitos humanos se dá na medida em que situa os direitos da mulher historicamente, de modo a demonstrar a disparidade ainda existente entre os gêneros.

Para aferição de uma possível mensagem subliminar incutida nas revistas femininas estudadas será realizada uma análise de seis capas de revistas veiculadas no Brasil durante a década de 1980, mais especificamente, no período compreendido entre 1981 e 1989. As revistas escolhidas: Cláudia, lançada em 1961, e Nova/Cosmopolitan, lançada no Brasil em 1973, pertencem à Editora Abril e serão analisadas em virtude de sua tradição no mercado e de seu grande alcance, tendo em vista que figuram entre as revistas femininas mais vendidas no Brasil. Optou-se pela década de 1980, uma vez que não havia muitas chamadas de reportagens nas capas dessas revistas durante as décadas antecedentes.

Ainda, para que se tenha um intervalo maior de comparação com os dias atuais, no presente estudo efetuar-se-á o exame das publicações supracitadas em contraponto aos conteúdos contemporaneamente disponibilizados pela editora no portal MdeMulher “o maior portal feminino da América Latina”, o qual comporta atualmente as reportagens das duas revistas pesquisadas em meio eletrônico. O método é hipotético-dedutivo.

2 A IGUALDADE DE GÊNERO (AINDA) COMO CELEUMA DA SOCIEDADE ATUAL

A história das mulheres começou por inventar-se, pois, enquanto os homens entravam para o mundo do registro e da interpretação dos acontecimentos no milênio terceiro A. C, para as mulheres esse processo só correu no século XIX (MILES, 1989). É assim que as primeiras linhas da obra de Miles denunciam a completa segregação da história da mulher no mundo. E vai além:

A história da raça humana começa com a fêmea. A mulher carregou o cromossomo humano original, como faz até hoje; sua adaptação evolutiva garantiu a sobrevivência e o sucesso da espécie; sua tarefa de maternidade forneceu o estímulo cerebral necessário à comunicação humana e à organização social. No entanto, para as gerações, historiadores, arqueólogos, antropólogos e biólogos, a **única estrela da aurora tem sido o homem** (1989, p. 19, grifo nosso).

Até meados do século passado, a maior parte dos teóricos homens, de todos os pontos do espectro político, aceitava a crença de que havia um fundamento natural para o confinamento da mulher à família e para sua sujeição ao marido, bem como que eram inaptas à política (KYMLICKA, 2006). Enquanto a genialidade masculina era escrita, deixava-se de considerar a realidade da maioria das vidas femininas, sendo que “a exclusão da mulher dos anais representa um milhão de milhões de vozes sufocadas” (MILES, 1989, p. 10).

As comunidades tradicionais mantinham em seu âmago a opressão à mulher, velando as funções de líder, de chefe, de deusa enfim, dos papéis da mulher no seio da comunidade. Reis e Costa se posicionam ao tema, revelando que desde muito cedo, foi incutido nas meninas que era incumbência delas cuidar da casa e dos filhos, enquanto os homens eram os responsáveis pelo sustento da família, cabendo a eles sair de casa e ir para o trabalho, participar da vida produtiva da sua comunidade, receber salário e administrar os bens da família (2014, p. 34).

E quanto à sociedade atual? Para Silveira (2014), a partir dos séculos XVIII e XIX, com a compreensão da distinção anatômica entre corpo feminino e corpo masculino, operou-se uma divisão pela qual as mulheres passaram a ser consideradas como parte da natureza, e os homens, parte da cultura. Tal divisão se deu por meio das associações simbólicas entre o corpo feminino e o ato de procriar, conceber e amamentar. Ao mesmo tempo, o corpo masculino era associado ao mundo em transformação, à racionalidade, ao desenvolvimento. É importante assinalar que tal binarismo de gênero apresenta não só uma relação de oposição, mas também demonstra uma hierarquia, percebida facilmente na sociedade e que vem se perpetuando ao longo dos anos (BARROSO; FARIAS, 2014).

Neste século as novas tecnologias, assim como progressos na ciência médica e urbanização, vêm oferecendo à mulher liberdade sem igual. Porém, cada um desses itens traz em seu bojo sementes de seu uso contra a mulher, novas oportunidades para degradação e exploração, novas formas de trabalho destruidor pela rotina, novos ataques contra a vida e a esperança (MILES, 1989, p. 13). Tais explorações são alvo de inúmeras

conquistas que iniciaram no século XX, com movimentos organizados feministas e um olhar mais acurado do Estado para as questões de equidade de gênero no que tange às políticas sociais.

Do amplo espectro de teorias políticas contemporâneas, boa parte compartilha um norte por igualdade em seu teor, ou, como expõe Kymlicka, tais teorias contemplam

[...] um compromisso com a ideia de que todos os membros da comunidade devem ser tratados como iguais. Contudo, até bem recentemente, a maior parte da filosofia política dominante defendeu ou, pelo menos, aceitou a discriminação sexual. E, embora as visões tradicionais a respeito da discriminação sexual tenham sido progressivamente abandonadas, **muitas feministas acreditam que os princípios que foram desenvolvidos com a experiência e os interesses dos homens em mente são incapazes de reconhecer adequadamente as necessidades das mulheres ou de incorporar as experiências das mulheres** (KYMLICKA, 2006, p. 304, grifo nosso).

A ideia de que os indivíduos são proprietários em suas pessoas tem sido fundamental na luta contra a dominação classista e patriarcal. Isso tem motivado muitas campanhas feministas, desde os esforços pela modificação da legislação matrimonial até as questões relacionadas ao aborto. Tal fato mostra-se importante, pois a doutrina legal de séculos determinou que as mulheres fossem propriedades de seus maridos cujo “argumento apoiava-se, portanto, numa rejeição implícita da construção patriarcal do indivíduo como proprietário masculino.” (PATEMAN, 1993, p. 32).

Ao longo de boa parte do século XX, o Brasil conviveu com os princípios discriminatórios e patriarcais do Código Civil de 1916. Foi um século em que as relações se fragmentaram. Somente com a Constituição Federal de 1988 consagrou-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. O princípio da equidade entre os gêneros foi endossado no âmbito da sociedade e da família, neste caso, quando o texto estabelece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelos homens e pelas mulheres (ALVES; CAVENAGHI, 2012). As definições constitucionais foram gradativamente convertidas em legislação ordinária, cujo desdobramento deu-se em inúmeras normativas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 13/07/1990), a Lei do Concubinato (Lei nº 8.971) de 29/12/1994, a Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263/1996), o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741 de 01/10/2003) e o novo Código Civil brasileiro (Lei 10.406, de 10/1/2002) (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Um importante dado brasileiro e atual foi revelado por um estudo do Ipea que avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudos de séries temporais. Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução considerável das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei, e, nos últimos anos, o retorno desses valores aos patamares registrados no início do período (GARCIA, IPEA 2013). A realidade da Maria da Penha dá conta do quão imprescindível é o papel dos movimentos sociais para o fortalecimento da participação maior da mulher nas decisões políticas e na superação da discriminação do trabalho e da erradicação das mazelas que ambientam a sua sexualidade (CORRÊA, 2012). O que isso significa? Que a matriz legiferante pode apertar o cerco contra as questões afetas às mulheres, porém, não serão as leis, isoladamente, as propulsoras de uma guinada na cena desigual do tema.

O combate às desigualdades e, especialmente, à discriminação, requer atitudes não só punitivas, mas também atos que construam uma nova cultura política na sociedade, e esse trabalho é de fato, árduo e contínuo. Aos governos cabe fazer cumprir a norma constitucional de igualdade e não discriminação, reiterada pelas diversas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. Cabe, ainda, a implementação de políticas que corrijam as desigualdades historicamente construídas, bem como ofereçam iguais oportunidades para homens e mulheres, negros e brancos, mas, sempre, respeitando suas diferenças e contribuindo para a modificação do padrão cultural vigente, que ainda enxerga os negros e as mulheres em escala inferior na hierarquia de poder social (IPEA, 2014).

Assim, a solução,

[...] não é apenas a ausência de discriminação, **mas a presença de poder**. A igualdade requer não apenas igual oportunidade de buscar papéis definidos por homens, mas também igual poder de criar papéis

definidos por mulheres ou de criar papéis andrógenos, que homens e mulheres tenham igual interesse em preencher (KYMLICKA, 2006, p. 313, grifo nosso).

A criação de papéis referida está contida na transformação cultural na busca pelo rompimento de uma visão “binária” de comunidade, de espaços e de pessoas. Ao passo que os avanços conseguidos pelas mulheres brasileiras na educação, no mercado de trabalho, na previdência e na sociedade como um todo ainda não se traduziram em aumentos significativos nas diversas esferas dos espaços de poder público e privado (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

As mulheres não querem criar por parte delas mesmas um novo modelo cultural, o que querem, segundo Touraine, é um novo modelo de cultura, mas que deve ser vivido por todos, homens e mulheres, eliminando a “oposição” e não estabelecendo hierarquia (2011). A nova cultura “conduzida pelas mulheres, não busca nem excluir nem colocar os homens numa posição inferior, mas pretende que todos harmonizem o que tinha sido separado e marcado pela pecha da superioridade ou da inferioridade” (TOURAINÉ, 2011, p. 106).

3 CULTURA DE COISIFICAÇÃO DA MULHER

O uso da imagem da mulher ou, mais especificamente, de seu corpo atrelado a bens de consumo nas mídias, impressas ou digitais, pelo mundo ocidental, tornou-se algo tão natural que, provavelmente, um recorte muito pequeno de pessoas realiza uma análise crítica acerca de o porquê dessas técnicas serem tão comuns e constantes, apesar da falta de originalidade. Entretanto, é inevitável não correlacionar tais práticas com um tipo de violação aos direitos humanos e à disparidade entre gêneros.

A cultura de coisificação do sexo feminino – que, segundo Melhem; Rosas (2013), pode ser entendida sucintamente como a série de situações em que a mulher se transforma em objeto decorativo ou instrumento da vontade masculina, sem vontades próprias – implica muito mais reflexos sociais negativos que o termo aparentemente pode remeter. “O processo de coisificação é tão forte que a própria mulher se percebe como objeto” (MELHEM; ROSAS, 2013, texto digital). E indo mais além, pode fomentar sobremaneira os inúmeros problemas que a desigualdade de gênero tende a acarretar.

As palavras de Kilbourne no documentário *Killing Us Softly 4: Advertising's Image of Women* (2010) explanam alguns desses reflexos ao lembrarem que todas as pessoas crescem dentro de uma cultura em que o corpo das mulheres é frequentemente transformado em objetos. E isso, segundo a autora, afeta mais que apenas a autoestima feminina, pois cria também um clima de difusão da violência baseada no sexo.

De acordo com a palestrante “tornar um ser humano em um objeto é quase sempre o primeiro passo que se dá para justificar a violência contra ele... É sempre o mesmo processo, a pessoa é desumanizada e então a violência se torna inevitável” (KILLING, 2010, vídeo). A partir dessa reflexão, passa-se a verificar qual a contribuição que as revistas analisadas no presente artigo forneceram – e fornecem – a essa cultura, durante o tempo em que vêm atuando no mercado.

Ao que tange a essa influência, Goellner (2012) afirma que as mídias, de maneira geral, são locais pedagógicos que dizem acerca de nossos corpos, a todo o tempo, seja pelo que exibem ou mesmo pelo que ocultam deles. Tal fenômeno ocorre de forma tão sutil que, muitas vezes, não é sequer possível mensurar o quanto cada indivíduo é capturado ou produzido por essas informações, uma vez que as imagens estampadas nas capas ou reportagens das revistas, por exemplo, são aparentemente despreziosas, além de clássicas. Assim, a autora explica que “não é sem razão que o corpo jovem, produtivo, saudável e belo é um ideal perseguido por um número infinito de mulheres e homens do nosso tempo cujos investimentos individuais demandam energia, dinheiro e responsabilidade” (GOELLNER, 2012, p. 33).

Daí a necessidade de se analisar o impacto social que reportagens destinadas ao público feminino trazem. Pois, a exemplo dessa chamada, da revista *Nova/Cosmopolitan* de 1989, que fornecia dicas de “como permanecer jovem mais tempo e fazer o relógio voltar atrás” (CAPA DE JUNHO/89, 1989, texto digital), pode-se constatar que há décadas, existe uma espécie de sugestionamento por parte dessas mídias, no sentido de que as mulheres devem evitar o seu envelhecimento, sob pena de arcar com uma conseqüente desvalorização perante a sociedade ou, até mesmo, de ter sua inutilidade funcional decretada para as relações em geral, sejam elas amorosas ou profissionais. Indubitavelmente, o número de matérias veiculadas “indicando sempre a

responsabilização do sexo feminino sobre seu corpo” (ANDRADE, 2012, p. 121) demonstra aumentar de forma contínua.

Atualmente, nas revistas objeto deste estudo, encontram-se inúmeras publicações relacionadas a estes temas. São “estratégias” de combate ao envelhecimento (ZANON, 2015), produtos anti-idade (GOY, 2015) e muitas dicas concernentes ao emagrecimento, principalmente para “secar” a barriga (FIGUEIREDO, 2015) ou deixá-la “chapada” (ROCHA, 2015).

Além disso, tais reportagens frequentemente ainda trazem, a título ilustrativo, imagens nas quais aparecem apenas partes do corpo da modelo. Conforme Andrade (2012, p. 116), isso se justifica pelo fato de que para essas mídias “o que realmente faz diferença ou tem significado são os contornos deste corpo que apresenta características que são indicadas e desejáveis a todos os corpos femininos” e não a individualidade da pessoa.

Nesse sentido, há que se enfatizar as consequências discriminatórias ensejadas por esse ataque ao corpo feminino. Para Miles (1989), no momento em que houve uma inversão da sexualidade, constituiu-se, em relação às mulheres, nada menos que o primeiro “*apartheid* deliberado da história humana” (p. 115). Assim, através da transformação cultural da mulher em uma ordem de seres separada e inferior, seu corpo foi transformado em objeto de uso, destinado precipuamente à gratificação sexual do “Deus-Homem”.

O ser humano, mulher, reduziu-se a estereótipos de sexo frágil, irracional, porém indispensável ao prazer masculino (TOURAINÉ, 2011) e, desta forma, chegou-se à “doutrina de que a mulher é sexo, e nada mais além disso” (PANKHURST apud MILES, 1989, p. 293). Destarte, foi preciso ensiná-la a manter seu corpo atraente e em “boas condições”, segundo “normas” padronizadas de beleza.

A cultura de coisificação e a conseqüente condenação perpétua do sexo feminino a uma existência de segunda ordem, de acordo com Miles (1989) demonstram que no decorrer da história da humanidade “as mulheres não foram privadas só de seus direitos humanos, mas da condição de seres humanos” (p. 114). Nesta mesma linha, Campos e Corrêa (2007, p. 109) destacam que “as definições seculares, estabelecendo posição secundária e irrelevante, às mulheres serviram a uma estrutura de poder; hoje não mais aceitável após o devido reconhecimento de direitos fundamentais da pessoa humana”. Em razão disso, não é minimamente plausível admitir que as revistas direcionadas ao gênero ainda conservem e disseminem essa cultura retrógrada e contrária à dignidade do ser humano nos tempos atuais.

4 A MENSAGEM SUBLIMINAR DAS REVISTAS FEMININAS

A questão da mensagem subliminar, de acordo com Fernandes (2005), trata-se de matéria já explorada por diferentes campos de estudo, como a psicologia e a medicina, por exemplo. Sendo, entretanto, nos meios de comunicação onde mais amplamente se pode detectar a sua utilização como forma de influenciar pessoas a adotarem ou, mesmo, manterem determinados comportamentos. Nesse sentido, Calazans (1992, p. 17) defende que “todo um modo de vida é comunicado subliminarmente, tal qual uma neblina, suave e dissimulada, bombardeando o receptor-consumidor de mensagens por todos os canais sensoriais, sinestesticamente em todas as mídias”.

Dentro dessa perspectiva, cabe trazer, primeiramente, uma definição do que seriam as referidas mensagens subliminares. Para Fernandes (2005) são aquelas repassadas de maneira dissimulada, abaixo dos limites da percepção consciente do indivíduo receptor e que acabam ocultamente por influenciar as suas escolhas, atitudes, bem como por embasar os motivos das referidas tomadas de decisão. A autora ainda complementa que o escopo de tais mensagens subliminares é proporcionar um controle sobre a vontade das pessoas, com finalidades diversas que vão desde a venda de produtos ou serviços até a propagação de ideias.

A percepção desta subliminaridade nas revistas femininas ora estudadas, dá-se a partir do momento em que se encontra uma grande dificuldade em estabelecer uma semelhança de interesses nas mulheres para as quais se destinavam essas mídias no passado e atualmente. À primeira impressão, os segmentos parecem ser distintos, tendo havido uma desconstrução, por parte das revistas, do contexto extremamente doméstico e conjugal das leitoras do passado, sendo agora explicitada uma busca de novas abordagens para uma mulher independente, vaidosa e com atitude (EM 2015, 2015).

Contudo, em uma análise mais criteriosa dessas mídias, é possível perceber que essa nova cultura de independência e autonomia das mulheres em relação ao sexo oposto não evidenciou parâmetros muito diferentes daqueles enfatizados há 30 anos por esses mesmos veículos de informação. Enquanto a revista *Cláudia* foi lançada em 1961, visando atingir o público das donas de casa (PIONEIRISMO, [2015?]) e, em 1986, trazia chamadas de “super lanches que seduzem até maridos exigentes” (CAPA DE DEZEMBRO/86, 1986, texto digital), hoje, são utilizadas diferentes maneiras para se entregar o mesmo conteúdo ao público feminino.

Embora com enfoques sutis, é notório que as matérias pesquisadas acabam por fomentar a ideia de que o ambiente de atuação mais preponderante das mulheres foi e continua sendo o doméstico. Assim, destaca-se a perpetuação de uma espécie de restrição das mulheres ao mundo fora do lar, uma prisão domiciliar que, instaurada pelo sistema patriarcalista, confinou o sexo feminino a uma vivência dentro do casamento e que agora se reafirma naturalmente propagando a repetição desses valores implicitamente (MILES, 1989).

Campos e Corrêa (2007, p. 101) coadunam-se com essa reflexão ao explicar que:

Podemos observar, claramente, na nossa sociedade que os produtos culturais destinados ao público feminino desenham, com habilidade ímpar ao inconsciente coletivo, o perfil de suas receptoras em torno de assuntos relacionados à sua esfera específica: sedução, família, casamento, maternidade e futilidades, praticamente inexistindo, para tal público, um debate político, assuntos da economia mundial, estratégias e objetivos sociais, questões jurídicas, filosóficas e opinativas ao desenvolvimento de suas habilidades e capacidade de discussão e criação. O feminino, assim, externa-se como expressão das ideias de pacificação e resignação a um papel predeterminado.

Dentro dessa acepção, ressaltada pelas autoras, e, reforçando ainda mais a sublimaridade das reportagens destinadas ao público feminino nas mídias pesquisadas, adentra-se mais a fundo na questão da sexualidade. Analisando-se as reportagens estampadas na década de 80, nota-se a inclusão de matérias que falam mais abertamente sobre questões sexuais e sobre o corpo feminino, com destaque para a revista *Nova/Cosmopolitan*.

Essa inclusão, dentro de um contexto histórico de extrema preocupação com a veiculação de imagens femininas ideais, baseadas na meiguice, fragilidade e amor e, em que toda e qualquer manifestação de sexualidade sempre fora reprimida (SOIBET, 2012), pode ter representado uma quebra de tabus. As leitoras foram sendo instruídas a discutirem assuntos até então vistos como inapropriados para público feminino, pois o lar era o único local em que a mulher poderia exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como próprias de seu sexo, dentre elas a paciência, a intuição e a benevolência (GOELLNER, 2012).

Assim, essas reportagens foram ganhando um crescente destaque e aparentavam ter um viés exploratório acerca do tema sexo, a exemplo dessa chamada da *Nova/Cosmopolitan* de 1987 que desvendava “o que as mulheres se recusam a fazer na cama com um homem e por que” (CAPA DE AGOSTO/87, 1987, texto digital). No entanto, é possível verificar que a abordagem do tema, sendo feita de forma cada vez mais enfática, acabou por demonstrar um viés muito mais exploratório do próprio corpo da mulher do que da relação sexual em si.

Além disso, ao falar mais abertamente sobre sexualidade, utilizando-se, inclusive, de imagens ousadas para corroborar a atual liberdade feminina de discutir quaisquer assuntos, não seria possível visualizar ainda algum tipo de subjugação? Ao mostrar todos os meses posições *quentes* para fazer sexo (AQUINO, 2015) e/ou dicas para *apimentar* o ato sexual (M DE MULHER, 2011), não estariam essas revistas incitando a mulher a enxergar seu corpo como uma espécie de ferramenta, capaz de conquistar ou segurar seus parceiros?

O que efetivamente se pode constatar é que reportagens como “o que faz um homem ficar tarado por uma mulher?” e “exercícios para torná-la mais sensível às carícias dele e ampliar sua capacidade de prazer sexual” (CAPA DE DEZEMBRO/83, 1983, texto digital), estampadas na capa da *Nova/Cosmopolitan* em 1983, já demonstravam a questão da sexualidade da mulher começando a ser utilizada como o principal atributo feminino na busca da satisfação do sexo oposto, propondo uma vulgarização e objetivação do seu corpo.

Desse modo, o que pode ter parecido uma libertação do gênero, que segundo Soibet permanecera “por longo tempo sem poder dispor livremente de seu corpo, de sua sexualidade” (2012, p. 390), na verdade, constituiu-se muito mais em um ataque ao corpo e a sexualidade da mulher. Corroborando-se, assim, para uma noção de que elas existiriam apenas em relação aos homens, para proporcionar prazer e constituir sua prole (MILES, 1989).

Ainda, ao examinar detidamente as reportagens estudadas, percebe-se a existência de mensagens implícitas que, desde essa época incutiam uma constante preocupação nas leitoras em entender o que os homens pensavam sobre elas, assemelhando-se à preocupação de um subordinado em agradar ao seu superior. Noção que, aparentemente, estendeu-se até os dias de hoje em publicações como “o que o beijo dele em cada parte do seu corpo significa” (RUIZ, 2015, texto digital).

Nesse sentido, verifica-se uma relação de subserviência repassada também por detrás de reportagens atuais que, por exemplo, dão inúmeras *ideias* para deixar qualquer homem excitado (M DE MULHER, 2014). Dentro de tais “manuais”, figuram-se entre as primeiras dicas o *agir como uma cortesã*, deixando que *ele* pense que a mulher está *o servindo* (M DE MULHER, 2011), o que, sem dúvida, estará fazendo.

Outrossim, aquilo que mais chama a atenção deles em uma mulher e como perceber sinais de que estão mais ou menos interessados também eram alguns dos registros mais estampados nas capas dos anos 80. Essas matérias traziam à baila investigações de como os homens se sentiam diante de uma virgem de mais de 25 anos e explicavam porque o cheiro é fundamental na atração dele por ela (CAPA DE JUNHO/81, 1981).

Tais publicações chegavam até mesmo a advertir que, quando uma mulher é abandonada de repente, haveria, com certeza, sinais que ela deixara de perceber, ou seja, displicência da mulher para com o seu casamento e exclusiva culpa pelo fim do relacionamento conjugal (CAPA DE JUNHO/81, 1981). E, neste ponto, adentra-se em outro assunto que ganhou grande destaque nas chamadas pesquisadas: o casamento e o papel precípuo da mulher em mantê-lo.

Pode-se verificar essa responsabilidade atribuída à mulher, em manter a estabilidade da relação, desde os anos 80, em reportagens tanto de Cláudia em “casamento e stress, não deixe apagar a chama da sua vida sexual” (CAPA DE DEZEMBRO/86, 1986, texto digital), quanto de Nova/Cosmopolitan em “se o seu casamento é bom, veja o que pode torná-lo ainda melhor; Se é ruim, o que pode salvá-lo” (CAPA DE AGOSTO/87, 1987, texto digital).

A tendência parecia ser a de ensinar a mulher de como deveria se comportar para manter seu marido satisfeito e, desta maneira, garantir a constância matrimonial. Assim, reportagens de “auxílio” à mulher, explicando o que faz um casamento durar pela opinião de especialistas no assunto – neste caso 20 mulheres “dinâmicas” casadas há muito tempo – eram ordinariamente publicadas (CAPA DE JUNHO/88, 1988) e, inclusive, disponibilizavam-se autênticos guias práticos, contendo orientações especiais para que as mulheres, que já se arriscavam a trabalhar, não deixassem de ser boas mães e, muito menos, deixassem que essa nova atribuição, diga-se de passagem secundária, pudesse influir no ponto nevrálgico de suas vidas, qual seja, a boa vivência com o marido (CAPA DE JUNHO/89, 1989).

Vale ressaltar que essa responsabilidade conjugal só poderia ser da mulher, ao passo que o homem sempre estava muito mais voltado para a esfera pública e, portanto, extremamente ocupado com a sua vida social (TOURAINÉ, 2011). Logo, à esposa ociosa, privada de trabalho meritoso e de significado, restou a ser oferecida toda uma “bobajada modernosa” das prendas domésticas (MILES, 1989), função exercida com exímio pelas mídias dirigidas ao gênero, a exemplo das revistas aqui pesquisadas.

Ocorre que, não obstante terem decorrido mais de três décadas desde a veiculação das reportagens suprarreferidas até os dias atuais, ainda se verificam publicações tendentes a demonstrar a “necessidade” de a mulher variar locais ou, mesmo, aprender novas posições para praticar relações sexuais com seu parceiro (AQUINO, 2015). Tudo, levando a crer na existência de um esforço contínuo para (re)afirmar a atribuição básica da mulher na sociedade monogâmica. E isso, a despeito, inclusive, segundo Touraine, de estudos que evidenciam novas áreas objeto de interesse feminino nesses últimos anos e, que, por conseguinte, contrariam os enfoques dados a essas matérias pelas mídias analisadas (2011).

O autor também explana que, os homens, o casamento e o divórcio, a sedução e a traição, não são os principais sujeitos das conversas entre as mulheres, tampouco o homem estaria presente na história de vida da maioria delas, que hoje tem filhos fora do casamento e/ou simplesmente se reservam o direito de não desejar tê-los (2011). A questão, portanto, concentra-se no papel contraditório que as revistas pesquisadas têm desempenhado.

Para Miles (1989), a mídia pode estar servindo para substituir os instrumentos de dominação e cerceamento antes utilizados para manutenção da mulher subordinada. E essa função de lembrar, mesmo que

implicitamente, do status de subclasse imposto ao sexo feminino, importa em tornar perenes as desigualdades de gênero na sociedade e conferir à mulher a condição de ser permanentemente inferiorizado.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar o papel de algumas das revistas femininas contemporâneas, físicas e eletrônicas, no que tange à produção, ou reprodução, da cultura de coisificação da mulher na sociedade. Inferiu-se da pesquisa que, não obstante a Constituição Federal de 1988 ter positivado o direito fundamental à igualdade em seu texto, a segregação entre os sexos ainda é uma realidade deveras fomentada pelos veículos midiáticos analisados.

A exposição, cada vez mais frequente, do corpo feminino como objeto de prazer, revela o símbolo de sua inferiorização e constitui-se em uma clara destruição dos direitos humanos. Assim, constatou-se que as reportagens pesquisadas vêm servindo como poderoso instrumento de imposição, à mulher, de uma cultura de dominação masculina e de culto ao corpo, afetando diretamente a saúde física e psicológica da mulher e restando caracterizado o impacto social, extremamente negativo, que essa objetivação e vulgarização ocasionam.

As matérias examinadas demonstraram reproduzir padrões de subordinação feminina em contraponto à libertação já conquistada pelo gênero. Tendendo, dessa forma, a conservar e reforçar juízos de incumbências exclusivas à mulher, como cuidar dos filhos, da casa e manter o casamento, sem ênfase para sua autonomia e igualdade.

O fato é que as revistas em análise promovem uma repetição de valores retrógrados e machistas de forma implícita, dirigindo-se a um público feminino moderno, com apelos sensuais, porém tudo como era antes. De tal modo, o cerne da mensagem subliminar propagada consiste em: desmistificar para banalizar. Há mais de 30 anos, as reportagens seguem iguais, com os mesmos enfoques, para disseminação e consequente perpetuação das mesmas ideias subjadoras de conceituação da mulher como instrumento sexual.

REFERÊNCIAS:

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI Suzana Marta. Dossiê – análises quantitativas e indicadores sociais DOI: 10.5433/2176 6665.2013v18n1p83 indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17 n. 2, p. 83-105, JUL./DEZ. 2012.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 108-123.

AQUINO, Manuela. Posições quentes para fazer sexo na piscina. **Portal MdeMulher**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/posicoes-quentes-para-fazer-sexo-na-piscina>>. Acesso em 31 jul. 2015.

BARROSO, Rafael Chaves Vasconcelos; FARIAS, Francisco Ramos de. GÊNERO E MEMÓRIA: uma construção dionisíaca. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 27, n. 1 - Jan/Jun. 2014 – ISSN online 1981-3082.

CALAZANS, Flavio. **Propaganda subliminar multimídia**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1992.

CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. **Direitos humanos das mulheres**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CAPA de agosto/87. **Nova Cosmopolitan**, São Paulo, ago. 1987. Disponível em: <<http://xuxacapas.blogspot.com.br/2012/01/xuxa-capas-de-nova.html>>. Acesso em 02 jul. 2015.

CAPA de dezembro/83. **Nova Cosmopolitan**, São Paulo, dez. 1983. Disponível em: <<http://xuxacapas.blogspot.com.br/2012/01/xuxa-capas-de-nova.html>>. Acesso em 03 jul. 2015.

CAPA de dezembro/86. **Claudia**, São Paulo, n. 303, dez. 1986. Disponível em: <http://www.fotolog.com/xuxameneghel_/32700000000009231/>. Acesso em 04 jul. 2015.

CAPA de junho/81. **Nova Cosmopolitan**, São Paulo, n. 93, jun. 1981. Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/diversao/literatura/xuxa-maite-sonia-lidia-veja-antigas-capas-de-revistas-com-as-musas-dos-70-e-80/#img=2&galleryId=949805>>. Acesso em 03 jul. 2015.

CAPA de junho/88. **Nova Cosmopolitan**, São Paulo, jun. 1988. Disponível em: <<http://xuxacapas.blogspot.com.br/2012/01/xuxa-capas-de-nova.html>>. Acesso em 04 jul. 2015.

CAPA de junho/89. **Nova Cosmopolitan**, São Paulo, jun. 1989. Disponível em: <<http://xuxacapas.blogspot.com.br/2012/01/xuxa-capas-de-nova.html>>. Acesso em 04 jul. 2015.

CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. **Direitos humanos das mulheres**: doutrina, prática e direito comparado. 2reimp. Curitiba: Juruá, 2012.

EM 2015, Nova, a Cosmopolitan do Brasil, passa a adotar seu nome mundial. **Publiabril**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/noticias/1564>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

FERNANDES, Daniela Bacellar. **Responsabilidade civil e direito do consumidor**: em face das mensagens subliminares. Curitiba, PR: Juruá, 2005.

FIGUEIREDO, Amanda. 5 trocas inteligentes que ajudam a secar a barriga. **Portal MdeMulher**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/dieta/claudia/5-trocas-inteligentes-que-ajudam-a-secar-a-barriga>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

GARCIA, Leila Posenato[et al]. **Violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Texto digital. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 09 ago. 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 28-52.

GOY, Vânia. Conheça uma seleção de produtos anti-idade que agem enquanto você dorme. **Portal MdeMulher**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/beleza/cosmopolitan-brasil/conheca-uma-selecao-de-produtos-para-combater-linhas-de-expressao-e-devolver-vico-ao-rosto>>. Acesso em 28 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades. 2ª edição. Luana Pinheiro (et al.). Programa Igualdade de Gênero e Raça UNIFEM. Diretoria de Estudos Sociais. In: **Programa Igualdade de Gênero e Raça**. Disponível em: <unifemgeneraca@undp.org.br>. Acesso em: 01 ago. 2015.

KILLING Us Softly 4: Advertising's Image of Women - Legendado PT/BR. Produção: Media Education Foundation. 2010. Vídeo (4min 56s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1GdmAV49d9c>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea**. Trad. Luiz Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

M DE MULHER, Redação. 15 dicas para apimentar o ato sexual. **Portal MdeMulher**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/15-dicas-para-apimentar-o-ato-sexual>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

_____. 40 ideias que deixam qualquer homem excitado. **Portal MdeMulher**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/40-ideias-que-deixam-qualquer-homem-excitado#21>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

MELHEM, Patrícia Manente; ROSAS, Rudy Heitor. **A coisificação da Mulher e o reforço da negação da vitimização: retorno à "lógica da honestidade"?**. In: Anais do IV Congresso Internacional de Ciências Criminais. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2013. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/43.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Trad. Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PIONEIRISMO, mulheres e sociedade. **Grupo Abril**: quem somos/ história, São Paulo, [2015?]. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/historia>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

REIS, Suzéte Silva; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Trabalho, educação & gênero:** desafios e perspectivas da inserção da mulher no mercado de trabalho no século XXI [recurso eletrônico]. Curitiba: Multideia, 2014.

ROCHA, Marcela. Não consegue ter a barriga chapada? Saiba o que você está fazendo de errado. **Portal MdeMulher.** São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/dieta/cosmopolitan-brasil/nao-consegue-ter-a-barriga-chapada-saiba-o-que-voce-esta-fazendo-de-errado#4>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

RUIZ, Nathalia. O que o beijo dele em cada parte do seu corpo significa. **Portal MdeMulher.** São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/amor-e-sexo/cosmopolitan-brasil/o-que-o-beijo-dele-em-cada-parte-do-corpo-significa>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 362-400.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres.** Tradução Francisco Morás. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZANON, Mariana. 5 estratégias eficazes no combate ao envelhecimento. **Portal MdeMulher.** São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/beleza/claudia/5-estrategias-eficazes-no-combate-ao-envelhecimento>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: A INCLUSÃO DAS MULHERES NO MUNDO PÓS-MODERNO

Ana Paula Schimidt Favarin¹

Danielli Regina Scarantti²

Maíra Fronza³

Resumo: O presente trabalho versa sobre os direitos humanos relacionados à questão de gênero, dando-se enfoque à inclusão das mulheres no complexo mundo pós-moderno. Inicialmente, dentro de um contexto que analisa a emancipação feminina, observa-se que um marco importante é a transição impulsionada por elas na ocupação de lugares públicos. Então, por meio de longos processos de luta pela igualdade de gênero, as mulheres foram precursoras de uma série de transformações, entre avanços e retrocessos, que conferiram a elas novos espaços de poder, fato esse que desencadeou garantias jurídicas na ordem internacional. Dentre essas, está o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, fato esse que de modo geral não foi tarefa fácil, haja vista que dependeu integralmente de movimentos sociais fortes na busca por espaço na sociedade. Haja vista que vários grupos considerados minoritários, dentre eles o das mulheres, seja por uma questão cultural, seja em razão do sistema capitalista, há anos viveram em situação de plena “invisibilidade social”. Foi por tal razão que os feministas propuseram o termo “gênero”. O emprego deste termo permite que se fale de homens e mulheres fora do determinismo biológico, pois grande parte das diferenças entre os sexos não é devida a aspectos biológicos, mas consequência da construção social da realidade. As mulheres avançaram muito, entretanto, ainda que estejamos em tempos de Estado Democrático de Direito, a igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda não se consolidou totalmente, pois há uma necessidade de ações afirmativas que busquem proteger de forma diferenciada e realmente efetiva os direitos humanos das mulheres. Sendo assim, para alcançar essas considerações no que se refere à metodologia e aos procedimentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo, por meio da utilização de material bibliográfico.

Palavras-chave: Direitos humanos. Gênero. Mulheres. Igualdade. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Muito embora estejamos em tempos de Estado Democrático de Direito, a mídia hodiernamente nos apresenta sérias situações envolvendo violências físicas e psicológicas praticadas contra as mulheres. Talvez tais fatos ainda venham ocorrendo com frequência em razão de a sociedade mundial ter efetivamente reconhecido os direitos humanos das mulheres tardiamente. E é por esse e por outros motivos que o grupo ainda tido como minoritário (do sexo feminino) busca incansavelmente medidas afirmativas no sentido de proteger os seus principais direitos, quais sejam, à vida, à dignidade e à integridade física e psicológica. As lutas e os movimentos sociais foram e ainda são as principais “forças” que impulsionam a busca do reconhecimento das mulheres no cenário mundial como sujeitos de direitos, uma vez que, convenha-se, possivelmente qualquer direito seria alcançado voluntariamente às mulheres pelo Estado que, via de regra, é governado pelo sexo masculino.

1 O PROGRESSO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Ao longo da história, as mulheres alcançaram muitas conquistas para chegar hoje ao patamar de igualdade que recebem no plano teórico da Constituição Federal, a qual permite a inclusão delas na esfera

1 Graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil e Mestranda (Bolsista UNIJUÍ) em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: ana_favarin@hotmail.com

2 Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Mestranda (Bolsista CAPES) em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: danielli.scarantti@gmail.com

3 Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Pós-graduada em Direito Tributário pela UNIDERP e Mestranda em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: mairafronza@tj.rs.gov.br

privada, pública e social do mundo pós-moderno. Principalmente, nas últimas três décadas os movimentos das mulheres receberam destaque no Brasil.

Esses movimentos são necessários para reverter um quadro de discriminação construído há muito tempo. Como é sabido, no mundo antigo, a mulher não encontrava condições de fazer parte do polo dominante da sociedade ao lado dos homens, pois foi “a figura principal da inferioridade e da dependência”. (TOURAINÉ, 2006, p. 212). A mulher foi dominada pelo sujeito masculino por muito tempo. Se falarmos em filosofia grega e em direito romano perceberemos que tanto Aristóteles como Platão consideravam a mulher como uma coisa, como uma propriedade do marido.

Na época, para o senso comum, acreditava-se que, inclusive por questões biológicas, a mulher deveria viver nessa condição de subordinação aos anseios do homem, pois afirmavam que desde o nascimento a mulher tinha o futuro dever de cuidar da casa e não possuía talento para as tarefas econômicas, comerciais ou políticas, devido às condições emotivas e sentimentais mais acentuadas. Isso porque predominava o seguinte entendimento “A esfera pública é construída como o lugar privilegiado da ação masculina, enquanto às mulheres é reservada a esfera privada” (FACCHI, 2011, p. 67).

Obviamente que essas justificativas não são explicadas por questões biológicas. O que ocorre é uma “naturalização” dessas diferenças, onde tudo isso não passa de uma construção cultural, social e simbólica da sociedade que criou a ideia de que o sexo feminino deveria ser inferior ao sexo masculino. Mudar esse paradigma foi uma tarefa árdua até que “as categorias dominadas - o povo, os trabalhadores, os colonizadores, as mulheres – transformaram-se em movimentos sociais, que cortaram o laço de dependência que fazia delas escravos de um senhor”. (TOURAINÉ, 2006, p. 213).

Frisa-se que a promoção desses movimentos somente surgiu para buscar a igualdade entre os homens e as mulheres, e em nenhum momento almejou-se a inversão dos papéis naquele quadro de dominação vivido no modelo cultural antigo. Outrossim, tanto em termos internacionais, quanto nacionais, percebe-se que a história das mulheres em busca de seu reconhecimento social foi extremamente árdua.

No Brasil, a mulher só teve o direito de frequentar as escolas no ano de 1827 e de cursar o ensino superior bem mais tarde, em 1879, ou seja, esses exemplos confirmam o desejo masculino da época em deixar as mulheres presas à vida privada das moradias. Todavia, com a oportunidade de frequentar os centros universitários é evidente que as mulheres não permitiriam o retrocesso de sua história, então, mesmo com inúmeras dificuldades oriundas dos obstáculos postos pelo grupo dominante machista, o gênero feminino foi construindo seu espaço de igualdade com os semelhantes.

Ademais, para se chegar até esse patamar de transformações femininas promovidas na sociedade, ressalta citar os avanços da medicina ao que tange à sexualidade, onde o homem foi perdendo seu controle de dominação sobre a mulher em razão de que por meio de técnicas elaboradas, elas passaram a ter o controle da reprodução. Sobre a atuação do Estado nessa instância, Ventura (2011, p. 322) lembra que “A Política Nacional de Planejamento Familiar (2007) estabeleceu metas para a oferta de métodos contraceptivos de forma gratuita e disponibilizou anticoncepcionais na rede Farmácia Popular”. A partir de então, a mulher foi delineando e tornando concreto o seu papel também na vida pública, haja vista que antigamente o papel feminino se constituía – exclusivamente - em atender os desejos do marido, sendo eles “procriar” e cuidar da casa/família, como já dito.

Nesse contexto, imprescindível citar Alain Touraine (2006, p. 217) que afirma “é reivindicando uma sexualidade independente das funções de reprodução e de maternidade que as mulheres se constituem verdadeiramente em movimento social e avançam o mais longe possível”. Ademais, importante frisar que a luta feminina não está em se dissociar do papel materno, mas sim integrá-lo ao sentimento amoroso, à família, enfim, aos laços sentimentais, e conciliar essa vida privada com o seu desempenho profissional e social público, como cidadã do mundo. Isso porque “quase todas as reflexões sobre a sexualidade das mulheres incidem sobre sua capacidade de combinar diversos papéis, por mais diferentes que sejam” (TOURAINÉ, 2006, p. 222).

Por outro lado, partindo para o progresso das mulheres no setor da economia a situação não prosperou tanto. Verifica-se que na última década o Brasil passa por uma ascensão econômica, mas esse progresso não alcança as mesmas proporções no cenário que engloba a busca pela igualdade nas questões de gênero. Nesse contexto, as mulheres compõem o grupo mais prejudicado. Os estudos apontam que elas já estão ultrapassando

os níveis educacionais quando comparadas aos homens. No entanto, o mercado econômico ainda as discrimina. (TAVARES, 2011, p. 7-8).

Isso porque se criou uma cultura de “naturalizar” os papéis tradicionais do homem e da mulher. Ou seja, o homem está mais propício para trabalhar nos mais variados empregos fora de casa, enquanto a mulher está mais propícia para cuidar dos afazeres domésticos do lar, excluindo-a do poder institucional. Por óbvio, uma cultura errônea. (TAVARES, 2011, p. 9).

Nessa senda, nota-se que enquanto as mulheres encontram dificuldades nas empresas privadas, e no setor público se torna um pouco diferente quando falamos em conquistar seus espaços por meio de concurso público, conforme destaca Araújo (2011, p. 102):

Diversos estudos têm destacado o significativo crescimento da presença feminina no poder Judiciário brasileiro. Um ponto muito mencionado é o fato de, neste Poder, o ingresso nas carreiras ter passado a se dar através de concurso público, o que impede discriminações por razões subjetivas e de preconceitos. [...] no final da década de 1990, entre os juízes de primeira instância, o percentual de juízas do Trabalho superava o de juízes. Comparando-se com o final da década de 2010, observa-se um ligeiro decréscimo nessa proporção, com uma variação a favor dos homens, porém, não significativo [...] Como os cargos mais elevados hierarquicamente dependem, também, de uma trajetória construída e de tempo de atividade, as mulheres estavam ausentes dos topos dessas carreiras. [...] só na década de 1990 as mulheres chegaram aos Tribunais Superiores no Brasil e só em 2001 o Supremo Tribunal Federal teve a primeira mulher – ministra Ellen Grace.

Na mesma linha de raciocínio cabe destacar que embora seja mais complicado para a mulher conquistar seu espaço nas empresas privadas, esse quadro também passa por transformações:

A análise do período 2002-2009 revela que as mulheres cresceram consideravelmente a sua participação no mercado de trabalho, devido a causas demográficas, culturais e educacionais. Esse crescimento, que vem ocorrendo desde a década de 1970, foi marcado por avanços e permanências. De um lado, as mulheres ingressaram em massa no ensino superior, constituindo parcela importante das boas ocupações e até mesmo dos cargos de comando, dos quais, até então, estavam alijadas; de outro, a maioria continua nas ocupações precárias (emprego doméstico, trabalho não-remunerado e para consumo próprio), seguem ganhando menos do que os homens e sendo as principais responsáveis pela família, pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com as crianças. (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO; RICOLDI, 2011, p. 175).

Em termos políticos, o progresso das mulheres também deve ser pontuado. O direito de voto só se deu em 1932. Atualmente, as mulheres constituem pouco mais de 50% do eleitorado, todavia, a representação delas no Executivo e no Legislativo ainda é muito pequena. Mesmo com a criação da Lei de Cotas, o número de mulheres candidatas é baixo. Ademais, percebe-se aqui uma possível violação, haja vista que dos 27 partidos registrados em 2010, nenhum era presidido por mulher (PIOVESAN, 2011, p. 67-69). Isso significa que ainda precisamos avançar, pois:

o empoderamento político das mulheres, sua autonomia econômica, seu acesso ao conjunto de direitos individuais e sociais, formalmente conquistados na legislação, são fatores determinantes para fazer avançar uma efetiva política pública voltada para propiciar às mulheres o direito a uma vida sem violência (BARSTED, 2011, p. 379).

E para se alcançar tais avanços, percebe-se que ele é fruto de um conjunto de fatores promovidos pelas mulheres. Dentre eles está a realização de Conferências e Conselhos para discutir gênero e a partir disso uma consolidação de uma democracia participativa também nessa área. Na década de 2000 foram realizadas 67 Conferências Nacionais, as quais reuniram um número significativo de participantes, demonstrando, assim, a pertinência do instrumento de debate (ARAÚJO, 2011, p. 97).

Assim sendo, entende-se que entre avanços e desafios, as mulheres estão progredindo na busca pelo seu reconhecimento na sociedade. Isso se torna mais visível principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual se apresenta como um dos marcos para a retomada democrática e dos direitos humanos no Brasil. O olhar especial dado às mulheres nesse mundo pós-moderno se verifica principalmente no seu artigo 226, § 8º, o qual determina como dever do Estado coibir a violência nas relações familiares, dentre outras (PIOVESAN, 2011, p. 60-62). Como dito, esse é apenas um dos símbolos importantes na história das mulheres no Brasil. O próximo item cuidará de abordar com mais especificidade essa evolução de direitos que visam a igualdade de gênero.

2 Os DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA SOCIEDADE MULTICULTURAL: A BUSCA INCANSÁVEL PELO RECONHECIMENTO SOCIAL

A obra denominada “martelo das bruxas” recomendava o exorcismo contra aquela que tinha tetas e cabelos compridos. Tal obra foi escrita por encomenda do papa Inocêncio VIII, época da Santa Inquisição (SANTOS e LUCAS, 2015).

A mulher, assim como os negros, índios, ciganos foram, por muitos anos, tratados como seres demoníacos que não deveriam ter vez e voz na sociedade. E isso certamente fez com que tais grupos ficassem segregados e como medo de eventuais represálias.

Como é sabido, a figura masculina e heterossexual, há anos, ainda que discretamente, exerceu e continua exercendo um sistema de dominação no cenário global, principalmente nos âmbitos político e religioso. Tal sistema de dominação que, conseqüentemente, levou à exclusão e à “sacrificação” de mulheres e homossexuais foi ponto de partida para a busca do reconhecimento social. (SANTOS e LUCAS, 2015).

Lembra-se, outrossim, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, embora tenha, ainda que genericamente, estendido tais direitos a todas as pessoas, independentemente de sua condição social, sexo, credo político ou religioso, raça ou etnia, nada foi dito acerca das mulheres (FACCHI, 2011). Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de que, como dito, o sexo feminino tenha sido historicamente discriminado.

Com a realização da Conferência Mundial de Direitos de Viena, em 1993, os direitos humanos foram alcançados às mulheres. Veja-se, portanto, que o reconhecimento dos direitos humanos em favor das mulheres é extremamente recente, o que possivelmente tenha “atrasado” a inserção da mulher no mercado de trabalho e, pior, tenha sido motivo para a criação de uma Lei específica para inibir as diversas formas de violência em relação à mulher.

Obviamente, a ascensão do multiculturalismo (diferenças culturais em um mesmo meio), aliada ao processo de globalização (autonomia individual e empreendimento industrial), fez com que a mulher buscasse um reconhecimento social, principalmente na esfera pública, haja vista que a esfera pública era somente destinada ao sexo masculino, pois as mulheres não tinham capacidades para exercer atribuições de comando; enquanto o sexo feminino, deveria exercer as atribuições relativas à família, aos afetos, à criação dos filhos e ao trabalho doméstico (FACCHI, 2011).

Como é sabido, o processo de reconhecimento social das mulheres não foi fácil e tampouco foi proporcionado por meio de um “aprimoramento” do Estado. Frisa-se, outrossim, que sem que houvesse intensa movimentação social dos grupos minoritários (no caso, o das mulheres) pela busca de direitos e, não menos importante, de efetivo reconhecimento social, os direitos não teriam sido alcançados. Os ensinamentos de Erhard Denninger (2007, p. 22), referem que:

El Estado y el Derecho constituyen una garantía adicional sólo cuanto articulan um Estado democrático de Derecho: cuando tal fuerza social há conquistado asimismo los derechos de ciudadanía e interviene como fuerza política para determinar la vontade del Estado.

Alan Touraine (2006) refere que os movimentos feministas foram muito mais do que a reivindicação de direitos políticos ou mesmo da igualdade econômica; pois consistiu na busca do respeito, da não humilhação e, inclusive, teve por objetivo fazer com que as mulheres fossem escutadas e tivessem a oportunidade de apresentar suas opiniões acerca de assuntos de interesse público.

O mundo moderno ou por muitos estudiosos referido como pós-moderno certamente proporcionou uma “ascensão” do sexo feminino antes visto como um grupo “invisível” nos cenários político e econômico. Em outras palavras, a inferioridade social das mulheres praticamente desaparece nesse período (início da pós-modernidade), principalmente nos países da Grã-Bretanha e/ou nos países escandinavos e, ainda que de forma mais lenta, nos países latinos e na França em razão de só terem recebido o direito ao voto depois de um século de ter sido concedido aos homens (TOURAINÉ, 2006).

Sem dúvida, as reivindicações das mulheres cresce e impõe reformas importantes para os direitos das mulheres especialmente no que tange à desigualdade e aos meios de gerir com particularidade os aspectos de sua vida (da vida da mulher), inclusive no uso de seu corpo.

Cabe destacar que as mulheres, por meio dos movimentos sociais, alcançaram um vasto campo do trabalho e do emprego, levando, inclusive, à atenuação, em nome da igualdade sexual, da catalogação de empregos para homens e mulheres. E não menos importante: atualmente grande parte das mulheres possuem um domínio acerca da sexualidade e da reprodução, afastando aquela ideia de que as mulheres têm o “dever” de dar filhos ao homem.

Segundo Touraine (2006, p. 217), os movimentos feministas causaram a “inversão” da relação tradicional com o homem “que lhe ‘fazia’ um filho ou ao qual ela ‘dava’ um filho”.

As reivindicações das mulheres teve também por objetivo, além da busca de sua afirmação no mercado de trabalho e, mais importante, no seio familiar, apagar a ideia que, convenha-se, existe há muito tempo, de que tudo o que se refere ao sexo feminino está atrelado à figura do sexo masculino. Em síntese: o objetivo das reivindicações teve também por finalidade abolir o conceito de “dominação” do homem sobre a mulher e, conseqüentemente, criar um sujeito que não só tem condições de desempenhar as atividades domésticas e de cuidados para com os filhos, mas também de tomar decisões e de desempenhar atividades que antes somente eram confiadas ao sexo masculino.

Nossa geração vive ainda, sem dúvida, nos antípodas das reivindicações femininas que necessita constantemente realizar muitos combates para a afirmação de seus direitos e para tais mudanças transpassarem os costumes. E isso porque o sistema de exclusão, discriminação e violência vivenciados pelos grupos de “minorias”, no caso, as mulheres, ainda persistem em tempos de democracia. E pior: os referidos grupos ainda são tomados por intensos sofrimentos psicossociais, violações de direitos sexuais e, principalmente humanos, o que dificulta o acesso à cidadania e aos espaços de participação política e social (SANTOS e LUCAS, 2015).

Em que pese as mulheres já tenham conquistados muitos direitos sociais e humanos e buscado assentamento no mercado de trabalho e, inclusive, no seio familiar, ainda há muito o que ser feito, principalmente quando se vê homens que deceparam as mãos de companheira, simplesmente em razão de mero ciúme doentio⁴.

A afirmação, portanto, de que a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006) e a atual Lei do Feminicídio, destinada ao combate dos crimes praticados em razão da vítima ser do sexo feminino (Lei nº 13.104/2015), ferem os direitos do contraditório e da ampla defesa do autor do fato (homem), nos referidos crimes não é adequada, pois, como é sabido, há muitas mulheres que ainda vivem sobre um severo sistema de dominação masculina. E o alarmante número de casos envolvendo crimes contra a vida das mulheres no Brasil e no mundo demonstram ainda há necessidade de que haja proteção específica para o sexo feminino.

3 A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE UMA NOVA VISÃO DA SOCIEDADE PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Pensando nos avanços e desafios para a construção de uma sociedade inclusiva, tornou-se importante a criação e efetivação de políticas públicas que atendessem a mulher em todos os aspectos. Para que as políticas públicas sejam efetivas e atinjam concretamente a sociedade é importantíssimo que haja educação e a divulgação de informação adequada. Carlotto (2004) salienta que para propor políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero é necessário atribuir um sentido de emancipação às mudanças que pretendemos: que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupondo práticas de cidadania ativa; garantir que o Estado desenvolva políticas sociais que contemplem as dimensões distributivas e de reconhecimento/*status* que incidam efetivamente sobre este conjunto de desigualdades de classe, gênero e raça/etnia. (CARLOTO, 2004, 153).

Diante disso, o sentido emancipatório das políticas públicas, está relacionado com uma nova ação do Estado, objetivando a concretização da cidadania, enfrentando as desigualdades sociais em todos os seus níveis, principalmente nas de gênero.

As políticas públicas, sob a perspectiva de gênero, fortalecem a cidadania ativa das mulheres, pois, conforme explica Silveira (2003): o caráter sistêmico das desigualdades de gênero exige uma intervenção do Estado para superá-las que, porém, não se incumbirá dessa tarefa sem um sujeito de transformação que o impulsione na direção da igualdade, através de um feminismo em ação, que alimente as práticas de cidadania das mulheres e aprofunde a democratização do Estado (SILVEIRA, 2003, p. 7).

4 <http://pr.ricmais.com.br/seguranca/noticias/mulher-tem-maos-decepidas-com-facao-pelo-marido-no-rio-grande-do-sul/>

Atualmente, continuam a existir importantes discriminações no acesso aos direitos por parte das mulheres, segundo Facchi (2011) muitas mulheres ainda sofrem condições de inferioridade e de violência em família, dificuldades de acesso a cargos públicos e a determinados trabalhos, geralmente os mais qualificados e bem pagos.

No que se refere à questão de gênero, de acordo com Louro (2003), o gênero institui a identidade do sujeito, refere-se a algo que transcende a um mero desempenho de papéis, percebendo o gênero como fazendo parte do sujeito, constituindo-o. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros (LOURO, 2003, p. 25).

A abordagem do gênero enquanto construção social e artífice de atribuição de poder implica necessariamente a inclusão do estudo da relação homem-mulher sob uma perspectiva histórica, na qual aspectos políticos e objetivos passam a atuar em dueto com uma interface pessoal e subjetiva, oriunda essencialmente da experiência da mulher na História (PETERSEN, 1999).

Pires e Ferraz (2008, p. 26) acrescentam:

O conceito de gênero refere que, como se nasce e se vive em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e masculinidade. Assim, noções essencialistas universais e históricas de homem e mulher – no singular – passam a ser consideradas simplistas e contestadas.

Ao se determinar o conceito de gênero, como parâmetro para a efetivação dos direitos da mulher, nota-se que a mulher pode ser prejudicada tendo em vista, a concepção errada, no que se refere ao conceito de gênero, definindo-o apenas como diferenças entre os sexos. Por isso, de acordo com Lauretis (1994), o sujeito constituído no gênero, não pode estar apenas relacionado a diferença entre os sexos, “a imbricação de gênero e diferença (s) sexual (ais), precisa ser desfeita e desconstruída”(LAURETIS, 1994, p. 208).

Foi por tal razão que os feministas propuseram o emprego do termo “gênero” (*gender* em inglês). O uso deste termo permite que se fale de homens e mulheres fora da determinação biológica, pois grande parte das diferenças entre os sexos não é devida a aspectos biológicos, mas consequência da construção social da realidade (GIULIA, 2000, p. 234.)

Segundo Facchi (2011, p. 143),

as mulheres ainda são, na guerra e na paz, as vítimas principais de atos de violência física e moral, dos invasores e dos familiares”. Mais ainda: o agressor encontra uma rede de solidariedade junto aos outros homens, que costumam se colocar no seu lugar, concluindo que existem motivos para ele agir de tal modo. São vestígios do código patriarcal e de uma sociedade sexista em que a desigualdade entre homem e mulher insiste em sobreviver, ainda que relegada ao recesso dos lares.

Com isso, podemos compreender que o destaque das mulheres vem ocorrendo nos mais diferentes setores, tendo, a mulher experimentado algumas conquistas em torno de diversas questões, porém ainda há espaços para prosperar, mesmo em áreas nas quais as mulheres obtiveram grandes conquistas, como é o caso do mercado de trabalho, no qual ainda são vivenciadas situações desiguais em relação ao homem.

Dessa forma, segundo Soares (2003), torna-se imprescindível, que os sistemas democráticos de governos, elaborem estratégias de inclusão, que criam oportunidades que garantam de fato, a autonomia das mulheres na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reconhecimento social das mulheres não foi fácil e tampouco foi proporcionado por meio de um “aprimoramento” do Estado. Frisa-se, outrossim, que sem que houvesse intensa movimentação social dos grupos minoritários (no caso, o das mulheres) pela busca de direitos e, não menos importante, de efetivo reconhecimento social, os direitos não teriam sido alcançados. O mundo moderno ou por muitos estudiosos referido como pós-moderno certamente proporcionou uma “ascensão” do sexo feminino antes visto como um grupo “invisível” nos cenários político e econômico. Diante disso, As mulheres avançaram muito, entretanto, ainda que estejamos em tempos de Estado Democrático de Direito, a igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda não se consolidou totalmente, pois há uma necessidade de ações afirmativas que busquem proteger de forma diferenciada e realmente efetiva os direitos humanos das mulheres.

REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, Clara. **As mulheres e o poder político – desafios para a democracia das próximas décadas**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.
- BARSTED, Leila L. **O progresso das mulheres no enfrentamento da violência**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano M.; RICOLDI, Arlene. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.
- DENNINGER, Eduard, GRIMM, Dieter. **Derecho constitucional para la sociedade multicultural**. Edicion y traduccion de Ignacio Gutiérrez Gutiérrez. 2007.
- FACCHI, Alessandra. **Breve história dos direitos humanos**. Editora Loyola: São Paulo, 2011.
- GIULIA, Tamoyo Leon. **Questão de vida: balanço regional e desafios sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência**. São Paulo: Cladem, 2000, p. 234.
- LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B. H. *Tendências e Impasses – O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rocco Editora. Rio de Janeiro, 1994, p. 206-242.
- PENA, Maria Valéria Junho & Pitanguy, Jacqueline (orgs.) – **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA e Banco Mundial, 2003.
- PETERSEN, Áurea. **Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero**. In: STREY, Marlene et al. **Gênero por escrito**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.
- PIRES, Vera Lucia; FERRAZ, Márcia. **Do machismo ao masculino: o vínculo das relações de gênero transformou o homem?** In: GHILARDI-LUCENA, Maria (org.). **Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade**. São Paulo: Alínea, 2008. p. 23-37.
- SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. **A (in)diferença no direito – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.**
- SILVEIRA, M. L. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva de igualdade**. In: *Revista Presença de Mulher*, ano XVI, n. 45, p. 1-7, out/2003.
- SOARES, V. **A construção da cidadania fragilizada**. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Org). *Trabalho e Cidadania para as mulheres: desafios*.
- TAVARES, Rebeca R. **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.
- TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: Para compreender o mundo hoje**. Editora Vozes: Petrólis, Rio de Janeiro, 2006.
- VENTURA, Miriam. **Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E RENDA DIGNA: UMA ANÁLISE DAS PROBLEMÁTICAS ENFRENTA- DAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MA- TERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE IJUÍ/RS¹

Carolina Menegon²

Enio Waldir da Silva³

Resumo: O direito ao trabalho, dada a sua relevância social, encontra-se elencado como um direito humano fundamental, ou seja, é entendido como uma categoria central da vida humana. Em outras palavras, pode-se dizer que a afirmação do trabalho é a afirmação da própria vida, portanto, é algo inerente ao ser humano. Por meio dele as pessoas exercem sua cidadania, adquirem *status* social, se consideram parte integrante da sociedade. Ocorre que, atualmente – diante dos obstáculos impostos pelo sistema econômico capitalista –, o acesso ao trabalho formal e remunerado dignamente vem ficando cada vez mais difícil. Tal situação faz emergirem grupos que atuam para obter renda de forma alternativa (associada e/ou cooperativa), os quais se deparam com inúmeros desafios para manterem-se associadamente. Paralela a esta questão situa-se a problemática da implantação da Lei de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros, a qual é bastante preocupante, diante da resistência de implantação dessa política pelo poder público. Na perspectiva da economia solidária, a implantação da Lei de Resíduos Sólidos pelos municípios poderia certamente favorecer e fortalecer o mercado de trabalho ligado à reciclagem. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar a situação e as dificuldades enfrentadas pelos integrantes das associações econômico-solidárias de reciclagem da cidade de Ijuí/RS, as quais vivenciam diariamente o sufocamento de suas ações e condições de trabalho pelas forças invisíveis que assombram as iniciativas alternativas ao sistema, bem como pela carência de políticas públicas específicas de fomento para essas iniciativas. O presente artigo é fruto das atividades desenvolvidas a partir do Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí que é desenvolvido na Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social – ITECSOL da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Neste espaço são realizadas diversas atividades multidisciplinares relacionadas com os cursos de Direito, Sociologia, Administração, Economia, Contabilidade e Psicologia, a fim de investigar temas relacionados com a economia solidária e suas implicações teóricas. Inicialmente foram realizadas formações/capacitações com os professores integrantes do projeto, a fim de introduzir os alunos nas temáticas de pesquisa. A partir dessas formações/capacitações foram indicadas as leituras pertinentes. Após, iniciou-se o processo de revisão bibliográfica, com seleção de bibliografia e documentos afins às temáticas, em meios físicos e na internet, interdisciplinares, capazes e suficientes para construir um referencial teórico coerente sobre o tema em estudo. Por fim, foram realizadas diversas pesquisas de campo. Os dados abordados no presente trabalho foram coletados por meio de entrevistas com os integrantes de duas associações ijuíenses de coleta de material reciclável, durante os meses de dezembro de 2014 a abril de 2015.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Trabalho. Renda. Reciclagem.

INTRODUÇÃO

O trabalho, devido a suas múltiplas dimensões (social, cultural, econômica), pode ser considerado um prolongamento da própria personalidade do ser humano, a qual se projeta no grupo em que vive o indivíduo. Representa esse direito, por si só, a raiz da própria existência do homem, pelo que lhe proporciona ou lhe pode proporcionar de subsistência de liberdade, de autoafirmação e de dignidade. Dessa forma, pode-se dizer que

1 Trabalho de pesquisa que faz parte dos estudos realizados no Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí - Apoiado pela Unijuí e pela Chamada MTCI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq n.º 89/2013 - Processo 420164/2013-8 - Projeto de Extensão Tecnológica coordenado pelo Professor Doutor Enio Waldir da Silva

2 Bolsista de Extensão no País do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível C. Mestranda do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Graduada em Direito na mesma instituição.

3 Orientador da Pesquisa. Coordenador do Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí. Doutor em Sociologia, Professor da Graduação das áreas de ciências sociais e do Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI.

o direito ao trabalho é a possibilidade de vir a participar cada um da produção de todos, recebendo em troca a remuneração que lhe é devida.

Ocorre que o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações nas últimas décadas impulsionadas pelo fenômeno da globalização. Exacerba-se, como jamais visto, a exploração do trabalho pelo capital, materializada nas diversas formas de precarização das relações de trabalho. Tal situação faz emergirem grupos que atuam para obter renda de forma alternativa (associada e/ou cooperativa), os quais se deparam com inúmeros desafios para manterem-se associadamente.

Nesse sentido, a catação de material é uma alternativa para a parcela excluída da sociedade capitalista, e se dá por meio da coleta e recuperação de materiais descartados, os quais são reaproveitados pelo setor produtivo a partir da sua reciclagem.

O papel desempenhado pelos recicladores de resíduos tem-se tornado cada vez mais importante para a sociedade atual – fortemente pautada no consumo e descarte excessivos –, pois seu trabalho agrega aos resíduos descartados valores econômicos, sociais e ambientais. Contudo, dentre os atores envolvidos nesta cadeia, os catadores são os que se encontram em situação mais fragilizada, enfrentando inúmeras dificuldades para continuar exercendo suas funções de maneira digna e sustentável.

A partir da situação acima constatada se faz necessário fomentar e discutir a possibilidade de organização desses catadores em coletivos, amparados com equipamentos que visam a melhorar as condições de trabalho e a geração de renda. A cooperativa constitui-se numa oportunidade de trabalho ou de compra de material dos catadores com preço justo. A organização de Cooperativas de Economia Solidária, com apoio do poder público municipal e de entidades que trabalham com esta parcela da sociedade é uma alternativa de organização de pessoas em vulnerabilidade social, como uma nova forma de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais.

Assim, o objetivo central desse trabalho é analisar as possibilidades (vantagens e desafios) dos catadores de materiais recicláveis se organizarem em cooperativas, a fim de terem o direito ao trabalho garantido de forma plena, com condições dignas. Para tanto, o artigo segue dividido em quatro partes. Primeiramente, tratou-se das questões relacionadas com o direito ao trabalho, sua conotação de direito humano fundamental e sua crise diante do modelo econômico capitalista. Na sequência, a economia solidária e o cooperativismo foram abordados como formas alternativas de geração de trabalho e renda. Em um terceiro momento, deu-se enfoque no catador de materiais recicláveis e a sua imprescindibilidade no contexto ambiental atual. No fim, apresentou-se o cenário dos catadores de materiais recicláveis de Ijuí/RS – tanto aqueles individuais atuantes na rua, quanto os que já se encontram organizados em associações – como possíveis atores de uma nova cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

O TRABALHO COM UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

O trabalho, enquanto atividade humana *latu sensu*, é elemento constitutivo da própria espécie humana: é ele que diferencia os seres humanos dos demais seres vivos que ocupam este planeta. É por meio do trabalho que os seres humanos intervêm na natureza, (re)produzem bens materiais, imateriais e, principalmente, relações humanas.

Por isso, o jurista Dalmo Dallari (2004, p. 57) enfatiza que o trabalho é inerente à condição humana. Por meio do trabalho o ser humano desenvolve suas potencialidades, ao mesmo tempo em que recebe e expressa solidariedade. Por isso o trabalho não deve ser tratado como simples mercadoria, devendo ser reconhecido como um direito individual e um dever social, que deve ser exercido em condições justas.

Assim, pode-se verificar que o direito ao trabalho é um direito vinculado ao direito à vida, pois sem trabalho as pessoas não têm como proporcionar uma vida digna para si e para sua família. Nesse sentido, este direito a trabalhar seria a autoridade que toda pessoa tem de desenvolver livremente uma atividade para sustentar suas necessidades e as de sua família, sem que ninguém possa, legitimamente, impedi-lo.

Historicamente, o trabalho foi compreendido como o núcleo das relações humanas (central na sociedade contemporânea), pela potencialidade na produção de identidades, bem como pela sua vinculação direta com a ideia de cidadania. Giuseppe Cocco (2000, p. 74) salienta que, por muito tempo (no paradigma fordista), “o acesso à cidadania real foi fortemente subordinado à integração na relação salarial”, de modo que se integrar

na produção consistia num “promessa de ascensão social pela melhoria das condições reais de vida” e como um “poderoso fator de integração cidadã”.

De todas as formas, o significado do direito ao trabalho, no decorrer da história, sofreu variações expressivas segundo o campo político-ideológico adotado. Inicialmente, ele foi concebido como o direito a exercer um trabalho ou ofício (liberdade de trabalho), em seguida passou a significar uma exigência frente ao Estado de se ter um trabalho adequado à capacidade dos sujeitos e chegou, até mesmo, a ser identificado com certas ações assistenciais.

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anunciava o século XXI, é que ele se tornou, realmente, global. Na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. Assim como o capital e a tecnologia, também a força de trabalho e a divisão do trabalho tecem o novo mapa do mundo. Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos. Muitos são os que se desterritorializam, buscando outros espaços e horizontes, reterritorializando-se aquém e além do fim do mundo. Agora, o exército industrial de trabalhadores atinge dimensões mundiais, mesclando, sob novas modalidades, raças, idades, sexos, religiões, línguas, tradições, reivindicações, lutas, expectativas, ilusões (IANNI, 2007).

José Eduardo Faria (2004, p. 231) ao dissertar sobre os problemas sociais existentes neste campo, vinculando-os à globalização, afirma existir um gradativo esvaziamento da “vocalização homogeneizante” das relações de trabalho, a progressiva desestruturação das formas jurídico-contratuais constituídas sob a égide de políticas socioeconômicas de inspiração “keynesiana”, o advento de um sem-número de novas situações de ocupação profissional e o aparecimento de múltiplos padrões salariais, como, por exemplo, a vinculação da remuneração exclusivamente à produtividade, o aumento das jornadas de trabalho acompanhado do encurtamento dos períodos de contratação, a expansão do trabalho subarrendado ou subcontratado e a subsequente redução dos benefícios sociais. Assim, constata a existência de formas de trabalho que acentuam apenas o caráter mercadológico da produção, ignorando o valor humano implicado nas relações de trabalho. Estes elementos integram, segundo Faria, uma “sutil estratégia de conversão dos trabalhadores em empregados de si mesmos, alienando sua força de trabalho não pelo que precisam para viver, porém competindo com os próprios meios de produção” (FARIA, 2004, p. 232).

A economia mundial globalizada e neoliberal expulsou do campo milhões de pessoas, destruiu o modo tradicional de produzir e reproduzir a vida, acabou com seus meios de subsistência, mas não ofereceu alternativa. Em vez de serem absorvidos pela modernização da economia e pelo desenvolvimento econômico, os pobres não desaparecem, ao contrário, se multiplicam de uma maneira assustadora. Para sobreviver eles não têm outra alternativa senão organizar-se segundo uma outra lógica. Devem inventar uma outra maneira de conseguir renda e trabalho. Esta outra maneira é a economia informal. Esta outra maneira, porém, não é sempre espontânea, muitas vezes ela é diretamente sugerida pelo próprio sistema capitalista sob forma de terceirização das atividades que compartilham riscos ou de pouco rentabilidade. O que muda com a economia solidária é que a luta por trabalho e renda desemboca na formação de um agente socioeconômico que luta por cidadania (LECHAT, 2006, p. 159).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS COMO INSTRUMENTO DE ACESSO AO TRABALHO

A economia solidária, por sua vez, pode ser compreendida, nas palavras Paul Singer (2002, p. 10), de forma ampla, como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Singer localiza as origens históricas da economia solidária e suas bases ideológicas no movimento das lutas sociais dos trabalhadores, no contexto político e econômico da afirmação da Revolução Industrial, especialmente, no século XIX, como “condutora” do processo social de produção e distribuição de bens e riquezas, sob a lógica de relações capitalistas. “A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p. 13).

No Brasil, há um “impulso crescente” à economia solidária, resultante de “movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa”, com o sentido de inclusão, isto é, de combate à exclusão econômica e social, na década de 1990 (SINGER, 2000, p. 28). Singer aponta para as dificuldades desse processo, diante das forças de mercado capitalista, sem deixar, no entanto, de acreditar no potencial dessas organizações como

“início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc” (SINGER, 2000, p.28).

O conceito de “economia solidária” não é consensual, possuindo, portanto, diferentes significados. Tal termo foi cunhado na década de 1990 e utilizado, de forma ampla, para designar “atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (CATTANI et al, 2009, p. 162). As relações – econômicas ou não – estabelecidas nesse ambiente fundamentam-se em laços de solidariedade e reciprocidade entre seus membros. A solidariedade, para estas organizações, possui um caráter finalístico – e não meramente instrumental. Ou seja, desenvolver relações de cooperação e solidariedade entre os membros de uma organização de economia solidária é necessário não só para viabilizar o empreendimento em termos econômicos, mas, também, enquanto objetivo da organização. Isso porque, conforme esclarece Frantz (2001), as associações e cooperativas possuem um duplo caráter: empresarial e associativo. O primeiro diz respeito à produção material efetivamente realizada nos empreendimentos solidários (vinculado, portanto, ao aspecto econômico e à necessidade de subsistência dos associados) e o segundo se refere ao sentido político que conduz tais associações – fundamentalmente as questões relacionadas à solidariedade (e não competição) entre seus membros e à acentuação das práticas democráticas.

Paul Singer (2002) afirma que, apesar de ter diversas definições, a economia solidária sempre gira em torno da ideia de solidariedade, que entra em contraste com o individualismo competitivo inerente ao sistema capitalista contemporâneo. Isso pode ser demonstrado através das especificidades desse modelo de produção, baseado na democracia, autogestão e valorização do ser humano. Seu sentido é atuar onde o Estado e o mercado são incapazes ou inadequados.

Segundo as teses correntes, essas iniciativas representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Em diferentes países, pesquisas apontam que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que os habilitam a permanecerem no mercado, com perspectivas de sobrevivência.

Nas práticas de economia solidária, portanto, predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido. Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, diametralmente ao oposto do sistema capitalista.

O trabalho consorciado/cooperado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. A densidade dos vínculos coletivos certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. O êxito deste passa a decorrer decisivamente dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo (Gaiger, 2001). Ademais, o trabalho exerce um papel nitidamente central, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar ou favorecer um maior rendimento do trabalho associado.

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob

seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.

OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: TRABALHADORES INVISÍVEIS E IMPRESCINDÍVEIS

No Brasil, a profissão de catador de material reciclável é reconhecida e foi oficializada em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Estima-se que no país sejam mais de 500 mil catadores de lixo. Contudo, o reconhecimento da profissão não implicou mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham, em geral, menos de um salário-mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem.

A sobrevivência por meio da cata de materiais no lixo desnuda uma das faces da elevada desigualdade social existente no Brasil. Aqueles que sobrevivem do lixo – os catadores de materiais recicláveis – estão presentes nas ruas, em aterros ou em lixões da maioria das cidades brasileiras, trabalhando em condições adversas e precárias. Atuam como “operários terceirizados” da indústria da reciclagem, desprovidos de qualquer direito trabalhista, bem como dos demais direitos que configuram o exercício da cidadania (LAYARGUES, 2002).

Por sua vez, a atividade dos catadores está inserida em um dos principais problemas ambientais urbanos: a disposição final do lixo – que aumenta cada vez mais, em uma lógica de produção marcada pelo consumismo (BAUMAN, 2005), na qual a reciclagem, muitas vezes, é vista como uma “solução” (LAYARGUES, 2002).

Sem desmerecer os méritos e a importância da reciclagem realizada no país, é necessário apontar algumas dinâmicas contraditórias existentes, sobretudo na forma de inserção de catadores nesse processo. Os catadores estão na base da cadeia produtiva da reciclagem, trabalhando em condições desumanas e sem acesso a quaisquer direitos. Uma vez que estão inseridos precariamente, os grandes lucros desse processo ficam com as indústrias recicladoras, as quais muitas vezes valem-se do discurso social e ambiental, sem fazer menção ao fato de que a reciclagem esconde três problemas centrais: a necessidade de redução do consumo; de rever os padrões de produção, como as estratégias produtivas de descarte e da obsolescência planejada; e a exploração do trabalho de indivíduos marginalizados pela sociedade (LAYARGUES, 2002).

Assim, pode-se afirmar que a situação dos catadores de rua ou de lixões no Brasil é bastante preocupante. Algumas peculiaridades agravam o risco de acidentes ou mesmo o grau de dependência dos catadores para com os intermediários ou atravessadores. Além de comparem os materiais coletados pelos catadores a preços irrisórios, chegando a um lucro de até 600%, os intermediários ainda lucram alugando os carrinhos de coleta aos catadores, instrumento de trabalho indispensável. Em alguns casos os atravessadores utilizam álcool e drogas ilícitas como pagamento pelo material comprado, alimentando ainda mais a dependência do catador para com o intermediário.

Trabalhando nas ruas dos grandes centros urbanos, os catadores estão expostos aos riscos de sofrerem atropelamento, ou mesmo se envolverem em acidente de trânsito. Outro fator agravante é o grande número de atentados contra a vida dos catadores que moram nas ruas. São frequentes os casos de espancamento e, ou até mesmo, homicídios.

A fim de tentar minimizar os problemas enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis, apresenta-se a forma cooperativa/solidária de trabalho como uma possibilidade real de obtenção de renda

A SITUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE IJUÍ: TERRENO FÉRTIL PARA O COOPERATIVISMO

Os dados que abordados neste tópico foram sistematizados a partir de levantamento realizado com catadores individuais e associados da cidade de Ijuí por bolsistas do Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na região de Ijuí.

Existem aproximadamente 100 catadores de rua na cidade de Ijuí. Entre os catadores de rua pesquisados constatou-se que 50% são do sexo feminino, das quais 40% são chefes de família. A vulnerabilidade aumenta

quando não há alguém do sexo masculino na família, sendo a mulher a responsável pela manutenção dos componentes familiares.

Para 72% dos catadores os valores mensais recebidos não ultrapassam R\$ 200,00. Os catadores que pertencem a este grupo realizam as coletas em carrinhos de mão ou sacos, são menores que têm na atividade a oportunidade de conseguir dinheiro para pequenos gastos. Os aposentados também se incluem neste grupo, e recebem os materiais diretamente nas casas de vizinhos, realizando a coleta nas proximidades de suas residências.

Os outros 28% possuem carroças e carrinhos maiores para recolher materiais, sendo que além da rua também coletam em estabelecimentos comerciais, o que proporciona um maior volume de material, alcançando até R\$ 400,00 mensais.

Entre os materiais mais coletados pelos catadores estão as garrafas pet, com 92% dos entrevistados, e as latinhas, com 87% deles. Esses materiais têm maior preferência dos catadores devido ao seu valor de comercialização e, também, por serem mais fáceis de transportar, cujos fatores são levados em conta pelos catadores que utilizam sacos e carrinhos de mão como meio de transporte. O papelão é recolhido por 59%, geralmente por catadores que possuem carroças e carrinhos maiores, uma vez que ocupa um expressivo volume nos meios de transporte, além do preço considerado baixo pelos catadores. Outra questão que dificulta o recolhimento do papelão é o seu depósito nas residências, muitas vezes a céu aberto, o que favorece o seu umedecimento em caso de chuva, e a consequente perda de valor.

Os valores recebidos pelos catadores de rua são inferiores aos recebidos pelas associações. Entretanto, os catadores de rua possuem uma relação de anos com os compradores e, embora reclamem dos baixos valores dos produtos, muitas vezes recebem adiantamentos, que são pagos na próxima entrega de material. Para eles, esta relação de confiança é importante, mas concordam que cria uma dependência em relação à opção de venda do material.

Entre os catadores entrevistados, 68% têm outra atividade além da catação de material. Uma fonte alternativa de renda dos carroceiros é o frete, principalmente de podas de árvores e restos de obras, o que contribui na composição da renda. Os homens trabalham principalmente na carga e descarga de caminhões, como serventes de pedreiro, na limpeza de terrenos e como trabalhadores rurais temporários. Entre mulheres a principal atividade destacada na pesquisa é a de faxina em residências, além de receber benefícios sociais, como pensões e Bolsa-Família. Os outros 32% não possuem outra fonte de renda, vivendo em alguns casos em situações desumanas, sem acesso à água potável e luz, recebendo, em alguns casos, mantimentos do Poder Público Municipal.

Quando questionados sobre a participação em uma possível cooperativa de catadores 24% afirmaram que deixariam de catar na rua para trabalhar em galpões. Para eles o trabalho em um espaço em que receberiam o material para ser separado é menos penoso e economicamente rentável do que catar e transportar em carrinhos na rua. Outros 34% venderiam para uma cooperativa desde que os preços fossem melhores do que os praticados pelos compradores que atuam atualmente no mercado. Os outros 42% dos entrevistados esperam a organização da cooperativa e não descartam a participação como vendedores.

Em Ijuí existem quatro grupos que trabalham coletivamente na reciclagem de materiais, em espaços determinados, como segue:

- a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí (ACATA) – localizada no Bairro Luiz Fogliatto, possui galpão em terreno cedido, onde realiza a triagem, prensagem e comercialização de materiais;
- a Associação de Reciclagem da Linha 6 (ARL6) – localizada no Bairro Lambari, está instalada num galpão em terreno cedido pelo Poder Público Municipal;
- a Associação dos Catadores Amigos da Natureza (ACAN) – não possui constituição legal, os catadores realizam as coletas junto ao aterro municipal, e pertencem a vários bairros de Ijuí, como Colonial, Lambari, XV de Novembro, Tancredo Neves e Faixa Velha;

- a Galera da Reciclagem – localizada próximo ao Parque de Exposição Assis Brasil, constituída legalmente, desenvolve as atividades em estruturas adaptadas, sem condições de classificar e armazenar o material, com prensas emprestadas para enfardar os materiais.

Embora constituídas legalmente, as associações possuem sérias restrições quanto ao funcionamento. Os espaços físicos construídos para a instalação da ACATA, da ARL6 e da Galera da Reciclagem não comportam mais a quantidade de material recebido, tendo que depositar materiais do lado de fora dos galpões. A construção de moradias nas proximidades sofre os efeitos do mau cheiro e da proliferação de insetos e roedores. Há falta de equipamentos, como esteiras de classificação, que auxiliam na triagem dos materiais, diminuindo a penosidade do trabalho e aumentando a produtividade.

CONCLUSÃO

A partir das leituras realizadas confrontadas com os dados coletados, pode-se concluir que a formação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis é uma possibilidade viável (e praticamente necessária) a fim de organizar os trabalhadores desse segmento no município de Ijuí/RS, assim como em outros municípios do país.

A busca por solução para os problemas que vêm dificultando o funcionamento das associações já constituídas, bem como a baixa renda alcançada pelos catadores de rua, podem ser colocadas como justificativa para o avanço na discussão sobre a criação de uma estrutura única, a fim de que os envolvidos na atividade de reciclagem de materiais possam atuar de forma cooperada.

A organização dos catadores também é importante na medida em que lhes propicia maior capacidade de mobilização para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade, na busca de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização enquanto categoria profissional e sujeitos detentores de direitos. (SILVA et al., 2013, p. 21). A organização de catadores em cooperativas certamente irá melhorar as suas condições de trabalho a partir da disponibilização de equipamentos de proteção, ambiente salubre, filiação ao regime previdenciário do INSS, aumento na renda obtida com a comercialização dos materiais etc.

A organização de uma cooperativa envolvendo as associações já existentes, bem como os catadores individuais do município Ijuí, poderá agregar entidades dos municípios circunvizinhos, pelo menos em parte do processo, como a comercialização. A proposta de criação de uma cooperativa deve ser construída em cima de princípios diferentes dos que atualmente norteiam as cooperativas existentes em diversas áreas, e que não diferem de empresas capitalistas. Assim, as cooperativas devem ser uma forma de reunião de pessoas ou de entidades que buscam um novo modo de organização, baseadas em princípios solidários.

REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- CATTANI, Antonio D; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.
- COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. 2 ed. reform. Col. Polêmica. São Paulo: Moderna, 2004.
- FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- FRANTZ, Walter. *Participação em organizações cooperativas*. Série Relatórios de Pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- _____. *A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes*. Revista Katálysis vol.11 no.1 Florianópolis Jan./ June, 2008. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100002. Acesso em : 12 Set. 2014.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F;

LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

SILVA, Enio Waldir da; BARCELOS, Eronita da Silva; RASIA, Pedro Carlos. Economia Solidária: sistematizando experiências. Ijuí/RS: Unijuí. 2010.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ILICITUDE/LICITUDE DA UTILIZAÇÃO DO E-MAIL CORPORATIVO COMO MEIO DE PROVA

Christie Barboza Severo¹

Resumo: Diante da intensa utilização do e-mail no ambiente laboral, há por parte do empregador uma perspectiva de controle deste e-mail com o intuito de fiscalizar a atividade laborativa e em eventual demanda utilizar o e-mail como meio de prova. O controle do e-mail corporativo é justificado pelo poder diretivo do empregador e o direito à propriedade que este tem com relação à sua empresa. Ocorre que, estes direitos fundamentais entram em colisão com outros direitos fundamentais que protegem o empregado, quais sejam, o direito à privacidade, intimidade e ao sigilo a correspondência. Assim este artigo objetiva analisar a licitude ou ilicitude do e-mail corporativo como meio de prova diante os direitos fundamentais que pairam sobre a atividade de fiscalização. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio de método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Dessa forma, as reflexões partem da conceituação do direito à privacidade, intimidade e o sigilo a correspondência, passando pela definição do direito à propriedade e o poder diretivo do empregador, partindo para conceituação de prova ilícita, abordando a possibilidade de utilização do e-mail como meio de prova, para então concluir que o e-mail como meio de prova é aceitável quando há uma política na empresa de fiscalização do e-mail, onde não há uma perspectiva de privacidade do empregado.

Palavras-chave: Prova ilícita. E-mail. Meio de Prova.

1 INTRODUÇÃO

O e-mail é uma das principais fontes de comunicação nas empresas. É utilizado como uma ferramenta de trabalho rápida e de baixo custo.

Acontece, que pairam sobre esta ferramenta de trabalho vários direitos fundamentais colidentes. De um lado, do lado do trabalhador, está o direito à privacidade, intimidade, sigilo a correspondência, enquanto há os direitos à propriedade e poder diretivo do empregador, que garantem a fiscalização do e-mail do empregado por parte do empregador.

Deste modo, a utilização do e-mail como meio de prova dentro do processo do trabalho está rodeada de direitos fundamentais, que por hora a impedem a utilização do e-mail como meio de prova, tornando-a ilícita e por outra autorizam.

Assim, este artigo objetiva analisar a viabilidade da utilização do e-mail corporativo como meio de prova.

Para isso, inicialmente é abordado o conceito de direito à privacidade, intimidade e sigilo a correspondência, seguido da análise do direito à propriedade e poder diretivo do empregador, partindo conceituação de prova ilícita para então abordar a possibilidade de utilização do e-mail como meio de prova.

2 DIREITO À INTIMIDADE, À PRIVACIDADE E AO SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal são invioláveis a intimidade e a privacidade.

Neste sentido, Moraes (2012, p. 54) ensina:

Assim, a intimidade relaciona-se com as relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa, suas relações familiares e de amizade, enquanto vida privada envolve todos os demais relacionamentos humanos, inclusive os objetivos, tais como relações comerciais, de trabalho, de estudo, etc.

Deste modo, estes direitos protegem um espaço íntimo que não pode ser invadido por intromissões externas.

Alexy (2014), sustenta que o direito à intimidade está amparado em três esferas de decrescente intensidade de proteção. A esfera mais interna seria o âmbito intangível da liberdade humana, o âmbito mais íntimo do ser, que não poderá chegar ao conhecimento público devido ao seu conteúdo reservado. Já a esfera

¹ Centro Universitário UNIVATES - Lajeado/RS. Contato: christiesevero@bol.com.br

privada ou ampla, seriam os assuntos que mesmo integrante do âmbito privado não pertencente a esfera mais íntima do ser; são os assuntos que o indivíduo divide com pessoa de sua confiança; e, pôr fim existe a esfera social, que são os assuntos que, mesmo excluídos da esfera ampla, o indivíduo deseja esconder do conhecimento de terceiros.

Deste modo, o indivíduo possui assuntos e comportamentos que não atingem em nenhum momento a vida de outrem ou a comunidade, podendo mantê-los em sigilo absoluto, exercendo por sua vez uma liberdade negativa, tendo o direito de não compartilhar os acontecimentos ou ações de sua vida ao conhecimento público. Contudo, sustenta Marques (2010) que tal direito não pode ser considerado absoluto.

Afirma Maior (2011), que os direitos a personalidades são uma conquista da humanidade, estando ligados ao homem enquanto entidade. Trata-se de um direito da própria condição humana.

O direito a intimidade e privacidade fazem parte dos direitos de personalidade inerentes ao próprio homem que visam a resguardar a dignidade do ser humano, surgindo como uma reação a teoria estatal. No direito do trabalho, pode-se verificar esta reação em um Repertório de Recomendações Práticas da OIT, de outubro de 1996, sobre Proteção de Dados Pessoais dos Trabalhadores, prevendo a irrenunciabilidade do direito à intimidade do empregado (BARROS, 2011).

Embora o Direito do Trabalho não defina expressamente os direitos à privacidade e intimidade, estes são oponíveis ao empregador. Pois mesmo que o trabalhador esteja inserido no processo produtivo, estando subordinado ao empregador, aquele ainda possui direito à personalidade, cujo exercício pressupõe liberdade civil (BARROS, 2011).

Outra esfera do direito à personalidade é o sigilo à correspondência, expresso no artigo 5º XII da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial.

A constituição além de estabelecer expressamente a inviolabilidade da correspondência, implicitamente proíbe o conhecimento ilícito do conteúdo das correspondências por parte de terceiros. Ainda, a garantia de sigilo de dados abrange as informações decorrentes da informática. Essa nova garantia se faz necessária diante da nova realidade no armazenamento e transmissão de informações, devendo amparar a intimidade, a honra e dignidade da pessoa humana, impedindo interceptações ou divulgações por meios ilícitos (MORAES, 2012).

3 DIREITO À PROPRIEDADE

A Constituição Federal assegura o direito à propriedade em seu inciso XXII do artigo 5º, dentro do rol de direitos individuais. Na lição de Tavares (2010), a propriedade é um direito subjetivo de exploração de um bem, que os demais integrantes da sociedade devem respeitar.

Para Silva (2006), o direito à propriedade só existe quando a propriedade é atribuída diretamente a uma pessoa, trata-se de um direito atual, que se concretiza com a faculdade de usar, gozar e dispor do bem, que por sua vez é fixada em lei.

Porém, o proprietário terá reconhecido e garantido este direito em sua plenitude se garantir a função social da propriedade (TAVARES, 2010).

No direito do trabalho, o empregador cumpre a função social da propriedade quando cumpre efetivamente a legislação social e trabalhista pertinente aos contratos de trabalho. Portanto, para que o empregador possa exercer de maneira plena o seu direito a propriedade com relação a sua empresa, este deverá cumprir com a legislação pertinente as relações de trabalho (TAVARES, 2010).

Gemignani (2009) afirma que o respeito a função social a propriedade garante a funcionalidade ao sistema jurídico, que é interligado, garantindo a unidade da Constituição. Dispõe o autor, que o direito à propriedade não é absoluto:

O direito de propriedade não foi instituído, nem pode ser considerado absoluto, porque a própria Constituição estabeleceu expressamente que só estaria justificado na medida em que estivesse atendida sua função social, assim balizando o exercício dos direitos particulares pelos interesses difusos da sociedade em ver prestigiado o trabalho como valor fundante da República brasileira, escopo que não prescinde da preservação do direito ao emprego daqueles que ajudam a construir a sustentabilidade econômica do empreendimento, a fim de evitar o esvaziamento de sentido de nossas instituições e a

intensificação das relações de dominação entre as partes de um contrato de trabalho (GEMIGNANI, 2009 p. 32).

Maior (2001) afirma que o direito à propriedade não deverá ser exercido de forma abusiva, ou seja, deverá buscar a justiça social, visando a construção de uma sociedade mais justa e solidária sem o propósito, mesmo que não intencional, de causar dano a outrem.

Deste modo, o direito da propriedade do empregador não poderá ser entendido como um direito absoluto. Este direito encontra seus limites na legislação expressa sobre a matéria como também nas garantias e direitos fundamentais do trabalhador. Como exemplo de limites para com o direito à propriedade temos o direito a intimidade e privacidade. Assim, quando houver colisão entre estes direitos deve haver uma ponderação entre os interesses do empregador e do empregado.

4 PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR, SUAS CONDIÇÕES E LIMITES

Na relação de emprego a subordinação do trabalhador é um dos requisitos para a existência deste vínculo. Em contrapartida a subordinação está o poder diretivo do empregador, que não está ligado a pessoa subordinada, mas sim ao modo de como esta exercerá a atividade para que fora contratado (NASCIMENTO, 2009).

A CLT em seu artigo segundo, prevê o poder diretivo do empregador quando define quem é empregador e dispõe como uma de suas características a possibilidade deste dirigir a prestação pessoal do serviço.

Camino (2004), sustenta que o poder diretivo configura-se no ato de regulamentar a relação de emprego, dirigir, orientar, distribuir, fiscalizar, adequar a prestação as necessidades da empresa impondo sanções disciplinares aos empregados.

O poder diretivo se manifesta em três vertentes, poder de organização, poder de controle e o poder de disciplinar.

Cabe ao empregador o direito de organizar o empreendimento, estabelecendo qual a atividade a ser exercida, estrutura jurídica, quantidade de cargos, funções, local e horário de trabalho (MARTINS, 2005).

Neste sentido, dispõe Nascimento (2009), que a empresa é uma organização complexa que combina vários fatores de produção, e caberá ao empregador dar unicidade ao empreendimento. A fim de cumprir o objetivo a que a empresa se propõe, esta organização não deve ser apenas econômica como também social.

Afirma o autor, que sendo detentor do direito de organização, cabe ao empregador determinar quais normas de caráter técnico que o empregador estará subordinado, podendo estas serem declaradas por contrato verbal, individual ou geral, comunicados, avisos etc. A empresa pode apresentar também a seus empregados um regulamento interno para definir quais as normas a serem cumpridas.

O poder de disciplinar está relacionado ao direito de o empregador exercer a sua autoridade sobre o trabalhador, dando ordens e impondo sanções ao empregado que não cumpri-las.

Em relação ao poder de disciplinar, Martins (2005) leciona que o poder de punição deverá estar fundado na boa fé. A punição deverá possuir caráter pedagógico, procurando demonstrar ao trabalhador o erro de seu ato, para que este não o pratique novamente. O uso deste poder sem este caráter caracteriza o excesso implicando o abuso de poder.

Como sanções que o empregador poderá aplicar ao empregado a CLT permite, a suspensão do empregado em até trinta dias, artigo 474. A lei não faz menção sobre a advertência, mas esta poderá ser aplicada verbalmente ou por escrito, sob o argumento de que se a lei prevê a punição mais grave como a suspensão, em que o empregado deixa de perceber salário pelo período em que estiver suspenso, em nada impede punição mais branda, já que o trabalhador não perderá salário nem trabalho (NASCIMENTO, 2004).

O poder de controle está ligado ao direito de o empregador fiscalizar e controlar a atividade de seus empregados.

Assim, não se restringe apenas em como o trabalho é prestado, mas também ao comportamento do trabalhador, deste modo permite-se a revista aos pertences do empregado, desde que não abusiva, controle de

horários, prestação de contas para vendedores, controle de qualidade de peças produzidas, monitoramento da atividade do empregado em computador.

Neste contexto, em relação ao poder diretivo empregador, Bitencourt (2014) afirma que:

Com efeito, o empregador dirige e fiscaliza todo seu complexo organizacional de bens e serviços, incluindo a prestação de serviços pelo trabalhador, ao qual é subordinado ao comando daquele. Surge, assim, de um lado, o direito de propriedade garantido ao empregador e, de outro, a reserva da intimidade e da vida privada, havendo um conflito entre direitos fundamentais, tendo em vista que os direitos da personalidade estão protegidos pelo inciso X do artigo 5º, e o direito de propriedade está assegurado no inciso XXII do mesmo dispositivo legal, ambos da Constituição Federal (2014, p. 90).

A CLT não dispõe expressamente sobre os limites do poder diretivo do trabalhador, apenas faz menção a revista íntima e revista pessoal de empregados. Assim, o poder diretivo do empregador, não é um direito pleno e encontra seus limites fundados nas normas constitucionais, como o direito à privacidade e intimidade.

A doutrina elenca alguns limites para o poder diretivo do empregador como, o princípio da dignidade humana, os direitos a personalidade, a Constituição, as leis, os contratos e as normas coletivas. Também estão neste rol a boa fé e a função social da propriedade (JUNIOR, 2009).

Para Moreira (2010), o poder de controle do empregador devera obedecer vários requisitos para com os direitos fundamentais dos trabalhadores. Deste modo, deverá de se analisar cada caso em concreto, verificando se as medidas de controle estão respeitando as exigências da proporcionalidade, transparência e boa fé.

Deste modo, o direito à propriedade não se sobrepõe aos demais direitos que pairam sobre a relação de trabalho. Assim, o poder diretivo do empregador deverá obedecer limites impostos pela lei e doutrina.

4 PROVA ILÍCITA

Quando se busca a produção de provas dentro do processo, o que se pretende é conduzir o julgador a busca da verdade sobre determinado fato. Assim, através das provas produzidas dentro do processo, procura-se fornecer elementos ao juiz para seu convencimento. A prova deverá ser produzida sobre as alegações de uma parte e impugnadas pela outra. Portanto, a prova deverá recair sobre os pontos controvertidos dentro do processo (JUNIOR, 2009).

O direito à produção de provas é garantido constitucionalmente, manifestando-se na possibilidade de contradizer o que foi alegado pela parte oposta dentro da demanda. No entanto, a busca da verdade encontra limitações no ordenamento jurídico, não é um direito absoluto, havendo no próprio direito constitucional limitações para a produção de provas dentro do processo, e é nesse contexto de limitação da produção de provas que encontram-se as provas ilícitas (JUNIOR, 2009).

A vedação da produção de prova ilícita não está prevista pela legislação trabalhista, mas está disposta no artigo 5º da Constituição Federal, quando dispõe que “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Estabelece o CPC que somente se admite como meio de prova os moralmente legítimos.

A ilicitude e a ilegitimidade são espécies do gênero ilegalidade, pois configuram-se pela violação de normas de natureza material ou processual (MORAES, 2012).

Neste sentido, Grinover (1990) sobre a distinção do gênero ilegalidade:

A distinção é feita em dois planos: quanto a natureza da norma violada (sendo de caráter processual, a prova será ilegítima; sendo de caráter material, será ilícita); e quanto ao momento da transgressão (pois a prova ilícita indica violação do momento da colheita da prova, enquanto na legítima, a ilegalidade ocorre no momento de sua produção no processo).

Assim, pode-se dizer que provas ilícitas são aquelas obtidas com violação a normas legais ou morais. Na lição de Lenza (2014), as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo, concluindo o autor que as provas derivadas de provas obtidas por meios ilícitos também serão ilícitas, sendo inadmissíveis. Grinover (1990), sustenta que toda vez que a prova colhida em desrespeito aos princípios constitucionais, no que concerne a tutela do direito a intimidade e seus desdobramentos, esta não poderá ser admitida no

processo.

Porém, a vedação de provas ilícitas não é absoluta:

Saliente-se, porém, que a doutrina constitucional passou a atenuar a vedação das provas ilícitas, visando corrigir distorções a que a rigidez da exclusão poderia levar em casos de excepcional gravidade. Esta atenuação prevê, com base no *Princípio da Proporcionalidade*, hipóteses em que as provas ilícitas, em caráter excepcional e em casos extremamente graves, poderão ser utilizadas, pois nenhuma liberdade pública é absoluta, havendo possibilidade, em casos delicados, em que se percebe que o direito tutelado é mais importante que o direito a intimidade, segredo, liberdade de comunicação, por exemplo, de permitir-se sua utilização (MORAES, 2012; p. 117).

Deste modo, da mesma forma em que o direito a produção de prova não é ilimitado, o desentranhamento da prova ilícita do processo também não é absoluto, em função do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, onde o juiz deverá valorar a prova ilícita e incluí-la no seu convencimento, quando houverem direitos colidentes.

5 O E-MAIL CAPTADO PELO EMPREGADOR E UTILIZADO COMO MEIO DE PROVA

O e-mail é uma das principais fontes de comunicação nas empresas, tornando-se um instrumento indispensável ao trabalho. Deste modo ele seria para Moreira (2010), uma ferramenta de trabalho, caracterizada pela rapidez e baixo custo, tornando-se um meio protegido, pelo direito fundamental ao sigilo das comunicações, independentemente de ser utilizado para comunicações externas ou internas, com caráter habitual ou residual da empresa.

Em relação à proteção do correio eletrônico dentro do ambiente de trabalho, Junior (2009, p. 97):

Em que pese exista diferenças entre o correio postal e o correio eletrônico no que se refere ao seu modo de execução, não há, em tese distinção a aplicação da norma legal na proteção a intimidade. Os aparatos digitais que transportam as mensagens eletrônicas também estão sujeitos a inviolabilidade, isto é, por possuírem a natureza de correspondência ou de comunicação devem gozar da mesma proteção. Portanto, sendo explícita a defesa do sigilo do correio postal, tal resguardo também se aplica ao correio eletrônico, pois o intuito da lei é a proteção do bem jurídico.

Ainda, Moreira (2012, p.709), apesar de concordar com a legitimidade do empregador em controlar a utilização do e-mail por seus empregados, devido ao poder diretivo, afirma que este interesse colide com a expectativa de privacidade de seus empregados:

Porém, este interesse em controlar eletronicamente os trabalhadores colide com uma não menos legítima expectativa de privacidade que eles têm que se baseia na confidencialidade e na inviolabilidade das comunicações por eles realizadas a partir do seu computador.

Deste modo, independente de se atribuir ao e-mail conceito de correspondência, ou de meio eletrônico de transmissão de dados, a confidencialidade dele está protegida constitucionalmente. Daí a abertura de e-mail por empregador caracteriza-se como violação ao sigilo a correspondência, direito a intimidade e privacidade. Então sua utilização como meio de prova pelo empregador, poderia correr o risco de ser desentranhada do processo, em virtude de ser considerada prova ilícita, pois fora obtida por meios ilegais (CHEIB, 2010).

Contudo, para verificação da ilicitude da prova obtida a partir da fiscalização do e-mail, deve-se analisar se no ambiente de trabalho, o funcionário apresentava expectativa de privacidade no correio eletrônico e se as normas da empresa sobre a utilização do e-mail e da internet estavam claras em relação a restrição do uso destas tecnologias. Deste modo, a ilicitude da prova estará caracterizada conforme o procedimento adotado pelo empregador dentro do ambiente de trabalho, tornando o monitoramento do correio eletrônico lícito diante da sua legitimidade de fiscalização (JUNIOR, 2009).

Morais (2009) entende que, havendo proibição expressa sobre a utilização pessoal do e-mail em horários de trabalho, o empregador poderá monitor a fim de fiscalizar a atividade do empregado, não havendo violação ao princípio da privacidade, sustenta ainda, que o correio eletrônico é da empresa e não do empregador.

Junior (2009), afirma que havendo uma política sobre o uso do e-mail dentro do ambiente do trabalho, o monitoramento do e-mail corporativo não configura atividade ilícita, já que não há por parte do empregado uma expectativa de privacidade.

6 CONCLUSÃO

O e-mail é uma das principais ferramentas de comunicação dentro do ambiente laboral. O correio eletrônico é implantado pelo empregador para que o funcionário possa se comunicar durante a jornada de trabalho.

Apesar de ser uma ferramenta implantada pelo empregador, temos o direito à privacidade e intimidade, assim como o sigilo a correspondência, dispostos na Constituição Federal, que impedem a fiscalização do e-mail por parte do empregador.

Em contrapartida, temos o direito à propriedade e poder diretivo do empregador que possibilita a fiscalização do e-mail, a fim de garantir o bom desempenho da atividade laboral. Porém, estes direitos não se sobrepõem aos demais direitos que pairam na relação de trabalho.

Deste modo, a fiscalização do e-mail e eventual colheita de prova poderá caracterizar-se como uma prova ilícita dentro do processo, pois fere direitos constitucionais. Porém o desentranhamento desta deverá ser valorado pelo juiz, devido ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, analisando este os interesses colidentes para o seu convencimento.

Ainda, o juiz, ao analisar a prova, deverá avaliar se na empresa em questão, há uma política de utilização do e-mail, com proibição expressa de utilização pessoal do e-mail dentro do ambiente de trabalho. Neste caso, não há uma expectativa de privacidade por parte do empregado, o que garante a fiscalização do e-mail pelo empregador, tornando a prova decorrente desta fiscalização lícita dentro do processo.

7 REFERÊNCIAS:

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradutor: Virgilio Afonso da Silva. E. ed. São Paulo: Malheiros: 2014.

ANTUNES, Cristiane Ribeiro Seabra. O controle dos e-mails dentro das empresas. In: **Revista Eletrônica do Direito do Centro Universitário Newton Paiva**. Out. 2013. 21 ed. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/documents/124965/125408/Rev17Art16.pdf/3521e37b-f81b-4d6c-a38d-08eda2dc17f1>>. Acesso em 03 jul.2015.

BARROS, Alice Monteiro de. Regulamentação das relações de trabalho e a privacidade do trabalhador. In: **II Congresso de Magistrados Trabalhistas da Região Sudeste**. Ribeirão Preto SP, nov. 2001. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/documents/124965/125408/Rev17Art16.pdf/3521e37b-f81b-4d6c-a38d-08eda2dc17f1>>. Acesso em 03 jul.2015.

CAMINO, Carmem. **Direito Individual do Trabalho**. 4. Ed. Porto Alegre: Síntese, 2004.

CHEIB, Ronaldo Maurílio. **O direito do trabalho dos novos tempos: As novas tecnologias e garantias constitucionais e processuais; o direito à intimidade e de privacidade do empregado e do empregador**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012.

BITENCOURT, Manoela de. O poder diretivo do empregador frente a privacidade do empregado. In: FINCATO, Denise; MATTTE Mauricio; GUIMARAES, Cíntia. **Direito e Tecnologia: reflexões sócio-jurídicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas Tendências do Direito Processual de acordo com a constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; GEMIGNANI, Daniel. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Minas Gerais. ISSN 0076/8855. n.80, jul/dez. 2009. <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_80/tereza_aparecida_gemignani_e_daniel_gemignani.pdf>. Acesso em 07 jul.2015.

JUNIOR, Eugenio Hainzenreder. **Direito a privacidade e poder diretivo do empregador: O uso do e-mail no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de Direito do Trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: LTr, 2011.

MARQUES, Andréa Neves Gonzaga. **Direito a Intimidade e Privacidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/direito-a-intimidade-e-privacidade-andrea-neves-gonzaga-marques>>. Acesso em 03 jul.2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **A Terceirização e o Direito do Trabalho**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**.8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOREIRA, Tereza Coelho. A privacidade dos trabalhadores e as novas tecnologias da informação: contribuindo para o estudo dos limites do poder de controlo electrónico do empregador. Coimbra: Almeida, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 29ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

Nágila de Moura Brandão¹

Tiago Carvalho Almeida²

Resumo: As atuais demandas sociais dão conta de uma gama de direitos difusos que compõe os direitos coletivos, assim temos o Direito Ambiental. Através da experiência de vida dos autores, policiais militares que trabalharam no policiamento ambiental no Estado de Mato Grosso e no Estado do Rio Grande do Sul, o presente trabalho visa demonstrar que a fiscalização ambiental, que utiliza legislações de imposição de sanções penais e administrativas, tais como a Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/98 (BRASIL, 1998); o Decreto 6.514/08 (BRASIL, 2008); acompanhados das demais normativas do campo, reverberam no campo da Educação Ambiental. Na experiência de vida dos autores é notável que o cometimento de crimes ambientais, bem como a forma de realizar a fiscalização, dependem de conceitos trazidos (ou não) de Educação Ambiental tanto dos cometedores dos crimes como dos agentes que realizam a fiscalização (policiais, fiscais municipais, estaduais e federais) e posterior persecução (delegados(as), promotores(as), juízes(as)), assim como já estudado por Caporlingua (2010) e Caporlingua; Costa (2013). Assim, observamos que a busca da cidadania através da convivência em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo (Constituição Federal, BRASIL, 1988), perpassa pela Educação Ambiental que deve ser contínua não apenas junto à população em geral, mas também, aos agentes públicos que são responsáveis pela sua proteção. Assim como preveem a Carta da Terra (UNESCO/PNUMA, 1992), Agenda 21 brasileira (BRASIL, 2004) a gestão de recursos naturais para o desenvolvimento sustentável se faz através da participação popular, porém, depende diretamente de agentes estatais para seu devido cumprimento. Assim, os autores concluem pela crescente necessidade de realização de processos educativos ambientais junto aos agentes responsáveis pela fiscalização dos crimes e infrações ambientais como forma de efetivarmos as políticas de proteção ambiental previstas em nossa legislação.

Palavras-chave: Educação ambiental. Fiscalização Ambiental. Direito ambiental. Direitos Humanos e Ambienta.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte do relato de experiência de dois autores que são oficiais da polícia militar e trabalharam diretamente na fiscalização ambiental através do policiamento especializado. A autora já trabalhou nos biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia na região geográfica que circunscreve o Estado de Mato Grosso. O autor trabalhou nos biomas Pampa e Mata Atlântica na região geográfica que circunscreve o Estado do Rio Grande do Sul. Ambos participaram de reuniões de Comitês de Bacias Hidrográficas, julgamentos, reuniões, audiências públicas e Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Os contatos gerados através destas experiências e vivências com diversos atores das mais variadas classes e origens demonstra a necessidade de abandonarmos certas posturas ditas *acadêmicas*, como pensar que quem precisa *receber* educação ambiental são pescadores, crianças e adolescentes em idade escolar, moradores de áreas de proteção ambiental, quando, em verdade, este contato dos autores com fiscais ambientais, policiais ambientais, secretários(as) de meio ambiente, promotores(as), juízes(as) demonstra que a ausência de educação e consciência ambiental desprotege tanto ou mais que a própria degradação.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Notamos que em ambos os estados ocorrem situações que demonstram que a Educação Ambiental (EA) deve ser aplicada, com ênfase, aos agentes estatais diretamente ligados à fiscalização (desde o fiscal ou policial que em campo flagra o crime ou infração ambiental, até o promotor e juiz, que estão ligados ao processo onde aquele ato que se deu contra o Meio Ambiente será de fato concluído).

1 Capitã da Polícia Militar de Mato Grosso, doutoranda em Educação pela UNISINOS, nagilaverde@gmail.com .

2 Capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, tiago@bm.rs.gov.br .

A este respeito, observamos que um dos primeiros documentos em EA, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, mais conhecida como Conferência de Tbilisi, de 1977, em sua Recomendação nº 1 prevê que “i. A educação ambiental deve dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais: [...] Aos técnicos e cientistas cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais se devem sustentar uma educação, uma forma de gestão eficaz, relativa ao ambiente” (UNESCO/PNUMA, 1977). Analisando em pormenor esta citação do documento, podemos afirmar que os profissionais responsáveis pela gestão do meio ambiente, como os citados acima, devem receber EA como forma de prevenção e resolução dos problemas ambientais. Ainda com base na Conferência de Tbilisi, umas das funções da EA é “suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade” (UNESCO/PNUMA, 1977). Ou seja, que estes agentes através de suas práticas já embebidas pela EA possam fazer a relação, que é estreitíssima, entre suas ações e a proteção do meio ambiente, e a educação ambiental que se dará através do resultado de suas ações (ou a prisão do cometedor de crimes ambientais; ou a aplicação de multa que resultará futuramente na compra de materiais para serem utilizados na fiscalização; o embargo da atividade que cessará um dano ambiental; a fixação de um Termo de Ajustamento de Conduta que viabilizará algum ressarcimento ambiental; ou uma decisão judicial inovadora que servirá de base a novos juízes e poderá servir de jurisprudência defensora do meio ambiente). As experiências demonstram o quão devastador é a impunidade no campo da proteção e justiça ambiental, principalmente se o dano causado está relacionado a alguma atividade financeira que o cometedor do dano exerce como meio de vida, como exemplo poderíamos falar sobre um agricultor que desmatou sua reserva legal ou a área de preservação permanente (APP) de sua fazenda para o plantio de determinada cultura. Este agricultor foi fiscalizado, mas nenhuma das ações previstas na Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998) ou no Código Florestal (BRASIL, 2012), foi posta em prática, pois a defesa legal do agricultor convenceu o juiz do caso, durante o processo de que aquele “pequeno desmate” ou aquela “pequena nascente” que foram danificadas, foram em função de aumento da plantação, que é o meio de vida do réu. Duas questões nos suscitam com este exemplo (tão comum em nossas experiências). A primeira é que, em se tratando de meio ambiente devastado, é sempre muito simplista pensar em danos pequenos ou grandes sem estudos biológicos profundos e complexos (estudos estes que não são exigidos pela legislação vigente) para comprovar que aquele “pequeno desmatamento” não destruiu o *habitat* de uma espécie em vias de extinção, ou mesmo que era um corredor ecológico que os animais daquele local utilizavam-se para se deslocar de um microbioma a outro. A segunda questão levantada diz respeito, mais diretamente à EA: o agricultor que não foi punido pelo ato, caso sinta necessidade de aumentar novamente sua lavoura (impulsionado pelas altas nos valores internacionais das *royalties* como soja, algodão, milho) não hesitará em realizar novo avanço pela reserva legal ou alguma outra APP. Além disso, ainda em se tratando de EA, este agricultor certamente comentará com seus pares acerca de sua empreitada com os policiais que lhe apresentaram ao delegado e que a decisão judicial foi favorável à sua não-condenação. Mais ainda, jovens juízes podem utilizar aquela decisão proferida ao agricultor (decisão essa que é pública) para dirimir suas dúvidas em “como agir” em caso a ser julgado que tenha o mesmo âmago. Assim sendo, uma ação desprovida de consciência ambiental de um dos entes estatais responsáveis pela proteção do meio ambiente pode gerar uma gama de novos desacertos e aumentar os danos causados naquele e em outros locais (geográficos).

As atitudes dos agentes de proteção ambiental devem ser sempre permeadas de uma consciência ambiental possível de ser trabalhada coletivamente através da EA como meio de agirmos no meio ambiente (enquanto profissionais que somos) não só como *funcionários* do Estado, mas entes políticos cujas ações reverberam no campo ambiental, no campo educacional, no campo jurídico e em tantos outros possíveis. Nossos modos de pensar devem estar ancorados numa mudança de comportamento que condiga com o atual Estado Democrático de Direito onde os agentes públicos, mais do que nunca, são agentes de transformação social a serviço do povo e da coletividade e não agentes protetores de uma sociedade antidemocrática, ditatorial, cujas elites dominantes devem ser protegidas a despeito dos desígnios populares. Assim, encaramos a EA aplicada junto aos agentes responsáveis pela proteção do meio ambiente do mesmo modo que os autores seguir: “A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política” (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRERO JUNIOR, 2005, p. 287).

Os profissionais ligados à proteção ambiental trabalham com base nas leis, porém, nós mesmos somos também responsáveis pela verdadeira implementação destas leis e a necessidade de alterações das mesmas, pois, como rememoram Caporlúnga e Costa as normas jurídicas “nascem a partir da realidade e assim percebe-

se o quanto é necessário a Educação Ambiental como processo de reflexão e problematização das questões ambientais que serão objeto de normatização e interpretação das leis no caso concreto, bem como para a criação de políticas públicas” (CAPORLINGUA; COSTA, 2013, p. 7). A práxis possível de ser realizada por nós agentes do Estado responsável pela proteção do meio ambiente reforça o quanto necessário é o balizamento de nossas ações permeadas pela teoria crítica numa troca constante.

A Conferência de Tbilisi recomendou aos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que integrem a EA em sua política geral e marco de suas estruturas nacionais com o intuito de, entre outras coisas, transformar progressivamente as atitudes e os comportamentos e buscar uma nova ética (UNESCO/PNUMA, 1977), assim temos em nossa Constituição Federal que o meio ambiente é “bem de uso como do povo e essencial à sadia qualidade de vida” e mais: que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988). Ou seja, desde Tbilisi temos que uma *nova* ética para com o meio ambiente é necessária, pois nossa ética moderna/colonial (QUIJANO, 2005) vê como distante a relação humano-natureza (FIGUEIREDO, 2013), quando esta divisão nem mesmo deveria existir (BRANDÃO, 2015). Desta forma, vemos que o meio ambiente equilibrado, protegido de agressões é a própria base da cidadania que isto é o solo adequado para a saúde pública bem comum do povo. A reflexão posta por Caporlândia e Costa sobrevém-nos como reforço que determinada norma legal (o simples constar na Lei) não é viável quando a prática se afasta dessa previsão escrita da norma e também se afasta do intuito da Lei que é a busca dessa nova ética e do exercício da plena cidadania: “a inserção da Educação Ambiental nas ciências sociais está, portanto, assegurada pela legislação nacional, mas não basta: precisa-se praticar essa inserção de modo a contribuir para o alcance do exercício efetivo da cidadania em busca de transformações que sinalizem para uma sociedade sustentável” (CAPORLINGUA; COSTA, 2013, p. 8).

Por fim, observamos que nossas práticas a visão da complexidade necessária para encarar a EA como parte intrínseca da fiscalização ambiental, e mais ainda, que o meio ambiente como um todo é local privilegiado das ações de busca da cidadania através dos movimentos que propõe uma mudança da ética moderna e visão/relacionamento humanidade-natureza. Participar enquanto profissional da proteção ambiental é participar ativamente da efetivação das políticas ambientais e dos conflitos de interesse que perpassam o uso dos recursos naturais para a busca de direitos ou para a exploração capitalista que o trata como simples bem de consumo:

Em lugar de imobilização lamentosa, temos a convicção de que ações educacionais participativas pela responsabilidade ambiental resultam no envolvimento e na organização de pessoas e grupos sociais nas lutas pela melhoria da qualidade vida fundamentada em valores pós-materialistas, que questionam as necessidades materiais simbólicas de consumo e desvelam outras possibilidades de felicidade, alegria e vida. Segundo essa convicção, o papel do Estado na educação ambiental brasileira poderá ser subsidiário e definido por meio de um diálogo democrático com os diferentes sujeitos desta política (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRERO JUNIOR, 2005, p. 290).

As conquistas e avanços para a efetivação das leis e políticas como a mudança de paradigmas ao que tange ao meio ambiente se darão realmente da confluência entre os diversos entes que lutam pela proteção ambiental em suas práticas, sejam elas profissionais, práticas nos movimentos sociais ou mesmo dos sujeitos “isolados” em suas vivências. Essas conquistas virão das ações que buscam a proteção do lugar de convívio comum, que também é o lugar das práticas: o meio ambiente.

3 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O meio ambiente enquanto “algo que deve ser cuidado” para atravessar as gerações de modo íntegro e que é necessário ao equilíbrio da vida humana é um conceito recente às sociedades que foram construídas sob os preceitos e valores europeus ocidentais. Carvalho aponta as preocupações no campo ambiental (na ocidentalidade citada mais acima) sendo provenientes de um período de efervescência de movimentos contra-hegemônicos, e daí sua variação e riqueza de posturas “a despeito da heterogeneidade das orientações que constituem o campo ambiental este tem sua origem histórica e seu ideário fundador no movimento ecológico que se afirma pela crítica radical a sociedade capitalista industrial de consumo e ao modelo de desenvolvimento econômico das sociedades afluentes, no contexto cultural dos anos 60” (CARVALHO, 2002, p. 87).

Em 1972 a ONU convocou na Suécia a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo³. Entre os princípios trazidos na Declaração de Estocolmo encontramos o quarto princípio: “Man has a special responsibility to safeguard and wisely manage the heritage of wildlife and its habitat, which are now gravely imperilled by a combination of adverse factors. Nature conservation, including wildlife, must therefore receive importance in planning for economic development” (ONU, 1972). Como vimos, surge como imperiosa a proteção ambiental.

No Brasil, na década de 1970, as polícias militares começam, em diversos estados da Federação, a especialização do policiamento para abarcar, com exclusividade, a proteção ambiental e combate aos crimes desta natureza. Há também um aparelhamento das entidades responsáveis pela fiscalização ambiental no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Em Almeida (2015) é notável o avanço dos processos de fiscalização que acompanham as novas normas ambientais.

Nossa experiência advém da Polícia Militar (PM), instituição que tem como mister constitucional a preservação da Ordem Pública, ou seja, serviço de caráter preventivo. A segunda missão da PM é realizar apreensão em flagrante daqueles que estejam em cometimento de crime. A própria Constituição é a norteadora das atividades de outros envolvidos na proteção ambiental como os delegados de Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. Atualmente, nossa legislação prevê a participação de diversos entes na gestão do meio ambiente, órgãos consultivos e deliberativos que são compostos por membros das organizações estatais e também da comunidade em geral. Nessas organizações, as quais já tivemos a oportunidade de participar ativamente, tais como Conselho Municipal do Meio Ambiente e Comitê de Bacia Hidrográfica, percebemos que a consciência ambiental dos membros norteia as ações do grupo, que tem poder de decidir acerca de fatos importantes, como por exemplo, a alteração do local (zoneamento) de extração de areia. Os membros podem decidir a nova localização com base na preponderância nos fatores que, subjetivamente, lhe sejam mais valorosas (os impactos antropológicos, como a proximidade com terras indígenas; os impactos propriamente ambientais, como o fato de determinado local já ser utilizado para a extração de areia por anos consecutivos; ou impactos econômicos, como o aumento nos preços da areia que pode haver se o zoneamento novo tornar mais distante da cidade e do antigo local de retirada). Todas as decisões sempre serão tomadas respeitando a legislação, porém, umas podem ser mais benéficas ao meio ambiente que outras. Daí nossa insistência que os sujeitos envolvidos na gestão e proteção ambiental tenham sempre suas ações molhadas pelos conceitos trazidos da EA crítica.

Há ainda no campo policial a discricionariedade do agente público, que é a previsão legal de escolher entre opções possíveis na aplicação de suas ações, e no campo da legislação é sempre bom rememorarmos que os corpos legais são interpretados por seres sociais, ou seja, a Lei é de fato posta em prática a partir da ação de um sujeito que carrega consigo seus próprios conceitos e concepções. O que é um grande dano ambiental para um juiz de origem indígena, que seja vegetariano por opção de respeito à vida animal, provavelmente não o será a um juiz que tenha nascido em um grande centro urbano, com pouco ou nenhum contato com meio ambiente natural, que não goste de estar em locais sem infraestrutura urbana. Ambos, em suas decisões, obviamente respeitarão as leis, mas as interpretarão com base em suas experiências, assim como já demonstrado por Caporlândia (2010). A demonstração de diferenças entre julgados de juízes de primeira e segunda instância também já foi posta em trabalho elaborado por Almeida (2015), ao que tange a sentenças protetoras do meio ambiente e sentenças que reforçam o desrespeito aos princípios de prevenção e precaução aos danos ambientais.

Nas rotinas dos trabalhos em ambos os estados percebemos ainda certo desconhecimento da legislação ambiental, que é vasta, por ser composta de Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, que são constantemente modificadas com base em estudos e avanços na degradação de determinada atividade humana.

4 CONCLUSÃO

Nossas considerações finais são relativas à necessidade de vermos a fiscalização ambiental como uma importante ferramenta de proteção que só é de fato posta em prática se os sujeitos que a levam a cabo estiverem sempre com suas ações permeadas pelos conceitos trazidos pela EA. Ainda cabe-nos ressaltar que a EA sobre

³ Mais informações a respeito do histórico da Conferência de Estocolmo, bem como o acesso aos documentos que foram naquela ocasião confeccionados em <http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 16 de junho de 2015.

a qual falamos é uma EA crítica que não concebe o meio ambiente apenas como recurso de sobrevivência humana, e esses recursos como bens passíveis de serem privatizados e comercializados.

Nossa visão do meio ambiente coaduna com a forma posta na Carta da Terra, que declara que “para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com destino comum” (ONU, 1992).

Creemos na evolução dos conceitos e das práticas no sentido de avançar sobre o paradigma emergente (SANTOS, 2010) e afirmarmos que nem todas as coisas são quantificáveis e que as Leis são criações humanas provenientes das práticas sociais, e mais que isso, sua interpretação perpassa pelas emoções e experiências de sujeitos aptos à educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tiago Carvalho. **O ato tendente à pesca nas atividades de fiscalização do Comando Ambiental da Brigada Militar**: uma análise principiológica, legal e jurisprudencial. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia de Polícia Militar, Porto Alegre: 2015.
- BRANDÃO, Nágila de Moura. **O preço da onça pintada**: EA, tecnologia e desenvolvimento. 2015 (*in mimeo*).
- BRASIL. Lei 12. 651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166/67 de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2012.
- _____. Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008.
- _____. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.
- CAPORLÍNGUA, Vanessa Hernandez. **O revelar da consciência ambiental na sentença judicial transformadora como forma de efetividade processual**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Rio Grande: Rio Grande, 2010.
- CAPORLÍNGUA, Vanessa Hernandez. COSTA, César Augusto Soares da. Direito e **Educação Ambiental: horizontes interdisciplinares**. In Derecho y Cambio Social (www.derechoycambiosocial.com). Fecha de publicación 01/04/2013.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O “Ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA. In Sauv , L. Orellana, I. Sato, M. **Textos escolhidos em Educa o Ambiental: de uma América   outra**. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, PP 85-90 (versão em português).
- FIGUEIREDO, João B. A. Educa o Popular e Educa o Ambiental: @ Educador(@) ambiental popular numa perspectiva descolonizante. In: STRECK, D. R. ESTEBAN, M. T. (orgs.) **Educa o Popular: lugar de constru o social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ONU. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. Estocolmo, 1977.
- UNESCO/PNUMA. **A Carta da Terra**. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. **Conferência Intergovernamental sobre Educa o Ambiental aos Países Membros**. Tbilisi, 1977.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 107-130.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- SORRENTINO, Marcos. TRAJBER, Rachel. MENDONÇA, Patrícia. FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. **Educa o ambiental como política pública**. In Educa o e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09